



# ENAPEGS 2018

X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social

## DIÁLOGO COMO RESISTÊNCIA: Gestão Social, Crises e Futuro das Democracias

**Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores  
em Gestão Social - ENAPEGS**

**20 a 24 de maio de 2018**

**EIXO 6  
ASSOCIATIVISMO,  
AUTOGESTÃO E ECONOMIA  
SOLIDÁRIA**

### **Organizadores**

Francisco Raniere Moreira da Silva  
Jeová Torres da Silva Júnior  
Ives Romero Tavares do Nascimento  
Waleria Maria Menezes de Moraes Alencar

**UFCA**  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CARIRI  
PROEX | PRPI | PROCULT

**LIEGS**  
Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social

**ITEPS**  
Instituto Tecnológico de Implementação  
Política e Social | UFCA

**RGS**  
REDE DE PESQUISADORES  
EM GESTÃO SOCIAL





# ENAPEGS 2018

X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social

**DIÁLOGO COMO RESISTÊNCIA:**  
Gestão Social, Crises e Futuro das Democracias

**Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores  
em Gestão Social - ENAPEGS**

**20 a 24 de maio de 2018**

**EIXO 6  
ASSOCIATIVISMO,  
AUTOGESTÃO E ECONOMIA  
SOLIDÁRIA**

## **Organizadores**

Francisco Ranieri Moreira da Silva  
Jeová Torres da Silva Júnior  
Ives Romero Tavares do Nascimento  
Waleria Maria Menezes de Moraes Alencar

**UFCA**  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CARIRI  
PROEX | PRPI | PROCLUT

**LIEGS**  
Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social

**ITEPS**  
Instituto Tecnológico de Emprego,  
Pesquisa e Soluções | UFCA

**RGS**  
REDE DE PESQUISADORES  
EM GESTÃO SOCIAL



## Patrocínio:



## Apoio de mídia:

**O POVO**

**O POVO**  
CARIRI

**O POVO CBN**  
A RÁDIO QUE TOCA NOTÍCIA  
FM 95.5

## Apoio:



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ



Fundação  
Demócrito Rocha



URCA  
Universidade Regional do Cariri

## Parceria:



**COORDENAÇÃO GERAL**  
Jeová Torres Silva Jr. (UFCA)

**COORDENAÇÃO CIENTÍFICA**

Francisco Raniere Moreira da Silva (UFCA)

**MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA**

Augusto de Oliveira Tavares (UFCA)  
Cícera Mônica da Silva Sousa Martins (UFC)  
Cleónisia Alves Rodrigues do Vale (UFCA)  
Danyelle Queiros Lima Chagas (FAP-CE)  
Eduardo Vivian da Cunha (UFCA)  
Ives Romero Tavares do Nascimento (UFCA)  
Régio Hermilton Ribeiro Quirino (FAP-CE)  
Sílvia Roberta Oliveira e Silva (FAP-CE)  
Waléria Maria Menezes de Moraes Alencar (UFCA)

**COMITÊ CIENTÍFICO**

Airton Cardoso Caçado (UFT)  
Ariadne Scalfoni Rigo (UFBA)  
Fernando Guilherme Tenório (FGV-RJ)  
Genauto Carvalho de França Filho (UFBA)  
José Roberto Pereira (UFLA)  
Ladislau Dowbor (PUC-SP)  
Luciano Antonio Prates Junqueira (PUC-SP)  
Magnus Luiz Emmendoerfer (UFV)  
Paula Chies Schommer (UDESC)  
Rosa Maria Fischer (USP)  
Rosinha da Silva Machado Carrion (UFRGS)  
Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias (USP)  
Tânia Margarete Mezzomo Keinert (IS/SES/SP)  
Tânia Maria Diederichs Fischer (UFBA)

**NORMALIZAÇÃO**

Taís Regina Dias Gama Nunes  
Tatiana Cristina Dias Gama Nunes

**DIAGRAMAÇÃO**

Taís Regina Dias Gama Nunes  
Tatiana Cristina Dias Gama Nunes  
Jônatas José Lobo Oliveira

**AVALIADORES**

Abdon Ribeiro  
Adelia Alencar Brasil  
Adriana Fumi Chim Miki  
Airton Cardoso Caçado  
Alan Ferreira Freitas  
Alcides Fernando Gussi  
Alex Luiz Barros Vargas  
Alice Dianezi Gambardella  
Ana Maria Albuquerque Vasconcellos  
Anderson Gheller Froehlich  
Andrea Leite Rodrigues  
Andreia Cardoso Ventura  
Andre Silva Pomponet  
Armindo dos Santos de Sousa Teodósio  
Augusto de Oliveira Tavares  
Bianca Burdini Mazzei  
Breyner Ricardo Oliveira  
Bruno Luan Cardoso  
Caio Cesar Medeiros Costa  
Carla Pasa Gomez  
Carlos Alberto Sarmento do Nascimento  
Carlos Frederico Bom Kraemer  
Cecilia Matonte Silva  
Cícera Mônica da Silva Souza Martins  
Cícero Augusto Prudêncio Pimenteira  
Cintia Moura Mendonça  
Claudiani Waiandt  
Cleyton Feitosa  
Conceição Malveira Diogenes  
Cristiane Betanho  
Cristiano Castellao  
Daniel Neto Francisco  
Diana Cruz Rodrigues  
Diego Coelho do Nascimento  
Diná Andrade de Lima Ramos  
Diogo Ferreira Redo  
Doraliza Auxiliador A. Monteiro  
Douglas Mendonsa  
Edgilson Tavares Araújo  
Edimeia Ribeiro  
Edina Souza Ramos Mendes  
Edson Sadão Likuza  
Eduardo Vivian Cunha

Elei Chavier Martins  
Emerson Silva Santos  
Estevão Limas Arrais  
Fabio Resende  
Fabio Sousa Mendonça de Castro  
Fabricio Noura Gomes  
Flávia Mazadro  
Francine Remalho de Aguiar  
Francisco Raniere Moreira da Silva  
Geovani de Oliveira Tavares  
Herbeth Christiano Pereira de Andrade  
Hironobu Sano  
Ian Requião de Castro  
Iana Carla Couto  
Ilzver de Matos Oliveira  
Inacilma Rita Silva Andrade  
Ingrid Mazza Matos Ramos  
Iranilde de Oliveira Silva  
Isavel Sampaio Angelim  
Italo Anderson Santos Araújo  
Italo Anderson Taumaturgo dos Santos  
Ives Romero Tavares do Nascimento  
Janaina Lopes Pereira Peres  
Janaina Melo  
Janaina Rute da Silva Dourado  
Jaqueline Dourado do Nascimento  
Jean Carlos Machado Alves  
Jeferson Antunes  
Jéssica Moliterno Genú  
João Martins de Oliveira Neto  
John Wilkinson  
Jones Nogueira Barros  
José de Arimateia Valadao  
Josevana de Lucena Rodrigues  
Juarez Paiva  
Julio Cesar Andrade de Abreu  
Leandro Saraiva  
Leonardo Prates Leal  
Liana de Andrade Esmeraldo Pereira  
Ligia Alvares Mata Virgem  
Lindijane Souza Bento Almeida  
Luciana Bessa Silva  
Luciana Rodrigues Ferreira  
Luisa Cherem Pereira  
Luiz Arthur Silva de Faria  
Luiz Fernando Macedo Bessa  
Lys Maria Vinhaes Dantas  
Manuela Ramos Silva  
Marcia Regina Ferreira  
Marcio De Albuquerque Vianna

Maria Amélia Jundurian Cora  
Maria Helena Andrade  
Maria Laís Santos Leite  
Maria Nezlida Culti  
Mario Vasconcellos Sobrinho  
Mauricio de Albuquerque Vianna  
Milton Jarbas Rodrigues Chagas  
Nathália Figueiredo de Azevedo  
Osia Alexandrina Vasconcelos  
Patricia Maria Emerenciano de Medonça  
Patria Maria Mendonça  
Patricia Vendramini  
Patrick Maurice Maury  
Paulo Reis  
Paulo Ricardo da Costa Reis  
Rafael Junior dos Santos  
Figueiredo Salgado  
Raoni Azeredo  
Renata Callaça Gadioli  
Rezilda Rodrigues Oliveira  
Riyuso Ikeda Junior  
Roberto Sanches Padula  
Ronalda Barreto  
Rosana de Freitas Boullosa  
Rosangela Dias Oliveira da Paz  
Rose Martins Tavares  
Salette Gonçalves  
Sandra Gomes  
Sandro Benedito Sguarezi  
Sandro Luis Gaia Pamplona  
Sandro Pereira Silva  
Saulo Gomes Batista  
Shirlene Consuelo Alves Barbosa  
Sindely Chahim de Avellar  
Alchorne  
Socorro Lima  
Sonia Aparecida Beato Ximenes de Melo  
Suzanne Érica Nóbrega Correia  
Tadeu Lucas de Lavor Filho  
Tatiana Aparecida Ferreira Doin  
Teresa Pires  
Thaynah Barros de Araújo  
Thiago Ferreira Dias  
Valdemir Pires  
Valeria Giannella  
Verônica Macário de Oliveira  
Vinicius Farias Moreira  
Vinicius Henrique Brandão  
Wellington Migliari  
Wendell de Freitas Barbosa  
Zilma Borges

S588

ENAPEGS (10.: 2018: Juazeiro do Norte, CE)

Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (Eixo 6: associativismo, autogestão e economia solidária – Juazeiro do Norte: UFCA, 2018. 405p.: il.

Vários autores

1. Gestão Social. 2. Políticas Públicas. 3. Democracia. 4. Anais. I. Título. II. UFCA. III. Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social.

CDD 351

## SUMÁRIO

FACES DA MOEDA: ANÁLISE DA UTILIDADE SOCIAL DAS MOEDAS SOCIAIS NA PERCEPÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DE BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO ..... 8

*Ariádne Scalfoni Rigo; Laerson Morais Silva Lopes; Tamires Lordelo Conceição Costa*

A AUTOGESTÃO DE MULHERES ARTESÃS: UMA PERSPECTIVA DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NA FAZENDA CARINHOSA DO TRIÂNGULO MINEIRO DO ANO 2017 E 2018 ..... 34

*Ana Carolina Alves de Souza; Marcielle Cristina Pessoa Ribeiro; Cristiane Betanho*

ANÁLISE DA RACIONALIDADE SUBSTANTIVA NA ONG CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA..... 57

*Josiete da Silva Mendes; Carlos Eduardo Cavalcante; Solange Cristina Vale; Joacil Carlos Viana Bezerra*

AGRICULTURA URBANA Y CALIDAD DE VIDA DE GRUPOS HUMANOS DEL DISTRITO METROPOLITANO DE QUITO EN REFERENCIA AL DESARROLLO HUMANO SOSTENIBLE ..... 80

*Francisco Pacheco Sempértegui; Gabriela Gamboa Rosero; Pablo Arellano Alvear*

O CASO DA REDE DE FEIRAS AGROECOLÓGICAS E SOLIDÁRIAS DO CARIRI – FASOL ..... 109

*Jessica Monteiro Ferreira; Cicera Keliciane de Barros; Shara Maria de Oliveira; Eduardo Vivian Cunha*

O EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO “MORENAS DO DIVINO” E O PROCESSO DE INCUBAÇÃO DESENVOLVIDO PELA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE (ITCP UNIPLAC)..... 131

*Elisângela de Oliveira Fontoura; Geraldo Augusto Locks; João Eduardo Branco de Melo; Julia Damasceno de Moraes*

ANÁLISE DO PERFIL DO EMPREENDEDOR E CONSUMIDOR DO PONTO FIXO DO GRUPO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO RURAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BARBALHA ..... 152

*Maria Eduarda Nunes de Souza; Shara Maria de Oliveira Santos; Victoria Régia Arrais de Paiva*

O USO DA CONTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: EXPERIMENTAÇÃO PEDAGÓGICA DA AUTOGESTÃO ..... 168

*Raoni Fernandes Azerêdo; Washington José de Souza; Maurício Sardá de Faria*

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E JUSTIÇA DISTRIBUTIVA: UMA REVISÃO TEÓRICA E A RELEVÂNCIA PARA OS ESTUDOS DE MARKETING E SOCIEDADE ..... 183

*Ítalo Anderson Taumaturgo dos Santos; Rita de Cássia de Faria Pereira*

POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA PARTICIPATIVA DOS BENS COMUNS: CASOS EMBLEMÁTICOS EM POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO BRASIL ..... 205

*Leonardo Prates Leal;\_Diego Leonardo Davi Santos Silva*

OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS SUSTENTÁVEIS DA EXPERIÊNCIA DA FEIRA DE SUSTENTABILIDADE, "A TROCARIA", NA COMUNIDADE DO GESSO EM CRATO – CE ..... 231

*Geovane Gesteira Sales Torres;\_Paulo Junior Alves Pereira;\_Mariana Martins;\_Aloísia Hirata;\_Dimitri Toledo*

O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS FEDERAIS DE COMPRA INSTITUCIONAL, DE APOIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA, EM COOPERATIVAS DE AGROECOLOGIA ..... 290

*MAZZEI, Bianca Burdini;\_FARAH, Marta Ferreira Santos*

GESTÃO SOCIAL E PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO COM ENFOQUE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA ..... 311

*Lucas Freitas dos Santos;\_Maria Eduarda de Sá Barreto Calou;\_Ítalo Emanuel Pinheiro de Lima*

INSERÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AGENDA GOVERNAMENTAL: ESTUDO A PARTIR DO CONTEXTO INSTITUCIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE ..... 332

*Rafael Junior dos Santos Figueiredo Salgado;\_Suzana Melissa de Moura Mafra da Silva;\_Teresa Júlia de Araújo Melo;\_Yuri de Lima Padilha*

APRENDIZAGENS NOS PROCESSOS DE INCUBAÇÃO JUNTO ÀS INCUBADORAS DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES) DO CENTRO OESTE BRASILEIRO: DESAFIOS DA AUTOGESTÃO EM INSTITUIÇÕES HETEROGESTIONÁRIAS ..... 361

*Sandro Benedito Sguarezi;\_Taliara Teixeira Sguarezi*

A AUTOGESTÃO E A CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS COLETIVAS EM EMPREENDIMENTOS AUTO GESTIONÁRIOS: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO BANCO COMUNITÁRIO TUPINAMBÁ ..... 381

*Hilmar Tadeu Chaves;\_Mario Vasconcellos Sobrinho;\_Ana Maria de Albuquerque Vasconcellos;\_Mauro Margalho Coutinho*

## Apresentação

O **X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS 2018)**, organizado pela Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS) em parceria com a Universidade Federal do Cariri (UFCA). Aconteceu entre os dias 20 e 24 de maio, em Juazeiro do Norte com a finalidade de compartilhar ideias, discutir e refletir conjuntamente sobre os diversos desafios que nos circundam, na academia e na sociedade. Nesta mesma ocasião, celebramos os 11 anos de atuação da RGS, e a volta à cidade de origem do I ENAPEGS, ocorrido em 2007.

O tema dessa edição: “Diálogo como Resistência: gestão social, crimes e futuro das democracias” evoca o cenário atual de fragilização dos pilares da democracia e, sobretudo, a análise crítica acerca deste fenômeno que estamos vivenciando. Aliado a esta mesma conjuntura de comprometimento das bases da democracia se verifica uma redução da opção pelo diálogo, da possibilidade de exposição do contraditório e da afirmação de arenas de participação para diversas manifestações.

A programação do ENAPEGS 2018 contou com **04 conferências**, **15 painéis temáticos** e **31 sessões simultâneas de apresentação de artigos e relatos de experiências**. Além destas atividades tradicionais, e fortalecendo o caráter inovador e experimental dos ENAPEGS, realizamos o **II Cine Gestão Social** com 2 programas de exibição e debate de curtas-metragens, a **Escola Livre em Gestão Social** com 10 oficinas e minicursos, e o **I Ateliê de Pós-Graduação**, onde foram discutidos os projetos de pesquisa de mestrandos e doutorandos no/do campo da Gestão Social.

**Prof. Dr. Francisco Ranieri Moreira da Silva**  
Coordenador Científico do X ENAPEGS

**Prof. Dr. Jeová Torres da Silva Júnior**  
Coordenador Geral do X ENAPEGS



## FACES DA MOEDA: ANÁLISE DA UTILIDADE SOCIAL DAS MOEDAS SOCIAIS NA PERCEPÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DE BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

*Ariadne Scalfoni Rigo<sup>1</sup>*  
*Laerson Morais Silva Lopes<sup>2</sup>*  
*Tamires Lordelo Conceição Costa<sup>3</sup>*

### Resumo

As organizações possuem utilidade social quando suas ações reduzem desigualdades, fortaleçam a solidariedade e sociabilidade e resultem em melhores condições de vida. As instituições de finanças solidárias, como os bancos comunitários de desenvolvimento, buscam cumprir esse papel através, entre outras ações, da criação e do uso de moedas sociais que circulem dentro do território. Este estudo objetivou realizar uma primeira proposta de análise da utilidade social do uso das moedas sociais criadas por Bancos Comunitários de Desenvolvimento na perspectiva de seus usuários. Nesse intuito, realizamos uma investigação tipo survey junto a possíveis usuários de moedas sociais em três bancos: Banco Palmas, Banco dos Cocais e Banco Rede Opala, em três territórios do Nordeste do Brasil. Os resultados mostram que aspectos contextuais interferem na capacidade dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento construírem utilidade social a partir do uso e moedas sociais. Alguns elementos como o apoio do Estado e o envolvimento efetivo de atores da sociedade civil na gestão dos bancos são importantes para que as moedas sociais tenham o seu potencial de circulação aumentado e, por consequência, sejam mais úteis para a comunidade nas variadas dimensões da utilidade social. Constatamos que os estudos sobre a utilidade social desses bancos precisam considerar o contexto em que cada um se insere e, para isso, é preciso recorrer a abordagens metodológicas que privilegiem a profundidade das informações e análises. Consideramos que são importantes novos estudos para ampliar e aprofundar a análise aqui empreendida, contemplando outras dimensões, categorias e indicadores para compreensão da utilidade social.

**Palavras-chave:** Moedas Sociais. Utilidade Social. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Avaliação de Resultados. Organizações da Sociedade Civil.

---

<sup>1</sup> Doutora em Administração, Núcleo de Pós-Graduação em Administração - UFBA, [ariadne.rigo@ufba.br](mailto:ariadne.rigo@ufba.br).

<sup>2</sup> Doutorando em Administração, Núcleo de Pós-Graduação em Administração - UFBA, [laerson.lobes@ufba.br](mailto:laerson.lobes@ufba.br).

<sup>3</sup> Mestranda em Administração, Núcleo de Pós-Graduação em Administração - UFBA, [lordelo.tamires@gmail.com](mailto:lordelo.tamires@gmail.com).



## **FACES OF THE CURRENCY: ANALYSIS OF THE SOCIAL UTILITY OF THE COMMUNITY CURRENCY IN THE PERCEPTION OF BENEFICIARIES OF COMMUNITY DEVELOPMENT BANKS**

### **Abstract**

The organizations acquire social utility when their actions reduce inequalities, strengthen solidarity and sociability, and result in better living conditions. The solidarity finance institutions, as the community development banks, seek to fulfill this role throughout, among other actions, creating and using community currencies that circulates strictly within the territory. This study aimed to accomplish the first proposal of analysis of the social utility of using community currencies created by Community Banks of Development on the perspective of its users. In that matter, an investigation was performed as survey with possible users of the community currencies in three banks: Banco Palmas, Banco dos Cocais e Banco Rede Opala located in three territories of the Northeast region of Brazil. The results demonstrate that the contextual aspects interfere in the capabilities of the community development banks build social utility using community currencies. Some elements such as the States' support and the effective involvement of actors from the civil society in bank management are important thus the community currencies acquires its circulation potential increased and therefore more useful for the community in various dimensions of social utility. It was also acknowledged that the studies about social utility of those banks need to consider the context where each one inserts itself, and for that it is necessary to use methodological approaches that privilege the depth of information and analysis. New studies are considered important to enlarge and deepen the analysis engaged here, aiming other dimensions, categories, and indicators to further understanding of social utility.

**Keywords:** Social Currency. Social Utility. Community Banks of Development. Evaluation of Results. Civil Society Organizations.

## 1 INTRODUÇÃO

Em contextos de desigualdade e vulnerabilidade sociais, iniciativas da sociedade civil organizada ganham destaque em busca de alternativas ao sistema capitalista. Nesse cenário, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) se apresentam como instrumentos de promoção do desenvolvimento territorial e social, além de amplificar as esferas econômica, social e política (RAPOSO; DE FARIA, 2009). Eles realizam atividades como “prestação de serviços bancários e financeiros, incluindo o acesso ao crédito, e uma série de ações na comunidade” (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017, p. 34), como a tecnologia social conhecida por moedas sociais. Essas proporcionam desenvolvimento do comércio local, trabalho e renda, via circulação na própria comunidade, aumentando o fluxo da economia local, além de fomentar questões identitárias e culturais (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2009; RAPOSO; DE FARIA, 2009; RIGO; FRANÇA FILHO, 2017). Rigo e França Filho (2017) ainda apontam que a questão da utilização da moeda social, por não ser obrigatória, pode estimular uma mudança da noção de pedagogia política, incentivando um comportamento econômico baseado na solidariedade e sustentabilidade.

Esses possíveis impactos, aqui são tratados como “utilidade social”, que consiste em ações que reduzam desigualdades, que fortaleçam a solidariedade e sociabilidade e resultem em melhores condições de vida, em aspectos como saúde, educação, meio-ambiente e democracia (GADREY, 2004). A nosso ver, a prática dos BCDs de modo geral fundamenta a noção de utilidade social, pois eles, como afirmam França Filho e Silva Jr (2009, p. 35), se baseiam em “relações de proximidade e na mobilização de valores e princípios como exigências básicas para a sua prática, tais como a confiança mútua, a participação cidadã ou os mecanismos de solidariedade redistributiva”.

Mas, estudos mostram que a avaliação dessas organizações é cercada de vieses (MITCHELL; BERLAN, 2016; 2017). As metodologias de avaliação que consideram a perspectiva interna das organizações, normalmente são influenciadas pela cultura organizacional e pelas exigências da gestão e de financiadores para que elas alcancem resultados positivos (MITCHELL; BERLAN, 2016), buscando legitimar-se por meio da avaliação (REY-GARCIA et al., 2017). Nesse cenário, segundo Rey-Garcia et al. (2017), por outro lado, os beneficiários normalmente comportam-se de uma forma diferente em relação a esse comportamento dos gestores, de como que considerar a percepção dos beneficiários é adotar uma metodologia que reduz o viés, conforme adotado em alguns estudos (KSOLL et al.,

2016; MOJO; FISCHER; DEGEFA, 2016; 2017; AHMED; MESFIN, 2017; McHUGH; BIOSCA; DONALDSON, 2017; REY-GARCIA et al., 2017)

Nesse contexto, esta pesquisa foi guiada pelo seguinte questionamento geral: **Qual a utilidade social do uso das moedas sociais na perspectiva de seus usuários?** Foi verificada a percepção dos usuários quanto ao uso das moedas sociais, bem como no que diz respeito a aspectos relacionados com a sua utilidade social.

Este estudo foi aplicado em territórios nos quais atuam Bancos Comunitários de Desenvolvimento. No entanto, nossa análise focou apenas o uso da moeda social pelos usuários em cada atuação. Os BCDs selecionados possuem entre cinco e 19 anos de existência, estão localizados em contextos diferentes e em dois estados do Brasil, todos em pleno funcionamento, inclusive com a circulação das suas respectivas moedas, o que faz delas importantes casos de análise. Em termos práticos, a contribuição esperada para o campo da Gestão Social é a revelação de fatores contextuais que implicam esta prática de economia solidária, já que aspectos do contexto podem influenciar os impactos dessas organizações (McHUGH; BIOSCA; DONALDSON, 2017).

Especificamente, o estudo contribui para a revelação de aspectos da utilidade social de Bancos Comunitários de Desenvolvimento e sobre quais dimensões podem ser consideradas na avaliação de sua atuação. Quanto a esse aspecto, Mitchell e Berlan (2017) entendem que compreender melhor os impactos de organizações como essas e aspectos relacionados à sua avaliação são importantes, por exemplo, para que elas melhorem sua atuação e para que os investidores definam a melhor alternativa de destinação de recursos.

No aspecto teórico, o estudo colabora para a discussão sobre os impactos dessas organizações na perspectiva dos beneficiários, impactos esses resignificados pelo termo “utilidade social”, como já fora feito, por exemplo, por Silva Jr. (2016) e Lopes et al. (2017). Nesse sentido, para Gadrey (2005, p. 517), “a noção de utilidade social deve, portanto, servir para marcar território, reivindicando regulamentos específicos, legais e fiscais, em essência”.

## **2 BANCOS COMUNITÁRIOS E O USO DE MOEDAS SOCIAIS**

Atualmente, existem 115 BCDs cada um deles usando sua moeda social que circula dentro dos territórios onde estão situados. Dentre esses, mais da metade destas experiências está em territórios (comunidades tradicionais; grandes bairros urbanos; pequenos municípios etc) do nordeste brasileiro. O funcionamento da moeda social ligada a um BCD é relativamente simples: os usuários/clientes aderem ao sistema na medida em que passam a receber

empréstimos, em moeda social, relativos às diversas linhas de crédito que o banco comunitário oferece (consumo, produção, reformas entre outros). Assim, uma vez que esses créditos são liberados em moeda social, são utilizados no comércio da própria comunidade dentre aqueles que concordaram em receber pagamentos com ela. Ao final deste processo, se estabelece a rede de produtores, comerciantes, prestadores de serviços e consumidores que usam a moeda social no seu dia a dia (Rigo, 2014).

Como uma “prática” que parte de organizações da sociedade civil, os BCDs podem ser entendidos como tecnologia social ligada às estratégias de desenvolvimento territorial (França Filho e Silva Jr, 2009; França Filho, Silva Jr e Rigo, 2012). De modo geral, quatro mecanismos de desenvolvimento territorial são usados pelos BCDs: a) oferecimento de linhas de crédito adequadas à realidade local; b) ações socioeconômicas locais para dinamização das economias locais e organização social; c) capacitações em geral como as voltadas para economia solidária e outras de caráter profissionalizante; e d) criação e gestão de uma moeda social circulante local. Particularmente, o uso de moedas sociais pelos BCDs tem o intuito estimular o consumo na comunidade e reter parte da riqueza dentro do território. Ele está associado à concessão de microcrédito tanto para consumo quanto para a produção local.

Importa, nesse ponto, situar nossa noção de moeda. No campo da economia, as discussões sobre a moeda indicam um certo grau de neutralidade desse instrumento que praticamente se resume em padronizar trocas no mercado. Nesse sentido, a moeda é entendida como um instrumento incapaz de afetar as relações entre as coisas e as pessoas que participam do conjunto dessas trocas. No entanto, para a sociologia e a antropologia econômica, o caráter da moeda é inerentemente social e institucional (ZELIZER, 2005; LIETAER e KENNEDY, 2010). Sendo assim, o dinheiro não é único, uniforme e generalizado, mas existe de formas múltiplas. Dentro da tradição antropológica, vários estudos mostram diferentes tipos e usos de moedas (ROSPABÉ, 2005) e as moedas são qualificadas em “razão dos seus usos” (ZELIZER, 2005, p. 55).

Segundo Pires (2013, p. 151), a moeda, se referindo exclusivamente à moeda de mercado, “se tornava o equivalente para todas as coisas, humano ou não humano, simbolizando em si mesmo o ideal do individualismo igualitário”. Ainda segundo esse autor, por trás das relações comerciais de troca, há outros signos de modo que essa não é “uma mera relação de compra e venda, mas de afirmação ou ocultação de relações e identidades”. Nesse sentido, a pergunta que fazemos é: diante de sua gênese, as moedas sociais se apresentam então noutra face? Uma face em que as outras “relações e identidades” são o destaque nas trocas que essas moedas permitem ser operadas, conforme nos mostra a literatura.

Numa perspectiva da antropologia econômica, a moeda também existe fora do mercado e se submete às diferentes estruturas culturais e sociais. A moeda, vista como um fenômeno de mercado, não dá conta de tratar amplamente o fenômeno, acabando por deixar de lado certas moedas, não fungíveis, não portáteis, subjetivas, e, conseqüentemente, qualitativamente heterogêneas (ZELIZER, 2005; BLANC, 1998). De acordo com Blanc (1998), é importante um entendimento mais completo sobre a moeda para não excluirmos das análises uma diversidade de práticas que usam instrumentos monetários e confiança como principal fator de integração social (BLANC, 1998).

Por exemplo, há vários exemplos de moedas alternativas, cada qual com suas especificidades e surgidas em contextos específicos em resposta a situações também específicas. Tais moedas, chamadas “complementares”, têm se manifestado em diversos países e sob as mais variadas formas (BLANC, 1998; LIETAER e KENNEDY, 2010, RIGO e FRANÇA FILHO, 2014). Algumas destas experiências de moedas complementares são notórias e tem feito parte de diferentes estudos e levantamentos (SOARES, 2006; MENEZES, 2007; LIETAER e KENNEDY, 2010; FREIRE, 2011; MARTIGNONI, 2012). Os *Local Exchange Trading Systems* (LETS)<sup>4</sup> são talvez as experiências de moedas locais mais conhecidas. (BÚRIGO, 2002)

No Brasil se destacam as experiências de uso das chamadas moedas sociais criadas por BCDs. De acordo com Soares (2009, p. 255), “moeda social é uma forma de moeda paralela instituída e administrada por seus próprios usuários”. De acordo com França Filho e Silva Júnior (2009), a razão para a denominação “moeda social” diz respeito ao fato delas estarem a serviço das comunidades que as criam e implementam no intuito delas apoiarem na resolução dos seus problemas sociais e econômicos. Para os autores, o adjetivo “social” reflete também um princípio (e ao mesmo tempo uma prática) de controle social e político do econômico, exercido pela comunidade organizada. Nesse contexto, Silva Jr, Rigo e Passos (2015), num comparativo entre instituições financeiras convencionais e BCDs, demonstram que nesses últimos as garantias nas operações, inclusive as que envolvem moedas sociais, se dão a partir das relações de confiança, vizinhança e proximidade; e os instrumentos de cobrança se dão via controle social.

---

<sup>4</sup> Neste sistema, pessoas de uma comunidade, bairro ou mesmo região criam uma rede de trocas de serviços e produtos utilizando-se ou não de moeda própria. Todos os membros colocam à disposição do grupo suas habilidades tais como jardinagem, consultorias e consultas médicas, aulas de informática, de culinária e também seus produtos como frutas e verduras, alimentos caseiros etc. Numa central, são controlados os créditos e débitos dos membros de forma que para cada serviço prestado é creditado um valor em moedas no saldo prestador e o mesmo valor é debitado no saldo daquele que recebeu o serviço ou produto.

## 2.1 A UTILIDADE SOCIAL DOS BANCOS COMUNITÁRIOS E SUAS MOEDAS SOCIAIS

Analisando a atuação das instituições de finanças solidárias que trabalham com microcrédito, Lapenu, Konini e Razakharivelo (2009, p. 38) empregam o termo “desempenho social” para expressar os resultados das ações dessas instituições, que buscam (i) atender a um número crescente de pessoas pobres e excluídas; (ii) melhorar a qualidade e a adaptação de seus serviços financeiros; (iii) criar benefícios econômicos e sociais; e (iv) criar um status social de fomento às finanças solidárias.

Apesar de os objetivos expostos acima representarem adequadamente os fins das organizações de economia solidária, como os BCDs, o termo que nos parece mais adequado, e é utilizado por Gadrey (2004; 2005), Silva Jr. (2016) e Lopes et al. (2017), é o termo “utilidade social”. Segundo esse conceito, para além dos objetivos econômicos, tais organizações pretendem também reduzir desigualdades sociais, melhorar as condições de saúde, educação, cultura, meio-ambiente e democracia, inclusive para garantir novos direitos (GADREY, 2005). Segundo Gadrey (2005), a organização com “utilidade social” atua também para a promoção da sociabilidade e da solidariedade entre os indivíduos.

Para Lapenu, Konini e Razakharivelo (2009), além de gerar benefícios econômicos, as instituições de finanças solidárias também geram benefícios sociais, podendo ter impactos positivos até mesmo na proteção ao meio ambiente. Cintina e Love (2017) afirmam que as finanças solidárias promovem o crescimento nos níveis de consumo de bens duráveis, conforme também apontam Ksoll et al. (2016). Para McHugh, Biosca e Donaldson (2017), as microfinanças além de impactar no consumo, também contribuem para o aumento da renda, da saúde e do bem-estar da população.

De maneira mais ampla, Gadrey (2005) entende que os resultados das ações das organizações de utilidade social terão implicação em cinco dimensões, entre elas a econômica, essa que, para o autor, estimulam a promoção da identidade local, do desenvolvimento territorial econômico e social. A própria criação de tecnologias alternativas, como as das finanças solidárias, e o fortalecimento de redes sociais se configuram em utilidade social dessas organizações (GADREY, 2005).

Embora concordemos que os Bancos Comunitários de Desenvolvimento por meio das Moedas Sociais possam contribuir nas diversas dimensões tratadas na literatura, analisamos neste estudo, em três territórios do Nordeste do Brasil, a utilidade social de três moedas sociais,

a partir de uma percepção geral de seus usuários e a partir da análise específica de duas dimensões: a econômica e a social, conforme os procedimentos adiante descritos.

## 2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi empreendida com base em um levantamento de dados objetivos acerca da percepção dos usuários das moedas sociais de três comunidades no Nordeste do Brasil. As análises, embora contem com aparato estatístico descritivo, se apoiam em informações também de natureza qualitativa como as provenientes de entrevistas e observações de campo (VIEIRA, 2006).

Consideramos essa pesquisa de caráter exploratório, dado o ineditismo dos dados aqui trabalhados (ANDRADE, 2007), pois sistematiza informações relativas à utilidade social de moedas sociais de BCDs, análise essa ainda não realizada no Brasil. Em relação aos objetivos, este trabalho oferece uma perspectiva mais descritiva do que analítica do fenômeno investigado.

Desse modo, foi realizado um levantamento com usuários (possíveis beneficiários) de três moedas sociais: Cocal; Opala e a Palmas, vinculadas, respectivamente, ao Banco dos Cocais, em São João do Arraial-PI e ao Banco Comunitário Rede Opala, em Pedro II-PI; e ao Banco Palmas, em Fortaleza-CE. O Banco Palmas e as moedas sociais Palmas é um dos objetos de estudo deste trabalho. A sua escolha se deu por se tratar da primeira experiência brasileira de BCD do Brasil e propulsor da metodologia de reaplicação de BCDs no Brasil. Esta primeira fase da pesquisa foi realizada em outubro de 2013 e foram aplicados 205 questionários.

Apesar de os dados do Palmas refletirem a realidade de 2013, a escolha por manter tais dados neste estudo decorrem basicamente de dois aspectos: (1) o Banco Palmas àquela época ainda operava com a moeda social impressa, como a maioria dos BCDs e com um formato semelhante aos outros bancos, apesar de já ter 15 anos de funcionamento e ser o pioneiro e grande referência no Brasil e em outros países; (2) esse segundo aspecto, diz respeito justamente a esse fato de o Palmas ser referência, logo um parâmetro importante para analisar outras experiências. Portanto, as especificidades do Banco Palmas estimularam a busca por compreender outras experiências de BCDs e das moedas sociais, o que consistiu numa segunda fase desta pesquisa (realizada em 2017). Desse modo, este estudo considera esses três bancos, mas analisa principalmente a realidade (observada pela ótica dos autores) das moedas sociais Opala e Cocal, em comparação à moeda Palmas, no contexto dos dados relativos ao ano de 2013.

Para a escolha das outras duas experiências contempladas nesse estudo, consideramos os dados levantados em 21 experiências de BCD no Nordeste do Brasil, dentre as 52 existentes (conforme dados de 2015 do NeSOL/USP). Foram realizadas entrevistas com os agentes de crédito destes 21 BDCs nos dias 16, 17 e 18 de agosto de 2017, durante o Encontro de Avaliação do Projeto Rede BCDs realizado pela ITES/EAUFBA, na Escola de Administração da UFBA. As entrevistas contemplaram um conjunto amplo de questões e considerando apenas dados objetivos do mapeamento, duas experiências se destacaram por terem os maiores volumes de moedas sociais circulando no território: o Banco dos Cocais, em primeiro lugar com cerca de 50 mil Cocais; e o Banco Rede Opala em segundo, com 24 mil Opalas em circulação. Para termos uma ideia, o terceiro colocado, o BCD Retiro, em Esperantina (também no Piauí) tem cerca de 5 mil Longás em circulação.

O volume de moeda em circulação no território tornou-se uma questão fundamental para a escolha dessas duas experiências tendo em vista que isso indica um maior número de usuários. Por meio de um questionário estruturado, procuramos verificar a percepção dos beneficiários quanto ao uso das moedas sociais de modo geral, sua relação com as transformações do território e aspectos de sua utilidade social em termos econômicos e tecnológicos. Para o melhor entendimento do funcionamento desses bancos, bem como para nos ajudar a compreender o contexto de atuação e, por consequência, as dimensões de utilidade social de cada um deles, apresentamos a seguir alguns dados dos mesmos, de suas moedas e dos seus respectivos territórios.

#### **Quadro 1 - Dados dos Bancos Comunitários, suas Moedas Sociais e do Território**



Item	Bancos / Moedas Sociais		
	Palmas	Cocais	Opala
Território	Conjunto Palmeiras (bairro de Fortaleca-CE)	São João do Arraial (município do Piauí)	Pedro II (município do Piauí)
Idade	44 anos	20 anos	163 anos
População do território	35 mil habitantes	7 mil habitantes	45 mil habitantes
Tamanho do território	120 hectares	200,2 km <sup>2</sup>	1.518 km <sup>2</sup>
Ano de fundação	1998	2007	2012
Instituidor / Fomentador da iniciativa	Ação Popular, via Associação de moradores do bairro	Prefeitura, com apoio de sindicatos, Vereadores, comerciantes, igrejas, grupo de mulheres e outras organizações da sociedade civil.	ONG Internacional (com sede na capital do estado)
Aporte inicial	Não encontrado	R\$ 1.500,00 (recebidos do Palmas)	R\$ 10.000,00 (recebidos da Ong Internacional).
Volume de Moedas Sociais circulando	Não encontrado	50 mil MS	24 mil MS
Bancos convencionais concorrentes no território	Não	Não	Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica Federal. Duas Casas Lotéricas e mais um (além do próprio BCD) Correspondente Caixa Aqui.
Correspondente bancário?	Sim	Sim	Sim
Linhas de crédito	Crédito da linha Semente, crédito para Revenda, crédito da Casa Produtiva e Crédito empresarial.	Apenas produtivo (mesmo assim, a partir de dado momento, só para fins de renovação).	Microcrédito, Quintal Produtivo e Kit Irrigação.
Potencial Turístico	Não	Não	Sim
Regulação	Não encontrado	Lei do Fundo Municipal de Microcrédito e Apoio a Economia Solidária – FUMAES.	Projeto de uma Deputada Estadual (legislador externo).
Empreendimentos que aceitam	33%	100%	40%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2013-2017).

Para a coleta de dados, foram utilizados dois questionários estruturados e, na sua aplicação, anotações complementares foram realizadas, que permitiram uma análise descritiva de todos os dados, qualificando-os. Um dos questionários foi voltado para os empreendimentos locais e produtores individuais (denominados prossumidores para se diferenciarem dos empreendimentos locais e dos moradores); e outro para os moradores. Estes instrumentos de

coleta de dados foram construídos por Rigo (2014) e reelaborados em agosto de 2017, para então, contemplar o levantamento no Banco dos Cocais e no Banco Rede Opala.

O instrumento ofereceu informação da “qualidade” das relações dentro do circuito das moedas sociais, procurando identificar informações de frequência e volume monetário, bem como relações de amizade e de proximidade e outras variáveis de utilidade social, consequentes do uso da moeda social no território, o que contemplou doze itens (que poderão ser verificados nas tabelas 3 a 6, na sessão seguinte). Além da aplicação dos questionários, considerando estes itens, anotações complementares foram feitas e elas permitiram descrever e analisar melhor os dados objetivos levantados.

As visitas ao Conjunto Palmeiras para a aplicação dos questionários, ocorreram entre os dias 30 de setembro a 04 de outubro de 2013 a moradores do bairro entrevistados na fila dos caixas do Banco Palmas (para garantir que a maioria dos entrevistados conhecesse a moeda social e, consequentemente, aumentar as chances de entrevistar aqueles que a usam). Esse instrumento permitiu também identificar alguns moradores de bairros vizinhos. O cadastro de 240 empreendimentos que aceitavam a moeda social no território e outras informações obtidas no Banco Palmas serviu de base para a identificação desses atores e dos prossumidores a serem contatados.

As visitas de campo os Bancos do estado do Piauí ocorreram em dois momentos. O primeiro deles foi na cidade de São João do Arraial, onde está localizado o Banco dos Cocais, nos dias 18 a 22 de setembro de 2017. Durante esse período no território, foram aplicados 85 questionários. Desses 85 atores pesquisados, 50 são moradores encontrados aleatoriamente nas proximidades da sede do BCD (média de 10 minutos de entrevista por morador); e 35 são empreendimentos de variados seguimentos comerciais (média de 20 minutos de entrevista por empreendimento). Durante a aplicação desses questionários foram consideradas percepções sobre a moeda Cocal, sua relação com as transformações do território e a sua utilidade social.

O segundo momento e o terceiro território analisado foi também no estado do Piauí na cidade de Pedro II, localizado à 207 quilômetros da capital Teresina. Em Pedro II encontra-se o Banco Comunitário Rede Opala e as visitas ocorreram nos dias 17 a 21 de outubro de 2017. Foram aplicados 50 questionários com os moradores também escolhidos aleatoriamente nas proximidades do BCD. Foram também aplicados questionários com 35 empreendimentos de diversos seguimentos na área urbana da cidade. As médias de duração das entrevistas com moradores e empreendimentos se mantiveram as mesmas do Banco dos Cocais.

Os dados foram tabulados em planilha Microsoft Excel®, realizaram-se análises descritivas com o software IBM SPSS®. As análises descritivas sobre a utilidade social estão

apresentadas nas Tabelas 3 a 6 e a forma como estas foram realizadas é apresentada na sequência. As considerações adicionais que dão a este estudo um caráter analítico foram realizadas através da análise de conteúdo sobre as anotações complementares, apontadas durante a aplicação dos questionários.

## 2.3. ANÁLISES EMPÍRICAS SOBRE AS MOEDAS SOCIAIS E SUA UTILIDADE SOCIAL

### 2.3.1 Conhecimento e Usos das Moedas Sociais

Segundo o levantamento, as moedas sociais são conhecidas nos territórios estudados e já foram ou ainda são utilizadas por parte dos respondentes, porém, variando esses números em relação aos três bancos. Enquanto a moeda Cocal é bastante utilizada, ocorre o inverso com as Palmas e as Opalas, em que mais do que 40% dos respondentes afirmaram que nunca a usaram.

**Tabela 1** - Conhecimento e uso das Moedas Sociais: Opala, Cocal e Palmas

Moedas Sociais	Conhece a MS?				Já usou a MS?				Ainda usa?			
	Não	%	Sim	%	Não	%	Sim	%	Não	%	Sim	%
<b>Opala</b>	4	4%	86	96%	43	48%	47	52%	10	21%	37	79%
<b>Cocal</b>	0	0%	84	99%	1	1%	83	98%	0	0%	83	100%
<b>Palmas</b>	17	8%	188	92%	84	41%	105	51%	46	44%	59	56%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2013-2017).

Da moeda Cocal, entre os que já usaram em algum momento, percebe-se que os moradores mantêm em 100% o uso da moeda. Quanto às Palmas, essas são as que, na época do levantamento, tinha maior percentual de “desuso”. Os fatores que levaram o desuso das Palmas foram detalhadamente apresentados por Rigo (2014) e Rigo e França Filho (2017). Já em relação à moeda Opala, percebeu-se um “desuso” menor, contudo essa moeda social tem uma utilização limitada, como analisamos adiante.

A partir dos dados da Tabela 2, considerando os três bancos, foi verificado que as principais formas de circulação das moedas sociais são: compra e venda de mercadorias e serviços entre comerciantes e moradores.

**Tabela 2 - Formas de Recebimentos e Gastos das Moedas Sociais: Opala, Cocal e Palmas**

Ciclo das Moedas Sociais							
Ciclo das Moedas Sociais	Palmas	Opala	Cocal	Gastos	Palmas	Opala	Cocal
Recebimento de troco nos EEL	2%	2%	<b>49%</b>	Pagando Contas no BC	9%	<b>23%</b>	<b>56%</b>
Empréstimo BC	3%	0%	5%	Comprando nos EEL	<b>23%</b>	<b>14%</b>	<b>107%</b>
Trocando Reais por MS	0%	4%	5%	Passando Troco	0%	8%	<b>40%</b>
Recebendo salário	2%	0%	<b>21%</b>	Pagando Salários	0%	0%	<b>25%</b>
Vendendo mercadorias / serviços	<b>27%</b>	<b>36%</b>	<b>46%</b>	Trocando MS por Real no BC	6%	6%	<b>18%</b>
Bolsa Família	0%	2%	<b>20%</b>	Depositando no BC	0%	0%	1%
Prossumidores	0%	0%	4%	Moradores cidades vizinhas	0%	0%	1%
EE de Ecosol	0%	0%	1%	Pagando empréstimo no BC	1%	0%	2%
Empréstimo no BC - Produtivo	5%	0%	1%	Comprando de Prossumidores	0%	0%	0%
Vendas (com recebimento via empréstimo obtidos no BC)	0%	2%	0%				

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2013-2017).

Verifica-se que a moeda Cocal é a que apresenta uma maior circulação, considerando a variedade das formas de recebimento e de gasto. A cidade de São João do Arraial apresenta, de acordo com o agente de crédito do Banco dos Cocais, uma média de 300 empreendimentos comerciais com pontos fixos, não contabilizando os ambulantes, e todos eles aceitam a moeda social, apesar da resistência que apresentaram no início da sua implantação. Outro fator importante é a quantidade de moedas sociais circulando, cerca de 50 mil Cocais, em um território de um pouco mais de sete mil habitantes. Logo, é maior a potencialidade da moeda social e do banco comunitário na economia local e no cotidiano dos moradores, inclusive, para o desenvolvimento do comércio local.

No começo da atuação do Banco dos Cocais, os comerciantes precisavam realizar um cadastro no banco para então poder aceitar a moeda social. Atualmente, com crescimento da circulação e aceitação da moeda, esse cadastro não é mais necessário. Porém, com a intenção de mensurar a circulação e movimentação nos principais comércios da cidade (os que vendem mais), o BCD realizou um recadastramento no ano de 2016 que compreendeu 230 empreendimentos. Sobre o cadastramento de comércios no BCD, o agente de crédito afirma que “quem abre um comércio em São João, não precisa ir ao banco para cadastrar a moeda. Automaticamente, ele aceita a moeda, porque ele sabe que todos do local aceitam. Virou uma cultura de comercialização local”.

Pedro II, a cidade do BCD Rede Opala, possui agências bancárias do Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica Federal. E, ainda, conta com duas Casas Lotéricas e dois Correspondentes Caixa Aqui (pontos de atendimento que são conectados em tempo real com a

Caixa Econômica Federal). Um desses dois correspondentes é o próprio Banco Rede Opala. Ele fica localizado dentro do mercado público da cidade - Shopping do Artesão -, mais conhecido entre os moradores como mercado público. É um complexo de lojas de diversos seguimentos como artesanato, utensílios domésticos, joalherias e restaurantes.

Quanto à moeda **Opala**, poucos afirmaram utilizá-la ou mesmo conhecê-la, apesar do Banco Rede Opala existir há mais de cinco anos na cidade. Cerca de 24 mil Opalas sociais já saíram desse BCD e não retornaram, presumindo-se que essa quantidade de moeda circule no território. Porém observou-se o contrário, que há poucas moedas nas mãos de poucos moradores. Um dos fatores que contribuem para isso é a relação do uso das Opalas com as linhas de crédito do BCD.

Verificou-se que, para a linha de crédito de produção, os possíveis beneficiários fazem um cadastro e aguardam o parecer do Comitê de Avaliação de Crédito. Se o crédito for aprovado, o beneficiário decide numa lista de empreendimentos cadastrados e compra o material solicitado para a produção e é o próprio banco quem paga, com moedas sociais, diretamente a esse empreendimento. Ou seja, a moeda social é transferida do BCD diretamente para o empreendimento, sem transitar pelas mãos do morador. Cabe acrescentar que isso acontece em função da exigência estabelecida pela ONG Internacional, que é Gestora do Banco e que fica instalada em Teresina, capital do Piauí, para que seja apresentada a ela a Nota Fiscal que comprove o gasto vinculado ao crédito concedido.

De acordo com a agente de crédito, “se entregar as Opalas diretamente nas mãos dos beneficiários, alguns não compravam o material para utilizá-los como insumos para a produção ou mercadorias, mas sim apenas materiais de consumo, fugindo à regra do empréstimo”. Depois de receber as Opalas, conforme verificado nesta pesquisa, a maioria dos proprietários dos estabelecimentos aguardavam poucos dias e as devolviam em forma de pagamentos de contas no Banco Comunitário, dificultando assim a circulação da moeda no território.

Verificou-se uma baixa aceitação da própria comunidade, que afirma “não precisar dessa outra moeda”, o que provoca um baixo índice de empreendimentos cadastrados, esses que afirmam não conseguir passar troco com moeda social. De acordo com a agente de crédito, Pedro II tem cerca de 500 comércios, e em média 200 deles (40%) tem cadastro no BCD. Porém, este cadastro não é um fator obrigatório para a aceitação da Opala nos comércios. Assim sendo, existem hoje empreendimentos que são cadastrados que não recebem mais e empreendimentos que não são cadastrados e aceitam a moeda social. Esses são aspectos que ajudam a compreender a pouca circulação de Opalas na cidade de Pedro II.

Contudo, o Quadro 1, apresentado na sessão anterior nos permite mais algumas inflexões sobre como o contexto desses bancos podem implicar resultados diferentes nos usos de suas moedas. Por exemplo, o tamanho da população e do território são fatores que possivelmente influenciem no alcance das moedas. O território da Rede Opala, por exemplo, é mais do que seis vezes maior em população e mais do que sete vezes maior em dimensão geográfica que o do Banco dos Cocais. Ademais, no primeiro há um grande potencial turístico (que contribui para que a moeda seja utilizada como “*Souvenir*” e não cumpra o papel que se espera, ao circular no território).

Outro aspecto é o fato de em Pedro II, território da Opala, haver três bancos convencionais, duas casas lotéricas e, além do próprio BCD, outro correspondente bancário. Em Pedro II também não há, como houve no território do Banco dos Cocais, uma legislação municipal voltada para o fomento dessas iniciativas. Ainda quanto ao Banco dos Cocais, nota-se que a sua criação decorre de uma iniciativa da Prefeitura Municipal, mas que teve apoio de outros atores da sociedade, tais como sindicatos, vereadores, comerciantes, igrejas, grupo de mulheres e outras organizações da sociedade civil. A Rede Opala surge influenciada (e é gerida) por uma ONG internacional, com sede em diversos locais do País, mas que no Piauí fica localizada na capital do estado.

Esses aspectos contextuais influenciam os usos das moedas sociais, o que também é determinante para o potencial que essas moedas terão para alcançarem as dimensões de utilidade social apresentadas na literatura, o que veremos nas análises a seguir.

### **2.3.2 Utilidade Social das Moedas Sociais**

No que diz respeito aos aspectos de utilidade social analisados, verificou-se inicialmente que a maioria dos respondentes percebe a utilidade das moedas sociais em relação a aspectos gerais do território, mas não quanto aos aspectos da sua vida particular. De todo modo, essas primeiras conclusões carecem de uma análise de cada BCD pesquisado, o que apresentamos adiante com análises comparativas entre os três bancos, considerando o contexto dos seus territórios e da população envolvida.

### **2.3.3 Percepção Geral da Utilidade Social para o Território**

Na tabela 3, apresentamos os resultados relativos à percepção dos usuários de moedas sociais, considerando, de maneira geral, a contribuição dessas moedas para a melhoria dos territórios onde circulam.

Na tabela 3, as linhas indicadas como “Não respondeu” representam os cidadãos que, apesar de terem participado da pesquisa, não se manifestaram por não ter utilizado as moedas. Assim sendo, entendemos que a percepção desses quanto à utilidade das mesmas poderia ser limitada em relação à daqueles que já o fizeram. Considerando isso, fizemos nossas análises a partir do dado da coluna “% Válido”, que indica o percentual quanto a cada categoria da “intensidade” da contribuição da moeda social; e da coluna “% Cumulativo”, que é a soma dos resultados das categorias, da menor (“Nada”) até a maior apontada. Essa lógica foi seguida também nas tabelas 4, 5 e 6.

Desse modo, notamos que em relação às **Opalas**, a grande maioria de seus usuários entende que essa moeda “Nada” ou “Pouco” contribui para o território. Sobre se ajudou (questão 1) ou ainda ajuda (questão 9) a melhorar o território, no acumulado, respectivamente, em 91,7% e 83,3% indicam que “Nada” ou “Pouco” o faz, número similar ao 86,1% apontado quanto a se “A moeda social é útil para o território”.

**Tabela 3 - Contribuições das Moedas Sociais para o Território**

Banco	Intensidade	1 - A MS ajudou a melhorar o território?			2 - A MS é útil para o território?			9 - A MS ajuda a melhorar o território?			11 - Se a MS deixasse de circular, faria diferença para o território?		
		%	% Válido	% Cumul ativo	%	% Válido	% Cumul ativo	%	% Válido	% Cumul ativo	%	% Válido	% Cumul ativo
OPALA	Nada	22,2	55,6	55,6	25,6	63,9	63,9	17,8	44,4	44,4	7,8	87,5	87,5
	Pouco	14,4	36,1	91,7	8,9	22,2	86,1	15,6	38,9	83,3	1,1	12,5	100,0
	Muito	3,3	8,3	100,0	5,6	13,9	100,0	6,7	16,7	100,0	0,0	0,0	0,0
	Totalmente	0,0	0,0		0,0	0,0		0,0	0,0		0,0	0,0	
	Total	40,0	100,0		40,0	100,0		40,0	100,0		8,9	100,0	
	Não respondeu	60,0			60,0			60,0			91,1		
		100,0			100,0			100,0			100,0		
COCAIS	Nada	5,9	6,0	6,0	7,1	7,3	7,3	3,5	3,9	3,9	14,1	14,8	14,8
	Pouco	25,9	26,5	32,5	16,5	17,1	24,4	28,2	31,6	35,5	22,4	23,5	38,3
	Muito	44,7	45,8	78,3	56,5	58,5	82,9	48,2	53,9	89,5	36,5	38,3	76,5
	Totalmente	21,2	21,7	100,0	16,5	17,1	100,0	9,4	10,5	100,0	22,4	23,5	100,0
	Total	97,6	100,0		96,5	100,0		89,4	100,0		95,3	100,0	
	Não respondeu	2,4			3,5			10,6			4,7		
		100,0			100,0			100,0			100,0		
PALMAS	Não sabe	,5	1,3	1,3	,5	1,3	1,3	1,0	2,6	2,6	1,0	2,7	2,7
	Nada	2,0	5,2	6,5	2,0	5,2	6,5	7,8	21,1	23,7	4,9	13,3	16,0
	Pouco	3,4	9,1	15,6	2,9	7,8	14,3	13,2	35,5	59,2	7,3	20,0	36,0
	Muito	29,3	77,9	93,5	25,9	68,8	83,1	15,1	40,8	100,0	21,0	57,3	93,3
	Totalmente	2,4	6,5	100,0	6,3	16,9	100,0	0,0	0,0	0,0	2,4	6,7	100,0
	Total	37,6	100,0		37,6	100,0		37,1	100,0		36,6	100,0	
	Não respondeu	62,4			62,4			62,9			63,4		
		100,0			100,0			100,0			100,0		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2013-2017).

Esses dados confirmam que a baixa circulação da moeda social Opala entre os usuários comprometem a aceitação da mesma, como informa a agente de crédito do BCD, de que as pessoas não aceitam grandes valores pois têm receio de não conseguir gastar no comércio local. Diante disso, segundo ela, o BCD usa a estratégia de inserir cédulas de valores baixos juntamente com as notas de reais para assim, garantir uma mínima saída de moedas sociais para circulação. Acredita também que as pessoas possuem “vergonha” de utilizar a moeda (um efeito diferente do esperado espírito de pertencimento, apontado na literatura), pois temem apresentá-la no comércio e ser rejeitada, apesar de terem mais de 200 empreendimentos cadastrados.

Percebe-se também um outro fator que limita a circulação das Opalas nas mãos da população: os comerciantes não realizam o pagamento dos seus funcionários por meio de moedas sociais



Já para a moeda **Cocal**, ainda com base na Tabela 3, percebemos números opostos à moeda Opala. No caso da primeira, o número dos que apontam que ela “Nada”/“Pouco” contribuem fica entre 28 e 38,3% , considerando as quatro questões apresentadas. Ou seja, a maioria os usuários acreditam na contribuição do Cocal para o território, o que foi também constatado no levantamento realizado no Conjunto Palmeiras, em 2013.

Os dados da tabela 2 mostram que a moeda social Cocal tem uma maior variedade de usos do que a Palmas e a Opala. Ao considerarmos isso, analisando conjuntamente com os dados da Tabela 3, é possível compreender que a variedade no ciclo percorrido pela moeda Cocal faz com que essa moeda, na percepção dos usuários, seja mais útil para o território, comparativamente às outras duas experiências analisadas.

Conforme os dados adicionais apontados no levantamento, os grandes atores do circuito da moeda social Cocal são: O Banco Cocais; os moradores da cidade de São João do Arraial e grande parte dos funcionários dos comércios locais. Estes últimos são pagos (total ou parcialmente) em Cocais. Observou-se que, geralmente, o comerciante não estabelece um percentual definido e acordado com o seu patrão. Com a quantidade de moedas sociais circulando, cerca de 50 mil Cocais, em um território de mais de setes mil habitantes, percebe-se um maior potencial de essa moeda social e do banco comunitário na economia local e no cotidiano dos moradores. Inclusive, para o desenvolvimento do comércio local, onde o consumo aumentou significativamente nos últimos anos, segundo nos fora relatado.

### **2.3.4 Percepção Geral da Utilidade Social para a população**

Na Tabela 4, tanto para as Opalas quanto para as Palmas, a percepção dos usuários é a mesma quanto à contribuição das moedas, em geral, para as suas vidas em particular, ou seja, a maioria entende que essas moedas “Nada” ou “Pouco” contribuem para melhorar sua vida, não sendo uteis, portanto, a sua não circulação não lhes faria falta, repetimos, segundo a opinião dos usuários considerados neste levantamento.

No caso das Opalas, os poucos usuários que utilizam, o fazem no comércio local e ressaltam algumas dificuldades e desafios da moeda social: “Tem pouca circulação, falta divulgação”; “O pessoal daqui não gosta de usar”; “Seria tão bom se todo mundo valorizasse, o povo de fora (turista) que valoriza.”.

**Tabela 4 - Contribuições das Moedas Sociais para a população**

Banco	Intensidade	3 - A MS ajudou a melhorar sua vida?			10 - A MS é útil para você?			12 - Se a MS deixasse de circular, faria diferença para você?		
		%	% Válido	% Cumul ativo	%	% Válido	% Cumul ativo	%	% Válido	% Cumul ativo
OPALA	Nada	33,3	83,3	83,3	20,0	50,0	50,0	8,9	100,0	100,0
	Pouco	6,7	16,7	100,0	16,7	41,7	91,7	0,0	0,0	0,0
	Muito	0,0	0,0		1,1	2,8	94,4	0,0	0,0	
	Totalmente	0,0	0,0		2,2	5,6	100,0	0,0	0,0	
	Total	40,0	100,0		40,0	100,0		8,9	100,0	
	Não respondeu	60,0			60,0			91,1		
		100,0			100,0			100,0		
COCAIS	Nada	28,2	29,3	29,3	16,5	16,9	16,9	35,3	36,6	36,6
	Pouco	20,0	20,7	50,0	38,8	39,8	56,6	25,9	26,8	63,4
	Muito	45,9	47,6	97,6	35,3	36,1	92,8	24,7	25,6	89,0
	Totalmente	2,4	2,4	100,0	7,1	7,2	100,0	10,6	11,0	100,0
	Total	96,5	100,0		97,6	100,0		96,5	100,0	
	Não respondeu	3,5			2,4			3,5		
		100,0			100,0			100,0		
PALMAS	Não sabe	1,0	2,6	2,6	,5	1,3	1,3	,5	1,3	1,3
	Nada	7,8	20,8	23,4	16,6	45,3	46,7	14,1	38,7	40,0
	Pouco	11,7	31,2	54,5	10,7	29,3	76,0	7,8	21,3	61,3
	Muito	16,6	44,2	98,7	8,3	22,7	98,7	12,7	34,7	96,0
	Totalmente	0,5	1,3	100,0	0,5	1,3	100,0	1,5	4,0	100,0
	Total	37,6	100,0		36,6	100,0		36,6	100,0	
	Não respondeu	62,4			63,4			63,4		
		100,0			100,0			100,0		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2013-2017).

Porém, os dados dessa Tabela 4 apresenta resultado curioso em relação à moeda Cocais. Apesar de grande parte perceber a contribuição para o território (ver tabela 3), a maioria dos usuários (50%; 56,6%, 63,4%) não percebe tal contribuição no que diz respeito à sua vida.

Em relação a essa moeda, tal resultado nos parece curioso pelo número expressivo de pessoas que a utilizam no território e pela variedade de seu ciclo. Desse modo, a análise de dimensões mais específicas da utilidade social pode contribuir para entender esse fenômeno, conforme veremos adiante.

### 2.3.5 Dimensão Econômica da Utilidade Social

Na tabela 5, apresentamos os dados referentes a elementos relacionados com a dimensão econômica, como o aumento das vendas do indivíduo (questão 6) e da renda da família (questão 7), bem como quanto ao consumo dentro do território (questão 8).

Para os três bancos, em relação à contribuição direta aos respondentes (questões 6 e 7), a percepção da maioria deles é a de que as moedas sociais “Nada” ou “Pouco” contribuem. Já quanto ao aumento dentro do consumo no território, um aspecto mais geral, apenas os usuários das moedas Opalas não percebem em sua maioria a contribuição. Mais de 60% dos usuários das moedas Cocais e quase 80% dos usuários das Palmas entendem que elas contribuem para o aumento desse consumo.

**Tabela 5 - Contribuições Econômicas das Moedas Sociais**

Banco	Intensidade	6 - A MS ajudou a aumentar suas vendas?			7 - A MS ajudou a aumentar a renda da sua família?			8 - A MS fez aumentar o consumo dentro do território?		
		%	% Válido	% Cumul ativo	%	% Válido	% Cumul ativo	%	% Válido	% Cumul ativo
OPALA	Nada	18,9	50,0	50,0	18,9	47,2	47,2	13,3	33,3	33,3
	Pouco	17,8	47,1	97,1	17,8	44,4	91,7	18,9	47,2	80,6
	Muito	1,1	2,9	100,0	3,3	8,3	100,0	6,7	16,7	97,2
	Totalmente	0,0	0,0		0,0	0,0		1,1	2,8	100,0
	Total	37,8	100,0		40,0	100,0		40,0	100,0	
	Não respondeu	62,2			60,0			60,0		
		100,0			100,0			100,0		
COCAIS	Nada	14,1	27,9	27,9	49,4	51,9	51,9	8,2	8,4	8,4
	Pouco	16,5	32,6	60,5	28,2	29,6	81,5	24,7	25,3	33,7
	Muito	20,0	39,5	100,0	16,5	17,3	98,8	56,5	57,8	91,6
	Totalmente	0,0	0,0		1,2	1,2	100,0	8,2	8,4	100,0
	Total	50,6	100,0		95,3	100,0		97,6	100,0	
	Não respondeu	49,4			4,7			2,4		
		100,0			100,0			100,0		
PALMAS	Não sabe	1,5	3,9	3,9	1,5	3,9	3,9	1,0	2,6	2,6
	Nada	11,7	31,2	35,1	11,2	29,9	33,8	2,9	7,8	10,4
	Pouco	8,3	22,1	57,1	10,7	28,6	62,3	3,9	10,4	20,8
	Muito	15,1	40,3	97,4	13,7	36,4	98,7	26,8	71,4	92,2
	Totalmente	1,0	2,6	100,0	0,5	1,3	100,0	2,9	7,8	100,0
	Total	37,6	100,0		37,6	100,0		37,6	100,0	
	Não respondeu	62,4			62,4			62,4		
	100,0			100,0			100,0			

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2013-2017).

Nesse particular, vale ressaltar que, conforme os dados da Tabela 2, tanto em relação ao Banco Palmas (dados de 2013) quanto ao Banco Rede Opala é pouco o volume de moedas que circulam em função de operações de crédito, segundo os usuários abordados nesse estudo. Desse modo, não sendo essas moedas fontes de créditos, o potencial de elas contribuírem economicamente é reduzido.

Seguindo a mesma lógica desse argumento, os usuários do Banco dos Cocais que participaram da pesquisa deveriam também apontar nesse sentido, contudo eles indicam, em sua maioria, que as moedas sociais apresentam contribuições nessa perspectiva econômica. Esse fato pode ser explicado a partir de outro cenário, o que mostra que a circulação dessa moeda no território se dá por uma gama ampla de formas. Por exemplo, conforme dados apontados pelo Banco dos Cocais, cerca de mil famílias recebem moedas sociais no pagamento do Bolsa Família. Os dados já apresentados também na Tabela 2, conforme já discutido anteriormente, trazem elementos que reforçam esse entendimento da variedade de circulação.

### **2.3.6 Dimensão “social” da Utilidade Social**

Outra dimensão da utilidade social, relacionada com a capacidade de gerar redes de relacionamento, de solidariedade e sociabilidade, é tratada na teoria como uma dimensão social. Nesse sentido, conforme dados da tabela 6, analisou-se a capacidade de as moedas contribuírem para que os usuários conheçam mais pessoas/amigos ou melhorem as relações de vizinhança.

**Tabela 6** - Contribuições sociais das Moedas Sociais

Banco	Intensidade	4 - Conheceu mais pessoas ou fez novos amigos depois do uso da MS?			8 - A MS ajudou a melhorar as relações de vizinhança?		
		%	% Válido	% Cumulativo	%	% Válido	% Cumulativo
OPALA	Nada	33,3	83,3	83,3	30,0	75,0	75,0
	Pouco	6,7	16,7	100,0	7,8	19,4	94,4
	Muito	0,0	0,0		2,2	5,6	100,0
	Totalmente	0,0	0,0		0,0	0,0	
	Total	40,0	100,0		40,0	100,0	
	Não respondeu	60,0			60,0		
		100,0			100,0		
COCAIS	Nada	28,2	29,3	29,3	52,9	54,2	54,2
	Pouco	20,0	20,7	50,0	27,1	27,7	81,9
	Muito	45,9	47,6	97,6	17,6	18,1	100,0
	Totalmente	2,4	2,4	100,0	0,0	0,0	
	Total	96,5	100,0		97,6	100,0	
	Não respondeu	3,5			2,4		
		100,0			100,0		
PALMAS	Não sabe	1,0	2,6	2,6	3,9	10,8	10,8
	Nada	7,8	20,8	23,4	11,2	31,1	41,9
	Pouco	11,7	31,2	54,5	7,3	20,3	62,2
	Muito	16,6	44,2	98,7	13,2	36,5	98,6
	Totalmente	0,5	1,3	100,0	0,5	1,4	100,0
	Total	37,6	100,0		36,1	100,0	
	Não respondeu	62,4			63,9		
	100,0			100,0			

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2013-2017).

Em relação às três moedas, o entendimento quanto a tal contribuição, para a maioria dos respondentes, é o de que elas “Nada” ou “Pouco” contribuem, conforme pode ser verificado na Tabela 6. No caso do BCD Opala, percebeu-se que há uma precária divulgação do papel social do banco comunitário perante aos moradores da cidade, sendo que, por exemplo, o próprio banco reconhece que é necessário melhorar e estreitar a sua relação com os usuários, pois muitos ainda desconhecem a moeda e seu potencial transformador do território. Segundo a agente de crédito, embora não cumpra o seu papel econômico, a moeda tem um papel simbólico de valorização da identidade local.

Portanto, entendemos que é necessário que essa dimensão seja instituída nos próprios discursos institucionais dos bancos, sobretudo o da Rede Opala, que precisa apresentar o BCD e sua moeda não apenas como uma fonte de criação de oportunidades econômicas.

De todo modo, como verificamos que a moeda social Cocal – a mais utilizada entre as três – apresenta níveis elevados de utilidade social, inferimos que o fato de as outras moedas sociais não serem consideradas uteis para grande parte de seus usuários não significa em si um problema dessa tecnologia social. Com relação à Opala, que analisamos comparativamente à Cocal, notamos que o problema reside no não funcionamento da moeda Opala em conformidade com as suas premissas básicas, previstas na literatura.

De certo modo, quando o Banco Opala efetua os pagamentos de créditos fornecidos aos moradores diretamente aos empreendimentos nos quais tais moradores compraram, para que assim obtenham a Nota Fiscal que comprove à ONG mantenedora que a operação aconteceu, ela está “quebrando” a premissa de que, nos BCDs, as garantias se dão por relações de confiança, vizinhança e proximidade, além de resultar numa menor circulação da Moeda Social (que não passa pela mão do morador). Nesse contexto, como esperar que tais moedas sociais sejam conhecidas e sejam consideradas uteis socialmente, por quem nem a toca?

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo corrobora o entendimento de McHugh, Biosca e Donaldson (2017), que apontam que os aspectos contextuais fazem com que a atuação dessas organizações tenha níveis de impacto diferentes. Nesse sentido, é preciso que os procedimentos de averiguação da utilidade social dessas organizações considerem o contexto de cada uma delas.

Nesse cenário, constatamos que a avaliação do impacto, ou da utilidade social, como aqui resignificamos, dos Bancos Comunitários através de suas moedas sociais, não pode ser feita a partir apenas de instrumentos quantitativos, frios. Para que essa avaliação seja completa, é preciso recorrer a técnicas que permitam maior profundidade nas análises, como as técnicas qualitativas de observação e entrevistas. Só assim, será possível entender os meandros de cada cenário de atuação desses bancos.

Dito isso, as análises aqui realizadas permitem identificar alguns problemas específicos nos circuitos monetários investigados e orientar mais diretamente as ações dos BCDs para dinamizar a economia local por meio do uso da moeda social criada. Entendemos isso como uma contribuição na inovação de processos locais a partir dos próprios agentes de crédito. No que diz respeito à contribuição para políticas públicas, acreditamos que as discussões em torno do uso da moeda, do microcrédito ofertado pelos BCDs e das especificidades locais apontam para ações públicas (e políticas) no sentido de apoiar essas experiências, principalmente em contextos de crise. Nossas informações mostram, por exemplo, como a prefeitura de São João

do Arraial (PI) inovou ao apoiar a criação do Banco dos Cocais e ainda atrelar o pagamento de salários do funcionalismo público local ao uso de moeda social.

Verificamos que esse BCD, e sua moeda, instituídos a partir desse apoio do Estado, inclusive na criação de legislação específica que trate do tema, apresentam um fluxo mais diversificado do que outras moedas que não contaram com esse aparato. Nesse mesmo sentido, percebemos a importância do papel da sociedade civil e a liberdade política para que os cidadãos sejam envolvidos e deliberem sobre os fatos que afetam seu cotidiano. Nesse aspecto, com uma grande variedade de atores envolvidos na sua constituição, destaca-se o Banco dos Cocais, que foi o que revelou neste estudo maior utilidade social na perspectiva de seus usuários/beneficiários, bem como o que mais conseguiu atingir o objetivo de fazer circular no território as suas moedas sociais.

Embora essas contribuições possam ser apontadas, este estudo traz algumas limitações em função da não ampliação na quantidade de beneficiários alcançados (ainda que este não busque estabelecer generalizações estatísticas). Além disso, ele restringiu a sua análise à utilidade social de maneira geral e, de maneira específica, a apenas duas dimensões: a econômica e a social. Desse modo, outros estudos podem buscar ampliar o número de usuários/beneficiários participantes da pesquisa, bem como incluir nas análises as outras dimensões da utilidade social: como a cultural, a ambiental e a social.

Outras futuras pesquisas são também vislumbradas a partir dos achados dessa investigação. A relação dos aspectos dos territórios e o uso de moedas sociais (e os papéis que ela desempenha em cada um) está longe de ser concluída. Como dissemos, a diversidade do material qualitativo obtido aponta na direção oposta ao estabelecimento de padrões de comportamento dos circuitos monetários alternativos e vai ao encontro de permitir que as especificidades de cada local indiquem como cada experiência pode atuar de forma efetiva no desenvolvimento do seu território. O próximo passo deve seguir nessa direção, bem como assumir a necessidade premente de avaliar essas experiências a partir do termo denominado “utilidade social”. Nesse ponto, a perspectiva dos usuários e moradores da comunidade, a nosso ver, é condição ímpar para indicar dimensões e indicadores para avaliação dessas experiências. Ainda, nessa perspectiva, como já alinhavado, os achados particulares dessa pesquisa nos direcionam para uma metodologia de avaliação flexível, adequada às organizações da sociedade civil e que privilegie os aspectos sociais tanto quanto os econômicos.

## REFERÊNCIAS

- BÚRIGO, Fábio Luiz. Moeda social e circulação de riquezas na economia solidária (2002). Disponível em: [http://money.socioeco.org/documents/67pdf\\_Moeda.pdf](http://money.socioeco.org/documents/67pdf_Moeda.pdf) Acesso em: 29 de agosto de 2010.
- CANÇADO, A. C. Fundamentos teóricos da gestão social. 2011. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.
- CINTINA, I; LOVE, I. Re-evaluating Microfinance: Evidence from Propensity Score Matching. *The World Bank Economic Review*, p. 1–21, 2017.
- FRANÇA FILHO, Genauto; SILVA JÚNIOR, Jeová. Bancos comunitários de desenvolvimento. HESPANHA, P. et al., *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra: Almedina, 2009.
- GADREY, J. L'utilité sociale des organisations de l'économie sociale et solidaire: une mise en perspective sur la base de travaux récents: rapport de synthèse pour la DIES et la MIRE. Lille: CLERSE-IFRESI/Université de Lille 1, 2004. 136p.
- \_\_\_\_\_. Utilité sociale. In: CATTANI, Antonio; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). *Dictionnaire de l'autre économie*. Paris: Desclée de Brouwer, 2005. p. 517-524.
- KSOLL, C.; LILLEOR, H. B.; LONBORG, J. H.; RASMUSSEN, O. D. Impact of Village Savings and Loan Associations: Evidence from a cluster randomized trial. *Journal of Development Economics*, v. 120, p. 70-85, 2016.
- LAPENU, C.; KONINI, Z. RAZAKAHARIVELO, C. Évaluation de la performance sociale: les Enjeux d'une finance responsable. *Revue Tiers Monde*, n. 197, p. 37-54, 2009. DOI 10.3917/rtm.197.0037.
- McHUGH, N.; BIOSCA, O.; DONALDSON, C. From wealth to health: Evaluating microfinance as a complex intervention. *Evaluation*, v. 23, n. 2, p. 209-225, 2017.
- MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra. Bancos comunitários. 2009.
- MITCHEL, G. E; BERLAN, D. Evaluation and Evaluative Rigor in the Nonprofit Sector. *Nonprofit Management & Leadership*, v. 27, n. 2, 2016.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Evaluation in Nonprofit Organizations: An Empirical Analysis. *Public Performance & Management Review*, Doi: 10.1080/15309576.2017.1400985.
- PIRES, L. Entre Notas e Moedas: Trocas e Circulação de Valores entre Negociantes em Constituição. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 149-178, jan./jun. 2013.
- RAPOSO, Jaciara Gomes; DE FARIA, Maurício Sardá. Banco Comunitário e Moeda Social: Organização Comunitária e Desenvolvimento Local. *Revista Organizações em Contexto-online*, v. 11, n. 22, p. 551-569.



REY-GARCIA, M., LIKET, K., ALVAREZ-GONZALEZ, L. I.; MAAS, K. Back to Basics: Revisiting the Relevance of Beneficiaries for Evaluation and Accountability in Nonprofits. *Nonprofit Management & Leadership*, v. 27, n. 4, p. 493-511, 2017.

RIGO, ARIÁDNE SCALFONI. Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas. 2014. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

RIGO, Ariádne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. ((Re)Pensando Critérios para uma Tipologia Simplificada e Pertinente ao Caso das Moedas Sociais dos Bancos Comunitários Brasileiros. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXXVIII EnANPAD. Anais Eletrônicos... Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

\_\_\_\_\_. Bancos Comunitários e moedas sociais no Brasil: reflexões a partir da noção de economia substantiva. 2017.

SILVA JR., Jeová Torres. Gestão Social das Finanças Solidárias: a Utilidade Social na Centralidade da Avaliação dos Bancos Comunitários Brasileiros. 2015. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

\_\_\_\_\_; RIGO, A. S.; PASSOS, A. V. D. Gestão Social nas Finanças Solidárias: Reflexões sobre a Avaliação da Utilidade Social dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil. *NAU Social*, v. 6, p. 151, 2015.

SOARES, Cláudia Lúcia Bisaggio. Moeda Social. In CATTANI, A. D. et. al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**: Edições Almedina, 2009, p. 255-259.

## A AUTOGESTÃO DE MULHERES ARTESÃS: UMA PERSPECTIVA DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NA FAZENDA CARINHOSA DO TRIÂNGULO MINEIRO DO ANO 2017 E 2018

*Ana Carolina Alves de Souza*<sup>5</sup>  
*Marcielle Cristina Pessoa Ribeiro*<sup>6</sup>  
*Cristiane Betanho*<sup>7</sup>

### Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar e avaliar os impactos socioeconômicos, culturais, autogestionários e de cooperativismo na perspectiva da Economia Popular Solidária que as artesãs da Fazenda Carinhosa possuem, bem como a relevância de resistência, de empoderamento que o grupo AMA E AFAGA (Associação de Mulheres Artesãs e Agricultoras Familiares e Grupos de Afinidades) busca em sua história. Discutiu-se ainda a trajetória das entrevistadas, tendo em vista suas particularidades e semelhanças, a importância de cooperarem entre si solidariamente e gerarem renda de acordo com a militância que vai contra aos parâmetros da Economia de Mercado. A fim de cumprir com os objetivos, foram abordados os temas pertencentes à EPS, a relevância do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) para o movimento solidário, desenvolvimento do espírito autogestionário e cooperativista no grupo, a história feminina na produção de artefatos, assim como as contribuições de assessoria que o Cieps enquanto incubadora vem oferecendo as artesãs por meio dos cursos de formação política, rodas de conversas, cursos de boas práticas para manipulação de alimentos, assistência técnica aos produtores rurais, entre outros. Portanto, o estudo é com bases metodológicas de observação e entrevistas semiestruturadas.

**Palavras-chave:** Economia Popular Solidária. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Autogestão. Cooperativismo.

---

<sup>5</sup> Cursando Graduação em Administração, Universidade Federal de Uberlândia, Resultado parcial do projeto “Apoio a continuidade dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários no município de Uberlândia e Região do Triângulo Mineiro (MG)”, financiado pelo MTb-SENAES/CNPq, coordenado pela Profa. Dra. Cristiane Betanho, anacarolinaalvesdesouza06@gmail.com.

<sup>6</sup> Cursando Graduação em Administração, Universidade Federal de Uberlândia, Resultado parcial do projeto “Apoio a continuidade dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários no município de Uberlândia e Região do Triângulo Mineiro (MG)”, financiado pelo MTb-SENAES/CNPq, coordenado pela Profa. Dra. Cristiane Betanho, marciellepessoa@gmail.com.

<sup>7</sup> Doutorado em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Uberlândia, Resultado parcial do projeto “Apoio a continuidade dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários no município de Uberlândia e Região do Triângulo Mineiro (MG)”, financiado pelo MTb-SENAES/CNPq, coordenado pela Profa. Dra. Cristiane Betanho, crisbetanho@ufu.br.

## THE SELF-MANAGEMENT OF ARTISAN WOMEN: A PERSPECTIVE OF THE SOLIDARY POPULAR ECONOMY IN THE CARINHOSA FARM OF THE TRIÂNGULO MINEIRO FROM THE YEAR 2017 AND 2018

### Abstract

This study aims to analyze and evaluate the socioeconomic, cultural, self-management and cooperative impacts of the Popular Solidarity Economy that the Fazenda Carinhosa artisans possess, as well as the relevance of resistance, of empowerment that the AMA E AFAGA group (Women Artisans and Family Farmers and Affinity Groups) search in their history. We also discussed the trajectory of the interviewees, considering their particularities and similarities, the importance of cooperating with each other jointly and generating income in accordance with the militancy that goes against the parameters of the Market Economy. In order to comply with the objectives, the themes pertaining to the EPS, the relevance of the Brazilian Solidarity Economy Forum (FBES) for the solidarity movement, the development of the self-management and cooperative spirit in the group, the women's history in the production of artifacts, such as the contributions of advice that the Cieps as an incubator has been offering the artisans through political training courses, conversational wheels, courses of good practices for handling food, technical assistance to farmers, among others. Therefore, the study is based on methodological observation and semi-structured interviews.

**Keywords:** Popular Solidarity Economy. Brazilian Forum of Solidary Economy. Self-management. Cooperativism.

## 1 INTRODUÇÃO

A Economia Popular Solidária é a busca e o enaltecimento social do trabalho humano, enfatizando o saber, as relações humanas e não o capital que visa somente à produtividade e a lucratividade, excluindo assim os trabalhadores. Assim, a Economia Popular Solidária se opõe a lógica do mercado capitalista que leva acreditar que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital (III Plenária Nacional da Economia Solidária, junho de 2003).

De acordo com o site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, (FBES, 2013), podemos afirmar que há três pilares básicos bem definidos da Economia Solidária apresentadas a seguir: economia, cultural e política. Economicamente, é uma maneira de produção econômica, comercialização, serviços e finanças pautadas sempre na colaboração entre todos os envolvidos no processo, nesse procedimento ficam evidente as diversas formas de autogestão, ou seja, não há hierarquia, todos são responsáveis pelo desenvolvimento. A Economia Solidária também tem seu viés cultural, uma vez que apresenta formas de produção e consumo benéficos e sustentáveis. Com essas diferenças cria-se uma quebra de paradigmas da forma tradicional de competição para a de competição livre, dividida e mais justa. Por fim, politicamente é um movimento que visa à luta dos atuais padrões de sociedade, deixando os atuais que são aqueles que sempre buscam o lucro desenfreado para um grande patrão, para uma forma independente, garante o desenvolvimento pessoal de todos que estão inseridos no processo, sempre pensando na solidariedade, soberania popular, cooperar, conservação do meio ambiente e direitos humanos.

A Economia Solidária surge com o propósito de trazer consigo o contexto histórico e de luta de todos os trabalhadores e trabalhadoras, visto que há uma defesa em combate a exploração do trabalho humano e a maneira que o capitalista institui as relações sociais e humanas entre si e destes com a natureza (FBES, 2013).

Tendo em vista tais abordagens, o presente estudo de caso tem como objetivo analisar e avaliar os impactos socioeconômicos, culturais, autogestionários e de cooperativismo na perspectiva da Economia Popular Solidária que as artesãs da Fazenda Carinhosa possuem, bem como a relevância de resistência, de empoderamento que o grupo AMA E AFAGA (Associação de Mulheres Artesãs e Agricultoras Familiares e Grupos de Afinidades) busca em sua trajetória.

Utilizaram-se como embasamento as experiências relatadas das mulheres da Fazenda Carinhosa, situada na região rural da cidade de Uberlândia no estado de Minas Gerais. Buscou identificar a partir de uma pesquisa com metodologia de ordem bibliográfica, por observação e

entrevistas semiestruturadas, em que se permitiu conhecer melhor a atuação das mulheres no campo. Percebe-se que a jornada delas frente ao trabalho em campo é de suma relevância para o fortalecimento, desenvolvimento e delineamento do trabalho da Economia Popular Solidária, na qual demonstra evidenciar e consolidar princípios como a autogestão. Por fim, o trabalho vem propor a autogestão trazendo a Economia Popular Solidária, a fim de ultrapassar as barreiras econômicas, políticas e sociais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Contrariando a lógica da exploração do trabalho humano utilizada pelo Capitalismo, a Economia Popular Solidária veio como alternativa ao modelo capitalista adotado nas relações sociais entre os seres humanos bem como com a natureza (III Plenária Nacional da Economia Solidária, junho de 2003).

Devido ao alto grau de exploração do trabalho humano no princípio do capitalismo, os proletários eram motivados somente pelo salário. A partir de então, as trabalhadoras e os trabalhadores se viram obrigados a agrupar-se em sindicatos, buscando proteção a si mesmos bem como a seus direitos básicos, além de extinguir a exploração trabalhista na qual viviam. Outra maneira de ir contra as práticas exploratórias da época, foi à criação dos empreendimentos cooperativados que utilizavam da autogestão, apresentando-se como alternativa ao modelo tradicional capitalista de produção e comercialização. Nesses empreendimentos os trabalhadores não eram assalariados (III Plenária Nacional da Economia Solidária, junho de 2003).

Segundo Singer (2002), os diversos empreendimentos de Economia Solidária no Brasil tiveram um grande avanço nos anos de 1980 e 1990 utilizando a prática da autogestão. Foi nessa época que os trabalhadores passaram a comandar empresas que haviam falido e houve crescimento das cooperativas ligadas ao movimento sem-terra.

Ainda hoje se percebe o crescente desenvolvimento destes empreendimentos, principalmente pelas crises econômicas que geram redução de postos de trabalho, deixando cada vez mais pessoas a margem da sociedade, além da globalização que abriu os mercados mundiais (MALASSISE, 2011).

### 2.1 PROPOSTAS DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

O modelo econômico capitalista neoliberal, segundo exercitado no Brasil, por decorrência da concentração da renda, desemprego, diminuição do valor nominal dos salários e ameaças ao meio ambiente, um conjunto de atributos que contribuem para o adensamento das desigualdades e da segregação social (CATTANI, 2003).

É nessa situação de provocação da questão social e de organizações que embarcam em um processo falencial, que inicia nos anos 90, uma sugestão de base econômica-social, baseada em valores como a solidariedade, a autogestão, a repartição igualitária de exceder. Surgida no Movimento Sindical, que contribui para criação e de estruturas de apoio à formação de coletivos de trabalhadores, organizados de modo associativo, essa proposta recebe a designação de Economia Popular Solidária. O popular reporta-se às origens de seus trabalhadores e o qualificativo de solidária, ao padrão que seus idealizadores sugerem para as relações sociais de produção.

Economia Popular Solidária é um conjunto de empreendimentos que proporcionam duas características específicas: a solidariedade entre seus indivíduos mediante o exercício da autogestão e a solidariedade com os trabalhadores em geral, beneficiando os que mais necessitam (SINGER, 2003).

As dimensões sociais e econômicas não se esgotariam, uma vez que a Economia Popular Solidária propõe conteúdo político, tais dimensões estão fortemente ligadas e articuladas, de maneira que se faz necessário observar em sua totalidade e não de modo isolado a fim de ponderar ações da Economia Popular Solidária (LAVILLE, 2002).

Outro autor menciona e destaca o caráter político dos empreendimentos da EPS (Economia Popular Solidária), o que corresponde em um conjunto do movimento de luta, resistência, na qual estabelece uma nova relação com o econômico, que conseqüentemente passaria à condição de meio a serviço da realização de objetivos sociais. Ele ressalta o caráter comunitário dos empreendimentos de trabalho e renda, conforme os princípios da Economia Popular Solidária, de maneira que se diferenciam as formas abstratas de solidariedade e propostas historicamente pelo Estado, uma vez que estão voltados para a solução da problematização social (FRANÇA FILHO, 2002).

Para França e Leville (2004) a Economia Popular Solidária equivale a uma tentativa de fazer valer os princípios do associativismo e do cooperativismo, na perspectiva da solidariedade, sob a maneira de produção capitalista.

As diferenças entre a Economia de Mercado e a Economia Popular Solidária são fortemente destacadas a seguir no quadro comparativo por Betanho e Fernandes, (2017, p.52):

**Quadro 1 - Diferenças entre Economia de Mercado e Economia Popular Solidária**

<b>ECONOMIA DE MERCADO</b>	<b>ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA</b>
Capital e trabalho são recursos de pessoas diferentes	Capital e trabalho pertencem aos trabalhadores
Objetivo: lucro	Objetivo: retorno social e financeiro
Individualismo e Competição	Solidariedade e Cooperação
Concentração dos ganhos nos donos da empresa	Distribuição dos ganhos entre os donos, que são os trabalhadores
Agentes Econômicos	Agentes Econômicos e Sociais
Trabalhador é empregado, ganha salário e não participa da riqueza gerada	Trabalhador faz retiradas e divide a riqueza gerada com os demais trabalhadores-empresendedores, participantes do empreendimento
Poder sobre o Mercado	Relacionamento com o mercado
Responsabilidade social é retórica	Responsabilidade social verdadeira
O Estado não participa	O Estado e a Sociedade participam

Fonte: Elaboração própria Betanho e Fernandes (2017, p.52).

No que tange a autogestão na perspectiva da EPS pode ser definido como uma junção de práticas sociais com atributos democráticos para a tomada de decisão, na qual permite criar autonomia de um “coletivo” permitindo o poder compartilhado, ou seja, reflete o modo de agir do coletivo (ALBUQUERQUE, 2003).

Ao avaliar os empreendimentos da Economia Popular Solidária, existem oito características, bem como: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, viabilidade, responsabilidade social e desenvolvimento humano (GAIGER, 2003).

No que se refere à autogestão há algumas vantagens desse modo de gestão: a redução de divergência de alcances entre os participantes, a disposição para a resolução de conflitos, maior número de opiniões e conhecimentos dos envolvidos, as quais enriquecem, dessa maneira, o processo participativo (SINGER, 2000).

## 2.2 ARTESANATO E TRAJETÓRIA FEMININA

Tendo em vista que já se detalhou os princípios da Economia Popular Solidária como uma alternativa que vai contra a lógica capitalista da Economia de Mercado, faz-se necessário

neste ponto abordamos o artesanato como um caminho para a construção e solidificação de tal economia alternativa, apresentando sua definição conforme alguns autores bem como sua trajetória até o presente momento.

O termo artesanato vem construindo ao longo da história seu significado, desde sua primeira aparição no final do século XIX, uma vez que devido as suas variações, nas quais se confundem algumas vezes o ofício do artesão e do artista, não há uma definição concreta (OLIVEIRA, 2011). Por tanto, defini-lo e dar-lhe significado torna-se tarefa quase impossível e problemática, à medida que nos remete aos distintos saberes e culturas como parte do imaginário coletivo, expressando as tradições populares de cada região com papel agregador a arte popular (LEMOS, 2011).

Segundo Pereira (1979, p.21), define-se artesanato como “um complexo de atividades de natureza manual, através das quais o homem manifesta a criatividade espontânea”.

Lemos (2011) em sua dissertação apresenta a definição de artesanato conforme o Programa de Artesanato Brasileiro – PAB, (p. 41):

...o produto resultante da transformação da matéria-prima, com predominância manual, por um indivíduo que detém o domínio integral de uma ou mais técnicas previamente conceituadas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural, com ou sem expectativa econômica, podendo, no processo, ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios. (PAB, 2000)

Ainda conforme o PAB, o artesão por sua vez é o trabalhador que exerce o ofício individualmente, utilizando técnicas predominantemente manuais em sua especialidade para transformar a matéria prima bruta ou manufaturada em produto final, podendo ainda ter o auxílio de equipamentos que não sejam automáticos ou duplicadores de peças.

Sandroni (1999) complementa que o artesanato pode ser produzido em pequenos grupos, desde que a divisão das técnicas do trabalho seja bastante rudimentar, uma vez que o artesão deve ter pleno conhecimento do trabalho desenvolvido participando de todo o processo, para enfim decidir a finalidade do produto.

Sendo assim, torna-se necessário compreender a história da produção artesanal que permeia por diversos povos primitivos, passando pela Antiguidade com os povos egípcios, babilônicos, gregos e romanos, posteriormente pela Idade Média, a Idade Moderna e por fim aos dias atuais. Abordando ainda como a divisão sexual do trabalho nas sociedades antigas faziam distinções de trabalho feminino e masculino em cada fase da história.

Desde o princípio os povos mais primitivos já realizavam a divisão do trabalho na produção do artesanato, fazendo distinção de trabalho masculino e trabalho feminino. Um



exemplo disso se passa na Grécia na Antiguidade, em que as atividades masculinas consistiam em marcenaria e confecção de calçados, por sua vez as mulheres eram responsáveis pelas atividades de fiação e tecelagem, a costura, o bordado e a tapeçaria. Mesmo após a expansão do sistema de produção grega, cabiam às mulheres e crianças terem domínio da tecelagem além das atividades domésticas e alimentícias (PEREIRA, 1979).

Na Idade Média, a produção do artesanato evoluiu significativamente deixando de ser apenas para o consumo familiar passando a ser comercializada no mercado, possivelmente sobre o domínio do sistema feudal (Dantas, Guimarães e Almeida, 2009). Inicialmente conforme Sandroni (1999), a produção artesanal acontecia na zona rural por intermédio do camponês que era autossuficiente no atendimento às suas necessidades, posteriormente com o nascimento e avanço das cidades tal como o desenvolvimento da produção e dos mercados, passou-se a confeccionar os artefatos nas chamadas corporações de ofício nas cidades recém-formadas.

As corporações de ofício tinham o mestre artesão como figura central da produção detentor de todas as fases do processo, sendo auxiliado pelos aprendizes. Com os acontecimentos emergentes da época, percebe-se o nascimento do capitalismo ao qual o artesão perde o controle do ciclo produtivo e o comerciante passa fazer o intermédio entre fornecedor e consumidor final (HUNT, 1989).

Assim como na Antiguidade, nota-se então que a divisão do trabalho persistiu ao tempo e chegou a Idade Média com a distinção das tarefas por gênero, em que o papel da mulher no ofício artesanal é vislumbrado como inferior ao homem. Sennett (2009) menciona que os homens do ofício artesanal não aceitavam as mulheres como membros, sendo elas responsáveis pelas atividades domésticas na casa das oficinas.

A única atividade destinada à mulher da época, delegado pela Igreja, estava relacionado à tecelagem ou bordados, conforme Sennett (2009):

“Os patriarcas da Igreja consideravam as mulheres especialmente tendentes à licenciosidade sexual se nada tivessem para ocupar as suas mãos. Este preconceito deu origem a uma prática: a tentação feminina podia ser combatida através de um artesanato específico, o da agulha, fosse na tecelagem ou no bordado, mantendo permanentemente ocupadas as mãos das mulheres (p. 71-72)”.

No período correspondente a Revolução Industrial, a mulher mais uma vez se vê responsável por cuidar do lar e da criação dos filhos enquanto seus maridos trabalhavam nas indústrias e fábricas. Mas nada as impedia de continuar produzindo artefatos manuais com tecido e agulha na esfera privada (Becker, 2012).

Relatos apontam que ao longo da história as mulheres sempre trabalharam, apesar de nunca haver visibilidade dos seus esforços, sejam trabalho doméstico ou mesmo a produção caseira dos artesanatos. O ponto chave é que mesmo sendo um trabalho reconhecido é meramente desprezado ou nomeado como “trabalhos de mulheres” ou ainda simples manualidades, conforme menciona Perrot (1978 apud KERGOAT et al., 2009). Saffioti (1981) ainda afirma que no Brasil a ideologia de que os trabalhos manuais são mais bem desempenhados pelas mulheres é muito forte, o que nos mostra uma visão machista que banaliza o potencial feminino.

### 2.3 VARIAÇÕES DO ARTESANATO

Ao desenvolver o histórico feminino no processo produtivo de artefatos, podem-se definir os tipos de artesanatos conforme sua origem, natureza de criação e de produção, tal como os valores provenientes dos modos produtivos, das minúcias de quem produziu e da representatividade do produto, determinando os valores históricos e culturais no tempo e espaço onde é constituído. Mediante a isso, são pontuados cinco tipos de artesanatos, conforme Lemos (2011), sendo eles: o artesanato indígena, de reciclagem, o tradicional, de referência cultural e o contemporâneo conceitual.

Entende-se por artesanato indígena aquele resultante dos trabalhos realizados nas comunidades de etnias indígenas, identificando o valor de uso, a relação social e cultural de tal comunidade. Usualmente a confecção das peças acontece por intermédio de trabalhos coletivos que incorporam o cotidiano da tribo. (LEMOS, 2011).

O artesanato de reciclagem é decorrente de matéria-prima oriunda de reaproveitamento, sendo valorizado por seu público devido à preocupação em preservar os recursos do meio ambiente, reutilizando assim materiais que demorariam anos a se decomporem na natureza. Este tipo de artesanato contribui não somente para a diminuição da extração de recursos naturais, mas busca conscientizar os cidadãos da importância de dar destino correto aos materiais e resíduos que compõem o lixo doméstico. (LEMOS, 2011).

Por sua vez, Lemos (2011), nos mostra a relevância do artesanato tradicional para consolidação da cultura de determinado lugar, remetendo-se ao conjunto de artefatos que expressam as raízes de determinado grupo, representando suas tradições incorporadas ao cotidiano dos envolvidos, sendo parte integrante e indissociável dos seus usos e costumes. Em geral, a produção ocorre no seio familiar ou comunitário, em que possibilita e favorece a disseminação dos valores culturais do grupo, além de facilitar a transmissão de conhecimentos

de técnicas, processos e desenhos originais. Sendo necessário para manter viva a história cultural de uma comunidade passada de geração em geração. Esse tipo de artesanato é aplicável às atividades desenvolvidas pela amostra deste estudo de caso, conforme observaremos nas imagens a seguir e posteriormente nas discussões e resultados.

**Figura 1** - Artesanatos confeccionados pelo grupo AMA E AFAGA no Centro de Convivência na Fazenda Carinhosa



**Figura 2** - Cabaças e panos de pratos do grupo AMA E AFAGA



Já no artesanato de referência cultural, seu ponto chave está no resgate ou releitura de elementos tradicionais de dada cultura da região ao qual pertence. Os produtos são resultados de uma intervenção planejada que objetiva diversificar os produtos, dinamizando a produção, agregando valor e otimizando os custos, preservando ainda os traços da cultura de determinado povo com o intuito de adaptá-los às preferências do mercado, bem como as necessidades do consumidor final. As peças são provenientes de estudos que avaliam as tendências e demandas do mercado, sendo considerado um dos mais competitivos dentro do artesanato brasileiro fortalecendo a ampliação das atividades (LEMOS, 2011).

Por fim, a autora apresenta a definição de artesanato contemporâneo conceitual como aquele realizado por pessoas que apresentam formação artística, de nível educacional e cultural

mais elevado e comumente ligado aos centros urbanos, resultante de projetos que afirmam um estilo de vida ou afinidade cultural. Inovar é o ponto central dentro desse processo produtivo que o difere dos demais conceitos de artesanato, afirmando o estilo de vida e valores dos envolvidos.

## 2.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA SOB A ÓTICA AMPLIADA DA AUTOGESTÃO

Inúmeros conceitos incidem sobre a autogestão, uma palavra que no significado lato, compreende-se por um conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisões, que propicia a autonomia de um "coletivo". É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independentemente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais.

É relevante mencionar que este termo é bastante conhecido pelos ativistas da Economia Solidária, expondo autogestão como modo de autonomia da trabalhadora e do trabalhador sobre a gestão do empreendimento, em que todos os trabalhadores estão informados de todo o processo de trabalho, na qual é exercido de maneira clara, permitindo tomar decisões claras. É compreendido como modo de organização do trabalho, ou seja, onde não existe separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. A maneira de produção é coletiva, o que caracteriza a presença de um processo de educação em contínua construção na organização (CANÇADO, 2007).

No que lhe concerne à autogestão remete uma significância que abarca uma mudança completa da sociedade em todos os âmbitos seja, econômico, político e social, na qual relaciona não somente na maneira de administrar, mas na precisão de um planejamento e de um projeto social (FARIA, 2009).

Essa visão abrange, pois, autogestão trata-se de um modelo de gestão, ou seja, possui uma visão de múltiplas dimensões, como: social, econômico, político e técnico e diz respeito a uma maneira de organização de ação grupal. A autogestão tem uma dimensão social, visto que é entendido como decorrência de um processo capaz de conceber atos e resultados oportunos para todos os indivíduos e grupos que dela pertencem. No que tange ao caráter econômico necessita as relações sociais de produção, que oferecem mais valor ao fator trabalho do que ao capital. Sua perspectiva política fundamenta-se em sistemas de representar os valores, princípios e práticas oportunas e criadoras de condições para a tomada de decisão, no que consiste o resultado de uma construção coletiva e que permita compartilhar o poder, ou seja,

opinar e de decidir de modo que garanta o equilíbrio, respeito e o papel de cada um dentro da organização. No que diz respeito o aspecto técnico ele consente refletir num outro formato de organização e de divisão de trabalho (ALBUQUERQUE, 2003).

Diante desse contexto, evidencia que a autogestão é um princípio da ES (Economia Solidária), sendo característica essencial para os empreendimentos solidários, vistos que se configuram como tal, mas, essa prática é inconstante entre as organizações de apoios, as quais são em sua maioria qualificadas pela falta de organização administrativa democrática.

A autogestão é complexa dentro da Economia Solidária, pois o que acontece é que muitas vezes diversos projetos são solidários, porém não são autogestionárias. Salienta que as relações de trabalho autogestionárias se exibem como adversas “as relações capitalistas de assalariamento, exploração dos trabalhadores, separação entre gestão e execução, entre trabalho intelectual e manual”. A autogestão se opõe às práticas paternalistas, assistencialistas e clientelistas, bem como evita a corrupção dos dirigentes. A autogestão é associada a uma nova concepção de democracia participativa e de exercício efetivo da cidadania (LECHAT; BARCELOS, 2008).

Alguns autores ressaltam que a Economia Solidária acaba não priorizando um dos desígnios que é autogestão, descaracterizando e se confundindo com programas de transferência de renda ou de terapia ocupacional voltado ao assistencialismo, à proposta deveria ser de promover ações emancipatórias do fomento e apoio aos empreendimentos econômicos solidários, mas, o que observa é a dependência ao poder público municipal, tendo a necessidade de políticas de empreendimentos solidários que obtenha a autogestão e a autonomia.

## 2.5 TRABALHO

Para Marx, o trabalho é uma dimensão insuprimível da vida humana, isto é, uma dimensão ontológica essencial, pois, por meio dele, o homem cria, livre e consciente, a realidade, bem como o consente dar um salto da mera existência orgânica à sociabilidade (LUKÁCS, 1981). É também pelo trabalho que a subjetividade se constitui e desenvolve-se continuamente, num processo de autocriação de si.

Marx ainda admite que o trabalho humano é distinto da atividade produtiva dos demais seres vivos, pois ele envolve consciência, anseio e um determinado comportamento próprio de seu gênero. Neste ponto de vista, ao trabalhar, o homem não realiza uma mera atividade animal, instintiva, para atender suas necessidades imediatas. Certamente que, como seu objetivo, natural, biológico, essas necessidades irão interferir e estimular sua atividade produtiva.

Entretanto, tal atividade não se reduz a essa determinação. O homem também produz racionalmente, ou seja, pensa, planeja e imprime sentido a tudo o que faz o que denominamos de capacidade a concepção de trabalho na filosofia do Marx (KÍNESIS, 2010).

Desse modo, para Marx, a atividade vital consciente é uma característica da espécie humana. É essa capacidade que diferencia a atividade produtiva humana da mera atividade animal. Enquanto este produz sob o domínio da carência física, o homem produz universalmente, embora seja com base na sua condição objetiva que produza. Por isso, Marx afirma:

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; [...] O animal forma apenas segundo a medida e a carência da espécie à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer espécie, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza. (MARX, 2004, p. 85).

Em A Ideologia Alemã, Marx afirma que a produção da vida material humana não acontece numa relação imediata entre homem e natureza, mas “o modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir” (MARX, 2007). Essa produção da vida por meio do trabalho não deve ser abarcada como uma mera reprodução da existência física dos homens. Ela é, antes, um determinado modo de vida dos indivíduos, o ato de exteriorização de sua vida, isto é, a vida dos homens em cada época histórica corresponde com a sua produção; os homens são aquilo que eles fazem de si mesmos pelo trabalho. “Tal como os sujeitos externam sua vida, assim são eles” (MARX, 2007).

Desse modo, “quando se fala do trabalho, está se falando, imediatamente, do próprio homem” (MARX, 2004). Assim, a existência humana não está totalmente determinada pelas condições materiais dadas. Certamente, a objetividade tem certa influência sobre a subjetividade. Porém, como Marx nos alerta, a objetividade é produto da atividade humana. Nesse sentido, os homens podem romper com a determinidade do mundo, no qual estão inseridos e produzir uma nova realidade, bem como uma nova subjetividade.

Por fim, é preciso ainda destacar outro aspecto relevante da positividade do trabalho em Marx, a saber, o fabrico e uso de ferramentas. O homem mostrou-se historicamente como o único ser vivo capaz de produzir conscientemente os seus meios de trabalho, os quais ele põe entre si e os objetos como meio de atingir a satisfação de suas carências. Com isso, os homens

puderam desenvolver uma indústria, aumentando sua capacidade produtiva. Ademais, o “desenvolvimento histórico dos meios de produção são o indício da história humana com um todo” (WOOD, 2004).

## 2.6 EDUCAÇÃO

A multiplicidade conceitual da palavra educação revela, também, sua ambiguidade, verificada na sua origem etimológica. No texto *Desafios da educação de adultos* antes a nova reestruturação tecnológica, Paulo Freire (2003), destaca que a educação é uma teoria do conhecimento posta em prática, ou seja, a educação é conjunto de ideias concernentes ao conhecimento colocadas em exercício.

Em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire (2006), a educação é uma maneira de intervenção no mundo, ou seja, um modo de como interferir a realidade, em que é necessária uma ação-reflexão humana para a transformação do mundo. No texto *Primeiras Palavras*, Paulo Freire (2003, p.10) afirma que a “[...] educação [...] é um fator fundamental na reinvenção do mundo”. Neste trecho nota-se que Freire não diz “intervenção do mundo”, mas “reinvenção do mundo”. Portanto, a educação não seria só uma interferência na realidade, mas também essencial reinventá-la. Sem educação, a realidade não poderia ser inventada novamente. Logo, Freire está afirmando que a realidade é algo a ser inventado novamente, pois para que se reinvente algo é imprescindível que esse algo já tenha sido inventado antes; e o elemento básico para se criar novamente a realidade seria a educação.

O sentido da educação em Freire discorre da incompletude dos seres humanos. Em vista disso, alterar-se é uma necessidade da natureza dos seres humanos, na busca de complementarem-se como pessoas. A riqueza da concepção Freireana de educação está compreendido na afirmação de que os humanos se educam em comunhão mediados por determinado objeto de conhecimento, particularmente, a realidade vivida. Discorrer a respeito da educação, incide em pensar, refletir o ser humano, pois nele habita o embasamento do processo educativo. E nesta premissa está inserida a concepção de educar que, em resumo, é, também, requerer, nos sujeitos, a capacidade de explanação dos diferentes contextos em que estão inseridos, bem como, qualificá-los e “instrumentalizá-los” para a ação.

Dessa forma, o ato de educar não está para o treinamento e nem a ele se reduz. O ato de educar está para a formação, para a promoção dos educandos, seu verdadeiro sentido e significado. A concepção de educação em Freire é de esperança, está concebida como uma necessidade ontológica. E a concepção de homem na perspectiva do devir, que está num

constante processo de constituir-se demanda uma educação que corresponda a essa expectativa, isto é, uma Pedagogia da Esperança. E por ser a educação uma prática construtora do humano, no homem e na mulher, educar para Freire é humanizar e constitui-se no querer fazer social, político, antropológico e ético.

## 2.7 CIEPS

O Cieps - Centro de Incubação de Empreendimentos Populares e Solidários da UFU, Universidade Federal de Uberlândia, vinculado ao Proexc (Pró- Reitoria de Extensão e Cultura) vem atuando em prol da emancipação social na cidade, ofertando apoio a grupos sociais de geração de renda desde o início. Está localizado no Triângulo Mineiro com instalações nos campos das cidades de Uberlândia, Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas. É importante ressaltar que a incubadora tem como missão propiciar a EPS e assessorar coletivos populares que gerem trabalho e renda dentro dos princípios da Economia Solidária, por meio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. A visão é tornar-se referência como centro de incubação de empreendimentos solidários, sendo reconhecido pela comunidade universitária e pelos empreendimentos populares e solidários e pela sociedade, no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba até 2020 (CIEPS, 2018).

O Cieps Uberlândia já abrigou projetos de construção civil, até iniciativas de produção alimentar, como uma padaria. Recentemente os grupos de trabalhos existentes atuam na área de conscientização sobre a produção do lixo, visibilidade para a cultura e domínio artístico da periferia e da agroecologia camponesa e autogestão de Economia Solidária, sendo os projetos incubados: Coleta Seletiva, Arte e Cultura Popular e Feirinha Agroecológica. As demais unidades trabalham com projetos e ideias em ações de reeducação e geração de renda em presídios, apoio a comunidades tradicionais, como por exemplo, os quilombolas, e produção agroecológicas (CIEPS, 2018).

## 2.8 COMERCIALIZAÇÃO & MERCADOS

Uma definição sucinta de mercado é um grupo de clientes e vendedores que têm potencial para negociar uns com os outros (HALL; LIEBERMAN, 2003). Comercialização não é simplesmente o vender (BETANHO; FERNANDES, 2016). Comercializar indica que alguma coisa, a oferta foi disponibilizada para que uma pessoa possa acessá-la e adquiri-la, com isso há algumas indagações/perguntas que é necessário fazer e refletir. Qual é o objeto de troca



(bens e serviços)? Qual é o grau de similaridade entre bens e serviços (possibilidade de substituição ou de complementaridade entre eles)? Quem são os compradores e os vendedores? Qual é o local de encontro para as negociações e trocas (espaços físicos como feiras ou espaços virtuais como a internet)? Como compradores e vendedores se relacionam trocando informações (sobretudo de preços) e negociando? Quais são as diferentes formas pelas quais os mercados se organizam? O preço é justo? (KUPFER; HASENCLEVER, 2002).

Portanto, comercializar não é somente vender, mas adquirir-se do conhecimento sobre uma série de variações que ajudam os trabalhadores a entender e produzir o que vender, planejar para que o resultado do processo de comercialização seja favorável (BETANHO; FERNANDES, 2016).

No curso de Comercialização & Mercados curso ofertado pelo Cieps no âmbito do projeto “Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica da Universidade Federal de Uberlândia”, financiado pelo MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq. A atividade de formação foi desenvolvida na modalidade semipresencial, com o objetivo de proporcionar às mulheres artesãs e aos agricultores em transição agroecológica incubados no Cieps e vinculados a grupos que desejavam realizar a transição agroecológica oportunidades de refletir sobre os processos de produção e comercialização, para que o agricultor e a agricultora possam decidir-se por produzir e comercializar eles próprios a sua produção agroecológica.

O curso contou com materiais didáticos produzidos pela própria incubadora, nos quais foram detalhados temas centrais como: o significado de organizar iniciativas produtivas a partir dos princípios da Economia Popular Solidária; conceitos de comercialização e mercados; planejamento das ofertas; o desafio de organizar-se para produzir e comercializar; desafios para ocupar mercados das compras públicas e de consumo. Os conteúdos eram difundidos por meio de um livro ilustrado com mensagens claras e objetivas de fácil entendimento além de 4 videoaulas reproduzida em DVD, além da disponibilidade de monitorias com os bolsistas para resolução de dúvidas.

A duração do curso foi de um mês, sendo dividido em dois encontros presenciais quinzenais para discussão dos temas abordados e um fechamento com todos os grupos envolvidos. Nestes encontros quinzenais usou-se a metodologia inicial de apresentação de documentários referentes aos temas centrais do curso indicados para semana anterior de estudo, finalizando com debates de ideias e resolução de dúvidas que relacionavam os conceitos do livro, do documentário bem como os diferentes pontos de vista dos participantes. No encerramento do curso, realizaram-se várias atividades com os grupos envolvidos dentro dos conceitos da Economia Popular Solidária, assim como da Agroecologia, sendo elas: rodas de

conversa com temáticas específicas a cada grupo, como por exemplo, a importância de se manter os jovens no campo, o empoderamento feminino, a cultura agroecológica para a produção dos alimentos, entre outros. Para finalização do Curso de Comercialização & Mercados realizou-se a apresentação da síntese de ideias de cada grupo presente em que foi possível dimensionar as experiências e conhecimentos adquiridos e aprimorados ao longo dos estudos.

O curso permitiu que as mulheres artesãs e os agricultores compreendessem os princípios da Economia Popular Solidária aliados aos princípios da Agroecologia, bem como os pontos que os diferem da Economia de Mercado. Além disso, foram aprofundados os conhecimentos de técnicas de comercialização, adaptadas a aproximar trabalhadores do campo e da cidade em torno do comércio justo e solidário, base do processo de comercialização de produtos orientado pelo Cieps.

## 2.9 DISCUSSÕES E RESULTADOS

O presente estudo tem como bases metodológicas a inserção de referências bibliográficas, observações e entrevistas semiestruturadas. As participantes correspondiam a 11 trabalhadoras, com idades variáveis de 13 anos a 72 anos, que fazem parte de um grupo de assentados que estão acampados desde 2008, através do Movimento Libertador Sem Terra (MLST). A fazenda, conhecida como Fazenda Carinhosa, abriga cerca de 60 famílias na região rural da cidade de Uberlândia no estado de Minas Gerais.

O grupo de mulheres artesãs cujo nome é AMA E AFAGA (Associação de Mulheres Artesãs e Agricultoras Familiares e Grupos de Afinidades), realizam algumas atividades fundamentais para o fortalecimento das integrantes como grupo e indivíduo. Dentre tais atividades, pode-se perceber a significância de partilharem um pouco de suas histórias, experiências e dificuldades, bem como as trocas de saberes, indo além de simples reuniões semanais, sendo necessárias ao empoderamento feminino no campo. Como fruto desta troca de conhecimento está a confecção dos artesanatos, sendo eles: galinhas feitas de cabaças, panos de pratos, tapetes, pinturas, puxa saco, porta-chaves e alimentos artesanais dentre outros.

O projeto teve início quando duas bolsistas do Cieps ligadas à assistência técnica de agroecologia perceberam e sentiram a necessidade de envolver as mulheres do assentamento as atividades além do cultivo da terra, uma vez que a grande maioria delas era responsável apenas pelos trabalhos domésticos e a criação dos filhos, enquanto seus maridos realizavam a transição agroecológica das hortas e a comercialização dos produtos. Inicialmente os encontros eram para

discussão de qual a importância da mulher no campo, porque tais trabalhos as encorajavam a desenvolver enquanto grupo e indivíduo, além das habilidades de cada uma, quais atividades seriam realizadas, quantas vezes ao mês, o horário e local. Definiu-se que o espaço seria o centro de convivência da Fazenda Carinhosa, às segundas-feiras no período da tarde, aberto a todas trabalhadoras assentadas. O trabalho desenvolvido iria além da confecção de artesanatos, um tempo reservado para o enrijecimento das mulheres enquanto grupo feminino assentado da Fazenda Carinhosa mostrando que elas são parte fundamental na construção da EPS.

De acordo com o referencial teórico adotado neste estudo, há variações nos tipos de artesanato, sendo aplicável ao presente caso o artesanato tradicional, tendo em vista que tal variável, conforme Lemos (2011), refere-se ao conjunto de artefatos produzidos conforme as raízes e tradições de determinado grupo de acordo com o cotidiano dos envolvidos, sendo realizado no âmbito familiar ou comunitário facilitando assim o repasse dos conhecimentos técnicos, processuais e os desenhos originais de cada peça.

Fundamentando-se na definição do artesanato tradicional, compreende-se que as trabalhadoras do grupo Associação de Mulheres Artesãs e Agricultoras Familiares e Grupos de Afinidades priorizam o repasse de saberes as adolescentes, uma vez que se faz necessário manter viva a cultura e a tradição artesanal e solidária, assim como o ensino das premissas da EPS de geração em geração.

Outro ponto também relatado por elas é o porquê de iniciar no artesanato, umas mencionaram a necessidade de ajudar com a sua renda seus maridos, outras por independência financeira, reconhecimento enquanto mulheres militantes à sociedade mostrando o trabalho que é desempenhado de maneira consciente, respeitoso e sustentável.

Até o início dos anos 2000, as questões trazidas pelas mulheres não tinham ocupado um lugar relevante nas pautas políticas dos movimentos ecológicos no Brasil. No entanto, várias regiões do país, algumas lideranças femininas teimosamente foram despontando e conseguiram fazer-se reconhecer. Muitas delas, ao entrarem nas lutas sociais, incorporam discursos práticos centrados na autonomia das mulheres.

Um ponto visivelmente favorável no grupo AMA E AFAGA é a cooperação entre as trabalhadoras, visto que elas conseguem dividir as atividades e tomarem as decisões em conjunto de forma democrática para o bem da maioria, na qual a autogestão das mesmas é fortemente estabelecida. Um exemplo está na distribuição de tarefas ao qual todas produzem os artefatos conforme suas habilidades, além disso, há aquelas que são responsáveis pela manutenção do espaço reservado a confecção das peças e as que são destinadas a venda dos produtos na Feirinha Solidária aos sábados de manhã na Universidade Federal de Uberlândia.

No que diz respeito aos investimentos monetários, as trabalhadoras do assentamento perceberam a necessidade de reunirem recursos financeiros para iniciarem o projeto, ficando estabelecido por elas que cada ingressante contribuísse a priori com cinquenta reais, para a compra de matérias-primas e instrumentos necessários a confecção dos primeiros artefatos. A tesoureira do grupo afirma que tal investimento já foi reembolsado e parte do lucro dividido de maneira solidária entre as integrantes. Através das entrevistas e conversas com as mulheres, pôde-se notar ainda algumas contradições no que tange a precificação das peças artesanais, em virtude que é imprescindível todas estarem alinhadas e trabalharem na Economia Solidária, e não na Economia de Mercado. Nesse ponto faz-se necessário desenvolver frente ao grupo as técnicas de precificação de maneira justa aos clientes, bem como as trabalhadoras, auxiliando-as no custeio das peças e no desenvolvimento de técnicas de administração dos recursos.

Outro desafio fortemente observado no grupo AMA E AFAGA é o machismo, como 90% das mulheres dependem integralmente do marido para a locomoção, investimento financeiro, entre outros, os mesmos as privam de certas escolhas, tornando uma dominação camuflada. Um exemplo recorrente é a participação dos homens nas reuniões semanais, as quais as mulheres só podem participar se os maridos as levarem e fizerem parte das rodas de conversa, reduzindo assim a liberdade entre as demais participantes. Por tal motivo, nota-se a necessidade de para além de diálogos com o grupo feminino, desenvolver com os homens da Fazenda Carinhosa atividades além da produção agroecológica, apontando-lhes e conscientizando-lhes o quão bom pode ser o desenvolvimento socioeconômico e cultural de suas mulheres.

Figura 3 - Grupo de Mulheres da Associação de Mulheres Artesãs e Agricultoras Familiares e Grupos de Afinidades na reunião do dia 13/11/2017



**Figura 4** - Artesã Cleuza Leal demonstrando os artefatos realizados no mês de Outubro de 2017



**Figura 5** – Roda de conversa e troca de saberes



### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia Popular Solidária busca condições para romper com as dependências, ou seja, almeja emancipar o trabalhador das amarrações que o sufocam, ansiando construir práticas de produção, comercialização, gestão e relacionamento que sejam alternativas concretas, que busque a transparência de modo sustentáveis visando alcançar uma sociedade justa e fraterna. Ao refletir e vivenciar a Economia Popular Solidária é possível desvincular-se de uma cultura de práticas exploratórias que se apoderam de discursos reproduzidos constantemente pelas forças dominantes da sociedade que impossibilitam o indivíduo de ter autoridade sobre si mesmo (BETANHO; FERNANDES, 2017).

O ato de educar se faz necessário ao desenvolvimento do indivíduo, sendo assim, observou-se ao longo deste trabalho que é de suma importância a educação como formação para as mulheres, visto que possibilita o aprimoramento, conhecimento e a compilação das ideias em que irão colocar em prática. A formação que o Cieps proporciona para os incubados é muito

relevante, pois contribui para a intervenção de suas realidades em que propicia uma ação-reflexão para a transformação, indo além de replicação de um discurso de práticas exploratórias.

É importante frisar que através do ato de educar as mulheres vislumbraram a necessidade de formarem um grupo, cujo nome AMA E AFAGA, para a confecção dos artesanatos para que alcançasse a sua renda, de modo que construísse na renda familiar, uma vez que as mesmas lutam pela independência financeira, ajuda mútua, exercer com amor e solidariedade o ofício, entre outros. A comercialização dos produtos ocorre na Feirinha Solidária na Universidade Federal de Uberlândia, sendo eles: galinhas feitas de cabaças, panos de pratos, tapetes, pinturas, puxa saco, porta-chaves e alimentos artesanais dentre outros. Apesar de recente, o empreendimento vem agregando ao desenvolvimento das integrantes enquanto grupo assim como indivíduo, haja vista que vai além de mera confecção artesanal, mas empodera as mulheres enquanto protagonistas da construção da EPS.

Nesta perspectiva pode-se afirmar que o objetivo deste estudo de caso foi alcançado, haja vista que se compararam as trajetórias das mulheres AMA E AFAGA, avaliando como o grupo está atrelando seu desenvolvimento socioeconômico, cultural, autogestionário e cooperativista na perspectiva da Economia Popular Solidária, os benefícios alcançados assim como é possível solucionar os pontos de convergência.

Para futuros estudos é importante rever os conceitos de precificação e custeio com as mulheres que compõe o grupo artesanal, assim como comparar seus avanços e superação das dificuldades. Além disso, desenvolver projetos como roda de conversa com os homens do assentamento, a fim que os mesmos sejam capazes de compreender e aceitar a significância do grupo para o fortalecimento das mulheres no que tange ao desenvolvimento socioeconômico e cultural dentro da lógica da Economia Popular Solidária.

## REFERÊNCIAS

ASTRADA, Carlos. Trabalho e alienação. Tradução de Cid Silveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1968.

BETANHO, Cristiane; FERNANDES, José Eduardo. Economia Popular Solidária: Origens, Conceito, Limites e Desafios. In: FERNANDES, José Eduardo; BETANHO, Cristiane. **Economia Popular Solidária: Nosso Sul: a transformação pela solidariedade**. Ubelândia: Navegando, 2017. Cap. 2. p. 39-62.

CIEPS. **Sobre nós**. Disponível em: <<http://www.cieps.proexc.ufu.br/node/1>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

COSTA, José Junio Souza da. A EDUCAÇÃO SEGUNDO PAULO FREIRE: UMA PRIMEIRA ANÁLISE FILOSÓFICA. **Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia**, Pouso Alegre, v. 7, p.1-17, 02 nov. 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de princípios da economia solidária**. In: PLENÁRIA NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 3., Brasília, DF, 2003. Disponível em: Acesso em: fev. 2018.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.  
KERGOAT, Prisca et al. Ofício, profissão, “bico”. In: HITATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MALASSISE, Regina Lúcia Sanches; ALVES, Rozane. PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS: UMA REFLEXÃO SOBRE OPORTUNIDADES E DESAFIOS NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de Princípios da Economia Solidária**, São Paulo, v. 3, n. 2, p.1-9, 2011.

OLIVEIRA, Maria José. **Artesanato: narrativa de um povo**. Anuário  
PEREIRA, Carlos José da Costa. **Artesanato-definições, evoluções-ação do MTb-PNA**. Brasília, Mtb, 1979.

PERROT, Michelle. **Minha história sobre as mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.  
SAFFIOTI, Heleieth. **Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher**. São Paulo: HUCITEC, 1981

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. Tradução de Clóvis Marques. 2. ed. São Paulo: Record, 2009.

SILVA, Emanuelle Kelly Ribeiro da. **NOVAS FACES DO TRABALHO ARTESANAL: AS INTERSECÇÕES DE SABERES NA RELAÇÃO ENTRE DESIGNERS DE MODA E ARTESÃOS NO INTERIOR DO CEARÁ**. 2015. 219 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOLIDÁRIA, III Plenária Nacional da Economia. **Carta de princípios da Economia Solidária**. 2003. Disponível em:  
<[www.diocesedecaxias.org.br/site/documentos/carta\\_principios\\_economia\\_solidaria.doc](http://www.diocesedecaxias.org.br/site/documentos/carta_principios_economia_solidaria.doc)>.  
Acesso em: 10 fev. 2018.

Unesco/Metodista de Comunicação Regional, Ano 15, n.15, p. 129-145, jan/dez. 2011.

WAQUIL, Paulo Dabdab; MIELE, Marcelo; SCHULTZ, Glauco. **Mercados e Comercialização de Produtos Agrícolas**. Rio Grande do Sul: Ufrgs, 2010. 73 p.



## ANÁLISE DA RACIONALIDADE SUBSTANTIVA NA ONG CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA

*Josiete da Silva Mendes<sup>8</sup>*  
*Carlos Eduardo Cavalcante<sup>9</sup>*  
*Solange Cristina Vale<sup>10</sup>*  
*Joacil Carlos Viana Bezerra<sup>11</sup>*

### **Resumo**

As organizações são elos entre o indivíduo e a sociedade, e a cada dia o fenômeno da institucionalização gere as ações de todos. Esse processo, em tese, é feito por organizações do tipo produtivas, em que predomina a racionalidade instrumental, baseada na razão funcionalista. Porém, Serva (1996) em seus estudos mostrou que mesmo em organizações do mercado pode-se encontrar racionalidade substantiva. Partindo de uma escolha oposta a de Serva (1996), esse estudo trata de um tipo de organização tida por natureza como substantiva (Organização Não Governamental – ONG). Desse modo, tem como objetivo identificar o grau de racionalidade substantiva desta, a partir do *continuum* proposto por Serva (1996). Para tanto, metodologicamente optou-se por uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa, contando com observações diretas, entrevistas semiestruturadas e informais, e análise documental. Quanto aos resultados, percebe-se grau muito elevado da racionalidade substantiva.

**Palavras-chave:** Racionalidade Substantiva. Racionalidade Instrumental. Terceiro Setor.

---

<sup>8</sup>Mestra em Administração, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), josiete5@hotmail.com.

<sup>9</sup>Doutor em Administração, Professor Adjunto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cavalcanteeduardo@gmail.com.

<sup>10</sup>Doutoranda em Administração, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), solange\_vale@hotmail.com.

<sup>11</sup> Mestrando em Administração, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), joacilcarlosviana@gmail.com.

## **RATIONALITY SUBSTANTIVE ANALYSIS AT THE NGO CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA**

### **Abstract**

Organizations are links between individuals and society and every day the phenomenon of institutionalization manages the actions of all. This process, in theory, is made by productive type organizations in which instrumental rationality predominates, based on the functionalist reason. However, Serva (1996) concluded that even in these organizations substantive rationality is found. So, this study deals with a type of organization considered by nature as substantive: Non-Governmental. In this way, it aims to identify the degree of substantive rationality in this organization, based on Serva (1996). The methodological choice was a descriptive research of qualitative nature, counting on direct observations, semi-structured and informal interviews and documental analysis. The results show a very high degree of substantive rationality.

**Keywords:** Substantive Rationality. Instrumental Rationality. Third Sector.

## 1 INTRODUÇÃO

As organizações são unidades sociais construídas e reconstruídas a fim de atingir objetivos específicos, possuindo como características a divisão do trabalho, a centralização do poder, a substituição de pessoal e a integração entre vários recursos (ETZIONI, 1972). Desse modo, funcionam como segunda instância de socialização dos indivíduos, exercendo forte controle social sobre as ações da vida pública e privada (MARTINS, 1994; PIZZA JÚNIOR, 1994). Nesse contexto, coexistem dois tipos de racionalidades nas organizações, uma de ordem instrumental e outra substantiva. A primeira refere-se às ações conduzidas para metas e objetivos, com finalidade de atingir a eficiência organizacional. A segunda tem como foco a emancipação do indivíduo.

O estudo dessas racionalidades parte do princípio que os indivíduos são controlados pelas organizações, e isso interfere diretamente na sociedade. Guerreiro Ramos (1981) e Pizza Júnior (1994) ao criticar a racionalidade instrumental nas empresas afirmam que as mesmas têm autoridade sobre o indivíduo, independentemente das significações subjetivas que este possa atribuir a qualquer situação particular.

Nessa conjuntura, para avaliar o grau de racionalidade substantiva em organizações produtivas, Serva (1996) conduziu uma pesquisa com empresas localizadas em Salvador – BA, criando um Quadro de Análise baseado nos pressupostos teóricos de Guerreiro Ramos e Habermas (2012 [1929]). Por meio dos dois autores, foi possível para Serva (1996) identificar no espaço das empresas atributos do ser humano que pudessem ser privilegiados (CAITANO; SERVA, 2012).

As escolhas deste estudo baseiam-se em um contexto de análise diferenciado da pesquisa de Serva (1996), uma vez que a presente investigação foi aplicada em uma organização sem fins lucrativos classificada como pertencente ao Terceiro Setor. Esse setor é uma importante rede de organizações privadas e autônomas, não voltadas à distribuição de lucros para acionistas ou diretores, atendendo propósitos públicos, embora localizada à margem do aparelho formal do Estado (SALAMON, 1998). Nessa conjuntura, é composto por organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas com foco na participação voluntária, sendo não-governamentais, e tendo como práticas tradicionais a caridade e a filantropia, expandindo seu sentido também para outros domínios como a incorporação do conceito de cidadania e de suas variadas manifestações na sociedade civil, organizada ou não (FERNANDES, 1994; CARVALHO; SOUZA, 2003).

No terceiro setor, observou-se que ainda não existe um campo consolidado de estudos sobre racionalidades. Essa afirmação comprova-se pela busca realizada no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no mês de janeiro de 2017. Os resultados da pesquisa nessa plataforma complementam-se por dois levantamentos bibliográficos (SERVA et al., 2015; CAITANO; SERVA, 2012), que tiveram como objetivo avaliar o campo de estudos sobre racionalidades nas organizações como um todo, após a constituição do Quadro de Análise proposto por Serva (1996). Por meio dessas referências, foi possível delimitar como o terceiro setor é estudado a partir da lente das racionalidades, e cumpre dizer que a presente investigação filia-se às restantes no sentido de suprir a lacuna teórica do campo de estudos, tendo em vista que nenhuma das referências lidas relaciona os construtos que os pesquisadores se propõem a apresentar: racionalidades - substantiva e instrumental -; terceiro setor; ONGs que lutam pelos direitos das mulheres.

Essas ONGs têm uma peculiaridade que as diferencia das outras, trata-se do “ativismo social” (MUSICK; WILSON, 2008). O processo de estruturação das organizações que lutam pelos direitos das mulheres é recente, apesar de terem sido criadas no *boom* de surgimento de ONGs no Brasil em 1990, as pautas específicas dessas entidades estiveram emergentes de 2002 a 2006, quando da criação do Consórcio de ONGs para envio do anteprojeto de mudança legislativa em prol da não violência contra as mulheres até a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). Considera-se esse processo recente mesmo após doze anos de criação da lei, quando compara-se com o histórico de violência contra as mulheres em todos os sentidos (psicológico, físico, moral, patrimonial e sexual) desde os primórdios da sociedade.

O exposto acima, e a vinculação da pesquisa ao Projeto de Pesquisa Científica aprovado na Chamada MCTI/CNPq nº 1/2016 e a oportunidade de estudar as racionalidades em uma organização que se consolida na perspectiva do ativismo social justificam a realização da investigação junto a Cunhã Coletivo Feminista. A ONG foi fundada em 1990 e trabalha em prol da eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres. Tem como missão promover a igualdade de gênero, tendo como referência a defesa dos direitos humanos, o feminismo, a justiça social e a democracia.

No que se refere à relevância prática para a ONG em estudo, entende-se que a partir do momento da identificação de qual o tipo de racionalidade predominante, suas gestoras podem adotar as providências no sentido de equilibrar a natureza de suas ações em busca da sustentabilidade da organização. Compreende-se que as organizações praticantes de uma racionalidade orientada para substantividade tornam-se precursoras de cidadania e estimuladoras da participação voluntária, pois por meio delas são construídos espaços de

emancipação dos indivíduos. Essa afirmação não anula a possibilidade de existência da racionalidade instrumental no terceiro setor, pois acredita-se que as duas podem e devem coexistir nas organizações, afinal uma completa ausência de instrumentalidade leva as organizações a “anomia” (GUERREIRO RAMOS, 1981).

Tendo em vista o explicitado, esta pesquisa tem como objetivo identificar qual o tipo de racionalidade - instrumental ou substantiva -, predomina na ONG Cunhã Coletivo Feminista. Para tanto, utiliza-se o Quadro de Análise de Serva (1996), que prevê onze dimensões de análise das racionalidades: (1) Hierarquia e normas; (2) Valores e objetivos organizacionais; (3) Tomada de decisão; (4) Controle; (5) Divisão do trabalho; (6) Comunicação e relações interpessoais; (7) Ação social e relações ambientais; (8) Reflexão sobre a organização; (9) Conflitos; (10) Satisfação individual; e (11) Dimensão simbólica.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 RACIONALIDADES NAS ORGANIZAÇÕES**

Segundo Guerreiro Ramos (1981), a razão é o conceito básico de qualquer ciência da sociedade e das organizações, por meio dela os seres humanos obtêm um conjunto de prescrições de como deverão ordenar sua vida pessoal e social. Para que essa condução dos indivíduos seja realizada, é necessária a existência de instituições fundamentadas nos princípios de divisão de trabalho, da diferenciação de estrutura social e do elevado excedente econômico.

Desse modo, as instituições são elos condutores para que o homem social possa desempenhar suas atividades. Martins (1994) diz que as organizações atuais funcionam como segunda instância para socialização dos sujeitos, mas alerta para o fato que a vida nestas não é espelho de brilho e fascínio conforme é difundido nos estudos administrativos. Por fazerem parte do mercado, assumem papéis centrais na vida dos indivíduos, aspecto criticado por Guerreiro Ramos (1981) em sua análise sobre o mercado como dimensão central e ordenadora da ciência social e da vida humana na sociedade ocidental moderna.

Para Carvalho e Souza (2003), à medida que a atividade humana tende a centralidade no mercado deixa de ser uma expressão pessoal, pois as exigências econômicas não coincidem, necessariamente, com aquilo que é requerido pela boa qualidade da existência humana. Nesse sentido, sabe-se que o sujeito precisa emancipar-se para que não seja levado pelas circunstâncias, por meio de seu engajamento crítico deve ser um ativo criador de outras formas de viver em sociedade (BARRETO, 1993). Para isso, propõe-se um tipo de racionalidade

diferente da instrumental, trata-se da racionalidade substantiva, que tem como foco a emancipação do indivíduo (GUERREIRO RAMOS, 1981; SERVA, 1996; BARRETO, 1993).

Assim, os limites conceituais entre as racionalidades são definidos pelos autores desse estudo como: a racionalidade instrumental trata-se da visão utilitarista do indivíduo em um ambiente organizacional, objetivando a maximização de recursos e a rentabilidade. Já a racionalidade substantiva enxerga o sujeito na condição de possuidor de valores emancipatórios, autônomo e autêntico na execução de suas funções organizacionais

Entende-se ainda que a racionalidade substantiva confere ao indivíduo a capacidade de distinguir entre o bem e o mal, entre o conhecimento falso e o verdadeiro, para que possa ordenar a sua vida pessoal e social (CARVALHO; SOUZA, 2003; MORAES et al., 2000; BARRETO, 1993; SERVA, 1996).

### 2.1.1 O Quadro de análise da racionalidade nas organizações

O modelo de análise de Serva possui onze rubricas (processos organizacionais), que foram desenvolvidas a partir das concepções teóricas de Guerreiro Ramos (1981) e Habermas (2012 [1929]), bem como de outros que refletem sobre a racionalidade substantiva nas organizações, a exemplo de Pizza Júnior (1994), Barreto (1993) e Tenório (1990). O Quadro 1 apresenta os onze rubricas e os elementos constitutivos estabelecidos no modelo teórico.

**Quadro 1 - Modelo de análise da racionalidade substantiva nas organizações**

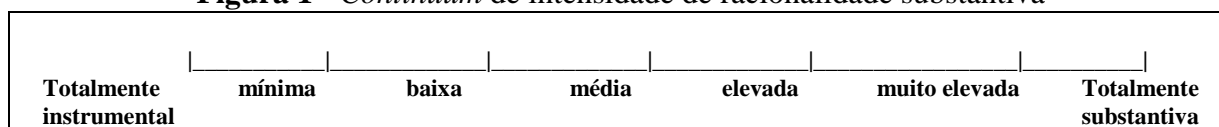
TIPO DE RACIONALIDADE		PROCESSOS ORGANIZACIONAIS
Racionalidade Instrumental	Racionalidade Substantiva	
Fins, Desempenho Estratégia interpessoal	Entendimento Julgamento ético	Hierarquia e normas
Utilidade Fins Rentabilidade	Autorrealização Valores emancipatórios Julgamento ético	Valores e objetivos
Cálculo, utilidade Maximização recursos	Entendimento Julgamento ético	Tomada de decisão
Maximização de recursos Desempenho Estratégia interpessoal	Entendimento	Controle
Maximização recursos Desempenho Cálculo	Autorrealização Entendimento Autonomia	Divisão do trabalho

Desempenho Êxito/Resultados Estratégia interpessoal	Autenticidade Valores emancipatórios Autonomia	Comunicação e relações interpessoais
Fins Valores emancipatórios	Valores emancipatórios	Ação social e relações ambientais
Desempenho Fins, Rentabilidade	Julgamento ético Valores emancipatórios	Reflexão sobre a organização
Cálculo Fins Estratégia interpessoal	Julgamento ético Autenticidade Autonomia	Conflitos
Fins, Êxito Desempenho	Autorrealização Autonomia	Satisfação individual
Êxito/Resultados Utilidade, Desempenho	Autorrealização Valores emancipatórios	Dimensão simbólica

Fonte: Serva (1996, p. 339).

A partir dos processos organizacionais e dos elementos constitutivos do Quadro 1, Serva (1996) propõe um *continuum* (Figura 1) para determinar o grau de racionalidade substantiva das organizações produtivas.

**Figura 1 - Continuum** de intensidade de racionalidade substantiva



Fonte: Serva (1996, p. 351).

O estudo de Serva (1996) foi realizado em três organizações produtivas localizadas na cidade de Salvador – BA, que apresentaram graus de racionalidade substantiva “elevada”, “muito elevada” e “baixa”. Os indicadores mostram que mesmo em empresas tidas como substantivas e com características semelhantes, pode-se encontrar racionalidade do tipo instrumental, como é o caso da última organização estudada.

## 2.2 RACIONALIDADES NO TERCEIRO SETOR

O terceiro setor caracteriza-se por contar com organizações privadas sem fins lucrativos, atendendo necessidades públicas, sendo as atividades das entidades que compõem esse setor não direcionadas para a obtenção do lucro (FERNANDES, 1994; COELHO, 2000).

As características dessas entidades e sua vinculação com a sociedade civil faz com que o terceiro setor oriente-se para racionalidade substantiva, conforme comprovam os estudos de

Medeiros e Souza (2011) e Silva (2010), ambos realizados na cidade de Natal – RN, o primeiro em quatro ONGs de diferentes frentes de atuação e o segundo na Associação Companhia TerrAmar. Os autores supracitados identificaram predominância da racionalidade substantiva nas organizações estudadas, porém não anulando a existência de elementos instrumentais, corroborando com o que preconiza Serva (1996) sobre a coexistência de ambas nas entidades.

Outras pesquisas, como as de Moraes et al. (2000), Reis (2001) e Ramos (2006) demonstraram como em algumas entidades do terceiro setor certos processos são orientados pelo predomínio da racionalidade instrumental baseada na lógica de mercado. Essa comprovação vai de encontro às crenças ingênuas sobre organizações desse setor. Diante desse impasse e da própria característica heterogênea do terceiro setor, é fundamental a condução de estudos para discutir essa temática, em diferentes tipos de entidades, no caso desta pesquisa escolheu-se o caso de uma ONG que luta pelos direitos das mulheres.

### **3 METODOLOGIA**

A presente pesquisa segue uma abordagem qualitativa. Sabe-se que o processo de realização desse tipo de pesquisa baseia-se na compreensão dos significados por meio do pesquisador, que é o principal instrumento da coleta e análise de dados (GODOI et al., 2006; MERRIAM, 2009). Nesse sentido, caracteriza-se também como uma pesquisa descritiva, na medida em que são feitas interações com os sujeitos por meio do processo de ida ao campo.

Como procedimentos de investigação realizaram-se entrevistas semiestruturadas e conversas informais; observação direta; e análise documental (MERRIAM, 2009). A junção de tais procedimentos é considerada como método de triangulação de dados. Por meio deste, em pesquisas qualitativas, é possível garantir os critérios de confiabilidade e de rigor (MERRIAM, 2009; CRESWELL, 2014).

A dirigente da entidade foi um dos sujeitos da pesquisa, a qual respondeu uma entrevista com roteiro de questões semiestruturado. Além disso, os pesquisadores conversaram informalmente com duas colaboradoras da ONG no período entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017. O processo de escolha deu-se devido a relevância desses sujeitos para a organização, pois durante a imersão em campo, os mesmos foram considerados pessoas chave nas atividades da ONG. A dirigente é identificada na análise dos achados como Dirigente, e as colaboradoras como “C1” e “C2”. Para realização das entrevistas, seguiu-se o roteiro elaborado pelo grupo de



estudos que os pesquisadores fazem parte, e a partir das onze dimensões de análise propostas por Serva (1996).

As observações diretas aconteceram no período de novembro de 2016 a janeiro de 2017, nas rotinas diárias da organização, bem como participação em três eventos promovidos pela mesma: (1) Nos queremos vivas e livres: nenhuma mulher a menos!; (2) Bazar da Cunhã Coletivo Feminista; e (3) Diálogos sobre a conjuntura e sua interface com a violência contra as mulheres, racismo, lesbianidade e masculinidades.

Os documentos disponibilizados para análise foram: (1) projetos e os relatórios elaborados para concorrência em editais de parceria pública e privada, que tinham como objetivo captar recursos para execução das atividades da entidade; (2) o estatuto da organização, que foi analisado para verificar o conjunto de normas e procedimentos que conduzem formalmente as ações da instituição; e (3) registros nas redes sociais online.

O modelo teórico (SERVA, 1996) é adotado nesse estudo, e a análise das dimensões feita a partir dos passos indicados: (1) Detecção dos indicadores; (2) Mapeamento dos indicadores predominantes; e (3) Identificação da intensidade de racionalidade substantiva.

Para tanto, como método de tratamento dos achados da pesquisa, optou-se pela análise do conteúdo, técnica que avalia o texto como expressão do sujeito, categorizando palavras ou frases que se repetem e inferindo expressões que as representem.

## **4. ANÁLISE DOS ACHADOS DA PESQUISA**

### **4.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS**

#### **4.1.1 Hierarquia e Normas**

Analisando o estatuto da ONG a estrutura hierárquica é definida da seguinte forma: (1) Conselho Consultivo; (2) Coordenação Geral; (3) Coordenação Executiva; (4) Conselho Fiscal; (4) Coordenação do Eixo de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres; (5) Coordenação do Eixo de Fortalecimento dos Movimentos Sociais; e (6) Coordenação do Eixo de Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres. Além desses cargos, duas pessoas trabalham na parte administrativa.

Tais cargos são definidos em processo eleitoral, que segundo a Dirigente, a escolha é baseada de acordo com o perfil para ocupar a vaga, priorizando as diversas habilidades dos indivíduos. Na prática cotidiana, essa estrutura hierárquica estabelecida pelo estatuto não é

executada de maneira rígida, o clima é de cooperativismo e não há diferenciação entre os membros, conforme se observa no relato:

C2: “O que acontece é que os cargos estão lá no estatuto, mas normalmente nós dividimos as tarefas de acordo com cada projeto/ação que vamos executar. Não existe uma coisa rígida onde cada um faz sua obrigação e pronto, tudo é decidido de maneira coletiva”.

Essa constatação de que prevalece o entendimento na relação hierárquica da organização foi feita pelas observações diretas em reuniões de avaliação e elaboração de projetos para captar recursos de parceria público e privada. Tudo é decidido coletivamente em intensos debates, em que predomina o entendimento e o julgamento ético, que de acordo com Serva (1996, p. 339), são as “ações pelas quais estabelecem-se acordos e consensos racionais, mediadas pela comunicação livre, coordenando atividades comuns sob a égide das responsabilidade e satisfação sociais”. Dessa forma, a predominância dessas duas características, entendimento e julgamento ético, aponta para uma racionalidade substantiva, pois demonstra a participação dos indivíduos democraticamente.

Porém, a decisão de ter um estatuto e se constituir enquanto entidade formal, a partir de regras escritas, credita também a ONG a orientação para fins organizacionais, que de acordo com Serva (1996, p. 340) são as “metas de natureza técnica, econômica ou política”.

Segundo Guerreiro Ramos (1981), a sociedade é um sistema de regras, e quando o indivíduo aceita fazer parte destas, reconhece que sua conduta será orientada por um contrato. Dessa forma, o fato da ONG em estudo possuir esse conjunto de normas que orientam os indivíduos em relação à missão, à visão e a valores da instituição, mesmo que elaborado em uma perspectiva coletiva, em plenárias abertas a participação de todos e baseada no entendimento, não diminui a orientação para os elementos fins e desempenho. Entende-se que ajustar-se a determinados contratos sociais faz parte da “síndrome comportamentalista” (GUERREIRO RAMOS, 1981) que conduz mesmo que inconscientemente as ações dos indivíduos.

No geral, apesar do estatuto configurar-se como instrumento burocrático da organização e estabelecer uma relação hierárquica formal, bem como normas escritas, que são elementos constitutivos baseados nos fins de natureza instrumental. Porém o que predomina são as relações horizontais entre os membros e elevado grau de flexibilidade em relação às normas internas, comprovando que existe predominância do elemento constitutivo entendimento. Desse modo, para essa rubrica o grau de racionalidade substantiva é considerado *elevado*.

#### 4.1.2 Valores e objetivos organizacionais

E os valores são orientados por meio desses objetivos. Como esclarece a Dirigente quando questionada sobre o assunto:

“Se a gente defende uma coisa [os objetivos], e não executa, então não faz nenhum sentido a organização existir. [...] nossos objetivos, nossas visões, precisam internamente se comunicar. Eu não posso dizer que sou contra a violência contra a mulher e colocar uma pessoa para trabalhar comigo [na organização] e ela favorece ou faz alguma coisa com relação à violência contra mulher [...] Então, essa sinergia, esse movimento interno ele é fundamental”

Para garantir essa sinergia que a Dirigente relata na entrevista, são feitas reuniões periódicas, em que se avaliam as ações organizacionais baseadas nos objetivos gerais da entidade. Esses momentos são espaços em que predominam os valores emancipatórios, que de acordo com Serva (1996, p. 339) são “os valores de mudança e aperfeiçoamento do social, bem estar coletivo, solidariedade, respeito à individualidade, liberdade e comprometimento, presentes nos indivíduos e no contexto normativo do grupo”. A partir do relato da entrevistada, percebe-se há uma preocupação em relação à coerência do que a entidade defende e a prática de seus participantes, devendo haver um sentido e uma clareza de valores. Serva (1996) coloca que os valores emancipatórios, a autorrealização e o julgamento ético dos indivíduos caracterizam a existência de uma racionalidade substantiva.

O grupo que conduz as ações da ONG está alinhado com a pretensão de atingir objetivos em comum, visando o ajustamento da organização aos valores processados, que são de cunho organizacional e imbricados no âmbito individual. Segundo Etzioni (1972), para que a coordenação possua resultados úteis devem existir alguns objetivos a serem atingidos, e deve haver certo grau de concordância a respeito dessas metas. Uma segunda ideia importante que relaciona-se ao conceito de organização é o entendimento de se atingir objetivos comuns ou alguma finalidade por meio da coordenação de atividades. Alaguero (2007) reforça que o terceiro setor precisa ser conduzido por uma gestão democrática, do contrário irá se distanciar de seus valores.

Para Serva (1996), os valores predominantes na organização, sua origem e sua forma de difusão e os objetivos do grupo, assim como o processo de estabelecimento de metas e como são comunicados aos membros são atributos de uma organização substantiva. No caso da entidade investigada, observa-se a predominância de valores e a luta da organização em prol da dignidade das mulheres, compartilhando entre seus membros e colaboradores suas diretrizes.

Diante do exposto, classifica-se esse processo organizacional com grau de racionalidade substantiva  *muito elevada* , tendo em vista que a entidade possui objetivos voltados para valores emancipatórios e ações são conduzidas por meio do julgamento ético, não participando como

colaboradores indivíduos que possuem posturas contrárias aos valores éticos professados pela organização.

#### 4.1.3 Tomada de decisão

No geral, as decisões são tomadas de maneira colegiada, porém as rotinas do campo administrativo são resolvidas pela Coordenação Executiva e as de ordem jurídica são de responsabilidade da Dirigente, em conjunto com essa coordenação. Porém, as ações passam por reunião com todos os membros. Alguns membros externos (ex-membros ou afastados por ocuparem cargos governamentais) contribuem com um olhar institucional e são convidados a participar e colaborar. Esse processo é confirmado por meio de relato da Dirigente:

“Decisões eles tem vários níveis né? Tem as grandes decisões, e as decisões de projetos, tem as decisões... então... as grandes decisões que envolvem questões mais jurídicas a gente participa nas reuniões e também tem outros colaboradores voluntários que também contribuem no olhar institucional. Em alguns momentos são convidadas essas pessoas que já passaram pela organização, que conhecem a organização, que podem também contribuir, e então elas convidam e a gente faz uma discussão mais ampla para pensar um pouco ‘a organização’”.

Guerreiro Ramos (1981), ao falar sobre a perspectiva do formalismo enquanto pertencente à síndrome comportamentalista, afirma que na antiguidade a côrte ordenava as decisões da sociedade, ou seja, tudo decidia-se por um grupo menor de pessoas e os demais eram conduzidos por esse processo. Quando a ONG em estudo concebe a ideia de dividir as decisões e de estabelecer que um grupo menor irá tomar as macro decisões, pode-se afirmar que a perspectiva adotada é a da côrte.

Nesse sentido, o fato de um pequeno grupo conduzir algumas decisões é entendido como busca de maximização de recursos por meio da economia de tempo, da eficiência e eficácia, possuindo a organização elementos constitutivos da racionalidade instrumental (SERVA, 1996). No contexto da ONG estudada, percebe-se que o repasse das informações desse pequeno grupo faz-se de maneira constante aos demais e baseia-se no julgamento ético e no entendimento. Dessa forma, verifica-se que a lógica das duas racionalidades coexistem nas organizações, afirmar-se que o grau de racionalidade substantiva para esta rubrica é *elevado*.

#### 4.1.4 Controle

O controle do cotidiano administrativo é exercido pela Coordenação Executiva, da qual participam as duas colaboradoras que são entrevistadas informalmente neste estudo. O controle financeiro é realizado pelo Conselho Fiscal, mas sempre em sintonia com a Coordenação Executiva e com a Dirigente que assume a responsabilidade legal da organização.

Não existem instrumentos formais para o controle, as ações são orientadas para o bom desempenho organizacional, que segundo Serva (1996, p. 341), é entendido como “performance individual elevada na realização de atividades”. Cada pessoa sabe o seu papel na estrutura organizacional, e coletivamente se constrói a participação em editais, a realização de eventos e as lutas no geral empreitadas pela organização, não importando se o indivíduo irá trabalhar em casa ou na sede, os indivíduos dirigem-se a esse espaço físico em dias de reuniões gerais ou elaboração de projetos e relatórios, o que demonstra total flexibilidade, em acordo ao quadro de análise de Serva (1996). A partir dos relatos das entrevistadas, observou-se que há o entendimento acerca das funções que cada um exerce e as ações que devem ser desempenhadas na entidade. Serva (1996) aponta que a compreensão dos sujeitos em relação à finalidade da instituição caracteriza uma racionalidade substantiva dos gestores em exercer o controle.

Apesar da prevalência do desempenho neste processo organizacional, os elementos constitutivos da racionalidade substantiva são encontrados de maneira latente, por meio do elevado grau de entendimento e julgamento ético por parte do coletivo que compõe a entidade. Desse modo, classifica-se esta rubrica com grau *elevado* de racionalidade substantiva.

#### 4.1.5 Divisão do trabalho

O trabalho é dividido por meio das atribuições que versa o estatuto da organização, mas essas divisões são mais teóricas do que práticas e não se pautam na especialização de tarefas com funções específicas, pois no cotidiano administrativo as ações são realizadas de maneira coletiva e sem rígidas divisões, prevalecendo o elemento de autonomia que de acordo com Serva (1996, p. 339) é a “condição plena dos indivíduos para poder agir e expressar-se livremente nas interações”.

Nas ONGs, no geral, o ato de “vestir a camisa” por uma causa é diferente do que acontece em organizações produtivas, em que normalmente o processo é conduzido de forma acrítica para preservar posições funcionais dentro de uma determinada estrutura hierárquica, abdicando da razão substantiva em favor de um tipo de racionalidade instrumental (PIZZA JÚNIOR, 1994). Segundo Tenório (1990) ao se estabelecer uma distância entre administradores e administrados, com relações baseadas em fins organizacionais fortalece-se a racionalidade

instrumental, o que não representa o caso da ONG em estudo, tendo em vista que a construção coletiva é imperativo de suas ações.

Essa situação de harmonia e compartilhamento na divisão do trabalho é atribuída à trajetória pela qual o grupo foi formado, que de acordo com os relatos da Dirigente e das C1 e C2 aconteceu no âmbito acadêmico na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio de um grupo de “companheiras de luta” que começaram a dialogar as pautas de gênero e promover mobilizações de conscientização das mulheres.

Essas características tornam os membros que fazem parte da Cunhã voluntários por uma causa, por um determinado ativismo social, que segundo Musick e Wilson (2008) diferencia de voluntariado comum, como sendo aquele que busca resolver problemas sociais, para além das medidas paliativas. Tal definição é verificada junto às colaboradoras que participaram da pesquisa, pois elas são consideradas ativistas de uma causa, de modo que dedicam-se inteiramente a esta, já que não possuem vínculo empregatício em uma outra organização.

Segundo Serva (1996), quando nesse processo organizacional predominam os elementos constitutivos da racionalidade substantiva como autorrealização, entendimento e autonomia, a organização possui um grau elevado de substantividade. Portanto, percebeu-se que a entidade investigada é classificada com um grau  *muito elevado*  de racionalidade substantiva.

#### **4.1.6 Comunicação e relações interpessoais**

O diálogo entre toda equipe da ONG é aberto, baseado no entendimento e julgamento ético, por meio de uma construção coletiva. Essa característica é oriunda das fortes relações interpessoais que foram construídas entre seus membros. Trata-se de pessoas que se conhecem há mais de 25 (vinte e cinco) anos e que construíram juntas a organização, conforme pode ser constatado no discurso da Dirigente:

“[...] Então o grande desafio é continuar trabalhando de forma bem profissional, porque todo mundo conhece todo mundo, do filho, da mãe, da sogra... [risos], e isso é bom também! Saber trabalhar com isso também é bom, porque acabam se apoiando, estão juntos se apoiando!”

Na entrevista informal com a C1 outro relato mostra o quanto o grau de intimidade e relações interpessoais é forte entre os membros da organização:

“Hoje em dia as lutas são outras. Vejo nas Marchas [Marcha da Vadia e Marcha das Mulheres Negras] as jovens apenas de sutiã ou mostrando os peitos, são outras metodologias. No nosso tempo tínhamos o exame de colo do útero coletivo, e eu conhecia cada companheira de luta dessa maneira

íntima, pois eram outras discussões: saúde da mulher, direitos reprodutivos e etc...”

Ambos os relatos mostram o grau de proximidade existente entre os membros da organização, baseado em sólidas relações interpessoais, que facilitam uma comunicação aberta. Para Vidal et al. (2006), os atores que fazem parte da gestão social devem ser orientados pela racionalidade comunicativa, não impondo suas pretensões de validade sem que haja um acordo alcançado comunicativamente no qual todos os participantes exponham suas argumentações.

Desse modo, entende-se que o elemento constitutivo autenticidade é comprovado pelo grau de integridade, honestidade e franqueza que existe entre os membros da organização (SERVA, 1996). Predominam-se neste processo organizacional os elementos de autenticidade e valores emancipatórios, e, portanto, o grau de racionalidade substantiva é considerado  *muito elevado*.

#### **4.1.7 Ação social e relações ambientais**

Na ONG Cunhã Coletivo Feminista, percebe-se vinculações com o aparelho estatal, por meio dos recursos recebidos em participação de editais de concorrência pública. Os membros da entidade são unânimes em afirmar que sem o financiamento, seja de origem pública ou privada, não é possível garantir a sustentabilidade da organização. Ramos (2006) constatou que as organizações não governamentais sofrem influências de outros setores, governamentais e da iniciativa privada, induzindo o Terceiro Setor a aspectos ligados a uma gestão mais instrumental, criando um conflito ético e administrativo na forma como esse processo ocorre.

Ainda, por ser uma entidade com origens nos movimentos sociais, a inserção da ONG na sociedade civil é bastante acentuada, comprovando-se pela realização frequente de eventos, que contam com participação de diversos segmentos, mas prioritariamente de pessoas do meio acadêmico, o que pode ser justificado pela sua história de lutas que se iniciou nesse espaço. No evento “Diálogos sobre a conjuntura e sua interface com a violência contra as mulheres, racismo, lesbianidade e masculinidades” realizado em dezembro de 2016, uma das discussões foi permeada por uma re-significação da atuação social dos movimentos, e os desafios que no geral entidades como a Cunhã enfrentam para aproximar-se de comunidades mais carentes. Neste mesmo evento, foi reconhecido que esse desafio deve ser uma ação conjunta entre as ONGs que discutem a temática. A própria Dirigente na entrevista reconheceu que na atualidade “não se pode mais trabalhar sozinho, é necessário estabelecer uma rede”.

Quanto às parcerias com organizações públicas e privadas, por meio da concorrência em editais e processos licitatórios, observa-se uma relação nem sempre satisfatória, e as colaboradoras queixavam-se das inúmeras exigências feitas por essas organizações. Em uma das organizações estudadas por Serva (1996, p. 485) igual reclamação foi feita: “As relações com entidades muito burocratizadas frequentemente apresentam problemas. É o caso das relações com alguns organismos governamentais ou paragovernamentais”.

Neste processo organizacional o grau de racionalidade substantiva é *baixo*, pois existe uma dissociação entre os valores professados e a prática da organização demonstrada nos vínculos de dependência com o aparelho estatal.

#### **4.1.8 Reflexão sobre a organização**

Devido a crise financeira que assola o país e que atinge diretamente as organizações que dependem dos recursos públicos e privados para sua sobrevivência, a Cunhã vem re-ordenando sua estrutura, e dentre as ações de impacto destaca-se o fechamento de sua filial localizada no município de Monteiro - Paraíba e a venda da casa de excelente localização, que durante muitos anos constitui-se como sede da entidade. Esse estágio de instabilidade impulsiona muitas reflexões de seus membros sobre os encaminhamentos que a organização precisa seguir para continuar desenvolvendo suas atividades.

Em uma das reuniões que os pesquisadores participaram foi possível presenciar um momento em que a C1 convidou todos para refletir sobre a existência da Cunhã e a sua importância para a sociedade e para vida de seus membros. Ela questionou aos presentes: “O que a Cunhã representa de fato para nós?”. Esse momento aconteceu depois de um intenso debate sobre fazer um plano estratégico para o ano de atividades da organização, ou voltar-se para a pesquisa de editais de financiamento para a concorrência em projetos públicos e privados.

Um dos membros que ocupa o cargo de assistente administrativo insistiu que é necessário conseguir recursos para garantia da sustentabilidade da organização, e posteriormente se deve pensar em um planejamento estratégico. Nesse momento, a C2 começou a questionar aos demais sobre o sentido da organização, que não é apenas voltada para fazer projetos e cumprir as determinações de agências financiadoras, pois as atividades da entidade vão além desses instrumentos. Após intenso debate predominou a decisão de fazer um planejamento estratégico para entidade, prevalecendo o julgamento ético feito coletivamente.

Para Caitano (2010) refletir sobre a organização, é um dos processos fundamentais para compreensão da racionalidade substantiva, propõe essa autora que esta rubrica não deve ser



considerada como complementar. Serva et al. (2015) reconhecem as limitações para avaliar o estágio da plena dimensão emocional na compreensão da racionalidade, o que envolve os processos de reflexão sobre a organização, a satisfação individual e a dimensão simbólica.

Essa pesquisa esforça-se dentro desses limites em estabelecer o grau de racionalidade substantiva a partir da reflexão dos indivíduos sobre a organização. Ao detectar a prevalência de julgamento ético e valores emancipatórios e a ausência de elementos instrumentais como fins, desempenho e rentabilidade, entende-se que o grau de racionalidade substantiva deste processo organizacional é  *muito elevado*.

#### **4.1.9 Conflitos**

Segundo Putnam (1997), os pesquisadores nos anos 50 e 60 verificaram o lado funcional e produtivo do conflito, especificamente, afirmando que os mesmos nas organizações medeiam relações de poder, promovem a flexibilidade e a adaptação, auxiliam no crescimento e na estabilidade. O relato da Dirigente mostra como é o cenário de relacionamentos e de conflitos na ONG:

“Tem uns desafios tem, quem não tem? Mas, tem também duas pessoas da coordenação executiva que tem o papel de mediar esses conflitos, agora por outro lado, uma organização comparada com outras organizações maiores (40 pessoas) lá são poucas pessoas trabalhando e que são pessoas que trabalham juntas há muitos anos...”

Na observação direta pode-se constatar que não existiram relações conflituosas a ponto de desagregar o grupo. Nas reuniões, por exemplo, em alguns momentos examinando externamente tinha-se a impressão de que aconteceria algo desse tipo, porém tudo era resolvido e imperava a vontade da maioria. O julgamento ético é elemento primordial neste processo organizacional e desse modo, o grau de racionalidade é  *muito elevado*.

#### **4.1.10 Satisfação individual**

Percebe-se que os membros da organização demonstram enorme satisfação em continuar exercendo suas funções, mesmo diante de todas as dificuldades, principalmente de ordem financeira. Ao ser questionada sobre sua satisfação individual em participar da ONG e quais as motivações percebidas pelo conjunto dos membros, a Dirigente revela que:

“A Cunhã, ela na verdade é uma referência nessa linha aqui. Muitas das bandeiras que a gente escuta e que vê, veio de lá. Tem tanto articulação a nível estadual, municipal, como nacional. Então como uma organização que trouxe

algumas discussões que não se tinha, como por exemplo, uma campanha que elas tiveram, há quinze anos que não se discutia, que é a coisa de “não se engravida sozinha”. A visibilidade da campanha foi o resultado do que você acredita e estar sendo visto por outras pessoas de formas diferentes.

Nas conversas informais conduzidas junto às colaboradoras foi possível identificar semelhante discurso ao da Dirigente. A C1, por exemplo, destaca os laços de amizade que fortalecem diariamente a “vontade de fazer a coisa acontecer”. A C2 chama a atenção para o ambiente de trabalho que apesar dos conflitos comuns a construção coletiva, não deixa de ser local de excelente construção das pautas de luta da ONG.

Nesses relatos, percebe-se como a satisfação individual baseada no elemento de autorrealização conduz o processo organizacional. Para Serva (1996, p. 339) essa rubrica representa os “processos de concretização do potencial inato do indivíduo, complementados pela satisfação”. Desse modo, classifica-se com grau de racionalidade substantiva *muito elevada*.

#### **4.1.11 Dimensão simbólica**

O simbolismo organizacional começa com a própria palavra *Cunhã*, que na língua Tupi significa mulher e também é uma flor comum na Paraíba, conhecida como *Clitoria ternatea*, parecida com o órgão genital feminino (CUNHA, 2017).

A sede da entidade é pintada na cor lilás, comum ao movimento feminista. Outro elemento constitutivo do universo simbólico é a linguagem própria dos membros da organização, alguns termos como “sororidade”, “feminismo hegemônico” e “dialogar”, não são comuns para pessoas do contexto externo à organização. Uma das dificuldades encontradas no processo de condução da observação direta foi a identificação desses termos e seus sentidos.

No decorrer da observação direta nos eventos organizados pela ONG observou-se que existe um “perfil padrão das militantes”, que vai desde o vestuário, a forma de portar-se diante o público e a própria linguagem como abordada no parágrafo anterior. É importante destacar que o campo de formação das identidades constituem-se de elementos que merecem maior aprofundamento para que se possa concluir algo a respeito dos simbolismos. Jaime (2005) analisando a construção de identidades em ONGs diz que é preciso ter em mente o “caráter manipulativo das identidades”. Não se tratando de essências fixas, elas são acionadas pelos atores sociais em função de interesses materiais e simbólicos específicos.

Desse modo, assim como as rubricas satisfação individual e reflexão sobre a organização, reconhece-se apoiando em Serva et al. (2015) as dificuldades de avaliar dimensões

psicológicas específicas do indivíduo em contato com a coletividade. Não pretende-se com isso invalidar os esforços conquistados por essa pesquisa na análise da presente rubrica, trata-se de alertar aos leitores que têm interesse sobre a temática das limitações presentes e desse modo avançar na construção do campo de estudos.

Mesmo diante das limitações apresentadas, é possível concluir que para a rubrica dimensão simbólica prevalecem os valores emancipatórios, assim, o grau de racionalidade substantiva é  *muito elevada*.

#### 4.2 QUADRO GERAL DE ANÁLISE

Na sequência, apresenta-se o quadro resumo com a intensidade da racionalidade substantiva na ONG em estudo (Quadro 2).

**Quadro 2 - Quadro Resumo Intensidade da Racionalidade Substantiva na Cunha Coletivo Feminista**

<b>Elementos de Racionalidade Predominantes</b>	<b>Processo Organizacional</b>	<b>Intensidade de Racionalidade Substantiva</b>
Entendimento	Hierarquia e normas	Elevada
Valores emancipatórios	Valores e objetivos	Muito elevada
Julgamento ético	Tomada de decisão	Elevada
Entendimento	Controle	Elevada
Autonomia	Divisão do trabalho	Muito elevada
Autenticidade	Comunicação e relações interpessoais	Muito elevada
Fins	Ação social e relações ambientais	Baixo
Julgamento ético	Reflexão sobre a organização	Muito elevada
Julgamento ético	Conflitos	Muito elevada
Autorrealização	Satisfação individual	Muito elevada
Valores emancipatórios	Dimensão simbólica	Muito elevada
Intensidade Final da Racionalidade Substantiva:		<b>Muito elevada</b>

Fonte: Elaboração própria (2017).

Pode-se observar no Quadro 2 que todos os processos que Serva (1996) classifica como complementares em sua pesquisa (reflexão sobre a organização, os conflitos, a satisfação individual e a dimensão simbólica) obtiveram grau de racionalidade substantiva muito elevado e com predominância do elemento julgamento ético. Esse resultado corrobora com pesquisas como a de Caitano (2010) que tornou o processo “reflexão sobre a organização” como principal para análise da racionalidade substantiva nas organizações, mostrando que alguns processos considerados por Serva (1996) como complementares devem passar por uma revisão feita pelo campo de estudos.

No geral, os resultados resumidos no Quadro 2 corroboram com a teoria (MEDEIROS; SOUZA, 2011; SILVA, 2010) de que em entidades sem lucrativos a racionalidade substantiva é predominante. Atribui-se o elevado grau de racionalidade substantiva a esta ONG que conduz ações voltadas ao ativismo social, especificamente, a luta pelos direitos das mulheres. (MUSICK; WILSON, 2008).

Para Landim (2002) o contexto histórico de criação de ONGs como as que lutam por direitos específicos, a exemplo dos das mulheres, não podem ser comparadas às que tratam de ações assistencialistas e filantrópicas. Porém, a autora supracitada critica as transformações ocorridas nos últimos anos por essas organizações, pois a prestação de serviços diversos e o vínculo com agências financiadoras vem pautando e configurando os seus perfis, em detrimento das ações no campo dos direitos e da cidadania, o que pode justificar o fato da rubrica “ação social e relações ambientais” ter apresentado grau de racionalidade substantiva baixo. Pois, tais entidades vêm se moldando às exigências de editais de órgãos colaboradores e não exercem de forma emancipatória suas funções, mas engessam-se por meio de normas e de procedimentos impostos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ONGs no terceiro setor são elementos essenciais para o desenvolvimento desse segmento, contribuindo para a promoção de uma sociedade voltada para valores relacionados ao respeito, à justiça, à igualdade de gênero, à erradicação da violência contra a mulher e outros. Dessa forma, são entidades que possuem características semelhantes às organizações privadas, diferenciado-se por não possuírem objetivos com fins lucrativos.

Nesse contexto, a presente pesquisa objetivou identificar qual o tipo de racionalidade (instrumental ou substantiva) que predomina na ONG Cunhã, a partir do *continuum* proposto por Serva (1996) que se refere aos onze processos organizações (hierarquia e normas, valores e objetivos, tomada de decisão, controle, divisão do trabalho, comunicação e relações interpessoais, ação social e relações ambientais, reflexão sobre organização, conflitos, satisfação individual e dimensão simbólica).

A partir da análise dos achados na pesquisa de caráter qualitativo, verificou-se que, na Cunhã Coletivo Feminista, predomina a racionalidade substantiva em grau muito elevado na maioria dos processos organizacionais, confirmando as suposições de estudos anteriores que identificam que no terceiro setor predomina racionalidade do tipo substantiva. Entende-se que o futuro das organizações não-governamentais está presente no resgate a cidadania e na

construção de espaços gratificantes para o indivíduo, proporcionando sua emancipação. Nesse sentido, o presente estudo atingiu seu objetivo que foi identificar o tipo de racionalidade predominante na ONG Cunha a partir dos processos organizacionais elencados por Serva (1996).

Entretanto, uma das limitações da pesquisa foi o fato de não se concretizar entrevistas de natureza semiestruturada com as colaboradoras da entidade devido à indisponibilidade de tempo das mesmas. Mas, essa limitação não é de um todo ruim, pois a partir das conversas informais foi possível refinar o instrumento de pesquisa, e torná-lo de melhor aplicabilidade para estudos futuros.

Outra restrição da pesquisa é o fato de não abordar enfaticamente as relações entre a ONG e as agências financiadoras, de natureza pública e privada, bem como seus desdobramentos para o perfil da ONG. Dessa forma, para pesquisas posteriores recomenda-se que essa variável seja acrescentada aos processos organizacionais e sugere-se a reaplicação dessas rubricas em outras organizações de igual natureza, realizando uma análise comparativa.

Além disso, destaca-se a semelhança dos processos organizacionais “reflexão sobre a organização”, “satisfação individual” e “dimensão simbólica”, que assim como Serva et al. (2015), os pesquisadores deste estudo consideram como pertencentes a natureza psicológica do indivíduo, podendo ser estudados em uma única e ampla rubrica, que ganharia a denotação de processo principal, ao invés de complementar, como consta no modelo de Serva (1996).

## REFERÊNCIAS

- ALAGUERO, Ángel Zurdo. La dimensión corporativa del tercer sector. Los tipos organizativos del voluntariado. **Revista Internacional de Sociología**, v. 65, n. 47, p. 117-143, 2007.
- BARRETO, Cesar Ramos. Sobre a racionalidade humana: conceitos, dimensões e tendências. **Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**, v. 17, p. 36-50, 1993.
- CAITANO, Déris Oliveira; SERVA, Maurício. Racionalidade substantiva nas organizações: consolidação de um modelo metodológico de pesquisa teórico-empírica. **Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, XXXVI**, 2012
- CARVALHO, V. D.; SOUZA, W. J. Racionalidade Substantiva em Organizações Voluntárias: o caso da Pastoral da Criança em Natal. XI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2003.
- COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. Senac, 2000.
- CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: Escolhendo entre Cinco Abordagens**. Penso Editora, 2014.
- CUNHÃ – Cunhã Coletivo Feminista. Disponível em < <http://www.cunhanfeminista.org.br/>>. Acesso em 05 jan. 2017.
- ETZIONI, A. **Organizações Modernas**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1972
- FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Relume-Dumará, 1994.
- GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, v. 2, 2006.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A Nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- JAIME, Pedro. Da construção à crise de identidade das ONGs: Notas para uma pesquisa etnográfica. In: **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**. 2005.
- LANDIM, Leilah. «Experiência militante» Histórias das assim chamadas ONGs: Terrains et débats. **Lusotopie**, p. 215-239, 2002.
- MARTINS, Wellington Newton Felix. **Mudança organizacional e ação comunicativa: rumo ao resgate da dignidade e da emancipação humana**. Tese de Doutorado.1994.
- MERRIAM, Sarah B. **Qualitative Research: a guide to design and interpretation**. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

MEDEIROS, Jássio Pereira de; DE SOUZA, Washington José. A racionalidade na gestão do setor social. **REGE. Revista de Gestão**, v. 18, n. 2, p. 145, 2011.

MORAES, M. R.; MENDES, A. A.; CRUBELLATE, J. M. Ações cotidianas, interesses pessoais e envolvimento: um estudo com voluntários do Lar Escola da Criança de Maringá. **I Encontro de Estudos Organizacionais da Anpad**, 2000.

MUSICK, M. A.; WILSON, J. **Volunteers: A Social Profile**. Indiana. 2008.

PIZZA JUNIOR, Wilson. Razão substantiva. **Revista de administração pública**, v. 28, n. 2, p. 7, 1994.

PUTNAM, Linda. Productive conflict: negotiation as implicit coordination. Org. Dreu, de Carsten; Vliert, Evert Van De. **Using conflict in organizations**. London: Sage Publications. 1997

SALAMON, Lester M. A emergência do terceiro setor—uma revolução associativa global. Traduzido por Andrés Pablo Falconer e Alexandre Lucas. **Revista de administração**, v. 33, n. 1, p. 5-11, 1998.

SERVA, Maurício. **Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas (Tese de doutoramento), 1996.

SERVA, M.; CAITANO, D.; SANTOS, L.; SIQUEIRA, G. A análise da racionalidade nas organizações- um balanço do desenvolvimento de um campo de estudos no Brasil/ Rationality analysis in organizations-the development of a field of studies in Brazil. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 13, n. 3, p. 414, 2015.

SILVA, Élido Santiago da. **Gestão de Pessoas, fato administrativo e racionalidades: um estudo de caso em uma ONG de Natal/RN**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (dissertação de mestrado), 2010.

TENORIO, Fernando Guilherme. Tem razão a administração?. **Revista de Administração Pública**, v. 24, n. 2, p. 5-9, 1990.

VIDAL, Francisco Antonio Barbosa; MOREIRA, Maria Vilma; COSTA, Denise Pires Basto; ALMEIDA, Marcelo Coutinho de. Terceiro setor à luz da teoria crítica: racionalidades da gestão de ONGs. **Encontro da ANPAD**, v. 30, 2006.

## AGRICULTURA URBANA Y CALIDAD DE VIDA DE GRUPOS HUMANOS DEL DISTRITO METROPOLITANO DE QUITO EN REFERENCIA AL DESARROLLO HUMANO SOSTENIBLE

*Francisco Pacheco Sempértegui*<sup>12</sup>

*Gabriela Gamboa Rosero*<sup>13</sup>

*Pablo Arellano Alvear*<sup>14</sup>

### Resumen

El artículo presenta los resultados de la investigación exploratoria de la práctica de la agricultura urbana en la ciudad de Quito, Ecuador. Su objetivo es examinar los impactos en la calidad de vida de grupos humanos que practican la agricultura urbana en el Distrito Metropolitano de Quito –DMQ. Se utilizó una encuesta estructurada, con 35 preguntas, dirigidas a personas que practicaban la agricultura urbana y que participaban en las ferias agroecológicas, organizadas por ConQuito, agencia de promoción económica. El número de encuestas aplicadas fue de 63, provenientes de igual número de barrios. El cuestionario abordó 3 áreas temáticas: información general, práctica de la agricultura e impacto en calidad de vida. Entre los resultados se destaca que las mujeres son mayoritarias en la práctica de la agricultura urbana. Sus familias están compuestas por 4 y 5 miembros y tienen un ingreso mensual entre 151 y 600 dólares americanos. Su ingreso promedio familiar mensual es de \$424<sup>15</sup>. Generalmente, dos miembros de la familia intervienen en el cuidado del huerto y dedican entre 22 y 38 horas a la semana. Prácticamente todos cultivan hortalizas y plantas medicinales y se dedican a la crianza de animales menores<sup>16</sup>. La producción obtenida se dedica al autoconsumo familiar y la comercialización, de la que obtienen entre 85 y 124 dólares. Se estima que el ahorro mensual está entre 47 y 73 dólares y en promedio \$60.

**Palabras clave:** Agricultura Urbana. Calidad de Vida. Desarrollo Humano Sostenible.

---

<sup>12</sup> Master en Economía Empresarial, profesor titular de la Pontificia Universidad Católica del Ecuador, fapacheco@puce.edu.ec.

<sup>13</sup> Master profesional IPAL (Instituto Pluridisciplinario de estudios sobre las Américas- IPEAT), gabrielagmb@gmail.com.

<sup>14</sup> Magíster en Gerencia Empresarial, blinarellano@hotmail.com.

<sup>15</sup> El Salario Básico Unificado en Ecuador fue de 366 dólares americanos, en el 2016.

<sup>16</sup> Gallinas, cobayos.



## **URBAN AGRICULTURE AND QUALITY OF LIFE OF HUMAN GROUPS OF THE METROPOLITAN DISTRICT OF QUITO IN REFERENCE TO SUSTAINABLE HUMAN DEVELOPMENT**

### **Abstract**

The article presents the results of the exploratory investigation of the practice of urban agriculture in the city of Quito, Ecuador. Its objective is to examine the impacts on the quality of life of human groups that practice urban agriculture in the Metropolitan District of Quito – DMQ. A structured questionnaire was used, with 35 questions, aimed at people who practiced urban agriculture and who participated in agroecological fairs, organized by CONQUITO, an economic promotion agency. The number of surveys was 63, from the same number of neighborhoods. The questionnaire addressed 3 thematic areas: general information, practice of agriculture and impact on quality of life. The results highlight that women are the majority in the practice of urban agriculture. Their families are composed of 4 and 5 members and have a monthly income between 151 and 600 US dollars. Their average monthly family income is \$ 424. Generally, two family members take care of the garden and work between 22 and 38 hours a week. Almost all cultivate vegetables and medicinal plants and raise species of smaller animals. The production obtained is dedicated to family self-consumption and commercialization, from which they obtain between 85 and 124 dollars. It is estimated that the monthly savings are between 47 and 73 dollars and on average \$ 60.

**Keywords:** Urban Agriculture; Quality of Life; Sustainable Human Development.

## 1 INTRODUCCIÓN

Es importante señalar que, en noviembre de 2017, la ciudad de Quito recibió el premio Impulso por el Cambio concedido por la ONU por la iniciativa *Agricultura sostenible con inclusión y participación de género*. El presente trabajo permite conocer algunas de las razones subyacentes que explican la obtención de este premio. La investigación es un trabajo en el campo de la Gestión Social, específicamente muestra el ejercicio de la autogestión, apoyada por una entidad pública, y la economía solidaria. Identifica y analiza los resultados de la acción de una entidad pública (ConQuito) en distintos barrios de la capital del Ecuador, Quito.

La investigación se relaciona de una manera empírica – teórica con la Gestión Social. Aborda el análisis de una realidad (la de la práctica de la agricultura urbana) a través del lente del Desarrollo Humano Sostenible y de la Calidad de Vida. Desde estos conceptos, de manera deductiva, presente describir la realidad de las familias, para identificar el impacto de la actividad en las vidas de algunos de los beneficiarios del programa de una entidad pública.

El trabajo propuesto se enmarca en el eje temático del asociativismo, la autogestión y la economía solidaria. La práctica de la agricultura urbana fundamentalmente se produce por la autogestión de las familias capacitadas, eso se pudo evidenciar en la investigación. Puesto que el programa AGRUPAR (Agricultura Urbana Participativa) de ConQuito exige participar a grupos organizados, de vecinos o familias, la práctica se da, por esta exigencia, de manera asociada. Finalmente, se puede afirmar y se reconoce ampliamente que esta experiencia es una estrategia económica alternativa reconocida en la práctica de la economía solidaria.

La agricultura urbana se caracteriza por impulsar la explotación de los recursos y capacidades locales, incentivar la participación social y elevar la calidad de vida de las personas, en armonía con el medio ambiente. Todo esto contribuye al desarrollo humano sostenible. Tanto el aprovechamiento de las capacidades locales, como la participación social, la calidad de vida y el desarrollo humano sostenible son áreas de estudio de la Gestión Social. La investigación, entonces, contribuye a entender la aplicación de estos conceptos a la realidad y podría llevar a confirmar lo sugerido por la teoría o a proponer nuevas formas de abordarla.

## 2. DESARROLLO

### 2.1 OBJETIVOS

#### 2.1.1 General

Examinar los impactos en la calidad de vida de grupos humanos que practican la agricultura urbana en el Distrito Metropolitano de Quito -DMQ.

### **2.1.2 Específicos**

- a. Identificar las principales características demográficas de los hogares que practican actividades de Agricultura Urbana en el Cantón Quito.
- b. Identificar las principales características económicas de los hogares que practican actividades de Agricultura Urbana en el Cantón Quito.
- c. Identificar las principales condiciones de vida de los hogares que practican actividades de Agricultura Urbana en el Cantón Quito.
- d. Identificar las principales características de la producción que elaboran los hogares que practican actividades de Agricultura Urbana en el Cantón Quito.

## **2.2 AGRICULTURA URBANA, DESARROLLO HUMANO SOSTENIBLE Y CALIDAD DE VIDA**

### **2.2.1 Agricultura urbana**

En términos generales la agricultura urbana (AU) <sup>17</sup> consiste en toda forma de producción agropecuaria que se lleva a cabo en un área urbana (Gómez Rodríguez, 2014). Sin embargo, existen diferentes definiciones ponen en relieve los distintos aspectos de la AU: el tipo de producción, la ubicación, las actividades, los recursos, etc. El Programa “Ciudades Alimentando a su Gente” (Cities Feeding People) del Centro de Investigación para el Desarrollo Internacional (IDRC, por sus siglas en inglés) señala que: “La Agricultura Urbana está ubicada dentro (intra-urbana) o en la periferia (peri-urbana) de un pueblo, una ciudad o una metrópoli, y cultiva o cría, procesa y distribuye una diversidad de productos alimentarios y no alimentarios, (re)utilizando en gran medida recursos humanos y materiales, productos y servicios que se encuentran en y alrededor de dicha zona urbana, y a su vez provee recursos humanos y materiales, productos y servicios en gran parte a esa misma zona urbana” (Mougeot, 2006).

---

<sup>17</sup> De ahora en adelante será denominada por sus siglas, AU.

La Red Latinoamericana de Instituciones en Agricultura Urbana AGUILA, ofrece una definición adaptada al contexto urbano de América Latina y el Caribe (ALC)<sup>18</sup>. De tal manera la AU es definida como: “La práctica agrícola y pecuaria en las ciudades que por iniciativa de los productores/as afincados muchas veces en los barrios marginales, villorrios, favelas, rancherías, barriadas y/o pueblos jóvenes y peri urbanos, colindantes a las ciudades, utilizan los mismos recursos locales como mano de obra, espacios, agua y desechos sólidos orgánicos y químicos, así como servicios, con el fin de generar productos de autoconsumo y también destinados a la producción de alimentos para el autoconsumo y venta en el mercado” (Red Águila Latinoamericana, 1999).

Para el IPES- Promoción del Desarrollo Sostenible, la AU “incluye la producción y/o transformación inocua de especies agrícolas (hortalizas, frutales, plantas medicinales, etc.) y la crianza de animales menores para el autoconsumo o la comercialización en áreas intra y periurbanas de la ciudad. La AU aprovecha en forma eficiente y sostenible los recursos e insumos locales (suelo, agua, residuos, mano de obra, entre otros), respetando los saberes y conocimientos locales, y construyendo tejido social” (IPES, 2013).

La Organización de Naciones Unidas para la alimentación y la Agricultura (FAO)<sup>19</sup> define la Agricultura urbana y periurbana como “, de productos agrícolas y pecuarios en zonas intra y periurbanas, para autoconsumo o comercialización, (re)aprovechando eficiente y sostenible de recursos e insumos locales, respetando los saberes y conocimientos locales y promoviendo la equidad de género a través del uso y coexistencia de tecnologías apropiadas y procesos participativos para la mejora de la calidad de vida de la población urbana y la gestión urbana social y ambiental sustentable de las ciudades” (FAO, 2015).

Existen ocho líneas principales de la AU: la horticultura, la fruticultura, la crianza de animales menores, la piscicultura, la apicultura, la forestaría urbana (flores, plantas forestales y plantas de ornato, abonos), el manejo de residuos (reciclaje, compost) y la comercialización (Canabal, 2001).

La producción de la AU puede estar destinada al autoconsumo, el mercado y/o los procesos de transformación agroindustrial. De acuerdo al destino final de la producción, Canabal ha identificado tres tipos básicos de productores urbanos:

- Los productores de autoconsumo y sobrevivencia.

---

<sup>18</sup> De ahora en adelante América Latina y el Caribe será denominado por sus siglas ALC

<sup>19</sup> De ahora en adelante la Organización de Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, será denominada por sus siglas en inglés FAO

- Los productores de autoconsumo y mercado, quienes capitalizan pero que son vulnerables.
- Los productores especializados que tiene stock de recursos, energía y ahorros, que crean e innovan (Canabal, 2001).

Por otra parte, se puede señalar cinco motivos por los que se desarrolla la AU:

- Por necesidad económica: la AU permite a las personas de escasos recursos aliviar su situación económica al producir sus propios alimentos y reducir los gastos y al generar ingresos por la comercialización de excedentes.
- Por absorción urbana del entorno rural: cuando los terrenos situados en zonas consideradas como rurales son absorbidos por la expansión de la ciudad. En algunos de estos espacios se continúa las prácticas agropecuarias.
- Por resultado de la acción institucional: Cuando la agricultura urbana constituye una de las herramientas de promoción de políticas sociales y ambientales promovidas por municipios, el gobierno y entidades no gubernamentales
- Por aprovechamiento de recursos disponibles: cuando son identificados espacios no utilizados en la ciudad y se decide cultivar en ellos.
- Por expresión de antecedentes rurales: cuando los campesinos trasladan a la ciudad y ponen en práctica sus conocimientos y destrezas de agricultura (Garzón, 2013).

Finalmente se ha identificado tres tipos de agricultura urbano-familiar:

- Agricultura urbano-familiar de subsistencia: su producción está más orientada a la subsistencia de la unidad productiva agropecuaria.
- Agricultura urbano-familiar consolidada: su producción se orientada al mercado.
- Agricultura urbano-familiar de transición: grupo intermedio entre los dos tipos precedentes (Eguiguren, 2012).

## **2.2.2 Desarrollo humano sostenible**

El Desarrollo Humano Sostenible responde a una concepción que combina las nociones de desarrollo humano y desarrollo sostenible. Tras la Cumbre de Río y de la aprobación de la

Agenda 21, en 1992, el PNUD comienza desempeñar un rol más activo en Naciones Unidas en cuanto a temas ambientales y de desarrollo humano. Y en 1993 el presidente del PNUD anuncia que estaba emergiendo una nueva e integrada visión del desarrollo, un desarrollo centrado en el ser humano, equitativo y sostenible ecológica y socialmente, a lo que llamó desarrollo sostenible centrado en las personas, o desarrollo protector del medio ambiente, o desarrollo humano sostenible (DHS <sup>20</sup>) (González, 2006). En febrero de este año el director del PNUD presenta al DHS de la siguiente manera: “Debemos unir el desarrollo sostenible y el desarrollo humano, y unirlos no sólo de palabra pero en los hechos, todos los días, en el terreno, en todo el mundo. El desarrollo humano sostenible es un desarrollo que no sólo genera crecimiento, sino que distribuye sus beneficios equitativamente; regenera el medio ambiente en vez de destruirlo; potencia a las personas en vez de marginarlas; amplía las opciones y oportunidades de las personas; y, les permite su participación en las decisiones que afectan sus vidas. El DHS es un desarrollo que está a favor de los pobres, a favor de la naturaleza, a favor del empleo y a favor de la mujer. Enfatiza el crecimiento, pero un crecimiento con empleos, un crecimiento con protección del medio ambiente, un crecimiento que potencia a la persona, un crecimiento con equidad” (González, 2006).

En términos simples el DHS puede ser descrito como “el desarrollo integral del ser humano en armonía con los ecosistemas” (Rendón, 2007). Adolfo Castillo y Jorge Osorio describen al DHS como “un proceso de ampliación de las opciones y aptitudes de las personas mediante la formación de capital social con el fin de satisfacer las necesidades de las generaciones actuales sin comprometer las de generaciones futuras” (Castillo, 2013).

El DHS implica que el ser humano se posiciona en el centro del proceso de desarrollo y que las actividades de las generaciones actuales no reducirán las oportunidades y las opciones de las generaciones futuras. Para Rendón esta nueva concepción de desarrollo permite una comprensión integral y sistémica de desarrollo que permite traspasar la barrera impuesta por los criterios estructurales de la economía. Se desplaza la atención del crecimiento y de la productividad a lo social y ambiental. El desarrollo se concibe a través de “categorías que trascienden la mera condición de reproducción material y trasciende a categorías que tienen que ver con relaciones con el entorno, con el compartir y hacer parte de un proyecto social, con la creación, con la identidad, con las oportunidades y con la libertad” (Rendón, 2007).

José de Sousa sin embargo mantiene una visión crítica respecto a los nuevos paradigmas de desarrollo. Él explica que la idea de desarrollo ha sido validada a partir de falsas premisas,

---

<sup>20</sup> A partir de ahora, se usarán las siglas.

falsas promesas y soluciones inadecuadas y que le problema del desarrollo no está en el uso o ausencia de adjetivos sino en que este sirve a los objetivos del sistema capitalista y no a los de la sociedad (De Sousa, La farsa del desarrollo: del colonialismo imperial al imperialismo sin colonias, 2009). Sostiene entonces que no se puede llamar “desarrollo humano sustentable” a la aplicación del paradigma clásico bajo la “institucionalización internacional de carácter racista y universal de la dicotomía superior-inferior” (De Sousa, 2008). Y que este no puede existir mientras los modelos globales prevalezcan sobre los modos de vida locales (De Sousa, 2008).

### **2.2.3 Calidad de vida**

El concepto de calidad de vida se relaciona con el bienestar del individuo que se obtiene a partir de la satisfacción de sus necesidades básicas. La Organización Mundial de la Salud (OMS) define a la calidad de vida como: “la percepción que un individuo tiene de su lugar en la existencia, en el contexto de la cultura y del sistema de valores en los que vive y en relación con sus expectativas, sus normas, sus inquietudes.” (García, 2011). Constanza *et al.* definen la calidad de vida como “el grado en el cual las necesidades objetivas de los seres humanos son alcanzadas en relación con las percepciones personales o grupales del bienestar subjetivo.” (García, 2011).

Por otro lado, Tobar explica que el concepto de calidad de vida surge de las huellas dejadas por la segunda guerra mundial y que “se incorpora a los discursos sociales como un marco de referencia deseable de los pueblos, que empoderados, empiezan a demandar a los Estados políticas sociales, de cara a alcanzar ese horizonte” (Tobar, 2012). Para Lega la expresión de calidad de vida surge en el debate público en los años 50 y 60 en torno a la necesidad de medir objetivamente el medioambiente y el deterioro de las condiciones de vida urbana (Leva, 2005).

El término “calidad de vida” comienza a ser utilizado de manera indistinta para nombrar diversos aspectos de la vida como estado de salud, función física, bienestar físico, adaptación psicosocial, bienestar general, satisfacción con la vida y felicidad (Urzua, 2012). Su uso se populariza en diversos ámbitos como: la economía, la política, sociología, psicología, la salud y la educación. Surgen entonces definiciones y propuestas de medición de calidad de vida muy variadas. Frente a la dificultad en el consenso surge sin embargo un acuerdo en la necesidad de un enfoque de calidad de vida multidimensional, que combine las dimensiones cuantitativas como cualitativas, los aspectos objetivos y subjetivos.

Escobar y Fitch reconocen dos vertientes: estudios que proviene de la teoría de las necesidades y los que proviene de la teoría de las preferencias. La teoría de las necesidades considera las necesidades materiales como vivienda, salud, empleo y alimentación; y las necesidades inmateriales como la calidad de las relaciones, el nivel de integración social y las condiciones ambientales desarrolladas. Las necesidades materiales conciernen al individuo mientras las inmateriales están vinculadas al grado de satisfacción de necesidades colectivas. Por otro lado, la teoría de la satisfacción de las preferencias se mide “de acuerdo al grado de satisfacción en relación a una escala y jerarquía de preferencias que alcanza una persona” (Escobar, 2013).

Max- Neef, quien establece el concepto de “desarrollo a escala humana”, sostiene que la calidad de vida depende de las posibilidades que tienen las personas para satisfacer adecuadamente sus necesidades humanas fundamentales. El autor señala que las necesidades no varían de una cultura a la otra, ni de una época a otra, lo que cambia es la cantidad y calidad de satisfactores o las posibilidades de acceder a ellos. Y clasifica las necesidades en dos categorías: existenciales y axiológicas. Las primeras se refieren al sentido de existencia humana, donde se contemplan las necesidades existenciales de Ser, Tener, Hacer y Estar. Las necesidades axiológicas están vinculadas con la Subsistencia, Protección, Afecto, Entendimiento, Participación, Ocio, creación, Identidad y Libertad (Escobar, 2013).

Mayers, Van Hoof y Balwin, definen tres subcategorías en las que se puede dividir la calidad de vida: el bienestar físico, el bienestar mental, y la calidad de las relaciones (Bonilla, 2005). Borderías y Martín señalan que se han ido configurando cuatro grandes ámbitos de interés y preocupación con respecto a la calidad de vida:

- El primer bloque incluye aspectos que se consideran decisivos para el bienestar general del ciudadano: trabajo, educación, sanidad, vivienda y equipamientos.
- Un segundo bloque está relacionado con la contribución que tiene el medio, la calidad ambiental, en la calidad de vida y que viene representada por la calidad del ambiente atmosférico, el ruido, la calidad del agua, etc.
- Un tercer bloque de naturaleza psicosocial está vinculado al ámbito interactivo del sujeto: relaciones familiares, relaciones interpersonales, ocio, tiempo libre, etc.
- Y, por último, un cuarto bloque hace referencia a cuestiones de cierto orden socio-político, tales como la participación social, la seguridad personal y jurídica, etc. (Borderías, 2011)

Felci y Perri dividen las conceptualizaciones sobre la calidad de vida en cuatro grupos:

- Calidad de condiciones de vida de una persona,



- Satisfacción experimentada por dicha persona con dichas condiciones vitales condiciones;
- Combinación de componentes objetivos y subjetivos;
- Combinación de las condiciones de vida y la satisfacción ponderadas por la escala de valores, aspiraciones y expectativas personales (Bonilla, 2005).

Desde un enfoque urbano Discoli *et al.* señalan que la calidad de vida implica considerar tres dimensiones significativas:

- Las necesidades de la demanda, representada por los requerimientos objetivos y subjetivos de la población.
- La oferta de la ciudad en servicios y prestaciones, integrada por los recursos materiales e inmateriales.
- La articulación entre necesidades y prestaciones (Discoli, 2010).

### 2.3 METODOLOGÍA

Se utilizó una encuesta estructurada, con 35 preguntas, dirigidas a personas que practicaban la agricultura urbana y que participaban en las ferias agroecológicas, organizadas por ConQuito, agencia de promoción económica del Municipio del Distrito Metropolitano de Quito. Estas bioferias son espacios en donde se comercializan los excedentes de la agricultura orgánica generada por las unidades productivas apoyadas por ConQuito. El número de encuestas aplicadas fue de 63 personas, provenientes de igual número de barrios. El cuestionario abordó 3 áreas temáticas: información general, práctica de la agricultura e impacto en calidad de vida.

### 2.4 RESULTADOS

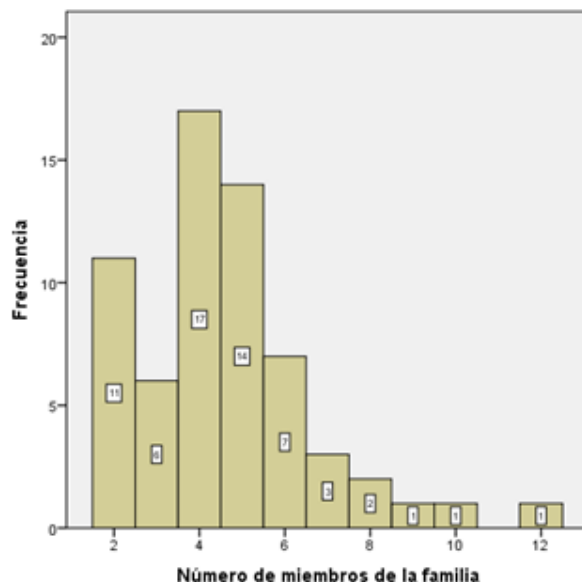
A continuación se describen algunas de las respuestas más relevantes para la investigación.

En lo referente al barrio de residencia, dentro de la muestra analizada, los resultados sugieren que existe una amplia dispersión en los lugares de residencia de las personas que practican la agricultura urbana dentro del DMQ. Por lo tanto, no se evidencian zonas geográficas específicas de gran concentración de esta actividad.

En lo que respecta al número de miembros de la familia, la muestra analizada presenta un promedio de 4,57 miembros por familia, con una desviación típica de 0,256 personas, lo cual

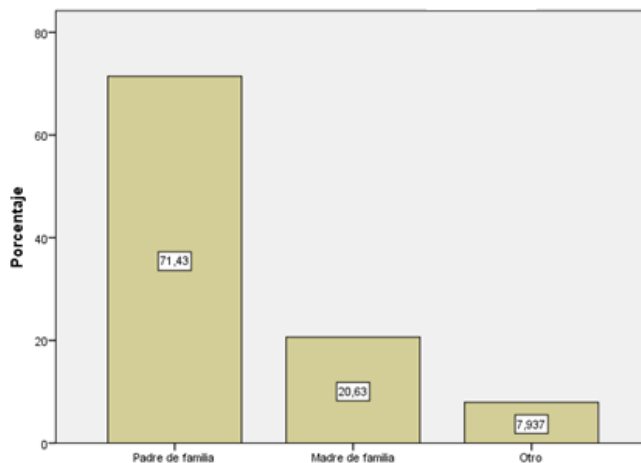
permite estimar que, con un nivel de confianza del 95%, el tamaño medio de la familia se encuentra entre 4,06 y 5,08 miembros. El gráfico del histograma de los datos recopilados en la investigación de campo para el número de miembros de la familia de los encuestados en el Cantón Quito, se presenta a continuación:

**Gráfico 1:** Número de miembros de familia



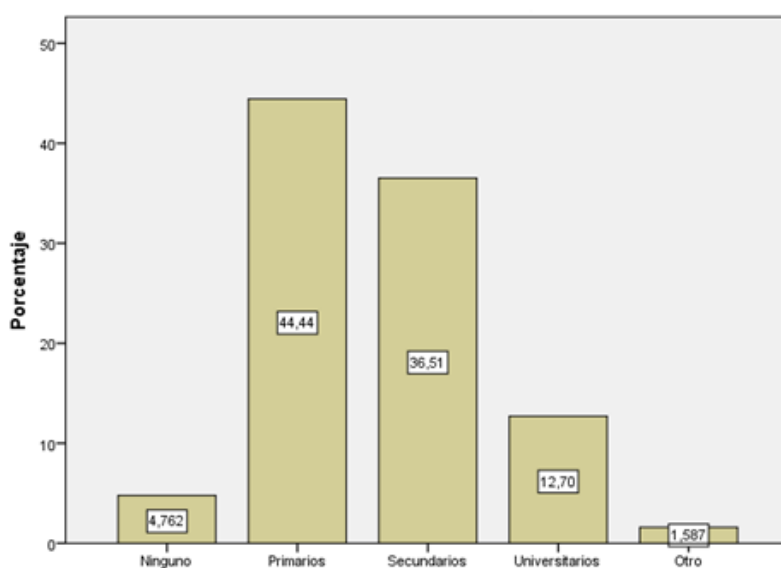
En el gráfico 2 se resumen los resultados sobre el miembro de familia que es jefe de hogar; en los cuales el 71,4% de los encuestados manifestaron que el jefe de hogar era el padre de familia; el 20,6% manifestó que el jefe de hogar era la madre de familia; mientras que el restante 7,9% manifestó que la función de jefe de hogar recaía tanto en el padre como en la madre de familia.

**Gráfico 2 -** Miembro de familia que es jefe de hogar



Los resultados relacionados al nivel de estudios del jefe de hogar se resumen en el gráfico 3, en los cuales se muestra que en el 44,4% de los casos de la muestra el jefe de hogar tiene instrucción primaria, seguido del 36,5% de los casos con instrucción secundaria, el 12,7% con estudios universitarios, el 4,8% sin ningún tipo de instrucción y el restante 1,6% con otro tipo de preparación para el jefe de hogar.

**Gráfico 3 - Nivel de estudios del jefe de hogar**



Los datos analizados para esta variable sugieren que la mayoría de hogares dedicados a la práctica de la agricultura urbana dentro del Cantón Quito tienen como jefes de hogar a personas con un nivel de educación primario o secundario mayoritariamente.

En lo referente al ingreso mensual promedio de los hogares analizados en la muestra, la tabla 1 muestra la distribución de frecuencias de las categorías definidas para esta variable en el cuestionario; en ellos se advierte que el ingreso mensual promedio por hogar se concentra en las categorías que comprenden entre \$0 y \$600; observándose que la categoría más recurrente entre los elementos de la muestra fue un ingreso mensual entre \$151 y \$300.

**Tabla 1 - Ingreso familiar mensual promedio**

	Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje acumulado
Válidos De \$0 a \$150	11	17,5	17,5
De \$151 a \$300	16	25,4	42,9
De \$301 a \$450	14	22,2	65,1
De \$451 a \$600	9	14,3	79,4
De \$601 a \$750	6	9,5	88,9
De \$901 a \$1050	1	1,6	90,5
De \$1051 a \$1200	2	3,2	93,7
Otro	4	6,3	100,0
Total	63	100,0	

Según los datos de la tabla anterior, el 88,9% de los elementos muestrales indicaron que sus familias tenían ingresos económicos mensuales que no superaban los \$750, lo cual da cuenta de que se estima que los grupos humanos que practican la agricultura urbana dentro del Cantón Quito constituyen un segmento de la población con ingresos económicos medio-bajo y bajo.

Por otro lado, la tabla 2 presenta el resumen de estadísticas descriptivas para el ingreso mensual promedio de los hogares encuestados; en el que se evidencia un promedio simple de ingreso de \$424,18; y una desviación típica de la media muestral de \$50,68; por lo que, para un nivel de confianza del 95%, se concluye que el ingreso económico promedio mensual de las familias que practican la agricultura urbana dentro del Cantón Quito está entre \$322,80 y \$525,56.

**Tabla 2 - Ingreso familiar promedio mensual**

		Estadístico	Error tip.	
Ingreso Familiar Promedio Mensual (USD)	Media	424,1803	50,68172	
	Intervalo de confianza para la media al 95%	Límite inferior	322,8018	
		Límite superior	525,5589	
	Media recortada al 5%	369,1257		
	Mediana	375,0000		
	Varianza	156686,817		
	Desv. tip.	395,83686		
	Mínimo	75,00		
	Máximo	2200,00		
	Rango	2125,00		
	Amplitud intercuartil	300,00		
	Asimetría	2,744	,306	
	Curtosis	9,523	,604	

La pregunta número 15 del formulario de encuesta empleado en la presente investigación tiene por objeto medir los resultados de la variable “Acceso a servicios básicos” y los datos resumidos en la tabla 3 presentan el recuento de las respuestas obtenidas en la investigación de campo.

**Tabla 3 - Acceso a servicios básicos**

		Respuestas		Porcentaje de casos
		Nº	Porcentaje	
Acceso a servicios básicos <sup>a</sup>	Servicio de agua potable	60	12,8%	95,2%
	Servicio de alcantarillado	54	11,5%	85,7%
	Servicio de recolección de basura	55	11,8%	87,3%
	Servicio de energía eléctrica	62	13,2%	98,4%
	Servicio de telefonía	46	9,8%	73,0%
	Servicio de internet	32	6,8%	50,8%
	Servicio de transporte público	58	12,4%	92,1%
	Servicio de educación	52	11,1%	82,5%
	Servicio de salud pública	49	10,5%	77,8%
Total		468	100,0%	742,9%

a. Agrupación de dicotomías. Tabulado el valor 1.

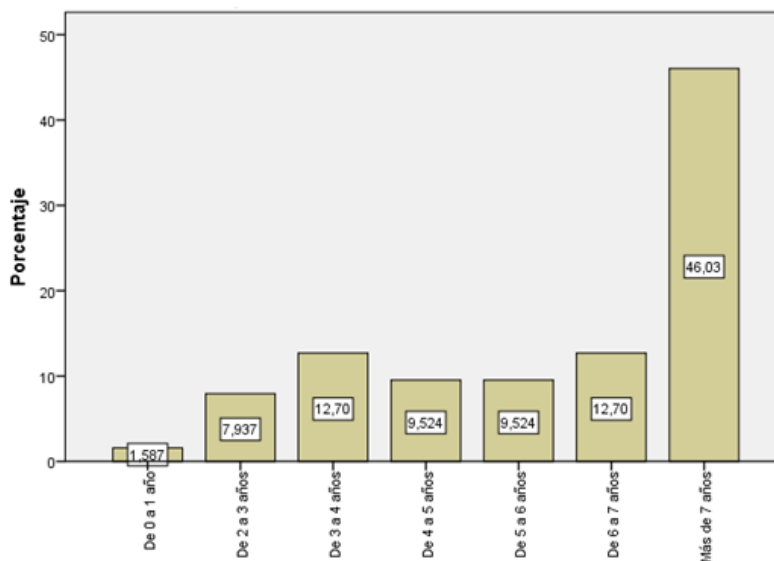
Según los datos de la tabla anterior, de los 63 elementos de la muestra, el 98,4% de los encuestados indicó tener acceso al servicio de energía eléctrica; el 95,2% de los encuestados manifestó tener acceso al servicio de agua potable; el 92,1% de los elementos de la muestra tienen acceso al servicio de transporte público; el 87,3% tiene acceso al servicio de recolección de basura; el 85,7% dispone de servicio de alcantarillado; el 82,5% tiene acceso a servicios de educación; el 77,8% puede acceder a servicios de salud pública; el 73% dispone del servicio de telefonía; y finalmente, el 50,8% de los encuestados manifestó tener acceso al servicio de conectividad global de la Internet.

En síntesis, de la información resumida en la tabla 3 puede concluirse que la mayoría de hogares que practican la agricultura urbana dentro del Cantón Quito y su periferia, y que forman parte a la muestra analizada, si disponen de acceso a diferentes servicios básicos, con una menor penetración del servicio de Internet. Sin embargo, también se aclara que no se dispone de una muestra lo suficientemente representativa de la población o universo de estudio, como para poder realizar una inferencia estadística sobre el acceso generalizado a diferentes

servicios básicos con que cuentan todos los grupos humanos que se dedican a la práctica de la agricultura urbana dentro del Cantón Quito.

Con relación al tiempo de dedicación a las actividades de agricultura urbana, los resultados se presentan en el gráfico 4.

**Gráfico 4 - Tiempo de dedicación a actividades de agricultura urbana**



Según los datos del gráfico 4, existe una clara concentración en la categoría que muestra un tiempo de dedicación a la agricultura urbana mayor a los 7 años, pues el 46% de los encuestados seleccionaron esta categoría; seguido de la categoría “de 6 a 7 años” con un 12,7% de frecuencia relativa; lo que quiere decir que más de la mitad de encuestados (58,7%) practican la agricultura urbana por un lapso de tiempo superior a los 6 años.

En el resumen de estadísticas descriptivas, se evidencia que el tiempo medio de práctica de la agricultura urbana de la muestra es de 6,11 años, con una desviación típica para la media de la muestra de 0,2647 años, lo cual permite concluir que, con un nivel de confianza del 95%, la media del tiempo de práctica de la agricultura urbana está entre 5,58 años y 6,64 años.

Con relación al lugar o espacio físico donde los encuestados manifestaron practicar sus actividades de agricultura urbana se encontraron los siguientes resultados:

**Tabla 4 - Lugar donde practica actividades de agricultura urbana**

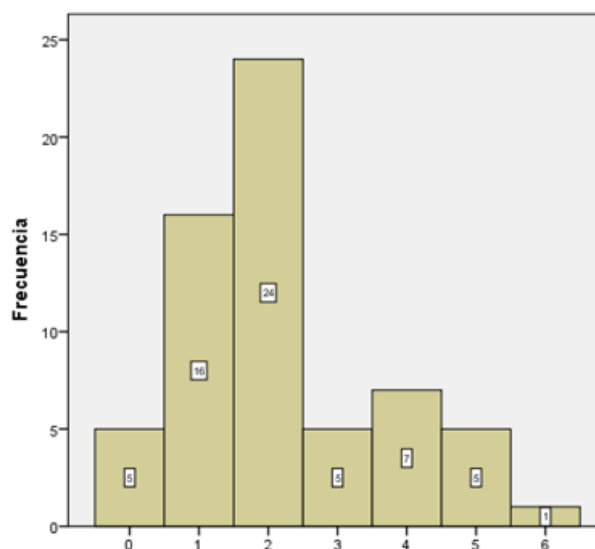
		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje acumulado
Válidos	Terraza	7	11,1	11,1
	Terreno propio	42	66,7	77,8
	Patio de la casa	11	17,5	95,2
	Espacio comunitario	1	1,6	96,8
	Otro	2	3,2	100,0
	Total	63	100,0	

Los resultados de esta variable sugieren que la mayor proporción de familias que se dedican a la práctica de la agricultura urbana disponen de sus propios terrenos para ejercer esta práctica, y en menor proporción lo hacen en espacios disponibles dentro de sus viviendas.

Con respecto al número de miembros de la familia que participan en el cuidado del huerto, se ha encontrado una media de 2,19 personas con una desviación típica de 0,181 personas, esto quiere decir que, con un nivel de confianza de 95%, el promedio de miembros de la familia que intervienen en el cuidado del huerto está entre 1,83 y 2,55 personas; la observación mínima fue de 0 personas, y la máxima fue de 6 personas, lo cual da como resultado un rango total de diferencia de 6 personas.

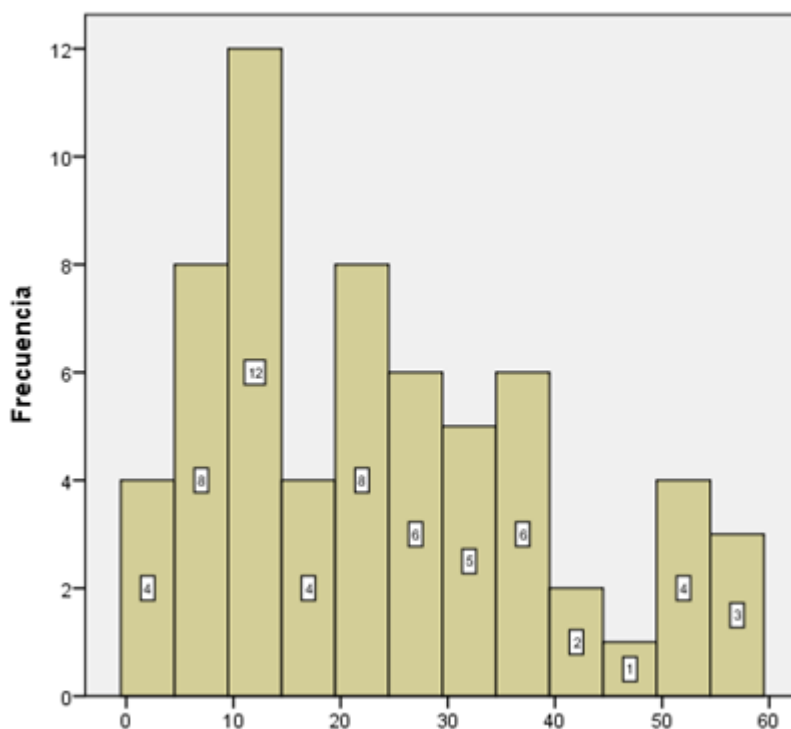
El histograma de los datos recopilados en la investigación de campo para el número de miembros de la familia que intervienen en el cuidado del huerto, se presenta en el siguiente gráfico:

**Gráfico 5 - Número de miembros de familia que participan en el cuidado del huerto**



En lo relacionado al tiempo semanal invertido por el encuestado en el cuidado y mantenimiento del huerto, se muestra que el tiempo promedio semanal que el encuestado dedica al cuidado y mantenimiento del huerto es de 22,89 horas con una desviación típica de la media muestral de 1,909 horas, lo cual permite inferir que, con un nivel de confiabilidad del 95%, el tiempo medio que el encuestado dedica al cuidado y mantenimiento del huerto está entre 19,07 y 26,70 horas a la semana. La observación mínima para esta variable en la muestra analizada es de 2 horas y la observación máxima es de 56 horas; lo cual da como resultado un rango total de variación de 54 horas a la semana. El histograma de los datos recopilados en la investigación de campo para el tiempo semanal que el encuestado dedica al cuidado y mantenimiento del huerto, se presenta en el siguiente gráfico:

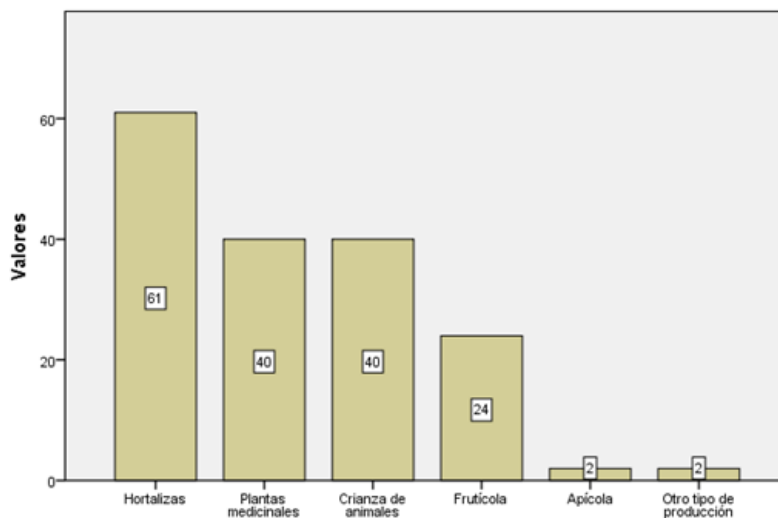
**Gráfico 6 -** Tiempo semanal invertido por el encuestado en el cuidado del huerto



En lo que respecta a la variable “tipo de producción realizada” los resultados encontrados en el presente proyecto de investigación se resumen en el gráfico 7.

**Gráfico 7 -** Tipo de producción que realiza

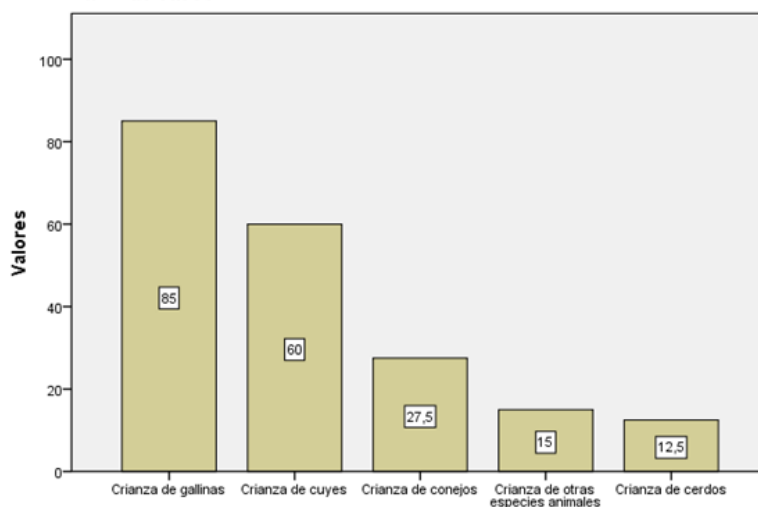




Según los resultados presentados en el gráfico 7, se ha identificado que el 96,8% de los encuestados cultivan hortalizas; el 63,5% cultiva plantas medicinales, el 63,5% se dedica a la crianza de animales; el 38,1% realiza producción frutícola; el 3,2% realiza producción apícola y de igual manera un 3,2% realiza otro tipo de producción.

Con respecto a la variable “especies animales en crianza” los resultados obtenidos se resumen en el gráfico 8.

**Gráfico 8 - Especies de animales en crianza**



De los 40 encuestados que manifestaron dedicarse a la crianza de animales, el 85% indicó que se dedica a la crianza de gallina; el 60% hizo referencia a actividades de crianza de

cuyes, el 27,5% realiza crianza de conejos, el 15% se dedica a la crianza de otras especies animales, y el 12,5% manifestó practicar la crianza de cerdos.

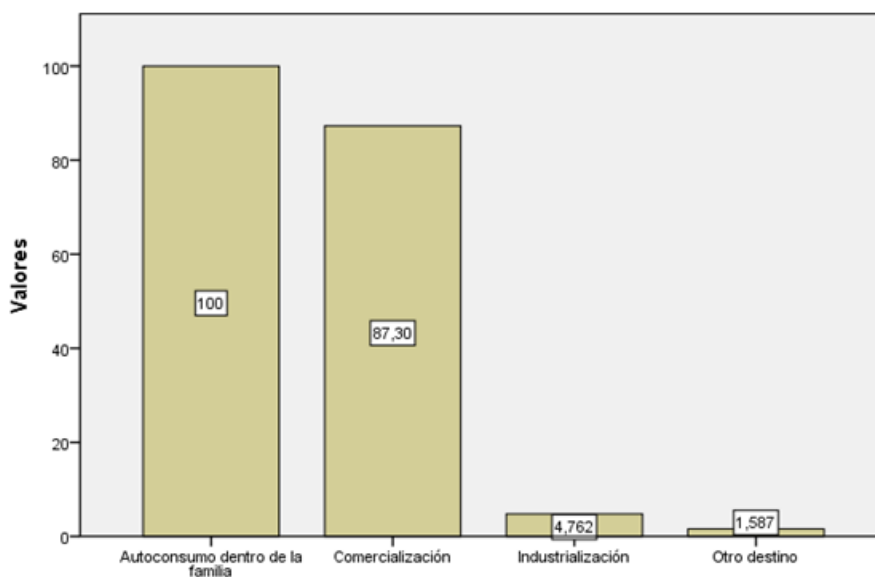
Con relación a los principales destinos de la producción generada por la práctica de la agricultura urbana, los resultados de la muestra fueron los siguientes:

**Tabla 5 - Principales destinos de la producción**

		Respuestas		Porcentaje de casos
		Nº	Porcentaje	
Principales destinos de la producción <sup>a</sup>	Autoconsumo dentro de la familia	63	51,6%	100,0%
	Comercialización	55	45,1%	87,3%
	Industrialización	3	2,5%	4,8%
	Otro destino	1	0,8%	1,6%
Total		122	100,0%	193,7%

a. Agrupación de dicotomías. Tabulado el valor 1.

**Gráfico 9 - Principales destinos de la producción**



Los datos de la tabla 5 y gráfico 9 muestran que virtualmente en todos los casos de la muestra, objeto de estudio, los encuestados manifestaron que uno de los principales destinos de la producción generada por la práctica de la agricultura urbana era para autoconsumo dentro de la familia; mientras que el 87,30% de los elementos muestrales indicó que parte de la producción generada por la agricultura urbana era destinada a la comercialización; por su parte, otro 4,76% de los encuestados manifestaron destinar parte de la producción de sus huertos a

actividades de industrialización; y apenas un 1,59% indicó tener otros destinos para parte de la producción generada en sus huertos.

El análisis de esta variable da una idea de los principales destinos que los elementos de la muestra dan a la producción generada por sus actividades de agricultura urbana, y de estos destinos pueden derivarse algunos beneficios que trae esta práctica a las personas que van desde ahorros económicos en la compra de comestibles, hasta el incremento de los ingresos familiares por la comercialización de la producción; estos beneficios, sin embargo se presentarán más adelante.

En lo relacionado al ingreso mensual generado por actividades de agricultura urbana en los hogares analizados en la muestra, la tabla 6 muestra la distribución de frecuencias de las categorías definidas para esta variable en el cuestionario; en ellos se aprecia que el ingreso mensual promedio por hogar, que generan las actividades de agricultura urbana, se concentra en las categorías que comprenden entre \$0 y \$300 de ingreso; observándose que la categoría más recurrente entre los elementos de la muestra fue un ingreso mensual entre \$0 y \$150.

**Tabla 6 - Ingreso generado por actividades de la agricultura urbana**

		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje acumulado
Válidos	Entre \$0 y \$150	28	50,9	50,9
	Entre \$151 y \$300	22	40,0	90,9
	Entre \$301 y \$450	2	3,6	94,5
	Entre \$901 y \$1050	1	1,8	96,4
	Más de \$1350	2	3,6	100,0
	Total	55	100,0	

Según los datos de la tabla anterior, el 90,9% de los elementos muestrales indicaron que sus familias tenían ingresos económicos mensuales derivados de las actividades de agricultura urbana que no superaban los \$300, lo cual confirma que los grupos humanos que practican la agricultura urbana dentro del Cantón Quito constituyen un segmento de la población con ingresos económicos medio-bajo y bajo.

Por otro lado, con respecto a la variable ahorro mensual generado por el autoconsumo de la producción generada por las actividades de agricultura urbana en los hogares analizados en la muestra, se evidencia un promedio simple de ahorro mensual de \$60,32; y una desviación típica de la media muestral de \$6,43; por lo que, para un nivel de confianza del 95%, se concluye

que el ahorro económico promedio mensual derivado del autoconsumo de la producción generada por las actividades de agricultura urbana dentro del Cantón Quito está entre \$47,46 y \$73,18.

Con respecto a la variable inversión total realizada en la implementación del huerto de AU, en los hogares analizados en la muestra, se evidencia un promedio simple de inversión total de \$774; y una desviación típica de la media muestral de \$155,67; por lo que, para un nivel de confianza del 95%, se concluye que la inversión total promedio realizada en la implementación del huerto de agricultura urbana dentro del Cantón Quito está entre \$462,50 y \$1.085,49.

Con respecto a la variable “apoyo recibido en la implementación del huerto” para actividades de agricultura urbana, el resumen distribución de frecuencias se presenta en la siguiente tabla:

**Tabla 7 - Apoyo recibido en la implementación**

		Respuestas		Porcentaje de casos
		Nº	Porcentaje	
Apoyo recibido en la implementación <sup>a</sup>	Capacitación	52	29,9%	83,9%
	Crédito	9	5,2%	14,5%
	Asistencia técnica	46	26,4%	74,2%
	Acceso a tierras	1	0,6%	1,6%
	Apoyo a la comercialización	17	9,8%	27,4%
	Herramientas e insumos	13	7,5%	21,0%
	Subsidios	4	2,3%	6,5%
	Certificación de la producción	10	5,7%	16,1%
	Ninguno	8	4,6%	12,9%
Otro tipo de apoyo	14	8,0%	22,6%	
<b>Total</b>		<b>174</b>	<b>100,0%</b>	<b>280,6%</b>

a. Agrupación de dicotomías. Tabulado el valor 1.

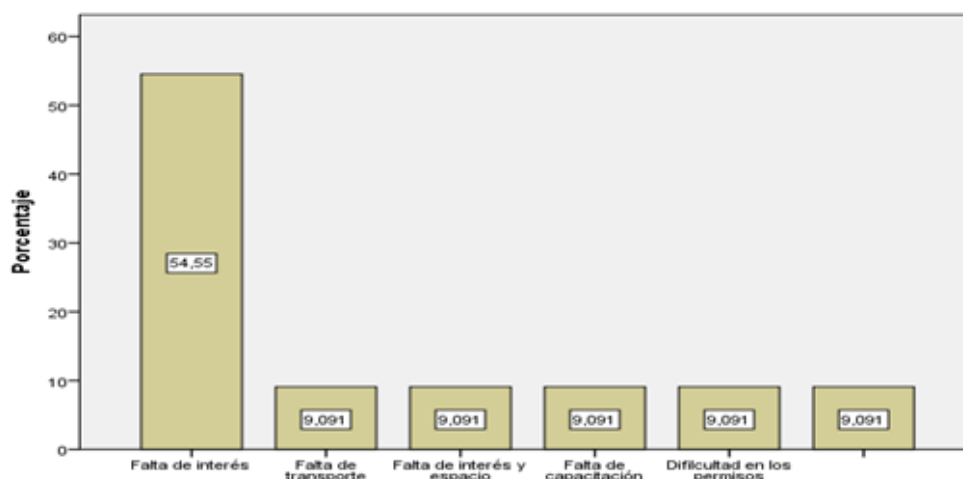
Según los resultados obtenidos, podemos observar que la mayor parte de los encuestados que se dedican a la agricultura urbana en el Cantón Quito recibieron algún tipo de apoyo en la implementación del huerto; en el que se evidencia que el 83,9% de los encuestados recibieron capacitación, el 74,2% asistencia técnica, el 27,4% apoyo en la comercialización, el 21% herramientas e insumos, el 22,6% otro tipo de apoyo.

La pregunta número 36 de la encuesta mide la variable “dificultades de la práctica de agricultura urbana”. El 35,2% de los encuestados manifestaron la falta de tiempo, el 25,9% manifestó falta de conocimientos, el 24,1% manifestó alto costo en los insumos, 22,2% dificultades de comercialización, 20,4% otro tipo de dificultades, 9,3% dificultades con los vecinos, otro 9,3% destacó el bajo acceso a tierras, un 7,4% manifestó dificultades en el acceso

a riego, 5,6% indicó alto costo de las herramientas, 3,7% falta de acompañamiento técnico, y otro 3,7% mencionó la baja rentabilidad que deja la práctica de la agricultura urbana.

La desagregación de la categoría “otro tipo de dificultades” se resume en el gráfico 10.

**Gráfico 10 - Descripción otro tipo de dificultades con la agricultura urbana**



En el gráfico 10 podemos distinguir la descripción de la categoría “otro tipo de dificultades” con la implementación de las actividades de agricultura urbana. En este gráfico se aprecian dificultades adicionales como la falta de interés, falta de transporte, falta de interés y espacio, falta de capacitación y dificultad en los permisos.

Con respecto a las principales áreas de contribución de la agricultura urbana sobre la calidad de vida de quienes la practican se obtuvieron los resultados resumidos en la tabla siguiente, los mismos que representan la calificación promedio asignada por los elementos de la muestra a cada factor considerado en la variable, junto con el número de casos de la muestra que calificó a cada factor.

**Tabla 8 - Impactos de la agricultura urbana en la calidad de vida**

	Autoestima	Alimentación	Salud y bienestar	Comunidad	Educación	Ocio y tiempo libre	Participación	Seguridad	Ingresos económicos	Medio ambiente	Otra área de contribución
N Válidos	10	51	52	4	1	13	4	2	39	12	1
Perdidos	53	12	11	59	62	50	59	61	24	51	62
Media	2,30	1,65	2,04	2,75	2,00	2,23	2,75	3,00	1,87	2,50	3,00

Según los puntajes promedio observados en la tabla 8, y considerando que la escala de medición asignó el código 1 para una alta contribución, el código 2 para una mediana contribución y el código 3 para una baja contribución; es de esperarse que puntajes promedio cercanos a 1 indiquen un mayor grado de contribución de la agricultura urbana hacia determinada área en comparación con un promedio cercano a 3 que indicaría una baja contribución.

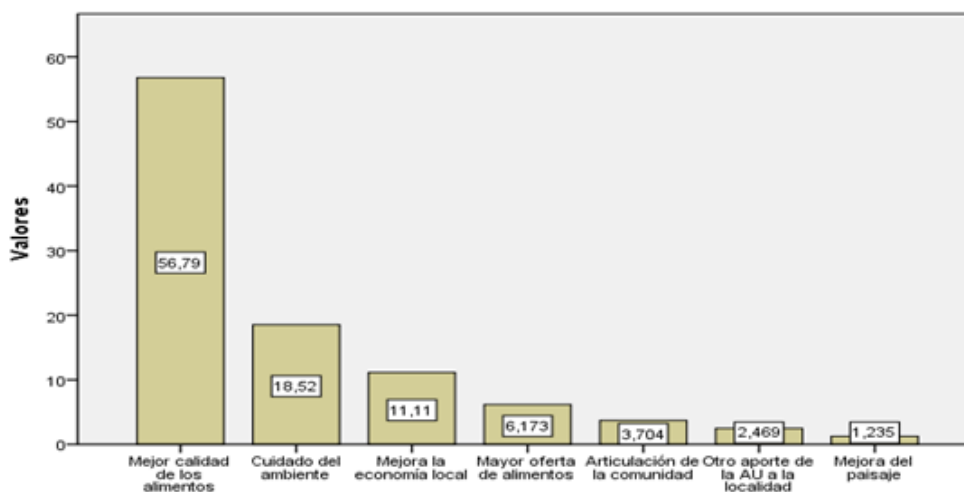
En base al razonamiento anterior se muestra que la agricultura urbana contribuye en mayor medida hacia la alimentación de las personas que la practican y hacia sus ingresos económicos; sin embargo, se aprecia también que 51 de los 63 elementos de la muestra calificaron entre los factores de importancia a la alimentación mientras que 39 de los 63 encuestados consideraron en sus calificaciones a los ingresos económicos; esta da una mayor ponderación o peso al factor alimentación. Así, de acuerdo con el análisis realizado se concluye que la mayor contribución de la agricultura urbana hacia la calidad de vida de quienes la practican es a la alimentación, y en segundo lugar está su aporte a la economía doméstica de la familia al incrementar sus ingresos económicos.

Por otro lado, se puede notar también en la tabla 8 que las áreas: educación, salud y bienestar, ocio y tiempo libre, autoestima y medio ambiente tienen calificaciones promedio entre 2 y 2,5 puntos; sin embargo, los ponderadores del número de encuestados que realmente consideraron relevantes a estos factores indican que únicamente la salud y bienestar constituye efectivamente un factor sobre el cual la práctica de la agricultura urbana tiene una contribución media. Para el resto de factores mencionados en este párrafo, los ponderadores indican que menos de la mitad de los elementos de la muestra los consideran como áreas relevantes de impacto con la práctica de la agricultura urbana.

Además, las calificaciones promedio para los factores: comunidad, participación, seguridad y otra área de contribución están entre 2,5 y 3 puntos, lo que las categorizaría como áreas de baja contribución en relación con la práctica de la agricultura urbana; sin embargo, como se puede apreciar con el número de encuestados que consideraron estos criterios en sus calificaciones, se muestra que los ponderados son demasiado bajos como para poder considerar a estos factores como significativos en el análisis de las áreas de contribución de la práctica de la agricultura urbana.

Finalmente, con respecto a la variable “aporte de la agricultura urbana a la ciudad” se presentan los resultados a continuación, en el siguiente gráfico:

**Gráfico 11 - Aporte de la agricultura urbana a la ciudad**



Los resultados para esta variable indican que el 74,2% de los elementos de la muestra consideran que el principal aporte de la AU a la ciudad es mejorar la calidad de los alimentos; el 24,2% de los encuestados cree que la AU contribuye con el cuidado del ambiente; el 14,5% cree que la AU mejora la economía local, el 8,1% de elementos muestrales dijo que la AU genera una mayor oferta de alimentos, el 4,8% considera que la AU genera mayor articulación entre la comunidad, y un 3,2% de encuestados manifiestan que la AU genera otro tipo de aporte a la ciudad.

## 2.5 DISCUSIÓN

La agricultura urbana y peri-urbana está presente en diversas ciudades tanto de América Latina, como de Europa y otras regiones del mundo (Madaleno, 2004). Los gobiernos locales y nacionales, organizaciones no gubernamentales, instituciones públicas, el sector privado y la cooperación internacional están prestando mayor atención a esta actividad que mejora los ingresos y contribuye a la seguridad alimentaria, el cuidado del paisaje y el ambiente urbano (Mena, 2012). En el caso de Quito, la entidad que ha trabajado este tema es ConQuito, la agencia de promoción económica del Municipio de Quito, a través de su programa Agrupar (Agricultura Urbana Participativa) (ConQuito, 2018).

En el Ecuador y en particular, en la capital, Quito, no existen estudios que informen sobre desde que año se practica la agricultura urbana, aunque es razonable suponer que existe desde hace varias décadas, debido a la influencia de los migrantes, procedentes de regiones

rurales, quienes trajeron sus destrezas agrícolas desde el campo. Sin embargo, se conoce que el proyecto Agrupar ha estado trabajando en el área desde 2002, centrándose en “seguridad alimentaria y promoción del procesamiento de alimentos, acceso a microcréditos, gestión de microempresas y comercialización y ventas” (Rodríguez, 2010). Al principio, su labor se enfocaba a fomentar la práctica y a entregar capacitación. Sin embargo, en la actualidad, también trabaja en fomentar la comercialización de los excedentes, a través de las denominadas “Bioferias” que “son espacios diferenciados para la comercialización de los excedentes de la agricultura orgánica, en los que se rescata la venta directa productor-consumidor, que respeta un precio justo para ambos. Estos puntos de venta ofertan la producción orgánica generada por las unidades productivas apoyadas por ConQuito” (ConQuito, 2018).

La práctica de la agricultura urbana en el Distrito Metropolitano de Quito se encuentra en poblaciones de ingresos bajos, aspecto mencionado por varias investigaciones realizadas con anterioridad. En la investigación de Verónica Mena se dice que “En este proyecto [Agrupar], de acuerdo a la información levantada en un estudio de impacto a mayo de 2009, se señala que la composición de las familias que han sido favorecidas por el proyecto, es de 4 a 5 miembros por hogar, que el 49% de los jefes de hogar tienen nivel de educación básica y que su ingreso familiar promedio, correspondiente al de dos de sus miembros, es de 350 dólares que ubicándose en el quintil 1 de pobreza. (Mena, 2012). Por otro lado, Caiza afirma que “De las actividades adicionales que realizan los agricultores urbanos el 40.10 % percibe ingresos y el 59.9% no percibe ingresos, del porcentaje de los agricultores que perciben ingresos en promedio reciben ingresos de \$374.68 mensuales” (Caiza, 2014). Esta tendencia también es confirmada por Stein que menciona que “there is an on-going urban agriculture project in Quito (AGRUPAR) designed to support low-income and otherwise subordinate communities through formal skills development.” (Stein, 2011). Finalmente, lo anterior se confirma por la presente investigación, en dónde la muestra encuestada tiene ingresos mensuales entre 151 y 600 dólares americanos y una media de \$454.

Si consideramos el concepto de seguridad alimentaria resultante de la Cumbre Mundial sobre la Alimentación realizada en 1996 en Roma a convocatoria de la FAO, que se “centra en la disponibilidad de alimentos, es decir, en el derecho de toda persona a tener acceso a alimentos sanos y nutritivos” (Ormachea, 2009), entonces podemos concluir que, los habitantes de la ciudad de Quito que practican la agricultura urbana, al menos parcialmente, tienen soberanía alimentaria o están en proceso de conseguirla. Sin embargo, su situación económica, en algunos casos, es aún precaria, por lo que esta afirmación se podría cuestionar.



La agricultura urbana contribuye a mejorar la calidad de vida de los que la practican porque las familias tienen acceso directo a alimentos orgánicos y de mejor calidad, lo que mejora su salud y bienestar. Pero también contribuyen a su economía familiar, puesto que entre el ingreso por comercialización y el ahorro por el autoconsumo se alcanza el 39% de sus ingresos mensuales, lo cual es significativo.

También, su práctica favorece el cuidado de ambiente, al no utilizar agroquímicos y reciclar sus residuos. La AU contribuye al ambiente porque “genera un cambio de mentalidad positivo por parte de los agricultores (as) urbanos respecto a la naturaleza y permite la implementación de técnicas de producción limpia, ya que realiza aprovechamiento de la materia orgánica” (Mosquera, 2009). Esto, igualmente, se puede observar en los resultados de esta investigación, puesto que el 24,2% de los encuestados cree que la AU contribuye con el cuidado del ambiente.

Finalmente, si consideramos que “el desarrollo humano sostenible es un desarrollo que no sólo genera crecimiento, sino que distribuye sus beneficios equitativamente; regenera el medio ambiente en vez de destruirlo; potencia a las personas en vez de marginarlas; amplía las opciones y oportunidades de las personas; y, les permite su participación en las decisiones que afectan sus vidas” (González, 2006), entonces podemos concluir que la práctica de la Agricultura Urbana, descrita en esta investigación, produce desarrollo humano sostenible en las poblaciones que han incorporado su aplicación.

### **3 CONSIDERACIONES FINALES**

Como conclusión de este análisis, en la presente investigación se ha determinado que, de acuerdo con los datos de la muestra analizada, la práctica de la agricultura urbana, aumenta la calidad de vida, por medio de la contribución, sobre todo, en la alimentación y la economía de los hogares que la practican, y, además, tiene una mediana contribución sobre la salud y bienestar de las mismas, así como al cuidado del medio ambiente

Debido a que no fue posible conseguir una base de datos actualizada de los participantes en las bioferias, no se utilizó un muestreo probabilístico, sino un no probabilístico casual, es decir se encuestaron individuos que se encontraron en el momento de la aplicación de las encuestas.

El estudio, aunque examinó las prácticas de diversos individuos en una diversidad de barrios de la ciudad de Quito, fue de carácter exploratorio, ya que nos proporcionó una idea inicial de la situación actual, por eso, es necesario realizar un estudio más profundo, de carácter

descriptivo para caracterizar la práctica a lo largo del Distrito Metropolitano de Quito, en lo referente a lo urbano y periurbano.

## REFERENCIAS

- Bonilla, S. (2005). Evaluación de las prácticas de crianza y su impacto en la calidad de vida infantil en una muestra de escuelas PEC y NO PEC en el municipio de Puebla. Puebla: Universidad de las Américas Puebla.
- Borderías, M. y. (2011). Medio Ambiente Urbano- Unidad didáctica. Madrid: Universidad Nacional a Distancia.
- Caiza, K. (2014). Evaluación Integral del Programa Agricultura Urbana (AGRUPAR) en el Distrito Metropolitano de Quito. Periodo 2008 -2011. Tesis de grado, Universidad Central del Ecuador, Facultad de Ciencias Económicas, Quito.
- Canabal, B. (2001). La agricultura urbana en América Latina y el caso de México: un esbozo. México: Universidad Autónoma Metropolitana.
- Castillo, Á. (2013). Agricultura urbana en Quito: Agrupar una iniciativa local que aporta a la construcción de una ciudad sustentable. Quito, Pichincha, Ecuador: FLACSO Sede Ecuador.
- ConQuito. (23 de Abril de 2018). Agricultura Urbana Participativa - Agrupar. Obtenido de <http://www.conquito.org.ec/agricultura-urbana-participativa/>
- ConQuito. (21 de Abril de 2018). Bioferias. Obtenido de <http://www.conquito.org.ec/bioferias-cq/>
- De Sousa, J. (Mayo de 2008). Otro paradigma para el desarrollo humano sustentable: Ascenso y declinación de la idea del desarrollo. Revista de la Pontificia Universidad Católica del Ecuador(85).
- De Sousa, J. (2009). La farsa del desarrollo: del colonialismo imperial al imperialismo sin colonias. Obtenido de <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-002.pdf>
- Discoli, C. y. (2010). Metodología para la evaluación de la calidad de vida urbana. Bitácora, 97.
- Eguiguren, A. (2012). Diagnóstico Situacional y propuesta de fortalecimiento de la agricultura urbana en el Distrito Metropolitano de Quito: Propuesta de fortalecimiento de la agricultura urbana en el DMQ, que determine un modelo de gestión que permita potenciar y dinamizar. Quito: Instituto de la Ciudad.
- Escobar, A. y. (2013). Revisión teórica y mesura del concepto calidad de vida. Architecture, city and environment.
- FAO. (24 de 03 de 2015). Obtenido de [http://www.fao.org/fileadmin/templates/FCIT/PDF/Brochure\\_FAO\\_3.pdf](http://www.fao.org/fileadmin/templates/FCIT/PDF/Brochure_FAO_3.pdf)
- García, J. (2011). Hacia un nuevo sistema de indicadores de bienestar. Revista Internacional de estadísticas y geografía.

Garzón, J. (2013). Propuesta de un plan de comunicación corporativa y de relaciones públicas, encaminado a fortalecer la imagen pública del proyecto de agricultura urbana participativa AGRUPAR y facilitar el logro de sus objetivos. Quito: Universidad de las Américas.

González, M. (2006). Una gráfica de la teoría del desarrollo: Del crecimiento al desarrollo humano sostenible. Habana.

IPES. (2013). Promoción del desarrollo sostenible. Obtenido de <http://www.ipes.org/area/agricultura-urbana>

Leva, G. (2005). Indicadores de calidad de vida: teoría y metodología. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes.

Madaleno, I. y. (2004). Agricultura urbana en metrópolis iberoamericanas: estudio de casos en Santiago de Chile y Lisboa, Portugal. (UNAM, Ed.) Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía.

Mena, V. (2012). Evaluación integral del programa Agrupar de ConQuito correspondiente al Distrito Metropolitano de Quito. Tesis de grado, Universidad Central del Ecuador, Facultad de Ciencias Administrativas, Quito.

Mosquera, J. (2009). Efectos socioeconómicos y ambientales de la agricultura orgánica: Caso Unidades de planeamiento zonal (UPZS) de Rincón y Tibabuyes Integradas, localidad de Suba, Bogotá, D.C. Tesis, Pontificia Universidad Javeriana, Facultad de Estudios Ambientales y Rurales, Bogotá.

Mougeot, L. (2006). Cultivando mejores ciudades: Agricultura Urbana para el desarrollo sostenible. Centro de investigaciones para el desarrollo, Ottawa. Obtenido de <https://idl-bnc.idrc.ca/dspace/handle/10625/34227>

Ormachea, E. (2009). Soberanía y seguridad alimentaria en Bolivia, políticas y estado de situación. La Paz: Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario – CEDLA.

Rendón, J. (2007). El Desarrollo Humano Sostenible: ¿Un concepto para las transformaciones? Equidad y Desarrollo.

Rodríguez, A. (2010). Promoting Value Chains in Urban Agriculture for Local Development in Quito. Urban Agriculture magazine.

Stein, P. (2011). Understanding Urban Inequality: A Comparative Analysis of. Thesis for the degree of Master of Arts, Simon Fraser University, Burnaby.

Tobar, B. (2012). Calidad de vida: una aproximación conceptual. Quito, Pichincha, Ecuador.

Urzua, A. (2012). Calidad de vida: Una revisión teórica del concepto. Terapia Psicológica.

## O CASO DA REDE DE FEIRAS AGROECOLÓGICAS E SOLIDÁRIAS DO CARIRI –FASOL

*Jessica Monteiro Ferreira<sup>21</sup>*  
*Cicera Keliciane de Barros<sup>22</sup>*  
*Shara Maria de Oliveira<sup>23</sup>*  
*Eduardo Vivian Cunha<sup>24</sup>*

### Resumo

Este trabalho consiste na apresentação da experiência acerca da Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Cariri (FASOL), caracterizada como um Empreendimento Econômico e Solidário - ESS que surge a partir do processo de incubação promovido pela Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários - (ITEPS). Esta incubadora se configura enquanto um programa de extensão vinculado a Universidade Federal do Cariri (UFCA) e atua na promoção e fomento de ações de Economia Solidária na Região Metropolitana do Cariri, buscando contribuir para o desenvolvimento sustentável e a autonomia social dos sujeitos envolvidos. A Rede Fasol visa fortalecer e articular as feiras agroecológicas e solidárias já existentes na região CRAJUBAR (sigla que denomina os municípios de Crato, Juazeiro e Barbalha), composta por agricultores e artesãos que comercializam produtos agroecológicos oriundos da agricultura familiar de base agroecológica, comidas típicas, cordéis e artesanatos. Nesse sentido, o presente relato tem como objetivo principal dissertar sobre a trajetória de incubação da rede Fasol, bem como dos processos e resultados alcançados. A proposta de incubação foi orientada a partir de uma metodologia que pressupõe três fases: i) pré-incubação - fase de aproximação e planejamento das atividades a serem realizadas, ii) incubação - fase de realização das atividades planejadas na etapa anterior, iii) desincubação - fase em que o acompanhamento passa a ocorrer de forma menos presente e direta. O processo de incubação resultou na realização de quatro feiras itinerantes, o qual contribuiu para uma maior visibilidade dos empreendimentos e articulação político institucional na região.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Incubação Feiras Agroecológicas. Empreendimentos Solidários.

---

<sup>21</sup> Graduanda no curso de Administração Pública da Universidade Federal do Cariri – UFCA, [jssicam7@gmail.com](mailto:jssicam7@gmail.com)

<sup>22</sup> Graduanda no curso de Administração Pública da Universidade Federal do Cariri – UFCA, [kelician@hotmail.com](mailto:kelician@hotmail.com)

<sup>23</sup> Graduanda no curso de Administração Pública da Universidade Federal do Cariri – UFCA, [sharaoliveira.92@gmail.com](mailto:sharaoliveira.92@gmail.com)

<sup>24</sup> Doutor em Administração, Professor Titular na Universidade Federal do Cariri – UFCA, [eduardo.cunha@ufca.edu.br](mailto:eduardo.cunha@ufca.edu.br)

## THE CASE OF THE CARIRI AGROECOLOGICAL AND SOLIDARY FAIRS NETWORK - FASOL

### Abstract

This work consists of the presentation of the experience about the Network of Agroecological and Solidarity Fair of Cariri (FASOL), characterized as an Economic and Solidarity Enterprise (ESS) that emerges from the incubation process promoted by the Technological Incubator of Popular and Solidary Enterprises (ITEPS) ), which is an extension program linked to the Federal University of Cariri (UFCA) and works to promote and promote Solidarity Economy actions in the Metropolitan Region of Cariri, aiming to contribute to the sustainable development and social autonomy of the individuals involved. The Fasol Network aims to strengthen and articulate the existing agroecological and solidarity fairs in the CRAJUBAR region (an acronym known as the municipalities of Crato, Juazeiro and Barbalha). It is made up of farmers and artisans who sell agroecological products from the agroecological-based family agriculture, typical, twines and handicrafts. In this sense, the main objective of this report is to discuss the incubation trajectory of the Fasol network, as well as the processes and results achieved. The incubation proposal was based on a methodology that assumes three phases: i) pre-incubation - phase of approach and planning of activities to be carried out, ii) incubation - phase of carrying out the planned activities in the previous stage, iii) - phase in which the accompaniment occurs less present and direct. The incubation process resulted in the realization of four traveling fairs, which contributed to a greater visibility of the enterprises and institutional political articulation in the region.

**Keywords:** Solidarity Economy. Agroecological. Fairs Incubation. Joint Ventures.

## 1 INTRODUÇÃO

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares- ITCPs são entidades de apoio e fomento de experiências em Economia Solidária - Ecosol, no qual, contribuem para o desenvolvimento de ações promotoras da cooperação e da autogestão. Nesse sentido, podem ser compreendidas enquanto agentes de um processo educativo que possibilita o suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares, bem como da Economia Solidária, através do ensino, pesquisa e da extensão.

A Incubadora Tecnológicas de Empreendimentos Populares e Solidários - ITEPS vem atuando na Região do Cariri cearense desde o ano de 2009 no apoio e fomento Empreendimentos Econômicos e Solidários - EES, bem como na promoção de ações de Economia Solidária, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e fortalecimento da autonomia social dos sujeitos envolvidos, a partir do desenvolvimento de metodologias de incubação. Isto posto, a referida incubadora caracteriza-se como um programa de extensão da Universidade Federal do Cariri-UFCA e compõe a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - Rede de ITCPs.

A Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias - Fasol consiste em uma iniciativa de incubação desenvolvida pela ITEPS que tem como objetivo fortalecer e articular as feiras agroecológicas e solidárias já existentes na Região CRAJUBAR (sigla que denomina os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha). Nesse sentido, a mesma é composta por agricultores e artesãos que comercializam produtos de base agroecológica oriundos da agricultura familiar, comidas típicas, cordéis e artesanatos.

As feiras que compõem a Rede Fasol caracterizam-se por algumas particularidades como: o formato itinerante; a realização de atividades artísticas e culturais; palestras e oficinas de curta duração, o que proporciona geração de trabalho e renda, o incentiva à produção de base agroecológica e a disseminação dos princípios inerentes a Ecosol, democracia, autogestão, solidariedade e sustentabilidade.

Entretanto, na atual conjuntura política e econômica brasileira, as iniciativas de caráter governamental direcionadas para o apoio às experiências de Economia Solidária vem sofrendo graves ameaças no que compete aos cortes abruptos de recursos financeiros e uma desvalorização enquanto estratégia de desenvolvimento e geração de trabalho e renda.

No contexto brasileiro, embora tenha-se a existência das experiências em Ecosol há décadas, é fato que estas não são de conhecimentos de todos. Seus ideais, propósitos e práticas, assim como o seu potencial para o desenvolvimento sustentável, é ainda ignorado por muitos.

A ausência de apoio consiste em um dos elementos que contribuem negativamente para essa realidade, confrontando uma corrente ideológica holística da Ecosol.

Destarte, o presente relato de experiência tem como objetivo dissertar sobre a trajetória do processo de incubação da Rede Fasol. Para tanto, constituem objetivos específicos a) apresentar uma abordagem teórico conceitual acerca dos termos Ecosol e EES; b) discorrer sobre o processo gestor das feiras c) apresentar a relação teórico-prática entre a incubação em Economia Solidária e o trabalho realizado junto à rede Fasol.

A proposta de incubação foi orientada a partir de uma metodologia que pressupõe três fases: i) pré-incubação - fase de aproximação e planejamento das atividades a serem realizadas, ii) incubação - fase de realização das atividades planejadas na etapa anterior, iii) desincubação - fase em que o acompanhamento passa a ocorrer de forma menos presente e direta. A experiência resultou na realização de quatro feiras itinerantes, que contribuiu para uma maior visibilidade dos empreendimentos, articulação político institucional na região e o empoderamento e autonomia dos atores envolvidos.

## **2 BREVE ABORDAGEM SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

A Economia Solidária se configura como um produto resultante do confronto articulado pela própria comunidade mediante os rebatimentos do sistema capitalista hegemônico, atuante diante dos malefícios resultantes da precarização das relações de trabalho presentes no cenário econômico mundial. Nesse contexto são introduzidos conceitos como solidariedade e democracia no âmbito das atividades econômicas que, por sua vez, adquirem dimensões distintas das práticas mercadológicas consolidadas no sistema capitalista dominante. Segundo a concepção teórica de Paul Singer:

A economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. (Singer, 2002, p. 114).

Ainda de acordo com a abordagem teórica de Singer (2002) a Economia Solidária pode ser definida como um modo de produção cujo os princípios básicos consistem na propriedade coletiva ou associada e o direito à liberdade individual, no qual, os meios de produção são de posse coletiva de todos os sujeitos que neles trabalham. Mediante os princípios da autogestão, os empreendimentos são geridos coletivamente pelos próprios trabalhadores de forma inteiramente democrática, onde todos os indivíduos têm voz ativa.



Enquanto uma experiência de Economia Solidária, a Rede Fasol possui uma estreita aproximação teórica com a gestão social a partir de uma vertente conceitual que compreende a gestão de organizações que atuam na área social. A Gestão Social por sua vez, é aqui expressa por meio da aproximação das ações desenvolvidas no empreendimento econômico solidário incubado e a sua intrínseca relação com os princípios da democracia, cidadania, desenvolvimento territorial.

Desta maneira, sua própria composição estrutural organizada em rede exemplifica o modelo de associativismo e de cooperativismo, que estão presentes na formação das entidades que constituem o empreendimento, sendo este último perceptível ainda no que compete a forma de organização e desenvolvimento das ações dos sujeitos envolvidos no processo de incubação.

Assim sendo, é sob a égide da autogestão que os sujeitos inseridos nos empreendimentos populares constroem o processo de tomada de decisão de forma coletiva e participativa dentro desses espaços, transformando todos em administradores diretos, pois esse modelo não representa somente um modo de organizar empreendimentos, mas uma forma de organização social. Assim sendo, a autogestão pode ser compreendida como uma “nova lógica econômica”, alicerçada em relações de solidariedade que almejam o desenvolvimento econômico e social local, ampliando a percepção e utilização do espaço público numa perspectiva política emancipatória.

Fica notório que o fator que difere a economia capitalista da Economia Solidária é seu modelo de administração, sendo a primeira baseada na heterogestão que ocorre de forma hierarquizada ao passo que a segunda se administra de forma democrática por meio da autogestão. Inserida neste contexto, tal como discorre França Filho e Laville (2004), a Economia Solidária constitui-se como uma nova ótica econômica, de natureza associativa e cooperativa, desenvolvida nas camadas populares da sociedade. Indo de encontro ao tradicionalismo econômico que se estabelece por uma lógica mercantil excludente na qual o objetivo principal é o lucro máximo.

Na realidade brasileira as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs são decisivas para o desenvolvimento do país, visto que estas contribuem para o apoio e fomento de iniciativas em Economia Solidária. As mesmas surgem atreladas às universidades, enquanto programas de extensão interdisciplinares construídos a partir da perspectiva de realizar um planejamento orientado pela pesquisa e extensão em torno do tema da Economia Solidária.

A incubação implica em um processo de solidariedade mútua, orientado pela troca de saberes e conhecimentos acumulados sob condições sociais e históricas diferentes, que se

mesclam através do diálogo e que se produzem em duas esferas distintas da vida social. Assim sendo, a incubação pode ser pensada como ato pedagógico que envolve um projeto interdisciplinar em três esferas da universidade: ensino, pesquisa e extensão

A Economia Solidária e os princípios da Educação Popular são congruentes, pois perpassam pelos mesmos valores éticos e políticos. Dessa forma, a dimensão dialógica e o uso de metodologias integrativas e da pesquisa-ação são fundamentais para a transformação que se deseja construir coletivamente a partir de uma práxis fundamentada na interação, na cooperação e no diálogo entre os atores sociais.

Segundo França Filho e Cunha (2010), a incubação de Empreendimentos de Economia Solidária constitui uma das maiores inovações inseridas no âmbito da extensão universitária brasileira nos últimos anos. A criação de programas de apoio e fomento, a exemplo do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – PRONINC em 2004 tem contribuído para a sua difusão e crescimento.

## 2.1 GESTÃO E INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS E SOLIDÁRIOS - EES

Os Empreendimentos Econômicos e Solidários são formas de organização econômica, caracterizadas pelo auto associação de trabalhadores (as) que buscam novas formas de inserção no mundo do trabalho ou/e em sociedade por meio da cooperação, visando a democracia econômica, boa qualidade de vida e compromisso com a coletividade na qual estão inseridos. Apresentam sob várias formas de iniciativas, atendendo as necessidades e aspirações locais, garantindo trabalho e renda para os interessados mediante associação livre e em prol de interesse comum, sobrepondo-se ao modelo capitalista. Como lembra Tygel:

"São iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, de prestação de serviços, de agricultura familiar e agroecologia, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, entre outras, que dinamizam as economias locais e garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental". (Tygel, 2017 p. 14).

Esses conjuntos de atividades e meios de organizações possuem suas especificidades, diferenciando-se de organismos da esfera privada e até mesmo da esfera pública. Para Gaiger (2009) os empreendimentos econômicos e solidários possuem caráter multifuncional, ou seja, não visa só o econômico, se preocupa também com a justiça social e com a preservação do meio ambiente, sendo autogestionários e solidários.

Ainda de acordo com Gaiger (2009) os EES se apresentam como fundamentais na constituição do campo da Economia Solidária, pois estes “não são apenas atípicas ao modo de produção capitalista, mas também contrárias e virtualmente antagônicas a forma de produção assalariada” (Gaigner, 2009, p.184), sendo adotados critérios coletivos na gestão, nos meios de produção e de trabalho do empreendimento.

No âmbito nacional, o governo Federal em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) instituiu em no ano de 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), com intuito de estimar experiências em Ecosol. Com o apoio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) a SENAES, visando construir o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), inicia um vasto processo de reconhecimento das experiências em Economia Solidária.

Nesse sentido, a Senaes (2004), identificou um conjunto de características indicando as diversas iniciativas consideradas como de praticantes de Economia Solidária, sendo elas: as que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de comercialização, de consumo e autoconsumo, organizações coletivas, de fundos de crédito, formadas por trabalhadores (as) ou famílias de trabalhadores que são, na maioria dos casos, proprietários/as ou coproprietários/as e que exercem a gestão coletiva das atividades e da destinação de seus recursos.

Os empreendimentos econômicos e solidários são propriedades das pessoas que trabalham neles, não há patrões nem empregados, todos são simultaneamente proprietários e o administram conjuntamente, além disso, em função de uma perspectiva social e ambiental abre mão da possibilidade de maximizar o lucro, não excluindo a preocupação com a rentabilidade, mas produzindo apenas o necessário para a vida. Esse modo de gestão se diferencia dos modelos de empresas capitalistas que priorizam as hierarquias e o lucro como seu fim. Singer vem ressaltar que:

“Na empresa capitalista, prevalece sempre o poder e o interesse dos acionistas, representados pelo grupo controlador [...]. O objetivo máximo dos sócios da empresa solidária é promover a economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas”. (Singer, 2002 p. 16).

São poucos os estudos realizados para se formar um conceito concreto sobre gestão de ESS, porém os que já existem apontam para uma mesma finalidade, sendo uma gestão de caráter coletivo, demonstrando que há democratização no processo, transparência e igualdade. Andion destaca a articulação das dimensões social, política e econômica como pano de fundo para compreender os princípios e práticas de gestão dos EES.

Segundo Andion (2001) estudos realizados sobre organizações de Economia Solidária indicam que sua principal diferenciação consiste no fato dessas atuarem ao mesmo tempo como intermediárias e articuladoras de três esferas: econômica, política e social. Nesse sentido, a gestão dos EES se define por uma complexidade própria de sua natureza, visto que é composta por uma série de desafios e questões singulares que não pode mais ser negligenciada, nem pelas pessoas que atuam nestes organismos, nem pelas teorias que tratam desta temática.

Singer (2002) aponta perigos na autogestão das empresas solidárias quando os sócios não se interessam pelas tomadas de decisão, o que ele chama de “lei do menor esforço”, sendo causada pela não formação dos integrantes em práticas democráticas, gerando uma aceitação da autogestão apenas por conveniência, visando se incluir para não se excluir da produção e do mundo do trabalho. Nesse sentido “a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária; além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa.” (Singer, 2002 p. 19).

Considerando que nos processos autogestionário não existem hierarquias, cada um dos sujeitos envolvidos na ação tem a posse e o controle dos meios relativos à gestão e produção. Nesse sentido a autogestão pressupõe um caráter multidimensional que se orienta a partir de um viés econômico, político, social e técnico (Rigo, 2014). Portanto, entende-se que a autogestão promove uma aproximação com a democracia.

Esse modelo de gestão pressupõe que os atores envolvidos nos processos autogestionários tornem-se peças prioritárias no que compete a construção de uma lógica econômica potencializadora, não por conveniência, mas visando a aceitação dos princípios deste modelo, visto que o mesmo propõe a distribuição igualitária dos bens entre os integrantes.

## 2.2 O COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO NA PERSPECTIVA DA ECOSOL

O Comércio Justo e Solidário – CJS, é um modelo de comercialização busca promover a inclusão social e econômica de uma parcela expressiva de empreendedores brasileiros ainda à margem do mercado e, portanto, carentes de oportunidades, pois sofrem com a miséria, a devastação ambiental e a massificação cultural do planeta, reflexo das relações comerciais injustas entre pessoas, empresas e nações. Portanto, o Comércio Justo e Solidário tem como objetivos promover o desenvolvimento sustentável, a justiça social, a segurança alimentar e nutricional e o fortalecimento da cooperação entre produtores, comerciantes e consumidores.

“O Comércio Justo e Solidário adota a autogestão nos marcos da economia solidária como elemento central de sua própria identidade e enfatiza que devem ser igualmente solidárias todas as relações econômicas no interior das cadeias de produção, comercialização e consumo”. (Mance, 2010, p.12)

Considerando que a distribuição desigual é responsável por ordem social injusta, a proposta da distribuição equitativa dos bens primários sociais permite algum equilíbrio material. Os bens primários são caracterizados como bens sociais por estarem diretamente ligados a estrutura fundamental da sociedade, cuja distribuição igualitária é essencial para a criação de uma ordem social.

Priorizar as pessoas e torná-las o objetivo central da sociedade é uma ação primada pela equidade que confronta a ótica econômica, potencializadora redutivas das desigualdades sociais dos princípios da justiça social.

“O primeiro princípio da justiça social afirma que “[...] cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais que sejam compatíveis com um sistema semelhante de liberdades para as outras [...] O segundo, por sua vez, reconhece a igualdade social e econômica, com atenção aos membros menos favorecidos da sociedade. De acordo com este princípio, “As desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo (a) consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável, e (b) vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos”. (Rawls, 2000, p. 64).

Diante desse contexto, o consumo sustentável também é efetivamente protagonista do embate entre a realidade econômica atual e esta perspectiva mais ampla e sistêmica, apontando o Comércio Justo como um movimento ético promotor de condições de mercado mais justa entre consumidores e produtores, que direciona atenção não apenas as condições de trabalho do produtor, mas também permite que o consumidor adquira bens.

Pode-se afirmar que o comércio justo se trata de uma estratégia de desenvolvimento sustentável que assegura condições de vida plena aos trabalhadores e às comunidades, nas quais estes trabalhadores estão inseridos. Este é uma abordagem alternativa que permite melhores condições comerciais aos trabalhadores, diferentemente do comércio tradicional que os expõe as condições desiguais e imposição de preços.

O comércio justo surge como proposta de redução da pobreza no hemisfério sul diante da preocupação dos atores sociais progressistas na década de 1940. Este se deu no momento em que os atores visualizam a possibilidade de inserção de pequenos produtores no mercado internacional, juntamente com a ampliação da consciência do consumidor em buscar outras fontes de produtos de qualidade e que possuem uma estreita ligação com o desenvolvimento territorial sustentável.

As experiências de Economia Solidária possibilitam além da geração do trabalho e renda para os atores envolvidos o desenvolvimento sustentável, no qual, consiste enquanto um dos

princípios da outra economia. Uma abordagem mais comum sobre o termo desenvolvimento, como ressalta Chacon (2014) apresenta a dicotomia crescimento x desenvolvimento, de maneira que ao passo que o primeiro acontece em termos puramente econômicos em um dado espaço de tempo e em dados espaços territoriais, o segundo manifesta-se pela distribuição equânime dos provenientes do crescimento para toda a sociedade.

Segundo Sachs, a abordagem conceitual do termo desenvolvimento deve considerar a dimensão ética e não a econômica, nesse sentido, são considerados diversos fatores que pressupõe pensar um desenvolvimento que assegure uma melhor qualidade de vida para toda a sociedade e para além de questões puramente econômicas. Nesse sentido, surge o termo desenvolvimento sustentável, proposto durante a primeira Conferência das Nações Unidas - ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em Estocolmo, na Suécia, no ano de 1972.

Contudo, o objetivo central do desenvolvimento sustentável consiste na a integração justa das ideias relacionadas ao crescimento econômico e o bem-estar social, exercendo o uso consciente e a preservação dos recursos naturais. Desta forma, as dimensões social, ambiental, econômica e institucional do desenvolvimento são fundamentais para a compreensão e exercício desse conceito. O planejamento de desenvolvimento deve considerar também as dimensões de sustentabilidade, que segundo Sachs (2002, p. 85-89) são elas:

1) **Social**: referente a homogeneidade social, qualidade de vida decente, equidade na distribuição de renda e de bens, emprego autônomo e o acesso igualitário dos recursos e serviços sociais, que por sua vez promove um crescimento subsidiado por uma outra visão do que seja uma sociedade justa e visa reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

2) **Cultural**: referente ao equilíbrio entre as dicotomias local e global, tradição e inovação, assim como projeto nacional integrado, autônomo e endógeno. A abertura para o mundo. mescla das raízes populares e dos processos de modernização, processos estes que promovem mudanças na continuidade cultural e normativa, focando em melhorias para o ecossistema quanto para um recorte local.

3) **Ecológica**: relativa à preservação dos recursos naturais renováveis, uso consciente dos recursos não renováveis, minimização dos danos de sustentação da vida, redução do volume de resíduos e de poluição. Esta dimensão tende a promover a autolimitação no consumo de materiais e a aquisição de tecnologias eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial.

4) **Ambiental**: relativa a ação de otimizar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais, de forma que exista a utilização não agressiva do meio ambiente e garantam a sustentabilidade dos recursos ambientais para as gerações futuras.

5) **Territorial**: referente aos aspectos urbanos e rurais mais equilibrados, no qual, se objetiva a melhoria do ambiente urbano a partir da superação das disparidades inter-regionais e das estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis a partir da obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e corrobora uma melhor distribuição territorial de assentamentos urbanos e atividades econômicas.

6) **Econômica**: referente à eficiência econômica para além da rentabilidade financeira e sim como um dos objetivos macrossociais; modernização dos instrumentos de produção, autonomia na pesquisa científica e tecnológica, bem como a aglutinação à economia internacional. Dessa forma o equilíbrio do desenvolvimento econômico só é permitido graças aos contínuos investimentos públicos e privados alocação e o gerenciamento mais eficiente dos recursos e rejeitando as barreiras protecionistas e as trocas desfavoráveis.

7) **Política (Nacional)**: referente a democracia no qual esta é definida e orientada a partir de condições que garantam a propriedade universal dos direitos humanos, bem como o desenvolvimento da capacidade estatal que possibilite efetuar o projeto nacional a partir de uma atuação que assegure uma parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social.

8) **Política (Internacional)**: referente ao fortalecimento da cooperação internacional e a manutenção da paz, ações diretamente vinculadas aos princípios da igualdade e do compartilhamento da responsabilidade de favorecimento. Nesta dimensão, se percebe a gestão institucional do sistema financeiro e de negócios internacionais, assim como a gestão do patrimônio global enquanto alternativas preventivas das nuances negativas globais e a prevenção da herança comum da humanidade.

Nessa perspectiva, compreende-se que o desenvolvimento sustentável enseja uma conscientização da sociedade para seu papel como agente transformador da realidade, tem-se uma proposta de alternativa para a ordem econômica internacional vigente, priorizando experiências locais baseadas no uso de tecnologias apropriadas, principalmente nas zonas rurais. Enfatizando estas dimensões, torna-se notório que é preciso ter uma visão holística dos problemas da sociedade e centralizar os objetivos nas necessidades das pessoas, valorizando seus costumes e saberes. Por conseguinte, compreende-se que o desenvolvimento sustentável só é possível a partir da harmonização entre as dimensões abordadas.

### 2.3 METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO DA REDE FASOL

A Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários mantém uma equipe interdisciplinar composta por professores, estudantes e técnicos de extensão de diversas áreas de conhecimento. Nesse sentido, a equipe é formada por: um docente coordenador vinculado a Universidade Federal do Cariri, docentes colaboradores, bolsistas técnicos e de graduação e ainda voluntário, sejam discentes ou membros de outras organizações civis.

Pela própria natureza dinâmica das ações, normalmente os bolsistas e professores responsáveis por ações operacionais envolvem-se no processo de incubação dos empreendimentos. Tanto do ponto de vista administrativo interno (atividades meios), quanto nas ações de incubação (atividades fins) a metodologia da ITEPS segue os princípios da interdisciplinaridade, dialogicidade e autogestão, referências obrigatórias da incubação em Economia Solidária.

Segundo Cunha (2014), a incubação é definida como um processo dialógico que envolve perspectivas técnicas e gerenciais e valores comportamentais. Nesse sentido, o processo de incubação é planejado para durar em média um período de dois a três anos, por meio do qual, os sujeitos devem ser inseridos no processo de construção e divulgação dos conhecimentos gerados visando a auto sustentação do empreendimento em processo de incubação.

Nessa relação entre saberes acadêmicos e populares, é adota uma gestão em que todos os integrantes são atores do processo e não meros receptores. Independentemente do nível de escolaridade, cada sujeito tem habilidades e competências próprias construídas ao longo de suas experiências que são fundamentais no processo de incubação.

A aproximação da incubadora com os empreendimentos incubados, ocorre de duas formas: quando o grupo ou empreendimento tem a iniciativa e busca a incubadora, ou o processo inverso quando a incubadora vai ao encontro do grupo ou empreendimento. Sobre essa aproximação, é importante mencionar que está se dá de forma sistematizada muito além do que um contato abrupto e repentino. A metodologia de incubação da ITEPS, segundo Cunha (2013), está dividida em três fases: Pré-incubação, Incubação e Desincubação.

Outrossim, no âmbito da ITEPS a incubação de EES ocorre por meio de metodologias de incubação de empreendimentos e/ou grupos norteados segundo os princípios da Economia Solidária, ao qual se desenvolve a partir de 03 etapas:

1) **Pré-incubação:** nessa fase se deram os primeiros contatos entre a equipe da ITEPS e os empreendimentos. Foram delineadas ações de aproximação e reconhecimento do território através de visitas da equipe de assessoria aos empreendimentos, diagnóstico participativo, dinâmicas de integração etc.



2) **Incubação:** após reconhecida a existência das condições para a incubação, iniciou-se a elaboração do planejamento estratégico. Foram realizados intercâmbios e ações de interação entre os integrantes dos empreendimentos capacitando-os e possibilitando a troca de saberes. Nesta fase, a avaliação foi contínua e participativa, o que permitiu o redirecionamento dos rumos das ações ao longo do processo.

3) **Desincubação:** fase de monitoramento distanciado, o acompanhamento passou a ser feito de forma mais espaçada e menos direta, com o intuito de permitir que os membros dos empreendimentos adquiram autonomia e incorporem as inovações oportunizadas pela incubação, porém, independente dela.

Ainda de acordo com a concepção teórica de Cunha (2013), esta metodologia tem sua execução guiada por quatro eixos de atuação das ações: Diagnóstico, Planejamento, Formação e Acompanhamento.

O **diagnóstico** consiste no levantamento prévio de informações que tem como objetivo conhecer previamente o território e traçar o perfil dos indivíduos e/ou grupo a ser incubado. Essa etapa permite ainda, conhecer as potencialidades e dificuldades locais visando oferecer subsídios para a elaboração do plano de incubação.

O **planejamento** - compreende uma ação de caráter inicial e pontual que se caracteriza enquanto uma ferramenta de gestão de natureza transversal, para tanto, abrange as três fases da incubação. De tal forma, na fase inicial realiza-se o planejamento estratégico participativo visando o delineamento das ações. Posteriormente durante o processo de incubação, o planejamento é atualizado continuamente a partir de ferramentas de avaliação para que os rumos sejam corrigidos de acordo com as necessidades e especificidades de cada um dos empreendimentos. Nesse sentido, é possível compreender o planejamento volta-se para o aperfeiçoamento e a inovação.

A **formação** constitui-se enquanto uma necessidade permanente, visto que contempla aspectos de caráter mais gerais, como formação política em Economia Solidária. Nestes termos abrange temas como associativismo e cooperativismo ou ainda uma formação mais técnica, específica para cada empreendimento. Isto posto, esse percurso normalmente envolve a capacitação profissional relativa à atividade desenvolvida pelo empreendimento. Para todos os empreendimentos incubados, os temas das formações são decididas de forma coletiva pelos atores do EES a partir da avaliação das demandas do empreendimento.

O **acompanhamento** corresponde às ações de assessorias técnicas e pedagógicas necessárias para o desenvolvimento das competências e habilidades dos sujeitos envolvidos,

bem como para o funcionamento dos grupos ou empreendimentos incubados. Essa ação ocorre de forma contínua e simultânea ao processo de incubação.

Tal como destaca (Nunes e Vasconcelos, apud Cunha, 2014) o protagonismo dos atores dos empreendimentos incubados é um elemento central na incubação de EES, visto que representa um dos importantes desafios da incubação, uma vez que, faz-se necessário a busca da “medida correta” entre o envolvimento da equipe técnica da incubadora e o estímulo da autonomia do grupo.

É relevante destacar que no processo de incubação a abordagem metodológica priorizou o uso de metodologias integrativas orientadas sob os princípios da educação freireana, permitindo uma integração entre saberes acadêmico e popular, resultando assim na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Deve-se ressaltar ainda o uso das Metodologias Participativas, que por sua vez são orientadas por cinco fases: Sensibilização e mobilização, diagnóstico participativo, planejamento participativo, execução das atividades e por último, o monitoramento e avaliação.

No compete ao uso das metodologias integrativas, Giannella; Baron e Souza (2013) dissertam que as metodologias integrativas pesquisam e buscam promover a introdução de outros meios, no que diz respeito a valorização de sensibilidades e intuições já descartadas pela visão clássicas de ciências enquanto ferramentas da gestão social. Desse modo, é possível pensar em alternativas como: encenações teatrais, no uso de fotos, vídeos e ainda pensar a possibilidade de se escrever textos em formas de narrações e roteiros. É um caminho que pode proporcionar resultados surpreendentes no que se refere ao empoderamento e valorização da possibilidade de sujeitos assumirem suas vozes.

O uso das metodologias integrativas possibilita a participação dos integrantes como sujeitos atuantes do processo e não apenas como beneficiários. Estes atores portam competências construídas ao longo de suas experiências, independentemente do nível de escolaridade, aos quais são fundamentais para a execução de ações. As metodologias integrativas “se afirmam também relacionada à área da educação e, no geral, de qualquer âmbito de ação que se beneficie do envolvimento integral do ser humano para o seu êxito, a exemplo de projetos de desenvolvimento local/territorial/regional integrado e sustentável.” (Segundo Giannella & Batista, 2013, p. 87).

Por sua vez, a inserção da educação freiriana nesses espaços exclui toda relação de dominação de saberes acadêmicos sobre os conhecimentos populares, é, portanto, um modelo que vem romper com a proposta utilitarista do ensino de forma pontual. Como destaca Freire (1996) ensinar não consiste unicamente em transferir conhecimento, portanto, o conhecimento

não apenas precisa de ser apreendido por quem ensina e pelos educandos nas suas razões de ser – ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, faz-se necessário a este conhecimento ser constantemente vivido. Assim, compreende-se que esse modelo de educação possibilita uma forma de aprendizagem que abrange, íntegra e não fragmenta, considera a cultura, formas de expressão do ser e respeita o tempo gerador de cada indivíduo.

Considera-se que o método freiriano consiste em três momentos específicos, entendidos como: Investigação Temática - momento em que se conhece melhor o universo onde se pretende trabalhar, buscando o saber por meio da convivência e conversas com os indivíduos, sendo possível fazer um levantamento da realidade concreta; Tematização - momento em que o diálogo é fundamental na construção do conhecimento, educando e educador buscam significado social sob as diferentes leituras de mundo; Problematização - momento em que se constrói uma visão crítica sobre a realidade vista e entendida, podendo-se buscar a partir daí possibilidades de transformação do contexto vivido.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No ano de 2014 atendendo a chamada pública 89/2013 do Proninc<sup>25</sup>, ao qual foi executada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a ITEPS desenvolveu durante os três anos subsequentes o projeto intitulado: Desenvolvimento e Implantação de Metodologias de incubação a partir da ITEPS, criando o eixo: fomento à agricultura familiar de base agroecológica e o Projeto Rede de Feiras Agroecológicas.

O objetivo geral do projeto consistiu em desenvolver metodologias de incubação, com foco na criação e/ou fortalecimento de redes de Economia Solidária, por meio de ações que proporcionem a formação e integração dos sujeitos envolvidos nos empreendimentos através da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão, para tanto, constituíram-se enquanto objetivos específicos da proposta de incubação, (Nunes, Luz & Souza, 2016, p. 42).

- Promover visitas de intercâmbio às propriedades dos(as) agricultores(as);
- Promover troca de sementes entre as feiras;
- Buscar assistência técnica para capacitação em conjunto;
- Buscar junto à órgãos públicos apoio a transporte de mercadorias para feiras;

---

<sup>25</sup> O programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Cooperativas, consiste em uma iniciativa de financiamento da Secretária Nacional de Economia Solidária que visa ampliar a difusão da Economia Solidária no Brasil a partir do fomento e fortalecimento dos EES. A iniciativa tem financiado centenas de incubadoras no contexto brasileiro a partir da articulação da SENAES junto a diversos órgãos e ministérios.

- Divulgar as feiras em carro de som, banners, rádios e Internet;
- Pensar em outros dias e horários da feira de Barbalha que não sejam mensais;
- Realizar trabalho de campo que garanta a origem do produto e buscar e certificação;
- Buscar garantir produção e qualidade para atender à demanda do consumidor;
- Fazer cota para criar fundo de custeio da rede.

A Rede Fasol foi pensada para integrar a feira da Associação Cristã de Base que acontece na cidade de Crato-CE, popularmente conhecida como a *Feirinha da ACB*, a feira *A mãe natureza* sediada em Juazeiro do Norte-CE e a *Feira do Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar* de Barbalha-CE - GESTRAF. Cada uma delas foi organizada e orientada pelos princípios de autogestão, democracia, sustentabilidade ambiental/social e solidariedade. Estas são compostas por agricultores e artesãos que comercializam produtos agroecológicos oriundos da agricultura familiar, como frutas, verduras, comidas típicas, cordéis e artesanatos.

Outrossim, o processo de incubação da rede de Feiras a ITEPS, foi iniciado no primeiro semestre de 2014 e tratou de promover a aproximação entre universidade e as feiras anteriormente citadas, conhecendo os empreendimentos, visitando as unidades produtivas, levantando informações e realizando o diagnóstico dos empreendimentos a serem incubados, bem como apresentando a proposta de incubação.

Mediante o diagnóstico participativo orientado pela equipe da ITEPS, foi possível detectar algumas fragilidades no tocante às feiras que precisavam ser trabalhadas, tais como: divulgação, higiene, ausência de infraestrutura (barracas), logística (transporte dos feirantes) e ainda algumas demandas que abrangem técnicas de gestão e valores comportamentais, considera-se que os sujeitos devam ser inseridos no próprio processo de construção, sistematização e difusão dos conhecimentos/resultados gerados, tornando a gestão horizontal e permeando esta relação entre saberes acadêmicos e populares. Para tanto, foram realizadas formações com temas específicos segundo a necessidade de cada uma das feiras. Ao todo, foram realizadas seis formações que abordaram os seguintes temas: manejo de alimentos, gestão social e solidária, associativismo, gestão e cooperativismo e princípios da Economia Solidária.

No ano de 2015, visando a aproximação da comunidade acadêmica com as feiras agroecológicas, a ITEPS promoveu por ocasião da Mostra UFCA um trabalho de Compra Certa,

no qual aos agricultores comercializam cestas com alimentos encomendados previamente pelos estudantes e servidores da universidade, houve ainda a exposição e comercialização de produtos durante o evento.

Na segunda fase do processo foram realizados seis encontros de integração objetivando a construção coletiva de propostas de trabalhos, realizou-se também dois intercâmbios para troca de informações e experiências entre os agricultores. Durante um dos encontros de integração foram construídas coletivamente propostas de trabalhos, entendidas como as ações prioritárias para a construção da Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Cariri.

Em 2016 foram realizadas três feiras que aconteceram de forma itinerante em praças públicas dos municípios do triângulo Crajubar, sendo a primeira realizada no município do Crato, a segunda em Barbalha e a última em Juazeiro do Norte. Durante as feiras da rede Fasol foram realizadas atividades artísticas e culturais; palestras e oficinas breves, proporcionado além da comercialização de produtos a interação entre produtor e consumidor, possibilitando uma relação de proximidade e confiança entre ambos.

É interessante ressaltar que a realização das feiras se tornou possível devido às articulações entre entidades parceiras, que garantiram e ofertaram desde espaços; transportes; barracas; equipamentos de som; energia elétrica e alimentação, bem como esforços físicos para que tudo ocorresse como planejado.

Visando atender a fragilidade das feiras mediante a falta de visibilidade das mesmas nos seus respectivos municípios, e a ausência de divulgação das mesmas, foi criado um plano de comunicação institucional para atender essa demanda, no qual contou com a criação de redes sociais para divulgação das feiras integrantes da rede, divulgação na tv local e no site institucional da UFCA e a criação do portal da Economia Solidária, disseminando a divulgação das ações de Ecosol na região.

Considerando que o período de vigência do edital do Proninc, as atividades encerraram-se no ano de 2017 e a partir de 2018 a ITEPS passou-se a não contar mais o recurso da SENAES para financiar as suas ações, o que resultou na redução do número de bolsistas para acompanhar suas ações. Os rebatimentos da atual conjuntura política e econômica do país acarretou na redução de recursos financeiros para as universidades públicas. No âmbito da UFCA, esse cenário implicando na redução de certos serviços, a exemplo do transporte, resultou negativamente no processo de incubação da rede, considerando que tal serviço era responsável pela logística dos feirantes e produtos por ocasião das feiras itinerantes.

No entanto, a ITEPS acreditando na potencialidade da rede Fasol em consistir na capacidade de articulação e mobilização enquanto EES do território e o incentivo à produção

agroecológica de base familiar. Buscou diversas parcerias e articulação como ações de extensão da UFCA atuantes na Ecosol, como o Programa Institucional de Extensão e o projeto Fortalecimento da Economia Solidária nas Experiências Articuladas no Fórum Caririense de Economia Solidária, que direcionaram bolsistas para as ações da Rede Fasol serem acompanhadas de forma mais sistemáticas.

No ano de 2017, inclui-se a rede de Fasol no Projeto Nacional da Rede Brasileira de Comercialização Solidária, realizado pelo Instituto Marista de Solidariedade (IMS) propiciando o acesso a um recurso no valor de cinco mil reais (R\$ 5.000,00), destinados a confecção de material gráfico (folders, cartões de visita, e banners). Recursos outros também foram destinados a Fasol: sacolas retornáveis, instigando a redução do uso do plástico, oferecendo a possibilidade de comercialização dessas a preço de baixo custo para composição de um futuro fundo rotativo solidário.

Em março de 2017 a Rede de Feiras agroecológicas e Solidárias do Cariri realizou na cidade de Crato mais uma edição da feira, “finalizando” a fase de incubação propriamente dita com um total de quatro feiras. Nesse sentido, pode-se observar que mesmo diante das dificuldades detectadas ao longo do processo de incubação, podemos destacar como resultados positivos o cumprimento das metas quanto a realização das feiras itinerantes, de maneira que foi realizada uma edição além do previsto; uma maior visibilidade das feiras em seus municípios com a conquista de pontos fixos para a realização de feiras semanais para cada um dos grupos que compõem a rede; a criação do café cariri encantado que tem como objetivo comercializar comidas típicas da cultura local a partir de produtos de base agroecológicas oriundos dos agricultores que compõem a Rede Fasol; a criação do portal da Ecosol.

As perspectivas futuras para a Rede Fasol dar-se em torno da criação de um fundo rotativo, para garantir que uma maior autonomia financeira do grupo visando assegurar o financiamento de despesas próprias da rede e ainda promover uma maior visibilidade e articulação institucional no que compete a incubação do Café Cariri Encantado, como uma forma de potencializar e fortalecer a Rede Fasol.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Rede Fasol é um Empreendimento Econômico e Solidário que apresenta potencialidades no que compete a articulação, a visibilidade e a mobilização da Economia Solidária na Região do Cariri. Esse fator vem contribuindo de forma positiva para o incentivo à produção agroecológica de base familiar bem como o artesanato na Região Metropolitana do

Cariri. Sua formação promoveu o fortalecimento dos EES locais. Não obstante, observa-se que o grupo apresenta ainda algumas fragilidades relacionadas ao seu modelo de gestão, visto que alguns sujeitos condicionam sua prática e as lideranças dos grupos e apreensão sobre as ações que norteiam as práticas desenvolvidas junto a esses empreendimentos.

“As dificuldades relativas à implementação e sustentação da autogestão, comuns às experiências coletivas e solidárias, não tem impedido sua efetivação. Novas formas organizacionais no campo da Gestão Social e da Economia Solidária, tais como bancos comunitários de desenvolvimento e fundos rotativos solidários podem ser vistos como exemplos”. (Rigo, 2014, p. 22).

No entanto, é importante frisar que a atuação em campo permite o desenvolvimento de um olhar crítico e reflexivo para uma série de fatores aos quais envolvem as dinâmicas e dificuldades existentes no processo de incubação e suporte técnico das ações de extensão.

Nas vivências de Economia Solidária, a autogestão caracteriza-se enquanto um dos princípios norteadores tanto das ações como dos sujeitos envolvidos no processo. A partir dessa compreensão devemos destacar a importância desse modelo gestor no que compete as ações da ITEPS enquanto um programa de extensão, tendo em vista que esse contribui para a autonomia dos bolsistas envolvidos, de forma integrativa e humanizada.

Compreendendo que a ação extensionista está diretamente vinculada à relação indissociável ensino-pesquisa, entende-se que as atividades de incubação da Rede Fasol promovidas/realizadas por meio da incubadora possibilitaram a produção e de conhecimento acerca da incubação de EES, contribuindo para a difusão de conhecimento em torno do tema. Estão envolvidos também conhecimentos sobre Economia Solidária e sua base conceitual, sendo que esta é arraigada nos aportes teóricos da Gestão Social, onde se reafirmam os princípios de democracia, autogestão, solidariedade e sustentabilidade.

Nessa perspectiva, sobressai ainda, enquanto aprendizado a partir das ações extensionistas aqui relatadas, a importância da construção de uma identidade coletiva que caracteriza o grupo, ressaltando suas particularidades, singularidades (a qual envolve tanto a equipe técnica dos programas e projetos de extensão envolvidos, quanto os agricultores) e ainda o sentimento de pertencimento desse.

Frente a essa corrente, é perceptível que a carência de apoio é um problema constante e, em alguns casos, há até uma obstaculização de suas ações. No entanto, o ideal e a prática da Economia Solidária permanecem vivas nos diversos empreendimentos, nas entidades de apoio, em algumas experiências governamentais e, sobretudo, na determinação dos atores sociais que a vivenciam diariamente: agricultores familiares, artesãos, catadores, produtores criativos, artistas, agentes comunitários, educadores, pesquisadores, estudantes, associações,

cooperativas, agentes públicos e cidadãos e cidadãs que acreditam que uma outra economia é possível.

Atuar para construção de uma outra lógica, diferenciada da competitividade, individualismo e degradação humana e ambiental da economia capitalista requer uma compreensão crítica do fenômeno social na sua complexidade, ideias e valores renovados e um conjunto integrado de ações voltadas para o apoio e fomento de práticas em Economia Solidária.



## REFERÊNCIAS

- ANDION, C. (2005). As particularidades da gestão em organizações da economia solidária. In: XXV ENANPAD. Campinas.
- BRASIL. Secretária Nacional de Economia Solidária. (2004) Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies). Brasília.
- CHACON, S. S. (2014). Desenvolvimento. In Boullosa, R.F. (org.). Dicionário para formação em gestão social. (48-50). Salvador: CIAGS/UFBA.
- CUNHA, E. V. (2014) Incubação. In: Boullosa, R.F. (org.). Dicionário para formação em gestão social. (95-97). Salvador: CIAGS/UFBA.
- CUNHA, E. V. (2013) Apresentando as discussões: a Incubadora Tecnológica de Empréstimos Populares e Solidários – ITEPS - e seus aprendizados em diálogos com outras experiências. In: Tavares, A.O. (org.) Incubação em economia solidária: reflexões sobre suas práticas e metodologias. (15-28). Fortaleza: Imprece.
- França Filho, G.C. (2014) Economia Solidária. In: Boullosa, R.F.(org.). Dicionário para a formação em gestão social. (54-56). Salvador: CIAGS/UFBA.
- FRANÇA FILHO, G.C., & Cunha, E. V. (2010, outubro/dezembro). Incubação de Redes Locais de Economia Solidária: Lições e Aprendizados a partir da Experiência e Aprendizados a Partir da Experiência do Projeto Eco-Luzia e da Metodologia da ITES/UFBA. Salvador. Revista O&S. vol.16 (51), 725-747.
- FRANÇA FILHO, G.C., & Laville, J.L. (2004). Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: EDUFRGS.
- FREIRE. P. (1996). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.
- GAIGER, L. I. (2009). Empreendimento Econômico Solidário *In* HESPANHA, P. et al (org.). Dicionário internacional da outra economia. Coimbra, Almedina AS.
- GIANNELLA, V., Baron, D., & Sousa, J.J.M. (2013). Pedagogia da Criatividade: percursos de arduação no empoderamento de sujeitos para a gestão social integrativa. Salvador: Revista Interdisciplinar de Gestão Social. vol.2 (3), 205-222.
- GIANNELLA, V., & Batista, V.L. (2013, setembro/dezembro). Metodologias Integrativas: Tecendo Saberes e Ampliando a Compreensão. Salvador. Revista Interdisciplinar de Gestão Social. vol.2 (3), 83-108.
- MANCE, E. A. (2010) Comércio Justo e Solidário. (Série Trocando Ideias). Brasília: Instituto Marista de Solidariedade – IMS.
- NUNES, R.S., Luz, S.O., & Sousa, R. F. (2016). O Processo de Criação da Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Cariri: da concepção à prática. in: Incubação em Economia Solidária: contextos, desafios e perspectivas. Tavares, A.O.(org.) Juazeiro do Norte: UFCA.

RAWLS, J. (2000). Justiça e democracia. São Paulo: Martins Fontes.

RIGO, A. S. (2014). Autogestão. In: Boullosa, R.F. (org.). Dicionário para formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA. p. 21-23.

SACHS, I. (2002) Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond.

SINGER, P. (2002). Introdução à economia solidária. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

TYGEL, D. (2017). Envolver o mundo com a economia solidária. Porto Alegre: EDIPUCRS.

## O EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO “MORENAS DO DIVINO” E O PROCESSO DE INCUBAÇÃO DESENVOLVIDO PELA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE (ITCP UNIPLAC)

*Elisângela de Oliveira Fontoura<sup>26</sup>*  
*Geraldo Augusto Locks<sup>27</sup>*  
*João Eduardo Branco de Melo<sup>28</sup>*  
*Julia Damasceno de Moraes<sup>29</sup>*

### Resumo

O objetivo deste relato de experiência é descrever o processo de incubação do empreendimento econômico solidário (EES) “Morenas do Divino” realizado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense (ITCP UNIPLAC). Os sujeitos do empreendimento são mulheres afrodescendentes integrantes de uma população supostamente quilombola e o locus é a localidade de Divino Espírito Santo, município de Rio Rufino, SC. A incubação, a rigor, contempla três fases: pré-incubação, incubação e pós-incubação. Nesta descrição, após caracterizar a ITCP, conceito de economia solidária e incubação, foca-se o primeiro período configurado pela sensibilização, mobilização, organização do empreendimento e discussão do plano de viabilidade socioeconômico na perspectiva dos valores e princípios da economia solidária. No limite do exposto, caracteriza-se também os primeiros passos no caminho da incubação ao descrever processos organizativos, formativos, produção e inserção no mercado com a comercialização dos produtos da economia solidária. A ênfase da reflexão reside na descrição da metodologia de incubação realizada pela ITCP UNIPLAC em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, apontando para os desafios e avanços que o empreendimento tem vivenciado desde sua gênese, em meados de 2017. O relato de experiência apoia-se em dados recolhidos por meio da observação participante, de atividades registradas em caderno de campo e em referenciais teóricos do campo da economia solidária. O relato e sua análise permite concluir que o EES em processo de incubação aponta para avanços significativos em sua organização tendendo a se consolidar e se constituir referência na região do Planalto Catarinense.

**Palavras-chave:** EES “Morenas do Divino”. ITCP UNIPLAC.; Incubação.

---

<sup>26</sup> Possui Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade do Planalto Catarinense. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-graduação Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade do Planalto Catarinense. É membro da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense (ITCP UNIPLAC). E-mail: oliveiranegaf@hotmail.com

<sup>27</sup> Possui Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atua como docente no Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade do Planalto Catarinense e é coordenador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense (ITCP/UNIPLAC). E-mail: geraldolocks@gmail.com

<sup>28</sup> Possui Bacharel em Direito pela Universidade do Planalto Catarinense. Atualmente é mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. É membro da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense (ITCP UNIPLAC). E-mail: joaoeduardo1@gmail.com

<sup>29</sup> Possui graduação em Letras pela Universidade do Planalto Catarinense. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-graduação Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade do Planalto Catarinense. E-mail: julinha\_damasceno@yahoo.com.br

## **THE SOLIDARY ECONOMIC ENTERPRISE "MORENAS DO DIVINO" AND THE PROCESS OF INCUBATION DEVELOPED BY THE TECHNOLOGICAL INCUBATOR OF POPULAR COOPERATIVES OF THE UNIVERSITY OF PLANALTO CATARINENSE (ITCP UNIPLAC)**

### **Abstract**

The objective of this experience report is to describe the process of incubation of the solidarity economic enterprise (EES) "Morenas do Divino" carried out by the Technological Incubator of Popular Cooperatives of the University of Planalto Catarinense (ITCP UNIPLAC). The subjects of the enterprise are Afro-descendant women members of a supposedly quilombola population and the locus is the locality of Divino Espírito Santo, municipality of Rio Rufino, SC. The incubation, strictly speaking, contemplates three phases: pre-incubation, incubation and post-incubation. In this description, after characterizing the ITCP, concept of solidarity economy and incubation, focuses the first period configured by sensitization, mobilization, organization of the enterprise and discussion of the socio-economic viability plan from the perspective of the values and principles of solidarity economy. In the limit of the above, it is also characterized the first steps in the way of the incubation when describing organizational processes, formative, production and insertion in the market with the commercialization of the products of the solidarity economy. The emphasis of the reflection lies in the description of the methodology of incubation carried out by ITCP UNIPLAC in partnership Municipal Secretariat of Agriculture and Environment, pointing to the challenges and advances that the enterprise has experienced since its genesis in the middle of 2017. The experience report is based on data collected through participant observation, activities recorded in a field notebook and theoretical references in the field of solidarity economy. The report and its analysis allows to conclude that the EES in the process of incubation, points to significant advances in its organization tending to consolidate and become a reference in the region of the Santa Catarina Plateau.

**Keywords:** EES "Morenas do Divino". ITCP UNIPLAC. Incubation.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste relato de experiência é descrever o processo de incubação do empreendimento econômico solidário (EES) “Morenas do Divino” realizado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense (ITCP UNIPLAC) em parceria com a Secretaria da Agricultura e do Meio Ambiente do município de Rio Rufino, SC, denominado no texto de mediação pedagógica local (MPL). A concepção do EES e da incubação ocorreu num curso de Pós-graduação *Lato sensu* em Desenvolvimento Regional Sustentável oferecido pela Universidade do Planalto Catarinense, oportunidade que os estudantes realizaram uma pesquisa etnográfica em conclusão à disciplina de Economia Solidária e Desenvolvimento Regional. Uma das cursistas pertencente àquele município, bacharel em medicina veterinária, trazia um sonho de contribuir com o desenvolvimento local. O empreendimento está situado na localidade do Divino Espírito Santo, município de Rio Rufino. Os sujeitos integrantes são mulheres afrodescendentes, empobrecidas, na faixa etária de vinte a quarenta anos, com exceção de uma recém aposentada e que exercita uma liderança preponderante. Além de se ocuparem com os afazeres domésticos, no período de safra agrícola, são diaristas nas atividades de fumicultura, fruticultura da maçã e na atividade do vime.

Depois de contextualizar e demonstrar a relevância de uma incubadora universitária, apresenta-se uma concepção de economia solidária, de incubação e das implicações das ações de incubação de um EES, caracterização do EES “Morenas do Divino” considerando as fases de incubação, respectivamente, pré-incubação e incubação com ênfase para os desafios e avanços vivenciados nas ações e iniciativas educativas.

O relato de experiência apoia-se em dados recolhidos por meio da observação participante, de atividades registradas em caderno de campo e em referenciais teóricos do campo da economia solidária assumidos por professores, estudantes e técnicos da Incubadora, cujo projeto de extensão e pesquisa é vinculado à Linha de Pesquisa “Educação e Economia Solidária” do Grupo de Pesquisa “Educação e Desenvolvimento Territorial: políticas e práticas” (GEDETER), do Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Educação da UNIPLAC.

Segundo Scholz (2014, p. 8),

[...] Esses estudos e relatos de experiência são importantes para sistematizar e socializar o conhecimento gerado por meio da interação da comunidade acadêmica com a contribuição dos trabalhadores da economia solidária e a valorização da educação popular (SCHOLZ. 2014, p. 8).

Os referenciais teóricos de análise são tomados de autores que refletem a relevância das ITCPs Universitárias, como Arcanjo; Oliveira; (2017). Scholz (2014). Locks (2016; 2017). Varanda; Bocayuva (2009). e Gaiger (2016), intelectuais e militantes envolvidos com a economia solidária, Adams e Moretti (2011), entre outros. Convém mencionar que a elaboração deste texto foi concebido e escrito no mesmo sentido que se reveste o objeto de descrição e análise, ou seja, solidário e coletivamente, como são trançados os tentos de um laço de doze fios.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

A incorporação da ITCP UNIPLAC era uma demanda antiga pautada pelo Fórum Regional de Economia Solidária desde 2001 (LOCKS; BAUMGART; PEREIRA, 2017), contudo, somente em 2013 por meio da Chamada Pública de nº. 089/2013 do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) é que a Universidade do Planalto Catarinense passou a desenvolver o Projeto de “Formação e Institucionalização de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares”. O projeto está vinculado ao Grupo de Pesquisa Educação e Desenvolvimento Territorial: políticas e práticas (GEDETER), no qual uma de suas linhas de pesquisa é “Educação e Economia Solidária”. Portanto a incubadora está originalmente vinculada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação (PPGE-UNIPLAC). Desde sua origem a incubadora foi constituída por um grupo de professores, estudantes e técnicos numa perspectiva multidisciplinar focada no tripé acadêmico, ensino, pesquisa e extensão.

A missão da incubadora é disseminar a economia solidária e oferecer incubação e apoio técnico aos empreendimentos econômicos solidários novos ou em desenvolvimento. Atualmente o trabalho da ITCP UNIPLAC está focado em três eixos: incubação de empreendimentos econômicos solidários; desenvolvimento da política pública de economia solidária e apoio à Feira Municipal de Economia Solidária em Lages, SC. Embora, no eixo da incubação de EES a incubação esteja concentrada no universo de constituição e acompanhamento de cooperativas de trabalho de catadores de materiais recicláveis, o EES “Morenas do Divino” passou a ser visto como uma referência relevante da economia solidária na região.

A relevância de uma incubadora inserida na Universidade, segundo Bocayuva e Varanda (2009, p. 82),

As Incubadoras (Universidades públicas ou comunitárias e centros federais de educação e tecnologia) apresentam uma possibilidade concreta de articulação

de demanda dos EES por conhecimentos e tecnologias apropriadas e a potencial “oferta” (desenvolvimento ou disseminação) dessas soluções por parte da instituição de ensino e pesquisa. Além disso, ao fomentar o diálogo duradouro entre as instituições de ensino superior e nas comunidades nas quais estão inseridas as incubadoras, o PRONINC pode se ensejar o desenvolvimento de novas tecnologias apropriadas e metodologias de enfrentamento à pobreza. Por isso, o “processo metodológico de incubação” foi reconhecido como uma tecnologia social e sua replicação tem sido incentivada pelo PRONINC e pela rede de tecnologia social (RTC). (BOCAYUVA; VARANDA, 2009, p. 82).

A ITCP UNIPLAC, nestes seus quatro anos de trabalho, confirma a avaliação que os autores acima descrevem, visto pelo acúmulo de ações e experiências educativas relevantes por meio de diferentes processos de incubação. A metodologia desenvolvida por uma incubadora em uma instituição de ensino superior a populariza, desacomoda antigos modos de fazer extensão de caráter passageiro e filantrópico, isto é, altera o sentido da extensão; atua por dentro e por fora da universidade; organiza os desorganizados tendo em vista a superação da miséria e da pobreza ainda reinantes na sociedade; produz conhecimento ou tecnologias sociais compartilhadas no processo de incubação; estimula o empoderamento popular, e coloca-se na posição contra hegemônica à lógica do sistema do capital na medida que suas ações perspectívam um desenvolvimento territorial justo, inclusivo, solidário e sustentável.

Os processos de incubação desenvolvidos pela ITCP UNIPLAC tem revelado que as ações e práticas educativas provocam e conectam-se com políticas públicas intersetoriais e transversais, como por exemplo, assistência, social, saúde, educação, trabalho e renda, educação ambiental e desenvolvimento socioeconômico.

A economia solidária é conhecida por diferentes denominações no Brasil. Mas, os critérios e sua identificação são praticamente os mesmos. Arcanjo e Oliveira (2017, p. 232) trazem o conceito de economia solidária e de empreendimento econômico solidário utilizados pelos documentos formuladores dessa política pública no país.

a) *Economia Solidária (ES)*: o conjunto de atividades econômicas [...] – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores/as sob a forma coletiva e autogestionária. Este conceito geral explicita os valores e princípios fundamentais da ES: cooperação, autogestão, solidariedade e dimensão econômica. [...]

b) *Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)*: são aquelas organizações coletivas [...] tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes etc.; [...] permanentes, [...] que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real e que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, e fundos de crédito [...], de comercialização [...] e de consumo solidário. [...] (ARCANJO; OLIVEIRA, 2017, p. 232).

A prática pedagógica desenvolvida pela ITCP UNIPLAC junto aos empreendimentos incubados, indica que os critérios de autogestão e propriedade coletiva dos meios de produção são fundantes desta “outra economia”. E que, a distribuição equitativa do resultado do trabalho associado, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com o entorno social são marcadores importantes para se caracterizar um EES.

Por último, apresentamos a compreensão de metodologia de incubação que ocorre na prática da ITCP e seus EES, enquanto uma tecnologia social, como reconhecem Varanda e Bocayuva (2009, p. 28)

a incubação e apoio a empreendimentos solidários é uma metodologia de ensino, aprendizagem e transferência de tecnologia de gestão para a criação de empreendimentos, valorizando a autogestão e a inclusão social. O processo envolve a dimensão do letramento e acesso ao conhecimento e tecnologia. (VARANDA; BOCAJUVA, 2009, p. 28).

Convém logo demonstrar nossa contraposição em relação ao termo “transferência”, uma vez que o saber e o fazer da ITCP UNIPLAC tem se dado na perspectiva de “construção” compartilhada de tecnologia de gestão para a criação e desenvolvimento de um EES. Obviamente que em alguns momentos do processo de incubação é atribuição dos integrantes da incubadora, tomarem iniciativa, apresentar alternativas, mas tendo como ponto de partida a realidade, demandas, necessidades e interesses do empreendimento incubado.

Na perspectiva de Moura (2014, p. 9),

De modo simplificado, incubar consiste em uma aventura, pois implica o esforço de articulação de inúmeros campos disciplinares, buscando estabelecer conexões entre universos densos, profundos e diversificados. Incubar requer mais do que esforço intelectual, exige disponibilidade para enfrentar o desafio de perder-se em labirintos sinuosos, contando apenas com tênues fios de inteligibilidade. Incubar significa costurar vertentes teóricas distintas – às vezes antagônicas –, garimpando os fragmentos que restaram da necessária ruptura paradigmática que ali se impõe. (MOURA, 2014, p. 9).

Dito de outra maneira, mas não tão simplificado, a lógica da incubação pode ser vista como uma arte, impregnada de certa complexidade. Não se trata de uma ação mecânica ou formatada no rigor do cálculo matemático, afinal, num EES é comum identificar sujeitos cuja razão de participar, é centrada em projeto de vida. Portanto, é preciso estar atento para se encontrar uma multiplicidade de significados contidos neste ambiente. Ainda que detenha critérios metodológicos e epistemológicos comuns, a incubação tem sua singularidade, especificidade e identidade diante de cada empreendimento com o qual uma incubadora se confronta. Arte, ciência e educação se articulam numa teia onde muitos fios são trançados. Torna-se fundamental, na entrada deste relato reafirmar com Moura (2014, p. 10), que



Especialmente no campo da economia solidária, a tarefa de incubação implica esforço reflexivo coletivo, marcado pela interdisciplinaridade, porque toma referenciais empíricos complexos e extremamente desafiadores, os quais necessariamente emergem da e na prática da extensão universitária comprometida com a redução das desigualdades (MOURA, 2014, p. 10).

A afirmação acima expõe nitidamente a condição deste trabalho. Trata-se de um esforço coletivo de uma equipe interdisciplinar cuja base de dados tem em grandes proporções o campo empírico complexo e desafiador, e como se verá, uma ação de extensão acadêmica comprometida com a erradicação da pobreza por processos educativos emancipatórios.

## 2.1 EES “MORENAS DO DIVINO”: CONTEXTO E MOMENTO DISPARADOR DA PRÉ-INCUBAÇÃO

A pré-incubação compreende um conjunto de atividades sistemáticas de formação e assessoria que percorrem desde o surgimento do EES até a elaboração do projeto do grupo com ênfase na apresentação da economia solidária como possibilidade de geração de trabalho e renda, segundo folder institucional da ITCP UNIPLAC (2014).

Na gênese desse processo de incubação emergiu uma curiosidade para todos os integrantes da ITCP UNIPLAC. Exceto, o professor coordenador que havia atuado no curso *Lato sensu* em Desenvolvimento Regional Sustentável, ninguém conhecia o espaço geográfico da existência do grupo que viria se denominar “Morenas do Divino”.

Descrever elementos do contexto histórico do desenvolvimento socioeconômico de uma determinada região pode ser útil para problematizar o presente e apontar perspectivas futuras a serem instituídas por grupos sociais ou agentes econômicos (LOCKS; BAUMGART; PEREIRA, 2017, p. 33).

A localidade do Divino Espírito Santo situa-se no meio rural, dez km da sede do município de Rio Rufino, duzentos km de Florianópolis, capital de Santa Catarina e setenta km da cidade de Lages. O viajante que pretende acessar a este lugar desde a sede do município trafega por uma estrada tortuosa e de chão batido. Pode-se vislumbrar paisagens de montanhas e morros cuidadosamente esculpidos pelo tempo, áreas ora verdes povoadas de pinheiro nativo (*Araucária angustifolia*), ora áreas marrons feitas de campos queimados pela geada quando na estação prolongada do inverno. É caminho obrigatório passar por uma ponte sobre o Canoas, o maior rio que serpenteia toda a região, e um despraiado para finalmente chegar ao local desejado. São duas vilas, mas que formam um todo sociocultural, constituída por 220 moradias, totalizando cerca de 800 habitantes. As casas são em sua maioria de madeira, simples, pequenas e bem próxima uma da outra. Localizam-se rente a rua, sem pátio ou cercado, o que causa

insegurança e medo das mães e avós em relação às crianças pequenas expondo-se à velocidade dos carros que trafegam em alta velocidade nesta via, conforme é possível visualizar na figura abaixo.

**Figura 1** – A localidade do Divino Espírito Santo



Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

O primeiro prefeito de Rio Rufino teve quatro mandatos, ou seja, nos seus dezesseis anos de mandato implantou o modelo de Conjunto Habitacional do Estado de Santa Catarina criado pelo governo catarinense em 1965, destinada à população de baixa renda, incluindo o encanamento da água, tendo caixa de água única e sem tratamento.

Características como, localização geográfica que sugere busca de refúgio e busca de proteção, ausência do título da terra, identidade étnico-racial, manifestações religiosas, modo de vida, indicam a afirmação do pressuposto de que se trata de uma população quilombola. Entretanto, as pessoas não se reconhecem aparentemente pela identidade étnico-cultural quilombola, tampouco são reconhecidos pelo seu entorno social.

A definição antropológica da Associação Brasileira de Antropologia (ABA, 1989, s./p.) para esse agrupamento é a de que

[...] toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos, vivendo de cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado. [...] Neles, existiam manifestações religiosas e lúdicas, como a música e a dança. Poder-se-ia continuar a tratar dos quilombos partindo da premissa de que construíram uma história que não é apenas da

fuga da escravidão, mas do desejo pela liberdade; é uma história de vários capítulos, ocorrida em vários lugares e de diferentes modos. Todavia, onde quer que tenha existido aquilombamento, esta prática se impunha pela marca prevalecente da resistência que se dava de diferentes maneiras (ABA, 1989, s./p.).

Não existem estudos ou pesquisas buscando desvendar as origens e formação sócio cultural dessa população. As pesquisas começam a surgir no ano de 2016 com o Grupo de Pesquisa GEDETER e a atuação da ITCP, motivo gerador de maior significado para este relato de experiência.

O primeiro contato da equipe da ITCP com a localidade e com algumas mulheres ocorreu em julho de 2017. A mediação deu-se por intermédio da MDL e o encontro teve um caráter quase “espontâneo”. A cozinha da residência de uma das mulheres, cujo marido trabalhava como diarista, hospedou os participantes que em menos de quinze minutos contava com a participação de quatro agentes externos e oito mulheres da localidade. O instrumento disparador do diálogo foram as curiosidades dos agentes externos acerca da origem e formação dos habitantes da localidade. Perguntas como “quem foram os primeiros habitantes?” “De onde vieram?”, “Os habitantes possuem título de seus lotes?”, “As mulheres também trabalham fora de casa?”, “Em que trabalhos os homens e mulheres se ocupam?” “Vocês gostariam de ter uma atividade que gerasse trabalho e renda própria?”. Este encontro inspirou-se na metodologia ativa da problematização do pedagogo Paulo Freire, na qual articulam-se realidade, reflexão teórico-crítica e prática social transformadora. O diálogo realizado, assumiu na afirmação de Mello (2008, p. 91)

[...] vital importância na pedagogia freiriana, na medida em que nesse se fundamenta a libertação humano e social; é através dele que podem aproximar-se, superar-se e criar-se novos conhecimentos e possibilidades, novos “quefazer” para transformação dos dialogantes e da própria realidade na qual estão inseridos (MELLO, 2008, p. 91).

Algumas considerações podem ser extraídas deste encontro que se transformaram no primeiro diagnóstico e que podem ser assim resumidas: a) é possível pensar, ainda que supostamente, a existência de uma população quilombola, afirmada, negada ou silenciada, sem reconhecimento social e oficial; b) uma população empobrecida, sofre preconceitos sistematicamente, sem a presença efetiva do Estado, exceto a garantia do acesso da educação infantil, séries iniciais e finais da educação fundamental. Para quem deseja cursar o ensino médio, necessita deslocar-se até a sede do município, mas encontra curso técnico inadequado se considerarmos os interesses e necessidades dos estudantes, além de sofrer preconceitos na escola, por ter origem na localidade dos “Morenos do Divino”.

Uma unidade básica de saúde com presença de uma enfermeira e um médico por um dia na semana, a Igreja e um salão comunitário edificado pela população local, completam o cenário de edificações, serviços e instituições existentes na localidade. A observação geral sobre a configuração da vila rural, identifica índices de baixa qualidade das habitações, ausência de saneamento básico, trabalho precarizado, subemprego e desemprego. A opção para as mulheres de trabalho em uma “cooperativa de costura” implantada por uma empresa que veio investir no município, foi mais uma oportunidade de exploração da força de trabalho, e, quando ofertado, as mulheres não aderiram. Trabalhar em uma fábrica de confecção, foi outra possibilidade repetindo o mesmo caminho da “cooperativa”.

Diante da situação paradoxal relatada, isto é, de busca de emprego fracassado e a necessidade de obtenção de trabalho e renda, para garantir melhores condições de vida, a ITCP UNIPLAC passou a apresentar a alternativa da economia solidária, com seus princípios e valores. Identificou-se logo o protagonismo daquelas mulheres e a objetividade da MPL. É justamente neste momento do primeiro encontro que inicia a pré-incubação com a seguinte provocação: “Que tal uma visita de um grupo de vocês mulheres a Lages, para conhecer a feira de economia solidária e o EES Art Mulher que há mais de uma década trabalha no campo da panificação?” O empreendimento é localizado em um dos bairros mais pobres da cidade.

A resposta foi imediata, “vamos”, acompanhada do apoio incondicional da MPL. Em quinze dias, quatorze mulheres, a MPL e um servidor da Agricultura e Meio Ambiente acompanhados dos ingredientes para o almoço, chegavam em Lages para as respectivas visitas. A ITCP UNIPLAC detinha clareza na proposição feita, isto é, na potência do diálogo mediado pelo mundo, como aponta a epistemologia pedagógica freiriana. Em suas palavras: “ninguém educa ninguém, como tampouco se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. (FREIRE, 1983, p. 79). E do reconhecimento dos saberes e fazeres populares, a articulação do conhecimento popular e o acadêmico, ambos parciais, mas complementares, como observam Adams e Moretti (2011). Do mesmo modo, como afirmam estes autores, detinha-se implicitamente a intencionalidade de buscar a transformação da realidade, pela estratégia da economia solidária, a curto prazo, geração de trabalho e renda, tendo no horizonte, a conquista de autonomia e emancipação dos sujeitos envolvidos.

Integrantes da ITCP acompanharam as visitas em Lages. Propuseram a metodologia embasada nos princípios da educação popular. Era sabido da importância da troca de conhecimento - saberes e fazeres - do estabelecimentos de vínculos sociais (GAIGER, 2016). De fato, estas relações de confiança e afeto se tornaram um diálogo esperançoso, compartilhado no elaborar a comida e sentar os dois grupos de mulheres à mesa para o almoço.

O encontro foi como “abastecer um carro estacionado sem combustível”. O retorno do encontro com o EES Art’Mulher e com a feira de economia solidária energizou as mulheres da localidade do Divino. Em um mês estava constituído o EES, com definição do campo da panificação (produção de bolachas, pães, bolos e salgadinhos), escolha do local de trabalho a ser negociada com a comunidade, a busca dos primeiros recursos para aquisição da matéria-prima e o subsídio financeiro inicial para o gás a ser consumido na atividade. Vinte e duas mulheres compuseram inicialmente o grupo. Foram os primeiros passos na gestão social<sup>30</sup> do empreendimento emergente.

Deve-se registrar a origem dos primeiros recursos financeiros adquiridos pelo grupo, anotados em cadernos de campo. Diante da indagação feita por um integrante da ITCP, “não é possível cada uma das participantes compartilhar algum recurso financeiro para o ‘caixa comum’ do grupo?” Uma criança de sete anos rompeu o silêncio, dizendo, “eu dou cinco reais”. O espanto gerado no grupo estimulou cada uma das vinte e duas ouvintes a doar vinte reais, resultando os primeiros quatrocentos e quarenta e cinco reais. O grupo estava constituído com o desafio de garantir sua continuidade. Foi acordado que a ITCP UNIPLAC e a MPL continuariam o processo de incubação, na prática já iniciada com a fase da pré-incubação, cuja passagem de uma para outra apresenta uma fronteira muito tênue. A ITCP passou a visitar o grupo quinzenalmente.

O empreendimento foi tendo uma regularidade em suas iniciativas e ações. A cozinha do salão de festas e reuniões da comunidade foi o espaço definido. Os primeiros ingredientes foram adquiridos para a produção e iniciadas as vendas na localidade, entregas na sede de Rio Rufino e no município turístico vizinho de Urubici, onde algumas integrantes do grupo possuem amigos e conhecidos.

Em síntese, a pré-incubação significou um conjunto de atividades de mobilização, problematização da realidade, troca de saberes-fazeres entre sujeitos coletivos desorganizados e organizados, organização do grupo e sua gestão, previsão das condições de trabalho, estudo de viabilidade de comercialização dos produtos que viriam do trabalho associado, pacto de incubação pela ITCP UNIPLAC, e o esboço de um projeto de geração de trabalho e renda a ser executado.

---

<sup>30</sup> De acordo com Cançado; Carvalho; Pereira (2011, p. 5) o conceito de gestão social é “[...] regido pela lógica da racionalidade substantiva cujos valores possibilitam a autonomia, a autenticidade, o desenvolvimento de valores emancipatórios, o entendimento ético e a autorrealização por meio do despertar do homem parentético, promovendo a autossustentabilidade do grupo”.

Um grupo de vinte e duas mulheres começou a trabalhar três dias por semana motivadas pela demanda regular de sua produção. Um nome deveria apontar para a identidade do grupo. Na discussão do grupo com a ITCP, soube-se que a localidade do Divino Espírito Santo é conhecida no município por “Morenos do Divino”. Para facilitar a visibilidade da nova organização, foi unânime a denominação o empreendimento de “Morenas do Divino”, além da visibilidade social que aponta para a questão da identidade cultural, traz o recorte de gênero.

Em três meses o EES estava usando um jaleco branco com sua marca (EES-MD), criou uma página no Facebook e um grupo no WhatsApp intitulado “Vendas Morenas do Divino” demonstrando potencial de mobilização, organização e gestão coletiva.

## 2.2 A INCUBAÇÃO DO EES “MORENAS DO DIVINO”: AVANÇOS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Passado o período de sensibilização, realização de um diagnóstico mesmo que parcial da realidade, organização grupal e o estabelecimento de um plano mínimo de trabalho, iniciaram-se as ações de incubação. Dito de outro modo, a Incubadora avaliou as condições de continuidade da incubação, ao identificar a presença dos critérios reunidos em três eixos refletidos por Moura (2014, p. 14), tais como:

- a) trabalhar em grupo e/ou ter disponibilidade para o trabalho solidário; b) desenvolver um produto/serviço com viabilidade econômica, social e ambientalmente sustentável; e c) ter articulação ou disponibilidade para se articular com os fóruns locais e regionais de economia solidária. Assim a seleção dos empreendimentos leva em conta aspectos técnicos, organizacionais, assim como a afinidade de objetivos (Moura, 2014, p. 14).

Tratou-se de um período de presença sistemática quinzenal da ITCP UNIPLAC e presença semanal da mediação da MPL. Esta passou a reunir-se com a ITCP na Universidade em semanas alternadas, tornando-se uma integrante orgânica à equipe de trabalho. As reuniões da ITCP, ocorrem semanalmente tendo como metodologia, o relato das *práticas de incubação, reflexão teórico-crítica e encaminhamentos de ações*, compreendidas como *práxis* (P-T-P), ou seja, segue-se um dos princípios metodológicos da educação popular que tem em perspectiva processos educativos de emancipação e autonomia de sujeitos individuais e coletivos.

A fase de incubação significou um trabalho intenso junto às “Morenas do Divino” de acompanhamento técnico, pedagógico, de organização do trabalho, assessoria contábil e financeira, atendimento sócio assistencial, acesso à comercialização, busca de equipamentos necessário na produção, incentivo a participação na rede de empreendimentos e outros atendimentos pontuais.

As ações desenvolvidas se organizam em torno de três eixos fundantes de um EES, conforme sugere Moura (2014) e o entendimento da ITCP UNIPLAC: a) fortalecimento da dinâmica autogestionária e apropriação coletiva dos meios de produção; b) abertura e produção da rede de produção-consumo, ou seja, apoio a produção e abertura de espaços de consumo; c) formação em economia solidária;

A fase de incubação trouxe novas surpresas para a assessoria. As integrantes do empreendimento mostraram-se novamente protagonistas de ações criativas e rápidas, como divulgar a produção por meio da rede social e por meio de vendas em um município vizinho. A criação da logomarca do grupo foi uma prática pedagógica significativa. A ITCP assumiu a responsabilidade de criação e submissão ao grupo. Foi fotografada uma montanha que se evidencia na paisagem geográfica que circunda o entorno da localidade do Divino Espírito Santo acompanhada do nome EES Morenas do Divino e a afirmação: “produtos da economia solidária”. Qual foi a surpresa na discussão? O grupo refutou a logo. E sugeriu outros símbolos, entre eles, uma “Pomba” representando o Espírito Santo, imagem cultuada na Igreja Católica, rodeada de ramos verdes, conforme a figura 2 ilustra

**Figura 2** – Logomarca do EES “Morenas do Divino”



Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

A explicação foi esta: “é isto que nos representa”. Viu-se nesta prática, a força da religiosidade marcando a cosmologia religiosa do grupo. Emergiu elementos da identidade

sócio cultural e o exercício de autonomia do grupo. Nestas aparentes e até tidas como práticas pedagógicas superficiais é que se podem identificar processos educativos voltados para a construção de autonomia e emancipação de sujeitos sociais e políticos.

Os empreendimentos econômicos solidários movem-se no contexto da lógica do modo de produção capitalista. Trata-se de um sistema socioeconômico, intrinsecamente iníquo, pois nasceu e se desenvolveu mediado por relações de dominação/exploração em todas as esferas da vida humana. Nutre-se da exploração do trabalho, verdadeira usina produtora da miséria e da pobreza. Irreformável, como afirma Mészáros (2005), por isto antiético e desumano. Contaminado pela corrupção no espaço privado e público como se vê com mais nitidez na história do país cuja origem está na escravidão (SOUZA, 2017), atinge a todos, inclusive o campo da economia solidária.

A primeira crise vivenciada pelas “Morenas do Divino” originou-se no controle da contabilidade financeira. Um desvio de recursos financeiros advindos da vendas dos produtos gerou um clima de instabilidade e ruptura de vínculos pessoais. O grupo demonstrou controle social sobre o movimento financeiro, resultando na primeira integrante abandonando o empreendimento. A discussão pedagógica desta crise foi realizada na presença dos agentes – ITCP e a mediação da agente local. Gaiger (2016), retoma a tese de que os vínculos sociais são os fundamentos da solidariedade, que por sua vez é o sustentáculo da economia solidária. Na perspectiva deste autor, os vínculos sociais antecedem a necessidade econômica, pois são estruturantes do social, a grande descoberta do etnólogo Marcel Mauss em seu Ensaio do Dom (2003), tendo seu fundamento na obrigação espontânea de dar-receber e retribuir.

Laços interpessoais, vínculos sociais no empreendimento analisado, parece ter esta força de estruturar e estabilizar o grupo, o que vale também o seu contrário. A *dádiva* neste contexto está presente e fundamenta a solidariedade que se estabelece na vida cotidiana e no convívio do trabalho das integrantes do empreendimento.

Bajoit (2006), citado por Scholz, Brochier e Romero (2014, p. 31), afirma que

[...] quando os grupos sociais chegam nessa etapa dos processos de solidariedade, eles se conhecem melhor, aprendem a prever as condutas do outro, organizam-se, a comunicação torna-se mais fluida e, por conseguinte, novos laços sociais são formados e se mantêm os vínculos sociais. Com base nos fracassos, aprendem a se organizar de forma diferenciada e tomam como exemplo os sucessos alcançados. Os conflitos são importantes para motivar o grupo e fortalecer os vínculos sociais, uma vez que o sucesso total tende a desmobilizá-lo, tornando a inércia do trabalho prerrogativa à rotina e ao desânimo.



O ponto de vista positivo acerca dos conflitos existentes nos empreendimentos econômicos solidários, como se reflete acima, pode se constituir em alavanca para a construção da maturidade do grupo. As “Morenas do Divino” tiveram perdas econômicas de grandes proporções se considerado a geração de renda obtida até então. Num mês recuperaram aquelas perdas e permaneceram entusiasmadas e coesas. É importante lembrar que a experiência de rompimento de vínculos por desvio na contabilidade financeira ocorre pela segunda vez, mas desta vez a integrante envolvida tem o descrédito moral do grupo, não deixou o grupo, entretanto, o desfecho final ainda não se evidenciou. Paradoxalmente, as ações de incubação visam o desenvolvimento de um empreendimento, mas o autor citado acima traz uma advertência nem sempre considerada ao afirmar que os conflitos são importantes para motivar o grupo e o sucesso total tende a desmobilizá-lo.

Consideremos a seguir o período de incubação em curso, conforme os critérios citados acima: *a) fortalecimento da dinâmica autogestionária e apropriação coletiva dos meios de produção; b) abertura e produção da rede de produção-consumo, ou seja, apoio a produção e abertura de espaços de consumo; c) formação em economia solidária;*

*A dinâmica autogestionária e a apropriação coletiva dos meios de produção*, reiteramos, traduzem a identidade de um EES. Pode-se afirmar que são dois pilares fundantes da economia solidária, e certamente, os pontos mais desafiadores das atividades de incubação. “As Morenas do Divino”, apesar de vivenciarem uma cultura sensível aos valores da cooperação e solidariedade, contraditoriamente, carregam os distintivos da lógica antagônica, fundada na individualismo, no espírito utilitarista e na hierarquia social. Dado que o empreendimento é cronologicamente recente, exige constante vigilância e educação permanente da parte da assessoria pedagógica e da autocrítica interna do grupo.

Isto constatado, a incubação vem oferecendo ações de formação sociopolítica, tendo por base conceitos, princípios e valores da economia solidária. Importante destacar que os processos pedagógicos e formativos, são metodologicamente oferecidos, a partir das demandas do processo. Por exemplo, o tematização da “ética” surgiu com o fato da ruptura de vínculos gerada pelo desvio de recursos financeiros. A distribuição dos trabalhos conforme as habilidades de cada integrante emergiu do grupo, mas com a necessidades de reorganização de serviços, a ITCP mediou a avaliação e nova distribuição de funções.

A propriedade dos meios de produção vem se constituindo gradativamente. Não tendo local de trabalho próprio, o empreendimento ocupa o salão comunitário e sua cozinha provisoriamente. Mas, está garantido a cedência de um terreno público por parte da Prefeitura Municipal que fica localizado na própria comunidade para construção da futura sede própria.

A ITPC UNIPLAC inicia mobilização de estudantes dos cursos de engenharia civil, engenharia elétrica e do curso de arquitetura e urbanismo para projetarem as respectivas plantas. Os equipamentos comunitários de cozinha estão sendo substituídos pelo repasse de equipamentos adquiridos pelo fomento da Chamada Pública N. 027/2017 do CNPq por iniciativa da incubadora, vide figura 3.

**Figura 3** – Chegada dos equipamentos novos no EES



Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

*A abertura e produção da rede de produção-consumo, ou seja, apoio a produção e abertura de espaços de consumo.* As “Morenas do Divino” desde o início da incubação tem se mostrado ágeis na abertura de espaços para comercializarem seus produtos. Observa-se um movimento circular de expansão e ascendência. A primeira comercialização realizou-se na localidade, seguiu para sede do município, alcançou um município vizinho receptor de turistas e no último mês o empreendimento pratica vendas na feira de economia solidária que ocorre semanalmente na cidade de Lages e isto tem se dado de forma regular. Para o deslocamento de seu município sede à feira, o grupo é apoiado pela Secretaria da Agricultura e de Meio Ambiente e com a estrutura de feira, pela ITPC UNIPLAC. Para comercializar no entorno da sede do grupo, é utilizado um veículo particular de uma das integrantes do grupo. De modo pontual, os produtos do empreendimento chegam também em encontros ou eventos científicos realizados por força de publicidade realizada pela incubadora.

A *formação em economia solidária* é compreendida e realizada por um conjunto de ações e experiências educativas sob os princípios da educação popular. Neste sentido, em todo o tempo e em todo lugar que as integrantes do empreendimento estiverem agindo em nome do seu coletivo, não fugirão da formação, como lembra Mészáros nas três epígrafes iniciais de seu livro *Educação para além do Capital* (2005, p. 21), ao reiterar que “A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender”, disse Paracelso. Este entendimento não exige a incubadora do compromisso em proporcionar conhecimentos específicos do campo da economia solidária, sem restringi-los aos cursos sistematizados ou formais, sabendo que espaços como, ambiente de trabalho, feira de economia solidária, intercâmbios, visitas de ou a EES, seminários, congressos, etc., são lugares de formação. Continuadamente, convive-se com o desafio de superar o conhecimento do senso comum eivado da visão de mundo e de valores que se contrapõem à economia solidária, entendida como projeto de vida. Neste sentido, a esta “outra economia” torna-se utopia tendo no horizonte a serem vividos e alcançados os valores da: autogestão, propriedade dos meios de produção, democracia, participação, igualdade, autossustentação, responsabilidade social e cuidado com o meio ambiente.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste relato de experiência descreveu-se o processo de incubação do empreendimento econômico solidário das “Morenas do Divino” desenvolvido pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense, incluindo nesta ação a participação ativa da mediação pedagógica local (MPL), médica veterinária e especialista em desenvolvimento regional sustentável, vinculada à Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente do município de Rio Rufino, SC. Neste sentido, torna-se pertinente evidenciar que esta mediação pedagógica tem sido decisiva na implementação da incubação do empreendimento e a “ideia” originou-se em um trabalho de conclusão da disciplina de “Economia solidária e Desenvolvimento Regional Sustentável” em um curso Lato sensu, especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável. Portanto, o caso demonstra que a participação do poder público no campo da economia solidária, historicamente inexpressiva para não dizer inexistente na região, é possível e está relacionada diretamente com a formação e das forças políticas de quem ocupa algum espaço na esfera do Estado.

Além da exposição dos conceitos de economia solidária, de incubação e de demonstrar a relevância de uma incubadora de economia solidária numa instituição de ensino superior, com

ênfase ITCP UNIPLAC, pode-se contextualizar o *locus* do empreendimento, ações e experiências pedagógicas significativas, respectivamente nas fases de pré-incubação e incubação.

No período de pré-incubação quando as mulheres organizaram-se e vislumbraram seu plano de negócio, evidenciou-se a metodologia baseada na problematização freiriana utilizada pela incubadora e as rápidas tomadas de decisão por parte das mulheres envolvidas no grupo. Pode-se atribuir esta última constatação a dois aspectos: a busca coletiva de resposta de uma necessidade básica de vida, ou seja, a geração de trabalho e renda. O outro aspecto, pode residir na cultura, supostamente de características quilombola, na qual valores como cooperação e solidariedade estão presentes na vida social.

A incubação do EES “Morenas do Divino” aponta para a tendência de consolidação do grupo, numa trajetória onde emergiram conflitos estruturais, mas sem desestabilizar a organização. Afirma-se um cenário de estabilidade tendo por base alguns fatores, sintetizados na sequência: a participação de um coletivo de doze mulheres fundadoras do empreendimento, sendo provocado pela solicitação de retorno de algumas ex-integrantes que afastaram-se nos primeiros dois meses da iniciativa; a saída deu-se não somente pelo desconforto gerado pelo rompimento de vínculos, mas pela volta ao trabalho diarista na colheita de maçã e na safra do fumo; a participação efetiva da incubadora e da MPL também sinaliza para consolidação do empreendimento; adensa-se o processo de formação sociopolítica tematizando questões do campo da economia solidária como, princípios e valores da economia e de um empreendimento econômico solidário, viabilidade social e econômica, plano de negócios, contabilidade financeira, organização do trabalho e ética; outro fator gerador de consistência grupal é o aumento da produção atendendo demandas de comercialização para além dos consumidores locais com a participação efetiva na feira de economia solidária de Lages, todas as sextas-feiras do mês. Eventos científicos ou de outro caráter na universidade tem referenciado as “Morenas do Divino” no que tange a oferta de seus produtos tidos como singulares para atender serviços de *coffee break*.

Recentemente, o empreendimento participou de uma chamada pública municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), prevendo oferta de produtos para alimentação escolar, o que garantiu a ampliação da produção e comercialização de bolachas, pães caseiros e bolos. Graças ao fomento de Chamada Pública Nº 027/2017 do CNPq, advindo do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras (PRONINC), o empreendimento recebeu via ITCP UNIPLAC equipamentos como forno elétrico, cilindro, formas, tendo em vista melhoria de sua qualidade de trabalho. Há que se evidenciar a participação do empreendimento na rede

de empreendimentos e nos espaços que se discute o movimento social e a política pública de economia solidária, ou seja, o Fórum Regional de Economia Solidária. Dado a visibilidade social que o grupo adquire, por exemplo, o convite do Núcleo de Estudos para Desenvolvimento Econômico Sustentável e Inclusão Social (DESI/UFSC), às “Morenas do Divino” no final de 2017, para apresentar um “case de sucesso” no espaço da Agência de Desenvolvimento Regional de São Joaquim (ADR/São Joaquim) organização geo-política-administrativa do governo do Estado de Santa Catarina que reúne seis municípios, gerou repercussão capaz de sensibilizar o prefeito de Rio Rufino, vindo solicitar a municipalização da experiência do empreendimento.

Em suma, a trajetória do empreendimento analisado neste trabalho, não obstante os conflitos relacionados ao enfraquecimento ou rompimento de vínculos sociais vivenciado entre seus integrantes, relações de dependência, sobretudo, mais fortemente em relação à MPL, os indicativos de consistência e continuidade do grupo, confirmam as escolhas metodológicas e epistemológicas, as perspectivas de projeto implementados pelas ações de incubação compreendido como uma tecnologia social realizado pela ITCP UNIPLAC junto ao EES “Morenas do Divino”.

Desse modo, pode-se concluir, parafraseando Moura (2014), que o processo de incubação realizado pela ITCP UNIPLAC neste e em outros empreendimentos, consiste numa prática social e em um conhecimento que se constrói em casa, que é morada, é trabalho, é mundo. Um saber que se constrói no dia-a-dia das experiências, na partilha com os outros e que permite ver a economia não como algo distante, na teoria desvinculada da vida, mas como algo que é feito de vivências e significados encarnados na vida dos sujeitos envolvidos.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. MORETTI, Cheron Zanini. Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do sul. In: Educ. Real. Porto Alegre. v. 36, n. 2, p. 447-463, maio/ago. 2011. Disponível em: [http://www.ufrs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrs.br/edu_realidade).

ARCANJO, Maria Silva de; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos. **A Criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: Avanços e Retrocessos**. 2017. Disponível em <<https://fpabramo.org.br/csbs/wpcontent/uploads/sites/3/2017/04/T07Perseu13.ARCANJOOLIVEIRA.pdf>> Acesso em 09/11/2017.

BAJOIT, Guy. **Tudo muda: proposta teórica e análise de mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas**. Ijuí: Ed. Ijuí, 2006.

BROCHIER, Rita de Cássia da Rosa Sampaio; ROMERO, Mychel da Silva. “Se deixar só pelo grupo, as coisas não vão andar: Dádiva, inovação social e liderança solidária compartilhada em cooperativas de catadores”. In: SCHOLZ Robinson Henrique (org.). **Economia solidária e incubação: uma construção coletiva de saberes**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

CANÇADO, Airton Cardoso; CARVALHO, Jacqueline Elisa Furtado Barreto de; PEREIRA, José Roberto. Gestão e racionalidade: análise da metodologia de incubação de cooperativas populares da ITCP/NESOL/UFT. **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 5-27, set./dez., 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **A descoberta dos vínculos sociais: os fundamentos da solidariedade**. São Leopoldo. Unisinos, 2016.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES - ITCP UNIPLAC. **Folheto institucional**. Lages. Uniplac, 2014.

LOCKS, Geraldo Augusto; BAUMGART, Helen Cristina; PEREIRA, Josilaine Antunes. A economia solidária no planalto catarinense: origem e desenvolvimento rumo a sua política pública: In: (Org.). Walter Frantz, Milton César Gerhardt, Antônio Gonçalves do Amaral (org): **Ações e experiências educativas no campo da educação popular**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2017.

MAUSS, Marcel. O ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. [1924]. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELLO, Marco. Perspectivas da educação popular: de Paulo Freire ao Fórum Social Mundial – Horizontes ainda que seja noite. In: SCHINELO, Edmilson; LESBAUPIN, Ivo; MELLO, Marco. **Teologia da Libertação e Educação Popular: horizontes ainda que seja noite**. São Leopoldo: CEBI, 2008.

MÈSZÁROS, Itzvan. **A educação para além do capital**. Rio de Janeiro: Contexto, 2005.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves. O que estamos fazendo quando incubamos? In: SCHOLZ, Robinson Henrique (org.). **Economia Solidária e Incubação: uma construção coletiva de saberes**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2014. Disponível em: <https://unilasalle.edu.br/public/media/4/files/Economia%20solidaria%20e%20Incubacao-E-book.pdf>>. Acesso em 08/11/2017.

SCHOLZ, Robinson Henrique. **Economia Solidária e Incubação: uma construção Coletiva de Saberes**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2014. Disponível em: <https://unilasalle.edu.br/public/media/4/files/Economia%20solidaria%20e%20Incubacao-E-book.pdf>>. Acesso em 08/11/2017.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.  
VARANDA, Ana Paula de Moura; BOCAJUVA, Pedro Cláudio Cunha. **Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária**. 2009. Disponível em:< [http://www.nuredam.com.br/files/livros/tecnologia\\_social.pdf](http://www.nuredam.com.br/files/livros/tecnologia_social.pdf)> Acesso em 09/11/2017.

## ANÁLISE DO PERFIL DO EMPREENDEDOR E CONSUMIDOR DO PONTO FIXO DO GRUPO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO RURAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BARBALHA

*Maria Eduarda Nunes de Souza*<sup>31</sup>  
*Shara Maria de Oliveira Santos*<sup>32</sup>  
*Victoria Régia Arrais de Paiva*<sup>33</sup>

### Resumo

Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) em sua maioria são provenientes da associação de trabalhadores (as) que buscam novas formas de inserção em sociedade por meio da cooperação e solidariedade. Esses se apresentam como fundamentais na constituição do campo da economia solidária. O presente estudo procurou traçar em termos mais gerais o perfil do consumidor e empreendedor no ponto fixo do Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar - Gestraf, considerando que se trata de um empreendimento caracterizado como feira de economia solidária na cidade de Barbalha - CE. Para isto optou-se por uma pesquisa descritiva com intuito de concluir, a frequência, o gênero, etnia e demais aspectos que podem ajudar a identificar o perfil dos participantes, através de um formulário quali-quantitativo. Os formulários foram aplicados junto a 17 empreendedores e 18 consumidores do Gestraf. Desta forma pode-se concluir que o público consumidor em maior expressividade é do gênero feminino e que a maioria visitava a feira pela primeira vez, demonstrando assim que ainda não existe laço de fidelidade entre consumidor e produtor como propõe o comércio justo e solidário. No que compete ao empreendedor constata-se que a maioria também é do gênero feminino, que todos são de origem rural e que já estão a algum tempo atuando na feira. Percebe-se semelhanças e diferenças no perfil de empreendedores e consumidores do Gestraf, como por exemplo, a diferença de faixa etária de ambos, e enquanto semelhança pode-se citar a predominância da crença católica e a etnia parda.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Comércio Justo. Perfil.

---

<sup>31</sup> Graduanda no Curso de Administração Pública - UFCA, eduardans2@outlook.com.

<sup>32</sup> Graduanda no Curso de Administração Pública - UFCA, sharaoliveira.92@gmail.com.

<sup>33</sup> Doutora em Sociologia, Universidade Federal do Cariri - UFCA, victoria.arrais@ufca.edu.br.



## **ANALYSIS OF THE PROFILE OF THE ENTREPRENEUR AND CONSUMER OF THE FIXED POINT OF THE GROUP OF SOLIDARITY ECONOMY AND RURAL TOURISM OF BARBALHA FAMILY AGRICULTURE**

### **Abstract**

Solidarity Economy Enterprises (EES in portuguese) are mostly the result of workers' association seeking new forms of integration into society through cooperation and solidarity. These are presented as fundamental in the constitution of the field of solidarity economy. The present study sought to outline the profile of the consumer and entrepreneur at the fixed point of the Group of Solidarity Economy and Rural Tourism of Family Agriculture - (Gestraf in portuguese), considering that it is an enterprise characterized as a solidarity economy fair in the city of Barbalha - Ceará, Brazil. For this, a descriptive research was carried out with the purpose of concluding, the frequency, the gender, ethnicity and other aspects that can help to identify the profile of the participants, through a qualitative-quantitative form. The forms were applied to 17 entrepreneurs and 18 consumers of GESTRAF. In this way, it was concluded that the most expressive consumer public is female, and that the majority visited the fair for the first time, thus demonstrating that there is still no loyalty bond between consumer and producer as proposed by Fair Trade and Solidarity. In relation to the entrepreneur, we see that the majority are also of the feminine gender, that all are of rural origin and that there are already acting for some time in the fair. Similarities and differences can be observed in Gestraf's profile of entrepreneurs and consumers; for example, the difference in the age range of both, and as a similarity we can cite the predominance of Catholic belief and brown ethnicity.

**Keywords:** Solidary Economy. Fair Trade. Profile.

## 1 INTRODUÇÃO

O sistema capitalista tem causado grandes desastres socioeconômicos a nível mundial. Este modelo econômico se configura enquanto excludente, provocando competição, retirando direitos e deixando a margem do sistema milhares de pessoas, concentrando boa parte da riqueza nas mãos de uns poucos. Além disso, tem causado a degradação do meio ambiente, ameaçando a própria vida humana no planeta.

Em oposição a esse modelo degradador tem surgindo no Brasil e no mundo várias iniciativas que redefine as diferentes relações econômicas, promovendo assim o desenvolvimento econômico, social e ambiental de uma localidade. As raízes dessas iniciativas remetem aos primórdios do capitalismo industrial, onde o associativismo surge como forma de reação dos operários à pobreza e ao desemprego.

A economia solidária por sua vez se apresenta como uma “outra economia” diferenciando-se nas relações de colaboração solidária, onde as ações não se restringem ao econômico, tem o humano como sujeito e finalidade das atividades. Está norteada pelos princípios de autogestão, democracia, solidariedade e desenvolvimento ambiental/social.

Dentro dessa realidade o presente trabalho busca traçar em termos gerais o perfil do empreendedor e consumidor no ponto fixo do Grupo de economia solidária e turismo rural da agricultura familiar de Barbalha, sendo que este se caracteriza enquanto Empreendimento de Economia Solidária, norteado pelos princípios do Comércio Justo e Solidário. O Comércio Justo e Solidário tem como objetivos promover o desenvolvimento sustentável, a justiça social, a segurança alimentar e nutricional e o fortalecimento da cooperação entre produtores, comerciantes e consumidores.

O grupo atua desde 2011 em formato de feira itinerante, acontecendo uma vez ao mês, na zona rural da cidade de Barbalha. É também um núcleo que compõe a Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Cariri, empreendimento que busca articular e fortalecer empreendimentos agroecológicos e solidários da região. Em outubro de 2017 o Gestraf conquista seu ponto fixo no Instituto Escola de Saberes Tradicionais de Barbalha - ESBA. Nessa nova fase, ainda experimental, as feiras ocorrem duas vezes durante a semana, sendo as sextas e sábados de sete da manhã às quinze horas da tarde.

Os percursos metodológicos da presente pesquisa foram orientados a partir das pesquisas bibliográfica e de campo. Estas foram aprimoradas através da aplicação de um formulário quali-quantitativo, com perguntas abertas e fechadas. Segundo Gil (2010, p.29) toda pesquisa é bibliográfica, visto que em algum momento requer a realização de trabalho que pode

ser caracterizado como pesquisa bibliográfica. Sendo assim, a presente pesquisa se utilizou de livros, artigos científicos, anais de eventos e cartilhas referentes a economia solidária.

A escolha pelo método descritivo dar-se pelo fato que este “têm como objetivo principal a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também como a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis” (Gil, 2010, p. 27). Com isto foram coletadas informações quanto ao gênero, escolaridade, idade, etnia e localidade, considerados como fatores relevantes para o processo de delimitação do perfil.

## **2. O universo da economia solidária**

A economia solidária em contraste com o sistema capitalista, que configura a sociedade enquanto individualista e competitiva, carrega como características a solidariedade, autogestão, cooperação e a dimensão econômica. A solidariedade nesse contexto é entendida em diferentes dimensões: na responsabilidade recíproca entre os envolvidos no processo; na justa distribuição dos resultados alcançados; no compromisso com o meio ambiente; no respeito ao direito dos trabalhadores entre outros aspectos importantes na garantia do desenvolvimento sustentável.

A cooperação por sua vez é estabelecida pela existência de interesses e objetivos comuns, pela união dos esforços e capacidades, pela propriedade coletiva dos bens e pela partilha dos resultados e responsabilidades solidárias. A dimensão econômica se trata da agregação de esforços, recursos e conhecimentos para propiciar iniciativas de produção, prestação de serviços, crédito, comercialização e consumo.

Vários conceitos de autogestão são apresentados ao longo da história, porém não se tem uma definição acabada do que seja esse modelo, senão estaria se negando uma experiência histórica das lutas dos trabalhadores. A autogestão é um dos princípios básicos da Economia Solidária, tendo em vista que este modelo, tem a finalidade de alcançar a democracia econômica e a gestão coletiva.

A autogestão por sua vez está relacionada a um novo pensamento de democracia participativa e de exercício efetivo da cidadania, onde todos os trabalhadores sócios devem participar dos processos de trabalho, da coordenação e direção das ações e nas definições estratégicas e cotidianas do empreendimento.

O modo de organização de uma sociedade faz com que ela própria dê seus primeiros passos no que se refere ao autogerenciamento, essa forma de transformação pode alcançar o sucesso ou o fracasso, equivalente a experiência da construção de novos modelos de vida e de trabalho que não devem ser construídos a partir de iniciativas do estado, mas deve surgir da sociedade civil, nas empresas, nos bairros e municípios.

A economia solidária tem buscado a redefinição de relações econômicas articuladas em torno do ideal de direito ao trabalho associado e democracia econômica. Para Laville e Gaiger (2009) a economia solidária em seus princípios proporciona um alargamento da experiência humana provocando a vontade de superação da racionalidade estrita do capital. Singer vem ressaltar que:

A economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. (SINGER. 2002, p. 114).

Essa “outra economia” tem se apresentado como forma promissora para geração de trabalho e renda, não se resumindo apenas no suprimento de necessidades, sendo uma escolha por outra relação de viver, visando a qualidade de vida em seus aspectos político, cultural e econômico. Em seus aspectos político - é um movimento social de luta pela mudança da sociedade orientada a partir dos valores da solidariedade, democracia, cooperação, preservação ambiental e dos direitos humanos; Cultural - como um novo jeito de estar no mundo, com responsabilidade ambiental, respeitando as diferenças e valorizando o ser humano; Econômico - atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças e consumo baseada na democracia, cooperação e autogestão.

Para França Filho (2004) a Economia Solidária tem se apresentado como uma forma promissora de organização social, colocando em questionamento o modelo de gestão pública vigente, ressaltando que esta não vem para substituir ações estatais, mas que se apresenta como uma nova forma de fazer gestão, emanando ações coletivas e confrontando problemas públicos concretos. Reis afirma que:

É possível que de forma alternativa os indivíduos se organizem por uma via autônoma e solidária em prol de um objetivo comum, como as iniciativas da economia solidária, capazes de proporcionar melhorias nas condições de vida da sociedade. O objetivo da economia solidária não se restringe a gerar oportunidades de trabalho e renda. Trata-se de constituir novas relações sociais baseadas nos valores de solidariedade e cooperação e, ao lado disso, favorecer a participação do cidadão na sociedade (REIS, 2005 p. 56).

Uma das formas de expressão e considerados fundamentais na constituição do campo da Ecosol são os chamados Empreendimentos Econômicos e Solidários - EES. Estes se apresentam como diversas formas de organização econômica, e são provenientes da associação livre de trabalhadores(as) que buscam novas formas de inserção no mundo do trabalho e/ou em sociedade. São exemplos de EES: sistemas de comércio justo e de finanças, cooperativas de

produção e comercialização, empresas de trabalhadores, associações de mulheres, clubes de troca, etc.

Esses conjuntos de atividades e meios de organizações possuem suas especificidades, não se trata apenas de mais uma forma de produção, venda e consumo, “as relações de produção dos empreendimentos solidários, portanto, não são apenas atípicas ao molde de produção capitalista, mas também, contrárias e virtualmente antagônicas à forma de produção assalariada” (GAIGER. 2009, p. 184).

Ainda segundo Gaiger (2009) empreendimentos econômicos e solidários na suas diversas modalidades atendem as necessidades materiais dos que o compõem, e é também um espaço onde se busca e cria mecanismos de democracia, sendo possível atuar simultaneamente nas esferas econômica, política e social.

As temáticas da economia solidária e do comércio justo e solidário, dialogam com as perspectivas da gestão social, que segundo TENÓRIO (1998) trata-se da harmonização dos processos decisórios e da democratização e desburocratização da gestão, co produzindo os bens públicos e construindo colaborativamente procedimentos dialógicos, sustentáveis e com participação de todos os atores que compõem a esfera pública.

Algumas expressões de empreendimentos econômicos e solidários são encontrados dentro do movimento do Comércio Justo - CJ. É fundamental ressaltar que o comércio justo não se trata de um modo de comercialização convencional, é um modelo alternativo que se configura pela relação de cooperação e preocupação entre produtores e consumidores, é considerado como “o processo de intercâmbio de produção-distribuição-consumo, visando a um desenvolvimento solidário e sustentável”(CORTERA E ORTIZ, 2009. p.60 ).

Nessa relação, além do preço justo e da venda direta dos produtos, evitando a presença de um atravessador, o consumidor é informado sobre os aspectos éticos e ambientais a qual o produtor atende, gerando assim um compromisso e confiança entre ambos. Como ressaltam Cortera e Ortiz:

O comércio justo traduz-se no encontro fundamental entre produtores responsáveis e consumidores éticos. [...] Pode-se definir o comércio justo como a relação de troca econômica e ética entre produtores responsáveis e consumidores éticos, orientados ao desenvolvimento humano integral e solidário. Em sua base está o trabalho por uma economia justa e solidária (Cortera e Ortiz. 2009 p 60).

Para ser parte do comércio justo o empreendimento deve estar comprometido com questões sociais e ambientais como a igualdade de gênero, a não exploração da mão de obra infantil, a não degradação do meio ambiente, e muitos outros aspectos que promovem a justiça e a sustentabilidade.

No Brasil, foi decretado em novembro de 2010 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário (SBCJS), a fim de assegurar direitos e deveres aos EES e demais segmentos da economia solidária. A palavra solidário acrescido ao CJ vem para diferenciá-lo, uma vez que o CJS adota a autogestão nos processos de produção, comercialização e consumo. Diante disso, o Comércio Justo e Solidário tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável, a justiça social, a segurança alimentar e nutricional e o fortalecimento da cooperação entre produtores, comerciantes e consumidores.

Na cadeia do comércio justo e solidário cada indivíduo tem um papel único e fundamental na constituição desse campo. O produtor por sua vez é responsável pela produção de bens ou serviços que serão ofertados ao consumidor, tendo como compromisso a geração de um processo que visa a sustentabilidade ambiental e social de uma localidade. O comerciante tem o papel de comercializar os produtos originados do processo de produção responsável, respeitando o produtor, informando ao consumidor a origem do produto, sendo justo na compra e em seu preço final. Já o consumidor desenvolve uma consciência de responsabilidade, apoiado toda a cadeia do comércio justo e solidário.

Quando uma pessoa consome produtos e serviços da economia solidária contribui para a inclusão social e econômica de pequenos produtores, bem como para a sustentabilidade ambiental e social. Mance vem lembrar que:

O consumo solidário é aquele praticado em função não apenas do bem viver pessoal, mas é também do bem viver coletivo, em favor dos trabalhadores que produzem, distribuem, comercializam os bens e serviços consumidos e, igualmente, em prol da manutenção do equilíbrio dinâmico dos ecossistemas (Mance. 2009 p.75).

O consumo solidário nesse sentido, se estabelece como um dos principais critérios no fortalecimento da economia solidária. O consumidor desenvolve uma consciência que ultrapassa o mero utilitarismo como elemento de escolha, incluindo no processo causas e valores que estão para além do econômico.

Leonardo Boff sobre consumo responsável e solidário aponta cinco caminhos para se efetivar uma cultura de consumo que atenda as necessidades humanas. Em primeiro lugar esse consumo tende a suprir carências físicas e espirituais do ser humano, visto que este necessita de bens materiais para sobrevivência e dos bens intangíveis como a solidariedade e o amor para não se tornar apático a realidade. Em segundo lugar esse consumo deve ser justo e equitativo, com justa distribuição e respeitando as diferenças. Em terceiro lugar deve ser solidário, superando o individualismo e compartilhando através da participação e apoio os movimentos que lutam por novas formas de inserção em sociedade.

Em quarto lugar, esse consumo deve ser responsável, sendo o consumidor consciente de suas práticas, tendo a capacidade e sensibilidade de estabelecer enquanto produto de consumo apenas o que é necessário para viver, ignorando o consumo meramente por desejos. Por último, esse consumo deve suceder a completude humana que se dá através das relações que são construídas com o outro, permitindo troca de saberes e até mesmo afetividade.

## 2.1 GRUPO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO RURAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BARBALHA

O Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar (Gestraf) trata-se de um empreendimento caracterizado como feira de economia solidária que atua desde 2011 na cidade de Barbalha - Ce. Sua articulação surge com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais da referida cidade juntamente com escritório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce), que buscaram incentivar a produção e comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar.

As feiras integram um importante espaço de comercialização no campo da economia solidária, onde os produtos podem ser vendidos diretamente (sem a presença do atravessador) e onde acontecem as trocas solidárias. Proporcionam também uma relação personalizada entre produtores e consumidores, aperfeiçoando a fidelidade entre ambos.

As feiras do Gestraf são caracterizadas principalmente pela sua atuação de forma itinerante. A cada mês o grupo se reúne em uma comunidade rural diferente, isso devido a proposta inicial de visitar e conhecer propriedades produtivas de comunidades distintas, promovendo assim momentos de intercâmbio entre os produtores. Outra característica marcante do grupo são as trocas solidárias realizadas durante a feira entre os produtores. Nesse espaço as trocas são realizadas de forma espontânea, de acordo com as necessidades de quem a faz, essas contribuem para o fortalecimento das relações, substituindo o lucro e a acumulação pela cooperação, e pela solidariedade.

Em outubro de 2017 o Gestraf conquista seu ponto fixo no Instituto Escola de Saberes Tradicionais de Barbalha (ESBA), passando a realizar também feiras semanais. Os pontos fixos em ecosol são espaços permanentes ou pré-estabelecidos onde se encontram produtos ou serviços provenientes de empreendimentos econômicos e solidários. Esses estão organizados conforme os princípios da economia solidária e do comércio justo e solidário.

A ideia do ponto fixo se deu por ocasião do I Encontro de Culturas, Artes e Saberes do Sertão, realizado pela ESBA, que em sua preparação convidou para comercializar durante o

evento a Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Cariri - Fasol, formada por três núcleos de produção e comercialização agroecológicas e Solidárias das cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte. No entanto, devido algumas dificuldades enfrentadas pela Rede Fasol somente o núcleo de Barbalha pode se fazer presente a esse evento, suscitando nos integrantes da feira o desejo de se fixar naquela localidade.

O Gestraf em seu ponto fixo está norteado pelos princípios de cooperação, autogestão, responsabilidade ambiental/social e solidariedade. A gama de produtos ofertados na feira é bastante diversificada, pode-se encontrar alimentos como: bolos, pães, sucos, frutas das mais diversas, incluindo frutos nativos do Cariri, compra-se também artesanatos, como panos de pratos, bonecas, porta-objetos, cordéis etc. Além da comercialização de produtos a feira oferece momentos de interação entre consumidores e produtores, sendo oferecido neste espaço apresentações artístico-culturais próprios da região.

Existe ainda o processo participativo onde todos os produtores, articuladores e apoiadores são convidados a estarem presentes. Esse momento acontece uma vez por semana sendo realizado em formato de reunião, na ocasião é feito uma avaliação da feira bem como a preparação da próxima feira. São discutidos conjuntamente pontos relevantes ao grupo desde questões pessoais como as tensões geradas entre produtores durante a comercialização, seja pelo preço, pela qualidade do produto ou modo de tratar o consumidor, bem como questões coletivas como a sustentabilidade da feira, origem dos produtos comercializados, inclusão ou afastamento de produtores na feira, gestão do espaço, entre outros aspectos. Acontecem também momentos formativos com temas referentes a ecosol como: comércio justo, associativismo, autogestão, agroecologia, e outros.

## 2.2 TRAÇANDO O PERFIL DO CONSUMIDOR E EMPREENDEDOR GESTRAF

Quando se fala em perfil é possível pensar num conjunto de características que podem identificar uma pessoa. Identificar significa dizer que a pessoa tem algo próprio dela ou do meio em que se encontra, “as múltiplas identidades de uma pessoa (gênero, raça/etnia, sexo, classe, grupos minoritários ou outras) são construídas mediante um processo de negociação intra e interpessoal dentro dos sistemas sociais específicos em que estejam inseridas” (DUBAR, 2005; FRABLE, 1997 apud VERONESES; ESTEVES, 2009 p. 219).

É importante se pensar qual o empreendedor e qual consumidor nós encontramos na Gestraf, pois é identificando o perfil, que consegue-se ampliar o público, conhecer as necessidades e limitações do atores que compõem estas relações solidárias. Conseguimos,



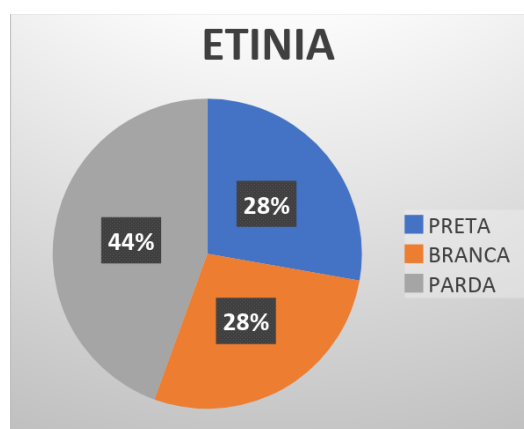
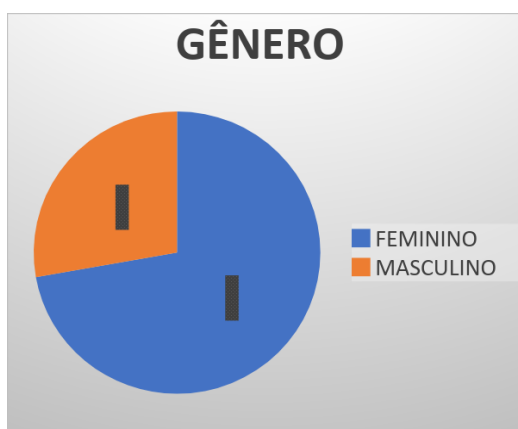
através do perfil, delimitar, de maneira sutil, já que trata-se de um perfil social, onde as relações de comércio solidário encontram-se mais frágeis.

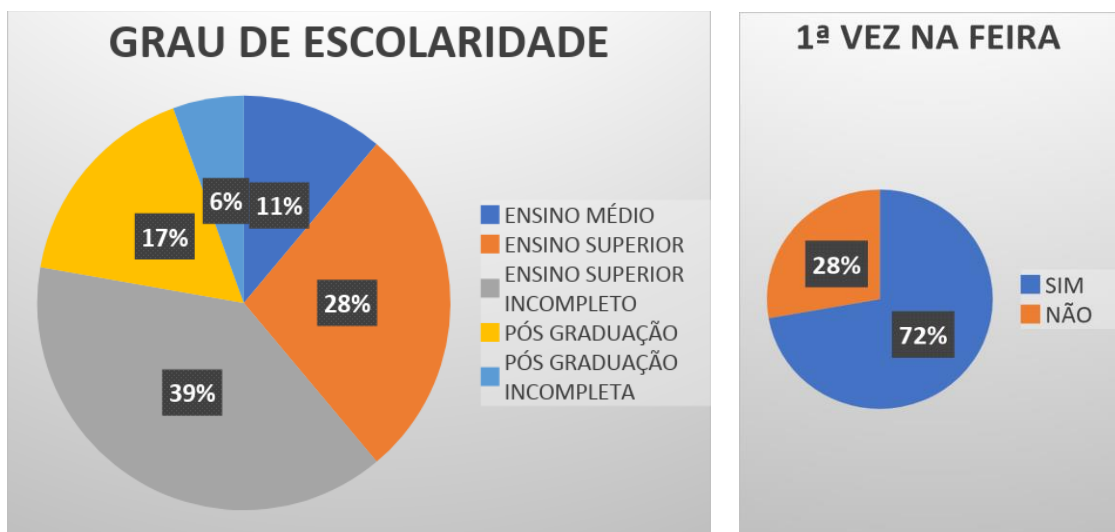
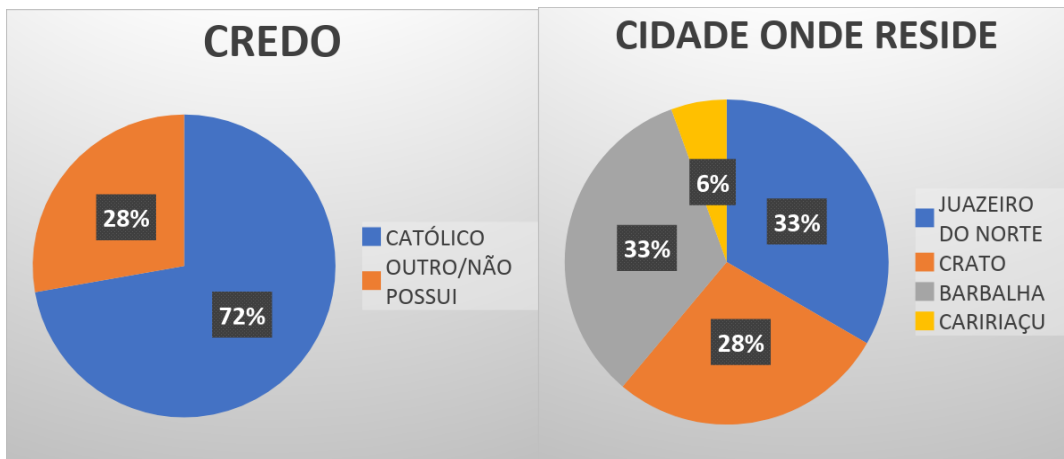
Nesse sentido foram coletadas informações quanto ao gênero, escolaridade, idade, etnia e localidade, pois considera-se que esses fatores são relevantes para a montagem do perfil do empreendedor e consumidor do Gestraf, uma vez que se define perfil como “descrição de alguém em traços rápidos”. (FERREIRA, 2000, p.527). Segue abaixo a quantificação dos dados coletados.

### DADOS CONSUMIDORES

#### IDADE DOS CONSUMIDORES

IDADE	%
19 I--- 23,2	38,88
23,2 I--- 27,4	27,77
27,4 I--- 31,6	11,11
31,6 I--- 35,8	5,55
35,6 I---1 40	16,66





**DADOS EMPREENDEDORES**

**IDADE DOS EMPREENDEDORES**

IDADE	%
28 I--- 38	11,76
38 I--- 48	23,52
48 I--- 58	23,52
58 I--- 68	23,52
68 I---1 78	17,64



Foi possível traçar o perfil do consumidor da FASOL/Cariri da seguinte forma: 38,8 % possuem entre 19 e 23 anos de idade, 72% são do gênero feminino, 44% possuem a etnia parda, 72% são católicos, 66% residem em Barbalha e Juazeiro, 29% possuem ensino superior incompleto e 72% frequentavam pela primeira vez a FASOL/Cariri. Ainda sobre o perfil dos

consumidores, muitos já conheciam alguns empreendedores ou outros atores que integram a feira, por isso a curiosidade em conhecer o funcionamento da feira e seus produtos.

Sobre o perfil do empreendedor da FASOL/Cariri traçou-se o perfil da seguinte forma: 47,04 possui entre 38 e 58 anos de idade, 82% são do gênero feminino, 47% possuem a etnia parda, 88% são católicos, 100% residem em Barbalha, seus distritos e sítios, 100% deles são veteranos na feira.

Ressaltamos que com relação aos consumidores é utilizada apenas uma amostra dos mesmo, já com relação aos empreendedores, realizamos com o número integral.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A atuação do grupo de economia solidária e turismo rural da agricultura familiar de Barbalha é de suma importância para o fortalecimento da economia solidária na região do Cariri, pois este se caracteriza por meio de seus princípios de cooperação, autogestão, responsabilidade ambiental/social e solidariedade.

Considerando o objetivo geral da pesquisa que era de traçar o perfil do consumidor e produtor do Gestraf, conclui-se que o público consumidor em maior expressividade é do gênero feminino, o que se deve talvez pelo produto comercializado que se aproxima do universo feminino. Outro ponto que se deve salientar é que a maioria visitava a feira pela primeira vez, o que demonstra que houve curiosidade destes em conhecer um empreendimento e produtos da economia solidária, porém ainda não existe laços de fidelidade entre consumidor e produtor como propõe o comércio justo e solidário.

No que compete ao empreendedor constata-se que a maioria também é do gênero feminino, o que demonstra assertivas já encontradas em outras pesquisas, a de que empreendimentos econômicos e solidários são constituídos predominantemente por mulheres. Ainda sobre o perfil do empreendedor do Gestraf considera-se que todos são de origem rural e que já estão a algum tempo atuando na feira. Percebe-se semelhanças e diferenças no perfil de empreendedores e consumidores, como por exemplo, a diferença de faixa etária de ambos e podemos citar enquanto semelhança a predominância da crença católica e a etnia parda.

É importante considerar também que o ponto fixo do Gestraf é novo na localidade e que trabalha numa lógica pouco comum, o que faz com que ainda não haja uma confiabilidade entre consumidor e produtor, considerando essa questão é possível imaginar que com o passar do tempo possa se construir relações próprias do comércio justo e solidário naquele espaço.

Destaca-se que o consumidor ao optar por um produto de origem do Comércio Justo e Solidário, ele contribui para a inclusão social e econômica de pequenos produtores, para a sustentabilidade ambiental e social, e apoia ações de responsabilidade social. Já o empreendedor, contribui para o estabelecimento de parcerias e vínculos com seus consumidores, formando uma espécie de Rede, horizontal, autônoma e recíproca.

## ANEXOS

### MODELO DE FORMULÁRIO

1- IDADE \_\_\_\_

2- GÊNERO:  FEMININO  MASCULINO  OUTRO

3- ETNIA:

1.  PRETA 2.  BRANCA 3.  PARDA

4.  AMARELA 5.  OUTRO

4- CREDO:

1.  ATEU 2.  PROTESTANTE 3.  CATÓLICO

4.  CANDOMBLÉ 5.  UMBANDA 6.  OUTRO

5- EM QUAL CIDADE VOCÊ RESIDE? \_\_\_\_\_

6- GRAU DE ESCOLARIDADE?

1.  Ensino Fundamental Completo

2.  Ensino Fundamental Incompleto 3.  Ensino Médio Completo

4.  Ensino Médio Incompleto 5.  Ensino Superior Completo

6.  Ensino Superior Incompleto 7.  Pós Graduação Completo

8.  Pós Graduação Incompleto

9.  Analfabeto

7- 1º VEZ EM VEZ NA FEIRA?  SIM  NÃO

## REFERÊNCIAS

III Plenária Nacional da Economia Solidária. **Carta de princípios da Economia Solidária.** Disponível em: <[http://cirandas.net/articles/0030/2526/carta\\_de\\_principios\\_do\\_FBES.pdf](http://cirandas.net/articles/0030/2526/carta_de_principios_do_FBES.pdf)> Acesso em: 12 de Nov. 2017.

BOFF, Leonardo. **Consumo Solidário e Responsável.** Disponível em <<https://www.akatu.org.br/noticia/consumo-solidario-e-responsavel/>> Acesso em: 22 de out. 2017.

Caderno 1 da Série Trocando Ideias. **Comércio Justo e Solidário.** Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2011/08/cartilha-comercio-justo-solidario.pdf>> Acesso em: 20 de out.2017.

Caderno 5 da Série Trocando Ideias. **Pontos Fixos de Comercialização Solidária.** Disponível em: <<https://marista.edu.br/ims/wp-content/uploads/2016/07/Cartilha-Pontos-Fixos-de-Comercializa%C3%A7%C3%A3o-Solidaria-no-Brasil.pdf>> Acesso em: 20 de out.2017.

CORTERA, A.; ORTIZ H. **Comércio Justo.** In HESPANHA, P. et al(coord). Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra, Portugal: Almedina SA, 2009. P. 60 a 67.

FRANÇA FILHO, G. C. **A problemática da economia solidária: um novo modelo de gestão pública?** Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512004000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512004000100004)> Acesso em: 18 de mar.2018.

GAIGER, L, I. **Empreendimento Econômico Solidário** In HESPANHA, P. et al(coord). Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra, Portugal: Almedina SA, 2009. P. 181 a 187.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L, I. **Economia Solidária.** In HESPANHA, P. et al(coord). Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra, Portugal: Almedina SA, 2009. P. 162 a 168.

MANCE, E. A. **Consumo Solidário.** In HESPANHA, P. et al(coord). Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra, Portugal: Almedina SA, 2009. P. 74 a 79.

MOTHÉ, D. **Autogestão.** In HESPANHA, P. et al(coord). Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra, Portugal: Almedina SA, 2009. P. 26 a 30.

REIS, T. A. **A Sustentabilidade em Empreendimentos da Economia Solidária: Pluralidade e Interconexão de Dimensões.** Disponível em: <[http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/dissertacao\\_tatianareis\\_final.pdf](http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/dissertacao_tatianareis_final.pdf)> Acesso em: 24 de jan. 2018.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão social: uma perspectiva conceitual.** RAP, Rio de Janeiro: FGV, v. 32, n. 5, set./out. 1998.

## O USO DA CONTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: EXPERIMENTAÇÃO PEDAGÓGICA DA AUTOGESTÃO

*Raoni Fernandes Azerêdo*<sup>34</sup>  
*Washington José de Souza*<sup>35</sup>  
*Maurício Sardá de Faria*<sup>36</sup>

### Resumo

A partir dos relatos da insuficiência de instrumentos contábeis pré-existentes que, muitas vezes, não são adequados, úteis, apropriáveis as características e peculiaridades práticas e políticas dos empreendimentos econômicos solidários (EES), o presente artigo ressalta a necessidade do desenvolvimento de uma perspectiva contábil, que sejam adequadas às iniciativas coletivas e inspiradas na autogestão. Neste sentido, ancorado em uma análise qualitativa com pesquisa em 02 incubadoras universitária de economia solidária, parte-se da assertiva que a junção da eficiência econômica com a democratização da gestão nos EES, perpassa pela apropriação da informação contábil pelos trabalhadores(as), reduzindo a dependência em relação a assessoria especializada e especialmente tornando-a instrumento transparente nas tomadas de decisões coletiva.

**Palavras-chave:** Contabilidade. Autogestão. Empreendimentos Econômicos Solidários.

---

<sup>34</sup> Mestre, docente da Universidade Federal do Oeste do Pará, raoni.ufopa@edu.com.br

<sup>35</sup> Doutor, docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, wsufrn@gmail.com

<sup>36</sup> Doutor, docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco, mausarda@gmail.com



## **THE USE OF ACCOUNTING IN SOLIDARITY ECONOMIC ENTREPRENEURIAL: PEDAGOGICAL EXPERIMENTATION OF SELF-MANAGEMENT**

### **Abstract**

Based on the reports of the insufficiency of pre-existing accounting instruments that are often not adequate, useful, and appropriate to the characteristics and practical and political peculiarities of solidarity economic entrepreneurial (EES), this article highlights the need to develop a perspective appropriate to collective initiatives and inspired by self-management. In this sense, anchored in a qualitative analysis, and action research in 02 university incubators of solidarity economy, it is based on the assertion that the combination of economic efficiency and the democratization of management in the EES, perpasses through the appropriation of the accounting information for workers, reducing dependence on specialized advice and especially making it a transparent instrument in collective decision-making.

**Keywords:** Accounting. Self-management. Solidarity economic entrepreneurial.

## 1 INTRODUÇÃO

Até a revolução industrial quase só existia a contabilidade financeira (ou geral), que, desenvolvida na era mercantilista, estava bem estruturada para servir as empresas comerciais. Neste período de revolução social capitalista (SINGER, 1998), a contabilidade torna-se uma de suas principais ferramentas, que contribuíram para que este modo de produção conquistasse a hegemonia dentre os modos de produção existentes, ao oferecer importantes técnicas e concepções que garantiram aos detentores do capital uma tecnologia para o controle da produção e promoção do lucro (COSTA, 2011).

Assim com o passar dos tempos, a contabilidade veio se transformando de acordo com a necessidade do homem e do próprio capitalismo, tanto no controle, acompanhamento, evolução, acumulação e preservação do seu patrimônio. Assim, na medida em que os homens começavam a produzir uma "imensa acumulação de mercadorias" (MARX, 1984), traduzindo em maior quantidade de bens, direitos e valores, precisavam saber a rentabilidade e quais os mecanismos utilizarem para manter e aumentar a sua situação patrimonial.

No entanto, este artigo percorre o entendimento de que a contabilidade é instrumento importante e imprescindível na democratização da gestão do Estado e das organizações a partir dos próprios usuários. Esta abordagem, concebe a contabilidade não enquanto uma ciência exata, pelo contrário, ela passa a ser concebida como uma ciência social, pois é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial nas organizações, sendo a sua missão fornecer informações e orientações que atendam **ao interesse dos mais diversos usuários**, sendo ferramenta indispensável na gestão, organização, controle, planejamento e nas tomadas de decisões (IUDÍCIBUS; MARION, 2007). Estes autores reiteram que a contabilidade ao fornecer um conjunto básico de informações e serem úteis aos usuários, devem atentar-se que para seguintes características: a) relevância; b) confiabilidade; c) comparabilidade; e d) compreensibilidade.

Deste modo a informação é relevante, quando é precisa e expressa a real situação da organização que auxilie nos processos de tomadas de decisão. Também a informação é confiável, quando é livre de qualquer processo errôneo ou fraudulento. Ademais a informação deve ser comparada, permitindo analisar resultados anteriores e projetar resultados futuros, visualizando o crescimento ou decréscimo da organização, o posicionamento da mesma no mercado, enfim, são várias as comparações que podem ser feitas, e estas servem para direcionar os objetivos da organização. Por último, encontra-se a compressibilidade, ou seja, a informação

precisa ser compreensível, apresentando dados que podem ser assimilados pelos usuários e para tanto, precisa ser adaptada à capacidade de compreensão do usuário.

Diante de um capitalismo mundializado (CHESNAIS, 1996) e todos os seus efeitos deletérios no mundo do trabalho, emergiu-se desde a década de 1980, crescente tipos de organizações pautadas em relações sociais democráticas, com solidariedade e cooperação para atingir fins econômicos, cujo entendimento da contabilidade e todo o conjunto de características descritas anteriormente (relevância, confiabilidade, comparabilidade e especialmente compreensibilidade) são completamente distantes de sua realidade. Portanto este artigo parte de um dos pontos nevrálgicos da práxis da Economia Solidária, e apresenta por meio de pesquisa-ação em 02 incubadoras universitárias, os mecanismos criados/adotados para possibilitar este conjunto de características da informação contábil aos trabalhadores(as), com respectivos limites e possibilidades.

## **2 A CONTABILIDADE COMO EXPERIMENTAÇÃO DA AUTOGESTÃO**

Diferentemente do trabalho heterogerido<sup>37</sup>, os EES são regidos pelo princípio fundamental da autogestão, possuindo particularidades próprias, em especial a de que os trabalhadores(as) são “donos” dos meios de produção e democraticamente exercem as tomadas de decisões da organização, modificando as relações sociais impostas pelo capital. É neste caminho de experimentação da autogestão como processo educativo do trabalho associado (NOVAES, 2011; NASCIMENTO, 2011) que buscamos delinear as dificuldades encontradas pelos trabalhadores em gerir administrativamente e contabilmente os EES.

Para Parra (2002) as dificuldades dos trabalhadores quando assumem a gestão devem ser analisados e observados a partir das novas práticas e significados que assumem ao optar pelo trabalho associado, bem como refletir sobre as permanências e mudanças que ele engendra. Ao refletirem sobre estes desafios, Maria Clara Bueno Fischer e Lia Tiriba mencionam que:

[...] as experiências históricas de autogestão revelam que, no embate contra a exploração e a degradação do trabalho, não é suficiente que os trabalhadores apropriem-se dos meios de produção. Essas práticas indicam haver a necessidade de articulação dos saberes do trabalho fragmentado pelo capital e de apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitiram compreender os sentidos do trabalho e prosseguir na construção de uma nova cultura do trabalho e de uma sociedade de tipo novo (p. 8, 2009).

---

<sup>37</sup> O termo heterogestão antagoniza com o de autogestão. Para Motta (1981 p. 150-1) ela caracteriza “a divisão entre um grupo dirigente, ao qual estão ligados a concepção e o comando, e um grupo executante, ao qual está ligada a execução e a obediência”. A heterogestão “ocorre quando a empresa é gerida por outra pessoa que não o trabalhador, que pode ser um gerente (diretor, administrador, engenheiro) e/ou pelo(s) dono(s) da empresa. A heterogestão é o modelo de gestão mais comum encontrada nas empresas.” (BARBIERI e RUFINO, 2007 p. 16)

Em linhas gerais, o que as autoras chamam a atenção, é aquilo que João Bernardo compreende como a linha tênue entre propriedade e controle nas organizações, na medida em que os trabalhadores(as) ao terem a propriedade coletiva dos meios de produção não necessariamente configura-se em relações sociais horizontais e democráticas. Percebe-se de tal modo que a complexidade nas relações sociais na passagem do trabalhador assalariado para trabalhadores coletivos detentores dos meios de produção fazem emergir profundos questionamentos e discussões em torno da divisão sócio técnica intrínseca e expressada no interior das organizações associativas, que vão de exemplos desde a contratação/manutenção de gestores(administradores) à manutenção de símbolos e rituais explicitamente de organizações heterogeridas (pontos eletrônicos de horário, gestos autoritários, ...). Somando-se a isto, deve-se ressaltar que os trabalhadores que iniciam/recuperam os EES são, em sua maioria, originários do receio do eminente desemprego e da dificuldade de conseguir novos postos de trabalho, e trazem como ensinamento a cultura de aceitar uma condição de submissão e da mercantilização do trabalho pelo capital. Também são trabalhadores educados a desconfiar do coletivo, a descrer em suas capacidades, a duvidar da possibilidade de uma sociedade livre da opressão.

É neste caminho de experimentação da autogestão como processo educativo do trabalho associado, que a contabilidade se torna instrumento metodológico importantíssimo para questionar toda a estrutura verticalizada das informações presentes nas organizações heterogeridas. Contudo é preciso reconhecer que há a necessidade de criar metodologias e tecnologias sociais de gestão de natureza autogestionária, percebendo que a cultura organizacional está fortemente cooptada pela lógica do capital<sup>38</sup>. Diante desta perspectiva, Tiriba (2001) e Parra (2002) mencionam que o atrelamento e apropriação que os trabalhadores devem ter entre as técnicas gerenciais e o trabalho manual, a partir do processo de aprendizagem

---

<sup>38</sup>uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas empresas recuperadas em autogestão encontra-se na “incapacidade” administrativa dos trabalhadores. Ora, a degeneração não acontece porque a maioria dos trabalhadores não entende os balanços contábeis. Na verdade, o balanço enquanto linguagem, destina-se à comunicação intercapitalistas. (...) A contabilidade e as técnicas administrativas, assim como a tecnologia, não sendo neutras, veiculam relações de produção de capital, portanto de exploração e dominação. Não são meros artefatos aos quais se pode lançar mão independente do contexto e da finalidade. Devem por isso ter seus sentidos invertidos quando conformados pelas práticas autônomas, criando novos circuitos de informação e decisão sobre todos os problemas da produção material e da vida social, consoantes com o seu caráter cada vez mais coletivo e igualitário” (FARIA, 2011, p. 313).

de planejar, executar e decidir sobre o trabalho, é algo que só se concretiza a partir da ação coletiva e gradual dos próprios trabalhadores.

Neste sentido, Almeida (2006, p. 68) em sua pesquisa de dissertação, concluiu que os associados dos EES, para exercerem a autogestão, precisam que a contabilidade seja aprimorada nos seguintes aspectos: a) as demonstrações devem ser estruturadas de tal forma que possam ser interpretadas pelos principais usuários: os associados da associações/cooperativa, sendo um importante sistema de fluxo de informações; b) a utilização das demonstrações contábeis deve ser enriquecida com gráficos e tabelas comparativas; c) criação de veículo de informações, com divulgação de balancetes mensais, expressos em linguagem ao nível do conhecimento dos usuários; d) as informações contábeis devem ser detalhadas de tal forma que os principais eventos econômicos, responsáveis por impactos sobre a situação econômico-financeira, tanto positivos como negativos, sejam informado aos associados. Faz-se necessário informar qual dos eventos econômico foram frutos de decisão interna da cooperativa e quais ocorreram independentemente da gestão interna, mas sim por políticas governamentais, fatores climáticos ou fatos internacionais

## 2.1 INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS DE ECONOMIA SOOLIDÁRIA E TECNOLOGIAS SOCIAIS DE GESTÃO

Ao se iniciar uma reflexão sobre o processo de educação associativa com base na autogestão, fica evidente que o trabalhador coletivo não é um mero objeto da produção, mas é sim o sujeito direto do processo produtivo. E ainda que tenha a apropriação dos meios de produção, os trabalhadores devem se apropriar para além deste, alcançando as técnicas administrativas, contábeis, para que possam gerir os empreendimentos com transparência e eficiência.

As ações das Incubadoras Universitárias da UFPB (INCUBES), UFFS (ITCP), possuem em comum o olhar para o território em que estão inseridos os empreendimentos econômicos solidários, estimulando a produção e a comercialização de produtos no interior da comunidade, seja urbano ou rurais. As ações de incubação envolvem momentos de formação, atividades de assessoria técnica e acompanhamento aos empreendimentos econômicos solidários, até que estes alcancem patamares de sustentabilidade e viabilidade econômica, autonomia e segurança para alcançarem sustentabilidade e autonomia, favorecendo à emancipação econômica, social, política e cultural dos sujeitos envolvidos.

Como desafio em comum encontrado nestas incubadoras, encontra-se a constituição das condições para o desenvolvimento de novas Tecnologias Sociais de Gestão adequadas às necessidades e aos interesses dos empreendimentos econômicos solidários, que contribuam para a viabilidade e a sustentabilidade das iniciativas econômico-ambientais e sociais, que amplifiquem as possibilidades de autonomia dos grupos relativamente ao cabedal tecnológico instituído nesse modo de produção, e que é um dos vetores de desapossamento dos trabalhadores relativamente aos meios e objetos de trabalho sob o capitalismo. Outro grande desafio das atividades das Incubadoras é a da formação de quadros técnicos e profissionais críticos e orientados para as necessidades concretas das populações e do desenvolvimento de metodologias e tecnologias voltadas para a emancipação social.

## 2.2 CARTILHA CONTÁBIL E A REFLEXÃO DA INCUBES/UFPB

Durante o processo de incubação, no trabalho com o empreendimento de polpas de frutas, percebeu-se algumas dificuldades para a consolidação das formas democráticas de gestão do empreendimento, ou seja, com relação à autogestão. Essas dificuldades ou entraves eram causados pelas dificuldades do processo contínuo em que realizavam as atividades produtivas. Contrariando a perspectiva eficaz de tomada de consciência e construção de uma cultura orientada para a transformação da realidade, o que se pode perceber é que, em determinados períodos no empreendimento, ocorria um processo em que praticamente um único integrante do grupo praticava uma forma de liderança que centralizava em si os processos de decisão mais importantes, dentre elas o registro das atividades econômicas e financeiras, que ocasionava a perda de autonomia e redução da participação dos demais integrantes.

No decorrer da incubação, outras fragilidades foram ressaltadas pelos integrantes em relação ao controle e registros da produtividade, conceitos e cálculos de custos da produção, formação do preço de venda, além do planejamento para a continuidade das atividades. Também estava sendo realizado um sistema manual precário de escrituração das entradas e saídas das polpas de frutas, e contabilizadas os custos da produção, porém alguns elementos não estavam sendo computadas como o exemplo do tempo da mão de obra.

Sendo assim, buscou-se construir uma ferramenta gerencial conduzida a partir de uma perspectiva dialógica, com oficinas lúdicas, em que contemplasse as peculiaridades do EES. Neste sentido procurou-se desenvolver uma cartilha contábil de fácil compreensão, despida das tecnologias convencionais, direcionada para que os trabalhadores pudessem intervir e influir na

construção do empoderamento do grupo, com tomadas de decisões corretas que permitissem a transparência da autogestão e que propiciasse a gestão democrática.

Durante as atividades de incubação, a cartilha contábil representou a construção de uma ferramenta que pudesse de fato ser útil e apropriável pelos trabalhadores, que lhes permitisse visualizar e planejar as atividades com antecedência. Isso vai na direção do que estabelece Kraychete (2009) quando ressalta que a construção coletiva de conhecimentos se efetiva com a participação dos trabalhadores do EES, em conjunto com os técnicos de incubação e, assim, refletem sobre a sustentabilidade do empreendimento.

Deve-se enfatizar que a prática contábil, à medida que era experimentada e praticada pelos trabalhadores, colocava novos desafios enquanto ao entendimento dos números, dos cálculos, e da própria linguagem contábil. Concomitantemente, os técnicos de incubação tinham a dificuldade de encontrar uma linguagem que refletisse com precisão a situação do negócio e que seja clara para os usuários.

Assim, foram realizadas 10 oficinas de aprimoramento da cartilha contábil que tiveram como objetivo não apenas a viabilidade econômica, e sim pretender fazer com que os trabalhadores rompessem com o simbolismo de que o trabalho manual não pode ser atrelado às técnicas gerenciais de produção. Neste sentido, a compreensão dos trabalhadores do ciclo econômico/financeiro do EES permitiu a transparência no dia a dia da gestão, tendendo a modificar as relações sociais na organização da produção na medida em que controlam o ritmo de trabalho, o nível de qualidade dos produtos, etc.

Portanto está cartilha surge na perspectiva de que o aprendizado e a apropriação do conhecimento estão relacionados ao cunho político dos trabalhadores, que necessitam fortalecer a gestão, mas, sobretudo, as práticas pedagógicas autogestionárias, cujos reflexos destacam-se:

### 1) A prática dos Custos de Produção

Quando os trabalhadores começaram a compreender que para produzir 1 kg de polpa de fruta era preciso que o EES registrasse e tivesse o controle de cada item que compõem o produto, foi possível observar que o tempo de mão de obra não estava sendo alocado aos custos de produção, desencadeando um preço de venda distorcido, injusto, que inviabilizava o EES, provocando sobras cada vez menores.

Durante as oficinas, percebeu-se que o custo do tempo de trabalho, agora devidamente alocado ao custo de produção, foi importante para que o EES tivesse a apropriação do conhecimento do custo do valor da hora trabalhado. A partir dessa informação, o EES, em

assembleia geral, decidiu como seria o sistema de retiradas do EES. Até então, estavam sendo realizadas retiradas iguais.

A partir de meados do ano de 2010 o EES decidiu utilizar as retiradas de acordo com as horas trabalhadas na fabricação, mas não podendo ultrapassar 8 horas diárias (só em casos excepcionais decididos em assembleia). No entanto, o resultado mais importante no trabalho de incubação foi a concepção política dos trabalhadores do EES, no sentido de que perceberam que o valor das horas também seria incorporado na formação política, cidadã e na participação nas trocas de experiências, etc. Assim, ficava nítido que a compreensão da viabilidade econômica do EES tinha extrapolado a eficiência apenas na questão econômica, e incorporando dentro do contexto do EES os valores sociais, ambientais, culturais e políticos, para então se tornar viável economicamente, mas também sustentável enquanto práticas autogestionárias para o desenvolvimento endógeno.

## 2- Planejamento em Longo Prazo

Para realizar o processo de planejamento sobre as atividades, os trabalhadores tinham necessariamente que compreender o ciclo econômico/financeiro do EES, ou seja, saber quanto possuíam de matéria prima, quanto poderiam produzir, quais seriam todos os custos fixos e variáveis, quais produtos teriam que estocar devido a safra de frutas, quanto era necessário vender, qual o preço justo do produto etc. Todos esses fatores, pela sua qualidade e complexidade, tornavam difícil a explicação e transparência das assembleias, como base para a realização de um planejamento, sobretudo com reservas para possíveis compras de equipamentos, perdas por deterioração, entre outros.

Assim, todo mês, os questionamentos sobre as dificuldades, cálculos, entradas e saídas, passaram a ser fixados no quadro da sala do EES: o quadro de custos fixos e variáveis e ainda o quadro do fluxo de caixa do mês.

Este é apenas um exemplo do processo de construção coletiva de uma ferramenta de contabilidade construída junto com os trabalhadores/as de um empreendimento econômico solidário, que partiu das suas necessidades concretas, e foi realizado de maneira a torná-lo útil para a melhoria do processo de gestão e da renda gerada pela atividade.

## 3) Perspectiva Territorial



Numa perspectiva, de experimentação autogestionária, de exercício horizontal das relações sociais e da prática contábil pelos trabalhadores, o EES começa a se articular no contexto mais amplo, sobre a necessidade de potencializar a organização, mas também o território em que está inserido, concebendo a necessidade de financiamento de crédito, o fortalecimento dos circuitos econômicos locais e, sobretudo, fortalecer os laços identitários entre os moradores. Também vem se buscando constituir redes e cadeias produtivas de segurança alimentar, que estão articuladas à políticas públicas.

### **3 INCUBAÇÃO INOVADORA E A REFLEXÃO DA ITCP/UFGS**

A incubação inicial dos empreendimentos de economia solidária da ITCP/UFGS em 2014 foi fruto de parceria com o Instituto Lanki e Fundação Mundukide (Complexo Cooperativo de Mondragon - País Basco) e também dos movimentos sociais do campo do território da Cantuquiriguaçu/Paraná.

No início do processo de incubação importante mencionar o esclarecimento dos papéis dos técnicos/discentes da incubadora e dos associados dos empreendimentos (criando um termo entre ambos, que define os objetivos e caminhos a serem percorridos num prazo delimitado). Destaca-se enquanto inovador o processo de incubação desta ITCP por possibilitar um diagnóstico e plano de ação factíveis e de fácil compreensão aos discentes/técnicos. Esta ferramenta em Excel/Calc, está baseado num questionário estruturado com perguntas simples e, a partir das respostas, desenha um perfil de empreendimento e propõe ações específicas. A análise do empreendimento está estruturada em quatro áreas fundamentais: pessoas, ideia, social e recursos, o que permite uma apresentação muito clara em gráficos tipo radar (CHRISTOFFOLI, et al.).

A partir deste método, a incubadora pôde estabelecer uma estratégia de incubação com os empreendimentos da agricultura camponesa e foi verificado de forma massiva que a problemática maior apresentado no radar estava no tocante a gestão seja ela na produção e/ou na comercialização. Assim como na incubadora vista anteriormente, encontrava-se a necessidade de criação/elaboração/adequação de novas Tecnologias Sociais de Gestão aplicada às necessidades e aos interesses dos empreendimentos e trabalhadores(as), que contribuíssem de fato para a sustentabilidade das iniciativas econômicas-ambientais-sociais, e que alcançassem assim patamares de viabilidade econômica, e fortalecimento de práticas autogestionária

Uma importante estratégia no empreendimento de panificação, no ano de 2015, foi a criação do técnico do NES/CEAGRO/MUNDUKIDE de uma plataforma em Excel/Calc, para fins cálculo de custos e precificação, conforme figura 01.

**Figura 01 - Planilha de custos e precificação**

Produto		Custos para produzir:		kg		do Produto		Cuca																																																																																																																																																																																																						
Cuca		3,350																																																																																																																																																																																																												
Produção																																																																																																																																																																																																														
Produção Planejada:																																																																																																																																																																																																														
Quantidade	Período																																																																																																																																																																																																													
3,35	por	Receita																																																																																																																																																																																																												
Unidade																																																																																																																																																																																																														
kg																																																																																																																																																																																																														
Custo Proporcional ao Preço																																																																																																																																																																																																														
Preço de Venda:	R\$	5,00																																																																																																																																																																																																												
Comissão sobre a venda:	0%	R\$ -																																																																																																																																																																																																												
Impostos sobre a venda:	0%	R\$ -																																																																																																																																																																																																												
Preço Líquido de Venda:	R\$	5,00																																																																																																																																																																																																												
Custo Variável Unitário:																																																																																																																																																																																																														
	R\$	3,13																																																																																																																																																																																																												
Margem de Contribuição:																																																																																																																																																																																																														
	37,50%	R\$ 1,87																																																																																																																																																																																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Itens para produção</th> <th colspan="3">Levantamento dos preços</th> <th colspan="3">Consumo na produção</th> </tr> <tr> <th>Quantidade</th> <th>Unidade</th> <th>Preço</th> <th>Quantidade</th> <th>Unidade</th> <th>Custo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>1 Farinha (orgânica)</td><td>1</td><td>kg</td><td>R\$ 2,90</td><td>1,2</td><td>kg</td><td>R\$ 3,48</td></tr> <tr><td>2 Açúcar (orgânica)</td><td>1</td><td>kg</td><td>R\$ 4,00</td><td>0,5</td><td>kg</td><td>R\$ 2,00</td></tr> <tr><td>3 Óleo</td><td>1</td><td>kg</td><td>R\$ 6,60</td><td>0,039</td><td>kg</td><td>R\$ 0,26</td></tr> <tr><td>4</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>5 Gás</td><td>1</td><td>kg</td><td>R\$ 3,46</td><td>0,07</td><td>kg</td><td>R\$ 0,24</td></tr> <tr><td>6 Salário</td><td>1</td><td>h</td><td>R\$ 1,92</td><td>1,3</td><td>h</td><td>R\$ 2,50</td></tr> <tr><td>7</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>8 Embalagem</td><td>1</td><td></td><td>R\$ 0,08</td><td>4</td><td></td><td>R\$ 0,32</td></tr> <tr><td>9 Rotulo</td><td>1</td><td></td><td>R\$ 0,10</td><td>4</td><td></td><td>R\$ 0,40</td></tr> <tr><td>10 Fermento</td><td>0,125</td><td>kg</td><td>R\$ 3,50</td><td>0,016</td><td>kg</td><td>R\$ 0,45</td></tr> <tr><td>11</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>12 Leite</td><td>1</td><td>lt</td><td>R\$ 0,70</td><td>0,6</td><td>lt</td><td>R\$ 0,42</td></tr> <tr><td>13</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>14</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>15</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>16</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>17</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>18</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>19</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>20</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>21</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>22</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td colspan="6"></td><td>SUBTOTAL</td><td>R\$</td><td>10,07</td><td></td></tr> <tr><td colspan="6"></td><td>Perdas</td><td>4%</td><td>R\$</td><td>0,40</td></tr> <tr><td colspan="6"></td><td>TOTAL</td><td>R\$</td><td>10,47</td><td></td></tr> </tbody> </table>										Itens para produção	Levantamento dos preços			Consumo na produção			Quantidade	Unidade	Preço	Quantidade	Unidade	Custo	1 Farinha (orgânica)	1	kg	R\$ 2,90	1,2	kg	R\$ 3,48	2 Açúcar (orgânica)	1	kg	R\$ 4,00	0,5	kg	R\$ 2,00	3 Óleo	1	kg	R\$ 6,60	0,039	kg	R\$ 0,26	4							5 Gás	1	kg	R\$ 3,46	0,07	kg	R\$ 0,24	6 Salário	1	h	R\$ 1,92	1,3	h	R\$ 2,50	7							8 Embalagem	1		R\$ 0,08	4		R\$ 0,32	9 Rotulo	1		R\$ 0,10	4		R\$ 0,40	10 Fermento	0,125	kg	R\$ 3,50	0,016	kg	R\$ 0,45	11							12 Leite	1	lt	R\$ 0,70	0,6	lt	R\$ 0,42	13							14							15							16							17							18							19							20							21							22													SUBTOTAL	R\$	10,07								Perdas	4%	R\$	0,40							TOTAL	R\$	10,47	
Itens para produção	Levantamento dos preços			Consumo na produção																																																																																																																																																																																																										
	Quantidade	Unidade	Preço	Quantidade	Unidade	Custo																																																																																																																																																																																																								
1 Farinha (orgânica)	1	kg	R\$ 2,90	1,2	kg	R\$ 3,48																																																																																																																																																																																																								
2 Açúcar (orgânica)	1	kg	R\$ 4,00	0,5	kg	R\$ 2,00																																																																																																																																																																																																								
3 Óleo	1	kg	R\$ 6,60	0,039	kg	R\$ 0,26																																																																																																																																																																																																								
4																																																																																																																																																																																																														
5 Gás	1	kg	R\$ 3,46	0,07	kg	R\$ 0,24																																																																																																																																																																																																								
6 Salário	1	h	R\$ 1,92	1,3	h	R\$ 2,50																																																																																																																																																																																																								
7																																																																																																																																																																																																														
8 Embalagem	1		R\$ 0,08	4		R\$ 0,32																																																																																																																																																																																																								
9 Rotulo	1		R\$ 0,10	4		R\$ 0,40																																																																																																																																																																																																								
10 Fermento	0,125	kg	R\$ 3,50	0,016	kg	R\$ 0,45																																																																																																																																																																																																								
11																																																																																																																																																																																																														
12 Leite	1	lt	R\$ 0,70	0,6	lt	R\$ 0,42																																																																																																																																																																																																								
13																																																																																																																																																																																																														
14																																																																																																																																																																																																														
15																																																																																																																																																																																																														
16																																																																																																																																																																																																														
17																																																																																																																																																																																																														
18																																																																																																																																																																																																														
19																																																																																																																																																																																																														
20																																																																																																																																																																																																														
21																																																																																																																																																																																																														
22																																																																																																																																																																																																														
						SUBTOTAL	R\$	10,07																																																																																																																																																																																																						
						Perdas	4%	R\$	0,40																																																																																																																																																																																																					
						TOTAL	R\$	10,47																																																																																																																																																																																																						

**Elaboração:** Yogo Kubiak

**Fonte:** Arquivo pessoal.

Embora esta planilha fosse digital, ela foi experimentada e trabalhada pedagogicamente nos moldes orientados pela Capina (1998;1999) que em conjunto com as camponesas, possibilitou a identificação dos números da produção, havendo gradualmente a apropriação do conhecimento, proporcionando tomadas de decisões coletivas sobre os rumos do empreendimento. Importante mencionar que antes de calcular os custos, o EES necessitava construiu um caderno de controle de caixa para que as mesmas obtivessem controle das entradas e saídas de mercadorias e despesas da agroindústria. Uma vez que, nesse empreendimento como na maioria dos empreendimentos de natureza camponesa não há o hábito de realizarem anotações formais das informações geradas nos processos. Assim, realizou-se um processo de ensino-aprendizagem muito importante para o grupo e para os membros da incubadora. As informações coletadas foram inseridas no fluxograma, esclarecendo as dúvidas que foram surgindo durante a etapa, possibilitando o início de discussões sobre investimentos, custos fixos e custos variáveis (CHRISTOFFOLI, et al.).

A cada acompanhamento realizado, as mulheres mostravam dúvidas em alguns aspectos, como por exemplo sobre o valor que deveria ser guardado por mês para manutenção dos equipamentos (repor a depreciação e formar fundos para manutenção) e especialmente sobre a questão do custo de mão de obra e suas respectivas retiradas.

No período de incubação a partir da criação desta tecnologia social de gestão e do processo inovador de incubação da ITCP/UFFS, destaca-se o gradual empoderamento das mulheres camponesas nas tarefas administrativas/contábeis; maior participação nos cursos de formação; novas lideranças e rotatividade de funções; eficiência econômica e maior rentabilidade financeira; maior autoestima das camponesas; incorporação da valorização do trabalho no custo do produto e a importância da remuneração deste trabalho; diversificação da produção com base na agroecologia, dentre outros.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo embrionário segue o objetivo da contabilidade que está em fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários. Neste sentido vimos que embora os trabalhadores soubessem que a contabilidade era importante nas práticas do dia a dia, não conseguiam torná-las úteis e em nada influenciava na tomada de decisões. Portanto, podemos afirmar que na prática, a contabilidade enquanto função social não vinha cumprindo com o seu principal objetivo de atender as demandas informacionais dos seus usuários.

Com este artigo, mesmo que nos seus traços gerais, podemos identificar a insuficiência de instrumentos contábeis, que utilizados por meio de demonstrativos contábeis pré-existentes, muitas vezes não são adequados a suas características e peculiaridades práticas e políticas dos trabalhadores que gerem o EES. Consideramos desafiador problematizar na academia universitária a construção/adaptações de instrumentos contábeis a partir da realidade dos sujeitos envolvidos e que atendam estas necessidades pelo “simples” fato de os EES possuírem finalidade econômica, mais principalmente inserirem em torno de si valores sociais, culturais, ambientais e políticos.

Neste sentido, valoriza-se o papel das incubadoras universitárias de economia solidária, em proporcionar enquanto método de incubação que a experimentação pedagógica da contabilidade quebre paradigmas que o gerencialismo (seja no capitalismo de mercado ou de Estado) impôs aos trabalhadores e assim desempenhar um processo importante de

desalienação do trabalho, aperfeiçoando e criando novos instrumentos e procedimentos contábeis adequadas à realidade praticada pelos próprios trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Edir Antônia de. **Contabilidade e autogestão**: um estudo sobre a dimensão contábil no processo de autogestão dos empreendimentos de economia solidária. 2006. 136p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Ciência Contábeis da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo,2006.
- BARBIERI, Luciana e RUFINO, Sandra. **A gestão da autogestão nas cooperativas**. In: ITCP-USP. A gestão da autogestão na economia solidária: contribuições iniciais. Porto Alegre: Calábria, São Paulo: ITCP-USP, 2007.
- CAPINA, **Puxando o fio da meada**: Viabilidade econômica dos empreendimentos associativos I, Coleção prosas e debates, Rio de Janeiro: CAPINA, 1998.
- CAPINA, **Retomando o fio da meada**: Viabilidade econômica dos empreendimentos associativos II, Coleção prosas e debates, Rio de Janeiro: CAPINA, 1999.
- COSTA, Reinaldo Pacheco – Contabilidade e Economia Solidária. **VII Encontro Internacional** de Economia Solidária finanças solidárias e desenvolvimento territorial. (São Paulo,2011).
- CHRISTOFFOLI,P.I. SANTOS, C.S. AZERÊDO, R.F. Ensino e extensão no fomento a cooperação na Cantuquiriguaçu a experiência do Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP/UFFS/LS). In: Felipe Addor. (Org.). **Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária: concepção, metodologia, prática e avaliação** (No prelo). 01ed.Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.
- FARIA, Sarda Mauricio. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária Avatares do Trabalho do Capital**. Ed. Em Debate, 2011.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão e o novo cooperativismo – **Gestão Pública e Sociedade Fundamentos e políticas publica da Economia Solidaria**.v1. ed: outras expressões. São Paulo, 2011.
- NOVAES, H. T. (org.) **O retorno do caracol à sua concha**: alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NOVAES, T. Henrique; DAGNINO, Renato; BENINI, A. Édi; FARIA, Sarda. Mauricio. Gestão Pública e Sociedade : **Fundamentos e Políticas Publicas da Economia Solidária**. Vol. 1- Ed. Outras Expressões, 2011.
- NOVAES, Henrique T.;CASTRO, Mariana. Em Busca de uma pedagogia da produção associada. Gestão Pública e Sociedade **Fundamentos e políticas publica da Economia Solidaria**.v1. ed: outras expressões. São Paulo, 2011.
- PARRA, Henrique Zoqui Martins. **Liberdade e Necessidade**: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia. São Paulo, FFLCH USP, 2002.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**: Repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de . **A economia solidária no Brasil** – A Autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SILVA, F. L. G. **A Fábrica como Agência Educativa**. Araraquara: Editora Cultura Acadêmica-Unesp, 2005.

TIRIBA, Lia ;FISCHER, Maria Clara B. De olho no conhecimento encarnado sobre o trabalho associado e autogestão. **Revista UNISINOS**, 2009.

TIRIBA, Lia. **Economia Popular e Cultura do Trabalho**. Pedagogia da produção associada. Unijui, 2001.

## TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E JUSTIÇA DISTRIBUTIVA: UMA REVISÃO TEÓRICA E A RELEVÂNCIA PARA OS ESTUDOS DE MARKETING E SOCIEDADE

*Ítalo Anderson Taumaturgo dos Santos*<sup>39</sup>

*Rita de Cássia de Faria Pereira*<sup>40</sup>

### Resumo

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa tem sido um objetivo de estudos recentes nos campos de administração e sociedade. Justiça distributiva diz respeito aos princípios normativos destinados a orientar a alocação de benefícios e custos da atividade econômica. O sistema turístico se apresentou como um campo fértil de debate para a temática da justiça, por englobar conceitos que ressaltam essa temática. A busca por modelos e práticas em que a justiça distributiva fosse tomada como valor prioritário no sistema, concebe a perspectiva do Turismo de Base Comunitária. Maldonado (2009) define Turismo de Base Comunitária como o turismo de regiões em que comunidades locais receptoras, assumem o papel de atores principais na oferta dos produtos e serviços turísticos. Tomando tais considerações, este trabalho possui como foco, reunir as pesquisas que congregam a temática do turismo comunitário e da justiça distributiva como uma construção de um turismo mais justo para os stakeholders envolvidos nesse sistema. Busca responder o seguinte questionamento: **quais as contribuições teóricas que relacionam marketing, o turismo comunitário e justiça distributiva?** Ainda é feita uma relação com o campo de Gestão Social, que fornece um modelo de gestão que se adapta à proposta do TBC. Os resultados do estudo apontam que um modelo de turismo planejado, que considera as partes interessadas e que é pautado em valores como a vivência em comunidade, a cooperação e o reconhecimento do espaço cultural e natural, é capaz de trazer desenvolvimento à região e estabelecer trocas justas aos que habitam aquele lugar.

**Palavras-chave:** Administração e Sociedade. Macromarketing. Justiça Distributiva. Turismo de Base Comunitária.

---

<sup>39</sup> Mestre em Administração (UFPB), Professor Substituto da Universidade Federal do Cariri, italotaumaturgo@hotmail.com

<sup>40</sup> P.h.d em Administração (UNCG-EUA), Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba, rita\_faria@yahoo.com

## **COMMUNITY BASED TOURISM AND DISTRIBUTIVE JUSTICE: A THEORETICAL REVIEW AND RELEVANCE FOR MARKETING AND SOCIETY STUDIES.**

### **Abstract**

The development of a more just society has been a goal of recent studies in the fields of administration and society. Distributive justice refers to normative principles intended to guide the allocation of benefits and costs of economic activity. The tourism system presented itself as a fertile field of debate for the theme of justice, since it encompasses concepts that highlight this theme. The search for models and practices in which distributive justice was taken as a priority value in the system, conceives the perspective of Community Based Tourism. Maldonado (2009) defines community-based tourism as the tourism of regions where local host communities take on the role of major players in the supply of tourism products and services. Taking these considerations into account, this study focuses on bringing together research that brings together the theme of community tourism and distributive justice as a construction of fairer tourism for the stakeholders involved in this system. It tries to answer the following question: what are the theoretical contributions that relate marketing, community tourism and distributive justice? A relationship is still made with the Social Management field, which provides a management model that adapts to the TBC proposal. The results of the study point out that a planned tourism model, which considers the stakeholders and is based on values such as community living, cooperation and recognition of the cultural and natural space, is capable of bringing development to the region and establishing exchanges righteous to them that dwell therein.

**Keywords:** Administration and Society. Macromarketing. Distributive Justice. Community Based Tourism.



## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca trazer uma revisão teórica da ótica da justiça distributiva no campo do macromarketing, assim como a relação dessa temática nas trocas existentes no turismo de base comunitária. Para tanto, entende o marketing na sua perspectiva mais ampla, na ideia de que uma visão a partir de um espectro extensivo, permite compreender as características inter-relacionadas de um conjunto de elementos.

Dessa forma, está inserida nos estudos de macromarketing, que analisa o processo de marketing em sua totalidade, assim como os mecanismos de agregação das instituições que o executam (BARTELS; JENKINS, 1977). Kadirov (2014) destaca que o grande diferencial do macromarketing é que essa abordagem procura dar atenção às preocupações das partes interessadas geralmente silenciadas nas trocas de marketing (o que inclui o meio ambiente, os membros da sociedade mais pobres e os mais vulneráveis) e assim, busca discutir maneiras de capacitar esses partidos.

Dentre as temáticas discutidas no campo do macromarketing, o tema da justiça distributiva aparece como um recente e importante assunto a ser considerado nos sistemas de trocas. As questões que tratam de justiça, anteriormente consideradas numa lógica incipiente e que privilegiava quase sempre a posição do consumidor, começa a delinear uma rica construção no campo de marketing, gerando debates que seguem a ideia de que as sociedades podem criar sistemas econômicos rentáveis para as empresas e, ao mesmo tempo, contribuir para o bem-estar econômico e para o desenvolvimento social das comunidades (SUD; VANSANDT, 2011).

É seguida a premissa de que o sistema de marketing ideal seria aquele que é justo (FERRELL; FERRELL, 2007). Justiça distributiva diz respeito aos princípios normativos destinados a orientar a alocação de benefícios e custos da atividade econômica (SUD; VANSANDT, 2011). Crul e Zinkhan (2008) sugerem que uma alocação justa dos recursos econômicos pelo sistema de marketing permite o atendimento dos interesses dos mais diversos grupos que são afetados ou que afetam o sistema. A visão da justiça distributiva aplicada aos sistemas primará, dessa forma, pelo benefício mútuo.

A exploração realizada pelo autor desta pesquisa dos principais *journals* relacionados ao macromarketing, mostrou que a justiça distributiva era uma questão indicada com frequência nas pesquisas de turismo. O sistema turístico se apresentou como um campo fértil de debate para a temática da justiça, por englobar conceitos que ressaltam essa temática. Por conseguinte, o turismo torna-se um sistema de trocas aberto e complexo (JAMROZY, 2007). Para Carlsen (1999), o turismo é inquestionavelmente uma coleção de elementos inter-relacionados e, por

isso, é necessária uma abordagem multidisciplinar para entender a força e a direção das inter-relações existentes. Integrar a lógica da justiça conjuntamente com a visão de sistema explícita na concepção de um sistema turístico, significa compreender os nós existentes entre as partes integrantes, assim como as principais implicações, positivas e negativas, dos resultados das interações proporcionadas pelo sistema.

A busca por modelos e práticas de turismo em que a justiça distributiva fosse tomada como valor prioritário no sistema, concebe a perspectiva do Turismo de Base Comunitária. Maldonado (2009) define Turismo de Base Comunitária como o turismo de regiões e ou roteiros em que comunidades locais receptoras, assumem o papel de atores principais na oferta dos produtos e serviços turísticos.

À medida que as comunidades têm uma participação mais efetiva no turismo local, tornam-se agentes ativos nos processos, ganhando maior poder de intervenção nas trocas existentes dentro do sistema. A participação compartilhada dos valores fundamentais no turismo de base comunitária, faz com que os interesses das diversas partes que compõem o sistema, sejam considerados. Tal fato possibilita que esse tipo de turismo seja passível de estabelecer um ambiente de maior equilíbrio entre as partes e, conseqüentemente, mais justo.

A abordagem acerca da justiça distributiva e a visão do Turismo de Base Comunitária transcende a discussão dentro do macromarketing, fazendo alusão ao campo da Gestão Social. Para Cançado, Tenório e Pereira (2011), a gestão social pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último. Assim, essa forma de gestão aparece como uma forma apropriada para que o modelo de Turismo de Base Comunitária, contornado pelos ideais da justiça distributiva, possa existir.

Transitando nas ideias e pensamentos mencionados, este estudo tem como objetivo relacionar os principais estudos do campo do Macromarketing e Justiça Distributiva com as pesquisas sobre o Turismo de Base Comunitária, na concepção de um sistema de turismo mais justo. Busca responder, portanto, o seguinte questionamento: *quais as contribuições teóricas que relacionam marketing, o turismo comunitário e justiça distributiva?* Nessa visão, esse artigo prossegue com uma discussão sobre a Justiça Distributiva nos sistemas de marketing, seguindo com uma abordagem do Turismo de Base Comunitária e da Justiça Distributiva no sistema turístico. Por fim, é feita uma breve explanação da relação dos estudos abordados com o campo da Gestão Social.

## 2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E JUSTIÇA DISTRIBUTIVA

### 2.1 JUSTIÇA DISTRIBUTIVA NOS SISTEMAS DE MARKETING

O desenvolvimento social dos lugares como um todo, tem sido o objetivo explícito de várias áreas do conhecimento. A subárea denominada de macromarketing é a encarregada de assumir essa visão nos estudos desenvolvidos pelo campo do marketing (PETERSON, 2006). Hunt (1977), definiu o macromarketing como o estudo dos sistemas de marketing, do impacto e as consequências dos sistemas de marketing na sociedade, e o impacto e consequências da sociedade nos sistemas de marketing.

O Macromarketing analisa os sistemas, seus atores e as consequências da agregação das suas decisões, descrevendo os mercados como sistemas de abastecimento da sociedade, destinados a melhorar o bem-estar geral da humanidade através de redes de trocas que maximizam o valor derivado de uma divisão de trabalho (MITTELSTAEDT; KILBOURNE, 2015). Bartels e Jenkins (1977) já entendiam, há quase quarenta anos, que a atenção dada ao marketing no seu contexto macro é devido às deficiências de micromarketing no momento em que os micro gestores fornecem serviços de marketing rentáveis para si, porém, muitas vezes inconsistente com os objetivos da sociedade.

A partir de uma perspectiva macro, sistemas de marketing não são simplesmente a agregação mecânica dos seus componentes (KADIROV; WOLFENDEN, 2015). Um conceito amplamente utilizado foi sugerido por Layton (2007), que define sistemas de marketing como uma rede de indivíduos, grupos e/ou entidades ligadas direta ou indiretamente por meio da participação em troca econômica que cria, monta, transforma e faz sortimentos de produtos disponíveis, tanto tangíveis quanto intangíveis, fornecidos em resposta a demanda dos clientes.

Tais ideias envoltas no conceito de macromarketing e sistemas de marketing reforçam os elementos e a dinamicidade que caracterizam esses sistemas à medida que reconhece que os mercados possam funcionar nas relações de desequilíbrio, que os sistemas de marketing podem falhar, e que os objetivos dos atores atuantes no sistema, estão muitas vezes em desacordo (MITTELSTAEDT; KILBOURNE, 2015). Assim, uma essência fundamental das discussões existentes no campo é a busca por um maior equilíbrio entre aqueles que compõem o sistema.

Nessa visão, recentemente a temática da justiça distributiva vem se fazendo presente nos principais periódicos de macromarketing. Talvez esse presente debate seja fruto de um entendimento mais preciso de que a construção de sistemas de marketing a partir de uma relação

harmoniosa entre os *stakeholders* do sistema seja o ponto crucial para existência de uma sociedade mais justa. Mas, o que é justiça distributiva?

A questão da justiça na sociedade atravessa séculos e ainda hoje não há um consenso preciso sobre o que de fato é considerado justo (KIM; EDWARDS; SHAPIRO, 2015). Samuel Fleischacker (2006) perpassa pela construção histórica do conceito de justiça em sua obra *Uma breve história da justiça distributiva*, iniciando com o conceito imaginado por Aristóteles que se mantém pleno até o final do século XVIII, chegando nas contribuições de Rawls, dentro da proposta de justiça adotada na modernidade.

Contrapondo com a lógica utilitarista, John Rawls defendia que a pluralidade das pessoas distintas, com sistemas separados de fins, constituía uma característica essencial das sociedades humanas. Tendo em vista essa pluralidade, Rawls sugere que a justiça só deveria se ocupar da distribuição de bens primários – bens necessários à busca de praticamente qualquer fim humano - deixando de lado o bem que constitui o bem humano supremo.

Em sua obra, *Uma teoria da justiça*, Rawls revela seus dois princípios de justiça, considerados como um todo, uma definição de justiça distributiva em seu sentido moderno:

- 1- Cada pessoa deve ter um direito igual ao sistema total mais extenso de liberdades básicas iguais compatível com um sistema semelhante de liberdade para todos.
- 2- As desigualdades sociais e econômicas devem ser arranjadas de modo que ambas:
  - (a) sejam para benefício máximo dos menos favorecidos, consistente com o princípio de poupança justa, e
  - (b) estejam vinculadas a cargos e posições abertos a todos sob condições de igualdade equitativa de oportunidades [o Princípio da Diferença].

Embora o tema justiça tenha um foco tradicional no direito e na filosofia (COSTA, 2015), o marketing tem inserido a temática nas principais correntes da literatura, especialmente na ética, política pública, e macromarketing, trazendo discussões que lançam valiosos *insights* sobre as questões de justiça distributiva (LACZNIAK; MURPHY, 2008).

Kotler, Roberto e Leisner (2006) colocam que é papel dos profissionais do marketing aplicarem suas habilidades para invocar planos e políticas eficazes para aliviar a pobreza. Segundo Keig e Ferrell (2016) a exploração desse tema nos currículos da educação em marketing estende a consideração das implicações éticas da função de marketing para além do foco tradicional de clientes para incluir uma ampla gama de partes interessadas, propondo acima de tudo, uma abordagem ética do marketing no que diz respeito à tomada de decisões consistentes com o cumprimento legal, políticas organizacionais e as relações das partes interessadas.

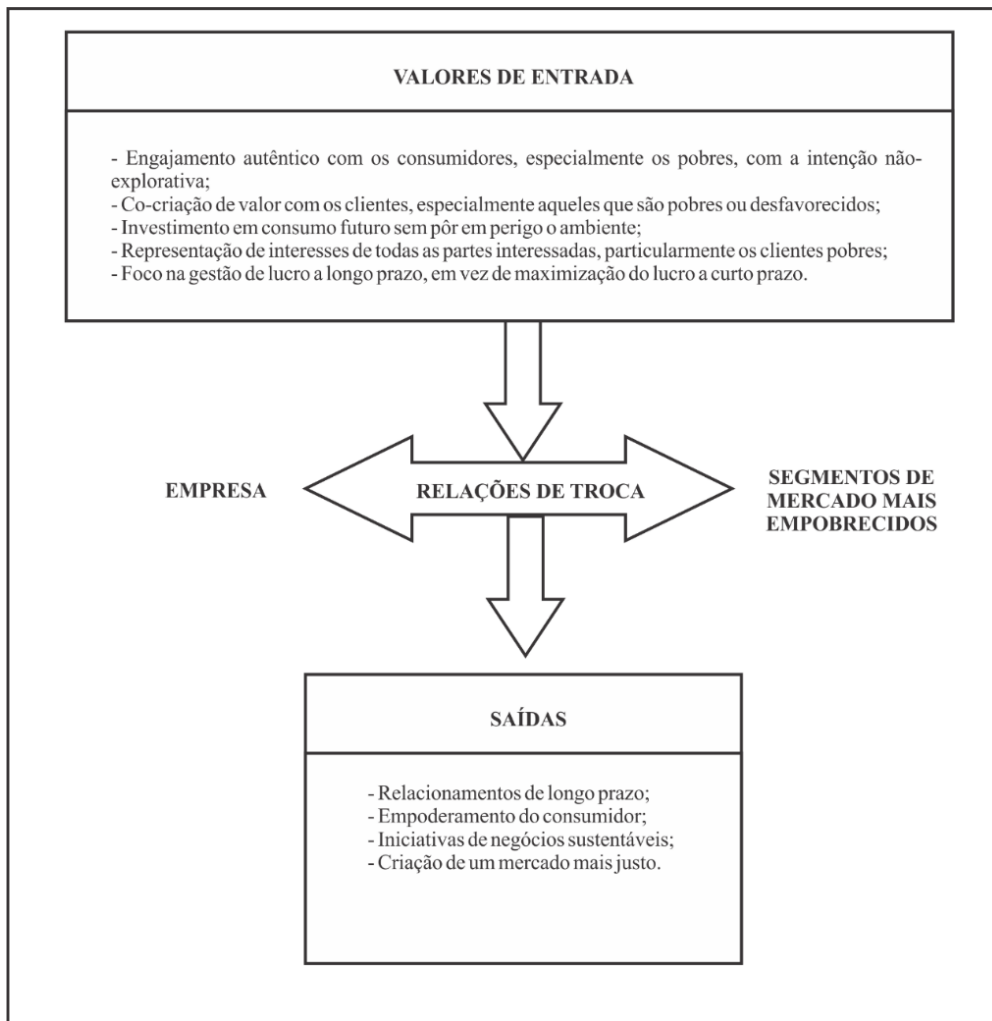
Aplicado ao marketing, Laczniak e Murphy (2008), definem justiça distributiva como a forma pela qual o sistema de marketing, em termos da sua estrutura, políticas ou práticas, distribui de forma justa as recompensas e penalidades entre as várias partes afetadas pelos processos de trocas de mercado. Nessa visão, Ferrell e Ferrell (2007) defendem a justiça distributiva como uma filosofia normativa para fornecer princípios que podem contribuir para uma cultura organizacional ética no macromarketing. Assim, o sistema de marketing ideal seria aquele que é justo (FERRELL; FERRELL, 2007).

Vários autores engajados na ideia de inserir a temática da justiça na prática do marketing, buscam projetar modelos que estabelecem uma relação mais justa nas trocas dos sistemas. Muitos deles afirmam que os princípios definidos por Rawls, como já explicitado no início, pode ser interpretado como um modelo para um sistema justo de distribuição de renda e riqueza (KLEIN, 2007; FERRELL; FERRELL, 2007; CRUL; ZINKHAN, 2008; LACZNIAK; MURPHY, 2008; LACZNIAK; SANTOS, 2010; SUD; VANSANDT, 2011; JAMAL; CAMARGO, 2013). Segundo Klein (2007), a perspectiva de Rawls parece especialmente apropriada em marketing, uma vez que leva em conta as relações críticas das trocas no sistema.

Nesse direcionamento, Laczniak e Santos (2010) fizeram uma contribuição relevante para os estudos de justiça nos sistemas de marketing. Os autores postularam o chamado Modelo Integrativo de Justiça (IJM), com o objetivo de aumentar a justiça e equidade nas transações econômicas que envolvem os consumidores empobrecidos.

Baseado na definição de algumas teorias de ética e justiça, como a teoria dos *stakeholders* e a teoria do discurso de Habermas, e conceitos como o princípio da diferença de Rawls, a perspectiva da sustentabilidade e o *Triple Bottom Line*, o modelo integra a noção de justiça e equidade nas operações de marketing. O modelo fala a uma questão fundamental de macromarketing porque estabelece as condições que devem estar presentes em sistemas de mercado que *justamente* engajam os consumidores empobrecidos (LACZNIAK; SANTOS, 2010). O modelo IJM é ilustrado na figura 1.

**FIGURA 1** – Um modelo de justiça integrativa para os mercados empobrecidos



FONTE: Laczniak E Santos (2010, P.6).

Uma questão-chave que torna aparente quando se trata da justiça distributiva no marketing, é se os membros do amplo sistema social estão recebendo uma justa alocação dos recursos. Em outras palavras, todas as partes interessadas estão sendo tratadas de forma ética e justa pelo sistema de marketing existentes (CRUL; ZINKHAN, 2008)?

Baseado nessa visão, justiça distributiva começa a delinear um caminho virtuoso no campo de marketing, proporcionando discussões que seguem a lógica de que as sociedades podem realmente criar sistemas econômicos em que as empresas privadas desfrutam de rentabilidade significativa e contribuem para o amplo bem-estar econômico e para o desenvolvimento social (SUD; VANSANDT, 2011).

Assim, vários mercados podem ser analisados sob esse propósito. No próximo tópico, discute-se o mercado do turismo, colocando-se o Turismo de Base Comunitária como uma modalidade de turismo com características favoráveis de um sistema de marketing no qual a justiça distributiva possa se fazer presente.

## 2.2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Segundo Layton (2014), à medida que um sistema de marketing cresce, sua estrutura e seus módulos funcionais começam a tomar forma, ou seja, configurações, lógicas, locais, serviços, experiências, ideias e funções especializadas são criados; fluxos funcionais de propriedade, posse, dinheiro, risco e informação são gerados; a economia e a política formam redes sociais; a governança ganha maior importância e agrupamentos de consumidores começam a emergir.

É visto, portanto, que toda atividade, formação e crescimento de um sistema de marketing reflete a vida social, cultural, política e econômica das comunidades, os ambientes físicos em que as comunidades estão localizadas, e o contexto histórico ou legados que cada comunidade herdou.

Dentre os inúmeros sistemas de marketing encontrados na sociedade, o turismo é uma das atividades econômicas mais importantes (BAGGIO, 2008). É uma das ferramentas mais significantes para impulsionar as economias e considerado um fator chave no progresso dos países em desenvolvimento (BENI, 1999; SAKOLNAKORN; NAIPINIT; KROEKSAKUL, 2013; KIM; UYSAL; SIRGY, 2013).

Para Carlsen (1999), o sistema de turismo é um sistema aberto que responde a mudanças no ambiente social, natural e econômico e evolui em direção a um estado crescente de complexidade. Na visão de Von e Lohmann (2014), o turismo é um mercado de corte transversal, muito influenciado pelos condutores internos e externos, que incluem as dimensões econômicas, ambientais, políticas, sociais e tecnológicas. Haja vista a essa transversalidade, percebe-se a interdependência entre os componentes do setor.

Embora seja evidente que a indústria do turismo funcione de forma sistêmica e que se reconheça os impactos positivos e negativos do setor (KIM; UYSAL; SIRGY, 2013), o marketing de turismo se concentra em questões de micromarketing, geralmente, numa abordagem reducionista, com fins de monitorar determinadas variáveis de fluxo ou medir as relações discretas entre variáveis, como as despesas dos turistas e do empregador, o número de visitantes e o fluxo financeiro (CARLSEN, 1999).

Expandindo a visão micro, Beni (1990) sugere uma abordagem do turismo de forma sistêmica, a qual se deve analisar os elementos que constituem as relações do sistema com todos os componentes que a ele estão ligados, em interdependência. Esses elementos incluem: delimitação e descrição física da área receptora (recursos naturais e culturais, equipamentos receptivos, infraestrutura de apoio à atividade turística), perfil socioeconômico do lugar

(composição étnica da população e organização social), estudo da ordenação geopolítica e administrativa (organização institucional e legal, grau de intervenção do Estado, políticas públicas), estudo e previsões do comportamento do mercado de turismo tanto da oferta quanto da demanda, e por fim, a análise do potencial de influência econômica e social do turismo.

Com base nesses elementos, Beni (1990) configura o SISTUR (Sistema de Turismo), o que possibilita visualizar três grandes conjuntos: relações ambientais, organização estrutural e ações operacionais, bem como seus componentes básicos e as funções primárias atuantes em cada um dos conjuntos e em interação no sistema total. O modelo desenvolvido por Beni é apresentado na Figura 2.

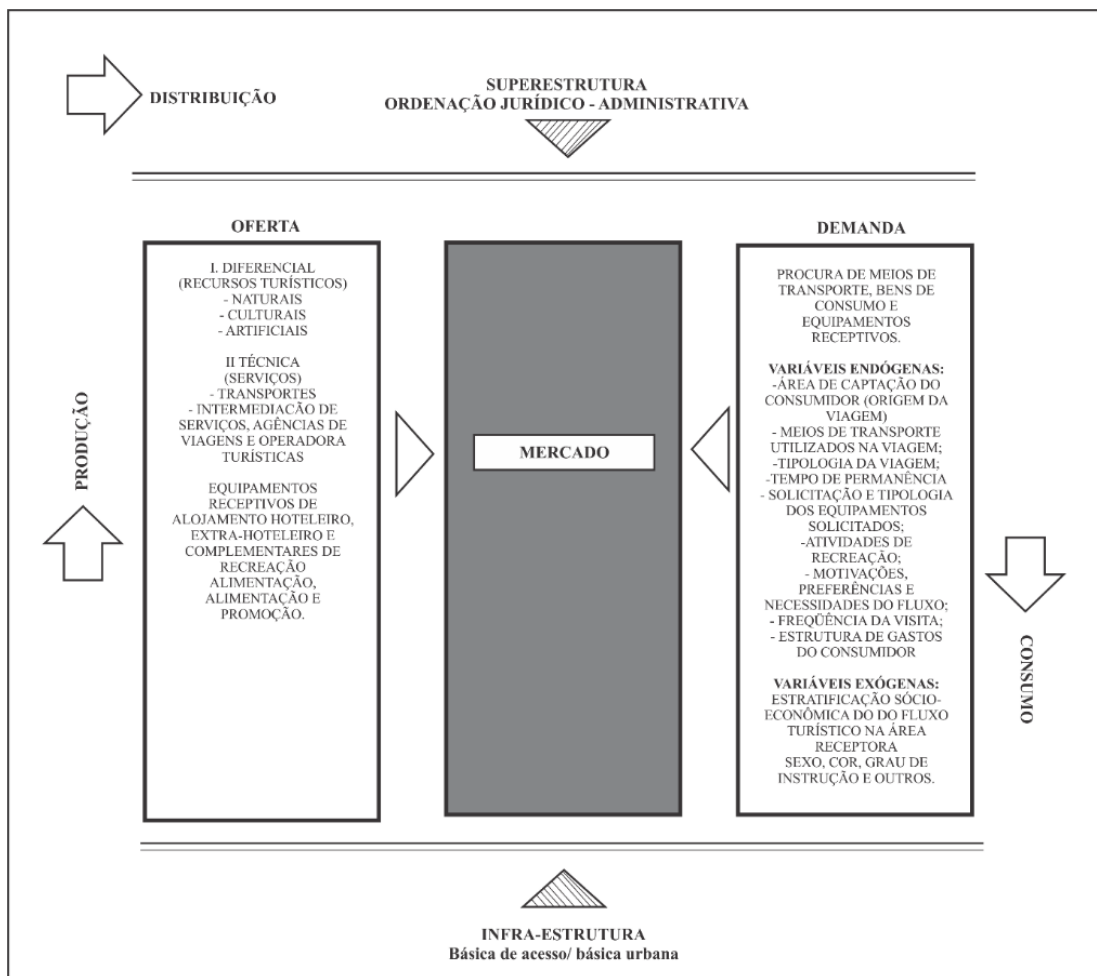
Examinar modelos de turismo que seguem os princípios acima discutidos, fornece aos estudiosos de marketing um aparato realístico de que o tão sonhado funcionamento de um sistema turístico mais próximo de um equilíbrio e pautado na sustentabilidade, na justiça e na equidade entre as partes, não é mera ideologia.

Nessa proposta, aparece o Turismo de Base Comunitária. O Turismo de Base Comunitária (TBC) pode ser definido como uma forma de organização pautada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com práticas de cooperação e equidade no trabalho e na busca da repartição igualitária dos benefícios gerados através da prestação dos serviços turísticos (MALDONADO, 2009).

As primeiras discussões sobre turismo comunitário em regiões isoladas na América Latina são datadas por volta dos anos 80 (MALDONADO, 2009). No Brasil, essa discussão ganha impulso em meados dos anos 90, quando um movimento de pesquisadores de diferentes inserções do país levou esse debate para o Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), que apresentou uma vívida demanda por fóruns dessa natureza e viabilizou a consolidação de redes não formais de pesquisas (HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011).

**FIGURA 2** – Sistema de Turismo - SISTUR





FONTE: Beni (1990, p.26).

Esse tipo de turismo aparece como alternativa de desenvolvimento turístico ao promover o empoderamento como meio para a comunidade atingir seus objetivos. Dessa forma, entende-se que o TBC em seu sentido lato, pode se configurar como uma atividade em que, à medida que a intensidade de participação dos envolvidos aumenta, consegue fornecer benefícios econômicos e sociais aos mesmos (LAPEYRE, 2010).

A essência do Turismo de Base Comunitária, sustentada em sua dimensão humana e cultural, apresenta-se em um caminho oposto à atividade turística massificadora e centrada no mercantilismo (BURGOS; MERTENS, 2015). Embora o TBC também tenha como objetivo integrar vivências, serviços de hospedagem e de alimentação, o que a princípio não o diferencia das demais modalidades de turismo, ele prioriza que essas vivências traduzam o modo de vida da comunidade receptora, valorizando os bens naturais e culturais, proporcionando, em contrapartida, aumento de receitas para as comunidades locais e incentivos para a preservação dos recursos (EMMENDOERFER; MORAES; FRAGA, 2014).

Alguns autores destacam as divergências entre o TBC e o turismo convencional, o que inclui a relação do turista com os espaços, o controle da atividade turística, as políticas que regem o mercado de turismo e o impacto econômico, social e ambiental gerado (HARRISON; SCHIPANI, 2007; BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009; LAPEYRE, 2010; LÓPEZ-GUZMÁN, 2011; TOLKACH; KING, 2015).

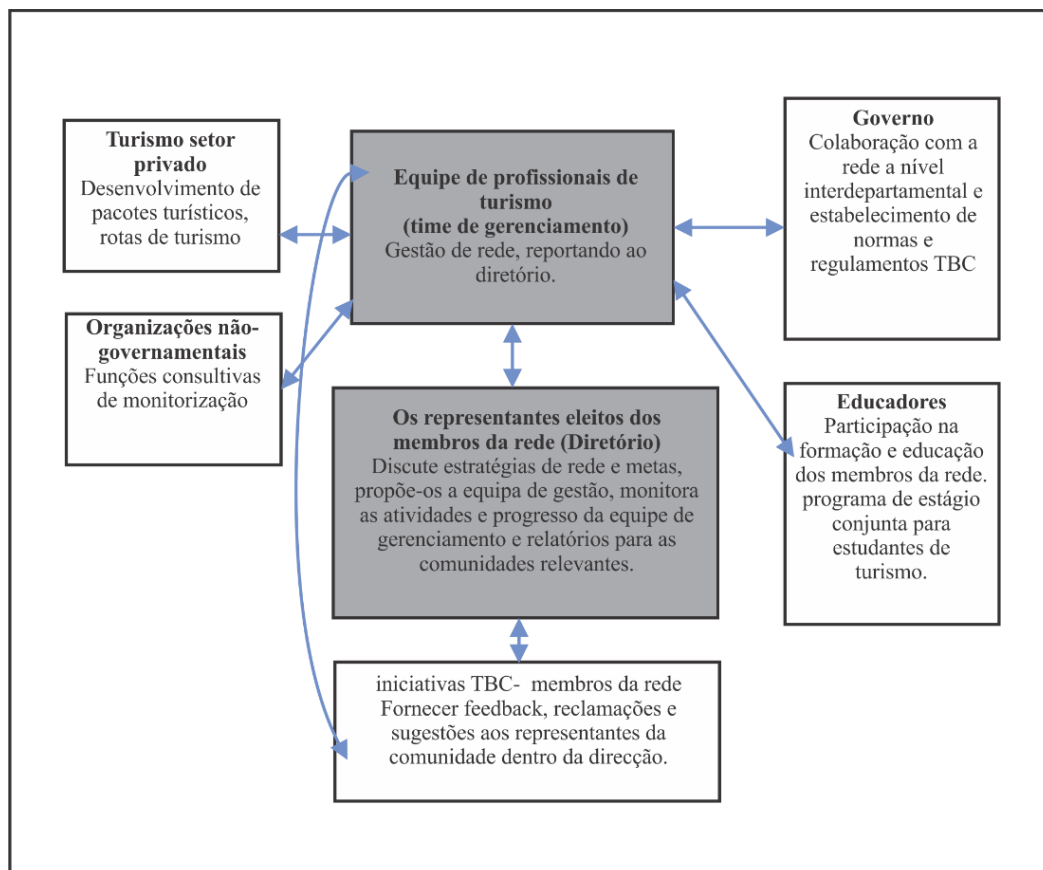
López e Guzmán (2011) destacam que o TBC surgiu como uma possível solução para os efeitos negativos do turismo de massa em países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se tornou uma estratégia para a organização da comunidade, a fim de alcançar melhores condições de vida.

De acordo com Tolkach e King (2015), uma rede de TBC segue os princípios do benefício da comunidade e da troca de conhecimentos, busca estimular o empreendedorismo e oportunidades de trabalho, assim como utilizar os fluxos econômicos decorrentes do turismo para iniciativas de desenvolvimento comunitário, incluindo a educação e saúde. Segundo os autores, esse tipo de turismo é guiado pelo objetivo de maximizar os impactos positivos do turismo e minimizar os impactos negativos, atendendo assim as necessidades dos anfitriões e convidados, sem comprometer o bem-estar das gerações futuras e do ambiente físico.

O equilíbrio do sistema é alcançado a partir de negociações entre os *stakeholders* do TBC. A participação de cada ator do sistema torna-se imprescindível nesse processo. Tolkach e King (2015) ilustraram uma estrutura básica de uma rede de Turismo de Base Comunitária, apresentando seus principais atores, as funções e objetivos desses no sistema. O modelo é apresentado na Figura 3. A forma como cada agente atuante no TBC exerce seu papel, é determinante nesse tipo de turismo.

Embora os benefícios sociais do Turismo de Base Comunitária sejam aparentes, um razoável número de limitações se manifestam. Aspectos como a falta de capacidade para executar os negócios ligados ao turismo por parte das comunidades locais e a falta de confiança entre os membros do TBC podem comprometer significativamente a sobrevivência do sistema turístico local (LENAO, 2015). Maldonado (2009), relaciona as principais deficiências encontradas no Turismo de Base Comunitária, apresentadas no Quadro 1.

**FIGURA 3** – Estrutura Básica de uma Rede TBC



FONTE: Tolkach e King (2015, p.394).

É percebido, portanto, que o Turismo de Base Comunitária se configura como um ambiente contornado de oportunidades e desafios em busca do desenvolvimento holístico das comunidades que adotam essa prática turística (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2014). Esse sistema se aproxima a um posto vislumbrado de sistema em equilíbrio, ao passo que atende à perspectiva do macromarketing quando permite a capacitação e desenvolvimento dos agentes geralmente marginalizados dentro do mercado turístico, e proporciona trocas que consideram os níveis de bem-estar e justiça dos envolvidos (KADIROV, 2014; MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2014).

### QUADRO 1 – Desafios da Oferta Turística de Base Comunitária

Principais desafios da TBC:
<p><b>1.</b> Oferta dispersa e fragmentada, carente de estruturas e mecanismos regulares de cooperação interna para organizá-la e externa para potencializá-la. Apesar das vantagens das parcerias serem percebidas, os esforços empreendidos ainda são incipientes e pouco sistemáticos;</p> <p><b>2.</b> Escassa diversificação dos produtos turísticos cujos componentes são baseados exclusivamente em fatores naturais e herdados. Existe potencial e vontade para empreender inovações que superem o mimetismo predominante.</p> <p><b>3.</b> Gestão profissional limitada, tanto operacional como gerencial dos negócios; as tendências e o funcionamento da indústria do turismo são desconhecidos. As aspirações das comunidades de acesso a serviços de informação e capacitação permanecem amplamente insatisfatórias.</p> <p><b>4.</b> Qualidade heterogênea dos serviços, com predominância de qualidade média e baixa. A competência aguda com outras empresas tende a resolver-se somente em curto prazo e através da baixa de preços.</p> <p><b>5.</b> Posicionamento incerto e imagem pouco divulgada do turismo comunitário em mercados e segmentos dinâmicos: a promoção e comercialização são realizadas geralmente, por meios rudimentares, individuais e diretos</p> <p><b>6.</b> Deficiência dos mecanismos de informação, comunicação e organização comercial: a fraca representação e capacidade para negociação com outros agentes da cadeia turística não permite a tomada de decisões estratégicas, além do horizonte diário.</p> <p><b>7.</b> Participação marginal ou subordinada de mulheres e suas associações na concepção e condução de projetos turísticos e, conseqüentemente, na captação de benefícios.</p> <p><b>8.</b> Déficit notável de serviços públicos: rodovias, eletricidade, água potável, saneamento ambiental e esgoto, comunicações e sinalização turística. As comunidades não são capazes de cobrir estes custos; isto é responsabilidade dos governos locais ou nacionais.</p>

FONTE: Maldonado (2009, p.32)

### 2.3 JUSTIÇA DISTRIBUTIVA NO SISTEMA DE MARKETING TURÍSTICO

A cultura do turismo em massa visava a elevação dos lucros a partir da exploração dos lugares com pouca ou nenhuma preocupação quanto às partes interessadas impactadas pela atividade turística. O movimento de modelos turísticos alternativos ao turismo de massa tem dado atenção teórica e prática para a justiça e a lealdade para com aqueles que devem ser mais afetados por mudanças ambientais, sociais e culturais no sistema turístico complexo (JAMAL; CAMARGO, 2013).

Essa visão, segundo Jamal e Camargo (2013), constitui um novo paradigma para o turismo, que reconhece o espaço performativo local-global do turismo em que discursos externos cruzam com os locais, em que as pessoas não são tratadas como instrumentos, mas

como fins em si mesmos, com respeito e reconhecimento das relações culturais e com o mundo natural, levando em conta sempre a justiça e o cuidado com o outro, assim como as suas relações culturais intangíveis com o mundo incorporado em suas vidas cotidianas.

Isaac e Hodge (2011) utilizam o conceito de Turismo Justo, descrito como uma forma de viagem que visa cumprir os critérios de sustentabilidade social, política e ambiental, que busca não só reformar as desigualdades e danos do turismo contemporâneo, mas também traçar um caminho para uma ordem global mais justa. Segundo os autores, esse tipo de turismo é possível quando se leva em conta os seguintes atributos:

- constrói a solidariedade entre os visitantes e os visitados;
- promove a compreensão mútua e relações baseadas na igualdade, partilha e respeito;
- suporta a autossuficiência e a autodeterminação das comunidades locais;
- maximiza os benefícios económicos, culturais e sociais locais.

Observa-se que esses atributos são coerentes com os princípios que regem o Turismo de Base Comunitária. Tão logo, a promoção da justiça social é um dos principais objetivos do TBC que inclui, além disso, o desenvolvimento holístico da comunidade, o empoderamento, a construção de habilidades e formação educacional (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2014).

Como afirmam Yang e Zhang (2014), criar um destino justo com base em políticas eficazes e pensamento ético é uma missão difícil em todo o mundo. Porém, é visto que a inclinação para um sistema justo é concordante com a ideia de que o que se deve dominar é a concepção de um sistema de justiça distributiva que fornece um padrão de vida decente para todos os membros da sociedade. Sistemas económicos capitalistas pode ser, portanto, projetados para serem muito mais justo do que estão hoje (SUD; VANSANDT, 2011).

De acordo com Ferrell e Ferrell (2007), a justiça distributiva não será um foco central da política e da prática de marketing, se apenas alguns acadêmicos concordarem que esta é a melhor filosofia normativa para ética no macromarketing.

Os princípios de justiça distributiva devem ser traduzidos em normas e comportamentos que os envolvidos nos sistemas podem compreender e aplicar. Assim, o turismo de base comunitária é visto como um sistema alternativo de turismo, no qual os princípios de justiça e a orientação para os *stakeholders* encontram um ambiente propício para coexistirem.

## 2.4 CONCEITOS NA INTERDISCIPLINARIEDADE: UMA DISCUSSÃO À LUZ DA GESTÃO SOCIAL

No presente trabalho, foi visto que o campo do Macromarketing é, dentro dos estudos de marketing, o responsável pela busca do desenvolvimento abrangente dos sistemas a partir da consideração dos autores que o compõem, do impacto da sociedade nos sistemas, e do impacto desse na sociedade (HUNT, 1977). Essa perspectiva de considerar melhorias sociais dos sistemas, têm tomado o interesse de diversos campos do conhecimento.

Mais especificamente, existe um campo interdisciplinar cujo objetivo é proporcionar uma visão teórico-prática de uma coletividade baseada na equidade e na justiça entre seus atores. Reconfigura-se, nesse campo, um novo conceito de troca, contornada pela igualdade e benefício mútuo entre aqueles que dessas trocas participam. Tal campo de estudo é nomeado de Gestão Social.

Gestão Social, segundo Cançado, Tenório e Pereira (2011), apresenta-se como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último.

Os mesmos autores, no intuito de revelar as especificidades do conceito de Gestão Social, indicam as características que delimitam seu significado. Entre essas características, apresentam-se a tomada de decisão coletiva, como uma de suas bases, a dialogicidade, a transparência e a emancipação do homem como fim da gestão social (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011).

Não estranhamente, as características da gestão social parecem se encaixar nas temáticas trabalhadas até aqui. Inicialmente, a justiça distributiva pode ser vista como um requisito na formação de um sistema com base na gestão social, à medida que se mostra como uma forma na qual os sistemas buscam distribuir de forma justa as recompensas e penalidades nos processos de troca (LACZNIAK; MURPHY, 2008).

Em seguida, cabe lembrar o conceito de Turismo de Base Comunitária explicado por Maldonado (2009): pode ser definido como uma forma de organização pautada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com práticas de cooperação e equidade no trabalho e na busca da repartição igualitária dos benefícios gerados através da prestação dos serviços turísticos.

Ao estar pautada na autogestão, o Turismo de Base Comunitária torna-se um sistema inserido no modelo de gestão social. Para Boullosa (2014), a autogestão pode ser entendida como uma forma de gerenciar organizações coletivas que busca a eliminação das hierarquias, a posse e controle dos meios e conhecimento relativos à gestão e a produção. Assim, como a

comunidade é detentora central da organização do TBC, a autogestão se torna uma característica fundamental para o funcionamento desse modelo de turismo.

Outras características do TBC fazem alusão à uma gestão voltada ao social: o impacto econômico, social e ambiental gerado, a relação com o turista, a visão do turista sob os espaços, a organização e controle da atividade turística e as políticas que regem o mercado.

Fischer (2007), entende a gestão social gestão social como o “ato relacional capaz de dirigir e regular processos por meio da mobilização ampla de atores na tomada de decisão que resulte em parcerias intra e inteorganizacionais”. A partir desse conceito, é visto que o Turismo de Base Comunitária adota os aspectos de um turismo em rede, formado por essas parcerias intra e interorganizacionais, que funcionam como uma condição necessária para que essa proposta de turismo atinja o objetivo para o qual existe.

Essa breve discussão mostra que as definições do campo de macromarketing transcende à outras abordagens, como o campo da Gestão Social que, embora seja relativamente novo, se encontra em ascendência na formulação de novas perspectivas de gestão que atendam às necessidades da sociedade atual.

Além disso, o conceito de Turismo de Base Comunitária é exibido como um exemplo de turismo que reúne as visões do macromarketing e da gestão social, se constituindo um espaço não só teórico, mas principalmente prático, que reflete que os ideais desenvolvidos nos estudos sugeridos nesse trabalho, não se tornam indícios de uma utopia. Dessa forma, trabalhos futuros que colaborem na expansão do debate da prática e da teoria, relacionando conteúdo da área do macromarketing e da gestão social, tornam-se contribuições valiosas.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A produção acadêmica de marketing relacionada a temas que beneficiam a sociedade como um todo, foi a principal motivação na concepção desta pesquisa. Apesar das contribuições teóricas, essa pesquisa agregou as principais produções acadêmicas do campo do macromarketing, conduzindo uma discussão acerca da visão sistêmica dos mercados e, mais especificamente, do conceito de justiça distributiva, que vem tomando destaque nos trabalhos acadêmicos contemporâneos de marketing (JAMAL; CAMARGO, 2013). A pesquisa ascende e expande a discussão da temática no Brasil que ainda carece de conhecimento sólido e valorado de estudos na área de Marketing e Sociedade (MAZZON; HERNANDEZ, 2013).

Amplia também, mais especificamente, os estudos relacionados ao turismo comunitário. O reconhecimento desse tipo de turismo é avaliado como recente. As contribuições acadêmicas

quanto a esse tipo de turismo, revela as características e elementos que constituem esse mercado, ao tempo em que favorece a formação de um corpo de literatura estruturado sobre o tema. A pesquisa também mostrou a relação das temáticas com o campo da Gestão Social, que apresenta uma nova proposta de gestão condizente com as necessidades de uma sociedade mais justa.

Por conseguinte, o estudo apresentou como limitação uma aproximação superficial da discussão em relação ao campo da Gestão Social. Acredita-se que as temáticas abordadas poderiam ser melhor exploradas, estabelecendo uma conexão mais detalhada do conceito de justiça distributiva e da prática do Turismo de Base Comunitária, com as filosofias do campo da Gestão Social.

Embora esse ponto seja visto como uma limitação da pesquisa, pode ser visto também como uma oportunidade para pesquisas futuras. Estudiosos das áreas de gestão podem explorar de forma mais efetiva a relação da Gestão Social com conceitos próximos existentes em outras áreas do conhecimento. Além disso, por ser um campo de pesquisa recente, principalmente em relação ao campo de administração e marketing, o Turismo de Base Comunitária oferece um acervo de possibilidades para pesquisa. Outra possibilidade de pesquisa seria a comparação dos efeitos gerados pelo turismo comunitário com o turismo de massa, numa perspectiva da Gestão Social. Finalmente, quanto à discussão do tema da justiça distributiva, os pesquisadores de marketing e da Gestão Social podem analisar as percepções de alguns atores do turismo, como a própria visão do turista, que é um participante central no mercado do turismo, e a visão da comunidade, que é um participante central no Turismo de Base Comunitária.



## REFERÊNCIAS

BAGGIO, Rodolfo. Symptoms of complexity in a tourism system. **Tourism Analysis**, v. 13, n. 1, p. 1-20, 2008.

BARTELS, Robert; JENKINS, Roger L. Macromarketing. **The Journal of Marketing**, p. 17-20, 1977.

BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. **Rio de Janeiro: Letra e Imagem**, p. 76-91, 2009.

BENI, Mário Carlos. Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. **Revista Turismo em Análise**, v. 10, n. 1, p. 7-17, 1999.

BENI, Mário Carlos. Sistema de turismo-SISTUR: estudo do turismo face à moderna teoria de sistemas. **Revista Turismo em Análise**, v. 1, n. 1, p. 15-34, 1990.

BOULLOSA, R. F. Dicionário para a formação em gestão social. **Salvador: Ciags/Ufba**, 2014.

BURGOS, Andrés; MERTENS, Frédéric. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13, n. 1, p. 57-71, 2015.

CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos Ebape. br**, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011.

CARLSEN, Jack. A systems approach to island tourism destination management. **Systems Research and Behavioral Science**, v. 16, n. 4, p. 321, 1999.

COSTA, F. J. Marketing e Sociedade. João Pessoa: **Editora da UFPB**, 2015. 254p.  
CRUL, Liselore; ZINKHAN, George M. A theory of the firm perspective on marketing and distributive justice. **Journal of Macromarketing**, 2008.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz; MORAES, Werter Valentim; FRAGA, B. O. Turismo criativo e turismo de base comunitária: congruências e peculiaridades. **En: Anais do XI Seminário Anual da ANPTUR**, 2014.

FERRELL, O. C.; FERRELL, Linda. A macromarketing ethics framework: stakeholder orientation and distributive justice. **Journal of Macromarketing**, 2007.

FISCHER, Tânia. O futuro da gestão. **HSM Management**, v. 10, n. 64, 2007.

FLEISCHACKER, Samuel. **Uma breve história da justiça distributiva**. Martins Fontes, 2006.

HALLACK, Nathália; BURGOS, Andrés; CARNEIRO, Daniela Maria Rocco. Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. 2011.

HARRISON, David; SCHIPANI, Steven. Lao tourism and poverty alleviation: Community-based tourism and the private sector. **Current issues in tourism**, v. 10, n. 2-3, p. 194-230, 2007.

HUNT, Shelby D.; BURNETT, John J. The macromarketing/micromarketing dichotomy: a taxonomical model. **The Journal of Marketing**, p. 11-26, 1982.

ISAAC, Rami K.; HODGE, Darlene. An exploratory study: Justice tourism in controversial areas. The case of Palestine. **Tourism Planning & Development**, v. 8, n. 1, p. 101-108, 2011.

JAMAL, Tazim; CAMARGO, Blanca A.; WILSON, Erica. Critical omissions and new directions for sustainable tourism: A situated macro–micro approach. **Sustainability**, v. 5, n. 11, p. 4594-4613, 2013.

JAMAL, Tazim; CAMARGO, Blanca Alejandra. Sustainable tourism, justice and an ethic of care: Toward the just destination. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 22, n. 1, p. 11-30, 2014.

JAMROZY, Ute. Marketing of tourism: a paradigm shift toward sustainability. **International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research**, v. 1, n. 2, p. 117-130, 2007.

KADIROV, Djavlonbek. Islamic marketing as macromarketing. **Journal of Islamic Marketing**, v. 5, n. 1, p. 2-19, 2014.

KADIROV, Djavlonbek; VAREY, Richard J.; WOLFENDEN, Sally. Investigating Chrematistics in Marketing Systems A Research Framework. **Journal of Macromarketing**, p. 54-67, 2015.

KEIG, Dawn; FERRELL, O. C. The Marketing Ethics Course: Current State and Future Directions. In: **Thriving in a New World Economy**. Springer International Publishing, 2016. p. 248-250.

KIM, Kyungmi; UYSAL, Muzaffer; SIRGY, M. Joseph. How does tourism in a community impact the quality of life of community residents?. **Tourism Management**, v. 36, p. 527-540, 2013.

KIM, Tae-Yeol; EDWARDS, Jeffrey R.; SHAPIRO, Debra L. Social comparison and distributive justice: East Asia differences. **Journal of Business Ethics**, v. 132, n. 2, p. 401-414, 2015.

KLEIN, Thomas A. Assessing distributive justice in marketing: a benefit-cost approach. **Journal of Macromarketing**, 2007.

KOTLER, Philip; ROBERTO, Ned; LEISNER, Tony. Alleviating poverty: a macro/micro marketing perspective. **Journal of Macromarketing**, v. 26, n. 2, p. 233-239, 2006.

LACZNIAK, Eugene; MURPHY, Patrick. Distributive justice: Pressing questions, emerging directions, and the promise of Rawlsian analysis. **Journal of Macromarketing**, 2008.

LACZNIAK, Gene R.; SANTOS, Nicholas JC. The integrative justice model for marketing to the poor: An extension of SD logic to distributive justice and macromarketing. **Journal of Macromarketing**, 2010.

LAPEYRE, Renaud. Community-based tourism as a sustainable solution to maximise impacts locally? The Tsiseb Conservancy case, Namibia. **Development Southern Africa**, v. 27, n. 5, p. 757-772, 2010.

LAYTON, Roger A. Formation, Growth, and Adaptive Change in Marketing Systems. **Journal of Macromarketing**, p. 302-319, 2014.

LENAO, Monkogoi. Challenges facing community-based cultural tourism development at Lekhubu Island, Botswana: A comparative analysis. **Current Issues in Tourism**, v. 18, n. 6, p. 579-594, 2015.

LOPEZ-GUZMÁN, Tomás et al. Community-based tourism in developing countries: A case study. **Tourismos: an international multidisciplinary journal of tourism**, v. 6, n. 1, p. 69-84, 2011.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. **Rio de Janeiro: Letra e Imagem**, p. 76-91, 2009.

MAZZON, José Afonso; DA COSTA HERNANDEZ, José Mauro. Produção Científica Brasileira em Marketing No Período 2000-2009/. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 1, p. 67, 2013.

MITTELSTAEDT, John D.; KILBOURNE, William E.; SHULTZ, Clifford J. Macromarketing approaches to thought development in positive marketing: Two perspectives on a research agenda for positive marketing scholars. **Journal of Business Research**, v. 68, n. 12, p. 2513-2516, 2015.

MTAPURI, Oliver; GIAMPICCOLI, Andrea. Towards a comprehensive model of community-based tourism development. **South African Geographical Journal**, p. 1-15, 2014.

PETERSON, Mark. Focusing the future of macromarketing. **Journal of Macromarketing**, v. 26, n. 2, p. 245-249, 2006.

SAKOLNAKORN, Thongphon Promsaka Na; NAIPINIT, Aree; KROEKSAKUL, Patarapong. Sustainable tourism development and management in the Phuket province, Thailand. **Asian Social Science**, v. 9, n. 7, p. 75, 2013.

SUD, Mukesh; VANSANDT, Craig V. Of fair markets and distributive justice. **Journal of business ethics**, v. 99, n. 1, p. 131-142, 2011.

TOLKACH, Denis; KING, Brian. Strengthening Community-Based Tourism in a new resource-based island nation: Why and how?. **Tourism Management**, v. 48, p. 386-398, 2015.

VON BERGNER, Nele Marisa; LOHMANN, Martin. Future Challenges for Global Tourism A Delphi Survey. **Journal of Travel Research**, v. 53, n. 4, p. 420-432, 2014.

YANG, Jingjing; RYAN, Chris; ZHANG, Lingyun. Sustaining culture and seeking a Just Destination: governments, power and tension—a life-cycle approach to analysing tourism development in an ethnic-inhabited scenic area in Xinjiang, China. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 22, n. 8, p. 1151-1174, 2014.

## POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA PARTICIPATIVA DOS BENS COMUNS: CASOS EMBLEMÁTICOS EM POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO BRASIL<sup>41</sup>

*Leonardo Prates Leal<sup>42</sup>*

*Diego Leonardo Davi Santos Silva<sup>43</sup>*

### Resumo

A governança participativa na implementação de políticas públicas pró-sociais surge quando organizações da sociedade civil envolvidas com a utilização de um recurso são capazes de se auto organizar e de criar iniciativas de cooperação com o Estado para solucionar problemas de escassez de bens ou serviços. O artigo apresenta uma análise de casos de políticas públicas pró-sociais, baseadas na participação de organizações da sociedade civil representantes de usuários e beneficiários, que atuam em condições de paridade de decisão em relação aos agentes governamentais em conselhos de políticas públicas. Ainda, atuam como agentes de intermediação das políticas entre o Estado e os beneficiários. O método foi a revisão e comparação de casos relatados na literatura e em documentos oficiais. Foram identificadas duas modalidades de governança participativa na implementação de políticas públicas pró-sociais: casos em que a governança participativa é complementar; casos em que a governança participativa é estruturante. O fenômeno da governança participativa pode ser analisado sob diversas lentes teóricas, especialmente a dos Bens Comuns, colocando-se então o problema da adequação das teorias às evidências empíricas.

**Palavras-chave:** Implementação de Políticas Públicas. Bens Comuns. Governanças Participativa.

---

<sup>41</sup> Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo auxílio financeiro.

<sup>42</sup> Professor do curso de Administração Pública, Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: [leonardo.leal@arapiraca.ufal.br](mailto:leonardo.leal@arapiraca.ufal.br)

<sup>43</sup> Graduando em Administração Pública, Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: [diegoleo1087@gmail.com](mailto:diegoleo1087@gmail.com)

## **PUBLIC POLICIES AND PARTICIPATORY GOVERNANCE OF COMMON GOODS: EMBLEMATIC CASES IN SOCIAL DEVELOPMENT POLICIES IN BRAZIL**

### **Abstract**

Participatory governance in the implementation of public social policies arises when civil society organizations involved in the use of a resource are able to organize themselves and create cooperative initiatives with the state to solve problems of scarcity of goods or services. The article presents an analysis of cases of public social policies, based on the participation of civil society organizations representing users and beneficiaries, who act in a parity of decision in relation to the government agents in public policy councils. Furthermore, they act as mediators of policies between the State and the beneficiaries. The method was the review and comparison of cases reported in the literature and in official documents. Two modalities of participatory governance have been identified in the implementation of pro-social public policies: cases in which participatory governance is complementary; cases in which participatory governance is structuring. The phenomenon of participatory governance can be analyzed under various theoretical lenses, especially the Commons Goods, and the problem of the appropriateness of theories is presented as the empirical evidence.

**Keywords:** Public Policy Implementation. Common Goods. Participatory Governance.

## 1 INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo consiste em apresentar uma consideração teórica de um aspecto importante, porém negligenciado, na implementação de políticas públicas de interesse social: a governança participativa subjacente à implementação de políticas públicas pró-sociais.

Entende-se por governança participativa a noção empregada por Ostrom (1990), no estudo de organizações de ação coletiva, em que afirma que os indivíduos envolvidos com a utilização de um recurso são capazes de se auto organizar e de criar iniciativas de cooperação para solucionar problemas de escassez. Assim, relaciona-se com a noção de racionalidade política dos comuns, que confere o sentido de buscas coletivas por novas formas democráticas (Laval e Dardot, 2014), ou a ideia, segundo Laville (2015), de que esse tipo ação política faz referência às ações coletivas que projetam lógicas solidariedade sobre um espaço público ou tem como resultado a constituição de espaços públicos de proximidade para co-construção de bens e serviços.

Essa preocupação com a participação na formulação e implementação de políticas públicas (Blair, H. W, 1985; Wodschow, et al, 2016), situadas num quadro democrático (Checkoway, et al, 2005), em que os cidadãos em geral, nomeadamente, os seus beneficiários, a eles é conferido um papel relevante, que conforme será apresentado, pode resultar em políticas públicas bem-sucedidas em longo prazo voltadas à promoção do bem-estar social.

As políticas públicas pró-sociais, de acordo com Holfin, (2001:31), fazem referência “a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico”. Ainda, para Esping-Andersen (1991), dizem respeito a ações voltadas para interesses coletivos, sem um foco dirigido, fruto da ação do estado e/ou de organizações da sociedade civil.

Desse modo, a governança participativa na implementação de políticas públicas, faz referência aos casos em que o acesso a determinados bens, serviços e direitos não estão acessíveis em quantidade e qualidade suficiente para os cidadãos, de modo que, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e outros segmentos da sociedade, diferente do Estado e do mercado, cumprem um papel de relevo na formulação de alternativas e experimentação pré-figurativa de políticas públicas baseadas em ação coletiva.

As políticas públicas dessa natureza parecem constituir soluções que, nos casos em tela, adaptam a ação do Estado, na medida em que o protagonismo da sociedade civil no processo de formulação, implementação e monitoramento, conferem características distintas àquelas

políticas de caráter mais centralizadas. O programa 1 milhão de cisternas, o programa de apoio às finanças solidárias e o programa de apoio a agricultura familiar, podem representar de forma emblemática a análise pretendida nesse artigo, na medida que, nesse grupo de políticas públicas pró-sociais os instrumentos de formulação e implementação baseiam-se em inovações que têm origem na sociedade civil e movimentos sociais contemporâneos que em geral atuam no campo da justiça social, direitos humanos e democracia econômica.

Esses casos demonstram que a sociedade civil em interação com alguns setores do Estado adotam um repertório de inovações sociais, em relação ao conteúdo das políticas e o modelo de governança participativa, próprios a essas organizações (Andion, 2014), tais como: conselhos, colegiados, participação de dirigentes de associações, ONGs e movimentos sociais na gestão, participação de associações e ONGs dos beneficiários no processo de implementação e monitoramento, entre outras situações que reconfiguram essas políticas públicas pró-sociais.

Desse modo enfatiza-se nesse trabalho, a relação entre governança participativa e implementação de políticas públicas de interesse social, levantando uma questão sobre, quais os efeitos da governança participativa na implementação de políticas públicas pró-sociais?

Com esse questionamento se quer chamar a atenção para uma determinada forma de implementação e governança de políticas públicas, dito de outro modo, busca-se analisar a governança participativa como instrumento de políticas públicas, com a finalidade de alcançar resultados bem-sucedidos em relação aos objetivos de políticas públicas pró-sociais.

Ao destacar este arranjo institucional, deseja-se ir além da identificação de uma característica subentendida de algumas políticas públicas de interesse social e, enfatizar uma análise baseada em argumentos potenciais para compreender o processo de governança e implementação de políticas públicas de natureza social. Para tanto, explora-se a perspectiva da governança coletiva dos bens comuns (Ostrom, 1990), como um marco para análise de políticas públicas pró-sociais, nomeadamente, as políticas públicas de acesso a água, apoio a agricultura familiar e finanças solidárias.

Para traçar um amplo espectro da governança participativa na implementação de políticas públicas, o presente texto se encontra assim estruturado. Após esta introdução, um tópico sobre a abordagem metodológica adotada para o estudo deste fenômeno empírico. Em seguida, uma parte destinada à revisão de literatura sobre implementação de políticas públicas. Na sequência, é apresentado o marco teórico que estrutura o trabalho, a saber, a governança coletiva dos bens comuns. Depois, é apresentado os casos que demonstram e representam as evidências empíricas do artigo. O texto traz, a título de discussão e conclusão, uma análise



minuciosa sobre as características e práticas de governança participativa que conferem um conceito diferenciado ao regime de implementação das políticas públicas pró-sociais em estudo.

## 2 METODOLOGIA DO TRABALHO

O presente trabalho trata de uma investigação qualitativa de natureza exploratória, em virtude da própria característica do problema de pesquisa. Busca-se um método de abordar o problema que reconheça um diálogo entre as evidências e as ideias (Ragin, 2014), assim entende-se que a análise qualitativa de casos múltiplos, (Yin, 2001), estudando o fenômeno em seu próprio contexto, parece razoavelmente adequada para o presente estudo.

A perspectiva de análise é a interpretativista (Burrell e Morgan 1979, Berger e Luckmann 1974) e a categoria de abordagem é qualitativa (Teune, 1970), através da utilização de dados secundários, “case-oriented” (Ragin, 2014).

O universo da pesquisa é representado por iniciativas de políticas públicas pró-sociais com significativa relevância e representatividade, buscando evitar a seleção de casos extremos ou atípicos. Os casos selecionados revelam características semelhantes associados ao presente interesse teórico (governança participativa na implementação de políticas públicas pró-sociais), desse modo, foram identificados os seguintes casos: Programa de apoio às finanças solidárias; Programa 1 milhão de cisternas – P1MC; Programa de inclusão produtiva rural.

As técnicas de pesquisa utilizadas foram a pesquisa documental Godoy (1995), e a pesquisa bibliográfica Sasso de Lima et. al. (2007), para obtenção de dados secundários. A pesquisa documental utilizou informações sistematizadas sobre os casos selecionados, de forma a coletar referências em documentos públicos oriundos de governos e organizações da sociedade civil, o que possibilitou a descrição dos três casos. A pesquisa bibliográfica buscou revisar sistematicamente a produção sobre governança participativa em políticas públicas, bem como sobre outros trabalhos que estudaram os casos apresentados no presente artigo.

## 3 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A literatura sobre o conceito de políticas públicas é polissêmica e por isso não é adequada referir-se a uma única, nem melhor definição. Entretanto, há consenso que política pública envolve Estado, pacto social, interesses, poder, atores, arenas, ideias e negociações (Viana e Baptista, 2012). É atribuído a H. Laswell (1936) o pioneirismo na introdução do conceito de *policy analysis*. Simon (1957) é o precursor do termo *policy makers*,

que pode ser entendido, segundo Secchi (2013), enquanto racionalidade de estruturas que pudesse satisfazer as necessidades próprias dos tomadores de decisão.

Assim, inicialmente, ganha proeminência a corrente teórica que analisa política pública por seu caráter instrumental e a enfatizam como ação dos governos. Nesse sentido, Mead (1995) entende política pública enquanto campo da política que analisa sob a ótica do governo questões públicas; Peters (1986) define como a soma das atividades dos governos que influenciam a vida dos cidadãos; Lynn (1980) e Dye (1984) seguem a mesma perspectiva teórica de política pública enquanto ação do governo que vai impactar a sociedade.

Em contraposição a essa corrente, Lindblom (1979) lança um olhar mais crítico e holístico sobre o tema, enfatizando que, para além do governo, outros atores e instituições estão presentes na formulação e tomada de decisão nas políticas públicas. Também, Eastone (1965), destaca a influência direta que grupos de interesses exerce nas políticas públicas.

No debate contemporâneo, essa primeira corrente é entendida enquanto uma abordagem estatista ou estadocêntrica, que entendem políticas públicas enquanto monopólio de atores estatais. E, multicêntrica, acreditando na existência de múltiplos centros de tomadas de decisão, não restringindo a esfera estatal (Secchi, 2013).

No que diz respeito a implementação de políticas públicas, entende-se como um processo dinâmico e não linear, também podendo ser entendida como o momento de maior tensão do processo, por traduzir todas decisões e influência dos grupos de interesses em ações. Rezende (2002) fala que “os melhores planejamentos são frustrados pelo elemento político e suas complexidades”. Assim, analisar o contexto em que se implementa uma política é importante para sua eficácia. (Souza, 2006). Ainda, D'Ascenzi e Lima (2014), enfatizam que: “o campo de estudos de implementação de políticas públicas está fortemente atrelado às necessidades de desenvolvimento de melhorias nos processos político-administrativos, que permitam o incremento das atividades implementadoras”.

Na literatura é possível encontrar duas abordagens predominantes sobre implementação de políticas públicas, o modelo *top-down* e o *bottom-up*. Respectivamente, o primeiro modelo é guiado pela distinção do processo de formulação, que seria relacionado pela atividade política, enquanto a implementação estaria na seara administrativa, deixando clara distinção entre decisão e operacionalização. O segundo, traduz-se como modelo mais flexível em que há maior integração de atores nos processos de formulação e implementação, ainda, enfatiza uma possível e até desejável discricionariedade dos implementadores, uma vez que, por possuírem conhecimento das realidades locais, podem adaptar o plano a realidade do terreno. (Elmore, 1996; O'Brien e Li, 1999).

Assim, para finalidade da presente pesquisa, adota-se o entendimento sobre implementação de políticas públicas enquanto processo multicêntrico que integra diferentes atores no ciclo da política, especialmente no processo de formulação e implementação. Ainda, ressalta-se a importância do envolvimento do público-alvo (beneficiários) da política em todas as suas etapas, uma vez que o conhecimento das situações locais ao qual deseja-se abordar é fator preponderante para sua eficácia.

#### **4 BENS COMUNS: UM MARCO PARA ANÁLISE DA GOVERNANÇA PARTICIPATIVA EM POLÍTICAS PÚBLICAS PRÓ-SOCIAIS**

Pretende-se discutir como a noção de gestão coletiva dos bens comuns pode estar presente, de maneira estruturante, numa plataforma de ações coletivas para promover políticas públicas baseada em participação da sociedade civil.

O nosso argumento está baseado nas contribuições de diferentes autores em torno da ideia de gestão coletiva dos bens comuns, ressaltando a construção de modelos alternativos de governança para promover o acesso a bens e serviços (Ostrom ([1990] 2000; 2010); Hess e Ostrom (2007); Laval e Dardot (2014); Laville (2015); Hardt e Negri (2011)). O intuito é mostrar como essa noção contribui para formulação e gestão de políticas públicas de interesse social.

Em face da crença de que as soluções para os problemas de alocação de recursos sociais, econômicos e ambientais só podem ser solucionados pela ação governamental ou através da competência do mercado, Ostrom (1990) formulou o conceito de gestão coletiva dos bens comuns, em que demonstra que os humanos são capazes de se auto-organizar e de criar iniciativas de cooperação que podem sobreviver por longos períodos, de modo que é preciso entender a viabilidade, mas não a inevitabilidade, dos sistemas auto-organizados. Ao invés de confiar completamente nos governos ou nas empresas para proteger os recursos, necessita-se abrir espaço para os cidadãos locais governarem seus próprios recursos.

Assim, Ostrom (1990) demonstra que os indivíduos envolvidos com a utilização de um recurso são capazes de se auto-organizar e de criar iniciativas de cooperação para solucionar problemas de escassez. A autora complementa que se faz necessário prover condições em que os sistemas auto-organizados possam aprender, uns com os outros, e a partir de estudos, formas de se adaptar e sobreviver ao longo do tempo.

A sua abordagem também contribui para o reconhecimento e compreensão de uma pluralidade de formas institucionais. Neste sentido está sintonizada com Laville (2009), que afirma um indispensável reconhecimento de instituições capazes de assegurar uma pluralização

da economia para situá-la em um quadro democrático. A resposta a essa questão só pode ser buscada em invenções institucionais amparadas em práticas sociais, pois são estas que podem indicar os caminhos de uma reinserção da economia em normas democráticas. [...] É uma questão de olhar para as práticas para nos informar sobre a sua existência e examiná-las, ou seja, ela necessita partir do “movimento econômico real” e não de um projeto de reforma social imposta à realidade (Laville, 2009: 148).

É assim que Laville (2015), entende que se tratam de perspectivas que buscam o fortalecimento da democracia que supõe levar em conta o associativismo, o que quer dizer, um projeto criado a partir da ação coletiva adotado por cidadãos livres e iguais referente a um bem comum.

O princípio político do comum identifica o sentido dos movimentos, lutas e discursos que, nesses últimos anos, vem se opondo a racionalidade neoliberal quase em todo o mundo [...] a racionalidade política dos comuns, confere o sentido de buscas coletivas por novas formas democráticas (Laval e Dardot, 2014).

Os comuns dizem respeito a um sistema de recursos naturais ou criados pelo homem, portanto, podem-se considerar recursos materiais ou imateriais, tais como: áreas de pesca, estacionamentos, servidores de internet, sistemas de abastecimento de água, banco de dados de pesquisa, recursos financeiros, moeda, manifestações culturais, entre outros.

Embora o trabalho de Ostrom (1990) se dedique a casos de uso de recursos naturais, nos últimos anos, a teoria do uso coletivo de bens comuns tem sido utilizada para compreender uma generalidade de recursos ambientais, econômicos e culturais. Aqui, também, tal teoria foi utilizada, a fim de compreender a ação coletiva em torno da implementação de políticas públicas pró-sociais.

A autora apresentar um questionamento à convicção, de muitos acadêmicos e analistas de políticas públicas, de que a única maneira de solucionar problemas de utilização de recursos de uso comum são as autoridades externas imporem plenos direitos de propriedade privada ou regulações centralizadas. Ao mesmo tempo, ressalta que nem sempre os acordos institucionais criados pelos próprios usuários de bens comuns, e não por autoridades externas do Estado ou do mercado, alcançam soluções ótimas.

Diferentemente do que a teoria convencional afirma, Ostrom (1990), baseada em diversas pesquisas empíricas, encontrou outros pressupostos que mostram em quais condições indivíduos podem se apropriar de um recurso de forma cooperada. Com isso, apresenta princípios fundamentais para a longevidade dessas iniciativas, tais como: a comunicação entre os usuários que utilizam um recurso; regras de uso entre usuários que estão próximos e utilizam

o mesmo recurso; e oportunidade para os usuários discutirem e estabelecerem acordos sobre seus próprios níveis de utilização e seus próprios sistemas de penalidades.

O que se observa no mundo real é que nem o Estado e nem o mercado têm conseguido êxito em manter um uso produtivo e equitativo dos recursos por parte dos indivíduos. Por outro lado, distintas comunidades têm confiado em instituições que não se parecem nem com o Estado e nem com o mercado, para regular alguns sistemas de recursos com níveis razoáveis de êxito, durante longos períodos (Ostrom, 1990). Assim, a autora propõe um marco teórico que contribui para identificar variáveis que devem ser incluídas em qualquer esforço por explicar e prever quando é mais provável que uma estratégia de governança coletiva de bens comuns, se auto-organizem e governem de maneira efetiva alguns bens e serviços.

Não se trata de um modelo que pode ser aplicado de forma geral em qualquer contexto, mas, nesse caso, de modelo útil para caracterizar o comportamento de usuários que governam recursos de forma compartilhada. Em tais situações, ressalta a autora, os indivíduos se comunicam repetidamente e interagem entre si em um marco físico localizado, ou seja, em um mesmo território. Desse modo, é possível que aprendam em quem confiar, que efeitos terão suas ações sobre os demais e sobre os recursos, e como organizar-se para obterem proveito e evitem danos. Quando os indivíduos vivem esse tipo de situação durante um tempo considerável e desenvolvem normas compartilhadas e padrões de reciprocidade, passam a possuir um capital social com que podem construir acordos institucionais para resolverem os dilemas de uso de recursos comuns.

Para Ostrom ([1990] 2000: 311), “as políticas públicas baseadas na noção de que todos os usuários de recursos de uso comum são incompetentes, e que devem impor a eles regras, pode destruir o capital institucional acumulado durante anos de experiência em casos locais particulares”. Assim, a autora elabora uma explicação coerente e geralmente aceita de como um conjunto de pessoas pode resolver um problema de ação coletiva no qual estão envolvidas, solucionando problemas relacionados a criação de novas instituições, políticas, compromisso entre os usuários e monitoramento mútuo.

A provisão de um conjunto de novas instituições consiste em organizações de arranjos institucionais para promover o bem-estar dos participantes. Assim, um conjunto de indivíduos envolvidos em uma situação concreta pode resolver o problema da provisão institucional através dos mecanismos de confiança e do sentido de comunidade (Bates, 1988). Os problemas de provisão institucional, compromissos críveis e monitoramento mútuo são questões de desenho institucional. A explicação se baseia, em grande medida, nos pressupostos relativos a indivíduos que podem falhar, mas que adotam normas e perseguem estratégias contingentes em

ambientes complexos e incertos. Assim, pode-se esperar que esses indivíduos estabeleçam compromissos contingentes para cumprir regras quando:

- a) definam um conjunto de usuários autorizados à utilizar os recursos, do mesmo modo que os limites de uso;
- b) congruência entre as características do recurso, do território e das regras de gestão;
- c) que as regras sejam definidas, ao menos em parte, pelos usuários locais, sem criar obstáculos a participação. A maioria dos indivíduos afetados pelas regras operacionais pode participar de sua modificação;
- d) a implementação do monitoramento é da responsabilidade dos próprios agentes ou de entidades que estejam sob o seu controle ou tenham de lhes prestar contas;
- e) sanções graduais, que sejam utilizadas pelos próprios usuários ou por entidades que estejam sob seu controle ou tenham de lhes prestar contas, contra a quebra de regras;
- f) estabeleçam processo de resolução de conflitos através de meios facilmente acessíveis e de baixo custo;
- g) não-oposição ou reconhecimento dos direitos de governança participativa por parte das autoridades públicas.

Quando os indivíduos enfrentam regras que satisfazem esses critérios, podem estabelecer um compromisso seguro, vantajoso e crível. O compromisso consiste em seguir as regras quando: 1) os indivíduos colocados em situações similares adotem o mesmo compromisso, e 2) quando os benefícios líquidos no longo prazo, que irão receber utilizando essa estratégia, sejam maiores que os de longo prazo para indivíduos que seguem estratégias dominantes de curto prazo (Ostrom, [1990] 2000:314).

Os bens comuns são, sob tal raciocínio, a base da democracia participativa autêntica fundada no compromisso e na responsabilidade de cada um na realização de interesses de longo prazo de todos. Desse modo, considerar os bens comuns supõe, antes de tudo, criar uma elevada barreira política contra processos de privatização. Isso não significa transferir a gestão de bens comuns a estruturas do Estado, exige, ao contrário, estudar e elaborar estruturas de governo participativas e autenticamente democráticas, essas estruturas de governo dos bens comuns devem ser adequadas em função das respectivas comunidades de usuários e de trabalhadores, a quem deveriam atribuir às competências necessárias para que possam gerenciar de maneira virtuosa e ecológica os bens comuns em questão (Mattei, 2013).

Conforme visto, a abordagem da gestão coletiva dos bens comuns permite compreender uma generalidade maior de processos de governança participativa em que utilizam recursos

de uso comum, bem como um entendimento renovado acerca das iniciativas estudadas no presente trabalho.

## **5 A GOVERNANÇA PARTICIPATIVA EM POLÍTICAS PÚBLICAS PRÓ-SOCIAIS: CASOS E EVIDÊNCIAS**

A característica da governança participativa que é mais significativa como fator na implementação de políticas públicas pró-sociais consiste em seu potencial de concretizar os objetivos da inovação social oriundas da sociedade civil, na medida em que as políticas públicas permitem tornar acessíveis os benefícios da política pública para uma ampla parcela da população.

A governança participativa, sob a forma de atuação dos atores e beneficiários nos processos de formulação, decisão e implementação de políticas públicas, caracteriza-se pela atuação de organizações da sociedade civil, que representam setores da população em condição desigual de acesso a bens e serviços, participando através de conselhos e colegiados de decisão das políticas públicas e ainda através da execução das políticas no terreno, uma vez que suas organizações realizam os serviços necessários a consecução dos objetivos dessas políticas públicas em questão.

Verificam-se casos em que associações comunitárias e organizações não governamentais tomam assento em colegiados de decisão das políticas como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Conselho Nacional de Economia Solidária (Cnes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

Além do fato de ocuparem essa posição de relevo para interferir em decisões e desígnios dessas políticas públicas, ganha também atenção o fato de serem atores que possuem relação direta com os beneficiários, na medida em que atuam como executores na implementação de cisternas para captação de água da chuva, visando o consumo humano e a produção alimentar, associações que atuam na oferta de serviços financeiros solidários, através de microcréditos e moedas sociais e, ainda aquelas que oferecem serviços de assistência técnica para capacitação dos produtores familiares e a para dinamização de atividades econômicas, através da venda de produtos em sistemas de comércio justo e mercados institucionais para atender escolas da rede municipal.

Buscando refletir sobre as potencialidades e desafios de políticas públicas na perspectiva da governança coletiva de bens comuns enquanto modalidade inovadora para promover políticas públicas pró-sociais será apresentado três casos que denotam a influência da

governança participativa na implementação de políticas públicas pró-sociais. Os casos centram-se nas experiências da política pública de apoio às finanças solidárias; programa 1 milhão de cisternas – P1MC e, programa de inclusão produtiva rural.

### **a) Programa de apoio às finanças solidárias**

As finanças solidárias têm como propósito a oferta de serviços financeiros solidários através do microcréditos e moedas sociais para as comunidades que vivem em condições de acesso desigual aos recursos financeiros, constituindo formas próprias de auto-organização coletiva em seus respectivos territórios, para fazer a gestão de recursos econômicos com base em princípios de solidariedade, confiança e ajuda mútua (Leal e Almeida, 2016; França Filho, 2013).

A década de 1990, no Brasil, foi marcada no cenário das finanças solidárias pelas políticas de microcrédito e dos programas delas advindo, destacando-se o envolvimento de atores públicos, privados e organizações da sociedade civil (Barone; Sader, 2008). Entretanto, em termos de legislação o microcrédito ganha proeminência na virada do século XXI (Mick 2003). Esse processo pode ser entendido por três marcos. O primeiro, com a criação das Organização da Sociedade Civil de Interesse público (OSCIP), o segundo, com a criação da Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SMC) e, o terceiro, entre 2003 – 2006, através da estratégia de “bancarização” da população brasileira de mais baixa renda, a partir dos bancos públicos, como Banco do Brasil e Caixa Econômica (Barone; Sader, 2008; França Filho; Rigo; Silva Júnior, 2013).

A estratégia de “bancarização” teve foco na ampliação do acesso ao serviço financeiro direcionado a população vulnerável socioeconomicamente, tornando mais simples o procedimento de abertura de contas bancárias (Costa, 2010). Conforme aponta o Banco Central do Brasil (BCB), 34 milhões de pessoas passaram a ter acesso à conta bancária de 2005 a 2011.

A trajetória dos Programa de apoio às finanças solidárias é marcada em 1996 com a criação do Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP) e o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 2005, é criado o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O Programa tem por objetivos gerais: i) incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; ii) disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado; iii) oferecer apoio técnico às



instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares (MTE, 2009).

Apesar de concordar com a finalidade específica do PNMPO definida pelo MTE, Barone e Sader (2008), assinalam que o PNMPO efetivamente cumpriu o papel de articulação entre as instituições de microcrédito, bancos e outros operadores do programa, além de disseminar e estruturar o setor das microfinanças no Brasil.

No Brasil, o microcrédito tem sido visto como mecanismo eficaz para a redução da pobreza (Carvalho et al., 2009; Costa, 2010) e para a promoção do desenvolvimento econômico e social, a partir das organizações de finanças solidárias visando democratizar, através da gestão comunitária dos recursos, o sistema financeiro (França Filho; Passos, 2013).

Nesse sentido, além dos bancos públicos, o PNMPO passa a ser operacionalizado por organizações de finanças solidárias como os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), Fundos Rotativos Solidários (FRS) e as Cooperativas de Crédito Solidário (CCS), essas organizações conferem uma nova dinâmica a implementação da política pública, qual seja, a governança participativa no processo de formulação e operacionalização.

Cabe destacar que a política pública de apoio às microfinanças, inaugura um novo ciclo com a entrada das organizações de finanças solidárias, na medida em que estas participam de um tipo de atuação mais ampla que as anteriores -restritas a intermediação do microcrédito. Os bancos comunitários e cooperativas de crédito solidário passam a compor o Conselho Nacional de Economia Solidária e o Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalho, o assento nessas instâncias possibilitou influência suficiente para redirecionar, ao menos em parte, a orientação dessa política, admitindo novos decisores e executores.

Segundo Barreto (2016), como exemplo os editais federais de finanças solidárias de 003/2010 e 001/2013 publicados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Com esses editais foram investidos cerca de 37 milhões de reais aplicados em organizações de finanças solidárias, voltados à expansão e fortalecimentos dessas organizações. Ao final de 2015 contavam-se cerca de 118 bancos comunitários, 517 cooperativas de crédito solidário e 500 fundos rotativos solidários em funcionamento, contando com apoio direto da política nacional de apoio às finanças solidárias.

#### **b) Programa 1 milhão de cisternas – P1MC**

O Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) é uma política pública que tem como objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos

por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo, conforme a Lei Nº 12.873/2013 e regulamentado pelo Decreto Nº 8.038/2013.

De acordo com Paula Assis (2012), o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) é um exemplo de atuação da sociedade civil na implementação de políticas públicas, na medida em que é elaborado e executado por iniciativa de mais de 700 organizações articuladas em rede pela ASA. O P1MC é resultado do processo de organização de diversos setores da sociedade civil orientados pela ideia de convivência com o semiárido, em oposição às políticas de combate à seca, e de transformação dessa proposta em política pública.

O papel da Articulação do Semiárido Brasileiro<sup>44</sup>(ASA), foi fundamental para mudança do enfoque das políticas públicas voltadas a questão da seca e da alimentação de qualidade, mudando a estratégia de “combate à seca” para “convivência com o semiárido”, onde de acordo com Malvezzi (2007): “o conceito de convivência pressupõe a possibilidade de desenvolver culturas adequadas ao meio ambiente e ter uma vida produtiva do ponto de vista econômico”.

A mudança estratégica resultou na soma de esforços para criação e desenvolvimento de tecnologias sociais, que melhorassem as condições de sobrevivência da população residente no semiárido. O programa consiste na construção de cisternas com placas de cimento ao lado de cada casa para captação e armazenamento da água da chuva, e tem como objetivo principal melhorar a vida das famílias que vivem na Região Semiárida do Brasil, garantindo o acesso à água de qualidade (ASA, 2017).

A ideia que parece relativamente simples, destaque-se no envolvimento que propicia aos beneficiários, sendo uma nova forma de acesso às políticas públicas, onde acontece a participação social em cada etapa de implementação do projeto. O programa não só beneficia seus usuários, como também entidades sem fins lucrativos que prestam serviços de apoio a execução do programa. As etapas do P1MC podem ser vistas no anexo 1.

A estrutura de participação social é organizada em comissões municipais, formadas por três organizações sociais que atuem no município. Essas comissões ficam encarregadas de realizar o processo de escolha das famílias que serão beneficiadas pela política, realizar eventos e acompanhar a construção das cisternas, conjuntamente com as equipes técnicas que executam a ação. Desse modo, o P1MC já alcançou a marca mais de 1,4 milhão cisternas rurais construídas (ASA, 2017). Ainda, como demais resultados, temos a construção de uma

---

<sup>44</sup> A ASA é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, Oscip, etc.

concepção de política pública oriunda da mobilização da sociedade civil e das experiências locais, dando notoriedade à questão da água potável no Semiárido, se tornando uma política de governo com recursos previstos no orçamento geral da união. O projeto ainda é reconhecido pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), como elemento de segurança hídrica e alimentar (Junior e Leitão, 2016). Gomes e Pena (2012), destacam que a articulação no semiárido brasileiro tem contribuído para emergência de novos atores e para construção de espaços nos quais propostas de desenvolvimento alternativas às concepções hegemônicas têm sido discutidas, elaboradas e implantadas.

### **c) Programa de inclusão produtiva rural**

Lançado em 2011, o Plano Brasil sem Miséria (PBSM), que segundo Fonseca (2011) “o ponto de partida do Plano é que a pobreza é multidimensional e se manifesta em diferentes formas de privação de bem-estar”. Dado a amplitude atuação, o PBSM foi estruturado em três grandes eixos: i) garantia de renda, volta-se para a elevação da renda familiar per capita dos que se encontram na condição de pobreza extrema; ii) acesso aos serviços, concentra-se no esforço de ampliar o acesso dos mais pobres aos serviços públicos, às ações de cidadania e de bem estar social; iii) inclusão produtiva, visa ampliar o acesso da população extremamente pobre às oportunidades de ocupação e renda a partir de ações diferenciadas para os meios urbano e rural.

O terceiro eixo - inclusão produtiva, em sua dimensão rural, identifica como principais fatores impeditivos do desenvolvimento a falta de apoio técnico para qualificar, aperfeiçoar ou mesmo iniciar as suas atividades produtivas e a escassez de recursos para investir na melhoria da sua produção (Campello; Mello, 2014). Nesse sentido, com o intuito de combater a alta incidência de pobreza no meio rural, foi criado no âmbito do Plano Brasil sem Miséria e o Programa de Inclusão Produtiva Rural (PIPR), que proporciona aos agricultores Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que consiste no acompanhamento individualizado e continuado de técnicos agrícolas, que compartilham seus conhecimentos com objetivo de aumentar a produção, a qualidade e o valor dos produtos. O programa também disponibiliza recursos não reembolsáveis para serem investidos na estruturação de suas atividades produtivas (Brasil, 2014).

No âmbito da política de inclusão produtiva rural, foi criado em 1999 Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) com finalidade de propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas ativas. Em 2003, um novo decreto

institui o novo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), composto por 38 membros, sendo 19 representantes de órgãos do governo e, 19 representantes da sociedade civil, conferindo um papel relevante as organizações representativas dos segmentos dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar. Como exemplo da atuação do Conselho, temos a aprovação da lei da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural – PDDBR, que define e estabelece seus princípios, diretrizes e objetivos. E também, a incorporação de território e municípios ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais PRONAT (Condraf, 2018).

Citar alguma decisão relevante (editais, projetos, valores investidos, etc).

Dentre os representantes da sociedade civil destaca-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombolas (CONAQ), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) (MDA, 2013), setores da sociedade civil que pela primeira vez participam de conselhos decisores de políticas públicas.

Os atores que representam os diferentes setores da agricultura familiar e dos trabalhadores rurais podem atuar em condições de paridade de decisão relativamente aos representantes governamentais, com isso, de uma lado alteram-se os modos de formulação e implementação das políticas públicas de inclusão produtiva rural, por outro lado, exercem grande influência ao constituírem-se como atores fundamentais de execução da política, na medida em que os serviços de assistência técnica rural para os beneficiários são prestados por organizações que estão sob controle ou recebem forte influência dos agricultores familiares, como no caso da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE), dentre outras.

A seguir é possível visualizar de forma didática os casos e evidências de governança participativa nas políticas públicas pró-sociais:

**Quadro 1** - casos e evidências em governança participativa em políticas públicas pró-sociais

<b>Políticas Públicas Pró social</b>	<b>Programa de apoio às finanças solidárias</b>	<b>Programa 1 milhão de cisternas – PIMC</b>	<b>Programa de inclusão produtiva rural</b>
<b>Público alvo</b>	População em situação de exclusão financeira	População residente no Semiárido	População em situação de vulnerabilidade socioeconômica em áreas rurais.

<b>Objetivos</b>	Fomento às finanças solidárias para promover o desenvolvimento territorial sustentável enquanto instrumentos de superação da pobreza	Melhorar as condições de acesso a água para consumo humano e produção alimentar para população do semiárido	Contribuir com a estratégia de inclusão produtiva, apoiando os investimentos produtivos de famílias rurais que se encontram em situação de pobreza.
<b>Origem</b>	Associações Comunitárias	Articulação da sociedade civil organizada	Governo Federal, a partir das demandas sociais
<b>Tipo de inovação social</b>	Serviços Financeiros solidários (microcrédito e moedas sociais), através de organizações associativas e cooperativas locais	Tecnologias Sociais de captação de água da chuva	Assistência técnica adaptada aos agricultores familiares, visando melhoria dos produtos e da comercialização
<b>Tipo de participação</b>	Identificação de problemas; Construção da agenda; formulação de políticas; processo decisório; implementação de políticas.	Construção da agenda; formulação de políticas; processo decisório; implementação de políticas.	Formulação de políticas e Implementação de políticas
<b>Estruturas de participação</b>	Conselho Nacional de Economia Solidária; Organizações comunitárias executoras da política.	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; ONGs e associações que fazem parte da ASA	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; ONGs e associações que executam a política.
<b>Modelo de política</b>	<i>Bottom-up</i>	<i>Bottom-up</i>	<i>Bottom-up</i>

Elaboração: os autores (2018).

## 6 GOVERNANÇA PARTICIPATIVA EM POLÍTICAS PÚBLICAS PRÓ-SOCIAIS: UMA BREVE DISCUSSÃO

A partir das categorias analíticas da gestão coletiva dos bens comuns de Ostrom (2000), buscamos compreender a governança participativa na implementação das políticas públicas dos casos apresentados, nomeadamente as políticas de apoio às finanças solidárias, acesso à água e inclusão produtiva rural. Para isso, essa seção busca apresentar alguns achados empíricos a respeito das formas de governança participativa na implementação das referidas políticas públicas, destacando as questões que são fundamentais na elaboração de uma estratégia de ação na perspectiva da governança coletiva dos bens comuns. Com isso destacamos os seguintes aspectos da governança participativa: usuários da política pública, característica do recurso (bens ou serviços), participação na definição das regras, monitoramento e sanções, resolução de conflitos e reconhecimento de direitos.

No que se refere aos usuários dessas políticas públicas pró-sociais, conforme evidenciam os três casos analisados, o perfil dos usuários que participam na governança para

implementação das políticas públicas, é caracterizado pela situação de vulnerabilidade socioeconômica e a restrição de serviços financeiros, vivendo predominantemente em regiões rurais, e buscam por meio das orientações técnicas desenvolver atividades produtivas e/ou comerciais, bem como, garantir sua segurança alimentar. A participação nessas políticas é baseada em critérios associados ao perfil dos beneficiários que necessitam de acesso a determinados bens e serviços, tais como, acesso a crédito e outros serviços financeiros, tecnologias de captação de água da chuva, além de equipamentos e serviços de assistência técnica rural.

A característica dos bens e serviços que essas políticas buscam oferecer estão relacionados com o ecossistema do território de atuação, destacam-se os territórios rurais em regiões semiáridas do Brasil. O tipo de recurso, nos casos analisados, corresponde a insumos que mobilizam a participação social na política, os serviços de microcrédito, moeda social, apoio técnico aos agricultores familiares, capacitação e construção de cisternas para armazenar água são recurso que os próprios usuários e beneficiários da política pública se mobilizam para ofertar em suas comunidades, através de suas associações e empreendimentos comunitários.

Os membros dessas organizações participam ativamente na definição de regras e acordos dessas políticas públicas, de modo que os obstáculos à participação são minimizados. As regras de uso são definidas através de conselhos paritários, formados por integrantes da sociedade civil e de outras organizações com participação e controle dos beneficiários. Destaca-se essa modalidade no Conselho Nacional de Economia Solidária (Cnes), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). No entanto, cabe destacar que tais definições de participação e acesso a política acontece dentro de um quadro institucional legal, ou seja, por se tratar de políticas públicas do governo federal, existem requisitos legais que devem ser observados, limitando a discricionariedade das decisões. A nível de execução da política, com base nos Conselhos, as regras são definidas pelas organizações executoras das políticas, contando com o envolvimento da própria comunidade usuária dos serviços.

A implementação de ações de monitoramento, visando acompanhar o uso adequado dos bens e serviços ofertados pela política pública, bem como a aplicação eficiente dos recursos, acontece em regime de auto-regulação da sociedade civil, através da cooperação entre a gestão das organizações executoras das políticas e seus usuários. Assim, o monitoramento dos casos analisados é desempenhado por comissões envolvendo gestores municipais e organizações da sociedade civil. Além disso, por se tratarem de políticas públicas, existe o monitoramento por órgãos externos autônomos, como o Ministério Público e Controladorias Gerais.

A aplicação de sanções é realizada em dois níveis, de um lado pelas organizações executoras das políticas, como nos casos dos BCDs, FRS, CCS que limitam o acesso aos serviços, quando identificam práticas de má fé, do outro lado, pelo governo, a partir laudos técnicos elaborado pelas organizações comunitárias.

Cabe ainda ressaltar duas características, embora presente em menor grau, no entanto, de grande importância, a saber, a construção de espaços e processo de resolução de conflitos através de meios facilmente acessíveis e de baixo custo e, o reconhecimento dos direitos de governança participativa por parte das autoridades públicas, nomeadamente, a institucionalização dos conselhos e colegiados em que participam a sociedade civil.

Para uma melhor interpretação das informações apresentadas, segue o quadro 2.

**Quadro 2 - categoria da gestão coletiva dos bens comuns e política pró-sociais**

<b>Políticas Públicas Pró social</b>	<b>Programa de apoio às finanças solidárias</b>	<b>Programa 1 milhão de cisternas – P1MC</b>	<b>Programa de inclusão produtiva rural</b>
<b>Usuários</b>	População em situação de exclusão financeira	População residente no Semiárido	População em situação de vulnerabilidade socioeconômica em áreas rurais
<b>Tipo de recurso</b>	Microcrédito, moeda social e orientação técnica	Capacitação e materiais para construção de cisternas	Financiamento (reembolsáveis e não reembolsáveis); Orientação técnica para produção e comercialização.
<b>Definição das regras de uso</b>	Conselho paritário formado por representantes da sociedade civil e governo	Conselho paritário formado por representantes da sociedade civil e governo	Conselho paritário formado por representantes da sociedade civil e governo
<b>Monitoramento</b>	Órgãos estatais independentes; auto-regulação da sociedade civil.	Órgãos estatais independentes; auto-regulação da sociedade civil.	Órgãos estatais independentes; auto-regulação da sociedade civil.
<b>Sanções</b>	Aplicadas pelas próprias organizações	Aplicadas pelas próprias organizações	Aplicadas por órgãos governamentais - com base em informações das organizações
<b>Resolução de conflitos</b>	Conselhos de política pública e organizações comunitárias	Conselhos de política pública e organizações comunitárias	Conselhos de política pública e organizações comunitárias
<b>Reconhecimento de direitos</b>	Legislação federal, estadual e municipal	Legislação federal, estadual e municipal	Legislação federal, estadual e municipal

Elaboração: os autores (2018).

Essas iniciativas parecem contribuir com aquelas estratégias formuladas enquanto políticas públicas que incorporam a noção de governança participativa em seus processos de implementação. Os achados principais estão relacionados às políticas públicas e iniciativas da sociedade civil que apresentam potencial de longevidade, viabilidade e efetividade na medida em que consideram a participação da sociedade civil e mesmo quando as regras e gestão contam com a participação de atores dos beneficiários e usuários da política pública. Como no conceito de Ostrom (1990) podemos ver a capacidade dos indivíduos em se auto organizarem e/ou participarem ativamente de todo o processo de formulação de políticas públicas, bem como, a importância de um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento de iniciativas de caráter democrático.

Nesse sentido, os casos analisados podem ser compreendidos enquanto políticas públicas de governança participativa baseadas no conceito de bens comuns de Ostrom, pelo caráter paritário, entre sociedade civil e governo, em instâncias consultivas e deliberativas, para formulação e implementação dessas políticas públicas. Também, pelo envolvimento da população usuária dos serviços em alguns processos de definição de regras, execução e monitoramento dessas políticas, além do reconhecimento institucional que alcançaram.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo destacou o papel da governança participativa em políticas públicas pró-sociais, especificamente, a forma como uma política pública baseada em governança participativa pode, em determinadas circunstâncias, alcançar resultados distintivos e pró-sociais. O argumento apresentado emprega os conceitos de políticas públicas e bens comuns, para, ao adotar modalidades de governança participativa, o Estado e a sociedade civil podem atingir resultados mais bem-sucedidos em termos de participação e efetividade política, visando solucionar problemas de acesso precário a bens e serviços em contextos de desafio social e econômico.

Ao longo do trabalho, procurou-se compreender o aspecto da governança participativa na implementação de políticas públicas pró-sociais estudadas, que parecem demonstrar um potencial relevante em termos de durabilidade e impacto, que pode ser explicado pelo regime de governança participativa no processo de formulação e implementação, destacando o envolvimento de atores e organizações beneficiárias das políticas e dos organismos estatais. Os ganhos com a adoção desse tipo de abordagem governativa em matéria de políticas públicas se traduzem em maior interação entre sociedade civil e setores do governo, políticas mais



abrangentes e com maior potencial de êxito e duração, fomento a uma cultura política de participação ativa e um nível mais elevado de eficácia das ações, uma vez que os próprios beneficiados se sentem corresponsáveis pelo alcance dos objetivos.

Ainda, destacamos a identificação de duas modalidades de governança participativa na implementação de políticas públicas pró-sociais: primeiro, os casos em que a governança participativa é complementar - uma vez que a participação dos representantes da sociedade civil é mais limitada a consultas e execução das ações e, segundo, os casos em que a governança participativa é estruturante - na medida em que a participação dos atores e organizações da sociedade civil é paritária em todo o processo da política pública.

Por fim, cabe apontar alguns desafios que estão postos à experiência de governança participativa em políticas públicas e o alcance de seus objetivos, destacando os seguintes aspectos: a cultura de participação política em grupos sociais historicamente excluídos; o risco de retrocessos em mudanças de governo; criação de um ambiente legal e quadro institucional.

## REFERÊNCIAS

- ANDION, C. (2014). Inovação social. Dicionário para formação em gestão social. Salvador: Ciags, 98-101.
- Articulação Do Semiárido Brasileiro – ASA. (2017). Ações – P1MC. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc.05/02/18>.
- Barreto, S. S. (2016). Os Fundos rotativos solidários no Brasil: uma perspectiva a partir do mapeamento dos fundos de 2011-2012.
- Blair, H. W. (1985). Participation, public policy, political economy and development in rural Bangladesh, 1958–85. *World Development*, 13(12), 1231-1247.
- Bates, R. H. (1988). Contra contractarianism: some reflections on the new institutionalism. *Politics & Society*, 16(2-3), 387-401.
- Barone, F. M., & Sader, E. (2008). Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. *Revista de Administração Pública*, 42(6), 1249-1267.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1974). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- Burrell, G., & Morgan, G. (1979). *Sociology paradigm and organisational analysis: Elements of the Sociology of Corporate Life*.
- Campello, T., & Mello, J. (2014). O processo de formulação e os desafios do Plano Brasil Sem Miséria: por um país rico e com oportunidades para todos. CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; DA COSTA, Patrícia V. *O Brasil Sem Miséria*. Brasília: MDS, 33-66.
- Carvalho, D. M., Araújo, E. A., Salazar, G. T., & FERREIRA, R. D. N. (2009). Ênfase dos programas de microcrédito em sustentabilidade e viabilidade financeira: distanciamento do objetivo social de combate à pobreza. In 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Administração, Economia e Sociologia Rural.
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF. (2018). Apresentação. Recuperado de <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/condraf/apresenta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 15/01/18.
- Costa, F. N. (2010). Microcrédito no Brasil. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, (175).
- Checkoway, B., Allison, T., & Montoya, C. (2005). Youth participation in public policy at the municipal level. *Children and youth services review*, 27(10), 1149-1162.
- D'Ascenzi, L., & Lima, L. L. (2014). Etnografia customizada: tempo e espaço sob a ótica empresarial. *Idéias: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Campinas, SP. Vol. 5, n. 2 (2014), p. 11-39.

Dalfior, E. T., Lima, R. D. C. D., & Andrade, M. A. C. (2015). Implementação de políticas públicas: metodologia de análise sob o enfoque da política institucional. *Saúde em Debate*, 39, 283-297.

Dye, T. D. (1984). *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.

Eastone, D. A. (1965). *Framework for Political Analysis*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

Elmore, R. F. (1979). Backward mapping: Implementation research and policy decisions. *Political science quarterly*, 94(4), 601-616.

Esping-Andersen, G. (1991). As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (24), 85-116.

Fonseca, A. (2011). A superação da extrema pobreza no Brasil e a centralidade da Política Pública de Assistência Social. In EIXO I, O SUAS e a Erradicação da Extrema Pobreza no Brasil, *CADERNO DE TEXTOS*, 1ª Versão, VIII—Conferência Nacional de Assistência Social. CNAS—Conselho Nacional de Assistência Social.

França Filho, G. C. D. (2013). Bancos Comunitário de Desenvolvimento (BCD's) como expressão de finanças solidárias: por uma outra abordagem da inclusão financeira. Brasília: SENAES/MTE.

França Filho, G. D., & Passos, O. A. V. D. (2013). O campo das finanças solidárias. In. França Filho, GC de e colaboradores. Bancos comunitários de desenvolvimento (BCD's) como expressão de finanças solidárias: por uma outra abordagem da inclusão financeira, 1, 40-49.

França Filho, G. C., Rigo, A. S., & Júnior, J. T. S. (2013). Microcredit Policies in Brazil: An Analysis of Community Development Banks. *Securing Livelihoods: Informal Economy Practices and Institutions*, 115.

Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de administração de empresas*, 35(2), 57-63.

Hardt, M., & Negri, A. (2011). The fight for 'real democracy' at the heart of Occupy Wall Street. *Foreign affairs*, 11, 301-20.

Hess, C., & Ostrom, E. (2007). *Understanding knowledge as a commons*. The MIT Press.  
Höfling, E. D. (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*.

Júnior, S., Antonio, D., & Leitão, M. D. R. D. F. (2016). Desenvolvimento local: o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) em Tupanatinga, PE. *Interações (Campo Grande)*, 18(1), 75-87.

Lasswell, H. (1936). *Who gets what, when, how*. Whittlesey House, New York-London.

Laval, C., & Dardot, P. (2014). *Común: Ensayo sobre la revolución en el siglo XXI*. Editorial Gedisa.

Laville, J. L. (2015). Asociarse para el bien común: Tercer Sector, Economía Social y Economía Solidaria. Icaria.

Laville, J. L. (2009). A economia solidária: um movimento internacional. *Revista crítica de ciências sociais*, (84), 7-47.

Leal, L. P., & Almeida, S. C. S. (2016). Incubação de Iniciativas de Finanças Solidárias: Perspectivas da Gestão Coletiva dos Bens Comuns do Banco Comunitário Olhos D'Água em Igaci, Alagoas. *NAU Social*, 7(12).

Lindblom, C. E. (1979). Still muddling, not yet through. *Public administration review*, 39(6), 517-526.

Lynn, L. E., & Gould, S. G. (1980). *Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis*. Goodyear Publishing Company.

Malvezzi, R. (2007). *Semi-árido: uma visão holística*. Brasília: Confea. 140p. Pensar Brasil, 1. Mattei, U. (2013). *Bienes comunes: un manifiesto*. Traducción de Gerardo Pisarello. Madrid: Trotta.

Mick, J. (2003). O caráter social do crédito: Microcrédito, combate à pobreza e desenvolvimento alternativo-a experiência brasileira e o caso da Portosol (1996-2002). Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2013). *Guia das Políticas MDA-INCRA para Povos e Comunidades Tradicionais*. Brasília, DF: Coordenação Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais – CGPCT/MDA. Recuperado de <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/povos-e-comunidades-tradicionais>

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2014). *Cadastramento diferenciado. Diversidade no Cadastro Único - Respeitar e Incluir*. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Recuperado de [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Cadernos/Diversidade\\_CadUnico.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cadernos/Diversidade_CadUnico.pdf)

Ministério do Trabalho e Emprego. (2009). *Programa Nacional de Microcrédito Produtivo*. Recuperado de <http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-aco-es-2/programa-nacional-do-microcredito-produtivo-orientado-pnmpo/>

Mead, L. M. (1995). Public policy: vision, potential, limits. *Policy Currents*, 5(1), 1-4.

Ostrom, E. (2010). *Understanding Institutional Diversity*. Princeton: Princeton University Press.

Ostrom, E. (2000). *El gobierno de los bienes comunes: la evolución de las instituciones de acción colectiva*. México: Universidad Nacional Autónoma de México.

Ostrom, E. (1990). *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. O'Brien, K. J., & Li, L. (1999). Selective policy implementation in rural China. *Comparative Politics*, 167-186.

Paula Assis, T. R. (2012). Sociedade civil e a construção de políticas públicas na região semiárida brasileira: o caso do programa um milhão de cisternas rurais (PIMC). *Revista de Políticas Públicas*, 16(1).

Peters, B. G. (1986). *American Public Policy*. Chatham, N.J.: Chatham House.

Ragin, C. C. (2014). *The comparative method: Moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Univ of California Press.

Rezende Da Cunha, F. (2002). Por que reformas administrativas falham?. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(50).

Sasso de Lima, T. C., & Tamasso Mioto, R. C. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, 10.

Secchi, L. (2013). *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 133.

Souza, C. (2006). *Políticas públicas: uma revisão da literatura*.

Simon, H. A. (1979). *Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas*. FGV.

Teune, H. (1970). *The logic of comparative social inquiry*. New York.

Viana, A. L., & Baptista, T. W. D. F. (2012). Análise de políticas de saúde. *Políticas e sistema de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CEBES, 59-87.

Wodschow, A., Nathan, I., & Cerutti, P. (2016). Participation, public policy-making, and legitimacy in the EU Voluntary Partnership Agreement process: The Cameroon case. *Forest Policy and Economics*, 63, 1-10.

Yin, R. K. (2011). *Applications of case study research*. Sage.

### Anexo 1 – Etapas de implementação do P1MC

Etapas	Ações
Cadastramento e Seleção de Famílias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Esta etapa envolve comunidades, famílias e organizações da sociedade civil em um processo de mobilização social, que orienta toda a prática pedagógica do P1MC.</li> <li>- As comunidades e famílias são selecionadas a partir dos critérios pré-definidos na estrutura do programa e que estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).</li> </ul>
Capacitações	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cursos de Gestão de Recursos Hídricos</li> <li>- Capacitação das Comissões Municipais</li> <li>- Capacitação de pedreiros em construção de cisternas domiciliares</li> </ul>
Construção de cisternas de placas de 16 mil litros	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Após as capacitações, o passo seguinte é a implementação da cisterna de placa de cimento de 16 mil litros. Uma construção de baixo custo, feita de placas de cimento pré-moldadas e construídas ao lado das casas por pessoas da própria comunidade capacitadas nos cursos de pedreiros/as oferecidos pelo P1MC. A cisterna tem o formato cilíndrico, é coberta e fica semienterrada. O seu funcionamento prevê a captação de água da chuva aproveitando o telhado da casa, que escoar a água através de calhas. Trata-se de uma tecnologia simples, adaptada à região semiárida e de fácil replicação.</li> </ul>

Fonte: elaboração própria com base em ASA (2017).

## OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS SUSTENTÁVEIS DA EXPERIÊNCIA DA FEIRA DE SUSTENTABILIDADE, "A TROCARIA", NA COMUNIDADE DO GESSO EM CRATO – CE

*Geovane Gesteira Sales Torres<sup>45</sup>*

*Paulo Junior Alves Pereira<sup>46</sup>*

### Resumo

A região metropolitana do Cariri é um berço onde repousam exemplos vivos de cooperação e formas de desenvolvimento que, aliam aspectos econômicos, ambientais e sociais, a exemplo da Feira de Sustentabilidade do Gesso, uma alternativa destoante ao sistema hegemônico e regida pela lógica econômico-solidária. Nesse ínterim, o presente artigo objetiva analisar os perfis e perspectivas dos consumidores e empreendedores da Feira de Sustentabilidade do Gesso, em Crato – CE, utilizando das opiniões destes, para avaliar o impacto da supramencionada atividade. Indica-se a relevância do estudo em questão, devido à necessidade de se perceber o progresso de práticas econômicas que se desenvolvem sob perspectivas não dominantes, calcando-se em ideais de justiça e solidariedade social, ao invés da exacerbada competição. Metodologicamente adotou-se uma pesquisa com Survey, de caráter quali-quantitativo, permitindo o descobrimento de símbolos sociais a partir das falas do envolvidos no estudo. Escolheu-se uma entrevista semiestruturada como instrumental de coleta de dados, aplicada com 20 consumidores e 7 estandes da tratada feira. Constatou-se que a experiência em voga apresenta um público consumidor majoritariamente feminino, juvenil, estudantil e trabalhador. Público este, que busca na tratada experiência, maiores e melhores alternativas a um consumo sustentável, alicerçado em princípios políticos emancipatórios. Ademais, diagnosticou-se que os produtos comercializados estão, predominantemente, em consonância com a proposta de reciclagem e reaproveitamento, observou-se, ainda, que no dia da entrevista, os empreendedores alcançaram resultados pecuniários satisfatórios. Tais resultados sinalizam para os impactos positivos da proposta abordada, que por sua vez contribuem para o desenvolvimento local sustentável, primando pelo protagonismo comunitário.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Sustentabilidade. Economia Solidária. Experiência. Impactos.

---

<sup>45</sup> Discente do Curso de Administração Pública, Universidade Federal do Cariri, geovanesalescrato@gmail.com

<sup>46</sup> Discente do Curso de Comunicação Social-Jornalismo, Universidade Federal do Cariri, p.junior.pj405@gmail.com

## **THE SUSTAINABLE SOCIOECONOMIC IMPACTS THE EXPERIENCE OF SUSTAINABILITY, "THE TRADE", IN THE COMMUNITY OF THE GYPSUM IN CRATO-CE**

### **Abstract**

The metropolitan region of the Cariri is a cradle where there rest lively examples of cooperation and the forms of development that, economical, environmental and social aspects ally, just like the Market of Sustentabilidade from the Plaster, a discordant alternative to the system hegemônico and governed by the logic supportive-economically. In the mean time, the present article aims to analyse the profiles and perspectives of consumers and entrepreneurs of the Market of Sustentabilidade from the Plaster, in Crato – CE, using of the opinions of them, to value the impact of the above-mentioned activity. It is indicated the relevance of the study to open to question, due to the necessity of there being realized the progress of economical practices that develop under perspectives not dominants, being based on ideals of justice and social solidarity, instead of the exacerbated competition. Metodologicamente adopted an inquiry with Survey, of character qualiquantitativo, allowing the discovery of social symbols from the words of wrapped in the study. An interview was chosen semistructured how instrumental of collection of data, applied with 20 consumers and 7 stands of the rascality it sells at a fair. It was noticed that in rowing a consumer public presents the experience mainly feminine, youthful, student and hard-working. This public, who looks in the rascality for experience, bigger and better alternatives to a sustainable consumption based in political beginnings emancipatórios. Besides, it was diagnosed that the marketed products are, predominantly, in harmony with the proposal of recycling and reuse, it was noticed, still, that on the day of the interview, the entrepreneurs reached satisfactory financial results. Such results signal for the positive impacts of the boarded proposal, which for his time contribute to the sustainable local development, excelling for the communitarian protagonism.

**Keywords:** Development. Sustainability. The Solidary Economy. Experience. Impact.



## 1 INTRODUÇÃO

Contemporaneamente, a ideia de desenvolvimento sustentável ocupa espaço nas discussões governamentais, acadêmicas e sociais. Entretanto, a concepção de desenvolvimento como crescimento econômico é algo que persiste em inúmeras realidades e marca diversas agendas governamentais, não raras às vezes, sendo posta como um sinônimo de progresso e qualidade de vida. Porém, esse raciocínio torna-se progressivamente obsoleto, sendo alvo de contestação de várias correntes epistemológicas. Nesse contexto, diversos territórios<sup>47</sup> vivenciam experiências que caminham rumo a uma proposta de progresso que alie, harmonicamente, questões sociais, políticas, culturais, econômicas e ambientais, contrapondo, assim, a lógica desenvolvimentista hegemônica.

Destaca-se, pois, a existência de inúmeras alternativas econômicas que ao coexistirem com o sistema dominante, oferecem plausíveis propostas que buscam, dentre outras questões, a igualdade de decisões e direitos no ceio das organizações, especialmente, no que tange aos processos deliberativos, buscando atingir um nível econômico em que tanto expositores, quanto consumidores percebam-se valorizados, através das múltiplas possibilidades de compras, preços acessíveis e justos, além da qualidade dos produtos comercializados. Nesse ínterim, evidencia-se a economia solidária como um exemplo que consubstancia os princípios ora mencionados (SINGER, 2002). A Feira de Sustentabilidade do Gesso segue esta lógica, logo, empreendedores e consumidores encontram-se em relações solidárias, perante a oferta de produtos e serviços de qualidade a preços justos.

Ao longo do texto, trabalhar-se-ão os conceitos de desenvolvimento, sustentabilidade, enobrecimento urbano, economia solidária, emancipação, gestão social e autogestão. Discutir-se-á, ainda, aspectos históricos e sociais que permeiam a região e comunidade na qual desenvolve-se a experiência em questão, além de problematizar a respeito de questões ligadas ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

---

<sup>47</sup> Compreende-se território como um produto da interação social entre os indivíduos, no cerne do espaço físico. Portanto, o território, nessa perspectiva, é algo intrinsecamente político, pois se encara o processo de apropriação destes espaços, físico ou abstrato, como algo concomitante às relações de poder. Cf. RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. França. São Paulo: Ática, 1993.

Dessa forma, o presente artigo versa analisar os perfis e perspectivas dos consumidores e empreendedores da Feira de Sustentabilidade do Gesso, utilizando das opiniões dos mesmos para avaliar os impactos sociais, econômicos e ambientais da supramencionada atividade. Para tal, utilizou-se uma pesquisa com *survey*, tendo entrevistas semiestruturadas como instrumental de coleta de dados, além de análises temáticas das informações coletadas. Concluiu-se, mediante a pesquisa, que os consumidores notam o ambiente da feira como um espaço de interação e fomento à pluralidade, pois além do consumo de bens e serviços, ainda lhes são levadas experiências artístico-culturais que caracterizam a prática. Já os empreendedores, que compõem a experiência, veem na mesma uma relevante prática econômica, além de um mecanismo de fomento e divulgação da capacidade criativa do território em discussão. Cabe ressaltar que a proposta da feira corrobora de forma ativa ao processo de emancipação dos moradores da Comunidade do Gesso, primordialmente, pelo fato da referida comunidade ser historicamente marcada por uma série de estigmas sociais, que acabam, em diversas situações, por caracterizar o território de forma pejorativa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

As feiras populares vêm ganhando espaço no ambiente urbano, surgindo, cada vez mais, como uma alternativa ao modelo hegemônico de consumo, que presa pela competição, ao invés de princípios solidários, estes sendo norteadores, marjoritariamente, das experiências em voga. Estas, envolvem-se em questões que buscam repensar os aspectos de desenvolvimento, observando-os sob prismas diferenciados, tendo a economia solidária como um dos fatores que conduzem a esta observação. Nesta perspectiva, a Feira de Sustentabilidade do Gesso encontra repouso, pois ela surge como fator de contraponto aos estigmas sociais que permeiam, incessantemente, a comunidade mencionada, sendo, ainda, um meio para ressignificação desta. Logo, a seguir, trabalhar-se-ão conceitos e problematizações referentes à ideia de desenvolvimento, bem como seus diversos paradigmas e aspectos correlacionados, além de noções a respeito da economia solidária, observando seus fins e meios em interface com a feira em discussão. Ademais, trazer-se-ão contextos históricos e contemporâneos pertinentes ao território em que a feira se desenvolve.

### 2.1. PENSANDO E REPENSANDO O PARADIGMA DE “DESENVOLVIMENTO”

O desenvolvimento é visto por muitos, como o pesquisador italiano Giovanni Arrighi, como uma mera ilusão. Por tal interpretação, trata-se da questão em voga como “quimera”, considerando-a como um complexo de contradições frente ao contexto econômico vigente. Conclusão que o ora mencionado pensador chegou, ao refletir se “há possibilidade de mobilidade ascendente na rígida hierarquia da economia capitalista” (VEIGA, 2010, p. 20).

Outra ótica que se deve fazer menção é a de Celso Furtado, quando trata do desenvolvimento econômico, especialmente em 1974, como uma falácia e muitas vezes devastadora de culturas e saberes, visto que os trabalhadores vivenciam um latente sistema de alienação que os faz abdicar de suas identidades, em prol do sistema produtivo (VEIGA, 2010).

Contrapondo a visão de Celso Furtado, o indiano Amartya Sen, na obra “Desenvolvimento e Liberdade”, aponta várias respostas positivas à indagação relativa ao significado de desenvolvimento. Todavia, sua produção é alvo de muitas críticas, a exemplo da *Revista The Economist* que intitulou tal obra como “sem-sacional”, trocadilho que expressa crítica ao “caminho do meio”, em que o livro do indiano se enquadra (VEIGA, 2010).

Em âmbito nacional, poderíamos separar o entendimento a cerca do “desenvolvimento” como sendo dividido em dois principais grupos, os de orientação crítica, de tradição cepalina, e os neoclássicos. Estes defendem a ideia de que o desenvolvimento seria uma roupagem do crescimento econômico. Enquanto àquele, considera mudanças qualitativas no modo de vida dos indivíduos como um aspecto construtor do tratado “progresso” (SIQUEIRA, 2014).

A partir dos nortes teóricos apontados anteriormente, faz-se necessário uma real e profunda reflexão daquilo que de fato pode ser tido como desenvolvimento sustentável. Ressalta-se que antes de enveredar por um debate mais denso no que tange as questões relativas ao enfoque ora mencionado, é relevante conceituar a ideia de sustentabilidade.

Na contemporaneidade, era marcada por cicatrizes de um passado não distante (guerras mundiais), o ser humano sentiu a necessidade de repensar o seu paradigma de convivência, entre os indivíduos e com o meio, buscando-se assim, uma relação benfazeja com o planeta terra e de respeito a tudo aquilo que vive e existe (BOFF, 1999). Seguindo essas noções, surge a concepção de sustentabilidade, que pode ser entendida como um compêndio de alternativas e acepções que visem o desenvolvimento em mutualismo com questões ambientais, sociais, econômicas e culturais.

O termo desenvolvimento sustentável foi aplicado pela primeira vez em 1987, no relatório Brundtland, documento produzido pela ONU (SIQUEIRA, 2014), que nasceu como fruto na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sendo entendido como

aquele que possibilita o atendimento às demandas e necessidades das gerações vigentes, todavia, sem impossibilitar as gerações futuras de gozarem das mesmas benéficas.

## 2.2. REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI:

A região metropolitana do Cariri, localizada no interior do Ceará, é formada pelos municípios de Farias Brito, Nova Olinda, Santana do Cariri, Crato, Caririáçu, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha e Jardim (IPECE, 2010), cresce demasiadamente. Dentre os municípios integrantes da supracitada região, os 3 mais “desenvolvidos” em 2013, em termos de PIB, segundo o IBGE, são: Juazeiro do Norte (PIB *per capita* 12.371,15 reais); Barbalha (PIB *per capita* 12.284,99 e Crato (PIB *per capita* 11.578,96). Conquanto, será que a utilização unicamente do PIB como um medidor de desenvolvimento, sem levar em consideração questões qualitativas, estaria em consonância com a ideia de “desenvolvimento sustentável”? Para sanar problemáticas como a que é evidenciada anteriormente, quanto a medição do desenvolvimento e sua representação compatível à realidade, foi desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tomando por base as dimensões: saúde, educação e renda, além de ampliar a noção trazida pelo PIB (PNUD: IPEA : FJP, 2017).

Nesse sentido, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conclui-se que os três municípios de maior PIB *per capita*, na região metropolitana do Cariri, apresentam IDH inferior ao nacional que é 0,754 (PNUD : IPEA : FJP, 2017). Cabe denotar que não se pode estabelecer uma relação direta entre os números referentes ao PIB e os do IDH. Tal fator, pode ser verificado dedutivamente a partir das observações dos dados referentes à região metropolitana do Cariri, tendo como base o IBGE, censo demográfico de 2010. Tomando como exemplo a cidade de Juazeiro do Norte – CE, que apresenta maior PIB *per capita* dentre as demais, porém ao contrastar a dita informação com o IDH, percebe-se que o município não apresenta desempenho tão satisfatório, contando com IDH igual a 0,694. Nesta mesma perspectiva, salienta-se que a cidade de Crato como “espelho” que reflete a não obrigatoriedade de uma relação diretamente proporcional entre PIB e IDH. Dentre os três municípios com maior PIB *per capita*, Crato é o que conta com o menor, todavia, quando nos referimos ao IDH, a mesma cidade, conta com o maior Índice de Desenvolvimento Humano. Este fator corrobora para a necessidade de extrapolar as observações superficiais, que tomam como base, unicamente, fatores monetários.

### 2.3 COMUNIDADE DO GESSO:

Neste contexto regional, a comunidade do Gesso, localizada em Crato – CE e formada pela bifurcação com os bairros São Miguel, Pinto Madeira e Centro, tem seu processo de ocupação marcado pela exclusão geográfica do sistema de enobrecimento urbano, ou *gentrification* (Davidson e Lees, 2005), em que grupos menos abastados economicamente são impossibilitados de ocuparem espacialmente localidades com certo grau de “desenvolvimento” econômico, normalmente os centros das cidades, deslocando-se, dessa forma, para regiões periféricas. Sua gênese se deu concomitantemente ao surgimento da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), inaugurada em 08 de Novembro de 1926, pensada para realizar o traslado de mercadorias e passageiros. Esta funcionou até 1989, quando o trem foi desativado (Blog da Secretaria de Cultura de Crato, 2010). A supracitada comunidade tem sua origem e expansão aos arredores da mencionada linha ferroviária, sobretudo, por ter sido um espaço utilizado como depositário de rochas de gipsita – influência ao nome da comunidade – que seriam levadas pelo comboio ferroviário para serem beneficiadas em Fortaleza – CE (Coletivo Camaradas, 2016).

A comunidade, *a posteriori*, passou a ser a maior zona de prostituição feminina do centro sul do estado do Ceará, entre meados de 1950 a 1980, sendo assim, marcada e estigmatizada, já que segundo Laura Agustín (2013a, 2013b), o patriarcado separa as mulheres entre aquelas boas e más, conforme sua conduta sexual, impondo-as papéis de gênero, e consequentemente, levando a sexualidade feminina a um “reduto” moral e ideal. Nessa perspectiva, a construção de estigmas sociais marca o território e seus moradores desde sua gênese, quando classes menos abastadas de trabalhadores assentavam-se no local, o que perdurou e assumiu uma nova configuração quando a comunidade passou a ser a maior zona de prostituição da região (ONG Repórter Brasil, 2003).

Nesse contexto, em 2007, surge o Coletivo Camaradas, uma organização de esquerda que atua no âmbito das linguagens artísticas, organização popular e políticas públicas para a cultura. O supracitado coletivo apresenta uma perspectiva de atuação com e para a comunidade do Gesso, visando contribuir com o seu processo de auto-organização comunitária, criação de pontes de diálogo com outros movimentos sociais, poder público e comunidade – co-produção<sup>48</sup> dos bens públicos – , além de desenvolver experiências de organização popular (Portal Vermelho, 2012).

---

<sup>48</sup> Uma estratégia da administração pública que pressupõe o fornecimento de bens e serviços sob uma nova perspectiva de atuação do governo e da sociedade, preconizando, assim, um maior envolvimento dos cidadãos na construção e efetivação de serviços públicos, adjunto aos sujeitos envolvidos institucionalmente nos processos

## 2.4 FEIRA DE SUSTENTABILIDADE DO GESSO:

A referida organização apresenta, dentre seus repertórios de ação <sup>49</sup>(TILLY, 1992), a Feira de Sustentabilidade no Gesso, “A Trocaria”. Esta pode ser entendida como um espaço de convivência, comercialização e consumo que objetiva potencializar a capacidade econômica e criativa do “Gesso”, bem como fomentar a cultura popular da região, mediante apresentações de grupos de tradição durante a realização das feiras. Quando observamos a adjetivação da ação, pelo vocábulo “sustentável”, especialmente se tomarmos a ideia de sustentabilidade como a já problematizada, evidencia-se que a prática incorpora princípios destoantes aos trazidos pela economia hegemônica, substituindo-se o paradigma “competição”, pela “solidariedade”, além de agregar princípios políticos incluídos de respeito à diversidade, paridade de gênero, autogestão, dentre outros. Pensar esta outra economia, é convidativo a refletir sobre a “utopia” da igualdade e justiça, mas será que isto seria possível em moldes semelhantes aos do sistema vigente? A essa indagação, Paul Singer (2002) aponta que:

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir. O que está de acordo com a divisão do trabalho entre empresas e dentro das empresas. Cada um desempenha uma atividade especializada da qual resulta um produto que só tem utilidade quando complementado pelos produtos de outras atividades (p. 9).

Além da existência da cooperação expressa por Singer (2002), a proposta das Feiras Populares e Solidárias permitem aos produtores artesanais, aferir melhorias na sua geração de renda, todavia, para conseguir tal resultado é preciso encurtar os elos da cadeia produtiva, proporcionando benefícios tanto para consumidores, quanto produtores/comerciantes, devido a existência de preços justos e solidários, além da qualidade dos produtos. Mas para tal fim, faz-se necessário a busca coletiva por espaços de comercialização, o que está em consonância com a alternativa trazida pela experiência da Feira de Sustentabilidade do Gesso, que além do exposto, contribui para a melhoria na qualidade de vida dos envolvidos, já que a organização da produção no sistema solidário emerge da base para o topo (SCHUCH, 2006), logo, no cerne

---

<sup>49</sup> No contexto, entende-se repertório de ação como diferentes formas de articular demandas e reivindicações em prol de dado objetivo, amiúde presente nas articulações da sociedade civil organizada, é um conceito bastante utilizado nos estudos das ações coletivas. Cf. TILLY, Charles. (1992), *Howto Detect,Describe,and Explain Repertoires of Contention*. Mimeo.

dos processos deliberativos no seio do Coletivo Camaradas, os atores sociais envolvidos podem, através de conflitos e consensos, buscar caminhos que atendam às necessidades e desejos do todo.

Outrossim, com a supremacia do sistema capitalista, tende-se a naturalizar a competição exacerbada (SINGER, 2002), o que contribui diretamente para o agravamento de efeitos como a desigualdade social, já que ainda segundo Paul Singer (2002), o legado dos “derrotados” e “vencedores” são passados de uma geração para outra. Realidade esta que contrapõe àquilo que tanto almejava a revolucionária Rosa Luxemburgo, a qual acreditava ser possível um mundo onde as pessoas fossem socialmente iguais e humanamente diferentes (LOUREIRO, 1995). Todavia, para se alcançar tal expectativa, devem-se buscar caminhos que contribuam verdadeiramente para o processo emancipatório dos indivíduos. Nesse sentido, visto que a economia solidária não segue a perspectiva “assistencialista” de participação, amiúde difundida pelo terceiro setor em um contexto neoliberal (DAGNINO, 2009), entende-se a emancipação na lógica econômico-solidária como: “processo ideológico e histórico de libertação de comunidades políticas ou grupos sociais, da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais” (CATTANI, 2003, p. 130).

Seguindo a linha de raciocínio exposta, a emancipação, pela ótica da economia solidária, apresenta-se intrinsecamente relacionada à questão da participação democrática sob configuração autogestionária e horizontal, em substituição à lógica estratégica<sup>50</sup>, não havendo hierarquização nos processos decisórios de assuntos pertinentes aos empreendimentos em questão, a exemplo do apontado por Singer (2002) ao tratar do protótipo econômico solidário (cooperativa). Caminho este, rumo à emancipação, encontra-se claramente na afirmação de Borinell (2010):

A emancipação perseguida pelas experiências de Economia Solidária apresenta-se economicamente por meio de organizações de autogestão, buscando-se construir modelos inovadores de produção e de sociabilidade amparados em fortes princípios de participação e de cooperação, opondo-se à lógica dos modelos hierárquicos de centralização de poder, concentrados na competição e na exploração de mais valia. A Economia Solidária é centrada no ser humano e na sua capacidade de desenvolver soluções para os problemas que o afetam de forma democrática e participativa, substituindo o modelo hierárquico vertical pela horizontalidade das relações (p. 2).

---

<sup>50</sup> A Gestão Estratégica apresenta-se como uma série de processos calcados na hierarquização organizacional, na qual a alta gestão deve executar funções específicas, tais como a análise de oportunidades, ameaças e limitações no ambiente externo à organização; reflexão sobre as potencialidades e fragilidades internas; estabelecimento de objetivos, bem como a realização de controle estratégico para o alcance de tais metas. Cf. WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. **Administração estratégica**: Conceitos. São Paulo: Atlas, 2007.

Dessa forma, conclui-se que a proposta gestonária da feira está alicerçada em processos decisórios coletivos, que aliados aos fatos de ser um repertório de ação de uma organização que compactua de metodologias de carácter popular, e de almejar processos de emancipação dos sujeitos envolvidos, possibilita-se inferir que a experiência em voga organiza-se sob diretrizes condizentes à concepção de Gestão Social, a julgar o significado da mesma trazido por Cançado, Tenório e Pereira (2011), ao afirmarem: “a gestão social pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último” (p. 697).

### 3 METODOLOGIA

O presente artigo é composto por uma metodologia de natureza quali-quantitativa, integrada por uma pesquisa com *survey*. Esta, segundo Santos (1999), é entendida como a busca de informações diretamente com o grupo de interesse, que no caso, são os consumidores e expositores da Feira de Sustentabilidade do Gesso, podendo-se utilizar de entrevistas e questionários. Dessa forma, partindo de abordagens quantitativas e qualitativas, possibilitando o descobrimento de símbolos sociais a partir das falas dos envolvidos na pesquisa. Sem manipular as variáveis, dando ênfase a tudo que se refere ao grupo de pessoas investigadas, à experiência humana e seu significado. Descrevendo, esclarecendo, interpretando o fenômeno tal como é relatado pelos informantes.

Cabe-se mencionar que a escolha, por analisar os impactos da feira mediante as opiniões dos seus protagonistas, encontra repouso na ideia de que quando nos deparamos com a obrigação de conhecer dada realidade concreta, devemos, tal como aponta o Educador Paulo Freire, levar em consideração os fatos e dados relacionadas a ela, mas também as percepções dos indivíduos nela envolvidos, tomando, assim, como ponto de partida, a relação dialética entre objetividade e subjetividade (BRANDÃO, 1999).

O processo de aproximação com os sujeitos da pesquisa se deu através de diálogo com lideranças da comunidade e, posteriormente, participação em reuniões de construção da feira em discussão, quando se apresentou a proposta da pesquisa, apontando que esta teria como fim o fornecimento dos dados ao Coletivo Camaradas, a fim de que a entidade conheça seu público consumidor e afira o andamento do processo de comercialização dos seus empreendedores. De tal modo, este trabalho não parte do pressuposto epistemológico de que haja a possibilidade de uma inteira neutralidade axiológica do pesquisador para com seu “objeto”, mas, encara-se o



pesquisador como um ator, influenciando e sendo influenciado pelo seu objeto (LAVILLE, 1999).

Aplicou-se, *a priori*, um breve questionário e uma entrevista semiestruturada com 20 consumidores da feira, durante sua realização no dia 22 de setembro de 2017. O mesmo foi composto por questões relativas ao perfil dos entrevistados: ocupação profissional, identidade de gênero, além da cidade e bairro ou comunidade em que reside. Ademais, fizeram-se cinco perguntas aos participantes, as mesmas foram: 1) Você já ouviu falar em economia solidária? Se sim, já participou de alguma prática da referida proposta econômica?; 2) Você acredita que devemos buscar novos hábitos de consumo?; 3) Quais suas expectativas a respeito da Feira de Sustentabilidade do Gesso?; 4) Você produz/distribui ou presta algum serviço que poderia ajudar na construção da feira?; 5) Você gostaria de contribuir para a realização da feira? Se sim, por quê?. Além de analisar as respostas e relacioná-las aos impactos socioeconômicos sustentáveis da feira, buscou-se por meio das entrevistas, fornecer os dados ao Coletivo Camaradas, para que este integre novos atores sociais no processo de construção da experiência da “trocaria”.

O segundo instrumento de pesquisa foi aplicado no dia 06 de outubro de 2017, tendo os empreendedores e membros das organizações que comercializam na feira, como público-alvo da investigação. Constou-se perguntas quanto a identificação, área de atuação profissional/social e produtos comercializados pela pessoa física e/ou organização responsável por cada um dos 7 estandes visitados, dentre os 9 estandes em funcionamento no referido dia de pesquisa. A entrevista foi composta por 5 perguntas, sendo que a última só foi respondida, por todos os entrevistados, ao término da feira. As primeiras foram: 1) Você (s) já comercializa (m) seu (s) produtos em outro(s) espaço(s)? Onde? ; 2) Qual sua visão sobre a feira de sustentabilidade do gesso?; 3) A feira está em um estágio de construção. O que você acredita que deveria melhorar e/ou continuar?; 4) Em caso de alimentos, faz uso de ingredientes agroecológicos e/ou orgânicos? Onde compra/produz/ consegue os insumos de seus produtos?. A última questão objetivava saber qual a receita total e custos totais dos produtos comercializados, a fim de se conhecer o resultado do investimento de cada um dos empreendedores/organizações.

Ao término das etapas descritas anteriormente, iniciou-se o processo de análise temática e quantificação das informações coletadas nas entrevistas semiestruturadas e questionários. Produziram-se, *a posteriori*, gráficos mediante a utilização da ferramenta Excel, além de sínteses das interpretações pertinentes às respostas coletadas.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir analisar-se-ão questões essenciais a compreensão daquilo que envolve a feira de sustentabilidade do Gesso, buscando identificar o perfil dos expositores e consumidores envolvidos. Observando, ainda, questões relativas a relevância da feira e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do território, incluindo desta forma aspectos sociais, políticos e ambientais.

Mediante a aplicação das entrevistas semiestruturadas, pôde-se perceber o perfil dos consumidores e empreendedores da feira, bem como suas perspectivas sobre a experiência em questão e assuntos relacionados a ela.

### 4.1 IMPACTOS NAS PERSPECTIVAS DOS CONSUMIDORES

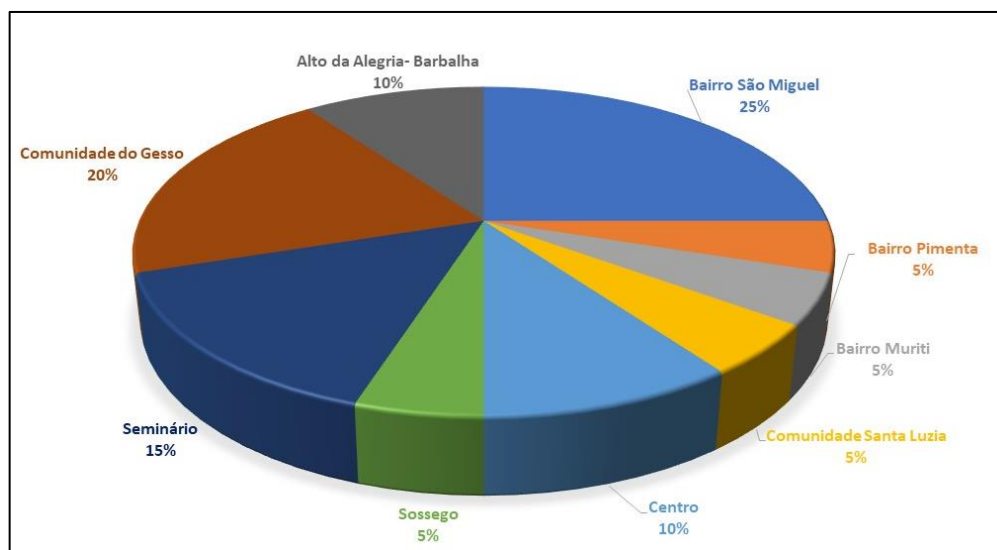
#### 4.1.1 Impactos Socioculturais

Quanto à identidade de gênero dos indivíduos, nota-se uma presença majoritariamente feminina, atingindo um quantitativo substancial, já que 80% dos consumidores identificam-se como tal. O que permite inferir, por meio do histórico de militância da comunidade e organizações envolvidas, que a proposta política da feira em seu sentido amplo e protagonista, incorpora para si causas sociais e políticas que atingem grupos historicamente desprivilegiados e vítimas de estigmas sociais, culminando na agregação de atores que buscam somar-se ao projeto emancipatório trazido pela “trocaria”.

Nota-se no gráfico 1, uma pluralidade quanto aos bairros nos quais os consumidores residem, denotando um caráter integralizador da prática, especialmente no que tange à aproximação das periferias da cidade que, amiúde, mantêm-se isoladas pelas distâncias geográficas, sociais e econômicas. No entanto, diagnosticou-se que se comparado com o bairro São Miguel, há um menor quantitativo de consumidores da Comunidade do Gesso, o que nos direciona a refletir sobre possíveis causas a este fato, tais como a eficácia de questões logísticas da feira, como comunicação; além do pensamento, segundo o qual os moradores da comunidade vivenciam um constante processo de conhecimento de práticas que hodiernamente não são democratizadas pelo sistema vigente e que, *a priori*, causam estranhamentos, mas que através da feira pode-se perceber e construir uma nova cultura de consumo, que não se restringe à compra de objetos e serviços, pois perpassa essa mentalidade, visto que o consumo cultural

que dar-se por intermédio de apresentações de grupos de dança/ tradição/ música/ teatro marcam iconicamente a realização da “Trocaria”.

**Gráfico 1 - Bairros em que residem os consumidores entrevistados**



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

O fomento à cultura popular, concretizado nas apresentações culturais durante a realização da feira, viabiliza produções artísticas frequentemente tidas como “marginais”, tais como as expostas no quadro 1, muitas fundamentadas em princípios políticos de ressignificação dos corpos, comportamentos, territórios, dentre outros. O carácter emancipatório, enquanto fator de desconstrução de estigmas sociais, foi apontado por 3 dos participantes na pesquisa, tal como pode-se notar na resposta dada por uma empreendedora que aqui será chamada de “Dandara”<sup>51</sup>: “Até o momento a feira cumpre o que se propôs e traz uma proposta emancipatória para a comunidade”. Em complemento a esta ideia, também é cabível destacar o pensamento de outra empreendedora da feira que será chamada simbolicamente de “Ir. Dorothy”<sup>52</sup>, que atribui a relevância da feira ao seguinte fato: “É importante por ser uma forma das pessoas reconhecerem a capacidade criativa da comunidade e uma forma de desconstruir estigmas sociais”.

**Quadro 1 - Apresentações culturais/artísticas durante o segundo semestre de 2017**

<sup>51</sup> Esposa de Zumbi dos Palmares, tendo lutado pela libertação dos negros do quilombo de Palmares.

<sup>52</sup> Religiosa norte-americana naturalizada brasileira, defensora da demarcação das terras dos povos indígenas da Amazônia. Sendo assassinada em 2005, em nome de tal ideal.

DATA	ATIVIDADES CULTURAIS/ARTÍSTICAS
22/09/2017	Apresentação do Reisado Dedé de Luna; Núcleo de Experimentação e Dança (NED)
06/10/2017	Zabumbar Cariri; Camaradinhas (apresentação de dança); Coco da SCAN
03/11/2017	Núcleo de Experimentação e Dança (NED); Humorista Traquilino Ripuxado; Espetáculo “Epifania – outros jeitos de usar a boca” (teatro e dança)
14/12/2017	Grupo de Dança Nova Vida; Sarau dos Camaradinhas; Capoeira Cordão de Ouro; Irmandade Rap; Performance Bricie Monteiro e Cristiano Ramos; Apresentações “maior da mídia”

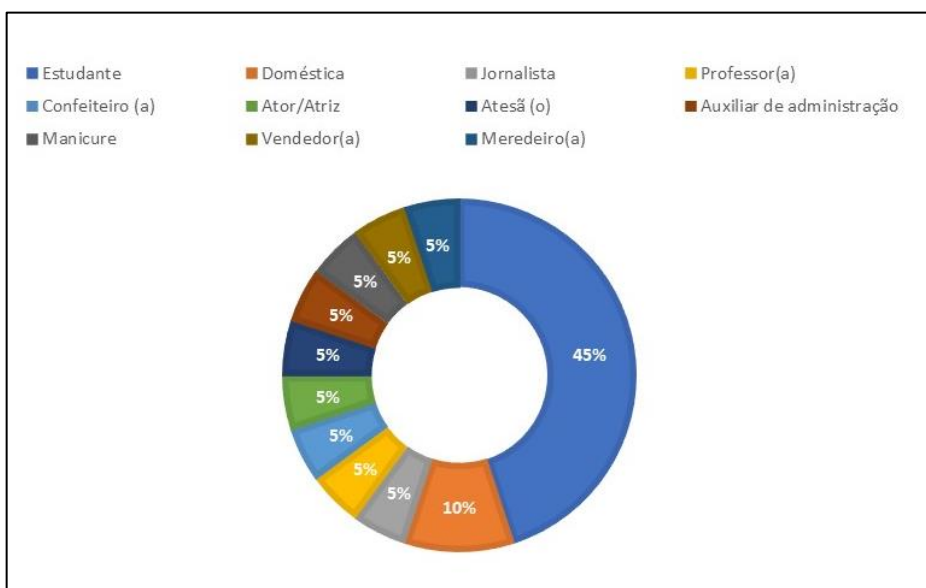
Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Coletivo Camaradas.

Conforme se observa no gráfico 2, verificou-se 11 diferentes ocupações profissionais por parte dos consumidores. Sendo que, as de maior abrangência foram a de estudante, seguida pela de doméstica. O que nos possibilita refletir sobre o atual juízo de valor dos estudantes secundaristas e acadêmicos quanto aos hábitos e meios de consumo impostos pelo sistema capitalista. Estaria esse grupo almejando uma construção equilibrada relativa ao consumo? Este é um pensamento a ser considerado, visto que vivemos em um sistema massacrante de consumo, no qual toda a sociedade é diariamente bombardeada pelos ideais do “ter”, propagandas de alto padrão direcionam para um consumo exacerbado, sob o qual não se levanta questionamentos de necessidade ou até mesmo de viabilidade econômica. Desconstruir ou seguir em caminho oposto a essa corrente ainda é visto por muitos como algo messiânico, pois confrontar noções básicas do capitalismo, tal como a competição exacerbada, tende a desestabilizar relações hegemônicas de poder, incomodando diretamente aqueles que detêm a capacidade de modificar os comportamentos dos indivíduos, mediante suas possibilidades materiais.

Nesse sentido, percebe-se que as classes estudantis, historicamente ocupam a vanguarda de diversos movimentos contrários à lógica do sistema atuante. Logo, os estudantes que integram o perfil dos consumidores da feira, estariam demonstrando um inconformismo para com a forma vigente de se produzir, comercializar e consumir posta pelo sistema, e por isso buscam em propostas, como a da “trocária”, uma forma de concretizar suas expectativas de um ideal econômico? Ao presente grupo, acresce-se a informação de que 50% dos consumidores são jovens, tal como se evidencia no gráfico 3. Nessa perspectiva, traz-se a visão de Paul Singer

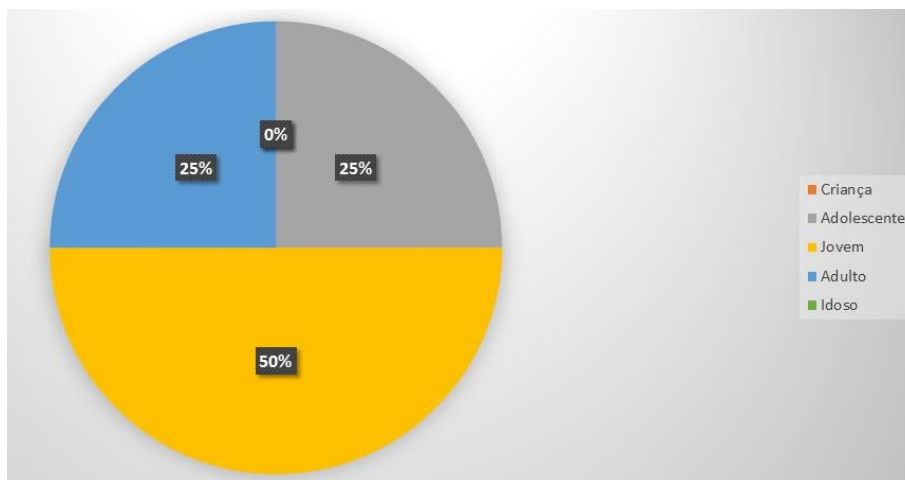
(2002), ao afirmar que em moldes capitalistas, a competição exacerbada causa efeitos sociais como a desigualdade, que segundo o autor, é a força motriz do legado dos “derrotados” e “vencedores” que são passados de uma geração para outra, causando um processo cíclico de desigualdade. Em suma, os jovens que vivenciam cotidianamente os efeitos desse sistema massacrante, demonstram de variadas formas, tal como sua participação na Feira de Sustentabilidade do Gesso, suas críticas, anseios e perspectivas quanto a suas realidades.

**Gráfico 2 - Ocupações profissionais dos consumidores entrevistados**



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

**Gráfico 3 - Faixa etária dos consumidores entrevistados**



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

#### 4.1.2 Impactos Políticos

Diante da indagação: “Você gostaria de contribuir para a realização da feira? Se sim, por quê?”, constatou-se que todos os entrevistados demonstraram interesse em colaborar para a construção e execução da experiência. Tal desejo justifica-se, de acordo com os entrevistados, pela afinidade com a prática e as suas correlações, dentre as quais cabe salientar práticas culturais. Percebeu-se que os envolvidos na pesquisa estão motivados a auxiliar neste processo, movendo-se por valores de caráter assistencialista, humanitário, o que conforme Nader (2014) está diretamente relacionado a princípios transcendentais ideais à dignidade humana. Há também, aqueles que acreditam na prática como fator político e de reestruturação econômica, social e política do sistema vigente, tal ideia pode ser nitidamente notado na exclamação do consumidor, identificado neste caso como, “Margarida Alves”<sup>53</sup> que afirma categoricamente: “Acredito ser preciso mudar conceitos ultrapassados do capitalismo selvagem, trazendo novas propostas econômicas”.

Ao questionamento: “Quais suas expectativas a respeito da Feira de Sustentabilidade do Gesso?”, revelou-se uma noção, disseminada entre vários discursos, relativa à necessidade/relevância de maior apoio por parte do poder público municipal, especialmente no que diz respeito à estrutura física do espaço onde a feira acontece, devido a ausência de uniformidade na exposição dos produtos e estrutura adequada para exposição destes. Outro aspecto percebido faz menção à expectativa dos indivíduos quanto a capacidade transformadora da feira, no que concerne à comunidade. Foi ressaltada, ainda, a importância da prática como meio para romper com os estigmas sociais que permeiam a comunidade historicamente. Outra demanda constatada direciona-se a um anseio por uma maior regularidade na promoção do evento, o que coaduna o desejo por um ponto fixo<sup>54</sup>.

### 3.3.3 Impactos Econômicos

Pensar uma economia que não siga a perspectiva dominante, apresenta um alto nível de complexidade, visto que segundo Singer (2002), a lógica competitiva é algo tão intrínseco ao sistema capitalista, que tendemos a naturalizá-la, bem como a seus efeitos sociais. Nesse ínterim, perguntou-se aos entrevistados se os mesmos já haviam detinham algum conhecimento

---

<sup>53</sup> Sindicalista brasileira, defensora dos direitos humanos. Foi assassinada em 1983 e sua história serviu de inspiração para o surgimento da Marcha das Margaridas.

<sup>54</sup> Entende-se por Ponto Fixo espaços permanentes e/ou pré-definidos onde se comercializam produtos e/ou serviços oriundos de empreendimentos de economia solidária, objetivando, assim, fomentar a comercialização de bens e serviços produzidos pelos empreendimentos econômicos solidários em esfera local.

ou noção básica a respeito da economia solidária e se os mesmos já participaram de alguma atividade da referida proposta. Diagnosticou-se que 60% dos entrevistados já participaram de alguma atividade econômico-solidária, conquanto, cerca de 40% dos entrevistados, não participaram de nenhuma prática econômico solidária. Esta informação leva-nos a pensar o grau de democratização das práticas de economia solidária, especialmente para localidades e classes menos abastadas. Teoricamente popularizada, na prática o que se percebe é que a realidade da ação persiste concretizando-se, não raras às vezes, tendo suas ofertas direcionadas a grupos elitizados, denotando a necessidade de ampliação e inclusão de público consumidores socioeconomicamente menos abastados. Tida atualmente como sinônimo de bem-estar e qualidade de seus bens, a exemplo dos produtos agroecológicos e orgânicos, a economia solidária, em determinados contextos, encontra-se pouco disseminada, restringindo-se a determinados grupos sociais e localidades, (BOEHM, 2017) fazendo com que a prática que alcançaria a sua plenitude quando desenvolvida para a classe trabalhadora, não obtenha tal fim. O que não deve ser encarado por um prisma pessimista, mas sim, um estímulo para a busca da retificação dessa problemática que se faz presente.

Há uma grande variedade de produtos na feira, como observa-se no quadro 2, sendo que até mesmo os de consumo fundamental, como alimentos, apresentam distinções entre si, contribuindo para romper com a lógica exacerbadamente competitiva, trazida pelo sistema capitalista (SINGER, 2002) e possibilitado aos consumidores uma maior multiplicidade de bens para escolha. Os produtos ofertados pela feira estabelecem um diálogo próximo com seus frequentadores, que em sua maioria são jovens e estudantes. Os bens comercializados acabam por atender suas demandas, ou seja, seus desejos e possibilidades, pois de maneira popular, responsável e diferenciada eles apontam para novas maneiras de consumo e para gestação de uma mentalidade que rumo para deformação de velhos estigmas e preconceitos.

**Quadro 2 - Produtos comercializados**

EXPOSITOR	PRODUTOS COMERCIALIZADOS
EXPOSITOR A	Chaveiros; chinelos customizados; chapéus e maçã do amor.
EXPOSITOR B	Livros seminovos.
EXPOSITOR C	Pastéis e sucos.
EXPOSITOR D	Mungunzá; vatapá; cozinha de frango; enroladinho de salsicha e refrigerante.
EXPOSITOR E	Roupas; calçados; cintos; óculos e bolsas (produtos seminovos).

EXPOSITOR F	Turbantes; roupas seminovas; camisas personalizadas; sandálias; camisas pintadas artesanalmente.
EXPOSITOR G	Mudas de plantas nativas.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

### 3.1.4 Impactos Ambientais

Defronte à interpelação: “Você acredita que devemos buscar novos hábitos de consumo para uma melhor convivência social e ambiental?”, verificou-se que um valor majoritário dos participantes da pesquisa, respondeu que a busca por novos hábitos de consumo, está intrinsecamente relacionada ao reaproveitamento, reciclagem de bens, além de uma reflexão no que tange ao consumo consciente, que por sua vez deve ser regido por uma harmonia entre as reais necessidades e os desejos dos indivíduos. Acresce-se também que se diagnosticou uma conotação política relativa às relações de consumo, notoriamente percebida no depoimento de um entrevistado que, ficticiamente será chamado de “Marielle Franco”,<sup>55</sup> o mesmo indica como solução para o problema em voga: “Fugir do consumismo, das relações de consumo do capital, sair dessa relação predatória”. Outro participante da pesquisa, aqui denominado “Maria da Penha”<sup>56</sup>, afirma que: “Precisamos mudar as relações de consumo e a economia solidária é uma alternativa, pois fortalece a identidade da comunidade”.

## 4.2 IMPACTOS NAS PERSPECTIVAS DOS EXPOSITORES

### 4.2.1 Impactos Econômicos

Quanto à perspectiva dos expositores em relação à Feira de Sustentabilidade, percebeu-se que a visão dos expositores sobre a feira sinaliza para a sua configuração política e seu objetivo de contribuir para o melhoramento da aferição da renda dos empreendedores da comunidade envolvidos. O incentivo à economia local foi apontado por 5 dos entrevistados.

Concluiu-se que 86% dos expositores entrevistados no dia 06 de outubro de 2017, obtiveram resultados pecuniários satisfatórios, ao atingirem uma receita total superior aos custos totais empregados na produção dos bens comercializados, chegou-se a tal observação

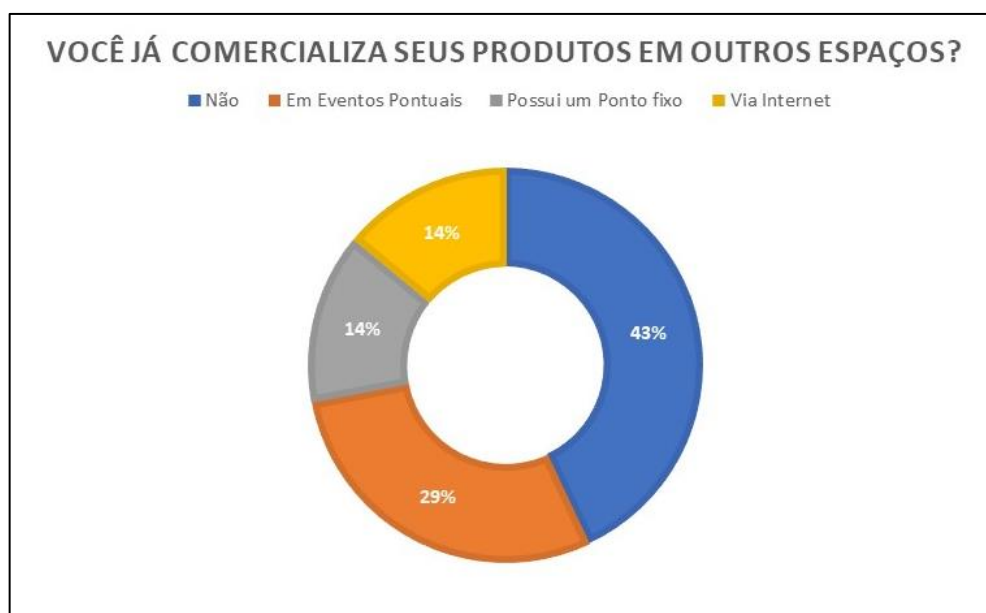
<sup>55</sup> Vereadora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), atuando como defensora dos direitos humanos.

<sup>56</sup> Cearense, vítima de violência doméstica, atualmente uma das principais lideranças da luta pelos direitos das mulheres.



por meio da aplicação de questionário junto aos expositores, indagando-lhes sobre os custos integrais de produção e sobre a possibilidade de sobras. Tal constatação permite afirmar que um dos objetivos primordiais da feira vem sendo alcançado de forma satisfatória, pois de modo majoritário, os expositores envolvidos conseguem ampliar suas rendas, além de funcionar como um espaço de fomento, inserção e reinserção de trabalhadores na atividade econômica, apresentando-lhes uma nova possibilidade econômica, calcada em princípios destoantes dos impostos pela lógica capitalista. Nessa perspectiva, é cabível observar que a experiência supramencionada é adotada como único espaço de comercialização por quantidade significativa dos expositores, visto que 43% assume tal postura, ainda nesta ótica, ressalta-se que 29% dos envolvidos comercializam seus produtos, além da feira, apenas em eventos pontuais, como pode ser verificado no gráfico 4. Segundo tais constatações, é possível inferir o impacto econômico, positivo, da feira para aqueles que a constroem.

**Gráfico 4** - Meios e locais de comercialização dos expositores



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

#### 4.2.2 Impactos Ambientais

Em um contexto sob o qual cada vez mais buscam-se novos hábitos de consumo, todavia hábitos de consumo ambientalmente sustentáveis, nesta perspectiva cabe evidenciar que o vocábulo sustentabilidade não é um mero adereço no título da feira, pois segundo os consumidores a feira é um método para produção de um processo de reflexão no que tange ao

consumo consciente e a criação de novos hábitos para tal, sendo que a feira pode ser tida como um espaço de reaproveitamento de materiais, além de ser um dos apogeu da reciclagem de bens. Os produtos são, logicamente, um forte exemplo deste fator, pois parte do mesmo ganha forma nas mãos de artesões que utilizam como matéria prima básica, coisas que seriam descartadas e naturalmente produziriam impactos ambientais desfavoráveis. Tudo isso ocorre mediante processos de reciclagem de bens, calcados ainda em práticas de customização.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando-se por base o fato de que a experiência é um fator construtivo dos indivíduos, reafirma-se a importância da exitosa prática da Feira de Sustentabilidade do Gesso, para construção do processo emancipatório dos envolvidos. Processo este, percebido mediante a constatação do protagonismo feminino na atividade, massiva participação da categoria estudantil, doméstica e juvenil, denotando o anseio por um novo paradigma econômico. Há, Também, o protagonismo de grupos historicamente marginalizados, evidenciando o caráter incluyente da feira, contribuindo assim, para o processo de empoderamento desse grupo. Além do exposto, a feira impacta economicamente a comunidade, ao potencializar a capacidade criativa do território, ademais fomenta e evidencia a economia local. Ofertando um espaço físico, relações e produtos alternativos que apontam para um desenvolvimento sustentável da comunidade. Em suma, a feira configura-se enquanto uma proposta destoante das que, amiúde, são possibilitadas pelo sistema hegemônico, incorporando um espírito solidário que termina por integrar diferentes bairros, profissionais, gerações e gêneros.

Portanto, é evidente que os impactos que a feira causa são múltiplos e visíveis, abrangendo um compêndio considerável, indo desde aspectos econômicos e sociais, até questões ambientais e de caráter sustentável. A feira é fundamental para o desenvolvimento sustentável da comunidade do Gesso, pois ela desenvolve um papel emancipatório, além de trazer ao debate questões como o protagonismo feminino. Tais impactos, sociais, políticos, econômicos, ambientais dentre outros, são responsáveis pelo despertar da formação de uma nova mentalidade dos moradores da comunidade do Gesso, mentalidade que direciona-se para emancipação econômica, para discussão de diferenças e desigualdades, além da formação de novos hábitos de consumo, estes, sob a diretriz da sustentabilidade, salienta-se ainda, a observação pela própria comunidade das necessidades de políticas públicas, que culminarão com o desenvolvimento profícuo e transformador do Gesso.

Mesmo atingindo grande parte de seus objetivos, a Feira de Sustentabilidade do Gesso, ainda, esbarra em algumas dificuldades, dentre elas, a necessidade de maior mobilização da própria comunidade, problema evidenciado por a mesma não ser maioria entre os visitantes e consumidores do evento realizado em seu território. Ressalta-se, também, desafios referentes à infraestrutura, estes, direcionam-se para importância da participação do poder público municipal, a fim de que estabeleçam-se melhores condições para que os empreendedores exponham seus produtos. Há, ainda, que evoluir-se em aspectos de comunicação e divulgação do evento, sendo este fator indicado por parte dos entrevistados como algo que atrairia um grupo maior de visitantes. Todavia, elenque-se que, os desafios e dificuldades são fatores comuns aqueles que desejam produzir e/ou lutar pela construção de novos paradigmas sociais/econômicos, a “Trocaria”, a sua maneira, estabelece-se enquanto um destes “soldados” em franca luta.

## REFERÊNCIAS

AGUSTÍN, Laura. **Prostitution Law and the Death of Whores**. The Naked Anthropologist. 26 de agosto de 2013a. Disponível em: <http://www.lauraagustin.com/prostitution-law-and-the-death-of-whores-in-jacobin-magazine>. Acesso em 25 de setembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Stigma and disqualification are not the same as hatred and fear**. The Naked Anthropologist. 28 de agosto de 2013b. Disponível em: <http://www.lauraagustin.com/stigma-and-disqualification-are-not-the-same-as-hatred-and-fear>. Acesso em 22 de julho de 2015.

ARROYO, J.C.T.; SCHUCH, F.C. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

BARROS, Carlos Juliano. **Nova vida, velhos problemas**. 2003. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2003/07/nova-vida-velhos-problemas/>. Acesso em: 02 de outubro de 2017.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BORINELL, Benilson. **Economia solidária em Londrina aspectos conceituais e experiência institucional** / (organizador) c...[et al.] – Londrina: UEL, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**/ Carlos Rodrigues Brandão (org.). - - São Paulo: Brasiliense, 1999.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. **Gestão Social**: reflexões teóricas e conceituais. Cadernos EBAPE.BR, v. 9, n.3, p. 697, 2011.

CATTANI, A. D. **A outra economia**: os conceitos essenciais. In: CATTANI, A. D. (Org). *Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

Coletivo Camaradas. O que é o Território Criativo do Gesso? . 2016. Disponível em: < <http://camaradas.org/2016/01/o-que-e-o-territorio-criativo-do-gesso.html>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2018.

DAVIDSON, M. LEES, L. “New-build “gentrification” and London’s riverside renaissance,” Environment and Planning Association, n. 37, p. 1165 – 1190, 2005.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). Políticas de cidadania y sociedade civil en tiempos de globalización. Caracas: Faces; Universidad Central de la Venezuela, 2004. p. 95-110. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2009.

BOEHM, Camila. **Pesquisa Mostra Que Produtos Orgânicos São Consumidos Por 15% da População**. Disponível em: < <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2017-06/pesquisa-mostra-que-produtos-organicos-sao-consumidos-por-15-da-populacao>> Acesso em: 21 de Abril de 2018.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). **PERFIL BÁSICO REGIONAL 2009: REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI**. Fortaleza-CE, 2010, 12 p.

IBGE. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal** Cartogramas - 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/cartograma/mapa.php?lang=&coduf=23&codmun=230440&idtema=118&codv=v01&search=ceara|fortaleza|sintese-das-informacoes->>> . Acesso em: 05 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto do Município de Crato-CE - 2013**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=230420&idtema=152&search=ceara|crato|produto-interno-bruto-dos-municipios-2013->>> . Acesso em: 05 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto do Município de Juazeiro do Norte-CE - 2013**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=230730&idtema=152&search=ceara|juazeiro-do-norte|produto-interno-bruto-dos-municipios-2013->>> . Acesso em: 05 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto do Município de Barbalha-CE - 2013**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=230190&idtema=152&search=ceara|barbalha|produto-interno-bruto-dos-municipios-2013->>> . Acesso em: 05 de outubro de 2017.

LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburgo: os dilemas da ação revolucionária**. São Paulo, Editora Unesp, 1995.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito** / Paulo Nader – 36.a ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Secretaria de Cultura de Crato. Centro Cultural Araripe- RFFSA, Blog da Secretária de Cultura de Crato, 2016. Disponível em: <<http://culturacrato.blogspot.com.br/>>. Acessado em: 29 de outubro de 2017.

PORTAL VERMELHO. O Coletivo Camaradas e os comunistas. 2012. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/182683-1->>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

Desenvolvimento Humano para Além das Médias: 2017. – Brasília: PNUD: IPEA: FJP, 2017.  
SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DPIA, 1999.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária** / Paul Singer - 1o Ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA, Marcelo Lettieri. **Educação fiscal e cidadania** / Marcelo Lettieri Siqueira; ilustrações, Karlson Gracie - Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014.

TILLY, Charles. (1992), *Howto Detect,Describe,and Explain Repertoires of Contention*. Mimeo.

VEIGA, José Eli da, 1948 – **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI** / José Eli da Veiga. – Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

## PROJETO TEMPER ARTES: A ARTE DOS TEMPEROS COMO FORMA DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA

*Celênia de Souto Macêdo*<sup>57</sup>

*Valéria Gonçalves Vieira*<sup>58</sup>

*Elenilze Josefa Diniz*<sup>59</sup>

### **Resumo**

A arte de usar condimentos e especiarias não é nova, mas aproximá-la às pessoas que não possuem acesso a esses sabores, conceber conhecimento sobre cada item, e, além disso, fazer dos temperos fonte de renda representa um conceito de inovação do ponto de vista das tecnologias sociais. Diante desse contexto, o presente relato aborda a experiência do Projeto Temper Artes, uma proposta de trabalho coletivo integrado à economia solidária, consistente na produção e misturas de ervas aromáticas e especiarias para formação de massalas locais. O público alvo são mulheres em situação de risco e vulnerabilidade social e econômica de comunidades rurais, das cidades de Alagoa Grande, Campina Grande e Massaranduba na Paraíba. Com a finalidade de promover capacitações na produção e comercialização de temperos *gourmet*, vem incentivando a formação de mão de obra qualificada para a constituição de cooperativas visando o desenvolvimento de sujeitos no campo da economia solidária. O elemento central desta metodologia é o processo de incubação, que propõe uma sistemática de ensino e aprendizagem participativa, e de transferência de tecnologia social e gestão para a criação de empreendimentos solidários, valorizando a autogestão e a inclusão social. Como resultados até o momento têm-se: 48 mulheres capacitadas em produção e comercialização de temperos e especiarias, marca registrada, pontos de comercialização em feiras e eventos regionais, empoderamento das mulheres da localidade, geração de renda e melhoria da qualidade de vida. Sobretudo, o projeto tem contribuído para assegurar a possibilidade de ações efetivas no âmbito da gestão social.

**Palavras-chave:** Temperos; Economia solidária; Cooperativismo; Inovação social.

---

<sup>57</sup>Mestre em Ciências Sociais - UFCG, Coordenadora de Projetos Sociais - Fundação Pedro Américo, [celenia.ufcg@gmail.com](mailto:celenia.ufcg@gmail.com).

<sup>58</sup> Graduada em Administração - UFCG, Auxiliar de projetos - Fundação Pedro Américo, [valeria.goncalves.adm10@gmail.com](mailto:valeria.goncalves.adm10@gmail.com).

<sup>59</sup> Doutora em Sociologia - UFPE, Coordenadora da Incubadora de Empreendimentos Populares Solidários - Fundação Pedro Américo, [elenilze.dinz@bol.com.br](mailto:elenilze.dinz@bol.com.br).

## **TEMPER ARTES PROJECT: THE ART OF SEASONINGS SHAPING SOCIAL AND ECONOMIC INCLUSION**

### **Abstract**

The art of using condiments and spices is not new, but approaching people without access to these flavors, generating knowledge about each item, and making them a source of income represents a concept of innovation from the social technologies point of view. Taking this into account, the current report covers the experience of Temper Artes Project, a proposal of collective work integrated to solidarity economy, which consists of production and blending of aromatic herbs and spices aiming formation of regional seasonings mixes. The target audience is women at risk of social exclusion and economic vulnerability in rural communities, in the cities of Alagoa Grande, Campina Grande and Massaranduba, in the state of Paraíba. With the purpose of promoting both production and sale of gourmet seasonings training courses, it has encouraged the formation of skilled labor for cooperatives creating linked to qualifying the members to play a key role in this process. The core element of this methodology is the incubation process, which proposes a system of participatory teaching and learning as well as social technology transfer and management for the creation of solidarity enterprises, valuing self-management and social inclusion. As a result, 48 women have been trained in the production and commercialization of seasonings and spices, Temper Artes is a registered trademark in Brazil, marketing points at fairs and regional events have been set, empowerment of local women, income generation and quality of life improvement. Most importantly, the project has contributed to ensuring the feasibility of effective actions in the scope of social management.

**Keywords:** Seasonings; Solidarity economy; Cooperativism; Social innovation.

## 1 INTRODUÇÃO

O capitalismo contribuiu para a evolução tecnológica da sociedade ao longo da história, proporcionando uma série de conquistas e benefícios. Porém, esse mesmo sistema produziu desvantagens, principalmente, no que diz respeito à mão de obra que não conseguiu acompanhar seu desenvolvimento (GALLO, 2003). Frente ao fenômeno das desigualdades sociais, fruto das mudanças socioeconômicas geradas e acentuadas pelo capitalismo, surge a necessidade de recorrer a modelos alternativos de gestão com foco nos grupos marginalizados no processo.

Dentre as alternativas, a gestão social tem se destacado, e por isso tem sido objeto de estudos e discussões sob a óptica de diferentes teóricos, sendo um conceito ainda em construção. Tenório (1998) define a gestão social como um processo coletivo em que o outro deve ser incluído através de um modelo participativo de tomada de decisão. Um dos campos onde permeia a gestão social é o da economia solidária, operando como um novo estilo de regulação de mercado, a abordagem da economia solidária está inserida na discussão de novas formas de gestão social (FLEIG *et al.*, 2006), contrapondo-se ao capitalismo, uma vez que incentiva a cooperação e a igualdade de direitos. Essa igualdade, pautada na equidade e no desenvolvimento das potencialidades e singularidades dos grupos.

Segundo Paul Singer (2002), a economia solidária é um conceito amplamente utilizado, com acepções variadas, mas todas partindo da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas. Sendo assim, a economia solidária tende a contribuir para amenizar as desigualdades sociais e econômicas.

Diante desse contexto, o presente relato aborda a experiência do Projeto Temper Artes, uma proposta de trabalho coletivo integrado à economia solidária, que consiste na produção e misturas de ervas aromáticas e especiarias formando massalas locais. O projeto permite trabalhar as potencialidades locais, como: ervas aromáticas, sementes crioulas, dentre outros elementos naturais presentes e pouco utilizados, devido ao fácil acesso aos produtos industrializados de baixo custo.

O mesmo é desenvolvido pela Incubadora de Empreendimentos Populares Solidários da Fundação Pedro Américo, instituição sem fins lucrativos, localizada em Campina Grande, cidade do interior da Paraíba. A incubadora foi implementada na instituição no ano de 2013, através de um edital do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.



Tendo como público alvo mulheres em situação de risco e vulnerabilidade social e econômica de comunidades rurais, o projeto é financiado atualmente pela BrazilFoundation e atende três grupos situados em Alagoa Grande, Campina Grande e Massaranduba, cidades da Paraíba. O objetivo principal é a capacitação na produção e comercialização de temperos *gourmet*. A metodologia utilizada é a de incubação, propondo uma sistemática de ensino e aprendizagem participativa, e de transferência de tecnologia social e gestão para a criação de empreendimentos solidários, valorizando a autogestão e a inclusão social.

O projeto segue as bases do cooperativismo, um sistema econômico que envolve várias formas de produção e de trabalho e aparece historicamente junto com o capitalismo, mas se propõe como uma das maneiras de sua superação (VEIGA E FONSECA, 2002). E tem incentivado a formação de mão de obra qualificada para a constituição de cooperativas e o aprimoramento de técnicas existentes, visando o desenvolvimento de sujeitos no campo da economia solidária que segundo (SINGER, 2001) tende a ser uma alternativa ao desemprego e à exclusão social.

## **2 DESENVOLVIMENTO CONTEXTUALIZAÇÃO**

Historicamente, o Nordeste brasileiro distanciou-se em termos de renda per capita em relação à média do país (LIMA, 2018) devido a problemas de desenvolvimento econômico. Assim, a região é marcada por fortes sinais de desigualdades socioeconômicas. Como alternativa a essa realidade, a economia solidária mostra-se uma opção viável, uma vez que incentiva a mobilização e o fortalecimento das comunidades no intuito de promover relações produtivas mais justas, sustentáveis, não hierarquizadas e focadas no desenvolvimento regional (PEREIRA *et al.*, 2016).

Frente a isso, surge o projeto Temper Artes, com o objetivo de incentivar a cooperação entre mulheres de áreas rurais para montagem de um empreendimento popular solidário, que garantisse geração de renda através de um sistema participativo. O projeto parte da ideia desafiadora de transformar mulheres agricultoras em especialistas na produção de ervas e especiarias para comercialização.

Assim, a proposta de produção de misturas especiais para condimentar e temperar se torna uma possibilidade de empreendedorismo solidário, proporcionando continuidade a um processo de comercialização que teve início nas grandes navegações. Visto que a humanidade sempre buscou através dos fluxos migratórios esses elementos que agregava valor e auxiliava nas trocas culturais (DALBY, 2010). Mas se antes a ideia era de exploração da mão de obra,

degradação do meio ambiente ou ainda de extrair de forma brutal especiarias e condimentos do novo mundo, agora é de cooperação, para proporcionar geração de renda, e melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

Na região Nordeste do Brasil, além dessas contribuições de outrora, existe uma riqueza guardada na memória dos grupos etnicamente diferenciados, a exemplo dos quilombolas, e dos camponeses detentores de conhecimentos sobre ervas de sabor, cascas e grãos crioulos passados de geração para geração.

Percebe-se então que a arte de usar condimentos e especiarias não é nova, mas aproximá-la às pessoas que não possuem acesso a esses sabores, conceber conhecimento sobre cada item, e, além disso, fazer dos temperos fonte de renda representa um conceito de inovação do ponto de vista das tecnologias sociais.

Assim, o Temper Artes atua em três comunidades de diferentes cidades da Paraíba, incluindo um assentamento rural, este localizado em Campina Grande, e uma comunidade quilombola em Alagoa Grande. A outra comunidade beneficiada localiza-se na cidade de Massaranduba, e é composta por uma maioria de mulheres, oriundas da agricultura familiar.

### **3 DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Existe certa complexidade no que diz respeito à organização e estruturação de um empreendimento solidário, pois esse processo exige maior grau de responsabilidade dos envolvidos, uma vez que todos esses são donos do negócio. Dessa forma, a gestão desse tipo de empreendimento demanda conhecimento para a compra de insumos para a produção, comercialização e administração financeira (MOMBACH, 2012).

Diante da complexidade desse modelo de negócio, qualquer procedimento errado poderia comprometer a subsistência do empreendimento. Assim, as atividades foram planejadas para ocorrerem em etapas já que se pretendia seguir o método de incubação para consolidação da iniciativa.

Porém, antes de reproduzir qualquer metodologia, foi necessário conhecer o contexto no qual cada comunidade estava inserida. Fundamentando-se na técnica de convivência e fortalecimento de vínculos, e busca pela memória do lugar relacionado às potencialidades no âmbito das comunidades no que tange a seleção e pesquisa dos elementos naturais “apresentados” ou “esquecidos” pelos participantes.

Tendo em vista que o estímulo ao fortalecimento de vínculos garante a possibilidade de espaços participativos na tomada de decisão e, além disso, contribui para o fortalecimento das

relações familiares, da vizinhança e das associações coletivas de representação de seus interesses. O que torna o conhecimento e (re)conhecimento nos seus lugares de vivência e atuação pública (BRASIL, 2017). Assim foram feitas visitas locais no intuito de conhecer as crenças e costumes das comunidades a serem trabalhadas, buscando incentivar a valorização do saber local, com isso foi possível verificar as potencialidades e os desafios a serem enfrentados.

Em seguida começaram os treinamentos para promover a capacitação dos envolvidos, foram realizadas oficinas de grupo por meio de aulas expositivas e dialogadas com apresentação dos conteúdos teóricos adaptados à realidade social dos grupos participantes. A escolha dos professores seguia preceitos distintos de formação, domínio dos conteúdos e identificação com grupos sociais diferenciados com fatores sociais, econômicos e culturais.

Como já apresentado, a metodologia base aqui utilizada foi a de incubação que propõe uma sistemática de ensino e aprendizagem participativa, e de transferência de tecnologia social e gestão para a criação de empreendimentos solidários, valorizando a autogestão e a inclusão social. Entretanto, a metodologia da incubação possui uma dupla perspectiva: tem por base métodos participativo - primando, neste caso, pela pesquisa-ação, e, ao mesmo tempo, por uma educação popular baseada nos preceitos de Paulo Freire. Segundo esse “A solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância” (FREIRE, 1996, p.22).

Dessa maneira, as ferramentas da gestão social permitem acertos e ordenamentos no mundo científico, tão imprescindível e necessário. Mas é pertinente no âmbito de propostas que o foco seja a transformação social, pois ainda com base em Freire (1996), a aprendizagem da aceitação do sujeito é antagônica ao treinamento pragmático, ou ao elitismo autoritário daqueles que se consideram donos da verdade e do saber articulado. Seguindo as ideias de diversos autores que defendem os princípios da pesquisa ação, a exemplo de Richardson (2013), a intenção é permitir aos participantes uma reflexão sobre o seu contexto social por meio de um conhecimento vinculado à transformação da realidade.

Isso é inerente ao método de incubação por permitir articular o conhecimento acadêmico às exigências econômicas do mercado, e aos princípios da economia solidária. Levando em consideração que nesse processo os beneficiários tornam-se sujeitos do seu próprio desenvolvimento, possibilitando a geração de novos saberes. Frente a isso, a construção de saberes no Projeto Temper Artes foi estabelecida (via mão dupla), onde segundo Paulo Freire (1996), a relação de ensino ocorre através da aprendizagem simétrica dialógica, na qual tanto o professor quanto o aluno pode ensinar e aprender por meio de suas experiências.

#### 4 ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A primeira etapa foi de formação em conhecimentos básicos sobre a história e o uso de condimentos e especiarias na sociedade ao longo do tempo, com espaços de apresentações para observação visual e olfativa, bem como para construção do conhecimento da diversidade das composições de temperos que podem mudar o sabor dos alimentos e transformá-los em iguarias *gourmet*. Esse processo foi importante, pois possibilitou o primeiro contato com as especiarias a serem trabalhadas.

Logo em seguida, foram trabalhadas oficinas práticas de produção e preparação de temperos especiais para demonstração, aqui as participantes tiveram orientação para manuseio das especiarias de modo a produzirem as primeiras massalas, foi onde começaram a utilizar os novos temperos em suas cozinhas. Sendo essa uma fase delicada, pois, além de proporcionar conhecimento sobre ervas e especiarias, pretendia-se promover mudanças no âmbito cultural, apresentar temperos sem aditivos químicos, com processamento mínimo e sabores singulares para substituir os produtos industrializados. E com isso modificar o comportamento instaurado pelo advento da modernização, e acesso aos bens de consumo por camponesas. Todavia, na alimentação essas mulheres estavam “perdendo” algumas sementes e especiarias que são fundamentais para sustentabilidade dos grupos.

No caso quilombola, as sementes de urucum (*Bixa Orellana*) que sempre produziram o melhor “colorau” estavam sendo trocadas pelos corantes processados com resíduos de fubá, o cominho nativo (*Cuminum cyminum*) deixado no campo para apodrecer ou ser utilizado como alimento para aves, e a banha suína estava sendo descartada pela facilidade do uso e acesso ao óleo de soja industrializado. No assentamento rural pimentas e orégano estavam sendo tratados como itens sem “valor”. Na comunidade rural de Massaranduba os membros tinham em seus quintais espécies de coentro selvagem, entre outras, que não estavam sendo valorizadas pela imposição dos produtos ofertados em mercados próximos.

Nessa etapa pretendia-se que as mulheres aprendessem a consumir, e voltassem a valorizar as ervas e especiarias disponíveis para possível comercialização, que poderiam ser agregados a demais produtos oriundos de outras regiões para formação de massalas, mas sem perder a essência local. A experiência foi exitosa, e as mulheres, além de aderirem ao uso dos novos temperos, passaram a influenciar outras pessoas.

A partir daí começou-se a pensar na comercialização e na importância de cuidados e treinamento levando em conta a necessidade de pesar, medir e buscar matéria-prima de

qualidade superior. Mas antes de partir para a etapa de formação do empreendimento, foi necessário fortalecer ainda mais os vínculos entre os indivíduos envolvidos, visto que a intenção era trabalhar com um sistema de cooperativismo.

Assim os participantes passaram a ser capacitados nos seguintes aspectos: conceitos de economia solidária; metodologia participativa; cooperativismo; gestão e autogestão de negócios, dando início a fase de incubação do empreendimento. O objetivo era de sensibilizar os indivíduos sobre a importância e propagação das práticas de economias alternativas para sua inserção produtiva e financeira, de modo a possibilitar a materialização de uma experiência concreta na perspectiva da gestão social.

Em seguida, começou-se a verificar a viabilidade do empreendimento, bem como estratégias para garantia de sucesso da proposta. Para isso, o grupo passou a ser capacitado em empreendedorismo, e técnicas de gestão. Nessa etapa foi construído um plano de negócio para cada comunidade em conjunto com os participantes, onde cada membro teve sua contribuição no processo. Assim, foi possível identificar oportunidades, desafios, e principalmente as potencialidades de cada comunidade.

Frente a isso, observou-se que cada comunidade tinha potencial para criar seu próprio portfólio, com isso foi feito um levantamento detalhado para identificar quais eram as especiarias típicas a cada espaço trabalhado. Então, foram elaborados portfólios distintos para cada um dos três grupos, com base nas potencialidades locais, de modo que estes não viessem a concorrer entre si, sendo possível a cooperação em feiras e eventos por parte dos indivíduos participantes do projeto.

Definido os grupos atuantes e concluído o processo de elaboração de portfólios, foi a vez de cuidar da identidade visual do empreendimento, onde foi criada a marca Temper Artes, e registrada junto ao INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial. O registro da marca por parte da instituição organizadora do projeto foi pensado para proteger a sua essência, que consistia no benefício das três comunidades, caso a marca ficasse sem proteção, alguns indivíduos poderiam se apropriar, produzindo uma inviabilidade do uso coletivo. Ou seja, foi pensado na continuidade após a implementação e execução da proposta enquanto coletiva. A fotografia a seguir mostra os modelos de itens elaborados para comercialização e exposição da marca.

### **Fotografia 1 – Portfólio de produtos para comercialização**



Fonte: Fundação Pedro Américo (2017)

Ocorreram ainda simulações de atividades práticas para treinamento em técnicas de venda e apresentação dos produtos, onde foram recriados espaços de vendas com degustação de pratos preparados à base dos temperos produzidos. Proporcionando exercícios em organização do ambiente de comercialização, familiarização com as especiarias, e aprimoramento das técnicas repassadas. A partir de então, os grupos já detinham os conhecimentos necessários para darem início ao processo de comercialização. A última fase do processo ainda em andamento é a de desincubação, ou seja, a preparação do empreendimento para sua autonomia no mercado (FARIA, 2005).

O processo de desincubação foi pensado desde o início da atividade de incubação. Assim, a sustentabilidade do empreendimento foi discutida na construção do plano de negócio. A lógica foi trabalhar pensando no momento em que os grupos tomariam as decisões, para isso obteve-se o foco no fortalecimento das decisões coletivas embasadas nas orientações conceituais, sem que o foco social fosse esquecido.

## **5 DESAFIOS ENFRENTADOS**

Um dos maiores desafios enfrentados foram os conflitos internos devido à apropriação de itens produzidos para a venda individual, dificuldades no processo de divisão de tarefas, de reordenar a ideia do trabalho coletivo e da divisão equânime. Destacando que, no âmbito da economia solidária, a distribuição justa do trabalho entre os envolvidos é um fator importante.

Quanto a apropriação para comercialização individual, tal problema foi percebido apenas em uma comunidade. Como a maioria dos membros do grupo estava coeso e disposto a trabalhar em equipe, estes optaram por desvincular o integrante que estava agindo de maneira

individual. Mas a ideia não consiste em excluir os indivíduos nem distanciar as relações, por isso só em casos extremos essa opção era considerada.

Em se tratando da divisão de tarefas, foram delegadas atribuições a cada integrante da equipe. Na primeira distribuição foram selecionadas mulheres para vendas, produção, e manutenção dos ambientes de trabalho. Sendo assim, no decorrer das atividades algumas participantes não obtiveram o desempenho esperado inerente a tal função. Esse fato elevou a insatisfação das demais integrantes que a priori queriam excluir os que não haviam se adequado. Com isso, foi necessário que houvesse intervenção em mediações por parte da instituição responsável pelo projeto, ressaltando o valor e a importância de cada indivíduo no processo. Pois como já citado a ideia era de inclusão e não de exclusão, essa só deveria ocorrer em situações extremas. Assim, foi proposto que deveria haver realocação de atividades, e foi aí que observou-se as potencialidades individuais, para que todos estivessem realizados e motivados para o trabalho.

Após a realocação de atividades, algumas participantes ainda não estavam satisfeitas, e passaram a reclamar do trabalho quando foi exposto que todos deveriam trabalhar no mesmo ritmo, já que a distribuição de recursos era igualitária. Alguns indivíduos carregavam consigo a ideia do assistencialismo e, por isso, tiveram dificuldade de adaptação ao processo e de compreenderem que são donos do empreendimento por isso devem ter direitos, deveres, e responsabilidade compartilhada.

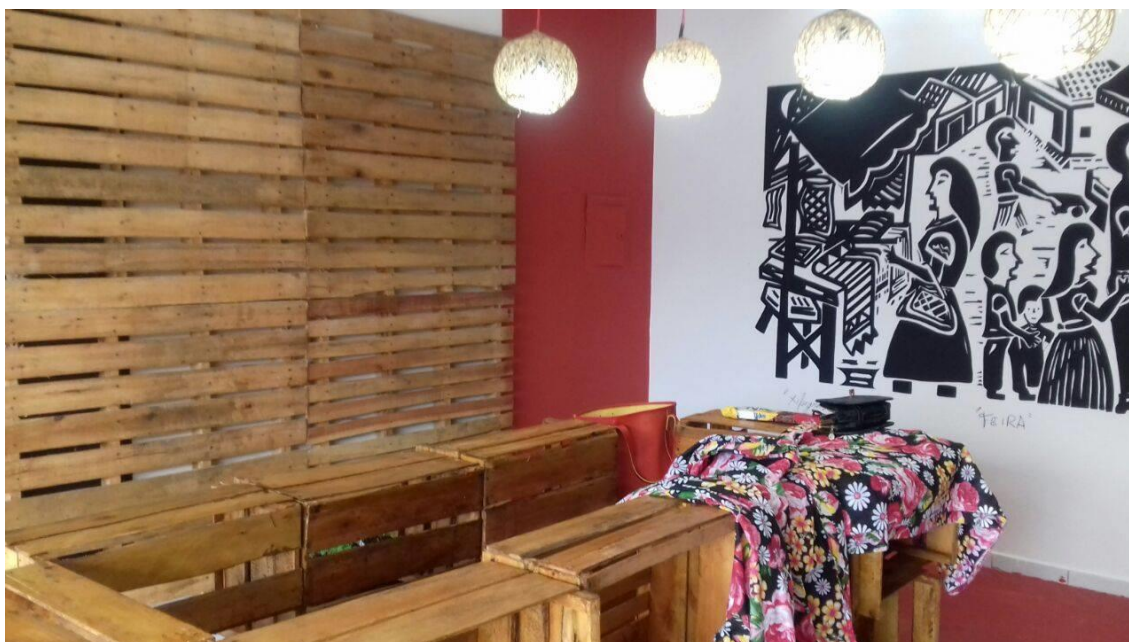
Assim, o maior desafio é fazer com que o empreendimento mantenha-se firme e consolidado mesmo com o término do recurso oferecido pela instituição financiadora, e conclua com êxito sua fase de desincubação. Nesse sentido, as participantes têm sido incentivadas a darem seus primeiros passos em prol da autonomia do grupo, o qual tem se mostrado articulado e em constante desenvolvimento como apresentado adiante nos resultados.

## **6 RESULTADOS**

Como resultados até o momento têm-se: 48 mulheres fora do mercado de trabalho formal capacitadas em produção e comercialização de temperos e especiarias, marca Temper Artes registrada e uma loja exclusiva à venda de temperos das três comunidades. Além disso, foram conquistados pontos de comercialização nas três cidades onde os grupos estão situados, em feiras tradicionais e eventos regionais. Também um espaço em uma boutique de carnes para venda sem intermediários, e um ponto em uma feira agroecológica, sem custos mensais com aluguel ou taxas.

A Fotografia 2 mostra a loja Temper Artes, situada na Vilã do Artesão, um espaço cultural localizado na cidade de Campina Grande-PB. Conquistada através de parceria com a Agência Municipal de Desenvolvimento (AMDE) e a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). A Fotografia 3 apresenta um dos espaços de vendas livre.

Fotografia 2 – Organização da loja Temper Artes



Fonte: Fundação Pedro Américo (2017).

Fotografia 3 – Participantes em espaço de vendas livre



Fonte: Fundação Pedro Américo (2017).



As comunidades foram ainda beneficiadas com recursos que possibilitaram a produção local, a exemplo de equipamentos e outros itens inerentes à produção sendo pertinentes para a continuidade do empreendimento. Esses equipamentos podem ainda ser úteis para a elaboração de outros produtos que contribuam para complemento de renda.

Tais fatores têm contribuído para o empoderamento das mulheres beneficiadas, através do conhecimento em ervas e especiarias para a elaboração de massalas autorais, possibilitando a inclusão na geração de renda de maneira solidária, e a melhoria da qualidade de vida. Além de colaborar para a valorização da agricultura familiar e da forma de ser e de viver de grupos sociais que produzem os alimentos de forma original. Esse fortalecimento é possível e viável, mas não foi algo “dado” e sim conquistado com o respeito necessário aos diversos saberes presentes entre os grupos, aliados a gestão social.

Como resultado destacamos ainda a valorização que pode ser percebida em relação aos produtos locais, uma das comunidades descartava o coentro selvagem (*Eryngium foetidum*) mesmo admitindo que existisse o consumo a várias gerações. Foi levantada a necessidade por parte dos participantes da criação de um novo tempero autoral com as “folhas dessa comunidade”, ou seja, a valorização dos elementos locais e o sentimento de pertencimento e propriedade de um conhecimento que estava sendo negado.

Assim, em função dos resultados já apresentados, em abril de 2018 o Projeto Temper Artes foi listado pela BVSA - Bolsa de Valores Socioambientais entre os 20 projetos indicados para captação de recursos na plataforma.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Projeto Temper Artes originou-se a partir da prática de reconhecer o conhecimento como base do desenvolvimento social. E levar as camponesas de áreas de difícil acesso uma proposta de inclusão diferenciada por se propor a valorizar conhecimentos e reconhecer em cada participante a capacidade de aprender, ou colaborar dentro de suas possibilidades ou especificidades, o que o concebeu como inovador.

A dimensão que o projeto tomou não pode ser mensurada de forma quantitativa, mas conquistou dados numéricos em pequenas retiradas de incentivo o que não era considerado comum de acordo com as participantes. Esses desafios foram possíveis pelo fato de possibilitar o olhar, o diálogo e o aprendizado via mão dupla.

Assim, o projeto se justifica do ponto de vista social por incluir pessoas a uma condição de busca digna de fonte de renda em um sistema participativo. Do ponto de vista político por dialogar com as políticas públicas de inclusão social e econômica. E do ponto de vista científico por permitir o aproveitamento e construção de conceitos com foco na economia solidária através de um processo de incubação participativo e dialógico.

Tais fatores contribuíram para o crescimento autônomo dos participantes, despertando o potencial de colaboração, uma vez que a soma dos conhecimentos pessoais contribui para o aprendizado constante, considerando os produtos a serem desenvolvidos.

Cabe destacar que a proposta tem sido inovadora, pois a partir da construção de novos saberes vem proporcionando igualdade de oportunidades através da economia solidária ao aproveitar as potencialidades locais. E, além disso, tem proporcionado uma experiência concreta, mostrando que é possível efetivar ações práticas no âmbito da gestão social.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos – Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.
- DALBY, A. Sabores perigosos: a história das especiarias. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.
- FARIA M. S. de. Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC, Sociologia Política, 2005.
- FLEIG, D. G.; OLIVEIRA, L. C. F. S.; BRITO, M. J.. Democracia, Participação e Gestão Social: desafios da construção dos programas de ação temática de uma Organização Não-Governamental. O&S. Organizações & Sociedade, v. 13, p. 119-138, 2006.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo. Paz e Terra. 1996.
- GALLO, A. R. Empreendimentos Econômicos Solidários: alternativas organizacionais de (re) inserção social e econômica. Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCar, 2003.
- LIMA, J. P. R. Traços gerais do desenvolvimento recente do Nordeste. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 21 abr. 2018.
- MOMBACH, A. (Org). Economia Solidária: Projeto Economia Solidária na Prevenção à Violência. Porto Alegre: SENAES/MTE, 2012. 62 p.
- PEREIRA, K. G.; ANDRADE, M. O. ; GONÇALVES, A. F.. Economia solidária e a sua contribuição para o semiárido nordestino. Revista Direito Ambiental e Sociedade, v. 5, p. 173-201, 2016.
- SINGER, P. (2001). Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In. P. Singer e A. R. Souza. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto.
- SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. Revista de Administração Pública, v.32, n.5, set/out, 1998, p.7-23.
- VEIGA, S. M.; FONSECA, I. Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2002.

## **O *BUEN VIVIR*, A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A AGROECOLOGIA: RESISTÊNCIA E ALTERNATIVAS À ORDEM MERCADOLÓGICA VIGENTE NA AGRICULTURA**

*Mariana Martins*<sup>60</sup>

*Aloísia Hirata*<sup>61</sup>

*Dimitri Toledo*<sup>62</sup>

### **Resumo**

Este trabalho objetiva demonstrar como a ontologia ética do *Buen Vivir* e as práticas da Economia Solidária (ES) e da Agroecologia se aproximam, como resistência e críticas ao modelo de desenvolvimento conferido à agricultura. Alinhando teoricamente, o *Buen Vivir*, a ES e a Agroecologia, devido à proximidade das suas ontologias e práticas ao se pensar na cadeia produtiva, desenvolvemo-los, a partir de uma ótica decolonial, pela qual, evidenciamos práticas organizativas que busquem a socio sustentabilidade para uma filosofia de vida. Apresentamos um estudo de caso junto às entrevistas semiestruturadas da Central das Associações dos Agricultores Orgânicos Sul de Minas, como organização que vivencia a prática de resistência e, promove agricultura alternativa. As análises feitas via partir da análise de conteúdo referente às seguintes categorias: entendimento da agroecologia como modo de vida; a valorização e conscientização da relação ser humano-natureza; a socio sustentabilidade nas relações sociais e de produção; saber local como resistência à agricultura convencional, mostram a socio sustentabilidade, baseada na ética do *Buen Vivir* e com nova estrutura das relações de produção, a partir da prática da Economia Solidária e da Agroecologia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agroecologia. *Buen Vivir*. Economia Solidária. Orgânicos Sul de Minas.

---

<sup>60</sup> Mestranda em Administração (CEPEAD/UFMG). E-mail: [marianaj\\_martins@hotmail.com](mailto:marianaj_martins@hotmail.com)

<sup>61</sup> Doutoranda em Engenharia Agrícola (FEAGRI/UNICAMP). Técnica em Assuntos Educacionais IFSULDEMINAS- e-mail: [aloisia.hirata@ifsuldeminas.edu.br](mailto:aloisia.hirata@ifsuldeminas.edu.br)

<sup>62</sup> Professor Doutor, da UNIFAL-MG (Campus Avançado de Varginha). E-mail: [dimitritoledo@hotmail.com](mailto:dimitritoledo@hotmail.com)

## **THE BUEN VIVIR, THE SOLIDARITY ECONOMY AND THE AGROECOLOGY: RESISTANCE AND ALTERNATIVES TO THE CURRENT MARKET ORDER IN AGRICULTURE**

### **Abstract**

This work aims to demonstrate how the ethical ontology of Buen Vivir and the practices of the Solidary Economy (ES) and Agroecology approach, as resistance and criticism to the development model given to agriculture. Aligning theoretically, Buen Vivir, ES and Agroecology, due to the proximity of their ontologies and practices when thinking about the production chain, we develop them, from a decolonial point of view, by which, we show organizational practices that seek the sustainability partners to a philosophy of life. We present a case study with the semistructured interviews of the Central de Associações dos Agricultores Orgânicos do Sul de Minas, as an organization that experiences the practice of resistance and, it promotes alternative agriculture. The analyzes made from the analysis of content related to the following categories: understanding of agroecology as a way of life; the appreciation and awareness of the human-nature relationship; social partners and production partners; local knowledge as resistance to conventional agriculture, show the socio-sustainability, based on the *Buen Vivir* ethics and with a new structure of production relations, based on the practice of Solidary Economy and Agroecology.

**KEY WORDS:** Agroecology. Good Living. Solidarity economy. Orgânicos Sul de Minas.

## 1 INTRODUÇÃO

Pensando-se nos modos de organizações socioeconômicas atuais, deparamo-nos com um movimento local atingindo o âmbito global, referente a estrutura do mercado. Contrário à hegemonia deste, (re) surgem coletivos em prol de se pensar tanto a sociedade, como a economia, mais justas (SABOURIN, 2014). Esta justiça socioeconômica visa cooperação entre os indivíduos e a natureza, buscando uma ressignificação das relações sociais e de produção. Nesse contexto, este trabalho objetiva demonstrar como a ontologia ética do *Buen Vivir* e as práticas da Economia Solidária (ES) e da Agroecologia se aproximam, como resistências e críticas ao modelo de desenvolvimento conferido à agricultura.

Assim, teoricamente, alinhamos o *Buen Vivir*, a ES e a Agroecologia, devido à proximidade das suas ontologias e práticas ao se pensar na cadeia produtiva que valorize os seres humanos, os saberes locais e a natureza. Buscando resgatar e valorizar modos de vida pré-coloniais e os saberes locais, adotamos uma epistemologia decolonial, onde, abandonamos as colonialidades do saber, do poder e a do ser (WALSH, 2007), em prol da socio sustentabilidade. Trataremos primeiro da abordagem acerca da ontologia ética do *Buen Vivir*, a qual, propõe o resgate e a valorização dos saberes locais, dos indivíduos e da socio sustentabilidade (MAMANI, 2010). Pensando-se nesta, veremos então que, ES, no Brasil, surge como um movimento prático e discursivo para geração de trabalho e renda, valorizando o ser humano, o desenvolvimento local e a autogestão.

Já a Agroecologia, será abordada como prática de resistência à Revolução Verde, tratando-se de técnicas agroecológicas de agrossistemas sustentáveis, além, da ação coletiva por meio de sistemas de controle participativo na produção e comercialização. Para a promoção destes canais, há políticas públicas solidária de desenvolvimento na agricultura. (SCHMITT; TYGEL, 2009). Aborda-se então, os Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica (SPGs), como suporte legal para desenvolvimento local solidário.

Por meio de pesquisa qualitativa, apresentaremos o estudo de caso da Central das Associações dos Agricultores Orgânicos do Sul de Minas. E, o estudo de caso alinhado às entrevistas semiestruturadas com lideranças da organização, mostram como a reciprocidade e resistência, criam caminhos alternativos para o desenvolvimento rural sustentável. Além de mostrar que o *Buen Vivir*, a Economia Solidária e a Agroecologia estando num plano holístico de ontologias e práticas, apresentam-se alinhadas como formas de condicionamento para que haja atuação humana para a prática do *Buen Vivir*.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A ONTOLOGIA ÉTICA DO *BUEN VIVIR*

A proposta do *Buen Vivir* é dada como alternativa a noção de “desenvolvimento” hegemônico, onde, a economia se sobressai aos seres humanos e na relação deste com a natureza (ACOSTA, 2012). Assim, temos a origem do *Buen Vivir* no conceito *Sumak Kawsay* (quéchua equatoriano) e *Suma Qamaña* (aimará boliviano), representando o Viver Bem ou o Bem Viver (BRASIL; BRASIL, 2013). Buscando pelo *Buen Vivir* a vivência mais socio sustentável na relação do ser humano com a natureza, Arkonada (2010, p. 11), nos diz que: “Em aimará, *Suma* é traduzido como algo muito bom, excelente, plenitude. E *Qamaña* como conviver, viver em definitivo, de modo que o termo *Suma Qamaña* poderia ser traduzido mais aproximadamente como ‘vida em plenitude’, e uma tradução similar pode ser feita do termo quéchua *Sumak Kawsay*”. Da ancestralidade dos povos indígenas, temos que *Buen Vivir* não está restrito apenas ao resgate de saberes ancestrais. Mas sim, a partir do momento que transcendemos estes saberes e modos de se viver para a atualidade, buscamos trazer para as dimensões socioeconômica, religiosa-transcendental e cultural a atualidade, onde haja sustento da convivência, solidariedade, qualidade de vida e reciprocidade de uma vida comum entre natureza e seres humanos (ACOSTA, 2012).

A proposta de vida mais solidária, está projetada na diversidade de comunidades e culturas em se viver, sentir e projetar o mundo por meio do conjunto da cosmovisão (MAMANI, 2010). A partir do resgate da ancestralidade dos povos e comunidades andinas, evidenciamos a cultura da vida por meio do multiverso, onde, não tomamos apenas uma forma de poder, saber e ser como verdades inquestionáveis, mas sim, temos na diversidade o respeito em se ter a inter-relação e conectividade com o mundo à nossa volta. (MAMANI, 2010). Este caminho, é traçado de modo a evidenciar e valorizar a possibilidade mais justa na realidade socioeconômica e ambiental, por meio de um giro decolonial, dando ênfase aos nossos saberes, formas de vida e organização, de economia e de produção (WALSH, 2007). A proposta da decolonialidade reconhece, respeita e aproveita a diversidade dos saberes, de modo a romper com relações de poder dominantes (ACOSTA, 2012). Segundo Acosta (2012, p. 202):

O *Buen Vivir* é um conceito plural – melhor seria falar de “bons viveres” ou “bons conviveres” – que surge especialmente das comunidades indígenas, sem negar as vantagens tecnológicas do mundo moderno ou as possíveis contribuições de outras culturas e saberes que questionam diferentes pressupostos da modernidade dominante. O *Buen Vivir*, como é fácil de entender, nos obriga a repensar a forma atual de organização da vida, no

campo e na cidade, nas unidades produtivas e nos espaços de convivência sociais, nos centros educativos e de saúde, etc. (ACOSTA, 2012, p. 202).

A partir do resgate das vivências e cultura ancestrais, trazemos para nossa atualidade e para projeção do futuro, a recuperação de uma vida em harmonia nas relações socioeconômicas e, destas, com a natureza. (CHOQUEHUANCA, 2010). Essa ligação de interdependência entre o passado, presente e o futuro das próximas gerações, pode ser apontado por León (2014, p. 24):

O Buen Vivir articula um acervo de visões e práticas presentes em nossa história e em nossa realidade contemporânea e que por tanto, somente tem base concreta nas alternativas. O Buen Vivir não é somente uma utopia para o futuro, mas também, porções da nossa realidade; há o aqui e o agora, em nosso dia a dia, por assim dizer, pedaços do Buen Vivir que se fazem viáveis a esta proposta (LEÓN, 2010, p. 24) [Tradução nossa].

E, se buscamos relações mais sustentáveis e com melhor qualidade de vida, não ficamos presos apenas no âmbito privado, relacionado aos sujeitos e na consideração da natureza como sujeito de direito. Mas sim, temos também respaldo do *Buen Vivir* na economia, tendo como valor básico a questão da solidariedade (ACOSTA, 2012). Ou seja, buscamos por meio do *Buen Vivir* o alinhamento à Economia Solidária, pois, busca-se uma alternativa econômica ao sistema capitalista.

## 2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária (ES) é uma proposta alternativa ao sistema capitalista, que tem origem no século XIX, ligado ao socialismo utópico e ao cooperativismo autogestionário do movimento operário em resposta ao cenário socioeconômico oriundo da Revolução Industrial (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Surge como expressão de experiências de solidariedade e propostas coletivas de práticas econômicas, ao mesmo tempo em que, também, está relacionada as noções históricas de solidariedade (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Tais bases do movimento, reconhecem o bem viver, combatendo a mercantilização da vida e, promovendo a gestão comunitária, a reciprocidade e a promoção dos bens comuns (SCHMITT, 2010).

No Brasil, a ES emerge na década de 1980, também com base em experiências associativas de organização. No entanto, são nos anos 1990 que tal economia é ampliada no contexto socioeconômico do país, presente em diversas experiências, além de forma crítica do modelo econômico capitalista neoliberal do cenário de crise e desemprego. Assim, situa-se como alternativa e estratégia de atuação coletiva para geração de trabalho e renda (SCHMITT, 2010).



O olhar alternativo sobre a ES, a coloca alinhada ao *Buen Vivir*, pois, suas práticas e dimensões, propõem modos de se viver contrários ao capitalismo (LEÓN, 2014). Justamente pela possibilidade que proporciona, a ES pode ser caracterizada a partir da coletividade dos empreendimentos que abarca, bem como, da justiça econômica e democracia do espaço produtivo (NASCIMENTO, 2011). Segundo Singer (2012, 37):

Economia solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e não do capital, de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Assim, nesta economia, o trabalho se transforma num meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista (SINGER, 2012, p. 37).

Com a centralidade no ser humano e na sustentabilidade das suas relações sociais e de produção, promove experiências coletivas de trabalho e, conseqüentemente, outra proposta de gestão; neste caso, via autogestão, onde não há hierarquização da organização da produção nem da gestão. Mas sim, ocorre a propriedade coletiva dos meios e produção e também, de sua organização e gestão (SINGER, 2012). Além disto, a ES está relacionada à múltiplas posições, sendo regida por diversos princípios que valorizam o ser humano, a relação deste com a natureza, bem como a coletividade, cooperação e democracia (SABOURIN, 2014). Deste modo, pensar a ES s é promover a geração de trabalho e renda a partir de uma proposta sustentável, relacionando valorização na natureza com a vertente econômica. Também, promove um modo de vida mais solidário, o consumo consciente, o comércio justo e solidário, a valorização da diversidade e o desenvolvimento local (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Diante da realidade da ES, podemos dizer que, as relações socioeconômicas com respaldo nessa, irão se desenvolver por meio do trabalho associativo, alinhado aos princípios de cooperação e solidariedade. Com isto, há promoção desta economia, ressignificando os sentidos da produção, do trabalho, das trocas e do consumo, fortalecendo a reciprocidade existente entre os seres humanos e seu ambiente da produção (PINTO, 2006).

Garantir a articulação dos elementos que compõem a ES, significa que é possível acreditar na construção de empreendimentos que tenham como princípios a solidariedade, cooperação e coletividade (SABOURIN, 2014). Assim, alinhando a ES à valorização do saber local, à valorização da natureza e à socio sustentabilidade, podemos relacioná-la a questão da segurança alimentar e nutricional, tendo na Agroecologia a redefinição da relação ser humano-natureza que influencia nas relações sociais e de produção. Com isto, a justiça econômica que se promove via Economia Solidária alcança a dimensão ambiental.

### 2.3 AGROECOLOGIA

Em prol do *Buen Vivir*, temos na Agroecologia cenário para incorporação de práticas técnico-produtivas e de organização socioeconômica que intervêm por meio prático e conceitual no pacote tecnológico da chamada Revolução Verde. Nesta, houve o alinhamento da mecanização do campo com a biotecnologia para a promoção e avanço de agrotóxicos e da transgenia (SCHMITT; TYGEL, 2009).

Ainda que houvesse a busca incessante pelo avanço tecnológico da produção agrícola, é incontestável a dependência que tal produção tem dos recursos naturais, contrapondo os discursos otimistas dos capitalistas agrícolas de superar os limites naturais (ASSIS, 2002, p. 10-11):

Esta constatação, embasada pelo aumento crescente dos problemas de degradação ambiental, aliada à má distribuição da riqueza gerada a partir do processo de industrialização da agricultura, justificou um aumento crescente da demanda por práticas alternativas, ecologicamente equilibradas para a produção agrícola, assim como pelo também crescente, reconhecimento científico do potencial dessas práticas (ASSIS, 2002, p. 10-11).

Assim, contrária a proposta agrícola da Revolução Verde, surgem convergências e identidades em diversos contextos socioambientais como proposta alternativa ao modelo hegemônico vigente na agricultura. É a partir destas identidades que surge a Agroecologia, como campo social contra hegemônico, buscando romper com a agricultura convencional, não apenas no âmbito produtivo, mas também, em diferentes dimensões dos sistemas agrícolas (ALMEIDA, 2009).

Referente ao Brasil, é a partir das décadas de 1980 e 1990 que se inicia o questionamento quanto ao modo de produção e de vida postos pela agricultura convencional. Com isto, houve mobilização em prol de relações mais sustentáveis na prática da agricultura (MORAES; SORRENTINO, 2017). Não apenas restrito ao campo técnico-científico estava restrita à agroecologia, mas, para além do manejo ecológico por ação coletiva (GUZMÁN, 2006), também fora “ferramenta de resistência dos camponeses e camponesas na proposição de um outro projeto de agricultura” (MMC Brasil, 2007).

Podemos assim dizer que, a Agroecologia possui duas vertentes: um, voltado para o âmbito técnico, da produção; e outro, voltado para sua prática como resistência ao desenvolvimento da agricultura convencional, e também, como promoção da relação ser humano-natureza. Assim, do ponto de vista tecnicista, temos que a Agroecologia é vista como a aplicação de princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis

(Gliessman, 1997). Já, com relação ao lado social da agroecologia, temos nesta, a prática de “um novo modo de vida rural, capaz de conjugar valores, qualidade de vida, trabalho, renda, democracia, emancipação política, em um mesmo processo” (PÁDUA, p. 7, 2001).

Se, via Agroecologia busca-se viver este de modo ambientalmente sustentável, a partir do equilíbrio e melhoria na utilização de recursos locais e globais, promove-se modos alternativos em prol da qualidade de vida. Viver de maneira sustentável é estar a favor da natureza e, ter a consciência de que resistir é possibilitar a vida de gerações futuras (SCHMITT, 2010). Assim, alinhada ao *Buen Vivir*, a Agroecologia complementa de maneira significativa a o saber local, a natureza e promove a socio sustentabilidade (MORAES; SORRENTINO, 2017).

A promoção da prática agroecológica em prol da sua “identidade” valoriza a relação ser humano-natureza de modo sustentável, pois, vê na ação coletiva, possibilidade para que hajam espaços democráticos e participativos nas relações de produção (GUZMÁN, 2006). Um destes espaços, seria a estrutura da agricultura familiar, pois, é modelo de produção de enfrentamento ao agronegócio, a partir da reorientação das políticas públicas voltadas para projetos e iniciativas em prol da Agroecologia com respaldo nos modos de organização propostos pela sociedade civil (CARTA POLÍTICA II ENA, 2006). Encontra-se na estrutura de comercialização a promoção de novas relações entre produtores e consumidores, a partir de seus princípios orientadores.

#### 2.4 SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA DE QUALIDADE ORGÂNICA (SPGS)

Para a organização e articulação da Agroecologia ressalta-se a também importância de políticas públicas (PPs) como canais viabilizadores de formas solidárias de desenvolvimento (SCHMITT; TYGEL, 2009). Uma destas, são os Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica (SPGs), criados pelo Decreto-lei nº 6.323/2007. Baseados na autogestão da cadeia produtiva da agricultura, contribuem para o desenvolvimento local solidário através da criação da identidade da ES e dos processos de certificação, fortalecendo as cadeias curtas de produção (SABOURIN, 2012).

Os SPGs surgiram como movimento de resistência dos agricultores alternativos da região Sul do Brasil ao modelo de certificação por auditoria, que entendiam esta, ser um modelo excludente devido ao seu alto custo e complexidade. Segundo a legislação brasileira, os SPGs representam um conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa,

regida por princípios, normas de organização e de funcionamento, visando assegurar a garantia de que determinado produto, processo ou serviço atenda aos regulamentos técnicos da agricultura orgânica, e que, seja submetido à avaliação participativa da conformidade (BRASIL, 2009).

Na prática, podemos assim dizer, que representam um grupo de pessoas interessadas na produção, certificação e desenvolvimento de atividades que visem autonomia e fortalecimento dos agricultores e suas organizações. O SPG representa assim, alternativa à organicidade, podendo ir além da oferta de um selo, pois, enquanto metodologia de organização social promove o empoderamento dos agricultores, valorizando seu conhecimento tradicional e difundindo os resultados práticos (LEITE, 2013).

Participação, confiança, transparência, autodeterminação, gestão em rede e troca de saberes são considerados princípios dos SPGs, sendo, portanto, condições básicas para que estes possam funcionar com eficiência e se tornarem mais que um simples mecanismo de certificação. Mas também, instrumento pedagógico, capaz de motivar e articular produtores, consumidores, processadores, técnicos e instituições de ensino, pesquisa e extensão (HIRATA, 2016).

A existência do SPG deve estar relacionada à sociabilidade inerente a sua dinâmica de criação e funcionamento e não somente ao controle da produção ou a obtenção de um selo (THOMSON, 2014). Percebe-se, pelos princípios que sustentam os SPGs, que estes vão muito além de uma questão organizativa e de produção, pois, buscam criar mecanismos e ferramentas para apoiar uma agricultura que promova a participação e autonomia dos agricultores nos processos de produção e geração de credibilidade; além, de restabelecer relações de confiança e solidariedade entre os membros do sistema.

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

O presente trabalho pode ser caracterizado como pesquisa qualitativa, a qual, é compreendida como “[...] um conjunto de práticas interpretativas, mas [que] não privilegia qualquer tipo de metodologia, inexistindo teoria ou paradigma que lhe seja próprio” (LUZ, 2001, p. 95). Por meio desta, pode-se ter a utilização de diversas metodologias para coleta e análise de dados como as análises do discurso e de conteúdo, bem como metodologias empíricas, como é o caso do estudo de caso, análise de documentos ou a pesquisa-ação (TRIVIÑOS, 1987).

No nosso caso, escolhemos como método o estudo de caso, uma vez que, consiste na investigação em profundidade do objetivo a partir da sua relevância diante determinado contexto, sendo este, não muito definido, pois, utiliza fontes diversas para seu conhecimento. No caso do SPG Orgânicos Sul de Minas, a relevância em seu contexto, dá-se por ser uma estrutura organizativa de produtores agroecológicos que veem na agroecologia prática e resistência ao modelo vigente da agricultura convencional que ainda é significativa na região do Sul de Minas, onde se encontra. E também, para adentrar no contexto organizacional, utilizamos de entrevistas semiestruturadas. Tais entrevistas foram gravadas e transcritas e os dados foram categorizados e apresentados quanto sua estrutura e análise.

As entrevistas foram realizadas não somente com integrantes da diretoria da Orgânicos Sul de Minas, mas também, com lideranças da organização, que têm militância na agroecologia. Deste modo, foram realizadas 06 entrevistas, nas quais, três foram homens e três foram mulheres. Mesmo o presente trabalho não tendo recorte de gênero, buscamos manter na escolha dos entrevistados a questão da equidade de gênero.

Por meio das entrevistas, buscamos então saber: o que levou o/a produtor/a à produzir de maneira agroecológica ou orgânica; o que eles entendem por agroecologia e, caso remetesse à um estilo de vida, de que maneira isto ocorre; qual o diferencial da agroecologia para a agricultura convencional para além da questão do não uso de agrotóxicos; o que o Orgânicos Sul de Minas representa para cada um dos entrevistados; como acontece a responsabilidade solidária dentro do SPG Sul de Minas; à respeito do mesmo, como se dá o processo de produção, comercialização e gestão da produção; o que os produtores e as produtoras entendem por autogestão e se, pelos seus entendimentos, há tal prática dentro do SPG e de que maneira ela acontece. Também buscamos compreender, o que eles e elas entendem por economia solidária; quanto ao conceito de “desenvolvimento”, o que eles e elas têm como opinião quanto a questão econômica e agroecológica; e, por fim, o que representa para cada um deles a relação do ser humano com a natureza.

Como instrumento básico para interpretação dos dados, utilizamos a análise de conteúdo, a qual é apta para trabalhos que abordem reconstrução e desconstrução de discursos, tanto na esfera político-ideológica, como na linguística (BARDIN, 2006). Para melhor compreensão dos resultados, estes foram divididos em categorias de análise quanto a articulação entre o *Buen Vivir*, a Economia Solidária e a Agroecologia como práticas de resistência e alternativa à agricultura vigente. Assim, tivemos as seguintes categorias: 1) entendimento da agroecologia como modo de vida; 2) a valorização e conscientização da

relação ser humano-natureza; 3) a socio sustentabilidade nas relações sociais e de produção; 4) saber local como resistência à agricultura convencional.

#### **4 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO: A CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES ORGÂNICOS DO SUL DE MINAS**

O SPG Sul de Minas surge em 2012 de uma mobilização de agricultores agroecológicos, com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão de Minas Gerais (EMATER-MG) e do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimentos (MAPA), para o desenvolvimento de um projeto de fortalecimento da Agroecologia do Sul de Minas.

Entre as ações contempladas no projeto estavam o apoio à organização e constituição de uma rede agroecológica que possibilitasse a certificação participativa. Assim, a ideia se materializou com a constituição da Central de Associações de Agricultores Orgânicos do Sul de Minas, uma rede formada por diversas organizações de agricultores orgânicos e agroecológicos, conhecida pelo nome de Orgânicos Sul de Minas. Após ter seu Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) credenciado pelo Ministério da Agricultura, esta rede passou a desenvolver inúmeras ações buscando garantir a qualidade orgânica por meio da avaliação da conformidade, além de fortalecer os processos de produção, certificação e comercialização dos produtos produzidos pelos agricultores participantes da rede.

Atualmente são 14 grupos, sendo 2 cooperativas, 09 associações e 03 grupos informais, presente em cerca de 50 cidades que abrangem uma grande região do Sul de Minas. São cerca de 200 famílias participantes com 184 unidades de produção certificadas. A comercialização acontece de diversas formas e espaços, mas o destaque é para a comercialização em conjunto realizadas pelas cooperativas, além das inúmeras feiras orgânicas que são realizadas na região.

#### **5 EM BUSCA DO *BUEN VIVIR* VIA PRÁTICAS E VIVÊNCIAS DO SPG SUL DE MINAS**

##### *Agroecologia como modo de vida*

Ao se pensar em como ter a prática e o discurso do *Buen Vivir* temos pelas entrevistas que, a Agroecologia é forma de buscar um modo de vida alternativo. Não somente referente ao

modo de produção e manejo, mas também, voltado para a qualidade de vida, a ancestralidade dos saberes e também, buscando o bem-estar da família, deles próprios, dos consumidores e da natureza (ACOSTA, 2012; ALMEIDA, 2009; CARTA POLÍTICA II ENA; GUSMÁN, 2006; MORAES; SORRENTINO 2017; SCHMITT; TYGEL, 2009), como nos aponta a entrevistada 1: *“sou agricultora orgânica há mais de 20 anos, e o que me levou a produção orgânica é visando o bem-estar da nossa família que trabalha diretamente nas nossas lavouras, livre de agrotóxicos e também, visando uma sustentabilidade do solo, o meio ambiente e...pensando também em oferecer um produto de qualidade, um verdadeiro alimento pros consumidores que compram os nosso produtos”*.

A proposta em se pensar num viver bem, harmonizando o ser humano com a natureza, faz com que os entrevistados vejam na agroecologia uma *“filosofia de vida”* (Entrevistado 3). Tal filosofia, faz com que haja articulação entre fatores ambientais, culturais, sociais e econômicos que promovam uma organização socioeconômica contrária à proposta capitalista (ACOSTA, 2012; ARKONADA, 2010; CHOQUEHUANCA, 2010; MAMANI, 2010). Justamente por isto, a busca pelo *Buen Vivir* com enfoque na Agroecologia, tem na OSM a valorização de seus saberes (MAMANI, 2010; WALSH, 2007) e a construção de um mundo, onde a cooperação e a solidariedade, sejam contrários os princípios da agricultura convencional (ASSIS, 2002; LEÓN, 2014; PINTO, 2006; SCHMITT; TYGEL, 2009; SCHMITT, 2010). O agricultor 3, nos remete à tal percepção, quando nos diz que *“Ela (a agroecologia) é um movimento de uma sociedade consciente, de uma sociedade que pensa no presente, valoriza o passado e cuida do futuro. Então, eu acho que na minha vida [...] é uma mudança de consciência através da agroecologia, mudança da forma de produzir, da forma da gente organizar socialmente, da forma de lutar ambientalmente e dessa [...] Eu acho que a agroecologia é um modelo equânime de produzir não só alimentos, mas de produzir cultura, valorizar o homem do campo, esses conceitos de sustentabilidade, biodiversidade, esses pilares nos trazem paz, nos traz contentamento. Eu acho que a agroecologia para mim, se fosse para definir numa palavra, seria contentamento”*.

Ao se buscar vivenciar a Agroecologia, percebe-se uma mudança na conscientização não só referente às práticas mais sustentáveis de produção, mas também que, viver a agroecologia, o *Buen Vivir* propõe o resgate e equilíbrio entre todos os seres (ALMEIDA, 2009; BRASIL; BRASIL, 2013; LEÓN, 2014; MMC, 2018; MORAES). Além de, buscar a equanimidade de organização na sociedade e na economia, através de uma socio-sustentabilidade. Esta, seria o chamado *“contentamento”* na fala do agricultor, onde, pelo meio em que vivemos, busquemos o nosso *Buen Vivir*, relacionando a sociedade, com a

economia e a natureza, de forma solidária e coletiva (ACOSTA, 2012; BRASIL; BRASIL, 2013; CHOQUEHUANCA, 2010; MORAES; SORRENTINO, 2017; PINTO, 2006), de acordo com a agricultora 2: *“eu acho que agroecologia é um modo de vida. E, porque eu não entendo simplesmente como uma teoria de como produzir alimento livre de veneno...eu acho que é mais amplo que isso, eu acho que é mais profundo que isso. Eu acho que é um modo de se cultivar uma vida né...em harmonia com aquele ambiente que a gente vive [...]”*.

Essa busca pela qualidade de vida e prática do *Buen Vivir* na Agroecologia, faz com que tenhamos mais a promoção do equilíbrio da relação estabelecida entre ser humano e natureza (ALMEIDA, 2009; MORAES; SORRENTINO, 2017; MMC, 2018; SABOUTRIN, 2014; SCHMITT; TYGEL, 2009. Pois, está é premissa para o alinhamento do *Buen Vivir*, junto a Agroecologia e à ES como resistência e alternativas ao desenvolvimento da agricultura convencional.

*A natureza não depende do ser humano, mas o ser humano, depende da natureza*

Se, a sociedade pretende em seu modo organizativo a prática do *Buen Vivir*, devemos ter a noção de que, alinhando suas categorias aos limites postos pela natureza, evidenciamos um processo de conscientização sobre a importância que ela tem que para nossa sociedade continue a viver, diante de múltiplos saberes e da cosmovisão (ACOSTA 2012; CHOQUEHUANCA, 2010; MAMANI, 2010), tendo-a como um processo natural, como nos fala a entrevistada 1: *“Eu acredito muito num “ser superior”. Eu acredito muito que a gente é mais do que matéria. Então eu vejo assim que, ao praticar agroecologia, a gente ao invés de estar fazendo o mal para os outros seres, a gente tá respeitando não somente todo um conjunto, mas a gente mesmo. [...] É um processo natural. Deus criou o céu, a terra, os mares, os animais, as aves, o homem, a mulher...Ele teve o seu tempo reservado para criar todos os seres. Eu acredito nisso e acho que tudo é possível ter uma relação naturalmente tranquila, sem complicação, tudo muito simples”*.

Esse respeito para com a natureza, reconhecendo-a assim, como sujeito de direito, mostra que, a prática da sustentabilidade promove o viver bem para a geração presente e também, das próximas (ACOSTA 2012; CHOQUEHUANCA, 2010; MAMANI, 2010). A evidência na vida, no equilíbrio e na possibilidade alternativa de resistência da agricultura agroecológica, pode ser presenciada na fala do entrevistado 1: *Agroecologia trabalha com vida né?! Com solo vivo, com plantas vidas, microrganismos, minhocas, biodiversidade. E o convencional, no rótulo dos produtos tá lá explícito, os ossos cruzados é a caveira...aquilo lá*



*é a morte! Então, a gente .... é a busca por vida, por qualidade de vida em si. [...] A agroecologia, ela busca o equilíbrio. A pessoa tem que despertar isso nela, e assim, a desculpa que o mundo precisa da agricultura convencional, eu não sei se é válida, porque até hoje a agricultura convencional não conseguiu acabar com a fome”.*

As falas dos agricultores e agricultoras, nos mostram também como a prática da Agroecologia e do *Buen Vivir* alinhados, tem seu respaldo no processo de conscientização dos envolvidos quanto a importância da natureza não só para a prática produtiva, mas também, para o mantimento da vida num todo, colocando natureza e seres humanos num mesmo plano (MORAES; SORRENTINO, 2017; MMC, 2018; SABOURIN, 2014; SCHMITT, 2010; SCHMITT; TYGEL, 2009), como nos fala a entrevistada 2: *“Então, eu acho que primeiro de tudo, não somos duas coisas. O homem, o ser humano e, a natureza, meio ambiente. Eu acho que a gente é tudo parte de uma coisa só. Eu, ser humano, não sobrevivo sem o ambiente que eu vivo e aí, o ambiente que eu vivo inclui, a cidade, a natureza, inclui água, comida, ar”.*

Evidenciar a completude da relação do ser humano com a natureza, mostra o quão importante é a resistência e alternativa postas pela produção agroecológica, pois, buscando o bem viver da natureza, conseqüentemente, tem-se o bem viver dos seres humanos, como é visto na fala do entrevistado 2: *“[...] a natureza e o ser humano têm que viver em harmonia né?! Afinal de contas, tudo sai da natureza né?! A água, o alimento, o ar, se isso tudo não tiver limpo, não tiver da melhor maneira possível, como que fica a vida no planeta? Como que fica a vida do ser humano, dos outros animais, das árvores, da vida que tem nos rios, nos mares? Então, a relação do ser humano com a natureza, tem que ser mais perfeita e harmoniosa possível. Porque, a natureza não depende do ser humano, mas o ser humano, depende da natureza.*

A importância do equilíbrio, reciprocidade, harmonia e sustentabilidade na relação ser humano-natureza, não está presente apenas no âmbito da sociedade, mas também, nas estruturas organizativa de cunho econômico que também, promovem a valorização da natureza, do ser humano, via solidariedade, cooperação. Promovendo deste modo, a socio sustentabilidade.

#### *A socio sustentabilidade nas relações sociais e de produção*

Vimos que, o intuito dos SPGs é promover as formas organizativas da agricultura familiar, as quais são alternativas e ao mesmo tempo, resistências à agricultura convencional. Também, temos outra visão sobre a estrutura econômica do mesmo, visto que, suas relações se baseiam numa responsabilidade solidária (HIRATA, 2016; LEITE, 2013; THOMSON, 2015).

Assim, tais princípios presentes no cotidiano do SPG Sul de Minas, a partir do momento em que temos a cooperação nas práticas agrícolas, por meio dos aprendizados, como é apontado pela entrevistada 3: *“Eu acho que ela acontece a partir do momento em que você se dispõe a aproximar cada vez mais dos seus companheiros de grupo né, conhecer realmente a sua metodologia de produção, o seu manejo...eu acho que...o que tem de mais interessante no SPG é incentivar essa aproximação... Eu acho que, ao lado da responsabilidade, mas é o lado do desenvolvimento também, do aprender, porque, ninguém aprende sozinho”*.

O fato de no final da fala anterior estar claro que “ninguém aprende sozinho” mostra que o SPG tem sua construção de modo contínuo e solidário, onde, não mais haja competitividade nas relações, mas sim, uma busca conjunta para que todos alcancem o *Buen Vivir* em suas práticas agrícolas, ou seja, a valorização das cadeias curtas de produção, não somente pela coletividade, mas, pelo fato dessa mesma, presente em todo o processo, trazer para o cotidiano, a prática da confiança (HIRATA, 2016; LEITE, 2013; LEÓN, 2014; SABOURIN, 2014; THOMSON, 2015). Sobre esta, o entrevistado 3 diz que *“o sistema participativo, ele faz com que nós, agricultores, criamos espaços para gente se conhecer. E de certa forma, basear essa responsabilidade solidária em cima da confiança. Então, eu acho que essa confiança, essa troca de saberes, essas visitas, esses encontros, eu acho que eles embasam e dão suporte para a gente fortalecer essa responsabilidade solidária [...] E, eu acho que, todas as formas assim, gera uma confiança, porque, dificilmente você vai conseguir trabalhar num coletivo onde você não confia nas pessoas. [...] É, eu acho que o que diferencia é a questão do “porquê?” e “onde chegar?”, porque na minha visão, na agroecologia, a gente tem uma missão de beneficiar a todos, de forma mais solidária possível, como sistema de responsabilidade solidária, o benefício, ele também é solidário. Eu acho que o que diferencia é isso, é ... na agroecologia a gente procura cooperar com o outro e no convencional, a gente procura competir. E como você confia no seu competidor? Na pessoa que de certa forma quer te dar rasteira?”*.

A fala anterior evidencia a crítica do alinhamento entre o *Buen Vivir*, a Agroecologia e a ES em mostra a controvérsia em se viver a Agroecologia e não, a agricultura convencional. Enquanto a primeira promove a geração de trabalho e renda por meio de suas relações solidárias, a segunda mantém os princípios da Revolução Verde (ALMEIDA, 2009; ASSIS, 2002; SABOURIN, 2014; SCHMITT; TYGEL, 2009).

A responsabilidade solidária posta pelo SPG mostra o quanto há conscientização de todo processo produtivo, destacando a participação e a democracia-representativa nos processos de tomada de decisões (HIRATA, 2016; LEITE, 2013; THOMSON, 2015). Justamente por

promover a agricultura familiar e sua cadeia produtiva e de produção, temos pelos SPGs a autonomia dos agricultores em desenvolverem suas práticas, como nos fala o agricultor 3, no sentido de mostra que tais ocorrências seriam uma forma de autogestão: *“Eu acho que ter autogestão, é a gente ter autonomia. Ter independência, para a gente decidir o nosso rumo, independente do que tá se fazendo no geral. Então, é a gente acreditar e se os protagonistas da nossa história. Agora, no SPG como a gente trabalha num coletivo, eu acho que isso é bem notório, através das questões serem todas de maneira horizontal, onde todos contribuem para o sistema né...contribuem para o que de fato é importante fazer e a gente tem esse diálogo”*.

Assim, promover a ES dentro do SPG, é, principalmente ter a centralidade no ser humano e não no capital: *“A economia solidária é a forma da gente nos manter é...sem valorizar somente o capital. Porque hoje, nesse sistema capitalista, consumista, o que é valorizado é o capital e não, o trabalho das pessoas, não é valorizada a cultura das pessoas, não é valorizado o meio ambiente, não é valorizado o homem do campo e também, não é valorizado o consumidor que, acaba comendo na maioria das vezes, desculpa a palavra, mas muitas porcarias. E eu acho que a economia solidária, é quando a gente trabalha de forma que o produtor se sente valorizado; ele não tem aquele dinheiro como, apenas um papel, apenas uma riqueza; mas é o fruto do seu trabalho”* (Entrevistado 3).

Podemos perceber que a autonomia e valorização do agricultor, estão alinhados à valorização do saber local e de seu desenvolvimento, a partir do respeito e equanimidade que existe dentro da cadeia produtiva (BRASIL; BRASIL, 2013; FRANÇA FIHO; LAVILLE, 2004; NASCIMENTO, 2011; PINTO, 2006).

Vemos que, a autogestão se faz presente não apenas no nível macro, do SPG; mas também no nível micro, do cotidiano do agricultor, pois, ele é o cerne, peça central em toda a cadeia produtiva do SPG que resulta na comercialização de seus produtos (BRASIL; BRASIL, 2013; FRANÇA FIHO; LAVILLE, 2004; NASCIMENTO, 2011; SABOURIN, 2014; PINTO, 2006). Ou seja, na relação do produtor com o consumidor: *“Economia solidária para mim, seria um comércio justo, onde o consumidor paga um preço justo pelo produto e, o produtor, o agricultor recebe um preço justo também”* (Entrevistado 2).

A evidência nas relações sociais e de produção quanto ao conhecimento do consumidor sobre quem produz e da onde vem o seu produto, faz com que seja praticada as cadeias curtas de produção do SPG, além de fortalecer a prática da Economia Solidária no mesmo (BRASIL; BRASIL, 2013; MORAES; SORRENTINO, 2017; NASCIMENTO, 2011; SABOURIN, 2014; PINTO, 2006). Quanto a estar atrelada ao conhecimento, podemos evidenciar outra postura de resistência à hegemonia da agricultura convencional, através da decolonialidade do saber e do

poder, valorizando os saberes locais; tão presentes na agroecologia e também, como princípio da ES.

### *Saber local como resistência à agricultura convencional*

Se, pelo *Buen Vivir*, temos uma decolonialidade do saber, e, conseqüentemente, do poder, buscar trazer na horizontalidade das suas relações a coletividade também, por meio dos saberes (WALSH, 2007): “*Os agricultores estão sempre com as portei ras abertas para receber, para passar as experiências que eles vêm já fazendo dentro da propriedade e também, receber, acatar as orientações, as experiências técnicas, então eu vejo que sim. [...] Quando eu comecei...eu vi ela falar sobre de saberes as primeiras vezes, eu fui observar o que ela queria dizer com aquela palavra “troca de saberes”!* (Entrevistada 1).

O compartilhamento de experiências, mostra o quanto a organização do SPG evidencia e valoriza o saber local dos agricultores. Saberes estes, construídos diante de uma vivência dos mesmos com a natureza, de modo a tal prática se tornar parte vigente na certificação (ACOSTA, 2009; ARKONADA, 2011; MAMANI, 2010; MORAES; SORRENTINO, 2017), ainda como nos fala a entrevistado 1: “*Então, as ferramentas que usamos, que são as visitas de pares e verificação, quando a gente dá aprimoramento técnico [...] Então, eu acho que se dá assim, a certificação participativa, a base é a confiança e não, a desconfiança*”.

Fica evidente também que, pelo reconhecimento das práticas do SPG via legislação, temos o reconhecimento de entidades como o MAPA, que resgatam e enaltecem as práticas dos agrossistemas dentro da agricultura familiar, promovendo autonomia dos agricultores (HIRATA, 2016; LEITE, 2013; THOMSON, 2015): “*Nós não precisamos de pessoas formadas, acadêmicas para isso. O próprio projeto do MAPA é que o próprio agricultor certifique o outro. Por isso, essa solidariedade mútua tem que haver. E, também, essa responsabilidade, porque, se eu faço o certo e tô passando para o outro o que eu tô fazendo, são as experiências que estão dando certo [...]*” (Entrevistado 2).

A fala anterior ressalta que não se precisa de “pessoas formadas, acadêmicas” para que seja feita a certificação, mostrando que, além da valorização dos saberes locais, também ocorre um conflito entre pessoas de instituições legais e os agricultores. Isto porque, o SPG, baseado na solidariedade e confiança, tem nas chamadas certificações por auditoria, uma inversão de valores; onde, há hierarquização dos saberes, bem como a negação do saber local e estabelecimento de relações de poder (ACOSTA, 2009; ARKONADA, 2011; MAMANI, 2010; MORAES; SORRENTINO, 2017; MMC, 2018; PÁDUA, 2001; SABOURIN, 2014;

SCHMITT, 2010; SCHMITT; TYGEL, 2009): “*Que vem um inspetor desconhecido, não sei de onde, que olha toa uma papelada que tá anotado lá e dá uma olhada na sua propriedade e geralmente só no ano que vai que vai tá ali de novo. Eu acho muito mais seguro da maneira que se faz essa certificação participativa, em que todos participam o tempo todo entre si e dá uma segurança muito maior, uma credibilidade muito maior, porque tão todos vendo o que o outro está fazendo no dia a dia, e, todos são responsáveis uns pelos outros*” (Entrevistado 2).

A fala anterior, também destaca a resistência na valorização do saber local. Visto que, a certificação participativa, traz maior credibilidade para a forma como o produtor lida com a terra. Outra questão relacionada ao saber é que na prática coletiva do SPG, onde há promoção do equilíbrio na relação com a terra (ACOSTA, 2009; ARKONADA, 2011; MAMANI, 2010; MORAES; SORRENTINO, 2017; MMC, 2018; PÁDUA, 2001; SABOURIN, 2014; SCHMITT, 2010; SCHMITT; TYGEL, 2009), como é apontado na fala da entrevistada 3: “*Você vai notar que todo produtor orgânico, agroecológico, mesmo que ele tenha essa preocupação de ganhar dinheiro, de conseguir pagar suas contas, de melhorar seu padrão de vida, de ter tecnologia, claro, lógico...mas assim, a relação dele com a terra, com a semente, é quase que uma paixão mesmo né?! Você vê que existe uma forma diferente de se relacionar com a terra, com o produto, com a relação do comércio*”. Estas outras relações são formas alternativas em se mostrar a possibilidade de se ter outros modos de vida, organização e produção contrários ao modelo hegemônico. E também, por estas serem estabelecidas na construção do viver do agricultor.

Assim, temos que toda a vivência do *Buen Vivir*, pela Agroecologia e a Economia Solidária, acontece quando é estabelecida a equanimidade das relações entre ser humano e natureza, ligada às práticas agroecológicos, bem como à socio sustentabilidade. Além de que, evidenciar a busca pelo *Buen Vivir* como prática e resistência à alternativa ao desenvolvimento da agricultura hegemônica, promove não só, uma outra prática para a agricultura, mas também, um novo modo de vida, resgatando a solidariedade e autonomia em toda estrutura do SPG Sul de Minas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, buscamos demonstrar como a ontologia ética do *Buen Vivir* e as práticas da ES e da Agroecologia se aproximam, como resistência e críticas ao modelo de desenvolvimento conferido à agricultura. Nas análises das entrevistas postas nas seguintes categorias: entendimento da agroecologia como modo de vida; a valorização e conscientização

da relação ser humano-natureza; a socio sustentabilidade nas relações sociais e de produção; e, saber local como resistência à agricultura convencional, vemos que para além de uma organização voltada para a prática da agroecologia quanto sistema de desenho e manejo da produção, o SPG Sul de Minas, assume posição sociopolítica. Pois, por meio Agroecologia os agricultores têm consciência de que a socio sustentabilidade promove o bem-estar desta e de futuras gerações. Conseqüentemente, viver a Agroecologia não só na produção, mas nas relações que envolvem esta, promovem o *Buen Vivir* alinhado também à Economia Solidária.

Pois, a busca pelo viver bem não se limita aos bens materiais e à exploração da natureza, mas, pelo contrário, baseia-se em outros valores como: código de condutas éticas, dentre eles os espirituais para a harmonia e sustentabilidade da relação dos seres humanos com a natureza, o conhecimento, visão de futuro em ser consciente quanto aos modos de produção, valorização do ser humano, entre outros. Trazendo para o plano de uma filosofia de vida, a busca pelo *Buen Vivir* por meio da Economia Solidária e da Agroecologia de modo a resgatar a ancestralidade organizacional pré-colonial-capitalista. Ao mesmo tempo, em que se promove “novos” saberes e práticas de economia, sociedade e cultura, mostrando nessas alternativas, resistência e crítica ao desenvolvimento da agricultura convencional.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In.: BARBELT, D. D. (Org.). Um campeão visto de perto. Uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Heinrich Böll-Stiftung, 2012. p. 198-216.
- ALMEIDA, S. G. De. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In.: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 67-86.
- ARKONADA, K. Descolonização e Viver Bem são intrinsecamente ligados. **IHU On-Line**, São Leopoldo, ed. 340, p. 10-13, 2010. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3439&secao=340](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3439&secao=340)>. Acesso em: 18 mar. 2018.
- ASSIS, R. L. de. Agroecologia no Brasil: análise do processo de difusão e perspectivas. 2002. 169f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada- Desenvolvimento econômico, espaço, meio ambiente)- Instituto de Economia da UNICAMP, UNICAMP, Campinas, 2002.
- BRASIL, F. S.; BRASIL, M. S. Economia solidária, bem viver e decrescimento: primeiras aproximações. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 13, nº especial, p. 93-104, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- CHOQUEHUANCA, D. Hacia la reconstrucción del Vivir Bien. **América Latina em movimento**, p. 9-13, fevereiro 2010.
- ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta Política do II ENA**. Disponível em: <[https://fase.org.br/wp-content/uploads/2010/01/Carta\\_IIENA.pdf](https://fase.org.br/wp-content/uploads/2010/01/Carta_IIENA.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2018.
- FRANÇA FILHO, Genauto C.; LAVILLE, J. A Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- GUZMÁN, E. S. El marco teorico de la agroecologia. In: GUZMÁN, E. S. **Desde el pensamiento social agrario**. Córdoba: Servicio de Publicaciones Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos, Universidade de Córdoba, 2006. p. 221-248.
- HIRATA, A. R. **A constituição do Sistema Participativo de Garantia sul de Minas e sua contribuição para a Agroecologia na região**. 2016. 196f. Dissertação (mestrado profissional) Universidade Federal de Lavras, 2016.
- LEITE, R.M. Dez anos de regulamentação da agricultura orgânica, experiência de sistema participativo de garantia, avanços, desafios e oportunidades da agroecologia e produção orgânica no Brasil. **Planeta Orgânico**. 2013. Disponível em: <[planetaorganico.com.br/site/wp-content/uploads/2013/06/Dez\\_anos\\_de\\_Regulamentacao\\_da\\_Agricultura\\_Organica.pdf](http://planetaorganico.com.br/site/wp-content/uploads/2013/06/Dez_anos_de_Regulamentacao_da_Agricultura_Organica.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2018.

LEÓN, M. Economía solidária y Buen Vivir: nuevos enfoque para una nova economia. In.: EUSKADI, R. **Sostenibilidad de la vida. Aportaciones desde la Economía Solidaria, Feminista y Ecológica**. Bilbao: X, 2014. p. 43-54.

LUZ, T. R. da. **TELEMAR-MINAS: competências que marcam a diferença**. 2001. 307f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Belo Horizonte, 2001.

MAMANI, F. H. **Buen Vivir/ Vivir Bien: filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas**. Lima: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas- CAOI, 2010.

MORAES, F. C. De.; SORRENTINO, M. Agroecologia, movimentos sociais e bem viver. In.: SORRENTINO, M. et al. (Orgs.). **Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para práticas sustentáveis**. Piracicaba: MH-Ambiente Natural, 2017. p. 135-148.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC. Agroecologia: uma alternativa para a continuidade da vida. Folder, 2007. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

NASCIMENTO, C. A autogestão e o “novo cooperativismo”. In: BENINI, E. et al. **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. Volume I. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 91-100.

PÁDUA, J. A. (relat.). Seminário preparatório ao Encontro Nacional de Agroecologia realizado no Rio de Janeiro nos dias 27 e 28 de julho de 2001. Rio de Janeiro, agosto de 2001.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária: de volta à arte da associação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SABOURIN, E. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. Revista de Economia NE, Fortaleza, v. 45, p. 21-35, out./dez. 2014.

SCHMITT, C. J. Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. Mercado de trabalho: conjuntura e análise (Ipea), n. 4, p. 55-64, fev. 2010.

SCHMITT, C. J.; TYGEL, D. Agroecologia e economia solidária: trajetórias, confluências e desafios. In.: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 105-128.

SINGER, P.; Introdução à Economia Solidária. 5.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

THOMSON, C. R. **Sistemas Participativos de Garantia: O caso da Associação Natural de Campinas (SP) - muito além do controle**. 2015. 96 p.: il. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de São Carlos, 2015.

TRIVIÑOS, A. R. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.



WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In.: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (Orgs.). El giro decolonial: reflexione para una diversidad epistémica más alla del capitalismo global. Bogotá: siglo del Hombre Editores. Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, 2007.

## O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS FEDERAIS DE COMPRA INSTITUCIONAL, DE APOIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA, EM COOPERATIVAS DE AGROECOLOGIA

*MAZZEI, Bianca Burdini*<sup>63</sup>

*FARAH, Marta Ferreira Santos*<sup>64</sup>

### Resumo

No Brasil o processo de institucionalização da economia solidária, como política federal, começou no ano de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária SENAES/MTE, por meio dos programas governamentais articulados intersetorialmente entre diferentes ministérios. O processo de implementação de uma política pública possui complexidades próprias, que se tornam ainda maiores quando se refere a uma política pública social e intersetorial, como é o caso estudado. O objetivo dessa pesquisa é analisar o processo de implementação dos programas federais de compra institucional PAA e PNAE, considerados de apoio à economia solidária, em cooperativas de agroecologia. A análise do processo de implementação utilizada na pesquisa considera os principais elementos das abordagens top-down e bottom-up, em uma abordagem híbrida. Optou-se por uma pesquisa do tipo descritiva, com natureza qualitativa, e do tipo estudo de caso único com duas unidades integradas, constituídas por cooperativas de agroecologia do Estado do Paraná. Para a coleta de dados foi utilizada entrevista não estruturada com diferentes atores: membros de direção de cooperativa, atores implementadores e atores de diferentes níveis governamentais. Foram utilizados ainda os instrumentos de observação participante e de análise de documentos. Com base na literatura de implementação de política pública e no levantamento dos principais elementos que compõem o processo de implementação, foi elaborada uma estrutura analítica, que possibilitou o levantamento dos principais pontos de sucesso e de problemas dos programas estudados, que poderão ser utilizados para avaliação e fortalecimento do campo.

**Palavras-chave:** Política pública. Implementação. Movimento social. Economia solidária.

---

<sup>63</sup> Doutorado em Administração Pública e Governo FGV/EAESP, UNESPAR - Campus Paranavaí, [bbmazzei@gmail.com](mailto:bbmazzei@gmail.com)

<sup>64</sup> Doutorado em Sociologia USP/SP, Professora titular FGV/EAESP, [marta.farah@fgv.br](mailto:marta.farah@fgv.br)

## **THE PROCESS OF IMPLEMENTING A FEDERAL PROGRAMS OF THE INSTITUTIONAL PURCHASES, TO SUPPORT SOLIDARITY ECONOMY, IN AGROECOLOGY COOPERATIVES**

### **Abstract**

In Brazil, the process of institutionalization as a federal policy began in 2003, with the creation of the National Secretariat for Solidarity Economy SENAES / MTE (Secretaria Nacional de Economia Solidária SENAES/MTE, in Portuguese), through governmental programs articulated intersectorally between different ministries. The process of implementing a public policy has its own complexities, which becomes even greater when it refers to a social and intersectoral policy, as is the case of the research. Thus, the objective of this research is to analyze the national policy of solidarity economy through the study of the programs implementation process to support agroecology cooperatives. The implementation process analysis used in the research considers the main elements of the top-down and bottom-up approaches, in a hybrid approach. We chose a research in an exploratory type, with a qualitative nature, and a single case study with two integrated units. The selected units are agroecological cooperatives of solidarity economy in Parana state. For the data collection, an unstructured interview was used with different actors: members of cooperative management, implementing actors and actors from different government levels. Participant observation and documentary analysis were also used. Based on the public policy implementation literature and the survey of the main elements that comprise the implementation process, a specific analytical framework was developed. As results, the main points of success and problems that could be used to evaluate and strengthen the field were raised.

**Keywords:** Policy. Implementation. Social Movement. Solidarity Economy.

## 1 INTRODUÇÃO

Vários elementos são necessários para o desenvolvimento de uma análise do processo de implementação de uma política, por isso a sistematização desse processo de análise é essencial para o campo da administração pública.

A ênfase, nesse caso, é para os programas nacionais de apoio à economia solidária que foram institucionalizados a partir das ações do movimento social e da criação da secretaria nacional. O processo de *policy making* envolve a participação de múltiplos atores, governamentais e não governamentais, com destaque ao papel dos atores implementadores locais. Dessa forma, outras teorias aparecem para análise do processo de implementação. (BRUGUÉ et al, 2005; SUBIRATS et al. 2012; ARRETICHE, 2001).

A abordagem de pesquisa utilizada é o modelo híbrido de implementação de política pública, que incorpora os principais elementos das abordagens *top-down* e *bottom-up*. Essa abordagem considera que os problemas locais são explicitados pelos atores locais, que dão forma à política pública por meio do processo de implementação (elementos da abordagem *bottom-up*) e também os mecanismos de estímulos e constrangimentos apresentados pelo plano da política, porém sem representar um engessamento para a implementação (elementos da abordagem *top-down*). Os elementos centrais, considerados para a constituição da estrutura analítica utilizada na pesquisa toma como referência Silva e Melo (2000), Arretche (2001), Hill (2006), Subirats et al. (2012) e Lima e D'Ascenzi (2013), e são apresentados como: o plano formulado para cada programa selecionado, a diversidade dos atores governamentais e não governamentais envolvidos no processo de implementação, o plano de estratégias desenhado pelos implementadores para organizar suas ações, o espaço de discricionariedade existente e as possibilidades de conflitos entre os diferentes níveis de governo.

Por isso, o problema orientador dessa pesquisa é: Como ocorre o processo de implementação dos programas federais e compra institucional, de apoio à economia solidária, considerando as cooperativas de agroecologia?

Assim, a primeira parte desse texto apresenta a economia solidária como política pública, em seguida há uma discussão sobre o processo de implementação de políticas públicas, seguido da descrição metodológica da pesquisa, e, terminando com a descrição do processo de implementação dos programas federais estudados - PAA – Programa de Aquisição de Alimento e PNAE – Programa Nacional de Aquisição de Alimentos, conforme os casos selecionados.

## 2 DESENVOLVIMENTO

## 2.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA

A economia solidária apresentou-se primeiro como um movimento social, mundial e nacional, que, no Brasil, passou a pressionar politicamente a agenda dos governos com ações pontuais, primeiro em alguns municípios e estados, e em 2003 começou a ganhar espaço em um governo federal cujas principais lideranças já havia construído diálogo.

Segundo Praxedes (2009), desde os anos 80, já existiam várias experiências pontuais de programas governamentais estaduais e municipais de economia solidária. No entanto, apenas em 2001, durante a realização do Fórum Social Mundial no Brasil, é que o movimento ganhou articulação nacional e força política, passando a pressionar as discussões de formação de agenda do governo federal (PRAXEDES, 2009).

No que se refere à definição conceitual de política pública, há diferentes concepções e abordagens. Para essa pesquisa, o conceito referencial adotado é o de Farah (2013, no prelo):

Um curso de ação, escolhido pelo Estado, com o objetivo de resolver um problema público. É integrada por ações do Estado – e de atores não-governamentais - derivadas da autoridade legítima do Estado, com poder de se impor à sociedade. O curso de ação escolhido é influenciado por ideias e valores e pela disputa entre diferentes atores e grupos, e se baseia em conhecimento técnico e em outras formas de saber.

Para melhor compreensão dessa definição de Farah (2013, no prelo), é interessante destacar os diferentes conceitos que a compõem. O primeiro ponto a ser evidenciado é que o Estado é a autoridade legítima, com poder político e legal, sob a influência e com a participação da sociedade civil, para as decisões que compõem o processo da política pública. Por isso escolhe um fluxo de ações para resolver problemas que foram reconhecidos como públicos, que entraram na agenda governamental. Nesse processo, as ações são orientadas por ideias, valores, diferentes tipos de conhecimento (técnicos e outros saberes) e pelas disputas entre os diferentes tipos de atores e grupos de interesse. Essas decisões são desmembradas em objetivos, ações, recursos e atores no desenho de programas ou ações públicas (SUBIRATS et al., 2012).

No processo formal para a constituição de uma política pública brasileira, a Política Nacional de Economia Solidária ainda não teve aprovação final. No ano de 2017 foi aprovado o Projeto de Lei 4685/2012 na Câmara dos Deputados do Congresso Federal, e, atualmente, se encontra aguardando votação, como PLC 137/2017, no Senado Federal. Esse projeto de lei dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e seus Empreendimentos Econômicos Solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Dessa forma, os programas públicos retratados nessa pesquisa estão, em sua maioria,

institucionalizados oficialmente como programas do governo federal, articulando com a definição de políticas públicas de Farah (2013).

Desde o início, houve grande dificuldade para a institucionalização de uma Política Nacional de Economia Solidária, e apenas em 2003, após grande discussão dos líderes do movimento com o então governo federal, foi constituída a SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária dentro do Ministério de Trabalho e Emprego – MTE. Inicialmente houve um debate entre o Governo Federal e os integrantes do movimento social sobre a decisão de criar ou não um ministério para a economia solidária. Então, optou-se pela constituição de uma secretaria. Essa decisão foi tomada como forma de tentar não provocar o “insulamento” em um único ministério e, assim, conseguir possibilidades de articulação e de intersectorialidade (REDE..., 2008).

A política nacional foi organizada de maneira transversal, passando por programas oferecidos em seis ministérios: MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDS – Ministério do Desenvolvimento Social, MS – Ministério da Saúde, MEC – Ministério da Educação, e MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e sua principal fonte de financiamento vem de fundos públicos: FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social, PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, e PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Por isso, dentre as primeiras preocupações da secretaria, uma decisão estratégica foi a realização de formações de agentes fomentadores nos demais ministérios e, posteriormente, por todo país (SCHIOCHET; SILVA, 2016).

Uma questão a se destacar é que a grande articuladora dos programas governamentais de apoio à economia solidária sempre foi a SENAES/MTE, com suas inter-relações com outros ministérios. No entanto, desde maio de 2016, com o processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, essa secretaria foi extinta.

Os principais atores (governamentais e não governamentais) institucionalizados e articuladores dos programas federais de apoio à economia solidária foram a SENAES – Secretaria Nacional, o CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária, a CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária, FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a Rede Nacional de Gestores de Política Pública de Economia Solidária (REDE..., 2008).

Nos espaços locais, esses grupos de implementadores são formados por: organizações do terceiro setor (sem fins lucrativos), universidades, incubadoras de empreendimentos econômicos solidários, gestores públicos estaduais e municipais e burocratas implementadores

de nível médio e de rua (secretários estaduais, secretários municipais, técnicos, psicólogos, professores, assistentes sociais, entre outros), além de outras organizações governamentais.

## 2.2 O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Como instrumento analítico, vários autores atribuem à política pública um ciclo de ações (*policy cycle*), diferentes e interdependentes: formulação, implementação e reformulação. As principais críticas a esse modelo teórico analítico se referem a: impossibilidade de separação total entre as partes do processo, uma vez que elas acabam ocorrendo concomitantemente conforme cada realidade; e ainda a inviabilidade de hierarquização das partes, pois estas se inter-relacionam e se organizam conforme cada situação, sem uma rigidez quanto à ordem (FREY, 2000; SILVA; MELLO, 2000; HILL, 2006). Apesar de suas limitações, quando cada uma das fases é vista de maneira independente, o *policy cycle* é considerado um importante instrumento de análise quando considera a política pública como um processo em que suas partes estão diretamente relacionadas (SILVA; MELO, 2000).

Sob essa perspectiva de processo, o objeto de análise dessa pesquisa é o processo de implementação dos programas de apoio à economia solidária, utilizando a divisão analítica para melhor entender as especificidades dessa fase em relação ao todo.

Há três gerações de pesquisas sobre o processo de implementação de políticas. A primeira teve como referência a abordagem *top-down* e, segundo Sabatier (1986), seus principais pesquisadores foram Pressman e Wildavsky (1973) e Sabatier e Mazmanian (1983). Nessa abordagem, a implementação começa com as decisões oficiais de uma política pública, que são tomadas/definidas por um governo central. Essas decisões consistem em definições detalhadas sobre: as ações oficiais de implementação e o público alvo; os objetivos; os principais fatores que afetam a política, seus resultados e impactos; a necessidade de reformulação com base na experiência empírica. (SABATIER, 1986). Para Subirats et al. (2012), essa abordagem traz a perspectiva dos legisladores e juristas tradicionais que tendiam a considerar a implementação como um processo meramente executivo, quase automática e mecânica.

Para Sabatier (1986), essas pesquisas, realizadas no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, chegaram a muitas conclusões pessimistas sobre os problemas com o processo de implementação das políticas públicas, uma vez que essencialmente a implementação ocorria de maneira diferente do planejado pelas autoridades centrais. Subirats et al. (2012) relatam como principal crítica ao modelo *top-down* sua rigidez quanto a normas, não permitindo incorporar as contribuições não previstas na formulação da política, e surgidas dos processos sociais e

políticos. Para o autor, os estudos empíricos mostraram a presença de uma série de modificações da concepção inicial, no processo de execução da política.

Sabatier (1986) também descreve o modelo *bottom-up*, da segunda geração de pesquisas, de análises do processo de implementação de políticas públicas, de 1975 a 1983. Para o autor, nessa abordagem, o foco da análise se desloca da perspectiva do decisor central para os demais atores (governamentais e não governamentais) negligenciados pela perspectiva *top-down*. Segundo Sabatier (1986), seus principais representantes foram Hjern e Hull (1982), Barret e Fudge (1981).

A metodologia do *bottom-uppers* começa com a identificação da rede de atores envolvidos na entrega do serviço público e no reconhecimento de que cada um deles possui seus próprios objetivos, estratégias, atividades e contatos. Então busca-se compreender as redes de contatos construídas pelos diferentes atores (nos níveis local, regional e nacional) envolvidos no planejamento, no financiamento e na execução dos programas governamentais. Os pesquisadores *bottom-uppers* concluíram que o sucesso do programa depende mais das habilidades dos indivíduos específicos presentes na estrutura local de implementação do que do esforço do governo central (SABATIER, 1986).

Para Lima e D'Ascenzi (2013), o modelo analítico *bottom-up* questiona dois supostos apresentados pelo modelo *top-down*: o de que os formuladores têm influência decisiva no processo de implementação e o de que a determinação de diretrizes explícitas, responsabilidades administrativas precisas e a definição de resultados exatos aumentam as chances de êxito na implementação das políticas. Para os autores, a discricionariedade dos implementadores é inevitável e até desejável, considerando os conhecimentos locais dos implementadores e a necessidade de adaptações do plano. Esses ajustes podem ser possíveis fontes de inovações, já que a política muda à medida que a implementação é executada, gerando o processo de formulação, implementação e reformulação.

No que se refere às limitações da abordagem *bottom-up*, Sabatier (1986) descreve: a - o foco nos atores com diferentes objetivos, estratégias e influências pode levar ao perigo de uma sobreposição de interesses de grupos centrais e com relações mais fortes sobre os periféricos e com menor poder de influência; b - a ênfase aos atores presentes na estrutura de implementação tende a levar a não consideração dos esforços anteriores de cada grupo de atores, para ter direito à participação no processo da política; c – reconhece a rede de relacionamentos dos atores envolvidos na política, mas não considera as variações entre eles, quanto às condições sociais e econômicas, a fatores legais, a recursos e às condições de participação; d – há maior



preocupação em entender a relação entre os atores de um setor específico, dando menor atenção às demais partes do processo de implementação.

Lima (2012) afirma que os dois modelos se diferenciam quanto ao foco da análise. Enquanto a abordagem *top-down* dá ênfase às normas e planos, a *bottom-up* enfatiza os atores, suas ações e relações. Lima e D'Ascenzi (2013) dizem que a diferença entre as duas abordagens está na forma como cada uma vê o problema de implementação. Enquanto na metodologia *top-down* a natureza do problema está no administrativo organizacional que desenha a política e sua solução está na especificação de objetivos e das formas de controles. Na metodologia *bottom-up*, o problema está nos conflitos de interesses e a preocupação está na obtenção de cooperação entre os participantes desse processo.

Assim, a partir das principais críticas às limitações de cada uma dessas abordagens, Hill (2006) destaca que, individualmente, nenhuma delas consegue compreender a complexidade do processo de implementação das políticas públicas, apresentando-as como metodologias “super-simplificadas”. Por isso, na tentativa de tentar captar uma melhor relação entre a política formulada e a implementação, o autor sugere uma aproximação das duas abordagens em uma combinação dos principais pontos, conforme cada contexto de implementação.

Dessa forma, com o desenvolvimento histórico dessas duas correntes inicialmente dominantes, conforme discutido por Sabatier (1986; 2008), Subirats et al. (2012), Hill (2006) e outros autores contemporâneos, surge uma terceira via de que combina as melhores características das análises *bottom-up* e *top-down* para análise do processo de implementação das políticas públicas.

Nessa perspectiva híbrida, Subirats et al. (2012) partem da proposta de Bardach para definir a implementação da política pública atraindo a atenção para todos os atores envolvidos no processo, e não somente os governamentais e centrais. Eles consideram tanto as decisões substantivas e formalmente institucionalizadas durante a programação de uma política pública, como as formas de ação para a implementação da política.

Arretche (2001) também apresenta a abordagem híbrida, de cima para baixo e de baixo para cima, quando reconhece a importância dos planos de políticas formulados sistematicamente com a apresentação dos objetivos e das estratégias do programa, e, ao mesmo tempo, a grande distância, que normalmente ocorre entre os desenhos dos programas e a tradução deles, nos resultados para seus beneficiários e provedores. Ela afirma ser essa distância uma contingência da implementação e atribui essa distância a decisões tomadas pelos implementadores no contexto em que trabalham. Por isso a autora diz que “[...] é prudente,

sábio e necessário admitir que a implementação modifica as políticas públicas.” (ARRETCHE, 2001, p. 46).

Nessa pesquisa, a abordagem híbrida, que considera os principais elementos das abordagens *bottom-up* e *top-down*, dá o direcionamento para a análise do processo de implementação de política pública.

Os elementos centrais, considerados para a constituição da estrutura analítica utilizada na pesquisa toma como referência Silva e Melo (2000), Arretche (2001), Hill (2006), Subirats et al. (2012) e Lima e D’Ascenzi (2013), e são apresentados como: o plano formulado para cada programa selecionado, a diversidade dos atores governamentais e não governamentais envolvidos no processo de implementação, o plano de estratégias desenhado pelos implementadores para organizar suas ações, o espaço de discricionariedade existente e as possibilidades de conflitos entre os diferentes níveis de governo.

### 2.3 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

O método utilizado na pesquisa é o estudo de caso, que, conforme Pozzebon e Freitas (1998, p. 145), “é definido como aquele que examina um fenômeno em seu ambiente natural, pela aplicação de diversos métodos de coleta de dados, visando a obter informações de uma ou mais entidades”. Nesse caso, o processo de implementação de programas governamentais é estudado por meio do levantamento de dados no ambiente das cooperativas pesquisadas, tendo como base as práticas locais e as experiências dos atores em seu contexto de ação. Nesse caso a unidade analisada é o processo de implementação dos programas governamentais de apoio à economia solidária para os grupos de agroecologia, e como unidades integradas foram selecionados dois empreendimentos econômicos solidários, cooperativas de agroecologia: a Copavi - Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda, localizada na cidade de Paranacity/PR, constituída no ano de 1993, a partir do assentamento Santa Maria, ligado ao MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; e a Cooperatvama – Cooperativa dos Agricultores das Comunidades 300 alqueires, Vila Rural, água dos Martas, 1000 Alqueires e Alvorada, localizada em Poema, distrito do município de Nova Tebas/PR, formalizada no ano de 2006 e constituída a partir de um grupo de agricultores familiares que não conseguiam mais se manter na região.

Apesar da dificuldade de definição do conceito de agroecologia, utilizando como referência Assis e Romeiro (2002), as cooperativas agroecológicas, estudadas pela pesquisa,

fazem uso do modo de produção orgânica, considerando os princípios ecológico e agrônômico, e são formadas por pequenos produtores da agricultura familiar atuando coletivamente na geração de trabalho e renda, considerando o princípio socioeconômico.

Dentro dos programas nacionais considerados de apoio à economia solidária, o recorte dessa pesquisa consiste no processo de implementação de programas governamentais de compra institucional, cujos beneficiários são grupos de agroecologia: PAA e PNAE.

Quanto à natureza, a pesquisa se apresenta como qualitativa. Para a coleta dos dados, foram utilizadas as técnicas: entrevista não estruturada e análise de documentos.

As entrevistas foram realizadas de maneira não estruturada, conforme descrito por Hair et al. (2007), como aquela conduzida pelo entrevistador sem uma sequência de perguntas, permitindo uma discussão livre e aberta sobre o tópico de interesse, com a vantagem de poder explorar em profundidade elementos essenciais para a pesquisa. O processo de entrevista foi norteado pelos elementos que compõem o modelo híbrido de análise do processo de implementação de políticas públicas, considerando tanto os elementos da abordagem *bottom-up* como da abordagem *top-down*, conforme apresentados por Subirats et al. (2012): ponto de partida da análise da implementação, atores envolvidos, critérios de evolução da implementação, e questões fundamentais para a gestão do processo.

Ao todo foram realizadas vinte entrevistas, com gestores públicos que participaram da elaboração das políticas, atores implementadores e participantes dos EESs beneficiários dessas políticas. Para seleção dos sujeitos entrevistados, foi utilizada a técnica bola de neve de amostragem.

Conforme defende Vinutto (2014), a técnica de bola de neve para seleção dos sujeitos é utilizada quando o universo da pesquisa é grande demais e não há possibilidade de determinar probabilidade de seleção dos participantes da pesquisa. Nesse caso, são selecionados inicialmente informantes-chaves que indicarão os demais componentes da pesquisa, em um processo de indicação sucessiva, até que as informações comecem a se repetir completando o propósito da pesquisa.

Inicialmente foram selecionados três entrevistados, considerando suas características de agentes locais, com forte atuação nacional e com ampla rede de contatos na ECOSOL. A primeira delas teve forte atuação no âmbito federal do movimento e das políticas públicas, compondo o Conselho Nacional de Economia Solidária; a segunda é membro da Incubadora local e considerada como referência de atuação como organização de apoio ao movimento social; e o terceiro é um ator com grande trânsito no movimento nacional de economia solidária e membro de um antigo EES agroecológico.

Para o processo de indicação dos demais membros da pesquisa, foi tomado como referência o modelo de composição tripartite, de representação dos grupos de atores que compõem as representações dos fóruns e conferências nacionais do movimento de economia solidária – empreendimentos econômicos solidários, apoiadores do movimento e gestores públicos.

Também foram levantados dados por meio da análise de documentos como leis, atas, relatórios, projetos, contratos de prestação de serviço de implementação por terceiros e *sites* oficiais.

Para análise dos dados, foi utilizada uma categorização analítica construída a partir dos componentes teóricos que compõem o processo de implementação de políticas públicas, a partir de Silva e Melo (2000), Arretche (2001), Hill (2006), Subirats et al. (2012), e Lima e D’Ascenzi (2013). A estrutura analítica é composta pelos elementos: estrutura do programa/plano, diversidade dos atores (governamentais e não governamentais), especificidades de contexto, planos de ação/estratégias para implementação, espaço de discricionariedade e conflitos entre os diferentes níveis de governo.

## 2.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO CASO

Apesar de atender a agricultura familiar de forma geral, o **PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos é considerado um programa de apoio à economia solidária, tendo surgido como resultado da articulação da Secretaria Nacional de Economia Solidária com o MDS e o com o MDA. O programa estabelece prioridade de compras de organizações coletivas de agricultura familiar de economia solidária (cooperativas, associações e grupos informais), dá indicações de ações da CONAB (órgão executor do programa) para articulação com cooperativas e outras organizações formais de agricultores familiares, e fortalece o sistema de crédito de economia solidária fazendo convênios com as cooperativas de crédito e bancos cooperativos para realizar os repasses aos beneficiários do programa.

O **PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar -, com organização centralizada em órgão agenciado, responsável por todo o processo do programa (da elaboração do cardápio à compra dos alimentos por processo licitatório, e distribuição para todo o território nacional. (TUGOZ et al., 2017). Apesar de o objetivo do programa estar vinculado à qualidade da alimentação escolar, a normativa do FNDE que prioriza os agricultores familiares organizados coletivamente faz com que o PNAE passe a integrar o grupo de políticas nacionais de economia solidária, articuladas intersetorialmente entre o MTE, o MEC e MDA.

Em relação aos atores envolvidos no processo de implementação do processo de compra dos programas PNAE e PAA, nos casos estudados, ambos acontecem sob a responsabilidade do Município e dos órgãos de administração pública direta e indireta, como previsto nos planos institucionais. Nos dois municípios estudados o edital para a realização de cada chamada pública é elaborado por burocratas administrativos municipais, com a participação direta de agrônomos e nutricionistas. A definição dos produtos de compra é estabelecida a partir dos cardápios elaborados pelas nutricionistas, que são orientadas pelos agrônomos locais (municipais e da Emater) sobre os produtos disponíveis localmente e em cada período.

No caso da Cooperatvama, para o processo de formalização das ofertas, vendas e prestação de contas pela cooperativa para o PAA, esta recebe formação e assessoria dos técnicos da Prefeitura, técnicos da Emater e técnicos e estagiários da Unitrabalho/UEM. Assim é possível ver a articulação de uma *policy network*, no sentido apresentado por Brugué et al. (2005) para o processo de implementação desses programas. Esse trabalho de formação e assessoria é fundamental para a Cooperatvama, uma vez que seus trabalhadores ainda não possuem formação suficiente para participarem sozinhos dos programas de compra pública institucional federal. Também são os agrônomos que avisam a cooperativa sobre a abertura dos editais de chamada pública.

Os agrônomos de Nova Tebas - um da prefeitura e dois da Emater - têm contato direto com a Cooperatvama e seus agricultores familiares associados. Segundo o secretário municipal da agricultura, a agrônoma da Emater, e a direção da cooperativa, há estreita relação no trabalho frequente de parceria entre as duas organizações, atuando em conjunto principalmente para propiciar o acesso da cooperativa aos programas governamentais. E, ainda, há também uma relação de parceria dessas instituições com o incubadora Unitrabalho/UEM, embora a distância geográfica da incubadora (localizada a uma distância de 175 km, em Maringá) não permita a mesma relação do convívio.

A Cooperatvama participou do programa PAA do início de sua constituição até o ano de 2016, quando atingiu um montante de vendas para o mercado não governamental compatível com a produção da cooperativa, levando a decisão de não participar desse programa público no ano de 2017. Ela nunca participou do programa PNAE por não conseguir documentação adequada (DAP Jurídica) em tempo.

No caso da Copavi não há a mesma relação com esses atores para a participação nos programas PAA e PNAE, uma vez que a cooperativa demonstra maior autonomia no processo. Segundo um dos entrevistados da direção da cooperativa, eles mesmos fazem a busca pelos editais públicos, também recebem informações do MST e da rede de contatos do movimento

da economia solidária. A Copavi valoriza muito a formação educacional e envia para centros maiores seus membros interessados em cursar graduação e mestrado, em áreas de conhecimento que tenham relação com a cooperativa. Dessa forma, a cooperativa possui membros com formação e informação suficiente para buscar oportunidades de editais e para participar desses processos dos programas públicos.

A Copavi não participa mais do PNAE e do PAA desde o ano de 2013, quando a nutricionista retirou do cardápio de compra os produtos lácteos que a cooperativa fornece. Com isso, a quantidade de produtos possíveis para o fornecimento ficou muito pequena, levando a decisão por não participar mais dos programas. Nesse caso ficou clara a discussão de Barret e Fudge (1981) sobre o implementador mudando a política pública, ao menos por um tempo.

No caso da Cooperatvama não foram evidenciadas relações de atritos ou desentendimento entre os atores implementadores. O que transpareceu ao longo das entrevistas foi uma relação de cordialidade e parceria entre os atores da prefeitura, da Emater e da Unitrabalho/UEM.

No caso da Copavi, conforme já esclarecido anteriormente, há poucas relações com outros atores locais. A Unitrabalho/UEM esteve presente no desenvolvimento de um projeto de extensão universitária e as demais relações acabam sendo de parcerias para organizações de eventos locais do movimento e da política nacional de ECOSOL, como a organização das Conferências Regionais de Economia Solidária, entre outros.

Quanto aos valores dos atores implementadores, relacionados ao movimento de economia solidária, ficaram evidentes nos relatos dos gestores municipais entrevistados do município de Nova Tebas, e nos técnicos que trabalham atualmente ou já trabalharam na Unitrabalho/UEM. Com relação aos técnicos da Emater, ficou mais evidenciado o foco na organização coletiva pelo fortalecimento produtivo e econômico do grupo, e não nos valores do movimento de economia solidária como outra forma de desenvolvimento.

Os valores da produção orgânica e agroecológica foram identificados como elemento central, na direção da Cooperatvama, na direção da Copavi, na agrônoma da Emater de Nova Tebas e em técnicos que atuam ou já atuaram na Unitrabalho/UEM.

Para os demais atores, a agroecologia não pode ser considerada como um valor central, mas que caminha em paralelo à atividade econômica, com peso bem maior para o econômico. A presença de atores implementadores descrentes nos valores da agroecologia e com prioridade para a produtividade e resultados financeiros provocou forte descontentamento por parte da direção de uma das cooperativas, que disse ter receio de algum produtor sentir-se “tentado” a retornar ao caminho mais fácil da produção agrária com venenos.

Após a apresentação dos atores implementadores dos programas nacionais de apoio à economia solidária estudados, são agora evidenciadas as especificidades de contextos para cada um dos atores envolvidos.

As duas cooperativas, unidades de análise dessa pesquisa, foram constituídas por agricultores sem condições de permanecerem na terra, sem o apoio de programas públicos, e possuem como princípio fundamental a agricultura orgânica. No entanto, cada uma delas apresenta condições que são próprias a sua origem e a sua história, e possuem peculiaridades que precisam ser consideradas para o processo de implementação de qualquer programa governamental.

A Copavi possui a condição de ter sido formada a partir de políticas de reforma agrária e pertencer ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. O MST possui forte articulação e estrutura nacional que incluem princípios de organização coletiva que também estão presentes no movimento de economia solidária. Os grupos do MST possuem fortes características de formação política originado da própria construção do movimento e da busca por espaços na política, na sociedade e no campo rural, “com uma identidade e uma consciência que os insere nos embates políticos do nosso tempo” (CALDART, 2001, p. 211). Esse movimento de “luta” por terra, por direitos e por condições de trabalho faz com que os grupos busquem formação educacional e estrutura organizacional que propiciem a menor dependência possível dos demais setores da sociedade e de grupos políticos que os marginalizem. No caso da Copavi é possível perceber as características de: sentimento de pertencimento aos movimentos de ECOSOL e MST; incorporação de valores de coletividade presentes na história do cooperativismo; formação social e política; formação educacional em áreas de interesse da cooperativa (incluindo graduação, especialização e mestrado); autonomia em relação aos grupos locais (governamentais e não governamentais) que se manifestam contrários ao movimento; articulação com grupos nacionais que fortalecem o MST e o movimento ECOSOL; não detém a posse da propriedade da terra como possibilidade de fiança para crédito; adesão aos valores da agroecologia (produção orgânica, de pequenos produtores rurais e locais); entre outros.

A Cooperatvama foi formada por pequenos agricultores de uma região de difícil acesso e com sérios problemas de êxodo rural. Sem condições econômicas de se manterem no campo, com a percepção do esvaziamento local e com forte sentimento de pertencimento à região, encontraram na coletividade uma alternativa para a promoção socioeconômica do grupo e do local. Esse grupo não demonstra muito envolvimento com o movimento social da economia solidária, embora encontre nele afinidade com os valores do cooperativismo, com os quais estão fortemente envolvidos. Outro valor primordial para o grupo se refere aos cuidados com o meio

ambiente e com o ser humano propiciado pela produção orgânica. A cooperativa “abre mão” de qualquer oportunidade de negócio ou de acesso a recursos (governamentais ou não governamentais), no caso de colocar em risco a produção orgânica. O contexto inicial da Cooperatvama era de abandono local, de isolamento e de invisibilidade (conforme o depoimento de uma cooperada), com condições de difícil acesso no distrito de Poema, distante 16 Km (dezesseis quilômetros) da área urbana, no pequeno município de Nova Tebas.

A Cooperatvama é um grupo que tem pouca formação educacional formal, possui limitações quanto aos aspectos formais de gestão, de elaboração de projetos e de prestação de contas, por isso é bastante dependente dos implementadores dos programas públicos como a incubadora, a Emater, a prefeitura e outros. Assim, as principais características da cooperativa são: forte sentimento de pertencimento ao local; ações orientadas por valores de coletividade e de práticas orgânicas; consciência sobre a força da cooperativa; menor consciência e participação no movimento social de ECOSOL; dependência dos implementadores para questões formais de gestão, elaboração de projetos e prestação de contas; localização distante e de difícil acesso; se encontra em estágio inicial no processo de industrialização dos seus produtos *in natura*.

Em relação ao PAA e ao PNAE, a Copavi tem encontrado bastante dificuldade de acesso. Essa dificuldade fica evidenciada pela falta de diálogo com a prefeitura (com bandeira política contrária ao MST e sem afinidades com os valores da ECOSOL), que é responsável pela gestão local dos programas, e ainda pela retirada dos seus produtos do cardápio de compra.

Por outro lado, a Cooperatvama tem encontrado bastante apoio da prefeitura local para participação do PAA. O programa foi importante para o momento inicial da cooperativa por oferecer suporte econômico até conseguir um mercado externo suficiente para colocar sua produção. Quanto ao PNAE, a cooperativa não conseguiu organizar os documentos para o reconhecimento da DAP jurídica em tempo para participar dos editais de compra, e com a comercialização em volume suficiente pelo mercado não governamental, nesse momento não tem demonstrado interesse em acessar esse programa.

Quanto aos programas de compra institucional é interessante ressaltar o quanto foram importantes nos estágios iniciais das cooperativas, pois ofereceram uma alternativa de comercialização e renda com significativo suporte financeiro para o custeio dos custos fixos. No entanto, as duas cooperativas demonstraram ter superado o processo de dependência das compras governamentais, e hoje priorizam a comercialização com outros mercados.

Para oferecer o suporte necessário à Cooperatvama ao acesso aos programas PAA e PNAE, o secretário da agricultura do município de Nova Tebas aponta os problemas de



condições das estradas, de número reduzido de profissionais (um único agrônomo) e de veículo (um carro para atender toda a extensão do município) como principais dificuldades da prefeitura no processo de implementação. A agrônoma da Emater também relata os problemas de extensão territorial do município, das condições das estradas, do número limitado de agrônomos e de veículos da instituição como fatores limitadores do processo de implementação desses programas.

Outro ponto importante está na afinidade das instituições implementadoras com os valores do movimento social de economia solidária. Enquanto na prefeitura há uma sintonia com os valores da economia solidária como forma de desenvolvimento alternativa, na Emater os programas são considerados apenas como uma forma de inserção socioeconômica dos agricultores. O maior envolvimento com os valores da ECOSOL leva ao fortalecimento do movimento social e à priorização da implementação dos programas de apoio à economia solidária como estratégia de desenvolvimento, como uma forma de economia alternativa e do ser humano, enquanto o não envolvimento com esses valores leva ao uso dos programas apenas como alternativa de resultados econômicos.

São os atores implementadores que definem o plano de ação e as estratégias para o processo de implementação de cada programa. Os principais implementadores dos programas de apoio à economia solidária apresentados no caso são a incubadora Unitrabalho/UEM, Emater e Prefeituras.

Os planos dos programas PAA e PNAE apresentam estratégias de implementação já bem definidas e rígidas, com pouca possibilidade de flexibilidade de planejamento de ações locais pelos implementadores. Por isso, as prefeituras das cidades de Paranacity e de Nova Tebas realizam basicamente as etapas previstas pelos planos dos programas, com variação apenas para a definição de cardápios e na determinação na prioridade dos produtos a serem comprados.

Considerando a distância da Unitrabalho/UEM até as cooperativas atendidas pela incubadora, o plano de ação da incubadora, desenvolvido para a implementação do PAA e do PNAE, priorizou a oferta de cursos de formação e elaboração de uma cartilha (ROCHA et al., 2010). Tanto os cursos oferecidos, como a organização da cartilha, foram didaticamente organizados para orientação de todo o processo de acesso aos programas, incluindo orientação específica para o preenchimento dos documentos necessários. Além disso, há uma organização de visitas conforme a necessidade da Cooperatvama, pois a Copavi não demanda orientações para acessar esses programas. A agrônoma da Emater de Nova Tebas e o agrônomo da

prefeitura de Nova Tebas fazem visitas frequentes à Cooperatvama para divulgação dos editais e assessoria para a participação desses programas.

Conforme o depoimento da agrônoma da Emater de Nova Tebas, como há poucos profissionais da Emater para uma área geográfica relativamente grande e de difícil acesso, uma das estratégias adotada é priorizar o atendimento aos grupos, cooperativas e associações, pois assim conseguem chegar até o maior número de agricultores familiares. Os trabalhos dos agrônomos da Emater são orientados a partir de dois eixos de atuação, direcionados aos agricultores familiares: assistência técnica para a produção (com foco na agroecologia e sustentabilidade) e organização econômica e social da agroindústria (pré-industrialização dos produtos). Por causa do foco de atendimento aos grupos, a Cooperatvama recebe atendimento prioritário da instituição. Segundo a agrônoma entrevistada, esses programas são considerados “carros chefes” para os técnicos da Emater, pois conseguem bons resultados econômicos para as cooperativas com a implementação deles.

Na Copavi, os programas PAA e PNAE foram acessados pela própria cooperativa, a partir da organização da chamada pública pela prefeitura. Não houve estímulos, incentivos ou avisos à cooperativa, que há algum tempo não está entre os grupos prioritários desses programas gerenciados pela prefeitura de Paranacity, embora apresente as características do grupo alvo descritas no plano dos programas federais. Na opinião dos diretores entrevistados, esse tratamento representa um distanciamento da prefeitura do município de Paranacity, por divergências com a cooperativa, ocorridas em momentos de disputa eleitoral municipal.

A decisões tomadas pelos atores no processo de implementação depende muito do espaço discricionário deixado pelo plano institucional do programa e das realidades de cada contexto. Nos programas PAA e PNAE os planos trazem uma descrição com detalhes e clareza do processo de implementação. As regras das operações para a elaboração dos editais para chamada pública e até organização para o cardápio são estabelecidas nacionalmente e parecem não deixar muito espaço de discricionariedade, a não ser para a seleção dos alimentos que compõem o cardápio conforme a produção local e as preferências do profissional de nutrição responsável. Nesse caso ficou nítida a influência dos atores locais no sentido de propiciar e estimular a utilização desses programas pela Cooperatvama, e no sentido de desestimular a utilização deles pela Copavi. Esses direcionamentos parecem ocorrer conforme a relação do implementador com os valores do movimento da economia solidária, conforme explicado por Lima e D’Ascenzi (2013), que dizem que as decisões dos implementadores nos espaços de discricionariedade são tomadas com base em sistema específico de ideias e valores. Assim, a afinidade da prefeitura de Nova Tebas com os valores da economia solidária promoveu maior

disposição dos atores implementadores, para que a Cooperatvama tivesse acesso aos programas, ainda que a cooperativa não tivesse muitas condições de gestão e de informações.

Por outro lado, na prefeitura de Paracity a não compatibilidade de valores com a economia solidária e com o MST fez com que os atores implementadores tornassem mais difícil o acesso aos programas pela Copavi, ainda que esta cooperativa estivesse em melhores condições de produção industrial (leite e derivados, panificados, entre outros) e de gestão e informações do que a Cooperatvama. As práticas narradas encontram embasamento em Lipsky (1980), quando diz que são os atores implementadores que realmente decidem e fazem a política, em suas interações no processo de implementação.

O Brasil é um país federalista com três entes federativos: União, Estados e Municípios e, de acordo com Farah e Barboza (2000) e Farah (2001), a partir dos anos 90 os governos subnacionais têm ganhado importância no *policy making*, com um movimento de descentralização, passando a exercer novas funções e atribuições, inclusive no processo de formulação. Assim, para o processo da política vão sendo integrados vários órgãos da administração pública com a sociedade civil e suas organizações. Essa integração envolve uma colaboração intersetorial e entre diferentes agências governamentais, e ainda uma articulação intergovernamental vertical (entre diferentes níveis de governo) e horizontal (entre diferentes atores do mesmo nível de governo). E, ainda, os próprios beneficiários da política também passam a ser sujeitos da política. Por isso é comum ocorrer conflitos entre diferentes níveis de governo ou entre diferentes organizações governamentais, no processo de implementação de um programa.

A articulação intergovernamental vertical está presente nos casos do PAA e PNAE, em que os programas federais são administrados localmente pelas prefeituras. No município de Paracity os governos locais eleitos têm sido de partidos contrários ao do governo federal, portanto a dificuldade de acesso aos programas pela Copavi pode também ser explicada como um conflito entre governos que se encontram em disputa eleitoral. Por outro lado, os governos municipais eleitos no município de Nova Tebas têm sido de partidos em diálogo com o do governo federal, por isso a Cooperatvama tem encontrado facilidade para acesso aos programas.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a economia solidária ter origem nos movimentos associativista e cooperativista, desde a primeira parte do século XIX, ainda hoje busca espaço para se consolidar como movimento social e como política institucional.

No campo teórico sobre implementação de política pública, há vários destaques para a complexidade do processo de implementação e de seus resultados diretos na própria formulação da política. Para vários autores, a implementação transforma a política (SILVA; MELO, 2000; ARRETCHE, 2001, SUBIRATS et al., 2012; LIMA; D'ASCENZI, 2013).

A articulação intersetorial dos programas nacionais de apoio à economia solidária ficou evidente nos relatos dos entrevistados e nos planos das políticas. Pode-se dizer que essa intersetorialidade entre diferentes ministérios e secretarias é fruto de uma estratégia inicial da SENAES, de construção de diálogos e de formação de agentes e de equipes em outros ministérios e em outras secretarias, conforme relato do gestor público. Com o objetivo de conseguir uma rede de expansão das políticas de economia solidária, esse trabalho junto aos outros setores do governo foi considerado prioridade por um dos gestores da SENAES, e o resultado pode ser visto no caso dos programas de apoio às cooperativas de agroecologia.

No processo de implementação foi observado que, mesmo nos programas com planos mais rígidos e com maior prescrição para as ações de implementação, como o PAA e o PNAE, as decisões tomadas pelos atores implementadores direcionam a política, facilitando ou dificultando a inclusão de grupos inicialmente previstos como beneficiários alvos do serviço público. Em relação aos atores implementadores ficou evidente a importância das relações construídas e dos valores relacionados à ECOSOL e à produção orgânica.

Atualmente, o principal desafio do movimento social de ECOSOL é se reestruturar para novamente exercer pressão no sentido de retomada do investimento governamental em programas públicos para a área, e para a aprovação da lei nacional - PLC 137/2017. Dessa forma, os estudos de análise do processo de implementação dos programas desse campo possibilitam um processo de avaliação para o direcionamento desses caminhos.

## REFERÊNCIAS

- ARRETECH, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria C.; CARVALHO, Maria do C. B. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC, 2001.
- ASSIS, Renato L.; ROMEIRO, Ademar R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio ambiente**. Curitiba: UFPR. n.6, jul./dez. 2002, p. 67-80.
- BARRETT, Susan; FUDGE, Colin. **Policy and action – essays on the implementation of public policy**. Nova York: Methuen, 1981
- BRUGUÉ, Quim; GOMÀ, Ricard; SUBIRATS, Joan. *Gobernar ciudades y territorios en la sociedad de las redes*. In: **Reforma y Democracia**. Caracas: CLAD, n.32, jun./2005.
- CALDART, Roseli S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP. v.15, n.43, 2001, p. 208-224.
- FARAH, Marta F. S.; BARBOZA, Hélio B. Apresentação. In: FARAH, Marta F. S.; BARBOZA, Hélio B. (Orgs.) **Novas experiências de gestão pública e cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 5-17.
- \_\_\_\_\_. Parceria, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**, v. 35, n.1, p. 119-44, jan./fev., 2001.
- \_\_\_\_\_. Teoria de políticas públicas. In: ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita (org.). **Políticas públicas e o desenvolvimento brasileiro**. No prelo., 2013
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. n.21, p.211-259, jun. 2000.
- HAIR, Joseph F. Jr.; BABIN, Barry; MONEY, Arthur H.; SAMOUEL, Phillip. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Reimpressão. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- HILL, Michael. Implementação: uma visão geral. In: SARAVIA, Henrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). **Políticas públicas – coletânea**. v.2. Brasília: ENAP, p.61-89, 2006
- HJERN, Benny; PORTER, David O. Implementation structures: a new unit of administration analysis. **Organization Studies**. Califórnia: SAGE. Jan. 1981, p. 211-227.
- LIMA, Luciana L. A implementação da regulação dos prestadores privados no sistema municipal de saúde: os casos de Belo Horizonte/MG e Porto Alegre/RS. In: **Implementação de políticas públicas – teoria e práticas**. FARIA, Carlos A. P., São Paulo: PUC Minas, 2012, p. 154-181.
- LIMA, Luciana ; D`ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**. v. 21, n.48, p. 101 – 110, dez. 2013.
- POZZEBON, Marlei; FREITAS, Henrique M. R. Pela aplicabilidade – com maior rigor científico - dos estudos de caso em sistemas de informação. **RAC – Revista de**

**Administração Contemporânea.** Rio de Janeiro: ANPAD. V.2, n.2, maio/ago. 1998, p. 143–170.

PRAXEDES, F. Sandra. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. **Mercado de Trabalho / IPEA.** v. 39, p. 57-62, maio/2009.

REDE de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. **Políticas públicas em economia solidária:** uma reflexão da rede de gestores. Recife: UFPE/SENAES/MTE, 2008.

ROCHA, Cassiana S.; PINTO, Gheysa, J.; SILVA, Leandro T. **Programa de aquisição de alimentos, PAA:** compra da agricultura familiar com doação simultânea - CPR doação. Maringá: Caiuás, 2010. Disponível em <[http://www.unitrabalho.uem.br/administracao/bd\\_livros/arquivos/010814092857-2.pdf](http://www.unitrabalho.uem.br/administracao/bd_livros/arquivos/010814092857-2.pdf)>. Acesso em: 10. jul. 2017.

SABATIER, Paul A. Top-down and bottom-up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis. **Journal of Public Policy.** v.6, p.21-48. nov. 1986.

SCHIOCHET, Valmor; SILVA, Regilane F. A formação de gestores na política pública de economia solidária. **Mundo do Trabalho Contemporâneo.** São Paulo: Rede Unitrabalho. v.1, n.1, jul./dez. 2016, p.35-47.

SILVA, Roberto Marinho A. Políticas públicas de economia solidária no Brasil – conquistas de direitos e desafios institucionais. **Mundo do Trabalho Contemporâneo.** São Paulo: Rede Unitrabalho. v.1, n.1, jul./dez. 2016, p.8-34.

SILVA, Pedro L.B.; MELO, Marcus A. B. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil – características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Cadernos de Pesquisa – NEPP.** n.48. Campinas: Unicamp, 2000.

SUBIRATS, Joan, KNOWEPFEL, Peter, LARRUE, Corinne; VARONE, Frédéric. *Análisis y gestión de políticas públicas.* 2. ed. Barcelona: Editorial Planeta, 2012.

TUGOZ, Jamila E.; LEISMANN, Edison L.; BRANDALISE, Loreni T. O programa nacional de alimentação escolar (PNAE) como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. IN: SILVEIRA, José H. P.(Org.) **Sustentabilidade e responsabilidade social.** v.3. Belo Horizonte: Poisson, 2017, p. 80-91.

VINUTTO, Juliana. Amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas.** Campinas: IFCH/Unicamp. n.44, p. 203 – 220, ago./dez., 2014.

## GESTÃO SOCIAL E PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO COM ENFOQUE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

*Lucas Freitas dos Santos<sup>65</sup>*

*Maria Eduarda de Sá Barreto Calou<sup>66</sup>*

*Ítalo Emanuel Pinheiro de Lima<sup>67</sup>*

### Resumo

A sociedade no âmbito da economia, pauta-se grande parte no capitalismo. Sendo um sistema econômico que tem como objetivo, lucro e acumulação de riquezas. Por outro lado, surge um novo modo de produção representado pela economia solidária que veio como alternativa ao modelo estabelecido. Diante do modo de produção capitalista estruturam-se modelos de gestão no qual vão em direção ao ideal capitalista e outros que oferecem opções amplas e com focos diferentes. Nesse aspecto, a gestão social vem se destacando ao trazer um novo olhar sobre os modos de produção e suas interfaces, validando de conceitos como o de democracia e participação com o intuito de evidenciar a importância de uma sociedade ativa nos processos decisórios. Seguindo essa linha, grande parte da Psicologia no Brasil em especial a área do trabalho teve seu desenvolvimento e atuação bastante atrelado ao sistema capitalista. Por outro lado, apresenta-se a Psicologia Social do Trabalho que vem trazer uma compreensão crítica sobre as relações de trabalho, de produção e os modos de subjetivação que ocorre nesse meio. Dessa forma, o presente trabalho vem apresentar os campos de desenvolvimento da Gestão Social, da Psicologia Social do Trabalho, com o intuito de apresentar interfaces entre essas áreas sobre o enfoque de atuação em economia solidária, através de um viés interdisciplinar. Foram apontadas algumas perspectivas em comum entre as atuações e a possibilidade de se realizar diálogos entre ambas que poderão tornar a prática em conjunto cada vez mais efetiva.

**Palavras-chave:** Gestão Social. Psicologia Social. Economia Solidária. Interdisciplinaridade.

---

<sup>65</sup>Discente de Psicologia, Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, lfreitasds1@gmail.com.

<sup>66</sup>Discente de Psicologia, Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, duducallou@live.com.

<sup>67</sup>Mestre em Psicologia, Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, italo@leaosampaio.edu.br.

## **SOCIAL MANAGEMENT AND SOCIAL PSYCHOLOGY OF WORK: DIALOGUES AND PROSPECTS OF ACTION WITH A FOCUS ON THE SOLIDARITY ECONOMY**

### **Abstract**

Society in the sphere of economics is heavily influenced by capitalism. Being an economic system that aims, profit and accumulation of wealth. On the other hand, a new mode of production arises represented by the solidarity economy that came as an alternative to the established model. Faced with the capitalist mode of production are models of management in which they move towards the capitalist ideal and others that offer broad options and with different focuses. In this aspect, social management has been highlighted by bringing a new look at the modes of production and their interfaces, validating concepts such as democracy and participation in order to highlight the importance of an active society in decision-making processes. Following this line, a large part of Psychology in Brazil, especially the area of work, had its development and performance very close to the capitalist system. On the other hand, it presents the Social Psychology of the Work that comes to bring a critical understanding on the relations of work, of production and the modes of subjectivation that occurs in this environment. Thus, the present work presents the fields of development of Social Management, Social Psychology of Work, with the aim of presenting interfaces between these areas on the approach of acting in solidarity economy, through an interdisciplinary bias. Some common perspectives between the actions and the possibility of holding dialogues between the two that could make the joint practice more and more effective were pointed out.

**Keywords:** Social Management. Social Psychology. Solidarity Economy. Interdisciplinarity.



## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade no âmbito da economia, pauta-se grande parte no capitalismo. Sendo um sistema econômico que tem como objetivo, lucro e acumulação de riquezas. Por outro lado, surge um novo modo de produção representado pela economia solidária que veio como alternativa ao modelo estabelecido (SINGER, 2002). Tendo em vista o atual vigente, sendo causador de desigualdades sociais, provedor de propriedades privadas e sendo o atenuante para as consequências econômicas.

Diante do modo de produção capitalista estruturam-se modelos de gestão no qual vão em direção ao ideal capitalista. Atualmente tal sistema apoia e se ancora em pressupostos individualistas, são ideais que apoiam o indivíduo a buscarem a acumulação no capital, sob uma determinada iniciativa de regulamentação investida. Onde o consumo permeia a vida das pessoas às deixando vulneráveis as questões mercantis. Com a globalização, com a Revolução Industrial e com conflitos ideológicos afins, impulsionaram o capitalismo se estender e sendo aderido ao mundo. Seus pressupostos divergem daqueles que acreditam no cooperativismo, no coletivo e na perspectiva igualitária (SINGER, 2002)

Comparato (2011) se pronuncia sobre como este sistema regula o funcionamento atual,

“O importante é frisar que esse conjunto de ideias, sentimentos, crenças e valores predominantes forma um sistema, que atua na mente de cada um de nós como uma espécie de reator automático, no julgamento de fatos ou pessoas. Nesse sentido, é uma realidade mental muitas vezes subconsciente e, quando reconhecida pelo sujeito, é não raro por ele ocultada, ou então expressa de modo enganoso.” (pág.2)

Partindo de quesitos eventuais, diferentes autores criticam e propõem novos modelos econômicos acerca da economia mundial. Buscavam inovar, procurando se distanciar do que o capitalismo entendia e ministrava. Augusto Comte, Émile Durkheim, Karl Max e Max Weber, por exemplo, se pronunciavam para elaborarem uma política que pensasse o indivíduo se relacionando com a sociedade. Interpretando e explicando o quão é possível entender as relações sociais sob a luz da economia. Acreditando que a economia influencia, modifica e atravessa o indivíduo enquanto agente social (COMPARATO, 2011)

Dentre os que concebem aspectos sobre inovações econômicas, a gestão social vem trazer um novo olhar, validando conceitos como o de democracia e participação efetiva afim de lucidar a importância de uma sociedade ativa nos processos decisórios. Atenuando principais conceitos cooperativos e que remetam a ações de autogestão, cooperação e empoderamento. Buscando através da responsabilidade social corporativa os principais termos para o

desenvolvimento sustentável seja da comunidade, seja da sociedade atuante (FRANÇA FILHO, 2008).

A Psicologia no Brasil em especial a área do trabalho teve seu desenvolvimento e atuação bastante atrelado ao capitalista. Dessa forma, apresenta-se a Psicologia Social do Trabalho que vem trazer uma compreensão crítica sobre as relações de trabalho. Ambas apresentavam e apresentam dinamismos sociais sobre atuações. Em diferentes contextos e épocas, estas consideravam o trabalho subjetivo característico da profissão, na qual se submete ou em uma instituição trabalhando com estratégias empresariais, ou com estudos acerca da realidade sócio cultural, em busca de evidenciar o potencial humano (BOCK, 2015)

Por conseguinte, as análises seriam para gerir associações entre movimentos de cunho comunitário e a Psicologia Social do trabalho, em prol de um enfoque sobre atuações conscientizadoras. Jacques (2008) pontua dizendo que “é da trajetória histórica emergem formas de intervenção e de intersecção entre Psicologia Social e Psicologia do Trabalho e das Organizações com diferentes filiações epistemológicas, teóricas, metodológicas e temáticas.” Ações conscientizadoras vão emergir do movimento da economia solidária para intervir em meios de atividades de produção. Sendo consequências do que o movimento busca e tem como finalidade multidimensional, ou seja, busca envolver proporções sociais, culturais, econômicos e político (JACQUES, 2008)

Nesse aspecto de aproximações entre as áreas trazidas, o presente artigo tem como objetivo estabelecer um diálogo entre a Gestão Social e a Psicologia Social do Trabalho com ênfase no funcionamento da economia solidária. Evidenciando suas reais necessidades e peculiaridade sobre este fator de motivação social. Buscando destacar as respectivas áreas, assinalando os principais conceitos pertinentes a pesquisa, relacionando ambas as linhas de estudo e destacando suas perspectivas de atuação no enfoque supracitado. A pesquisa foi percebida como necessária pela escassez de artigos, estudos e documentos sobre essa aproximação. O estudo em questão pretende se debruçar sobre a temática, a fim de proporcionar a relevância de estudos sobre essas dimensões econômicas, sociais e culturais. O mesmo é constituído de uma abordagem qualitativa de natureza exploratória. Utilizando como procedimento a revisão bibliográfica, através de livros e artigos científicos das bases de pesquisas do scielo e google acadêmico enfatizando os autores que abordam a temáticas aqui trabalhadas, para fim de buscar um diálogo entre as abordagens e gerar possibilidades de atuação transformadora.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. COMPREENSÕES ACERCA DO CONCEITO DE GESTÃO SOCIAL

Ao buscar contextualizar o conceito de Gestão Social, é necessário fazer um recorte histórico e conceitual no intuito de alcançar sua compreensão. A tentativa por sua definição deve ser compreendida de maneira crítica, evitando sua repercussão banalizada ou interpretações distorcidas que impossibilitem sua expansão teórica e prática para outros âmbitos, através de uma atividade interdisciplinar. Seu percurso abarca uma série de construções que a terminologia carrega, assim se faz necessário pensar a possibilidade de um delineamento do conceito devido a outros sentidos a ela atribuídos (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011).

Em seu aspecto histórico, evidencia-se o contexto de sua origem demarcada pelo imperioso modelo de gestão estratégica ou tradicional, pautado em uma perspectiva que enfatiza a superprodução, o aumento do consumo e a busca pelos métodos de controle severo, atrelado ao modo de produção capitalista. Este que já possui espaço amplamente difundido devido a seus resultados obtidos e na sua produtividade, mesmo desconsiderando aspectos relevantes referentes ao fator humano dentro das organizações. Nesse aspecto de grande demarcação do modelo de gestão tradicional, seria comum atribuir generalizações acerca do campo da Gestão Social, pois dessa forma, tudo o que não fosse tradicional se tornaria do campo da Gestão Social (DIAS; SOUZA, 2014).

Apontando para suas formas conceituais, o termo “social” empregado carrega conotações cujo estereótipo atribuído refere-se a um modelo de gestão voltado para as políticas sociais ou ambientais. Tal atribuição não vem sendo fortalecida, pois ao que se propõe a Gestão Social, sua ação estaria para além da resolutividade de demandas sociais direcionadas ao Estado, tendo em vista que a forma de gestão aqui explicitada, valoriza as estratégias que a própria sociedade elabora para lidar com as necessidades sociais sem necessariamente recorrer a outros âmbitos, desenvolvendo suas capacidades de autonomia (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011).

Da mesma forma que foi apresentado anteriormente, o termo ainda pode ser considerado para alguns, o fato de ter a presença de pessoas nesse modelo gerencial. Falar que um modelo de gestão é social apenas representando a presença de indivíduos nesse meio, é uma forma limitada em si, pois dessa forma muitos modelos gerenciais seriam assim considerados, tendo

em vista que há a presença de indivíduos permeando os mais diversos modelos estabelecidos. No caso da Gestão Social é dado ênfase na racionalidade substantiva, onde os aspectos referentes ao desenvolvimento humano e as questões emancipatórias se sobressaem, em contraponto a racionalidade instrumental que enfatiza o econômico. Nesse sentido, o social atribuído na Gestão Social refere-se ao espaço onde os sujeitos passam a manter relações sociais e possuem voz de forma igualitária e sem a presença de coação (DIAS; SOUZA, 2014).

Nesse aspecto, antes de lucidar um conceito sobre Gestão Social, é imprescindível compreender alguns aspectos da área, tais quais: de onde a área está partindo; qual seu espaço de desenvolvimento; e qual seu foco de chegada. Desse modo, para a composição desse trabalho serão observados os conceitos de Interesse Bem Compreendido (IBC), Esfera Pública e Emancipação, respectivamente. Tais propostas se configuram como categorias fundamentais na compreensão e no fazer da Gestão Social e tais representações se configuram como um processo de retroalimentação (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013).

A compreensão do Interesse Bem Compreendido é advinda de Tocqueville, onde o mesmo analisou as estruturas demarcadas pela aristocracia (com expressiva desigualdade e hierarquia) e pela democracia (passível de igualdade). Assim, o IBC seria tido como as práticas em que o bem-estar coletivo é priorizado ao bem-estar individual. Tal priorização não estaria a justificar que o bem-estar coletivo tenha mais relevância que o individual, mas sim compreender que ao alcançar o primeiro, conseqüentemente estariam se efetuando as ações do segundo. Ainda nessa perspectiva, conceitos de solidariedade sustentabilidade estariam abarcados pelo IBC compondo uma rede interligada. Pertinente a categoria do IBC, a solidariedade se figura como pano de fundo apresentando-se fundamental para a compreensão do ponto de partida. Pensar em solidariedade é perceber que existe interdependência entre os sujeitos, onde o outro deverá ser incluído e visualizado como ator fundamental. Enquanto que em outros modelos tradicionais são enfatizados os aspectos individuais na Gestão Social, o coletivo ganha espaço e passa a ser configurado pela via do diálogo (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013).

Como espaço de seu desenvolvimento, a Gestão Social atribuiu a Esfera Pública essa concepção. É designado como um espaço intersubjetivo no qual ocorre processos comunicativos, onde todos têm direitos iguais, sem sofrerem coações. Nesse meio é realizado a tomada de posições, são explicitadas as demandas e através disso, são realizadas um processo de filtração que mensure as questões pertencentes a coletividade. Nesse sentido, a medida que a Esfera Pública vai se desenvolvendo, a Gestão Social evolui tendo como uma de suas finalidades o desenvolvimento emancipatório dos indivíduos. Ainda dentro desta categoria conceitual da gestão social destaca-se o conceito de cidadania deliberativa, onde o mesmo

ênfata que a legitimidade das decisões políticas resulta de discussões coletivas por meio da participação e entendendo que o fazer da cidadania ultrapassa a mera participação em momentos de votação eleitoral. Lucidando o caráter comunicativo pautado em alguns princípios dos quais a igualdade participativa e a autonomia se fazem presentes (TENÓRIO, 2007).

Neste aspecto apresentado, tendo como sua finalidade, a Gestão Social atribui que a emancipação ocuparia este lugar final e que ao mesmo tempo acabaria retroagindo ao processo já percorrido. A categoria de emancipação é dita como a condição no qual o homem se reconhece como sujeito ativo de sua história, em uma tentativa de se desprender dos meios alienantes perpassados como modelos e instaurados na sociedade de base capitalista e de caráter opressor. O sujeito passa então a reconhecer suas potencialidades individuais que agregam valor ao coletivo e percebe-se como um ser político (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013).

Alguns autores como Cançado, Tenório e Pereira (2011), consideram que o conceito de Gestão Social está em processo de construção, afim de buscar desmistificar algumas das formulações existentes e as suas interpretações, por um lado. De outro modo, conceituar traz em cena a possibilidade de limitação do desenvolvimento da área, pontuando que poderiam estar enrijecendo suas atividades teórico e práticas e suas interfaces, no tangente aos escritos da área. Mesmo com tais pensamentos acerca da ação de conceituar, é apresentado uma definição da Gestão Social como um “processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais)” (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011, p. 08).

## 2.2. CONTEXTO HISTÓRICO DA PSICOLOGIA SOCIAL A LUZ DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O surgimento da psicologia no contexto histórico é demarcado na literatura pela criação do laboratório experimental de Wundt em 1879, marcado por um cenário onde o que imperava era o positivismo científico, e a psicologia nesse contexto se sentiu impulsionada a adequação a esse sistema presente. No Brasil a consolidação da Psicologia como ciência e profissão ocorreu períodos depois, no de 1962, através de sua regulamentação, mesmo a área já estando em desenvolvimento em suas diversas ênfases de estudo que ela possui (BOCK, 2015).

Um dessas ênfases pertencentes a Psicologia no geral, é a Psicologia Social. Este seguimento tem como objetivo buscar compreender os fenômenos sociais, suas interações, porém trata-se de um modelo mais tradicional e foi advindo de outros países que possuem outras

realidades. Neste aspecto, profissionais da área, sentiram-se na atribuição de trazer questionamentos sobre esse olhar que estava sendo dado, e ao mesmo tempo apresentar que esse modelo tradicional não apresentava respostas a realidade inserida (COUINHO, 2015).

Nesse aspecto surge uma nova modalidade, a Psicologia Social Crítica que defendia uma relação mais ativa e implicada de profissionais da Psicologia com o contexto social inserido. Incorporando aspectos culturais, gerando novos conceitos, categorias e respostas condizentes com a realidade local que visava transformação de realidades. Desse modo Góis (2008, p. 278) apresenta que a inquietação de atores da psicologia

deram uma guinada no discurso da Psicologia Social, principalmente na América Latina e Brasil, levando com isso a uma nova rota de construção de uma Psicologia Social crítica, contextualizada, preocupada com os problemas sociais e, mais que isso, comprometida com mudanças sociais de fundo, como a inclusão social e a redução das desigualdades sociais.

Nessa linha de atuação da Psicologia Social Coutinho (2015) trata que se estabeleceu uma conexão com o trabalho, tendo como premissa buscar compreender os modos da forma como existem, sem adequá-los a modelos tradicionais e assim evitar o processo de “psicologizar” (atribuir aspectos psicológicos puramente). Dessa forma é colocado a perspectiva do trabalho como categoria de análise, passando a compreender os sujeitos e suas formas de subjetivação através de suas relações com o trabalho. A ênfase neste trabalho se baseia nessa linha de pensar a Psicologia Social do Trabalho.

A reflexão sobre o diálogo entre a psicologia social e do trabalho, permite uma retomada a gênese de cada ênfase para que possamos entender em qual momento e em quais circunstâncias, estas duas áreas se conectam desempenhando contribuições para uma sociedade ativa

A princípio, a psicologia, segundo Jacques (2008) “renuncia ao seu passado filosófico e seus princípios epistemológicos, preferindo a redução do complexo ao simples, do global ao elementar, da qualidade à quantidade”, para assim se reconhecer e legitimar-se como ciência, tendo em vista o contexto temporal e social na qual estava submersa. As produções eram pautadas em princípios cientificistas nos quais prevaleciam modelos experimentais mensuráveis e teorias cabíveis a observação (JACQUES, 2008)

Entretanto, a psicologia social cuidando das questões interacionistas, se opõe a esse viés de estudo, por acreditar no potencial da natureza social. Os que se dispunham em estudar, observar, controlar e manipular ganharam visibilidade, proporcionando a expansão dos estudos sobre a psicologia e introduzindo esses estudos em outros âmbitos, como por exemplo, no espaço industrial. Em meio a conflitos ideológicos da época e imposições capitalistas, era

buscando reflexões e conscientizações acerca do contexto, compreensões dos processos da realidade social, mantendo princípios históricos e holísticos dentro dos seus pressupostos na organização, realizando um trabalho de entendimento sobre a interação de pessoal e de visibilidade aos problemas relacionais (JACQUES, 2008)

Concomitante, a teoria taylorista vinha disseminando princípios administrativos e inovando com concepções de benefícios unitários referentes à produção, avaliando o homem que trabalha com mais eficiência e que apresenta mais rendimentos. Fazendo estudos sobre o trabalho do operário. Em contrapartida, o movimento das relações humanas propõe diferentes concepções, buscando avaliar como as relações sociais prevalecem em um ambiente institucional, fabril ou empresarial. Chiavenato (1993, pág.105) relata que “a teoria das relações humanas passou a estudar intensamente essa interação social. Relações humanas são ações e atitudes desenvolvidas pelos contatos entre pessoas e grupos.” Foi sob essas condições de inserção de uma nova perspectiva humana e social, que a Psicologia Industrial fora ganhando visibilidade na sua prática (CHIAVENATO, 1993)

Ao passar do tempo a nomenclatura foi revisada. Por “industrial” restringir a prática do Psicólogo em suas ações interventivas. Pensando nisso, houve a mudança para “organização” que possibilitou a percepção, em questões de intervenção, em diversos outros setores, representando assim a expansão do psicólogo atuante (JACQUES, 2008)

Jacques (2008) menciona o seguinte fato sobre como a psicologia social adentrou neste meio,

“A Psicologia Social fornece um conjunto de conhecimentos capaz de sustentar um conjunto de ações do psicólogo, no âmbito das relações de trabalho, psicólogo este que passa a ocupar o lugar de assessor, lugar que representa sua melhor posição na hierarquia empresarial desde então.” (Pág.79)

Bernardo (2017) releva que os estudos da Psicologia social do trabalho “consideram o contexto microssocial, no qual a atividade laboral acontece, como as características macrossociais e históricas que a determinam.” De um lado o contexto capitalista determinante para as captações de recursos, do outro, estudos sobre posições sociais acerca do que seriam atitudes e disposições para o reconhecimento do ser humano. A partir do que consideram como princípios, ambos evidenciavam suas percepções acerca da humanidade e da realidade social. Dessa forma, as ações que conduziam seus trabalhos eram em prol seja da lucratividade, seja de trabalhos para conscientização na economia solidária.

Baratieri e Beatriz (2013) pontuam,

“Uma sociedade em que predominam os valores da competitividade e do individualismo, dificultam sobremaneira a introdução da cultura solidária, por significar enfrentar inúmeras contradições e superar algumas delas. O excesso de competitividade e ambição gerou impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos devastadores, a ponto de exigir uma grande e eficiente soma de esforços para sua reversão. Os indivíduos estão tão habituados a agir individualmente que a articulação eficiente de ações coletivas acaba se tornando um grande desafio.” (pág.72)

O trabalho do profissional psicólogo, enquanto atuante no processo de conscientização, alicerçada em pressupostos solidários, intervencionistas e comunitários, embasados na busca por novas alternativas de inclusão social e principalmente de alternar na geração de trabalho. Ao passo que vão encontrando formas inovadoras de manutenção comunitárias, os membros de uma comunidade seguem preceitos para o funcionamento específico de funcionalidade. Seguindo formas de autogestão, solidariedade, cooperação, comércio e consumo solidário tais grupos vão se gerindo e possibilitando um viés diferente do que é vigente (SINGER, 2002)

A economia solidária propõe um trabalho voltado para a solidariedade humana a fim de reconhecer aspectos como, a coletividade. As ações efetivas dos membros do grupo social proliferam práticas socioeconômicas, nas quais identificam as reais necessidades de um determinado contexto, e a geração de atividades econômicas será refletida através de disposições de autogeração de posses e riquezas, na tentativa de solucionar tais demandas do grupo social. Sua pluralidade na economia remete a novas perspectivas enquanto atuação populacional e ao fenômeno do grupo social. Ideais esses na qual segue princípios históricos e se contrapõem ao modelo de sistema econômico contemporâneo (FRANÇA FILHO, 2002)

Singer (2002) retrata que a economia solidária,

“Só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa Solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões.” (pág. 09)

França Filho (2002) refletindo sobre esses ideais menciona,

“A noção de economia solidária remete a uma perspectiva de regulação, colocada como uma questão de escolha de um projeto político de sociedade. Isso, em função precisamente da dimensão histórica desse fenômeno e das suas características fundamentais. Portanto, admitir a possibilidade de uma outra forma de regulação da sociedade através da ideia de economia



solidária, significa reconhecer uma outra possibilidade de sustentação das formas de vida de indivíduos em sociedade, não-centrada nas esferas do Estado e do mercado.” (pág. 13)

Singer (2002) retrata que “a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.” (pág.10) Acredita que esse modelo de funcionamento é advindo da desigualdade social provocada pelo o sistema capitalista na qual é vigente atualmente. E que a aplicação dos princípios segue efeitos, vantagens e desvantagens sobre a vida social em conjunto, igual e social.

Baratieri e Beatriz (2013) exemplificam dizendo que,

“A Economia Solidária surge como uma forma de combater as consequências advindas do modelo de produção capitalista. É uma maneira que os trabalhadores encontraram de aumentar/obter sua renda, de incluir-se novamente no mundo do trabalho. Os empreendimentos econômico-solidários passam a ser, então, uma oportunidade de resgate da dignidade humana e do desenvolvimento de autoajuda e ajuda mútua.” (pág.73)

Fazendo um recorte temporal e analítico sobre o desenvolvimento da economia solidária, percebe-se o quanto o seu crescimento favoreceu em uma nova perspectiva econômica, além de possibilitar reflexões sobre a vida comunitária. O movimento da economia solidária possibilitou ligar a atuação do profissional da Psicologia, exigindo-se deste, capacidades teóricas nas quais seriam exigências específicas da nova forma de método de empreiteiras econômicos solidários no Brasil (BARATIERI E BEATRIZ, 2013)

### 2.3 INTERDISCIPLINARIDADE E APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS ENTRE A GESTÃO SOCIAL E A PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO

O contexto social atual é repleto de aspectos que caracterizam os modelos de sociedade e os diferencia de outros de épocas passadas. Tais características demandam que as áreas do conhecimento se adaptem as mudanças na tentativa de buscar sua compreensão. Nesse aspecto pensar que uma área específica do conhecimento oferece suporte a esta compreensão, é um pensamento equívoco, tendo em vista que os fenômenos são multifacetados e que diferentes leituras poderão ser retiradas dependendo da abordagem que foi realizada, enfatizando o conceito de interdisciplinaridade (MORAES, 2015).

A interdisciplinaridade parte da convergência de áreas do conhecimento, visando possibilitar uma ponte de diálogos entre saberes, ampliando suas perspectivas e construindo novas percepções acerca de algum fenômeno estudado. Neste aspecto é possível que as

disciplinas não fiquem restritas em seus parâmetros, busquem ampliar os caminhos tendo acesso a outras visões superando a concepção dos fatos de forma fragmentada (PACHECO, TOSTA, FREIRE, 2010).

Através dessa formulação de interdisciplinaridade, será possível analisar aspectos que envolvam uma inter-relação entre os campos da Gestão Social e a da Psicologia Social e do Trabalho, em uma busca por desenvolvimento de organizações e de comunidades. A ênfase é aqui atribuída a relação entre esses dois campos de saber, porém cabe ressaltar que o entendimento da interdisciplinaridade perpassa também com outros âmbitos do saber, como administração, economia, direito e entre outros possíveis. Nesse sentido serão observados o desenvolvimento das áreas apresentadas na atuação em empreendimentos econômicos e solidários, assim como seus diálogos e perspectivas (LEITE, ANDRADE, 2013).

Para Spink (2012) a atuação diante de uma ação interdisciplinar, para sua ocorrência efetiva, passará possivelmente por algumas questões, compreendendo que cada disciplina possui seus limites, suas demarcações e seus métodos empregados para estudar um fenômeno. Tais aspectos ao podem apresentar-se como dificuldades e ao mesmo tempo como possibilidade de expansão de fronteiras. No domínio da Gestão Social, eventos realizados permitem a verificação da experiência interdisciplinar, respaldados por inclusão de novas discussões e sujeitos das variadas áreas do saber.

As ações da Gestão Social tanto em comunidades quanto em empreendimentos econômicos e solidários pode ocorrer de diversas formas, variando suas ações de acordo com o contexto inserido e as demandas levantadas. Um caso referente ao fazer da Gestão Social é trazido pela experiência de Nascimento, Rigo e França Filho (2014), ao retratarem o surgimento de um banco comunitário de desenvolvimento (BCD) denominado Serra Azul, pertencente a comunidade Lagoa das Serras, na Bahia, (ambos os nomes são fictícios por finalidade de resguardar as identidades dos envolvidos) através da necessidade levantada para fim de mudar a realidade socioeconômica local, que obteve apoio de uma empresa de extração de calcário local.

O BCD teve como finalidade maior, proporcionar o financiamento de outras iniciativas pertencentes a comunidade. Assim foram estabelecidos 4 eixos a serem abarcados pelo banco. A primeira teve como alvo oferecer suporte para o desenvolvimento de outros empreendimentos, tendo em vista que moradores tinham habilidades para tal, porém lhes faltava financiamento. A segunda demanda surgiu na modalidade de linha de crédito, para que moradores pudessem fazer reformas em suas casas. O terceiro eixo abarcou oferecer condições para que os jovens tenham acesso a formação através da ação denominada CrediJovem. E por

fim, o ultimo eixo foi referente ao consumo, enfatizando a importância da compra local (NASCIMENTO; RIGO; FRANÇA FILHO, 2014).

Outro estudo relacionado as práticas da Gestão Social em economia solidária são apresentadas por Dias e Souza (2014), onde os mesmos apresentam dimensões analisadas na Associações dos Produtores e Produtoras da Feira Agroecológica de Mossoró (Aprofam) que abarca a relação entre a Gestão Social e a Economia Solidária. Nesse aspecto, foram evidentes a presença de 3 dimensões consideradas relevantes, sendo elas, sociopolíticas, econômica e a organizacional. Na primeira, abarca as questões do próprio grupo envolvido. A segunda vem tratar as questões sobre vendas, redistribuição de renda e afins. E a terceira dimensão, dita como organizacional, engloba as questões de habilidades técnicas e gerenciais, assim como sua estruturação.

As práticas da Gestão Social apresentadas tratam-se de atividades aparentemente de caráter distintos em sua finalidade, porém possui sua base fundamentada na Gestão Social e seguem os princípios que orientam a economia solidária. De acordo com os escritos de Eidelwein (2009), é pensado a possibilidade de considerar a economia solidária como modelo da Gestão Social. Tal implicação se dá em decorrência das aproximações tanto das categorias estruturantes entre elas quanto das atividades postas em prática no dia-a-dia de modelos cooperativos, associativos e outras formas existentes. Evidencia-se ainda o poder transformador que o modelo de gestão abordado mantém no contexto de vida dos sujeitos.

No tangente a atuação da Psicologia no campo dos empreendimentos solidários, Beatriz e Carvalho (2015), vem apresentar a importância da formação de trabalhadores que participam desse modelo. Dessa forma são enfatizados que muitos sujeitos trazem consigo a bagagem advinda do modelo capitalista e que nesse caso é necessário a princípio o conhecimento para sua posterior aplicação dos princípios da economia solidária (solidariedade, participação, cooperação e entre outros). Ainda nesse aspecto, vincula-se a tradição entre patrão e empregado que passa a ser desconstruído no ambiente da autogestão, saindo de uma visão individualista para uma que enfatiza o coletivo e o processo de autonomia que é desenvolvido.

A atividade realizada por profissionais da Psicologia citado anteriormente é característico de um pensamento no qual atribui papel social a área e suas potencialidades no processo de transformação de realidades. Assim, esse âmbito do saber se faz uso do conceito de conscientização de Paulo Freire, entendendo que os sujeitos podem mudar suas realidades a partir da tomada de consciência, passando a observar os fatos de maneira crítica e se tonando protagonistas da sua história, na busca de desprender-se das estruturas alienantes que os cercam (VIEIRA; XIMENES, 2008).

O processo de conscientização não deve ser observado pelo simples fato de se tomar consciência, no sentido de conhecimento de algo. Este deve ser visualizado segundo Gois (2008, p. 64) como um “distanciar-se para explicar a realidade, ao mesmo tempo, o aproximar-se para transformá-la”. Da mesma forma o autor vem evidenciar a importância do encontro solidário e do diálogo-problematizador, entendendo que através do contato, da troca de experiências com os demais sujeitos através da fala, pode expressar aspectos da conscientização e esta se efetivar de forma concreta na forma de ações transformadoras.

As demarcações acerca do processo de conscientização vão de encontro ao conceito de cidadania deliberativa observando que no exercício da cidadania o sujeito enxerga a realidade, percebendo aspectos de alienação que o rodeiam. O sujeito passa pelo processo de conscientização e com o trabalho colaborativo nas tomadas de decisões passa a atuar de forma participativa, de acordo com o que as organizações com base na economia solidária propõem. Desse modo Tenório (2007, p. 58), aborda a questão afirmando que a cidadania deliberativa “une os cidadãos em torno de um auto entendimento ético. O âmago da cidadania deliberativa consiste precisamente numa rede de debates e de negociações, a qual deve possibilitar a solução racional de questões pragmáticas, éticas e morais”.

As práticas da Psicologia voltadas aos empreendimentos econômicos e solidários segundo Guareschi e Veronese (2009) podem proporcionar o desenvolvimento e a efetivação de formas alternativas de viver e trabalhar em sociedade, tendo em vista que o modelo aqui abordado necessita de sua compreensão para que sua prática ocorra nos moldes de sua teoria e não passem a ser reproduzidas ou confundidas com práticas relacionadas ao capitalismo. Assim como deve proporcionar reconhecer a subjetividade dos envolvidos e possibilitar o desenvolvimento de autonomia de suas práticas e a emancipação abarcando diversas áreas da vida dos indivíduos.

Emancipação essa que é visualizada como finalidade e meio de retroalimentação pela Gestão Social, entendendo esta na forma de “ser a libertação de uma dominação opressora, baseada nas relações de produção e reprodução da vida. Emancipação é a ruptura com a subalternidade e a recusa à manipulação” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013). E seguindo essa linha de pensamento, a economia solidária atribui como princípio a emancipação, a libertação por meio do trabalho (DIAS; SOUZA, 2014).

Além das atividades desenvolvidas pela Psicologia aqui descritas, com ênfase nos membros que participam de empreendimentos solidários, Santos e Oliveira (2015) realizaram uma intervenção com agentes de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), por meio de discussões e vivências com o objetivo de potencializar a atuação

destes, tendo em vista que as ITCPS se caracterizam por fomentar os empreendimentos autogestionários e portanto necessitam compreender o fenômeno e suas interfaces.

Finalizando essa categoria, Baratieri e Beatriz (2013, p. 80) ao desenvolverem uma pesquisa com 123 psicólogos e suas perspectivas atuações no campo da economia solidária, evidenciou algumas das atividades mais realizadas nesse campo. No tangente as temáticas envolvendo o comportamento humano, foram destacadas: “relacionamento interpessoal; gestão cooperativa – autogestão; formação dos cooperados (individual versus coletivo); processo de tomada de decisão; e administração de conflitos”. Referindo-se as temáticas do âmbito técnico, apresentaram as seguintes questões: “gestão básica – métodos e processos de produção em Economia Solidária; inserção do produto no mercado; desenvolvimento local; relações de trabalho assalariado – consciência crítica sobre o mundo do trabalho; e comércio justo e solidário”. Esses dados caminham de acordo com o percurso apresentado.

#### 2.4 POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES EXISTENTES NA ATUAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

O percurso de desenvolvimento da Economia Solidária é marcado por questões que favoreceram sua ascensão e difusão sobre seus conceitos e práticas através da divulgação e inserção de diversos atores, do mesmo modo que lhes surgiram demandas decorrentes do contexto inserido demarcado por imposição de modelos tradicionais. Fato esse que acaba por gerar conflitos de entendimento de sua proposta. No tangente as suas potencialidades de surgimento, Dias e Souza (2014, p. 12) enfatiza que

Os empreendimentos econômicos solidários viabilizados, legalmente, por meio de associações ou cooperativas nunca foram pensados como um substituto do sistema em vigor, mas como alternativas para inclusão dos excedentes de pessoas excluídas do mercado de trabalho, por via da solidariedade, cooperação e democracia, a partir de uma gestão social progressista, onde a organização estrutura-se em princípios não capitalistas e, ao mesmo tempo, opera em economia de mercado.

Acerca desse campo, pensar em uma atuação interdisciplinar é possibilitar o desenvolvimento de potencialidades que permeiam a economia solidária possibilitando uma transformação da realidade, incorporando uma análise crítica da Psicologia e suas práticas que favoreçam o processo de conscientização, assim como é um campo para a prática da Gestão Social, com sua estruturação e forma dialógica e democrática de gestão. Do mesmo modo, se

figura como espaço para promoção desse diálogo interdisciplinar que possibilita a expansão de todos os envolvidos nesse processo (LEITE, ANDRADE, 2013).

Nas práticas evidenciadas nesse trabalho foram identificadas algumas fragilidades no processo de efetividade da economia solidária. No trabalho de Nascimento, Rigo e França Filho (2014), foi apontada a instalação de forma bem-sucedida da do Banco Comunitário de Desenvolvimento, já citado anteriormente. A problemática surgiu em meio à boa atuação que o banco estava desempenhando, quando alguns dos moradores deixaram dívidas abertas no banco, impossibilitando suas ações. Os autores em questão apresentam algumas possibilidades para a situação e que podem até aplicar-se em outros contextos. Algumas questões refletem o despreparo de pequenas empresas tanto em nível teórico quanto prático, o que ocasiona em muitos casos o fechamento do estabelecimento. Fato esse que valida a importância de constantes atualizações e formações para lidar com as demandas emergentes.

Um aspecto de bastante relevância é que a atuação em economia solidária exige que seus membros dediquem um esforço adicional para além de desempenhar suas atividades. Os mesmos necessitam atentar as atividades do coletivo, da mesma forma em que precisam desprender-se da forma como é configurado o sistema capitalista, afim de evitar que suas praticas não fujam os princípios atribuídos a Economia Solidária (SINGER, 2002).

As questões apontadas, configuram-se como elementos importantes tanto para a manutenção, quanto para possibilitar pensar ações que venham oferecer suporte para as lacunas existentes, desse modo, segundo Eidelwein (2009)

Cabe destacar que o trabalho dentro da ES se volta para o desenvolvimento de valores e práticas emancipatórias não só para as pessoas que estão diretamente envolvidas nos empreendimentos, mas para a sociedade como um todo. O desafio de voltar-se para os interesses coletivos sem anular os sujeitos singulares, a partir de relações de reciprocidade e mutualidade implica em mudança na visão de mundo dos sujeitos que se inserem nesses espaços. Mudança que decorre do processo de produção de subjetividades singulares e coletivas voltadas para a (re)produção de uma sociedade mais justa.

Singer (2002) destaca que não é de interesse atribuir vantagens e desvantagens da autogestão e da heterogestão no intuito de compara-las para identificar qual o modelo de maior destaque, pois tratam-se de posições diferentes e que sua aplicabilidade e fins econômicos mantêm alvos diferentes. Sendo a autogestão voltados para ambientes de cunho coletivo e democráticos enquanto a heterogestão vincula-se a tornar as empresas competitivas e visam a lucratividade como bem maior.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do que foi exposto, destacou-se as demarcações que o âmbito da Gestão Social possui, referentes a sua conceituação e no tangente a sua atuação. As questões conceituais configuram-se de forma mais clara e mantém um perfil específico para o conhecimento e estudo na Gestão Social, tendo em vista a necessidade de diferenciação de outros modelos que passariam a utilizar a terminologia semelhante. A apresentação de sua estruturação, baseadas em ponto de partida, meio de desenvolvimento e sua finalidade fizeram-se relevantes para a compreensão e posteriormente, fornecer meio de diálogo com outras áreas de conhecimento, sejam científicos ou não (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011).

Nessa perspectiva, fez necessário contextualizar o seguimento da Psicologia numa tentativa de demonstrar seu percurso como ciência e profissão e sua inserção com as relações de trabalho. Sua demarcação também se fez necessário considerando que a Psicologia é ampla e nela se constituem diversas perspectivas de observar o homem e suas relações. É nesse aspecto que a Psicologia Social do trabalho vem dialogar com outras áreas do conhecimento, sejam elas, Antropologia, Sociologia e até mesmo a Gestão Social, onde são decorrentes de um histórico marcado pelas questões envoltas do coletivo e na busca por uma sociedade democrática, fazendo com que as questões participativas prevaleçam em situações de tomada de decisões (LEITE; ANDRADE).

A economia solidária se mantém como contexto propício para a aplicação e criação de práticas que favoreçam suas ações cotidianas com foco em seus princípios. Ainda se tratando de uma cultura em que a instalação de valores individualistas, competitivos e de ações focadas na racionalidade instrumental, já é instalada de forma maciça. Sua perspectiva também veio proporcionar que sujeitos adentrem no mundo do trabalho, porém com valores emancipatório e que permitem meios de expressão da subjetividade através da coletividade. Aqui é válido destacar o conhecimento necessário sobre o que constitui esse modo de economia, evitando repercussões não condizentes com a realidade ou até mesmo dificultar o processo de sua instauração em empreendimentos (BARATIERI; BEATRIZ, 2013).

Tendo em vista a observação dos seguimentos levantados, se evidenciou forte recorrência da atuação tanto da Psicologia Social do Trabalho quanto da Gestão Social na Economia Solidária. Ambos apresentaram suas especificidades de seu modo de trabalho e abordagem sobre as questões envoltas do modo de produção, relações de trabalho e ampliações de discussões sociais. Apresentou-se também diálogos possíveis a serem realizados e atividade de cunho semelhantes em sua finalidade, mesmo apresentando formas distintas em sua aplicação. No decorrer das explanações, evidenciou-se que o campo do trabalho interdisciplinar

é possível de ocorrência, pois ao mesmo tempo em que são aplicados os conhecimentos advindos de um setor do saber, é possível estabelecer trocas e construir em conjunto diálogo e práticas que até mesmo já apresentam semelhanças, mas que devido à falta de diálogo, acaba seguindo cada linha em seu sistema fechado. Pensar em ações que de fato favoreçam esse diálogo, se mantem como uma forte tendência para ações solidárias e democráticas e que também englobem outros tipos de conhecimento, par além do científico (SPINK, 2012).



## REFERÊNCIAS

- BARATIERI, I. L. BEATRIZ, R; M. Z. Campo de atuação do(a) psicólogo(a) no movimento da Economia Solidária no Brasil. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. vol. 16, n. 1, p. 71-86, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v16n1/a07v16n1.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2018.
- BEATRIZ, M. Z; CARVALHO, M. L. Psicologia e formação dos/as trabalhadores/as de empreendimentos econômicos solidários. In: **Psicologia Social e trabalho: perspectivas críticas**. Org: COUTINHO, M. C; FURTADO, O; RAITZ, T. R. Coordenadores da coleção: BRIZOLA, A. L. C; ZANELLA, A. V. –Florianópolis: ABRAPSO Editora: Edições do Bosque 26CFH/UFSC, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/129787/Book%20Psicologia%20Social%20e%20Trabalho%20pdfA.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.
- BERNARDO, M. H. Seção temática: Psicologia Social do Trabalho: uma perspectiva crítica de pesquisa e intervenção no campo do trabalho. **Estudos de Psicologia**, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2017000100001&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2017000100001&lng=pt&nrm=iso&tlng=en)>. Acesso em: 02 de abril de 2018.
- BOCK, A. M. **Psicologia sócio histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- CANÇADO, A. C; PEREIRA, J. R; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba, PR:CRV, 2013.
- CANÇADO, A. C; TENÓRIO, F. G; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. Cad. **EBAPE.BR**, v. 9, nº 3, artigo 1, Rio de Janeiro, set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v9n3/a02v9n3.pdf> >. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 4. ed., São Paulo: McGraw Hill, 1993.
- COUINHO, M. C. Psicologia Social do Trabalho em dois tempos. In: **Psicologia Social e trabalho: perspectivas críticas**. Org: COUTINHO, M. C; FURTADO, O; RAITZ, T. R. Coordenadores da coleção: BRIZOLA, A. L. C; ZANELLA, A. V. –Florianópolis: ABRAPSO Editora: Edições do Bosque 26CFH/UFSC, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/129787/Book%20Psicologia%20Social%20e%20Trabalho%20pdfA.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.
- DIAS, T. F; SOUZA, W. J. Gestão Social e Economia Solidária: o caso da associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Feira Agroecológica de Mossoró – Aprofam, Mossoró-RN. **Teoria e Prática em Administração**, v.4, n.1, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tpa/article/view/18112/10666>>. Acesso em: 20 de março de 2018.
- EIDELWEIN, K. Gestão Social: a economia solidária como possibilidade de modelo. **JURIS**, Rio Grande, 14: 41-54, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/juris/article/view/3205>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

FRANÇA FILHO, G.C.; Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia análise e dados**, Salvador: SEI. v12, 2002. Disponível em: <[http://www.socioeco.org/bdf\\_fiche-document-2066\\_pt.html](http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-2066_pt.html)>. Acesso em: 12 de março de 2018.

GÓIS, C. W. L. Psicologia comunitária. **Universitas Ciências da Saúde** - vol.01 n.02 - pp.277-297, 2008. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/cienciasaude/article/viewFile/511/332>>. Acesso em: 12 de março de 2018.

GÓIS, C. W. L. **Saúde Comunitária - pensar e fazer**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

GUARESCHI P. A; VERONESE, M. V. Porque trabalhar com economia solidária na Psicologia Social. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 40, n. 1, pp. 94-101, jan./mar. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1466/4147>>. Acesso em: 10 de abril de 2018.

JACQUES, MGC. Contribuições da psicologia social para o trabalho e as organizações. SILVEIRA, AF., et al., org. **Cidadania e participação social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 77-83. ISBN: 978-85-99662-88-5. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/hn3q6/pdf/silveira-9788599662885-08.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2018.

LEITE M. L. S; ANDRADE, B. S. Gestão Social, Interdisciplinaridade e Psicologia Social: Possibilidades, Experiências e limitações. **Revista NAU Social** - v.4, n.6, p. 152-168 maio/Out 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/view/314/264>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

MORAES, M. B. Interdisciplinaridade na Área de Gestão. **LAJBM** • v. 6, n. 3, p. 1-2, jul-dez/2015, Taubaté, SP. Disponível em: <<http://www.lajbm.net/index.php/journal/article/view/286/147>>. Acesso em: 06 de março de 2018.

NASCIMENTO, I. R. T; RIGO, A. S; FRANÇA FILHO, G. C. Gestão Social e Economia Solidária na Prática: O Caso de Lagoa das Serras. **RIGS** revista interdisciplinar de gestão social v.3 n.1 jan. / abr. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tpa/article/view/18112>>. Acesso em: 14 de março de 2018.

PACHECO, R. C. S; TOSTA, K. C. B. T; FREIRE, P. S. Interdisciplinaridade vista como um processo complexo de construção do conhecimento: uma análise do Programa de Pós-Graduação EGC/UFSC. **RBPG**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 136 - 159, julho de 2010. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/viewFile/185/179>>. Acesso em: 23 de março de 2018.

SANTOS, J. C; OLIVEIRA, B. A. M. Possibilidades para a Psicologia na economia solidária: atuação numa ITCP. **Psicologia & Sociedade**, 27(2), 372-382. 2015. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n2/1807-0310-psoc-27-02-00372.pdf>>. Acesso em: 16 de março de 2018.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.  
SPINK, P. K. Produção acadêmica em gestão social: é possível um campo interdisciplinar?  
In: JUNQUEIRA L. A. P. et al. (Organizadores) **Gestão social: mobilizações e conexões** /,. São Paulo: LCTE Editora, 2012.

TENÓRIO, F. G (org). **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV, Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

VIEIRA, E. M; XIMENES, V. M. Conscientização: em que interessa este conceito à psicologia. **Psicol. Argum.** jan./mar., 26(52), 23-33, 2008. Disponível em:  
<<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19735/pdf>>. Acesso em: 17 de março de 2018.

## INSERÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AGENDA GOVERNAMENTAL: ESTUDO A PARTIR DO CONTEXTO INSTITUCIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE

*Rafael Junior dos Santos Figueiredo Salgado*<sup>68</sup>

*Suzana Melissa de Moura Mafra da Silva*<sup>69</sup>

*Teresa Júlia de Araújo Melo*<sup>70</sup>

*Yuri de Lima Padilha*<sup>4</sup>

### Resumo

O artigo analisa a inserção de políticas públicas voltadas à economia solidária na agenda governamental do Rio Grande do Norte e no Brasil, tendo como aporte teórico a literatura relacionada às políticas públicas e a agenda governamental. Busca-se entender quais fatores e motivos possibilitaram a emergência, implantação e consolidação desta temática. A partir de uma abordagem qualitativa, os dados foram coletados por entrevistas semiestruturadas com quatro atores-chave do movimento da economia solidária no contexto nacional e estadual, dados estes que foram analisados por meio da análise de conteúdo, com o uso do software AtlasTI<sup>®7</sup>. Em fundamento da categorização foram criadas 03 categorias e 08 subcategorias. Os resultados indicam que a política da economia solidária entra na agenda institucional do governo federal a partir da pressão da sociedade civil organizada aliado à chegada de um partido permeável à política. O Governo Federal assume protagonismo na coordenação e financiamento da política e na indução de sua implementação no nível local (estados e municípios), entretanto, este processo não ocorre de forma articulada e estruturada, culminando na implantação de ações e programas isolados.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Política Pública. Agenda Governamental.

---

<sup>68</sup> Doutorando em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, rafa.salgad@gmail.com

<sup>69</sup> Doutoranda em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, suzanelissa@gmail.com

<sup>70</sup> Mestranda em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, julia.amt@hotmail.com

<sup>4</sup> Professor, IFRN; Doutorando em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, yuri.padilha@gmail.com

## **INSERTION OF THE SOLIDARITY ECONOMY INTO THE GOVERNMENTAL AGENDA: Study from the institutional context in Rio Grande do Norte.**

### **Abstract**

The article analyzes the insertion of public policies focused on the solidarity economy in the governmental agenda of Rio Grande do Norte and Brazil, having as a theoretical contribution the literature related to public policies and the governmental agenda. It seeks to understand what factors and reasons allowed the emergence, implementation and consolidation of this thematic. From a qualitative approach, the data were collected through semi-structured interviews with four key actors of the solidarity economy movement in the national and state context, which were analyzed through content analysis using the AtlasTI © 7 software. Based on the categorization were created 03 categories and 08 subcategories. The results indicate that the policy of solidarity economy enters the institutional agenda of the federal government from the pressure of organized civil society allied to the arrival of a political party permeable to politics. The Federal Government takes a leading role in the coordination and financing of the policy and in its implementation at the local level (states and municipalities), however, this process does not occur in an articulated and structured way, culminating in the implementation of isolated actions and programs.

**Keywords:** Solidarity Economy. Public Policy. Governmental Agenda.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar a inserção de políticas públicas voltadas à economia solidária na agenda governamental estadual e nacional. Para tanto, analisaremos a trajetória da economia solidária no estado do Rio Grande do Norte e no Brasil, buscando entender quais fatores e motivos possibilitaram sua emergência, implantação e consolidação dentro de um contexto político-institucional.

No Brasil, a institucionalização de políticas públicas voltadas à economia solidária iniciou em 2003 e prosseguiu, continuamente, por mais de uma década. O que caracteriza um período suficiente para análise de sua trajetória. Por outro lado, se comparada a outras temáticas, é uma política recente o que possibilita acesso aos atores que participaram ativamente de sua construção.

A investigação proposta busca preencher uma lacuna empírica e teórica, pois são escassas as discussões acerca da agenda governamental nas publicações sobre a temática. Nesta perspectiva, Capella (2007) evidencia que a análise da formação da agenda governamental, a compreensão de como questões se tornam relevantes num determinado momento, mobilizando esforços e recursos, são também questões importantes, porém ainda pouco exploradas pela produção acadêmica em ciências sociais no Brasil. Verifica-se que os principais trabalhos no âmbito das políticas públicas em economia solidária se concentram em dois eixos:

- Debatem o problema público e de que modo as políticas se configuram como alternativas a sua resolução, bem como avaliam resultados (BENINI, 2003; POCHMANN, 2004; ARAÚJO; SILVA, 2005; PRAXEDES, 2009).
- Remontam a trajetória, discutem sua institucionalização, mas não problematizam a agenda (LECHAT, 2002; SINGER, 2009; SCHIOCHET, 2009; 2011).

Nesse sentido, esse artigo está estruturado para que o leitor possa compreender os elementos inerentes à inserção da política pública de Economia Solidária na agenda governamental do Brasil e do Estado do Rio Grande do Norte. Para isso, primeiramente será discutida a política da Economia Solidária propriamente dita, suas definições e aspectos históricos; em seguida os postulados da teoria das políticas públicas, especificamente, como uma política entra na agenda governamental; seguido pelos procedimentos metodológicos; finalizando com as análises e considerações finais. Com essa estrutura é esperado que o artigo contribua para clarificar os desafios e dificuldades de inserir a política da Economia Solidária na agenda governamental e trazer para a teoria avanços para o debate.

## 2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: DEFINIÇÃO E BREVE CONTEXTO

A institucionalização da Economia Solidária nas políticas públicas no Brasil tem por marco a criação da Secretaria Nacional de Ações da Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no ano de 2003. A perspectiva da política, segundo Singer (2004), era combater a exclusão social e o desemprego por meio da inclusão produtiva.

Pochmann (2004) remonta a emergência do tema no contexto nacional sistematizando elementos socioeconômicos:

- Confluência de dois movimentos: (1) o aparecimento de um enorme excedente de mão-de-obra qualificada, não imigrante rural e aculturado pela disciplina do trabalho sistêmico e (2) o importante conjunto de militantes sociais críticos e engajado na construção de alternativas antineoliberais de organização social e laboral no Brasil mediante a constituição de alianças com segmentos excluídos da população;
- Crise de desenvolvimento, iniciada na década de 1980, que reduz o ciclo de industrialização e gera estagnação da renda per capita, bem como instabilidade nas atividades produtivas;
- Aprofundamento de uma combinação perversa entre o ciclo de financeirização da riqueza e a inserção passiva e subordinada do Brasil na economia mundial, o que o torna dependente da produção e exportação de produtos primários, gerando efeitos regressivos no mercado de trabalho nacional;
- Reestruturação produtiva.

Schiochet (2009) define a economia solidária como "a apropriação coletiva dos meios de produção, a gestão democrática das decisões por seus membros, e a deliberação coletiva sobre os rumos da produção, sobre a utilização dos excedentes (sobras) e, também, sobre a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização econômica". Os indivíduos envolvidos nessas iniciativas coletivas estavam, na maior parte das vezes, em condição social de pobreza, portanto, estas práticas produtivas tinham caráter emancipatório.

Singer (2009) afirma que a criação da SENAES ocorre "num momento em que a economia solidária estava entrando numa fase de crescente reconhecimento público e incipiente institucionalização". Antes da existência da política pública, a economia solidária era fomentada majoritariamente por entidades da sociedade civil mediante grupos de trabalho coletivos e cooperativos.

Diante das características específicas deste tipo organizacional e de seu modo de produção alternativo, Benini (2003) afirma que isto implica um novo tipo de política pública

para a questão de trabalho e renda com princípios e valores alternativo aos dominantes. Schiochet (2009, p.34) corrobora este argumento

A inclusão da economia solidária nas ações governamentais explicitava os limites e contradições do ‘Estado mínimo para o social’, pois a economia solidária exigia uma posição cada vez mais ativa dos governos: compor equipes qualificadas de gestores, planejar ações de longo prazo, viabilizar capacidade de alocação de recursos, integrar o Estado à economia real das comunidades. De alguma maneira pode-se afirmar que as exigências da economia solidária contribuíram para a crítica das políticas neoliberais e para a defesa da participação mais ativa do Estado no enfrentamento das questões sociais.

Quanto a análise institucional desta política, Schiochet (2009) enfatiza que é importante reconhecer que são "políticas de governo" e que o tema "ainda não foi incorporado na agenda dos direitos (da cidadania) e dos deveres (públicos)". Além disto, há um caráter intersetorial intrínseco a esta ação pública o que torna mais complexa a análise de sua institucionalidade.

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS E DEFINIÇÃO DA AGENDA**

O estudo sobre política pública concerne em entender como e porque governos optam por determinadas ações. Sua origem advém da ciência política, porém é também objeto de outras áreas do conhecimento (SOUZA, 2006). Na área de administração pública, a análise de políticas públicas passou a ser elemento integrante a partir da década de 1970 (FARAH, 2011).

Souza (2006) sistematizou e detalhou os principais conceitos referentes a políticas públicas, resgatando contribuições dos principais autores que se dedicaram ao estudo desses temas. Segundo a autora,

“[...] não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006, p. 24).”

O ciclo de políticas públicas tem sido utilizado em diferentes contextos e áreas como referencial teórico para estudar e analisar políticas públicas. Esta tipologia vê a política como um ciclo deliberativo, formado por várias fases e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado (SOUZA, 2006). Segundo Frey (2000), o ciclo político possui tradicionais divisões que pouco se diferenciam. Pode-se subdividir nos seguintes estágios: percepção e definição de



problemas, definição de agenda, elaboração de programas e decisão, implementação e, finalmente, avaliação e eventual correção da ação (SOUZA, 2006; FREY, 2000). A análise aqui proposta está centrada, prioritariamente, nas duas primeiras etapas, porque se compreende que são aquelas que configuram racionalidade inicial de uma política pública.

O primeiro momento do processo de elaboração da política se refere à percepção e definição de problemas, quando um problema é identificado e ganha relevância política por meio da mídia e de outras formas de comunicação política e social (FREY, 2000). Esta etapa se relaciona à ação de diferentes grupos de interesse para inserir suas reivindicações nas agendas governamentais, denomina-se definição de agenda - momento do ciclo político que será foco desta pesquisa. Serafim e Dias (2012) ressaltam que a delimitação entre o término da identificação de problemas e o início da montagem da agenda serve apenas para fins didáticos e de compreensão, pois, são momentos interdependentes.

A agenda é a lista de temas ou problemas que agentes de dentro ou fora do governo estão prestando atenção em determinado momento (KINGDON, 1995). Representa aqueles problemas e temas percebidos como prioridades e escolhidos como foco de ação dos agentes governamentais (THEODOULOU, 1995). A agenda enquanto priorização de temas e problemas a serem trabalhados por um governo (ROTH DEUBEL, 2006) produz disputa entre os diversos atores que fazem parte do jogo político. É a particular arquitetura de poder existente em cada situação que irá determinar quais os temas entrarão ou não para a agenda governamental (SERAFIM; DIAS, 2012).

Segundo Perèz e Seisdedos (2006), podemos classificar os sujeitos envolvidos nesta disputa em dois grandes grupos: os atores e os públicos. Os atores são aqueles que participam da definição da agenda, conforme a sua relação com o problema. Os principais atores são o legislativo, o governo, a administração pública, os grupos de interesses, os partidos políticos e os grupos de especialistas. O público, por sua vez, é composto por espectadores e beneficiários-fins da política pública, ou seja, os cidadãos. Quando o peso de um desses grupos for forte o suficiente para influenciar a agenda de governo, ele será compreendido como uma *agenda setter* (formador da agenda).

Os sujeitos sociais podem forçar os governos a inserirem determinada questão na agenda, através do oferecimento de suporte político (HOWLETT; RAMESH, 2003). Outra possibilidade consiste em grupos de interesse que possuem contato direto com agências governamentais e são capazes de incluir determinados tópicos na agenda, sem a necessidade de maiores interferências e sem necessidade de reconhecimento do público em geral. O governo também pode desempenhar um papel mobilizador dentro do público em geral. Após a decisão

de incluir determinada questão na agenda, os governos tentam inserir no meio público a justificativa de que determinada questão de fato é relevante, justamente pela mobilização na arena pública.

Kingdon (1995) caracteriza os atores governamentais afirmando que a “administração” inclui o presidente e seus demais cargos de livre provimento, como os ministros, a exemplificar, têm espaço importante na determinação da agenda, em geral como difusores de ideias que não são propriamente suas. Destacam-se também os servidores de carreira, possíveis agentes na formulação das alternativas de ação de uma determinada agenda e as relações que eles estabelecem com grupos de poder como o Congresso e grupos de pressão. O Poder Legislativo é outro setor que reúne atores da esfera governamental importantes na análise de uma política pública, conforme Kingdon (1995). Ele reconhece que, em nível federal, senadores e deputados são tão importantes quanto o Poder Executivo no processo de formulação das políticas públicas e de agenda.

Corroborando com a visão de Kingdon, Costa (2008) diz que no Legislativo, o corpo técnico e de assessores também possui importância, estes em especial, atuando nas comissões do Congresso, constitui um corpo de especialistas que podem se dedicar a uma determinada matéria, da qual possui conhecimento específico e conforme Kingdon (1995), isso faz com que os assessores sejam significativos na formulação de alternativas para as políticas públicas que entram na agenda e seus possíveis encaminhamentos.

Em contraponto, outra esfera influente na definição da agenda são os atores não governamentais, que interagem no intuito de influenciar a agenda do governo. Kingdon (1995), definiu que os três mais importantes agentes não-governamentais são os grupos de interesse, a comunidade acadêmica e a mídia. A importância dos grupos de interesse é reconhecida quando se integram a um debate já existente e a coesão é um elemento fundamental, uma vez que os representantes de grupos precisam convencer os demais atores de que são efetivamente representantes da coletividade. A comunidade acadêmica por sua vez, detém importância por se tratar de um grupo especializado em determinadas questões, entretanto sua capacidade se limita em influir nas alternativas para uma política do que na formação da agenda, a qual só influenciam no longo prazo. Por fim, aparece a mídia, que apesar de pouco influente no processo de formação de políticas públicas em si, é importante no processo de comunicação de uma determinada questão e como Costa (2008) descreve, para avolumar a adesão a movimentos já iniciados. Segundo Kingdon (1995), a opinião pública pode ter impacto na agenda de políticas públicas tanto para promover determinadas propostas como bloqueando outras.

Costa (2008) ressalta que a importância do debate em relação ao papel dos atores na formação da agenda governamental, deve-se às diferenças de recursos disponíveis e interesses envolvidos, e estes podem atrair ou afastar participantes de um determinado debate, alterando assim a possibilidade de um item integrar a lista de políticas públicas. O autor ainda faz uma análise semelhante à de Kingdon (1995) afirmando que os atores que interagem na formação da agenda governamental se dividem entre um bloco de atores governamentais e um de atores da sociedade civil. Entretanto, cabe ressaltar que é comum o trânsito desses atores de um grupo para outro, ou seja, um acadêmico pode virar ator governamental, ou esse ser afastado e passar a atuar com um grupo de pressão, por exemplo.

Birkland (2007) estabelece quatro níveis de agenda. A agenda universal contém todos os problemas e demandas que podem ser discutidas na sociedade ou sistema político. A agenda sistêmica consiste em todas as questões que comumente são percebidas pelos membros da comunidade política como merecedoras de intervenção pública e encontram-se no âmbito da autoridade governamental. A delimitação entre agenda sistêmica e agenda universal corresponde à jurisdição legítima da autoridade governamental. A agenda institucional é a lista de itens que explicitamente são considerados pelas autoridades e gestores públicos para sofrerem intervenção. A agenda de decisão diz respeito aos problemas específicos sobre os quais o corpo governamental definitivamente irá agir. O quarto nível definido por Birkland (2007) está relacionado à etapa subsequente, ou seja, para os itens presentes na agenda de decisão será feita a elaboração de políticas públicas, programas e projetos.

Essas classificações das agendas servem apenas para diferenciar entre intenção ou necessidade de se fazer algo e tomada de decisão propriamente dita. De acordo com Perèz e Seisdedos (2006), geralmente, problemas que compõem agenda governamental são provenientes da agenda sistêmica. A formação de agenda pode ser discutida mediante diversos quadros teóricos, tais como, modelo de decisão e não-decisão; "garbage can"; teoria dos Múltiplos Fluxos; Teoria do equilíbrio pontuado e Teoria das coalizões. Esta pesquisa adota o modelo de Múltiplos Fluxos de Kingdon (1995).

Este modelo elaborado por Kingdon (1995) elucida que determinado tema ou questão entra na agenda mediante a convergência de três fluxos: Problemas, Políticas Públicas (policies) e Política (politics).

O primeiro fluxo sugere que um tema entra na agenda mediante reconhecimento de um problema. Contudo, perceber um problema é uma construção política e social que permeia a influência de atores e grupos junto aos formuladores. Portanto, um problema precisa ser

definido e articulado. Os mecanismos que podem ser utilizados para isso são indicadores; eventos, crises ou símbolos; também, feedback das ações governamentais.

O fluxo das políticas públicas é também conhecido como alternativas. E o que leva uma alternativa a ser escolhida em comunidades políticas, corresponde a sua viabilidade, à adesão política, bem como a sintonia com valores da sociedade. Está intrínseco a esse fluxo a formação de consensos com base na persuasão. Nesta fase é realizada uma avaliação preliminar sobre os custos e benefícios das várias opções disponíveis de ação (FREY, 2000).

O aspecto institucional está compreendido no fluxo da política. Compõem esse fluxo: o humor nacional acerca de determinado tema, isto é, como a sociedade percebe ou avalia as questões; o modo como as forças políticas se organizam em torno de uma questão; bem como as mudanças do governo. A conjugação desses fluxos é a formação de janela de oportunidade, ou seja, o momento favorável para determinado tema entrar na agenda. Outro elemento pontuado pela teoria é a importância de um “ator empreendedor” para fomentar essa convergência, ou seja, confluência dos fluxos.

Portanto, conclui-se que o processo de formação de agenda está relacionado a uma série de fatores externos e internos, sejam eles incentivadores ou não. Os fatores externos que influenciam na determinação da agenda governamental são: i) crises e escândalos; ii) emotividade e impacto emocional; iii) magnitude da população afetada; iv) pressão dos grupos de interesse; v) meios de comunicação; vi) momento do ciclo político (teoria da *policy window* do Kingdon, situações em que a arena política se encontra mais aberta e favorável); vii) tradição e cultura, ou valores sociais (PERÈZ; SEISDEDOS, 2006). Quanto aos fatores internos, pode-se ressaltar as características dos órgãos, das instituições e dos aparelhos vinculados à produção de políticas públicas, e outros (VIANA, 1996).

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo que ora se apresenta trata-se de uma pesquisa qualitativa. Para a delimitação desta abordagem, levou-se em consideração, inicialmente, a condução do estudo ocorrer num ambiente natural e por buscar uma exploração com maior profundidade dos aspectos relacionados ao grupo que forma o lócus da pesquisa (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013), especificamente os atores envolvidos com o movimento da economia solidária.

Por buscar entender como se dá a influência de determinados atores na formação na agenda de políticas públicas local e nacional, esta pesquisa caracteriza-se como de alcance descritivo, se fazendo útil por “mostrar com precisão os ângulos e dimensões de um fenômeno,

acontecimento, comunidade, contexto ou situação” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 102). Tem-se, com a pesquisa descritiva, o interesse de observar, descrever, classificar e interpretar os elementos que caracterizam fenômenos ou grupos (VIEIRA, 2002). Neste sentido, optou-se pelo estudo de caso pelo fato da pesquisa ter interesse em responder questões individuais/específicas de determinado espaço (GODOY, 2006), ou seja, por buscar compreender “um sistema delimitado contemporâneo da vida real” (CRESWELL, 2014, p. 86).

Para a formação do marco referencial da pesquisa, a qual se apresentou em seções anteriores, utilizou-se como técnica a pesquisa bibliográfica, a qual dá suporte interpretativo a este trabalho. Apesar de, na pesquisa qualitativa, a revisão da literatura não ser determinante para as definições, variáveis a serem utilizadas e elemento confirmador de hipóteses/pressupostos, ela se faz útil ao auxílio em definições, justificativa e documentação da necessidade de se realizar o estudo (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

A partir dos elementos visualizados no levantamento bibliográfico, a parte substancial da pesquisa deu-se em campo. De acordo com Yin (2005), os resultados obtidos a partir do estudo de caso devem surgir da triangulação de dados oriundos de várias fontes de evidência. Neste sentido, foram utilizadas em campo as técnicas de: análise documental e entrevistas com atores envolvidos com a temática economia solidária em âmbito estadual.

A coleta de dados qualitativos foi operacionalizada a partir de dados primários, os quais foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas (YIN, 2010) com representantes do Fórum Potiguar de Economia Solidária, Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (UNITRABALHO), Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, além de ex-representante da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), estes codificados como E1, E2, E3 e E4, para fins deste trabalho. Para determinar o número de entrevistados foi utilizado a estratégia da amostragem teórica, onde, segundo Flick (2009), os indivíduos são convidados para participar das entrevistas de acordo com seu nível esperado de insights e contribuições para os resultados da pesquisa. Foram convidados aqueles indivíduos da sociedade civil organizada, gestores públicos e políticos que tiveram atuação direta na implementação da política de economia solidária no contexto nacional e no estado do Rio Grande do Norte. A fim de preservar a privacidade dos entrevistados, foram seguidas as recomendações éticas descritas por Flick (2009): explicação do propósito da pesquisa, solicitação da permissão para gravação das falas, a entrega e assinatura dos termos de consentimento livre esclarecido.

Foi empregada a técnica de categorização na análise das entrevistas, utilizada, particularmente, em pesquisas do tipo qualitativo (RICHARDSON, 2010). Para Bardin (2011,

p.145), “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação, e em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”. Portanto, foram categorizadas as respostas mediante suas características incomuns a cada uma das entrevistas realizadas. Para auxiliar neste processo, foi utilizado o software AtlasTI<sup>®</sup>7.

O processo de codificação inicial foi realizado linha a linha, em que foi realizado um estudo rigoroso dos fragmentos dos dados, seguindo os passos indicados por Charmaz (2009). No segundo momento da codificação, denominada de codificação focalizada, procedeu-se ao refinamento e reorganização dos códigos encontrados, gerando 8 subcategorias e 3 categorias.

Escolheram-se as categorias de análise a partir do referencial teórico sobre percepção do problema e agenda governamental, desenvolvido principalmente por Kingdon (1995). Para a definição das categorias utilizou-se também dos objetivos elencados para a pesquisa. Assim, foram consideradas duas categorias principais (Percepção do Problema, Análise de Soluções e Cenário Político). Dessas categorias desdobraram-se subcategorias indicativas do tema proposto, totalizando 08, apresentadas no Quadro 03.

**Quadro 1 - Categorias de Análise**

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	DEFINIÇÃO
C1 - Percepção do Problema	S1 - Pressão de grupos de interesse	Mobilização política de grupos dotados de poder ou por ação de indivíduos estrategicamente posicionados. Atribuição política dos atores dentro da rede e a sua capacidade de influenciar os demais atores em processo de articulação.
	S2 - Crises	Crises locais que ensejam a reflexão sobre o problema. Elementos que caracterizam o contexto. Situação em que ônus de resolver o problema é maior do que o de não resolver. Podem estar elucidados por índices que se vinculam à identificação do problema.
	S3 - Eventos Focalizadores	A realização de eventos que integrem os grupos de interesses promovendo o debate sobre o problema local.
C2 - Análise de Soluções	Z1 - Viabilidade Técnica	Capacidade técnica de implementar a política. Disponibilidade de recursos para a ação pública.

	Z2 - Aprovação da Comunidade	Disposição dos grupos de interesse em aceitar a política. Grau de concordância da comunidade ao ser apresentada à solução.
C3 - Cenário Político	Y1 - Humor Nacional	Sentimento ou percepção predominante na sociedade, em relação a determinada questão política. Evidencia-se em manifestações sociais, eleitorais, na pressão do legislativo e pressões da imprensa.
	Y2 - Coalizões Políticas	Forças políticas organizadas em relação a uma questão ou problema. Consensos ou conflitos entre os atores políticos, sinalizando aos formuladores se o ambiente é propício ou adverso a uma proposta. Forças e custos políticos envolvidos na decisão de implementar uma ação.
	Y3 - Mudanças estruturais no governo	Mudanças estratégicas, seja no chefe executivo ou no legislativo, quando se estabelece um novo governo - como mudanças de pessoas em posições estratégicas na estrutura governamental. Mudanças na composição do congresso, em chefias de órgãos públicos de destaque, mudanças em competências de ministérios, e disputas de competências.

Fonte: Elaborado pelos autores com base na codificação das entrevistas (2016).

## 6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 6.1 PERCEPÇÃO DO PROBLEMA

#### 6.1.1 Pressão de Grupos de Interesse

Na trajetória da economia solidária como política pública, as ações dos grupos de interesse se apresentam como elementos de grande relevância. Os entrevistados apresentaram um rico panorama dos grandes grupos que compõem o movimento da economia solidária, destacando dentre eles, três grandes grupos: organizações da sociedade civil, organizações de fomento e apoio e gestores públicos.

[...] dois segmentos são ligados à sociedade civil, que são os grupos, as associações, as cooperativas e os grupos de produção, que aí envolve todos, desde os grupos informais até as empresas recuperadas. E tem as organizações de fomento, que a gente chama: instituições de assessoria, apoio e acompanhamento, educadores em economia solidária [...] E tem os gestores públicos, que aí entram os legisladores (que aí têm os mandatos parlamentares) e as secretarias de políticas públicas afins (E1).

É possível perceber a relevância das ações desses grupos para que se evocassem nas discussões e agendas governamentais nacionais e locais, a temática da economia solidária. Alguns desses espaços de discussão são os Fóruns Nacional e Potiguar de Economia Solidária, que representam, nas falas dos entrevistados, a sociedade civil organizada e os momentos nos quais a política pública é discutida e pautada, visto que o Fórum constitui-se em “um espaço de partilha e também de diálogo da política pública” (E1). Outro fórum de discussão e mobilização da economia solidária são as conferências nacionais, que pautam temas como: criação do ministério de economia solidária e resistência ao rebaixamento da SENAES a subsecretaria.

Acerca das conquistas realizadas pela pressão dos grupos de interesse, uma delas foi a inserção da temática nos Planos Plurianuais.

No PPA, nós fizemos um exercício de estar dentro, discutindo o que teve na gestão de Lula e Dilma, tiveram aquelas orientações de fazer um PPA participativo, com a contribuição da sociedade civil na orientação para a implementação de políticas públicas. E aí a gente conseguiu colocar a economia solidária, o nome de economia solidária em algumas coisas [...] (E1).

Em âmbito local, um importante articulador da Política é o Conselho Estadual, que reúne representantes do governo do estado, da sociedade civil e de instituições de ensino superior. A partir do Conselho e da atuação da sociedade civil, percebe-se a mobilização no sentido de buscar a institucionalização de uma política estadual de economia solidária, visto que o Estado, desde a promulgação da lei, em 2006, não possui um fundo que assegure recursos à política. Uma das tentativas de pressão dos grupos de interesse é identificada na fala de E1, quando diz que

[...] a gente realizou um abaixo-assinado no estado que foram 800 assinaturas de organizações, associações, grupos informais, mandatos parlamentares... a gente rodou uns 8 dos 10 territórios, coletando assinaturas de sindicatos rurais... a gente fez caravanas e a gente... no dia da audiência nós tínhamos 800 assinaturas institucionais reivindicando a aprovação... reivindicando ao estado a criação do fundo estadual de economia solidária e apresentando a nossa minuta (E1).

Percebe-se, enfim, expressiva participação dos grupos de interesse permeando a entrada da economia solidária na agenda governamental, o que fica claro tanto em âmbito nacional quanto em âmbito estadual:

Tinham grupos, tinha um grupo de interlocução do Fórum Brasileiro com a SENAES. [...]. De 2006 em diante, nós vamos ter a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, que é um conselho enorme, de 56 pessoas, só que nesse conselho o Fórum Brasileiro tem a ampla maioria. Primeiro o Fórum Brasileiro indica 15 empreendimentos desses 56 membros do Conselho.[...]. Depois você tem na bancada de outros empreendimentos, redes nacionais de empreendimento e organizações da sociedade civil, todos são do Fórum, com raras exceções. Quando não são, são próximos. E a bancada do governo... Então... no Conselho Nacional de Economia Solidária a gente



dialogava. Tinham as câmaras, os comitês temáticos, o comitê permanente... Então o diálogo passava por dentro do Conselho, sem deixar de dialogar com o Fórum Brasileiro (E4).

Só e tão somente o pouco que tem de economia solidária institucionalizada no Rio Grande do Norte é graças ao Fórum! Não teve uma ação governamental de executivo em relação a isso. Havia o fórum! E o nosso mandato participa do fórum. Nós somos uma parte do fórum também, não tem nada que acontecesse sem que tenha sido articulado pelo fórum (E3).

Vê-se, deste modo, uma política pública inserida na agenda a partir de diálogos permanentes entre entes representantes dos governos e da sociedade civil. Estes últimos, institucionalizados nos fóruns estaduais e no conselho nacional de economia solidária, se apresentam como os grandes e principais responsáveis pelos avanços percebidos na temática no RN e no Brasil.

### **6.1.2. Crises**

No contexto nacional, a criação do conceito e enquadramento das ações de economia solidária está relacionado à conjuntura de alto desemprego vivenciado pelo Brasil no final da década de 90 e início dos anos 2000. A partir da percepção deste problema, e da falta de alternativas para solucioná-lo, a proposta de ações direcionadas pelo conceito da economia solidária ganham força no processo de transição para o Governo Lula em 2002.

Aglutinam-se atores de diferentes segmentos, seja da academia, da sociedade civil organizada, políticos e gestores públicos, com o objetivo de propor soluções alternativas para o elevadíssimo desemprego, vivenciado pelo Brasil. A economia solidária então é apresentada e reconhecida pela sociedade civil organizada como uma das alternativas viáveis para combater este problema social, em detrimento ao sistema capitalista vigente.

Iniciam-se, assim, ações e articulações na “1ª Plenária Nacional de Economia Solidária em São Paulo, para [...] sistematizar esse processo e propor à equipe de transição a criação de um espaço no Governo Federal para constituir uma política pública de economia solidária” (E4). Posteriormente, estas ações foram incorporadas ao objetivo de reestruturar o Sistema Público de Trabalho Emprego, que se transformou em Sistema Público de Trabalho Emprego e Renda, atuando mais com as políticas ativas, cujo objetivo é valorizar o processo de qualificação da mão de obra, em interseção com políticas de desenvolvimento local e territorial, de modo a promover a geração de renda e emprego.

Ao longo da construção da Política Nacional de Economia Solidária (PNES), demandas críticas contribuíram para influenciar o foco de atuação da SENAES. Foi crucial para a

consolidação da economia solidária na agenda governamental a inserção da PNES no escopo do Plano Brasil Sem Miséria<sup>71</sup>. A atuação da SENAES neste plano, especificamente no eixo inclusão produtiva, reflete o caráter intersetorial da economia solidária, onde o foco de atuação passa a ser, além do combate ao desemprego e geração de renda, o combate à extrema pobreza. Singer, Silva e Schiochet (2014) afirmam que o trabalho associado é a opção oferecida pela economia solidária para promover as capacidades e criar oportunidades para que as pessoas em situação de pobreza possam obter renda por meio do trabalho decente.

No que concerne à inserção da temática economia solidária no Rio Grande do Norte foi fortemente influenciada pela trajetória da política e pelas demandas percebidas em âmbito nacional.

### 6.1.3 Eventos Focalizadores

No contexto inicial de institucionalização da Economia Solidária (já se utilizando formalmente esse termo), alguns eventos focalizadores importantes em âmbito nacional são trazidos na fala de E4

[...] ai isso foi fazendo, a partir desse conceito, uma aglutinação política desses atores, que vai desaguar no primeiro Fórum Social Mundial, quando o pessoal da Europa instiga o Brasil a organizar essa área de discussão no Fórum Social Mundial, em 2001, e o pessoal aqui então cria o primeiro grupo de trabalho de economia solidária no Fórum Social Mundial (E4).

Há evidência, assim, para a importância dos projetos de fomento financiados pelo Governo Federal na promoção de eventos de discussão da política e na implementação de ações notórias de economia solidária, tanto no contexto local como nacional. E1 aponta que, ao longo dos anos, os diferentes projetos implementados, aqui vistos como eventos focalizadores, têm elevada relevância na afirmação de ações no Rio Grande do Norte, em diferentes níveis (nacional, municipal), ligadas à economia solidária. Essa relevância expressa-se no surgimento do Fórum Potiguar de Economia Solidária: “[...] se tinha um seminário previsto no projeto, um seminário estadual de economia solidária, aquele seminário não era só a AACC que realizava, passava a ser um encontro do Fórum Potiguar de Economia Solidária” (E1).

---

<sup>71</sup> Lançado em 2011, abarcando cerca de 100 ações estruturadas em três grandes eixos de atuação: garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva. Suas ações são voltadas a pessoas em situação de extrema pobreza (renda mensal inferior a R\$ 70,00).

Os fóruns caracterizam-se, assim, como momentos nos quais ocorrem a discussão da política e a geração de produtos de relevância para a articulação da política pública. Outros importantes eventos focalizadores destacados pelos entrevistados são as conferências de economia solidária, que tanto mostram a mobilização dos grupos de interesse, como apresentam eventos nos quais há o debate dos grupos de interesse e o trabalho concreto em cima de algumas demandas.

[...] em 2014, o resultado, o produto da conferência eram diretrizes e ações para a construção do plano estadual de economia solidária. E as orientações da estadual para o plano nacional de economia solidária. O Plano Nacional foi criado e regulamentado, inclusive, não sei se vai ser implementado, mas tudo bem. Mas o Plano Estadual, nós temos todo o relatório das conferências, das 10 conferências estaduais que foram realizadas (E1).

Deste modo, percebem-se na trajetória da economia solidária, eventos determinantes para os delineamentos da política pública. Muitos dos elementos considerados como eventos focalizados, confundem-se, por vezes, com situações de pressão de grupos de interesse.

## 6.2 ANÁLISE DE SOLUÇÕES

### 6.2.1. Viabilidade Técnica

Dada sua característica intersetorial, ao dialogar com outras demandas da sociedade e consequentemente com outras políticas, os gestores públicos buscavam implementar ações de economia solidária em parceria com os demais ministérios do Governo Federal. Essa interlocução com outros órgãos está relacionada à baixa capacidade orçamentária da SENAES, principalmente nos anos iniciais de sua criação, frente às demandas crescentes por políticas alternativas de combate ao desemprego e geração de renda. Neste contexto, podemos segmentar a trajetória da política de economia solidária no que concerne a viabilidade técnica, financeira e política em 4 distintos momentos.

A primeira iniciativa para viabilizar tecnicamente a política pública de economia solidária no Brasil foi a *inclusão do Programa de Economia Solidária e Desenvolvimento (PESD) no Plano Plurianual 2004-2007*<sup>72</sup>. Dado o contexto de limitação orçamentária, neste primeiro Programa, optou-se por inserir, por meio da promoção do associativismo e

---

<sup>72</sup> Este plano estabelece, de forma regionalizada para um período de quatro anos, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

cooperativismo, ações emergenciais de geração de trabalho e renda e promoção a iniciativas de finanças solidárias. Portanto, em virtude do baixo orçamento e capacidade de execução, ações específicas tiveram que ser priorizadas, como pode ser observado na fala de E4: “Tem que dar prioridades, o mapeamento (da economia solidária) é prioridade, formação de gestores públicos e, obviamente, dar continuidade a formação de formadores é prioridade, apoiar as empresas recuperadas em regime de autogestão era outra prioridade”.

A viabilidade de implementação da política esbarrou na limitação de gestão e administrativa da SENAES, que firmou parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB) para execução dos projetos de forma descentralizada. A secretária passa a ser responsável por receber as demandas, analisar e priorizá-las com base em critérios classificatórios. A FBB assumiu a responsabilidade de execução, acompanhamento e prestação de contas dos projetos executados.

O segundo momento se refere à *elaboração do Plano Plurianual 2008-2011*. Neste período, o PESD é reestruturado, focalizando em grandes ações da economia solidária, reflexo do contínuo aumento na capacidade orçamentária vivenciada até 2007. Entretanto, em função de diversas crises (econômica mundial, mensalão, criminalização das Organizações Não Governamentais), cria-se uma nova estrutura de gestão e regulação dos contratos no MTE, culminando com a instituição do Sistema Nacional de Convênio do Governo Federal, exigindo dos atores governamentais e das entidades da sociedade civil aprender a manejar os novos instrumentos informatizados e as normas.

O processo de criminalização das ONGs mudou a postura do Governo Federal, que passa a se posicionar contra o estabelecimento de convênios com estas entidades. Este fato impacta na viabilidade técnica da implementação da política solidária, uma vez que esta política era executada majoritariamente pela SENAES em parceria com ONGs.

Alguns avanços, que contribuíram para a viabilidade técnica da política de economia solidária, são apontados pelo ator E4, tal como a constituição, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Sustentável (BNDES), de uma linha de crédito específica para empresas recuperadas.

O terceiro momento foi a *inserção da Política Nacional de Economia Solidária no eixo inclusão produtiva do Plano Brasil sem Miséria* com o objetivo de contribuir com o esforço nacional para a erradicação da pobreza extrema. Para tanto, foram ampliados os investimentos e a escala das ações que viessem a contribuir com a capacidade de auto-organização e autogestão de grupos populacionais e comunidades caracterizadas por vulnerabilidades sociais, fortalecendo e expandindo a economia solidária enquanto estratégia emancipatória. A

ampliação dessas ações foi possibilitada pela cooperação técnica e financeira com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com pactuações de ações com entes federados e organizações da sociedade civil (SINGER; SILVA; SCHIOCHET, 2014). Neste sentido, denota-se que a intersetorialidade, caracterizada pela promoção da efetividade por meio da articulação entre instituições governamentais e entre estas e a sociedade civil (NASCIMENTO, 2010), influência sobremaneira no fortalecimento da política de economia solidária no Brasil, garantido musculatura política, financeira e técnica a sua implementação. Constatação confirmada pelo entrevistado E4: “A economia solidária ela tem na essência, no seu escopo essenciais essa [...] característica intersetorial. Ela dialoga com outras demandas da sociedade e consequentemente com outras políticas (E4)”.

A partir da cooperação com o MDS e com o Ministério do Meio Ambiente para promover políticas para catadores de lixo, houve a necessidade institucional de estabelecer parcerias com os Estados e Municípios para a descentralização de recursos e execução dos projetos. Esta ação mudou o processo de gestão dos convênios, mesmo que a grande maioria ainda fossem executados pela ONGs, e da própria efetividade da política. Esta nova lógica de implementação da política, descentralizada para Estados e municípios, representou significativos obstáculos ao processo de execução da política:

[...] a avaliação disso é que os Estados não estavam preparados para isso. E as prefeituras, algumas também não. Tem convênio que a gente celebrou em 2011 e agora em 2016 a gente teve que cancelar sem execução. Convênios celebrados em 2012 que a execução foi um trambolho. [...] Mas no cômputo geral, o desafio é muito grande, para os governos do Estado e para a gente. Por que quando a gente conseguiu dinheiro [...] a gente infelizmente se deparou com esse problema na ponta (E4).

Desde 2014, em decorrência da crise econômica, a SENAES tem perdido recursos em virtude da queda de arrecadação e corte nos gastos públicos, o que tem impactado na execução dos convênios com os Estados, Municípios e ONGs e, consequentemente, influenciado negativamente na implementação da PNEs. Segundo o entrevistado E4, com a crise de 2014 ocorre “[...] aumento do desemprego e ao mesmo tempo [...] o enfraquecimento da política, ou seja, da redução da capacidade política de fazer intervenção na realidade” (E4). A partir desta nova realidade, identificamos o quarto momento da política. Em virtude do contexto de *dificuldade de execução da Política de Economia Solidária pelos entes subnacionais e da crise econômica, no PPA 2016-2019*, o foco da SENAES passa a ser a implementação das políticas estaduais e municipais de economia solidária “Agora você sistematiza lá no estado pra gente poder dialogar. Convênios, só se tiver Plano [Estadual de Economia Solidária], e naquilo que os dois planos [Nacional/Estadual] estão de acordo” (E4). O Governo Central, a partir do

processo de inserção e fortalecimento dos estados e municípios na execução dos projetos de economia solidária, passa a induzir a criação destes planos a nível estadual e local.

O estado do RN constituiu seu Plano Estadual de Economia Solidária em 2006, por meio de um processo de articulação entre o Poder Legislativo e o Fórum Estadual de Economia Solidária. Entretanto, o plano ainda não foi sancionado pelo governador do estado, sendo promulgado pela própria Assembleia Legislativa do Estado. Esta realidade indica que, apesar da inserção da economia solidária na agenda do Governo Federal e das várias ações para induzir a implementação da política nos estados, no RN ainda não houve tal efetivação. A fala dos entrevistados E3 e E1 indicam esse cenário.

[...] essa daí já [é] uma primeira dificuldade na questão da institucionalização. Porque se o executivo não sanciona a lei, então ele não está reconhecendo a lei [...] Ele está deixando pra lá. Então essa foi uma barreira complicada, pra gente inclusive entender as dificuldades que tem na institucionalização, de incorporar a economia solidária como uma política de Estado, como uma política pública (E3).

Existe uma boa vontade, muita simpatia pelo tema da economia solidária [...], mas não há uma responsabilidade do estado para com o fortalecimento da economia solidária. Há uma negação inclusive da Política Estadual de Economia Solidária [...] porque se você, desde 2006 [...] você não consegue estruturar uma política pública [...] não você não regulamenta ela no orçamento do estado. Não tem uma ação que seja previsto dentro da estrutura do estado para executar a economia solidária (E1).

A análise indica que, apesar das dificuldades de implementar no âmbito estadual, o Governo Federal teve papel indutor da política nos estados e, principalmente, no financiamento das ações da economia solidária. Wright (1988) afirma que a oferta de apoio, do governo federal aos estados e municípios geralmente ocorre em troca de sua concordância na implementação de uma política, condução de um projeto ou desenvolvimento de alguma atividade. Para Arretche (2000), este tipo de ação se trata de um mecanismo de indução e sua importância foi identificada nos processos de descentralização de políticas sociais no Brasil. No caso do RN, a indução foi importante para incentivar a constituição da Política Estadual de Economia Solidária, mesmo que não estruturada, permitindo, assim, o acesso do Estado e Municípios a recursos nacionais da PNES.

Os resultados indicam dicotomia entre a institucionalização e a prática da economia solidária em âmbito estadual. Inúmeros projetos e ações foram executadas, por meio do financiamento do Governo Federal, mas não houve avanços na inserção da temática na agenda do governo estadual e conscientização da importância do tema para solucionar o problema do desemprego.

## 6.2.2. Aprovação da Comunidade

No que concerne à aprovação da comunidade, há tendência ao consenso proposto pelos formuladores, pois, os burocratas que delineiam a política pública, em sua maioria, são oriundos dos movimentos sociais, os quais se configuram como grupos de interesse. Isto ocorre, tanto em nível nacional quanto em nível local, segundo a fala de todos os entrevistados. Destacam-se algumas para elucidar este ponto, a primeira apresenta o nível nacional, e as duas últimas elucidam o nível subnacional:

[...] todo processo de construção e condução da política foi com muito diálogo, certo? De 2003 a 2006 o diálogo era diretamente com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Tinham grupos, tinha um grupo de interlocução do Fórum Brasileiro com a SENAES (E4).

[...] o pouco que tem de economia solidária institucionalizada no Rio Grande do Norte é graças ao Fórum! Não teve uma ação governamental de executivo em relação a isso, né? Havia o fórum! (E3).

Em nível nacional, de onde a Economia Solidária surge enquanto política pública e se difunde para os níveis subnacionais, é interessante destacar que a demanda emerge no bojo dos movimentos da sociedade civil e daí que aparecem os atores que são incorporados ao governo, especialmente, no momento da eleição do PT.

O PT, ele fazia esse debate. [...]. Quando Lula perdia uma eleição ele fazia aquelas caravanas da cidadania. E ele via as coisas acontecendo e falava disso o tempo todo. A gente tá aqui sofrendo, angustiado, mas o povo tá fazendo as coisas. Ele andava nas comunidades. A caravana era um negócio interessante, um ônibus e parava na comunidade e aí via cooperativa, via associação, via o povo se mexendo. Então, já tinha essa visão (E4).

Ainda sobre a perspectiva da aprovação da comunidade em nível nacional, o tema ganha maior legitimidade, tendo em vista uma reorientação do governo em incorporar e vincular as ações de economia solidária no Plano Brasil Sem Miséria do MDS, fazendo com que as ações de economia solidária sejam estratégicas no combate à pobreza extrema.

Em nível local, os acordos em torno da temática são induzidos pela formatação da política em nível nacional. Havia uma predisposição da sociedade civil à alternativa da economia solidária para a questão do trabalho e renda. Embora, o avanço do tema não seja significativo, pois é reconhecida uma dificuldade de compreensão do conceito e sua incorporação às ações públicas.

## 6.3 CENÁRIO POLÍTICO

### 6.3.1. Humor Nacional

Durante o governo Collor e governo FHC, as empresas (sobretudo as da indústria têxtil), estavam passando, segundo E2, por uma crise falimentar. E isso desencadeou manifestações puxadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) um levante juntamente com as universidades para dar apoio aos trabalhadores. Esse sentimento é observado na fala de E2, quando afirma:

Aí ocorreu um encontro em São Paulo puxado pela CUT com instituições de nível superior para pensar de que modo as universidades poderiam acompanhar os trabalhadores, até mesmo revelar que cenário era esse. [...] então vários pró-reitores do Brasil inteiro foram provocados a procurar alternativas que dessem apoio à classe trabalhadora. Isso puxado pela CUT e pelo PT. Eis que surgiu a ideia desses reitores que lá estavam de criar uma fundação e essa fundação teria o intuito, a missão de fortalecer a classe trabalhadora.

Tal contexto aponta o humor nacional do Brasil como influenciado pela classe trabalhadora unida aos acadêmicos em busca de outras saídas, bem como pressões no governo. A sequência da fala do E2 mostra que a influência da UNITRABALHO fora fundamental para iniciar práticas autogestionárias de recuperação dessas empresas falimentar com o uso da Economia Solidária.

[...] quando a UNITRABALHO começou os estudos era estudando as transformações no trabalho e já apagando incêndio, porque já estava existindo empresas falindo. [...] Aí começou a trabalhar a perspectiva autogestionária. Então, quando as empresas iam falindo, tinha necessidade de passar a gestão para os trabalhadores [...] para pagar dívidas trabalhistas (E2).

A situação de desemprego é uma tônica na inserção da política de economia solidária na agenda governamental nacional. Isso fica evidente na fala de E4, ao lembrar:

[...] quando a gente tinha elevadas taxas de desemprego, você já tinha a economia solidária como essa estratégia, que [...] combinava a necessidade de se organizar para reduzir subordinações, subalternidade da pequena produção, mas também vontade e reconhecimento até de interesse, até meio pragmático também de que era preciso se juntar pra ganhar força.

E diante desse cenário, a economia solidária era uma saída para solucionar ou pelo menos minimizar a crise de emprego. Vale ressaltar que esse sentimento estava presente, principalmente, entre os atores envolvidos, que por sua vez incentivaram por meio da própria política a adesão das comunidades para a complementação da renda, o que é reforçado na fala do E4: “a economia solidária tinha essa característica de ser uma alternativa para aquelas pessoas que, ou estavam desempregadas, ou tinham dificuldade de acessar o mercado de trabalho, era uma estratégia de geração de trabalho, de obtenção de renda”.

Entretanto, em 2016 ocorre uma mudança no cenário político, e a SENAES é rebaixada a subsecretaria. O movimento da Economia Solidária tem tentado influenciar os atores a



resistirem às mudanças, isso foi observado por E1 que advertiu a sensação de paralisia do movimento:

[...] ela é uma subsecretaria dentro de alguma coisa, então ela foi rebaixada, ela perdeu força política e estrutura orçamentária [...]. E o movimento de economia solidária tá calado, [...], porque enquanto as escolas estão sendo sucateadas, os estudantes ocupam as escolas, e aí a Política Nacional de Economia Solidária tá sendo rebaixada (no lugar de ampliar). A gente saiu em 2010, o movimento gritando, e aprovando dentro da Conferência Nacional de 2010, a criação do Ministério de Economia Solidária. E em 2016, a gente sai de uma secretaria nacional de um ministério, para uma subsecretaria dentro de algum departamento, de alguma estrutura, que a gente não sabe nem o que é.

Isso mostra que apesar dos avanços da luta pela economia solidária, o movimento está *silenciado momentaneamente* com as recentes mudanças no cenário político nacional, sendo instigado por E1 a se manifestar e exercer suas influências políticas e pressionarem os governos a olharem para a economia solidária.

Nesse cenário, porque a gente sabe que quanto mais fragilizada a política nacional, isso é uma cascata, o estado vai sentir menos interesse... Porque que a economia solidária teve um boom desde o ano 2006 a 2012, aproximadamente? porque tudo falava em economia solidária nacionalmente (E1).

A situação é urgente pois a política da economia solidária vinha tendo uma crescente valorização na agenda do governo, o que era percebido pelo aportes de recursos em editais disponibilizados. Para E1, isso fortaleceu a política de 2006 a 2012.

### **6.3.2. Coalizões Políticas**

Segundo a concepção de Zeitlin (1975), a palavra coalizão tem o significado de "liga momentânea entre elementos com interesses antagônicos, para os quais as partes se voltam, depois de atingidos". Dentro do contexto usado neste trabalho, delimitamos seu uso admitindo que as coalizões são identificadas como forças políticas organizadas em relação a uma questão ou problema. Que podem também abranger questões de consensos ou conflitos entre os atores políticos, sinalizando aos formuladores se o ambiente é propício ou adverso a uma proposta. Abrindo espaço ainda para questões de forças e custos políticos envolvidos na decisão de implementar uma ação.

A partir das falas dos entrevistados conseguiu-se identificar pela fala de E1 a primeira delimitação, em relação à presença de forças políticas organizadas em torno de uma questão ou problema:

A gente tem a coordenação executiva que são nove instituições, pelo menos uma representando cinco dos territórios. E cinco titulares e cinco suplentes, então tem territórios que é suplente da representação e aí essas nove elas mobilizam e animam a dinâmica mensal de reuniões e aí nessas reuniões a gente pauta conjuntura política, pauta política pública do estado, pauta as dificuldades do desenvolvimento da economia solidária no campo da comercialização, da produção, pauta parceria. Por meio da lei estadual de Mineiro. Na lei estadual, ele institui o conselho, ele cria o Conselho Estadual de Economia Solidária de 12 componentes, sendo 6 do governo do estado, e 6 da sociedade civil (envolvendo a universidade), considerando instituições de ensino superior - porque se fosse universidade era governamental - mas diz instituições de ensino superior, aí podia ser até uma faculdade particular, aí entra as incubadoras (E1).

Aqui... os movimentos que trabalhavam particularmente na área... mais na área rural... que trabalhavam com entidades de geração de renda, já faziam um debate, já... conversavam, já discutiam sobre a questão de já participar do movimento nacional de economia solidária (E3).

E aí a gente começa, acho que 2004... começa a debater a necessidade de fundar o fórum, e o nosso mandato inclusive participa da fundação do Fórum. [...] A gente criou um Fórum aqui no estado, de economia solidária [...] fazendo um movimento inclusive nacional, não é? (E3).

No entanto, há de se perceber a falta de coalizões políticas, tanto a nível local quanto a nível nacional, para a estruturação e fortalecimento da política de economia solidária na agenda governamental. A nível local, E3 menciona o fato de que a política de economia solidária não foi sancionada pelo governo do Estado à época, mas promulgada.

A nível nacional, E4 ressalta a mesma situação de desarticulação e desinteresse. Tanto com relação às visualizações acerca da proposta de economia solidária, quanto com relação às diferenças político-partidárias que geraram a saída do ex-secretário nacional de economia solidária, Paul Singer, e sua equipe.

Tem esse lado político também, do jeito que o PDT disse assim: "eu quero o Ministério todo", entra uma outra crise, porque aí é Singer tem que entregar porque não é PDT. E o PDT precisa de um espaço pra poder acalmar a sua bancada. [...] Depois o pessoal: "Não, Singer ninguém vai mexer", tanto é que o PDT sai do Ministério e volta o Rossetto, que era PT, nesse outro momento, nos últimos momentos [...] dessa forma, por esse fator, nós conseguimos negociar um programa que ficou: promoção do trabalho decente e da economia solidária. Então nós não sub-sumimos, não ficamos subsumidos ali dentro. Nós colocamos um programa e o pessoal: "é trabalho e economia solidária". Não! É promoção do trabalho decente e da economia solidária. Se você entrar no PPA do Brasil, você vai ver isso hoje. E daí nós formulamos o objetivo. Já tínhamos o plano, aí como diz, o plano dentro do funil, a conferência que é o discurso tá aqui, o plano tá aqui, quando você vai elaborar o PPA você já tá aqui, já perto do bico do funil, e até chegar lá no orçamento é impossível de executar (E4).

O processo que E4 apresenta como afunilado denota também a situação de tentativa de coalizão e, por outro lado, de desinteresse das outras camadas políticas com a temática da

economia solidária, apresentando-na como subproduto de uma lógica diferente da que a temática preconiza.

### 6.3.2. Mudanças Estruturais no Governo

As mudanças dentro do próprio governo é um dos fatores capazes de afetar a agenda: mudança de pessoas em posições estratégicas no interior da estrutura governamental (*turnover*); mudanças de gestão; mudanças na composição do Congresso; mudanças na chefia de órgãos e de empresas públicas. Esses acontecimentos podem exercer grande influência sobre a agenda governamental ao desencadear mudanças que potencializam a introdução de novos itens na agenda, ao mesmo tempo que podem também bloquear a entrada ou restringir a permanência de outras questões. O início de um novo governo é, segundo Kingdon, o momento mais propício para mudanças na agenda (CELINA SOUZA, 2006, 2012).

No contexto da Economia Solidária, a conjuntura política brasileira foi determinante para inserção da temática na agenda governamental. Seu início foi marcado pela eleição do presidente Lula em 2002, figura que já apresentava sensibilidade às questões das lutas trabalhistas, conforme as falas dos entrevistados E3 e E4:

Quem coloca isso na pauta, eu estou dizendo assim, como é que se formou a agenda? Você tem a sensibilidade do governante e do partido principal eleito. Você tem um problema social, que tem que ter respostas pelo novo governo e num limite que Lula estabeleceu na campanha (E3).

Institucionalmente ele começa a ter uma atenção, por parte dos entes governamentais, a partir da posse do Presidente Lula, [...] quando há inclusive uma mudança no Ministério do Trabalho. E no Ministério do trabalho é criada a SENAES [...] que trata disso, que foi coordenado, assumido por Paul Singer durante o governo do presidente Lula e a Presidenta Dilma (E4).

Quando partimos para uma visão à nível local, a percepção é semelhante à apresentada anteriormente, as ações da economia solidária giram em torno da centralização pelo governo federal, entretanto pudemos constatar que a ação da sociedade civil organizada foi fator determinante para a construção da temática no Rio Grande do Norte, culminando na efetivação do Fórum Potiguar de Economia Solidária e consolidando assim a proposta de que apesar das barreiras, mudança para um cenário desfavorável e pouco empenho em conhecer a temática por conta dos governantes locais, a Economia Solidária existe e resiste. E1 sintetiza algumas dessas afirmações em sua fala:

[..] a gente debate quais são os desafios, quais são projectivas, o que a gente propõe de PP (política pública), o que a gente decide, que manifestação a gente vai fazer para dizer que nós existimos (E1).

No estadual, não. Existe muita boa vontade, muita simpatia pelo tema da economia solidária de sujeito dentro da secretaria, que é ligada aos projetos de desenvolvimento da economia solidária, mas não há uma responsabilidade do estado para com o fortalecimento da economia solidária (E1).

Então entrou uma outra pessoa como secretário titular da Secretaria de Trabalho e Ação Social. E aí a gente fez sugestões e ele foi e reconheceu um pouco, e aí é que foi instalado o primeiro conselho. E com a lei, tinha que ser instalado o conselho. Tem uma lei que institui a política e cria o Conselho Estadual de Economia Solidária. Então, foi instalado o primeiro conselho. Foi aí que começou a surgir os projetos mais efetivos do estado com a SENAES, na época o Luiz Eduardo a gente fez o intermédio de uma reunião com o Roberto Marinho e o Luiz Eduardo (E3).

Entretanto, uma forte queixa dos atores é que apesar dos esforços para se institucionalizar a política de Economia Solidária tanto em âmbito nacional como em local, ainda não foi possível sair da zona periférica que se encontra a temática e ainda enfrenta-se limitações. As falas de E4 nos permite claramente tal visualização.

Na época, antes do MDS, que aglutinou várias áreas, você tinha a secretária que tinha status de ministério [...]. Tinha um determinado momento que a gente mapeou que a gente dialogava com 22 áreas de governo diferente. Nunca conseguimos chegar no núcleo central de governo, mas vai entrando em alguns pontos. [...] A limitação, nós tivemos limitações fortes. Depois você tem, ainda no primeiro Governo Lula, você tem a grande crise, a primeira grande tentativa de derrubar o governo em 2005, por que disse que a gente ficava dando dinheiro pras ONGs e que aquilo era desvio de recurso pro Partido. A crise nas ONGs, enfim, aquilo ali foi uma crise pesada (E4).

Aí vem o momento da eleição de Dilma. Na Conferência de 2010, que é antes da eleição, é o momento em que a Conferência é convocada para estabelecer a Política Nacional de Economia Solidária, sistematizar a política nacional (E4).

O que se torna claro perante à atual conjuntura política, é que a temática da Economia Solidária apesar de ter passado por momentos de ascensão nos últimos 14 anos, agora enfrenta uma série de dificuldades de articulação.

Nesse momento de crise do Brasil, da SENAES e da política de economia solidária, as perspectivas são as piores possíveis. [...] eu não tenho outra forma de dizer. Esse diálogo se rompeu porque o movimento tem dúvida: "bom, eu vou retomar um diálogo forte como tinha antes com a SENAES com esse perfil de dirigentes? Com um governo que a gente considera, a maioria considera, um governo ilegítimo (E4).

Que em meio a uma série de crises governamentais ameaçam sua continuidade, confirmadas fortemente pela fala do E4:

Primeiro risco é o risco decorrente de uma crise que se iniciou em 2014, certo? Que é uma redução... você tem o aumento do desemprego e ao mesmo tempo você tem o enfraquecimento da política, ou seja, da redução da capacidade política de fazer intervenção na realidade, o risco é de ela ser uma "politiquinha", uma "politicazinha". [...] O segundo risco é o risco que a gente chama de "degeneração da política". O que é que é a degeneração da política? É... com a recomposição do quadro de dirigentes na Secretaria, e esse quadro de dirigentes notadamente não traz experiência nenhuma

de economia solidária. [...] E alguns não trazem experiência nenhuma de gestão. Então... você tem o risco de degenerar a política, certo? Dela apodrecer. Dela... Por outro lado, eles vão lá no Congresso e incentivam os deputados da bancada a botar emendas (E4).

Denota-se que mudanças estratégicas no cenário governamental brasileiro, aliada a mudanças de pessoas em posições estratégicas na estrutura governamental ditaram o papel da economia solidária na agenda do governo, tanto no que concerne à sua inserção e fortalecimento na agenda governamental, quanto à perda de seu protagonismo.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da política de economia solidária na agenda governamental é influenciada por elementos que circundam os grupos de interesses, o contexto local, as disputas e pressões políticas. Isso ficou evidenciado no Brasil com a crise de desemprego no final do governo FHC e com a situação falimentar das empresas que levou muitos trabalhadores a assumir a gestão dessas organizações deficitárias.

Soma-se a isso, o contexto político brasileiro com a chegada do presidente Lula, em 2002, e sua permeabilidade às demandas dos movimentos sociais que trouxe para a agenda o debate de uma economia autogestionária - a Economia Solidária. Contudo, a entrada na agenda de uma política possui suas complexidades que foram observadas em cada eixo aqui analisados.

A partir da subcategoria “Crise” observou-se que a demanda por políticas públicas alternativas para combater o desemprego foi crescendo à medida que esse processo se acentua no país, chegando a 12,7% em 2003. A partir da percepção deste problema, e da falta de alternativas para solucioná-lo, a proposta da economia solidária é inserida na agenda governamental. Apesar da demanda inicial ter prevalecido ao longo dos anos, o caráter intersetorial da economia solidária e o seu processo de construção envolveu a busca de soluções para outras importantes demandas da sociedade, como o combate à fome e a pobreza extrema e a sustentabilidade ambiental.

A subcategoria “Viabilidade Técnica” mostrou que seu caráter intersetorial, por meio da articulação de parcerias com outros ministérios, e a necessidade de expandir as ações e políticas da economia solidária contribuíram para o fortalecimento da política ao longo dos Governos Lula e Dilma, por meio do aumento expressivo no orçamento e da estruturação de uma Política e Plano Nacional de Economia Solidária.

No que diz respeito à subcategoria “pressão de grupos de interesse”, evidencia-se o fato de que a temática da economia solidária passa a fazer parte da agenda governamental a partir

de grandes mobilizações, principalmente da sociedade civil, mobilizações estas que geraram movimentos focalizadores, os quais renderam importantes produtos à economia solidária tanto como movimento quanto como política pública.

Em relação às subcategorias “Coalizão Política” e “Mudanças na Estrutura Governamental”, as conclusões que podemos tirar são de que a mudança da conjuntura política foi fator decisivo para o avanço na temática da economia solidária no Brasil, apesar de iniciativas desinteressadas, principalmente à nível governamental local, chegando ao ponto da temática ser tratada de forma deslocada com seus princípios. Durante a última década, os esforços para se institucionalizar uma política, fundar fóruns e conselhos rendeu um avanço considerável para a Economia Solidária, cenário que vem sendo ameaçado dada a descontinuidade e brusca ruptura com modelo governamental previamente existente - com foco nas questões sociais, chegando ao ponto de ser percebido o risco iminente à sua continuidade e efetividade.

## REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, M. T. S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 31, p. 44-67, 2000.
- BIRKLAND, T. **An Introduction to the Policy Process: theories, concepts, and models of public policy making**. New York: M.E.Sharpe, 2001.
- \_\_\_\_\_. Agenda Setting in Public Policy. In: FISCHER, F.; MILLER, G. J.; SIDNEY, M. S. **Handbook of Public Policy Analysis: Theory, Politics, and Methods**. New York: CRC Press, 2007. Cap. 5.
- CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 1, p. 87-124, 2007.
- COSTA, M. M. **O Papel de atores governamentais e da sociedade civil na formação da Agenda Governamental**. XXXII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2008.
- CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre, Penso, 2014.
- FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 813-836, maio/jun. 2011.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.
- GODOY, A. S. Estudo de Caso Qualitativo. In: SILVA, A. B. da; GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R. **Pesquisa Qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, p. 115-146, 2006.
- HOWLETT, M.; RAMESH, M. **Studying public policy: Policy cycles and policy subsystems**. Toronto: Oxford University Press, 2003.
- JANN, W.; WEGRICH, K. The Theories of the policy cycle. In: FISHER, F.; MILLER, G. J.; SIDNEY, M. S. **Handbook of policy analysis: theory, and methods**. [S.l.]: CRC Press, 2007.
- KINGDON, J. W. **Agenda, Alternatives, and Public Policies**. 2. ed. New York: HarperCollins Colege Publishers, 1995.
- PÉREZ, N. O.; SEISDEDOS, S. R. Definición de problemas y diseño de la agenda. In: SÀNCHEZ, M. P. (Org.) **Análisis de Políticas Públicas**. Granada: Editora Universidad de Granada, 2006.
- ROTH DEUBEL, A. N. **Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación**. Bogotá, Colômbia: Ediciones Aurora, 2006.
- RUA, M. D. G. **Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos**. Programa de Apoio a Gerência Social no Brasil. Brasília: BID, 1997.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. edição. McGraw-Hill, 2013.

SCHIOCHET, V.; SILVA, R. M. A.; SINGER, P. Economia Solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da. (Org.). O Brasil Sem Miséria. 01ed. Brasília: MDS, 2014, v. 01, p. 425-446.

SERAFIM, M. P.; DIAS, R. B. Análise de política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 121-134, jan./jun. 2012.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, p.20-45, 2006.

THEODOULOU, S. Z. How Public Policy is Made. In: THEODOULOU, S. Z.; CAHN, M. A. **Public Policy: The Essential Readings**. [S.l.]: Pearson, 1995. p. 86-96.

VIANA, A. L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 30, n. 2, p. 5-43, 1996.

VIEIRA, V. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 61-70, jan/abr. 2002.

ZEITLIN, M. P. Coalizões: como se formam e como surge o conflito. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 47-53, Feb. 1975. Disponível em: <<https://goo.gl/WVFySq>>. Acesso em: 29 Nov. 2016.

WRIGHT, D. S. **Understanding intergovernmental relations**. 3<sup>a</sup> ed. California: Books/Cole Publishing Company, 1988.



## APRENDIZAGENS NOS PROCESSOS DE INCUBAÇÃO JUNTO ÀS INCUBADORAS DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES) DO CENTRO OESTE BRASILEIRO: DESAFIOS DA AUTOGESTÃO EM INSTITUIÇÕES HETEROGESTIONÁRIAS

Sandro Benedito Sguarezi<sup>73</sup>  
Taliara Teixeira Sguarezi<sup>74</sup>

### Resumo

O objetivo do artigo é analisar os desafios da autogestão em instituições heterogestionárias que são as Instituições de Ensino Superior (IES) que desenvolvem processos de incubação junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). A análise foi desenvolvida entre junto às Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários alocadas nas IES no Centro Oeste Brasileiro que tiveram projetos financiados pelo Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC). O problema a ser investigado trata de questionar: Quais são os limites e as possibilidades de consolidação de práticas e experiências de autogestão dentro de instituições heterogestionárias? Trata-se de uma pesquisa qualitativa participativa que utilizou como ferramentas questionários, entrevistas, rodas de conversa e anotações de caderno de campo. Os resultados mostram que os processos de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) comportam uma grande *pluralidade de manifestações empíricas* e que a lógica da Economia Solidária e a prática da autogestão tem desenvolvido tecnologias sociais e aprendizagens que comportam uma práxis transformadora, que, se não responde a todos os desafios criados pela modernidade, ao menos pode resolver problemas de desenvolvimento social por uma lógica coletiva. Por outro lado, ainda há necessidade de aprofundar os processos de formação e educação popular. Também se observou que as relações de autogestão se limitam às relações internas dos EES embora estes dialoguem com outros movimentos sociais e contribuam com a construção de políticas públicas, esses processos são incipientes.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Autogestão. Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

---

<sup>73</sup> Doutor em Ciências Sociais-Sociologia. Professor do Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) e do Programa de Ciências Ambientais (PPGCA-UNEMAT). E-mail: [sandrosguarezi@gmail.com](mailto:sandrosguarezi@gmail.com).

<sup>74</sup> Advogada pela Universidade de Cuiabá (UNIC). Estudante de Administração pela UNEMAT e voluntária na (IOCASS). E-mail: [taliara.sguarezi@gmail.com](mailto:taliara.sguarezi@gmail.com).

## LEARNING PROCESSES OF INCUBATION NEXT TO INCUBATORS OF SOLIDARITY ECONOMIC ENTERPRISES (SEE) IN CENTRAL WESTERN OF BRAZIL: THE CHALLENGES OF SELF-MANAGEMENT IN HETERO-MANAGEMENT INSTITUTIONS

### Abstract

The objective of this article is to analyze the challenges of self-management in *hetero*-management institutions that are Higher Education Institutions (HEIS) who develop processes of incubation with Solidarity Economic Enterprises (SEE). The analysis was developed between the incubators of Solidarity Economic Enterprises allocated in the EIS in Central Western of Brazil who had projects financed by the National Program of Incubators of Popular Cooperatives (PRONINC). The problem to be investigated this question: What are the limits and possibilities of consolidation of practices and experiences of self-management inside institutions hetero-management? It is a qualitative participatory process that used as tools questionnaires, interviews, wheels of conversation and book notes of field. The results show that the processes of incubation of Solidarity Economic Enterprises (SEE) contain a large plurality of empirical manifestations and that the logic of the Solidarity Economic and the practice of self-management has developed social technologies and learning that entail a transformative *praxis*, that, if do not respond to all the challenges created by the modernity, at least can resolve problems of social development by a collective logic. On the other side, there is still need for deepening the processes of formation and popular education. It was also observed that relationships of self-management to internal relationships of SEE although these talking with other social movements and contribute with the construction of public policies, these processes are incipient.

**Keywords:** Solidarity Economic. Self-management. Solidarity Economic Enterprises (SEE).

## 1 INTRODUÇÃO

A radicalização da democracia na forma das diferentes experiências e práticas de autogestão, foi e se apresenta como um grande desafio para o futuro da democracia. Num momento de retrocessos e incertezas pelo qual o Brasil passa, urge retomar o Diálogo como Resistência e o Futuro das Democracias. Nesse sentido, o objetivo do artigo é analisar os desafios da autogestão em instituições heterogestionárias que são as IES que desenvolvem processos de incubação junto EES.

O estudo se desenvolveu no âmbito do projeto: Avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC). O aporte conceitual é guiado à luz dos conceitos dos conceitos de Economia Solidária, educação popular, autogestão e tecnologia social num diálogo inter e transdisciplinar do conceito de gestão social e o problema a ser investigado trata de questionar: Quais são os limites e as possibilidades de consolidação de práticas e experiências de autogestão dentro de instituições heterogestionárias?

Trata-se de uma pesquisa qualitativa participativa que utilizou como ferramentas questionários, entrevistas, rodas de conversa e anotações de caderno de campo. Posteriormente a análise se volta para os resultados da incubação junto aos EES e a instituição universidade, o contexto e os desafios das incubadoras e dos EES incubados trazendo e explorando as contradições da construção de processos autogestionários em instituições heterogestionárias.

Os resultados mostram que os processos de incubação de EES comportam uma grande **pluralidade de manifestações empíricas** e apontam para a solução de problemas para o desenvolvimento social por uma lógica coletiva. Além disso, dentro da universidade, pela extensão promovem a articulação entre o ensino e a pesquisa colaborando para superar a visão reducionista de ciência na academia.

Por outro lado, ainda há necessidade de aprofundar os processos de formação e educação popular. Também se observou que as relações de autogestão e autonomia se limitam às relações internas dos EES embora estes dialoguem com outros movimentos sociais e contribuam com a construção de políticas públicas, esses processos são incipientes. Apesar disso, constatou-se que esses processos que levam a emancipação garantem o exercício da cidadania manifesta-se na vontade desses sujeitos de participar das decisões dentro e fora dos empreendimentos. Observou-se que os processos autogestionários em instituições heterogestionárias são permeados de contradições, são nichos dentro das universidades, porém é um campo que mostra avanços significativos e embora avancem, ainda são ações muito limitadas diante dos grandes

desafios da universidade e de inclusão socioproductiva que o país enfrenta. Processos autogestionários encontram problemas burocráticos frente às políticas públicas, visto que o Estado é um ente heterogestionário e sua estrutura é pouco democrática. Daí a necessidade de se ampliar esses espaços de construção e de resistência pela democracia dentro da universidade.

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa participativa com observação *in loco* das incubadoras e dos empreendimentos selecionados pela amostra do projeto de pesquisa Avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) realizado nos anos de 2016 e 2017. A pesquisa foi realizada junto as incubadoras apoiadas pelo Edital 89/2013 do Proninc.

O Edital 89/2013 do Proninc, possuía duas linhas de apoio: Linha A, para incubadoras mais antigas; Linha B, para novas incubadoras. Ao todo, foram apoiadas 84 incubadoras sendo 43 da Linha A e 41 da Linha B. Como o principal objetivo da pesquisa era acompanhar o andamento das novas incubadoras, todas da Linha B foram visitadas. Em função da restrição de recursos foram visitadas 23 incubadoras antigas. Portanto foram visitadas 64 incubadoras.

A análise aqui apresentada é um recorte da pesquisa e refere-se as incubadoras da região Centro Oeste<sup>75</sup>. Foram visitadas *in loco* 09 incubadoras. Sendo 03 da Linha A e 06 incubadoras da Linha B. As incubadoras estão bem distribuídas, com a maioria dos estados contando com duas incubadoras visitadas. Essas incubadoras estão alocadas em universidades federais, estaduais e em institutos federais. Também foram visitados *in loco* 17 EES. Sendo 06 EES urbanos, e 07 EES rurais e no setor ru-urbano temos 04 EES que compõe a amostra.

Foram entrevistados os coordenadores das incubadoras, o representante gestores das IES na qual estão alocadas as incubadoras, estudantes/bolsistas e técnicos-gestores sociais que atuam na incubação de EES e o coletivos dos EES visitados. O período da pesquisa de campo compreendeu o período da aplicação de questionários às incubadoras e aos empreendimentos (julho/dezembro de 2016).

Como ferramenta foram utilizados questionários, entrevistas, rodas de conversas e anotações do caderno de campo. A análise centra-se no perfil das incubadoras e dos EES incubados, na relação das incubadoras com o público interno: professores, técnicos e estudantes e com o público externo: os EES incubados. Posteriormente a análise se volta para os resultados

---

<sup>75</sup> No relatório final de avaliação do Proninc aparecem 10 incubadoras. Porém uma ficou fora do escopo desse artigo porque foi visitada pela coordenação geral do projeto.

da incubação junto aos EES e a instituição universidade, o contexto e os desafios das incubadoras e dos EES incubados trazendo e explorando as contradições da construção de processos autogestionários em instituições heterogestionárias.

### 3 APORTE CONCEITUAL

O aporte conceitual é guiado à luz dos conceitos dos conceitos de Economia Solidária: Singer (2002); educação popular: Freire (1996); Brandão (1984); autogestão: Mothé, (2009) e tecnologia social: Dagnino (2010, 2014), que dialogam com a proposta inter e transdisciplinar do conceito de gestão social de Tenório (2006).

A incubação de EES compreende “O desenvolvimento de procedimentos de acompanhamento e de ferramentas de gestão, voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão, por meio da criação de cooperativas populares e redes sociais” (MTE, 2011). Para Eid (2004, p. 167),

A metodologia de incubação deve ter a clareza da necessidade de educação unitária, que busque superar a fragmentação do conhecimento por via de um processo interativo entre os agentes – educadores e educandos. Entende-se que os métodos são caminhos, sugestões, possibilidades, portanto, não há fórmulas prontas. O conceito de interdisciplinaridade, que perpassa toda a economia solidária, quando pensado em sua complexidade exige que se supere os limites entre as disciplinas e que seja formulado como transdisciplinaridade.

Ou seja, trata-se de um tema emergente na academia e que exige um diálogo estreito com a sociedade civil através dos EES. Mais do que isso coloca o desafio de superar a fragmentação da produção do conhecimento científico rumo a transdisciplinaridade. Trata de uma complexidade do inacabado, de um processo que se faz numa *práxis* que exige a ousadia de professores, estudantes, trabalhadores e trabalhadoras, mas também das instituições.

A lógica da visão de ciência hegemônica tecnicista, positivista e reducionista não consegue dar respostas aos complexos problemas criados pela modernidade, tampouco para a realidade social que envolve a relação da universidade com a sociedade. Os processos de incubação em EES necessariamente precisam desenvolver um diálogo entre esses conceitos que balizam práticas. Os dados do campo empírico dessa pesquisa mostram isso.

A modernidade que produziu a revolução industrial aprofundou processos de exploração entre o capital e trabalho que sempre foram acompanhados da resistência de trabalhadores e trabalhadoras. Com a crise do modelo fordista de produção, com os processos de reestruturação produtiva e capitalismo financeiro agonizando a lógica neoliberal exigiu a revisão do papel do Estado. Essa onda neoliberalizante varreu as economias da América Latina, principalmente

após os anos de 1980. Nesse cenário catastrófico, nem a economia de mercado tampouco o Estado conseguiu responder às demandas de inclusão social. Nesse contexto que surge o conceito de Economia Solidária. Esse conceito é uma releitura do conceito do cooperativismo na sua gênese. Remonta os idos de 1844 com a experiência da Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale na Inglaterra que principiou a organização coletiva do trabalho fundada na autogestão.

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária (SINGER, 2002, p. 21).

Para Jean-Louis Laville e Luiz Inácio Gaiger (2009, p. 162-168),

A economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da idéia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. O termo foi cunhado na década de 1990, quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática.

A Economia Solidária se manifesta sob diferentes formas de resistência ao capitalismo e busca a organização econômica, produção e reprodução da vida numa lógica da solidariedade, da cooperação e da autogestão.

A autogestão pode ser entendida pelas palavras de Mothé (2009, p. 26) como “[...] um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta. Esta constitui um sistema em que voluntariamente, sem perceberem remuneração e sem recorrerem a intermediários, os cidadãos debatem todas as questões importantes, em assembleias”. É sem dúvida um processo de construção de uma nova sociedade. Para Sguarezi e Bógus (2012, p. 09) “A autogestão procura a reinvenção do humano pelo seu reencontro com o coletivo, com o outro, assim a autogestão promove o reencantamento do humano. Simultaneamente busca ressignificar o trabalho e o sentido da vida”.

Pode se afirmar que autogestão é um conceito fundante que dialoga diretamente com a participação democrática. É a busca permanente pela capacidade de conscientização das pessoas que fazem parte desse tipo de organização, na qual cada sócio corresponde a um voto. Paradoxalmente vivemos numa sociedade capitalista. Aí reside também os conflitos para se desenvolver projetos dessa natureza dentro de instituições universitárias burocráticas organizadas de forma heterogestionárias.

Apesar disso, dentro dos processos de incubação também foram encontradas iniciativas de desenvolvimento de tecnologia social. “As tecnologias sociais se apresentam como maneiras apropriadas para abordagem de questões e problemas sociais, relacionados à exclusão, demandas por inclusão e outros fatores preponderantes nas sociedades” (FONSECA e SERAFIM, 2010). Historicamente as tecnologias são denominadas tecnologias convencionais (TC), voltadas para otimização dos meios de produção, de maneira que, dentro do modo de produção capitalista, seu domínio represente maior lucro e retorno para quem a detém. Neste contexto, Dagnino (2014, p. 19) é categórico ao afirmar que: “A tecnologia convencional (TC) não é adequada para a inclusão social”. “A tecnologia social também possui foco na atenção a demandas sociais por políticas públicas que possam fomentar a criação de novos modelos de produção, agregação de valor, reconfiguração do espaço social, econômico, ambiental, institucional e cultural” (FONSECA; SERAFIM, 2010). Uma agregação de valor que possa ser partilhada entre os trabalhadores.

É nesse sentido que se dá o diálogo desses conceitos com a educação popular. Para Paulo Freire (1996, p.42),

A educação, especificidade humana, como um ato de intervenção no mundo. É preciso deixar claro que o conceito de intervenção não está sendo usado com nenhuma restrição semântica. Quando falo em educação como intervenção me refiro tanto à que aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde, quanto à que, pelo contrário, reacionariamente pretende imobilizar a história e manter a ordem injusta.

A proposta de educação dentro das incubadoras tem a missão de buscar essa reconfiguração do mundo. Para Brandão (1984)

A educação popular não é uma variante ou desdobramento da educação de Adultos. A educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação. [...] a educação popular não se propõe originalmente como uma forma “mais avançada” de realizar a mesma coisa. Ela pretende ser uma retotalização de todo projeto educativo, desde um ponto de vista popular.

Educação popular é feita com o povo, com os oprimidos ou com as classes populares. Nesse sentido a educação está vinculada à luta dos trabalhadores e a utopia que nos conecta ao *inédito viável freiriano*.

A conexão com o conceito de *gestão social que comporta o texto com a realidade encontrada dentro das incubadoras e na maioria dos EES visitados se dá pela dialogicidade, pelos processos de construção coletiva de saber, pelas práticas e relações de trabalho emancipatórias. Na participação desses sujeitos na construção de políticas e na articulação desenvolvimento territorial pela lógica da Economia Solidária.*

*O conceito de gestão social é entendido como o processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação. O adjetivo social qualificando o substantivo gestão é percebido como o espaço privilegiado de relações sociais onde todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação (TENÓRIO, 2006, p. 1146).*

*Esse espaço privilegiado de novas relação de trabalho exige e comporta uma lógica inter e transdisciplinar que dialoga com o campo da gestão social, visto que esse campo acaba promovendo a convergência de diferentes conceitos que visam a emancipação social. O estudo mostra a importância de uma política pública que foi construída pelo Movimento da Economia Solidária, dentro de um estado heterogestionário, dentro de uma universidade racional técnica positivista que está sendo ocupada por outra praxis. A praxis da Economia Solidária.*

*Nesse sentido, o trabalho procura, na sua análise reforçar a importância da educação popular na consolidação de práticas e experiências de autogestão dentro de instituições heterogestionárias. Com base numa visão crítica aponta as limitações desses processos em instituições heterogestionárias e a necessidade de pesquisas em gestão social nesse campo.*

Existe um processo de construção do conhecimento em curso dentro dos processos de incubação em EES que é fomentado pelas incubadoras universitárias que atuam no campo da Economia Solidária. Existe um inacabamento, o fazimento de uma *praxis* que emerge dentro dos Movimentos Sociais e dialoga com uma universidade contra hegemônica. É verdade que esses espaços ainda são pequenos nichos, mas que se consolidam rapidamente e estão promovendo a transformação social em diferentes espaços.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A análise que traz os resultados será desenvolvida com base em dois tópicos. O primeiro trata do perfil das incubadoras e dos EES e o segundo tópico trata dos resultados dos processos de incubação junto às IES, numa análise do papel da incubação junto aos processos de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Posteriormente essa análise se dá em relação às ações de incubação junto aos EES incubados expondo contradições desses processos nas universidades que por sua natureza são instituições heterogestionárias.

#### **5 PERFIL DAS INCUBADORAS E DOS EES**



As políticas públicas de Economia Solidária no Brasil passam obrigatoriamente pelos três segmentos: Estado; Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e pelos EES. As ações das incubadoras junto aos estão voltadas mais para o seu público alvo que são os EES impactando positivamente nos processos de organização e autogestão dessas organizações. Porém, também se observou que essas ações impactam positivamente para dentro das IES. Para melhor compreender esse fenômeno vamos apresentar o perfil das incubadoras e dos EES. Essa análise centra-se nos dados do quadro 1.

**Quadro 1 – perfil das incubadoras e dos EES**

<b>Incubadora</b>	<b>Linha</b>	<b>Rede</b>	<b>IES</b>	<b>UF</b>	<b>EES Visitados</b>	<b>M</b>	<b>F</b>
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES)	<b>A</b>	Unitrabalho	UNEMAT	MT	Grupo Pastel da Amizade	00	03
					ACOOPERFRON / FEISOL	01	03
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) UFMT	<b>B</b>	Nenhuma	UFMT	MT	COOPUNIÃO	04	05
Incubadora Social da UFG	<b>A</b>	Nenhuma	UFG-GO	GO	COOPERMAS	04	05
					COOPERAMA	05	05
Incubadora Empreendimentos Sociossolidários (INESSOL)	<b>B</b>	Nenhuma	UFG-CA	GO	ACAFEMUC	01	01
					COOTRACAT	03	05
Incubadora Tecnológica de Cooperativas da UFMS	<b>A</b>	Nenhuma	UFMS-CG	MS	COOPERNATU/ Feira Agroecológica da UFMS	02	02
					APROSAG	04	01
ITCP Pantanal e da Fronteira	<b>B</b>	Nenhuma	UFMS-CO	MS	AAAFC PA 72	12 14	06 06
Incubadora Pantanal Alto Médio Taquari	<b>B</b>	Nenhuma	IFMS COXIM	MS	Mil Artes;	00	12
					Associação Portal do Pantanal	00	02
					Associação Agrícola Pé de Cedro	02	00
Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária do IFB	<b>B</b>	Nenhuma	IFB	DF	AMAG	00	03
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) UNB	<b>B</b>	ITCP	UNB	BF	COOPERCARAJÁS	07	00
<b>Total</b>						<b>59</b>	<b>59</b>

**Fonte:** Pesquisa de Campo-Projeto Avaliação do PRONINC.

Foram visitadas in loco 09 incubadoras. Sendo 03 da Linha A e 06 incubadoras da Linha B. As incubadoras estão bem distribuídas, com a maioria dos estados contando com duas incubadoras visitadas. Essas incubadoras estão alocadas em universidades federais, estaduais e em institutos federais.

O que surpreendeu foi que apenas duas incubadoras estão associadas às redes. Sendo uma na Rede ITCP e outra na Unitrabalho. Sendo que as incubadoras localizadas em Campo Grande e em Cuiabá apesar de usar a sigla ITCP não estão vinculadas a nenhuma das duas redes de incubadoras.

Também se constatou uma forte presença da relação dos processos de incubação com as práticas inovadoras entre ensino, pesquisa e extensão. As incubadoras envolvem estudantes do ensino da graduação ao *stricto sensu* em suas atividades com uma ligeira vantagem para as ações de extensão, mas também influem na criação de grupos de pesquisa junto ao CNPq e a programas de mestrado e doutorado.

No que se refere ao perfil dos EES visitados temos o que segue: Foram visitados in loco 17 EES. Sendo 06 EES urbanos, e 07 EES rurais e no setor rururbano temos 04 EES. Sendo assim distribuídos: Urbanos: Grupo Pastel da Amizade, COOPUNIÃO, COOPERMAS, COOPERAMA, COOTRACAT, AMAG. Sendo que dentre os EES urbanos destacam-se cooperativas de Catadores de materiais recicláveis com quatro empreendimentos. Dentre os EES rurais estão: ACOOPERFRON, COOPERNATU, APROSAG, AAAFC, PA 72, Associação Portal do Pantanal, Associação Agrícola Pé de Cedro predominando as associações. Dentre os rururbanos: FEISOL, ACAFEMUC, Feira Agroecológica da UFMS, COOPERCARAJÁS destacam-se as feiras.

No que se refere a forma jurídica temos um grupo informal (Pastel da Amizade), 10 associações e 06 cooperativas. A maioria dos EES visitados, em torno de 10, atuam em processos de produção, agroindustrialização e comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar ou de assentamentos rurais. Dentre os EES urbanos visitados destacam-se as cooperativas de Catadores no setor da reciclagem e da coleta seletiva. Depois duas associações de mulheres que atuam com artesanato e na gastronomia o grupo Pastel da amizade. Na questão de gênero os números são iguais, sendo 59 homens e 59 mulheres que participaram das entrevistas *in loco* e das rodas de conversa junto aos EES.

## **6 PERCEPÇÃO DOS PROCESSOS DE INCUBAÇÃO JUNTO ÀS IES E AOS EES INCUBADOS**

Aqui vamos desenvolver uma análise da relação das incubadoras com o seu público interno: professores e estudantes e com os EES incubados. Constatou-se que as incubadoras da Linha A visitadas estão consolidadas do ponto de vista da institucionalização. Além disso se observou que essas incubadoras têm outras fontes de financiamento além do Proninc. Enquanto as incubadoras da Linha B, em sua maioria, ainda são dependentes desses recursos. Não obstante todas afirmaram que os recursos do Proninc são fundamentais para garantir o funcionamento básico das incubadoras. Os recursos do Proninc servem de contrapartida para buscar parcerias e outros financiamentos. Além de garantir um quadro de técnicos-gestores sociais bastante capacitados para atuar junto aos EES incubados a utilização do cartão CNPq garante flexibilidade e autonomia na gestão de recursos financeiros das incubadoras.

No que se refere a integração ensino-pesquisa-extensão a incubadora tem papel relevante, visto que inclui estudantes da graduação até a pós-graduação *stricto sensu*. No que se a formação técnica e política de seus integrantes, principalmente dos estudantes; produção de artigos, livros, relatórios os estudantes e bolsistas estão mais preparados tecnicamente, escrevem, estão publicando e participando em eventos principalmente ligado a Economia Solidária. Porém, apesar de apresentarem uma visão política crítica da sociedade hegemônica e dos cursos (tecnicistas) aos quais estão vinculados é um processo em construção que pouco se aproxima à *praxis* da educação popular.

Apesar da autogestão dentro da maioria das incubadoras ser incipiente, na maioria dos casos existe uma construção dialógica por dentro do processo de incubação. Além da compreensão do papel político da incubadora no campo da Economia Solidária. Numa linguagem da educação popular a Incubadora Social da UFG/Goiania conceitua autogestão assim: “A Autogestão é nossa busca constante, define muito bem a metodologia do processo formativo, aqui nosso lema que é sinônimo de autogestão é: “Combinou, tá combinado!”. Isso vale internamente com a equipe da incubadora e junto aos EES incubados. Isso mostra o grau de transparência e os fortes laços de relação de confiança entre os membros da incubadora e os sócios dos empreendimentos.

Não se trata só da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, acaba fluindo um processo de emancipação e de autonomia pessoal, de formação, de autonomia e atitude crítica que problematiza a relação contraditória da sociedade capitalista com mundo do trabalho.

A gente não trabalha só com contabilidade. A gente trabalha com a esperança deles. Hoje a gente tem Catadores fazendo o livro caixa, o rateio, preenchendo planilhas que fizemos junto com eles, simplificamos a contabilidade para ter dados transparentes, para que qualquer Catador entenda. Tem presidente da Cooperativa que passou no vestibular no curso de administração e está cursando a faculdade. A gente faz uma educação financeira, faz um trabalho

para garantir a transparência e atuar na formação humana mesmo da pessoa, e nossa também. Um cara que saiu do lixão, virou diretor da Cooperativa e se sente discriminado, de repente ele vai na Receita Federal e acha que vai ser discriminado, mas aí é o diretor da Receita Federal que recebe ele e atende a demanda dele, aí ele sai todo feliz. Isso é empoderamento. Nesse sentido, a gente resgata a dignidade dos Catadores. (Bolsista13: Incubadora Social da UFG/Goiânia).

Outro técnico afirma: “Você se envolve tanto que acaba assumindo a causa, não é igual lá na empresa. Eu vou fazer meu mestrado em Direitos Humanos...” (Bolsista13: Incubadora Social da UFG/Goiânia). Fica evidente, que a relação entre os EES incubados e a equipe da Incubadora torna-se algo especial para ambas as partes, resultando numa troca de experiências e saberes. É perceptível ver a motivação que os estudantes demonstram quando, na incubadora, descobrem como colocar seus conhecimentos e as técnicas que aprenderam nos seus cursos à serviço da sociedade. Geralmente jovens, os estudantes apresentam um elevado nível de motivação e encontraram na incubadora um espaço de realização pessoal e profissional. Sobre a incubadora e o trabalho que nela desenvolvem os bolsistas e técnicos afirmam que “É uma fonte de esperança para o pequeno agricultor rural, é um processo de transformação, uma fortaleza.”. Uma expressão usada pela equipe para definir o sentimento que possuem é a palavra “Ubuntu: eu sou porque sou todos nós”. (Coletivo de bolsistas/técnicos da INCUBEESS/UNEMAT-Cáceres-MT). Para outra bolsista a incubadora se tornou um espaço de realização pessoal e profissional, veja seu depoimento:

Eu me fiz aqui no núcleo UNEMAT-UNITRABALHO. Eu aprendi isso tudo aqui no núcleo. Se não fosse a incubadora eu não teria crescido tanto. A bolsa na graduação mudou minha vida, meu pensamento. Mudou toda a minha trajetória. Eu sem isso, não teria chegado onde cheguei. Estou terminando a pós-graduação em Políticas Públicas e Economia Solidária. Agora entrei no mestrado. Não dá para mensurar tudo. É muito. Outra visão de mundo. É possibilidade real de construir um outro mundo. (Bolsista3: INCUBEESS/UNEMAT).

Ainda sobre a contribuição da incubadora na trajetória acadêmica dos estudantes. Veja o que afirma o Bolsista8: INESSOL/UFG-Catalão:

Para mim o principal ganho foi na escrita. Produção de vários artigos, fizemos pesquisas, vários diagnósticos. Isso possibilitou novos conhecimentos e a conhecer a Economia Solidária. Para elaborar o projeto de adequação do Galpão de Triagem para a COOTRACAT eu tive que aprofundar o conhecimento sobre Projetos de Instalações. Tive que pesquisar, procurar apoio de outros professores. No campo pessoal me ajudou muito, eu sou uma pessoa muito tímida, mas eu tinha que falar com o pessoal lá, com os Catadores, com as Catadoras, com o pessoal da empresa que faz a coleta do lixo (Empresa Seleta), com os colegas bolsistas, outros professores e outros profissionais. Eu tinha que apresentar cursos. Isso me exigiu desenvolver habilidades de comunicação, elaboração de projetos. Por exemplo tive formação política, entendi um pouco como funciona a relação da empresa de

coleta de lixo com a prefeitura, da COOTRACAT com a prefeitura, tem muita influência da prefeitura.

Nas incubadoras também encontramos bastante a figura dos voluntários. Como é o caso do Graduando Engenharia Elétrica da UFMS que afirma:

Não existe interesse de desenvolver máquinas com escala de produção para os pequenos. Esse é um dos desafios da Engenharia de Produção. Existem outros interesses por traz disso. Aqui tudo é intenso. Eu acho que meus colegas que estão tendo oportunidade de fazer projeto de engenheiro na prática devem aproveitar, eu não tive isso. Na minha época de faculdade a gente fica cinco anos estudando num quarto. Nunca sai. A incubadora é uma experiência de vida (Voluntário5: ITCP/UFMS-Campo Grande).

Nesses depoimentos percebemos a crítica a visão hegemônica de mercado presente na universidade e também nas indústrias que não desenvolvem máquinas e equipamentos que atendem aos pequenos produtores, agricultores familiares e mesmo Catadores de materiais recicláveis. Além de apontar um nicho de mercado importante que é a produção de máquinas e equipamentos para esses setores está também a crítica ao processo de formação positivista da *educação bancária* denunciada por Paulo Freire. A incubadora acaba por construir condições de intervenções práticas, aprender com a realidade, testar conhecimentos. Mas não é só isso, a incubadora na relação com as pessoas, trabalhadores e trabalhadoras, sócios dos EES desperta o sentimento de solidariedade, de respeito ao outro, ao humano. E também se dá a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Para além do perfil das incubadoras e dos EES incubados pode se constatar que as políticas públicas de Economia Solidária e dentre elas o Proninc se mostrou importante instrumento para despertar e consolidar a capacidade dos trabalhadores e trabalhadoras dos EES a se apropriar do próprio trabalho e do resultado dele. Essa prática leva ao desenvolvimento e ao aprimoramento das práticas de autogestão, que é o exercício da tomada de decisão pelos próprios trabalhadores.

Numa perspectiva de superação da lógica hegemônica capitalista os trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária assumem a gestão dos meios de produção e partilham desde as decisões aos resultados. Resultados que não se resumem à busca do lucro ou ao resultado econômico. A maioria dos sócios dos EES incubados distinguem com clareza a diferença entre EES e empresas ou outro empreendedorismo tradicional e promovem uma reflexão e uma ação crítica ao capitalismo e suas diferentes formas de exploração. Os trabalhadores e trabalhadoras passam por mudanças e transformações que superam os processos de exploração capital *versus* trabalho e encontram a dignidade, recuperam a identidade e a sua autoestima. Veja-se o depoimento à seguir: “Faz nove anos que faço tratamento de leucemia e assim, eu vivia muito ansiosa, aí depois que eu comecei a praticar o pastel, isso foi saindo [...]”

(Associada1: Pastel da Amizade). Uma companheira de trabalho refletindo sobre o que a colega no empreendimento disse, afirma:

Ela tem problema de saúde, prá começar tinha um sonho de fazer o aniversário de casamento de 50 anos dos pais dela, e só com o pastel ela conseguiu realizar esse sonho, ela fez a festa, foi muito legal [...] Ela quase não saía de casa, era muito nervosa [tinha depressão], hoje não, hoje ela já conversa, até os filhos dela estranharam, por que ela mudou muito, até a gente fica feliz por ela né. (Associada2: Pastel da Amizade).

Esses depoimentos mostram a força do trabalho coletivo e chamam a atenção para um fenômeno interessante, apesar do número de mulheres se igualar ao número de homens, se percebeu um forte protagonismo feminino dentro dos EES visitados. Os grupos de mulheres ou liderados por elas geralmente mostram mais motivação, tem mais autoestima, interesse e união em torno do trabalho associado. A participação das mulheres além de ser mais expressiva em número de sócias que atuam nos EES também é mais qualitativa do ponto de vista da participação.

Ainda no que se refere ao resgate da autoestima veja-se o que afirma essa mulher que é sócia de um empreendimento visitado.

Nós éramos empresários da construção civil. Quebramos. Ficamos sem nada. A gente não tinha nada, tudo que a gente conseguiu foi pela incubadora. O Galpão de frango caipira, selo da Incubadora que é frango caipira. Fizemos cursos com os engenheiros de produção sobre qualidade dos produtos. A saúde melhorou cem por cento. A autoestima também, tanto eu como meu marido estávamos com problemas sérios, eu nem dirigia mais, meu marido teve depressão e teve problemas de coração, eu tive hipotireoidismo cheguei a 35 kg e hoje estou com 70kg. Ir para o assentamento e trabalhar com a incubadora mudou tudo. (Sócia3: COOPERNATU/Feira Agroecológica da UFMS).

Além disso os resultados mostram que esses EES incubados junto com as incubadoras, na maioria dos casos, construiu uma rede de articulação política junto ao Estado (nas três esferas) e a sociedade civil (movimentos sociais) para o desenvolvimento e o fortalecimento das políticas públicas de Economia Solidária, bem como tecem redes de colaboração e comercialização solidária. Iniciativas promissoras de circuitos curtos de comercialização muito eficientes que aproxima quem produz de quem consome.

Isso aparece nos depoimentos de Catadores e Catadoras da Rede UNIFORTE em Goiás e também no depoimento do coordenador da Incubadora Social da UFG/Goiânia que afirma: “O apoio da incubadora e a organização dos EES em rede provocou significativa melhoria na qualidade de vida desses trabalhadores. A consolidação desses empreendimentos ocorreu de forma concreta somente após a inserção da Incubadora em suas realidades”. Constatado nas entrevistas com os trabalhadores e trabalhadoras sócios dos EES incubados. A Catadora3 da COOPERAMA, afirma: “Em rede a gente tem mais força prá negociar”. Outro Catador diz:

O CATAFORTE foi bom. A rede é boa, a Rede UNIFORTE é uma boa. Antes a gente vendia papel branco há R\$ 0,30 (trinta centavos), agora na venda pela rede está R\$ 0,55 (cinquenta centavos). O plástico era R\$ 0,80 (oitenta centavos), hoje pela rede vende há R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos). Aumentou bem o preço... alguns produtos aumentaram o valor em 100%[...]. (Catador7: da COOPERAMA).

Tratando do ambiente de trabalho de processos de autogestão, integração, parceria, cooperação uma Catadora da COOPERAMA afirma:

Existe organização interna através do projeto autogestão. Aí a gente senta com o técnico da incubadora e procura soluções em conjunto. Existe a cooperação existe essa integração. Mas o trabalho coletivo é difícil. Tem briga, bate-boca, xingamento, mas no outro dia está todo mundo junto. Mas quando falamos em ajuda mútua existe sim cooperação, somos todos parceiros. (Catadora 5: COOPERAMA).

A incubadora também foi importante no apoio à organização e no planejamento do escalonamento da produção para que a Associação Camponesa dos Feirantes do Município de Catalão (ACAFEMUC) ligada ao Movimento Camponês Popular (MCP) acessasse o mercado institucional de compras públicas da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para doação simultânea, porém ainda não acessam o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Veja o depoimento da presidente da ACAFEMUC:

A INESSOL através do trabalho dos professores e dos bolsistas. Inclusive a gente era cobrada por eles. E a gente não conseguia reunir o povo [...] Porque o Movimento Camponês Popular (MCP) é diferente do Movimento dos Sem Terra (MST). O MCP atua com quem já é camponês, com quem já tem a terra. Depois que reunimos aprendemos boas práticas de produção. Padronizar os produtos, peso, qualidade, aparência, sabor melhorou muito. Eles auxiliaram na organização do espaço. Na organização do trabalho. Hoje somos 18 (dezoito) mulheres que trabalham divididas em 03 (três) grupos de 06 (seis) mulheres. Dividimos as tarefas. A produção de cada uma é individual, cada uma tem a sua cota de produção. Mas o trabalho é coletivo. O trabalho coletivo, é coletivo para garantir a igualdade no trabalho. Depois da chegada da incubadora melhorou a unidade do grupo, a relação entre os membros, as condições de igualdade na produção e na renda. Todas produzem o mesmo tanto e ganham o mesmo tanto. A renda é igual para todas. A gente consegue até R\$ 2 (dois) mil reais por mês cada uma. Essa era quase a mesma renda anterior. O que melhorou foi equiparar a renda e não tem desigualdade, melhoraram as relações interpessoais. Eu sou a dirigente só para conduzir o processo burocrático. Aqui todo mundo tem poder de decisão. Desde a aquisição da compra das máquinas tudo se encaminha e se decide pela autogestão. Todos, ninguém é patrão de ninguém. Todas têm autonomia. Fazemos questão de criar um vínculo que garanta isso.

Essa fala mostra, além da busca pela autogestão, a importância que assumiu o trabalho coletivo na vida dessas trabalhadoras. Mostra a autonomia, a autoestima o compromisso com a qualidade com os produtos que produzem, o aprendizado, e também o aumento da renda. Além disso, traz para o debate a importância dos movimentos sociais na articulação com esses grupos.

Encontramos vários EES muito bem articulados com movimentos sociais. No que se a importância da Incubadora no Assentamento, observe-se o que afirma esse agricultor de Maracaju-MS:

A incubadora foi importante para a mobilização comunitária, para o cadastramento das famílias 72 duas famílias que fazem parte do projeto do frango. Quando você fala que a Universidade Federal vai entrar aqui no assentamento anima o povo. O agricultor sabe produzir como aprendeu com os pais. Mas não tem as técnicas de escala de produção para atender o mercado. Não tem padronização. Não consegue organizar a cadeia produtiva. Então o que mais falta é a assistência técnica e a incubadora faz um pouco disso [...]. Por exemplo: Precisava de um projeto arquitetônico para a Escola Família Agrícola (EFAR), a Associação tem assento no conselho gestor da EFAR [...] Conseguimos o projeto com os parceiros da Incubadora. (Sócio2: APROSAG).

Para o Sócio7: Aprosag a incubadora “Foi a luz do fim do túnel. Se não fosse a incubadora a gente não tinha esperança”. É uma afirmação forte. Porém verdadeira. Essa afirmação é importante, por dois motivos. Primeiro: mostra a importância das incubadoras e ao mesmo tempo reconhece e valoriza os processos de incubação. O segundo: mostra uma certa limitação das cooperativas e associações em enfrentar seus problemas, sejam internos, ou externos sem a presença de uma organização que promova essa mediação. Nesse sentido, a incubadora aparece como facilitadora de processos e diálogos dentro dos empreendimentos e dos empreendimentos com outras instituições.

Uma questão que pode se verificar é a ausência de jovens dentro dos EES visitados. A presença da juventude apareceu bastante junto ao público das incubadoras. Essa é uma questão pertinente para aprofundar estudos e análises. Na amostra também não encontramos representação de empresas recuperados.

Apesar de não estar muito explícito nas falas dos entrevistados também se verificou junto a maioria dos grupos um compromisso com a conservação do meio ambiente e com a sustentabilidade. Nos grupos de Catadores e Catadoras isso é implícito visto que estes retiram da natureza e dos aterros milhares de toneladas de materiais recicláveis que iriam para a natureza ou para os aterros diminuindo sua vida útil e aumento o custo da gestão dos resíduos sólidos. Na agricultura se percebe compromisso com a sustentabilidade pela utilização de práticas orgânicas de produção e especialmente pelo compromisso com a agroecologia. Praticamente em todos os EES orientados pelos Movimentos Sociais do Campo (MSC) a lógica de produção é guiada pelos princípios da agroecologia

Essas práticas agroecológicas não ficam restritas aos processos de produção. Elas avançam pelos processos de comercialização levando conscientização de quem produz para quem consome. Os agricultores e as agricultoras expõem seus produtos nas feiras e em outros



circuitos curtos de comercializam e falam com orgulho de práticas que não se utilizam de veneno, de agrotóxicos e de outros químicos que comprometem a saúde humana e o meio ambiente. Existem espaços de diálogo entre quem produz e quem consome. Agricultores e agricultoras ministram palestras para consumidores e consumidoras. Em outra frente realizam oficinas de trocas de experiências em produção agroecológica disseminando e produzindo conhecimento.

Essas são as percepções que levantamos sobre os resultados dos processos de incubação. Os resultados são satisfatórios em relação ao volume de recursos empregados nos processos de incubação nesses EES. Carregam um forte poder de desenvolvimento local sustentável pela sua capacidade de inclusão socioproductiva, geração de renda e o desenvolvimento da autogestão dentro de grupos informais, associações e cooperativas.

Os resultados também são satisfatórios no que se refere a competência dos processos de incubação pela extensão universitária em articular a indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa. Esses processos despertam forte interesse nos jovens universitários e recém-formados que percebem a importância de aplicar técnicas e ferramentas que aprenderam nos seus cursos em favor da melhoria da qualidade de vida das pessoas. Além disso, as incubadoras, apesar de estarem alocadas em instituições heterogestionárias, se tornaram espaços nichos para desenvolver conhecimentos científicos em favor da sociedade e da transformação social numa lógica contra hegemônica.

Essas práticas dentro desses empreendimentos e dentro das incubadoras, se não superam a visão excludente da economia de mercado, ao menos contribuem para problematizar essa lógica, indicando que existem outras alternativas para além do mercado. E apesar das práticas de autogestão ainda ficarem muito restritas à gestão interna dos EES, estas são um germe para a ampliação e a consolidação da democracia no contexto estudado.

Os resultados mostram que os processos de incubação de EES comportam uma grande **pluralidade de manifestações empíricas** e que a lógica da Economia Solidara e a prática da autogestão tem desenvolvido tecnologias sociais e aprendizagens que envoltas numa *práxis* transformadora, que, se não responde a todos os desafios criados pela modernidade, ao menos pode resolver problemas de desenvolvimento social por uma lógica coletiva. Apesar das dificuldades desse processo, os EES em sua maioria apresentaram forte poder de inclusão socioproductiva de trabalhadores e trabalhadoras, criam esperança, resgatam a dignidade e a cidadania das pessoas, ampliam a geração de renda e avançam nos processos de autogestão e autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras dentro dos EES. Além disso, dentro da universidade, pela extensão promovem a articulação entre o ensino e a pesquisa colaborando

para superar a visão reducionista de ciência na academia e das práticas excludentes da economia de mercado mostrando forte impacto desses empreendimentos no desenvolvimento econômico local sustentável e no processo de democratização econômica.

Por outro lado, ainda há necessidade de aprofundar os processos de formação e educação popular. Também se observou que as relações de autogestão e autonomia se limitam às relações internas dos EES embora estes dialoguem com outros movimentos sociais e contribuam com a construção de políticas públicas, esses processos são incipientes. Apesar disso, constatou-se que esses processos que levam a emancipação garantem o exercício da cidadania manifesta na vontade desses sujeitos de participar das decisões dentro e fora dos empreendimentos. O compromisso de construir novas relações de trabalho, de lutar por políticas públicas que atendam o setor e a disposição dos Movimentos Sociais de ocupar e avançar nos espaços públicos. Observou-se que os processos autogestionários em instituições heterogestionárias são permeados de contradições, são nichos dentro das universidades, porém é um campo que mostra avanços significativos em termos de volume de projetos, professores, estudantes (técnicos, bolsistas, estagiários) e embora avancem, ainda são ações muito limitadas diante dos grandes desafios da universidade e de inclusão socioproductiva que o país enfrenta. Processos autogestionários encontram problemas burocráticos frente às políticas públicas, visto que o Estado (e a universidade é Estado) é um ente heterogestionário e sua estrutura é pouco democrática. Daí a necessidade de ampliar esses espaços de construção da outra economia, da autogestão e da educação popular que se apresentam como espaços de resistência pela democracia numa lógica contra hegemônica de sociedade e de estado na luta do trabalho frente ao perverso sistema capitalista neoliberal.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante o momento da pesquisa de campo e visita *in loco* aos empreendimentos e às incubadoras foi possível perceber que no período de execução dos projetos financiados pelo Edital 89/2013 do Proninc houve um intenso fortalecimento da Economia Solidária e de diferentes políticas públicas que dialogam com o desenvolvimento local sustentável.

Internamente na organização dos EES incubados ficou perceptível que a autogestão avança no sentido de melhor preparar esses trabalhadores e trabalhadoras para participarem ativamente do exercício da tomada de decisão dentro dos seus empreendimentos.

Também verificamos que os trabalhadores e trabalhadoras se apropriaram de novas técnicas de produção, melhoria de qualidade dos produtos, planejamento e aumento da escala

de produção. Abriram novos canais e comercialização como feiras, redes e acessaram o mercado de compras institucionais. E isso fortaleceu os EES e ampliou a renda, resgatou a dignidade de trabalhadores e trabalhadoras antes invisibilizados e que depois de passarem pelo processo de incubação foram reconhecidos e exercem a sua cidadania de forma mais legítima.

Para fora foi possível perceber que junto com os EES as incubadoras estabeleceram um forte diálogo junto aos Estado e a sociedade civil (movimentos sociais) no sentido de fortalecer e ampliar as políticas públicas de Economia Solidária. Exercendo a cidadania na criação de leis municipais e estaduais de Economia Solidária. Uma forte participação em conselhos municipais, estaduais e até em conselhos federais. Nesse período houve uma intensa participação nas conferências nas três esferas de governo. Os EES e as incubadoras também buscaram recursos em outras fontes, sejam em editais públicos ou ofertados por fundações vinculadas a iniciativa privada.

Verificou-se também um reconhecimento institucional do papel das incubadoras dentro das IES na promoção e na articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A incubadora se transformou num *locus* no qual os jovens percebem a possibilidade de colocar em práticas teorias, técnicas e ferramentas que aprenderam em seus cursos à favor da sociedade. Para além disso, esse processo se mostrou um processo de intensa transformação no qual os jovens passam a aprender a aprender. Tudo isso, se não transforma o mundo, transforma a vida das pessoas, em especial desses jovens que se tornam mais humanos e sensíveis às questões sociais colocadas como desafios para a modernidade. Se não inverte a lógica de exploração capital *versus* trabalho ao menos compreende o processo de exploração e busca a superação desses processos de exclusão.

Apesar de estarem dentro de instituições heterogestionárias foi possível constatar que as incubadoras também são espaços de construção de tecnologias sociais. Seja de artefatos, seja de processos de gestão. Dentro das incubadoras e dos EES incubados são construídos e compartilhados conhecimentos na lógica da cooperação e da solidariedade. Foram desenvolvidos controles internos que servem como ferramentas para gerar transparência e fortalecer a autogestão. Verificou-se que em muitos casos os trabalhadores além de colaborar na construção de novos conhecimentos se apropriaram desses conhecimentos.

O que nos permite afirmar a importância do Proninc não só para as incubadoras, para as IES, mas para toda a sociedade brasileira. Visto que os resultados mostram uma forte capacidade para a inclusão socioproductiva, geração de renda e desenvolvimento local sustentável.

## REFERÊNCIAS

- Brandão, C. R. (1984). *Educação Popular*. (Coleção primeiros Voos, 22). São Paulo: Brasiliense.
- Dagnino, R. (2010). *A Tecnologia Social e seus desafios*. In: DAGNINO, Renato (org). *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade - 2. ed.* - Campinas, SP: Komedi.
- Dagnino, R. (2014). *A tecnologia social e seus desafios*. In: *Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas* [online]. Campina Grande: EDUEPB, p. 19-34. Recuperado de <http://books.scielo.org/id/7hbdt/pdf/dagnino-9788578793272-04.pdf>.
- Eid, F. (2004). **Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologia de incubação de empreendimentos de economia solidária**. In: Iracy Picanço, I., Tiriba, L. (orgs). *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. 1 Ed. Aparecida - São Paulo: Idéias & Letras, 2004, v. 1, p. 167-188.
- Fonseca, R., Serafim, M. (2010). *A Tecnologia Social e seus arranjos institucionais*. In: DAGNINO, Renato (org.). *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade - 2. ed.* - Campinas, SP: Komedi.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Ed. 25ª. (Coleção Leitura). São Paulo: Paz e Terra.
- Laville, J., Gaiger, L. I. (2009). *Economia solidária*. In: Cattani, A. D. Et al. (orgs): *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina/CES, p. 162-168.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). (2011). *Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)*. Brasília. Recuperado de [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria\\_nacional.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp).
- Mothé, D. (2009). *Autogestão*. In: CATTANI, A. D. Et al. (orgs.): *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina/CES, p. 26-30.
- Sguarezi, S. B., Bógus, L. M. M. (2012). *Autogestão e economia solidária no Estado de Mato Grosso: limites e possibilidades*. In: Segundo encontro nacional de pesquisa sobre economia solidária: a economia solidária sob diversos olhares, 2., São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: ABPES. Recuperado de <https://abpes.files.wordpress.com/2012/07-enpes.pdf>.
- Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Tenório, F. G. (2006 novembro-dezembro). *A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs)*. RAP, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), v. 40, n. 6, p. 1145-62, Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n6/11.pdf>.

## A AUTOGESTÃO E A CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS COLETIVAS EM EMPREENDIMENTOS AUTO GESTIONÁRIOS: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO BANCO COMUNITÁRIO TUPINAMBÁ

*Hilmar Tadeu Chaves*<sup>76</sup>

*Mario Vasconcellos Sobrinho*<sup>77</sup>

*Ana Maria de Albuquerque Vasconcellos*<sup>78</sup>

*Mauro Margalho Coutinho*<sup>79</sup>

### Resumo

O trabalho tem como objetivo analisar internamente o empreendimento Banco Comunitário Tupinambá a fim de verificar que elementos permitam entender a existência de formação de competências coletivas e suas interferências no processo de autogestão do banco e externamente verificar se existe uma maior aproximação entre os atores que possam suprir as necessidades de acesso a crédito aos empreendedores locais. Partiu-se da análise de um estudo de caso na Amazônia Paraense, especificamente o Banco Comunitário Tupinambá (BCT). Criado em 2009, na ilha de Mosqueiro, distrito de Belém-PA, em que se constitui o primeiro Banco Comunitário na Amazônia Paraense visando o suporte na geração de trabalho e renda a partir da concepção e princípios da economia solidária. As ações do banco implicam uma nova ordem colaborativa de desenvolvimento com metodologias participativas e de concertação social com articulação e mobilização de diversos atores e recursos da sociedade civil e mercado para atuarem com o Estado e possibilitar o desenvolvimento da comunidade.

**Palavras-chave:** Banco Comunitário. Economia Solidária. Competências Coletivas. Autogestão.

---

<sup>76</sup> MsC. Doutorando PPAD Unama. hilmar.chaves@yahoo.com.br.

<sup>77</sup> Dr. Prof Adjunto PPAD Unama. mariovasc.unama.br.

<sup>78</sup> Dra. Prof. Adjunta PPAD Unama . anamaria.vasconcellos@unama.br

<sup>79</sup> Dr. Prof. Adjunto PPAD Unama. mauro.margalho@unama.br

## **SELF-MANAGEMENT AND THE CONSTRUCTION OF COLLECTIVE COMPETENCES IN SELF-MANAGED VENTURES: AN ANALYSIS OF THE EXPERIENCE OF THE TUPINAMBÁ COMMUNITY BANK**

### **Abstract**

The objective of this study is to analyze internally the Tupinambá Community Bank project in order to verify what elements allow to understand the existence of collective competences formations and their interferences in the bank self-management process, and externally, to verify if there is a greater approximation between the actors that can supply the needs of access to credit to the local entrepreneurs. It was based on the analysis of a case study in the Paraense Amazon, specifically the Tupinambá Community Bank (TCB). Created in 2009, in the island of Mosqueiro, District of Belém-PA in which the first Community Bank in the Paraense Amazon is constituted aiming the support in the generation of work and income from the conception and principles of the solidarity economy. The Banks actions imply a new collaborative development order with participatory methodologies and social coordination with articulation and mobilization of various actors and resources of civil society and market to act with the state and enable the development of the community.

**Keywords:** Community Bank. Solidarity Economy. Collective Competences. Self-Management.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil a economia solidária vem crescendo como campo de práticas econômicas alicerçadas em noções de justiça, equidade, responsabilidade social e ambiental. Empreendimento econômico solidário é aquele que compreende várias formas de se organizar, levando-se em conta a livre associação de trabalhadores, na qual a cooperação seja o esteio de sua eficiência e viabilidade, (GAIGER, 2004).

Um dos empreendimentos solidários que tomou corpo nas últimas décadas, como forma de responder às demandas do segmento econômico no campo da Gestão Social, foi o Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD). Pela peculiaridade em lidar com a concessão de microcrédito e por alcançar uma alta capilaridade junto às populações em situação de pobreza, os BCD emergem como alternativas à algumas políticas públicas do microcrédito tradicional. Eles têm recebido apoio dos governos federal, estadual e municipal para replicação de novas experiências e consolidação das já existentes.

Trata-se de um empreendimento de micro finanças, gerido por uma iniciativa associativa que busca a eliminação das hierarquias, a posse e controle dos meios e conhecimento relativos à gestão e à produção envolvendo moradores de uma determinada comunidade (autogestão). Busca-se com isso, a resolução de problemas relacionados à sua condição de vida socioeconômica, por meio de atividades políticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais (RIGO, 2014; SILVA JUNIOR, 2016).

Esse tipo de oferta de serviço é constituída em função de demandas reais, expressas pelos moradores da comunidade com o objetivo de estimular o envolvimento de prestadores de serviços em articulação com os usuários desses serviços, sendo vista como uma vertente da economia solidária, por via da finança solidária. Esta possui como objetivo principal permitir às pessoas excluídas do sistema bancário, a possibilidade de criação de sua própria ocupação laboral ou sua própria fonte de renda (FRANÇA FILHO, 2007). Neste caso, o desafio desse campo de experiências gira em torno da necessidade de democratização do acesso ao crédito (SILVA JUNIOR, 2016) bem como da competência coletiva dos associados na articulação com os gestores do BCD.

A competência coletiva afirma-se pelo saber agir responsável reconhecido como tal pelos outros; implica saber como mobilizar, integrar e transferir conhecimentos, recursos e habilidades, num contexto determinado. (LE BOTERF, 2003).

Neste artigo, busca-se analisar quais as relações das competências coletivas com a autogestão do empreendimento solidário. Procura-se compreender o cenário que envolve as

competências coletivas dos associados e as contradições entre interesses coletivos nos processos de autogestão.

Para esta análise, toma-se como estudo de caso o Banco Comunitário Tupinambá (BCT), localizado no distrito de Mosqueiro, no bairro da Baía do Sol, em Belém, estado do Pará. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa baseada no método qualitativo, com apreensão de dados por meio de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com os sócios-gestores do Banco e com representantes de pequenos empreendimentos tomadores de empréstimos do mesmo.

A discussão teórica se apoia na literatura sobre economia solidária, autogestão e competências coletivas. Buscou-se debater sobre tais questões como subsídios para a compreensão do objeto de estudo.

Para tal, a pesquisa está dividida em duas fases: na primeira far-se-á uma análise interna do empreendimento em que serão identificados os elementos que permitam entender a existência de formação de competências coletivas e suas interferências no processo de autogestão. Na segunda, far-se-á um exame da construção e formação de competências coletivas nos empreendimentos tomadores de empréstimos solidários. Neste caso, o foco da análise será entre o BCT e outras organizações, as quais mantêm relações de cooperação nos tramites operacionais.

Analisar-se-á a possível existência de uma maior aproximação entre os atores que possam superar suas necessidades de acesso a crédito. Essa superação pode ocorrer por meio de decisões coletivas, as quais, no caso do BCT, demonstram que os atores sociais buscam equilíbrio de poder nas decisões coletivas baseadas em princípios da Economia Solidária.

Alguns resultados que foram observados na autogestão do BCT demonstra que ela vem sendo praticada neste empreendimento não somente como exemplo de autonomia da governança e do processo decisório exercido pelos seus associados. Ela vem rompendo com práticas autoritárias embasadas nos princípios da Economia Solidária, o que representa a construção cotidiana da autonomia de seus associados e demonstra que os mesmos conseguem saber mobilizar, integrar e transferir conhecimentos, recursos e habilidades, dentro do contexto em favor de geração de benefícios de bem estar para a sua comunidade.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 AUTOGESTÃO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS**



Para tratar da autogestão, é necessário primeiramente visitar o conceito de Economia Solidária, já que se trata de empreendimentos solidário, o que para o nosso entendimento ainda é um constructo. No entanto, baseado na leitura de autores como (ARRUDA, 1996, RAZETTO, 1997, FRANÇA FILHO, 1999; SINGER, 2000; VAINER, 2000; ARRUDA e BOFF, 2000; e CORAGGIO, 2000), pode-se dizer que o termo sintetiza uma diversidade de experiências organizacionais de caráter econômico.

Tais experiências baseiam-se em novas e antigas formas de solidariedade, por um lado numa perspectiva de busca de alternativa de trabalho, por outro numa perspectiva de construção de um modelo alternativo ou diferenciado da economia de mercado dominante ou simplesmente enquanto utopia experimental de novas formas de sociabilidade e de vivências de valores relacionados como o modo de ser cuidado.

Assim sendo, a emergência deste tema no Brasil nos remete ao contexto da década de 80, em que houve aprofundamento do nível de desemprego. Em resposta a esta situação, surgem projetos pontuais de trabalhadores organizados a partir de outra lógica, a da cooperação e solidariedade (KRAYCHETE, 2000; CORAGGIO, 2000; GAIGER, 2000; SINGER, 2002).

Nesse contexto, o cenário político brasileiro, no período compreendido entre 2002 a 2014 favoreceu a discussão de alternativas de reinserção do trabalhador, sendo a Economia Solidária privilegiada com a criação em 2003 da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Esta iniciativa engajou o Programa Primeiro Emprego buscando a inserção dos jovens no mercado de trabalho através de uma formação cooperativista, bem como o Programa Nacional de Qualificação que do mesmo modo trabalhou com tal temática, além do envolvimento das Universidades Federais e Institutos Federais seja através de educação, extensão ou pesquisa, seja auxiliando a criação e expansão de empreendimentos solidários.

Para efeito de entendimento neste estudo, adota-se o conceito de empreendimento solidário aquele que se apresenta sob a forma de expressão da Economia Solidária, porem assumindo o formato de associação, cooperativa ou auto gestor para produção e/ou aquisição de produtos e serviços, em que os atores são proprietários dos meios de produção, o trabalho é compartilhado, os resultados distribuídos igualmente, pratica-se a autogestão, democracia, participação, cooperação, haja desenvolvimento humano e responsabilidade social (SEN, 2010); GAIGER, 2004, JESUS et al, 2004; OLIVEIRA, 2004).

Essa conjuntura de caráter coletiva e solidária nos remete à gestão desses empreendimentos, denominada de autogestão. Embora o conceito de autogestão se apresente na literatura nas mais variadas formas de interpretações, sempre emerge relacionado aos

princípios de autonomia e democracia nas relações sociais, de um lado de ordem política, de outro, econômica; tanto para certas instituições como para a sociedade em seu conjunto. (VIEITEZES e DAL RI, 2001).

Autogestão é o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela forma democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um coletivo. Sendo um exercício de poder compartilhado, em que são qualificadas as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos. (ALBUQUERQUE, 2003)

Várias dessas organizações são criadas em comunidades muito pobres como uma alternativa de organização produtiva e inclusão social. Assim, trataremos de discutir a proposta para o caso de associação cujos fins são claramente sociais e que participam da esfera da prestação de serviço para a comunidade local.

Do ponto de vista político, verifica-se internamente para as relações entre os associados de uma organização autogestionária, um dos princípios emergentes é a participação dos atores envolvidos nas decisões de forma democrática na gestão, seja a democracia direta ou a representativa. Neste caso tem-se como objetivo a extinção da hierarquia e burocratização das relações. (VERAGO, 2008).

Quando o foco é externo nas relações políticas com outras instituições, o princípio emergente é o da autonomia. Neste caso, uma organização auto gestionária deve ter autonomia política em relação ao Estado, as burocracias, aos sindicatos, as instituições religiosas, entre outras. (VERAGO, 2008).

Do ponto de vista econômico, a autogestão implica também em relações internas e externas as relações mútuas. Para as relações econômicas internas, o princípio da democracia econômica se traduz na propriedade coletiva dos meios de produção e na divisão igualitária dos excedentes de produção entre os produtores que são também trabalhadores, mas não assalariados. (VERAGO, 2008).

Para as relações econômicas externas, a democracia econômica significa o direito de participação dos indivíduos de maneira coletiva, das relações econômica de produção, distribuição e consumo. Assim, de acordo com os princípios da autogestão, todos devem ter o direito de participar em todas as esferas das relações econômicas de uma dada sociedade, inclusive como proprietários e gestores coletivos. (VERAGO, 2008).

O social também é abordado sobre os dois aspectos de relações: interno e externo às relações mútuas. No primeiro caso internamente, o princípio emergente é a solidariedade que se traduz nas relações de trabalho, em que o objetivo coletivo se sobrepõe ao individual. Assim, todos devem ajudar o empreendimento em todas as esferas, todos devem participar da gestão

de tal maneira, que haja sempre rodízio nas cadeiras e sucessão nos cargos, para que haja ao mesmo tempo transmissão de saberes e saber fazeres e aqui se destaca a importância da competência coletiva para o empreendimento. (CHAVES, 2015).

Para as relações sociais externas, a solidariedade se traduz pela articulação e cooperação com os demais indivíduos da comunidade na intenção de solucionar ou mitigar os efeitos da não inclusão social, trabalho e geração de renda. Nesse sentido a competência coletiva aqui emerge de uma forma de resultado do esforço do individual para a solução das necessidades coletivas. Concordando com o conceito de cidadania quando a mesma se refere a participação como indivíduo organizado nas mais áreas de atuação da sociedade, sendo o estado pleno de autonomia, sabendo escolher, podendo escolher efetivando suas escolhas. Ou seja, o indivíduo atuando como cidadão pleno, consciente e ativo de seus direitos individuais e coletivos (OLIVEIRA, 2001).

Diante deste contexto, entende-se que a autogestão se apresenta como forma de Gestão Social como conjunto de processos sociais nos quais a ação gerencial se desenvolve por meio de uma ação negociada entre seus atores (TENÓRIO, 1998), ou seja, é a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos (CARVALHO, 1998).

Nesta perspectiva, a economia solidária autogestionária se fundamenta na tese que as contradições do sistema econômico capitalista criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas. No entanto, reinventar e avançar da economia solidária não depende apenas dos próprios desempregados e não prescinde do apoio do Estado e do fundo público, como também de várias agências de fomento. (GAIGER, 2004).

Cumprir afirmar que, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana. (BARBOSA, EID e ESPINOLA 2012).

A autogestão dos empreendimentos econômicos solidários se caracteriza por uma complexidade própria de sua natureza, pois são compostas por uma série de desafios e questões singulares que não podem mais ser negligenciadas, nem pelas pessoas que atuam nestes organismos, nem pelas teorias que tratam desta temática. (ANDION, 2001).

Assim o Banco Comunitário Tupinambá caracteriza-se como um empreendimento solidário por ter nascido a partir da necessidade da comunidade em ter acesso aos serviços bancários e pratica a autogestão a partir do momento que seus associados são proprietários do meio de produção, o trabalho é compartilhado. Buscar-se-á definir em Alicante (Espanha) um empreendimento que possua características próximas ao Banco Comunitário Tupinambá em

termos de autogestão, influência de competências coletivas e rebatimento a comunidade como forma de desenvolvimento comunitário.

## 2.2 COMPETÊNCIAS COLETIVAS

Para entender o complexo e contraditório debate, tanto no meio acadêmico quanto no organizacional, a gestão por competências enquanto ação coletiva assume um papel-chave em adaptar, integrar e reconfigurar os recursos e as capacidades do empreendimento, partindo do princípio de que o ambiente de atuação do empreendimento está em constante mutação. A abrangência do tema pode ser observada em três níveis: individual, organizacional e coletiva. Em duas principais vertentes: a estratégia e gestão de pessoas e pelo menos dois campos onde ocorrem os debates e as ações, o funcional e o social. (CHAVES, 2015).

No que tange a competência individual, uma corrente considera que o debate sobre competências está associado a práticas próprias de gestão de pessoas, como seleção, desenvolvimento, avaliação e remuneração, cujos precursores e maiores contribuintes são McLelland (1973), Boyatzis (1982), Le Boterf (1995), Zarifian (2001) e no Brasil destaque para Dutra (2004).

Na dimensão estratégia e organizacional o debate foca o desenvolvimento de competências a partir dos membros do empreendimento, com base em recursos internos, com as contribuições de Wernefelt (1984), Rumelt (1994) e Barney (2001), incorporando a noção de *core competence* de Prahalad e Hamel (2000) e de capacidades dinâmicas a exemplo de Teece, Pisano e Shuen (1997).

Nesse sentido encontra-se um desmembramento da Teoria Baseada em Recursos de Penrose (1959) cuja estratégia valoriza recursos e competências internas na formalização de estratégias se contrapondo as abordagens que destacam as condições do mercado.

Por um lado pesquisadores como McLelland (1973), Boyatzis (1982), Le Boterf (1995), Zarifian (2001) e Dutra (2004) buscam analisar organizações sobre o ponto de vista do desempenho funcional, ou seja, esta corrente analisa o desempenho dos trabalhadores sobre o ponto de vista do saber-fazer e da mobilização dos recursos com vistas a redução de custo e alavancagem do lucro operacional, trazendo como benefício principal ao indivíduo que desenvolve um desempenho superior sem levar em conta o lado externo da organização.

A análise do desempenho individual das pessoas gera ganhos organizacionais que, por conseguinte, gera desenvolvimento econômico. Nesta perspectiva desses autores, competência passa a ser vista sendo um conjunto de conhecimento, habilidades e atitudes (CHA) que

justificam um alto desempenho individual, cuja avaliação é feita em relação ao conjunto de tarefas do cargo ou posição ocupada pela pessoa. Nesse sentido, a competência está atrelada ao cargo do indivíduo, portanto é funcional. (FREURY; FLEURY, 2004; DUTRA, 2008).

Por outro lado, autores como Weick (1993), Weick e Robert (1993), Le Boterf (1995) Zarifian (2001), Hansson (2003), Michaux (2005), Retour e Krohmer (2006) entendem que uma abordagem baseada apenas em um conjunto de atributos como conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA) é insuficiente para gerar desenvolvimento ao empreendimento e ao grupo, posteriormente a comunidade. Assim no entender desses autores, a visão social vai além do funcional, racional.

Deste modo, neste trabalho, focaremos nas competências coletivas do trabalho em que Le Boterf (1995) reconhece que as organizações já se preocupam com o desenvolvimento de tais competências, dada a importância do trabalho em equipes multidisciplinares, aos processos de negócios transversais, o trabalho coletivo e a colaboração.

Para Le Boterf (1995) competências coletivas são o resultado da contribuição, da cooperação e da sinergia entre as competências individuais. São coletivas na medida em que não podem ser construídas por uma única pessoa.

Analisando a literatura tanto nacional quanto internacional, o que emerge é uma supremacia de trabalhos em gestão por competência sendo empregado em grandes e médias empresas do setor privado e em algumas do setor público, deixando de fora do contexto os empreendimentos de economia solidária. (SANCHEZ, 2003; e MOLON, 2013), estudos focados na liderança tanto individual como de grupos (FAGUNDES, 2007), geração de vantagem competitiva para as empresas (MASCARENHAS, 2008), sustentabilidade de empreendimentos (D'ANGELO, 2009), aprendizagem, fatores sociais e políticos da organização, cultura, capital social (MICHAUX, 2011; COLIN E GRASSER, 2011; PAUVERS e SHIENB-BIENFAIT, 2011).

Nesse sentido, busca-se ampliar o conceito, pois considera-se que pode ser empregado em pequenos empreendimentos, inclusive os de base de economia solidária, a partir do entendimento das práticas de trabalho associado como alternativa para busca de soluções para a comunidade e do emprego da autogestão no empreendimento de maneira democrática.

Para Michaux (2011), as competências coletivas resultam de duas dinâmicas simultâneas: os processos de interação e compartilhamento entre indivíduos e grupos (a base social dessas competências) e os processos de direcionamento e acompanhamento dos coletivos (a base estratégica e gerencial das competências coletivas).

Em se tratando da perspectiva funcional, a competência coletiva é vista como um conjunto de recursos que complementam ou reforçam as competências organizacionais, representando os diferentes setores ou principais funções coletivas da organização, sendo correspondentes a atribuições específicas de grupos ou processos (NORDHAUG e GRONHAUG, 1994; RUAS, 2005b).

Terence (2002) afirma que as características mais citadas na literatura sobre pequenos empreendimentos são as especificidades em relação à sua estrutura interna. Escrivão Filho (1995) destaca que as condicionantes organizacionais surgem de variáveis como tecnologia, comportamento, estrutura, decisão e estratégia, as quais apresentam particularidades quando tratadas nos pequenos empreendimentos. Contudo, Pinheiro (2013) destaca que o nível administrativo de pequenos empreendimentos é bastante rudimentar, o que proporciona inconsistência nas ações e inexistência de nortes que definam claramente os papéis de seus ocupantes e os níveis de responsabilidade correspondente.

Sob a análise da realidade empresariais, Ruas (2000) aponta três níveis de competências coletivas: estratégico, funcional e gerencial. No primeiro nível expressa o conceito definido por Prahalad e Hamel (2000) das competências essenciais ou *core competences*. No segundo nível, ou seja, o funcional, encontram-se as competências necessárias para realizar as funções básicas da empresa que, para Ruas (2000) expressa as competências coletivas e, finalmente, no terceiro nível, o gerencial, indica a interface entre as competências individuais e coletivas, em que, a articulação e a interação entre esses três níveis resultam na sinergia para o empreendimento obter vantagem competitiva.

Nesse processo é de suma importância, a habilidade de articulação das competências, bem como, a intensidade e qualidade da interação entre os diferentes níveis (RUAS, 2000).

Na perspectiva **social**, pode-se dizer que as relações, sejam elas entre indivíduos, grupos, equipes, departamentos e/ou entre empreendimentos, são relações sociais. Nessa abordagem, o conjunto de competências dos indivíduos articulados à determinados objetivos ou metas comuns, constituem as competências de caráter coletivo.

A construção da competência coletiva alicerça-se sob três estágios para construir o sentido coletivo:

O primeiro é um sentido percebido pelos indivíduos na estruturação de suas atividades de trabalho, solidificando o objetivo ou meta comum. Esse sentido coletivo é resultante da forma como a orientação do grupo é desenvolvida. Reside nesse nível a relevância da linguagem como fator fundamental na edificação do sentido coletivo;

O segundo aspecto é desenvolver uma base de conhecimento coletivo, uma vez que o sentido do grupo, ao desempenhar suas atividades é coletivo, portanto, cada participante o internaliza e busca a interface com os demais indivíduos, iniciando a formação de uma base de conhecimento, que é coletiva aos integrantes do grupo;

E, finalmente, esse conhecimento coletivo pode e deve constituir-se em um diferencial do grupo, não somente pela base de conhecimento comum, mas também pela forma de articulá-lo e de combiná-lo fazendo-se exclusivo neste ou naquele grupo. Portanto, ao se aprofundar a discussão sobre a competência coletiva verifica-se ainda na literatura consultada vários entendimentos.

As competências coletivas podem ser compreendidas como um conjunto de competências funcionais, e nesse aspecto complementa o conceito de competências organizacionais sob a ótica da funcionalidade. Concordam com esta linha de pensamento os autores Leonard-Barton (1992), Nordhaug; Gronhaug (1994) e Ruas (2000).

Weick (1993), Weick e Roberts (1993), Zarifian (2001), Le Boterf (2003) e Boreham, (2004), entendem que as competências coletivas podem ser percebidas como competências de indivíduos ou de atores que fazem parte de uma organização sob a ótica social. Portanto, pode-se dizer que, apesar de uma competência ser inicialmente mostrada a partir de um indivíduo, ao ser comunicada para o conjunto dos trabalhadores e assimiladas coletivamente, se constitui em um conhecimento coletivo.

Assim, Nordhaug e Gronhaug (1994) demonstram que a forma de articulação das competências disponíveis no ambiente interno dos empreendimentos, podem favorecer a consolidação interna de competências coletivas, cuja ênfase recai sobre os recursos humanos. Para esses autores, tais recursos são os mais críticos na organização. No entanto, a ênfase externa das competências coletivas está nas alianças estratégicas, que vão constituir redes de cooperação entre os diferentes elos de uma determinada cadeia produtiva. Daí a importância de uma análise intra-organizacional e inter organizacional, buscando no mercado aquilo que falta no empreendimento e que pode contribuir para o desempenho do coletivo.

O saber e saber-fazer obtidos individualmente como um conhecimento preciso do trabalho a ser realizado em um contexto coletivo específico, bem como, o conhecimento do que os outros indivíduos devem fazer nesse contexto, devido a uma interpretação ajustada das mensagens enviadas pelos demais indivíduos envolvidos numa interação pode potencializar os resultados do conjunto, ou ainda, as trocas informais sustentadas por solidariedades que participam da “capacidade repetida e reconhecida” de um coletivo em se coordenar a fim de

produzir um resultado comum ou construir soluções, constitui um dos elementos essenciais da gestão sobre a base das competências coletivas. Michaux (2003).

Zarifian (2001, p. 116) esclarece que as competências coletivas vão além da soma das competências individuais. Elas são exercidas diante da construção de referências comuns, no compartilhamento da mesma linguagem profissional, na comunalidade das imagens operativas e que vejam a necessidade de cooperação e ainda se pautem nas mesmas implicações.

Uma competência coletiva pode ser separada em um saber operacional de um grupo e também como uma tradução operacional em ações realizadas individualmente. Para esses autores, a existência de um **referencial comum** estrutura a ação coletiva que acaba por ser resultado do compartilhamento entre experiências e representações das pessoas envolvidas. A **linguagem compartilhada** diz respeito a um vocabulário comum utilizado no trabalho, que permite inclusive uma comunicação cognitiva no momento da ação (gestos, olhares, poucas palavras). A **memória coletiva** refere-se às aprendizagens, ou seja, ela marca as aprendizagens coletivas passadas e orienta as posteriores. E quando os autores tratam do **engajamento subjetivo**, querem demonstrar uma mobilização subjetiva das pessoas orientada para a empresa como um todo. Diz respeito à resolução de imprevistos e a algumas disfunções capazes de interromper o andamento da ação (RETOUR e KROHMER, 2011). Base teórica principal do estudo sobre competências coletivas deste trabalho.

De um modo geral, pode-se perceber que o conceito de competência coletiva está em processo de apropriação, porém já é possível constatar alguns elementos auxiliando na identificação de competências coletivas, como é o caso das contribuições de Retour e Krohmer (2011) referentes à memória coletiva, referencial comum, linguagem compartilhada e engajamento subjetivo. Sempre considerando que os estudos continuam a apontar o caráter dinâmico, tácito, compartilhado e sinérgico.

Neste trabalho o conceito de competências coletivas a ser abordado será do ponto de vista social em que a competência coletiva refere-se à competência de um conjunto de indivíduos, grupos ou atores sociais que integram uma organização, sendo o resultado da interação entre as competências individuais com base no sentido compartilhado pelos membros do grupo e nos processos de interação do trabalho.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Análise interna do empreendimento revelou que o Banco Comunitário Tupinambá permite entender a existência de formação de competência e suas interferências no processo de



autogestão implicando em relações mútuas não somente entre os dirigentes do banco como para com os tomadores de crédito para uso doméstico e também para o uso empreendedor.

Assim, foi verificado que a direção do banco reúne-se em assembleias para decidir o atendimento as suas demandas, já devidamente agendadas e pautadas. Após apresentação dos fatos pela diretoria, é colocada em votação onde todos os membros e tomadores de empréstimo participam e podem se manifestar contra ou a favor daquilo que está sendo votado.

Apurado o resultado, é feita uma ata para constar o resultado, mostrando assim as práticas de valores oriundas da Economia Solidária como cooperação, solidariedade, autogestão, democracia, sem a apropriação do excedente por parte de quem dirige o empreendimento, o qual é organizado de forma coletiva, tendo como princípio a distribuição das sobras de forma equitativa entre seus associados.

Parte dessas sobras são destinadas a geração de lastro financeiro como fundo para emissão de novas moedas sociais para empréstimos solidários. Parte é destinada a capacitação e mobilização de pessoas e empreendedores em treinamentos, palestras e seminários sobre a economia solidária, gestão social, relações de confiança entre outros que o grupo entende ser necessário.

Tal análise vem ao encontro do que a teoria prescreve em que as competências coletivas se apresentam como um saber agir responsável, e como tal, reconhecido pelos outros, implicando em saber como mobilizar, integrar recursos e transferir os conhecimento e habilidades num contexto profissional determinado. (LE BOTERF, 2003).

Isso vem corroborar com um dos princípios da Gestão Social que é: A orientação de valor da gestão social é o interesse público bem compreendido, o que para os autores Fischer et al (2006) e Dowbor (1999) tem se preocupado com os processos, os meios pelos quais resultará a tomada de decisão, em que os mesmos devem advir de parcerias intra e inter organizacionais, demonstrando assim que o banco tem a preocupação com a comunidade mas apresenta práticas de Gestão Social ao entender que quanto à problemática da sociedade, a gestão social seria a gestão das demandas e necessidades do social.

No exame de construção e formação de competências coletivas nos empreendimentos tomadores de empréstimos solidários foi percebido que tais competências são entendidas como a resultante da combinação harmoniosa de talentos individuais, elementos organizacionais, estilo de administração ancorados no coletivo de trabalhos.

Considera-se que o Banco Comunitário Tupinambá possui as dimensões de competências coletivas defendidas por Retour e Krohmer (2006) identificadas a nível de referencial comum, linguagem compartilhada, memória coletiva e engajamento subjetivo.

Zarifian (2004) afirma que o **nível de Referencial Comum** resulta num patrimônio compartilhado em decorrência de trabalho elaborado coletivamente. Feito por aqueles que estão implicados na preparação e na realização da ação. Remete a um acordo sobre o que convém fazer para se atingir um objetivo comum sobre os meios a serem empregados, as capacidades e os envolvimento das pessoas da equipe e sobre o compartilhamento dos seus esforços.

Assim, foi percebido no Banco Comunitário Tupinambá, a atuação do Coordenador Administrativo Financeiro, ao planejar como meta para o Banco o alcance de tornar quatro moradores do bairro por ano em empreendedores. Isso vem acontecendo nos últimos três anos, 2015, 2016 e 2017. Capacitando, orientando para o crédito e assessorando esses tomadores de crédito na gestão de seus negócios por um período de um ano.

Assim, o referencial comum é um dos atributos de formação e desenvolvimento de competências coletivas, apresentado por Retour e Krohmer (2006, 2011) e como diz respeito a estrutura de uma ação coletiva que acaba por ser resultado da comparação entre experiências e representações das pessoas envolvidas.

**Nível de Linguagem Compartilhada.** Segundo Guilhon e Trepó (2000) é uma linguagem comum ou para Falzon (1991) uma linguagem operativa compartilhada que se refere ao fato de que os membros de um grupo de trabalho elaboram um vocabulário e um dialeto particular, próprio a essa equipe, que permite conversar com meias palavras, ler as entrelinhas, ganhar tempo na comunicação abreviada, evitar comentários e explicações.

Nesse sentido o Banco Comunitário Tupinambá em suas relações com os empreendedores possui uma linguagem própria difícil de ser aprendida num primeiro momento. Pois a maioria dos empreendedores são pescadores ou filhos de pescadores. Essa linguagem compreende a terminologia corriqueira do próprio pescador na sua lida da pesca, dos conhecimentos das espécies de peixes, no trato com as redes, passando pelo barqueiro e muitos outros trabalhadores que embora não façam parte do empreendimento, mas dialogam com muitos integrantes do meio.

**No nível de Memória Coletiva** ao analisar a atuação dos associados e tomadores de empréstimos tipo empreendedores, pode-se identificar elementos que confirmam a existência de competências coletivas em que são retratadas por eles como a representação das aprendizagens coletivas vividas do saber-fazer no decorrer do trabalho realizado em conjunto, mas também de um conjunto de conhecimentos confrontados entre os associados e das memórias e julgamentos de cada associado tem ou faz.

Vem da capacidade de aprender como indivíduo e em equipe, utilizando-se dessa experiência para antecipar-se aos eventos que cause qualquer transtorno a sua atividade

laborativa. Refere-se então a um saber aprender coletivamente proveniente da experiência vivenciada pelo indivíduo de acordo com Retour e Krohmer (2006) e Le Boterf (2003).

No trabalho de Retour e Krohmer (2006) o **Engajamento Subjetivo** tem a ver com a mobilização subjetiva das pessoas orientada para o empreendimento como um todo. É relacionado a resolução de imprevisto e algumas disfunções capazes de interromper o bom andamento do trabalho ou da ação a qual o associado está desempenhando. É uma iniciativa que pressupõe certa autonomia e responsabilidade da ação ou do trabalho.

Uma oportunidade que ilustra bem este atributo ocorreu quando o pesquisador chegou para colher as entrevistas, tinha um grupo esperando para receber um valor de empréstimos, quando faltou energia no perímetro onde funciona o banco. A empresa que restabelece a energia informou que não haveria como dar o pronto até as 1800hs.

Nesse contexto o grupo se reuniu com a direção do banco e se dividiu em quatro menores grupos e cada um ficou responsável de avisar outros associados que estariam chegando de barco na praia. Como resultado, todos se engajaram em prol dos objetivos do empreendimento para cumprir o aviso de que todos deveria dividir a quantia que tinha como sobra de caixa até o dia seguinte quando do restabelecimento da energia e efetivar os empréstimos nos seus devidos valores. Foi acordado democraticamente ente os membros do grupo, e em função do engajamento subjetivo puderam reverter a situação e receber os seus empréstimos sem maiores problemas.

Concluindo, pode-se afirmar que os associados percebem a relevância de suas atividades no funcionamento do Banco e nas relações deste com seus empreendimentos e com isso, sentem-se engajados, realizando suas atividades com autonomia e responsabilidade a fim de garantir um bom funcionamento das suas atividades para com a comunidade.

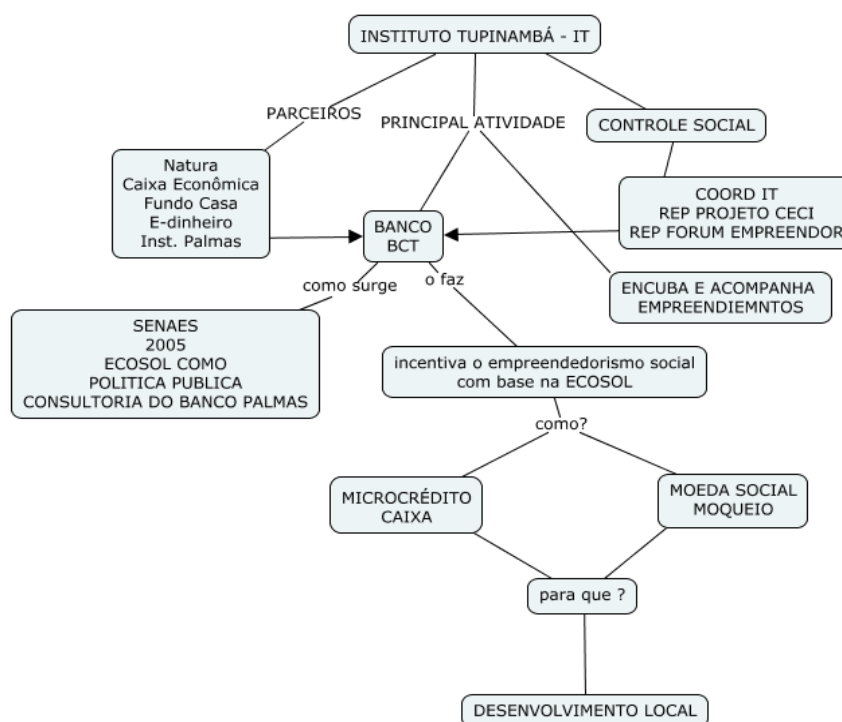
Análise externa ao Banco Comunitário Tupinambá para verificação de existência de maior aproximação entre os atores que possam superar as necessidades de acesso ao crédito, foi identificado que o Banco estabelece diretrizes e estas estão relacionadas à formalização de estratégias.

Dentre as principais estratégias do BCT estão:

[...] incentivo ao empreendedorismo social a partir dos princípios da Economia Solidária fomentando a moeda social denominada Moqueio e acesso a microcrédito através da parceria com a Caixa Econômica Federal com o objetivo principal de auxiliar a população excluída desse acesso de serviços bancários, a possibilidade de se desenvolver através de ações empreendedoras em suas atividades comerciais e na prestação de serviços, com a geração de emprego e renda (COORDENADOR DO IT, 2018).

Observou-se que o Banco incentiva o empreendedorismo social e para isso vai ao encontro de parcerias, a exemplo da Natura, Caixa Econômica Federal, Fundo Casa, Instituto Palmas e o E-Dinheiro. O mapa 1 mostra os parceiros do BCT e sua principal atividade

**MAPA 1 – Parceiros e atividades do BCT**



Fonte: a pesquisa.

Uma das relações é com a Caixa Econômica Federal através da qual o Banco Comunitário pode pagar as transferências de rendas dos beneficiários do Programa do Governo Federal Bolsa Família, receber pagamentos de títulos e boletos bancários. Neste caso em particular, o Banco vem favorecendo toda a comunidade, uma vez que a maioria da população residente em Baía do Sol recebe o benefício por se tratar de uma colônia de pescadores, não obstante os associados do referido banco.

Nesta relação com a CEF, o Banco Comunitário exerce a atividade de corresponde bancário, trabalhando com os serviços que a CEF oferece principalmente nas linhas do Caixa Aqui e do E-dinheiro, no qual o Diretor do Banco Comunitário nos informa que é uma forma de evitar que o empreendedor local se desloque da comunidade e vá até o centro de Mosqueiro \*20 Km de distância) ou a Belém (70 Km de distância).

Por este motivo, o pesquisador teve a oportunidade de verificar “*in loco*” que a população faz uma economia em transporte ou combustível para as motocicletas (veículo mais utilizado) que ao nosso ver contribui para uma poupança familiar a fim de adquirir parte das necessidades de consumo ou para novos investimentos dependendo da situação de cada um, ou ainda para a compra da moeda social moqueio.

**Quadro 1** - demonstrativo de despesas com locomoções até o centro de Mosqueiro ou Belém

	Sem veículo	Com veículo
<b>Indicadores</b>	R\$ 3,50 passagem do ônibus	R\$ 30,00 de combustível
Cada vez que sai da comunidade para efetuar pagamentos ou receber benefícios	$3,50 \times 2 = 7,00$	$30,00 \times 1 = 30,00$
3 x ao mês	$7,00 \times 3 = 21,00$	$30,00 \times 3 = 90,00$
12 x ao ano	$21,00 \times 12 = 252,00$	$90,00 \times 12 = 1.080,00$
Salário Mínimo 2018	R\$ 957,00	R\$ 957,00
Relação economia/SM	$252/957 = 26,333$	$1.080/957 = 1,128$
Percentual	26,33% do Salário Mínimo	113 % do Salário Mínimo

Fonte: os autores 2018.

Pode-se concluir que a atuação efetiva do Banco Comunitário através da relação de parceria com a Caixa econômica contribui para uma relevante economia como descrita no quadro acima em que uma pessoa se utilizando de ônibus para se deslocar até o centro de Mosqueiro ou Belém para utilizar os serviços bancários, economizaria ao ano 26,33% de um salário mínimo e outra utilizando-se de motocicleta para fazer o mesmo percurso, economizaria 113% do salário mínimo durante o ano. Bem mais do que a média de pagamento dos benefícios que hoje paira em R\$ 85,00 por família, o que representa  $\frac{1}{4}$  do total recebido no mês se uma pessoa dependente de ônibus fosse pelo menos 3 vezes ao centro de Mosqueiro.

Com relação a Natura a parceria tem rendido aos dirigentes do BCT prêmios que divulgam a imagem do banco, que inclui os moradores da região no cenário econômico bancário, o que no começo do ano de 2018 proporcionou uma viagem para diretora do banco aos Estados Unidos para discursar sobre a Economia Solidária

Esta parceria tem colocado a disposição do Banco e da Comunidade através do Instituto Tupinambá e do Fórum Empreendedor a possibilidade de contratação de consultores para fomentar capacitação aos demais empreendedores da comunidade.

Sobre a busca de parcerias compreende-se que as práticas do BCT convergem com as ideias de Vasconcellos Sobrinho e Vasconcellos (2016, p. 23) e De Oliveira (2001) para os quais o caminho para o desenvolvimento local implica uma nova ordem estratégica de desenvolvimento com metodologias participativas e de concertação social em que se articulam e mobilizam diversos atores e recursos da sociedade civil e mercado para atuarem com o Estado e possibilitar uma via para o desenvolvimento local.

Observa-se que as ações do IT e do BCT tem o controle social exercido por representantes da comunidade como: representante do BCT, representantes do projeto CECI e Fórum do Empreendedor, aos quais também compete o planejamento participativo.

Tais ações vem ao encontro do pensamento de VASCONCELOS, A. M. de. A e VASCONCELLOS SOBRINHO, M. (2007, p.37) quando afirmam que os incrementos de capital propriamente ditos, sobretudo de capital humano e capital social, que podem ser alcançados por meio da parceria entre Estado, mercado e sociedade civil, são os fatores que fazem a diferença, estimulando, intensificando e mudando de qualidade o processo de desenvolvimento local.

De acordo com o Representante do BCT o planejamento:

[...] as ações são planejadas com um ano de antecedência pela diretoria do Banco e dialogada com os representantes do Instituto Tupinambá, um representante do CECI Mulheres e dois representantes do Fórum Empreendedor. Todas as necessidades referentes à emissão de moeda social, limites de empréstimos, estabelecimento de limites para a liberação do empréstimo, são baseadas e referendadas por esses atores (REPRESENTANTE DO BCT, 2018).

Observa-se a importância do planejamento das ações do Banco, bem como a forma de deliberação das decisões. Observa-se que como forma de induzir a economia solidária na localidade da Baía do Sol, o BCT criou a moeda social MOQUEIO, por meio da qual o banco vem tentando contribuir com o desenvolvimento local via empreendedorismo social.

Pode-se verificar que dentre as ações de incentivo ao empreendedorismo social está o Projeto CECI Mulheres, a Incubação e Acompanhamento dos empréstimos solidários a pequenos empreendedores.

Compreende-se que ao incentivar o empreendedorismo social na comunidade o BCT age no sentido de que defendem Raposo e Sardá (2015) ao afirmarem que o banco comunitário deve valorizar as pessoas e mobilizar as organizações da comunidade.

A análise das práticas e estratégias do BCT compreende-se que os atores deliberam com base na Gestão Social, ou seja, de forma dialogada, deliberada, livre de pressão top-down, e tal

decisão, reflete no baixíssimo nível de inadimplência dos empréstimos, que hoje chega a 0,3% do total emprestado.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** Economia Aplicada, v. 4, n. 2, abr./jun. 2000.
- \_\_\_\_\_; JUNQUEIRA, R. G. A sustentabilidade das micro finanças solidárias. Sober, 2003.
- ALBUQUERQUE, P.P. de. Autogestão. In: **CATTANI, A.D. (org.). A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.20-25.
- ANDION, C. Gestão em organizações de economia solidária: contornos de uma problemática. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- ANDRADE, Marcelo M.T.; DINIZ, Eduardo H. Articulação política da avaliação da inclusão financeira promovida pelo Banco Central do Brasil. **Organizações & Sociedade,** Salvador, v.23, n.76, p. 150-171, jan-mar. 2016.
- ARRUDA, M. **Globalização e Sociedade Civil: repensando o cooperativismo no contexto da Cidadania. Ativa.** Rio de Janeiro: PACS, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, 1996.
- ARRUDA, M.; BOFF, L. **Globalização Desafios Socioeconômicos, Éticos e Educativos.** Petrópolis, Editora Vozes, 2000.
- BARBOSA, M. J. de S.; EID, F.; ESPINOLA, B. S. M. Centro de Formação em Economia Solidaria: limites e possibilidades. In: Centro de Formação em Economia Solidaria – Processos de Implantação e Gestão. ICOSA. Belém. 2012.
- BARNEY, J.B. *Strategic factors markets: expatiation, lucky and business strategy.* **Management Science,** v.32, n.10, p 1231-1241, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Firm resourced and sustained competitive advantage.* **Journal of Management,** v.7, n.1, p. 99-120, 1991.
- BECKER, G. **Trajetória de formação e desenvolvimento de competências organizacionais da Muri linhas de montagem. 2004.** Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- BERTUCCI, J. de O. **A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte.** Dissertação (Mestrado) Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2005.
- BITENCOURT, C. C. A análise das competências essenciais e as práticas de e-business: um estudo comparativo em cadeias de agronegócios no Brasil e na Austrália. Brasília, DF: CNPq. 2004. **Relatório de Pesquisa.**
- BONOTTO, F; BITENCOURT, C.C. **Os elementos das Competências Coletivas em Grupos de Trabalho – a Experiência da COPESUL,** In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – EnANPAD. Anais..., XXX, Salvador, 2006.



BOYATZIS, R. *The competent Manager: a Model for Effective Performance*. New York: Wiley. 1982.

CAMPOMAR, M.C. **Pesquisa de Marketing: um auxílio à decisão**. São Paulo: Briefing. V.4, n. 43. P.20-23. abr 1982.

\_\_\_\_\_. Do uso de “estudo de caso” em pesquisas para dissertações e teses em administração. RAE. São Paulo. V.26, n.3, p-95-97. jul/set 1991.

CARVALHO, M.C.B. Gestão Social: alguns apontamentos para o debate. In: RICO, E.M. e RAICHECIS, R. (Orgs.) **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo. EDU; IEE, 1999, p. 141-171.

CHAVES, H. T. **Os desafios de Competências Coletivas**: análise da experiência da Cofruta. Dissertação (Mestrado) Castanhal: IFPA/PPGDRGEA, 2015.

COLIN, T.; GRASSER, B. Das competências individuais à competência coletiva: contribuições da aprendizagem em um serviço de emergência hospitalar. In: **Competências coletivas: no limiar da estratégia**. RETOUR, D.; PICQ, T; DEFELIX, C.; RUAS, R. *Bookman*, São Paulo, 2011.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHET, G; LARA, F.; COSTA, B.; (Org.) **Economia de setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. P. 35-52.

DE OLIVEIRA, F. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?. Pólis. 2001.

DOWBOR, L. Tendências da gestão social. Revista Saúde e Sociedade. 1999.

DUTRA, J. S. **Gestão por competências. Um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas**. 3ª. ed. São Paulo: Gente. 2001.

EID, F.& GALLO, A.R. Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? **In anais do XI Congresso da Federação Internacional de Estudos sobre a América Latina e Caribe – FIEALC**. Osaka, Japão, setembro de 2003.

FISCHER, T. M. D. A gestão do desenvolvimento social: agenda em aberto e propostas de qualificação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE FISCHER, T. M. D. ; MELO, V. P.; CARVALHO, M. R.; JESUS, A. de; ANDRADE, R. A.; WAIANDT, C. Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento.

Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, V 40, nº 5, Set/out. 2006.

FRANÇA FILHO, G. e DZIMIRA, S. Economia Solidária e Dádiva. In: **Revista Organização e Sociedade**. v.6 n 14, 1999.

FRANÇA FILHO, G. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Revista Bahia Análise e Dados**. Salvador, v.12, n 1, p. 9-19, jun 2002.

\_\_\_\_\_. Gestão Social: Um conceito em construção. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER E ORGANIZAÇÕES LOCAIS, IX**, 2003, Salvador, Anais... Salvador, 2003 CD - ROM.

\_\_\_\_\_. Para um olhar epistemológico da administração: problematizando o seu objeto. In: SANTOS, R.S. (Org.). **A Administração Política como campo do conhecimento**. 1ª Edição. São Paulo. Mandacaru, 2004. P-119-143).

FRANÇA FILHO, G. C. A Problemática da Economia Solidária: um novo modo de gestão pública? Cadernos Ebape, FGV-RJ, v. 2, n. 1, mar. 2007.

\_\_\_\_\_ e LAVILLE, J. **Economia Solidária uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, 199p.

\_\_\_\_\_ e SILVA JUNIOR, J. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. In.: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

FLEURY A. FLEURY, M. T. **Aprendizagem e Inovação Organizacional: As experiências do Japão, Coréia e Brasil**. São Paulo: Atlas. 2001.

GAIGER L.I.G. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. In: **Revista de Ciências Sociais**. Vol. 47. No. 4. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. (org) **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: 2004.

HANSSON, H. *Kolective Kompetens: doctorate thesis summary*. Sweden: Gotemborg University, 1999.

JR SILVA. J. T. **Banco Palmas – 10 anos**. Artigo Avaliação de Impacto e de Imagem (LIEGS/UFC) Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social – Universidade Federal do Ceará. Juazeiro do Norte - CE. Fevereiro 2008, p. 58.

KLEIN, M.J. **A dinâmica das competências coletivas entre grupos de trabalho: o caso da parada geral de manutenção da Copesul**. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) Programa de Pós-graduação em Administração. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

KLEIN, M.J.; BITENCOURT, C. A emergência das Competências Coletivas a partir da mobilização de diferentes grupos de trabalho. **O & S**, v.19, n.63, p.599-619, 2012.

KRAYCHETE, G; LARA, F.; COSTA, B.; (Org.) **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis. Ed. Vozes, 2000. P. 143-166.

LE BOTERF, G. *De la compétence*. Paris : Les Editions d'Organisation, 1995.

\_\_\_\_\_. *De la compétence*. Paris : Les Editions d'Organisation, 1997.

\_\_\_\_\_. *Construire les compétences individuelles et collectives*. Paris: Editions d'Organisation, 2001.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvendo a competência dos profissionais*. Trad. Patricia Chittoni Ramos Reuillard. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MICHAUX, V. Articular as competências individual, coletiva, organizacional e estratégica: esclarecendo a teoria dos recursos e do capital social. In: **Competências coletivas: no limiar da estratégia**. RETOUR, D.; PICQ, T; DEFELIX, C.; RUAS, R. Boockman, São Paulo, 2011.

McLELLAND, D. *Testing for competence rather than intelligence*. American Psychologist, Washington. DC. 28. 1973.p. 1-14.

McLAGAN, P. A. *Competences: the next generation: Training and Development*, p. 40-47, May 1997.

MIRABILE, R. J. *Everything you wanted to know about competency modeling*. *Training and Development*, v.51, no. 8, p.73-77, Aug.1997.

OLIVEIRA, F. **O que é formação para a cidadania?** Entrevista realizada por Silvio Caccic Baia, director da ABONG, em dez de 2004. Disponível em [www.abong.org.br](http://www.abong.org.br) Acesso em 20/04/2017.

PRAHALAD, C.K.; HAMEL, G. *The core competence of the corporation*. **Harvard Business Review**, v. 68, n. 3. P. 79-91, May/June 2000.

\_\_\_\_\_. **Competindo pelo futuro: estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar os mercados de amanhã**. Rio de janeiro; Campus, 2005.

RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia solidariedade. **Revista Proposta**. No. 75, dez/fev. 97-98.

RETOUR, D; KROHMER, C. A competência coletiva: uma relação-chave na gestão das competências. In: **Competências coletivas: no limiar da estratégia**. RETOUR, D.; PICQ, T; DEFELIX, C.; RUAS, R. Boockman, São Paulo, 2011.

RIGO, Ariadne S. Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas. 2014. 339 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração. UFBA, Salvador. 2014.

RUAS, R. L.; ANTONELLO, C. S.; BOFF, L. H. (Org.) **Os novos horizontes da gestão: aprendizagem organizacional e competências**. Porto Alegre: Bookman, 2005.  
RUAS, R.L. *Competências*, 2012.

RUMELT, R. *Towards a strategic theory of the firms*. Oxford. University Press. 1997.

SANDBERG, J. *Human competence at work*. Göteborg: BAS, 1996.

\_\_\_\_\_. *Understanding human competence at work: an interpretative approach*. *Academy of Management Journal*, v. 43, n. 1, p. 9-25, 2000.

SANDBERG, J.; TARGAMA, A. *Managing understanding in organizations*. London: Sage Publications, 2007.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA JUNIOR, Jeová T. *Independent assessment of the fomento program in Fortaleza/Brazil*. In: **STROHALM FOUNDATION. Project "Fomento Fortaleza" final report**. Utrecht: Stichting Aktie Strohalme, 2003. Anexo 2. P. 1-10.

\_\_\_\_\_. **Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas**, 2004. 104f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, UFBA, Salvador, 2004.

\_\_\_\_\_. **As experiências de bancos comunitários como ação de finanças solidárias para o desenvolvimento territorial**. In: **COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10-13 de dez 2006. Salvador. Anais**, Salvador, 2006, p.1-16.

\_\_\_\_\_. **Bancos Comunitários e desenvolvimento territorial: analisando as singularidades destas experiências de micro finanças solidárias**. *Cadernos Gestão Social*, Salvador, v.1, n.1, p. 34-51, set-dez. 2007. Ed. Especial.

\_\_\_\_\_. **Avaliação de impacto e imagem: Banco Palmas: 10 anos**. Fortaleza: Arte Visual, 2008. 97 p. Serie Banco Palmas, 10 anos. Caderno 1.

\_\_\_\_\_. **Utilidade social e finanças solidárias: uma proposta de avaliação dos bancos comunitários de desenvolvimento brasileiros**. Tese (Doutorado em Administração), Escola de Administração, Salvador, 2016.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Economia Solidária no Brasil. A auto-Gestão como resposta ao desemprego** – São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Economia dos setores populares: propostas e desafios**. In: KRAYCHETE, G; LARA, F.; COSTA, B.; (Org.) **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis. Ed. Vozes, 2000. P. 143-166.

\_\_\_\_\_. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2: 81-129. 2002.

SPENCER, L. M.; SPENCER, S. M. *Competence at work models for superior performance*. New York: John Wiley, 1993.

STRAUSS, A.L.; CORBIN, J. *Basics of qualitative research: grounded theory procedures and techniques*. London, Sage Publications. 1999.

TAUILLE, J. R.; DEBACO, E. S. **Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores**. In: VVAA. Economia Solidária, v. 1, 2002.

TEECE, D. J.; PISANO, G. E SHUEN, A. *Dynamics capabilities and strategic management*. *Strategic Management Journal*, vol. 18. Pgs 505 – 533. 1997.

TENORIO, F. Gestão Social: uma perspectiva conceitual. **Revista da Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, no. 32, v.5, set-nov, 1998.

TERENCE, A.C.F. **Planejamento estratégico como ferramenta de competitividade na pequena empresa**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2002.

WERNEFELT, B. *A Resource-based view of the firm*. *Strategic Management Journal*. V.5, p. 171-180, 1984.

VAINER, C. Controle Político ou Utopia Experimental? In: **Unitrabalho Informa**, ano III, n. 10, jan 2000. In: <http://www.unitrabalho.org.br> acessado em 20-05-2017.

VASCONCELLOS SOBRINHO, M. e VASCONCELLOS. A. M. de. A. - Ações Públicas, Redes de Cooperação e Desenvolvimento Local: Experiências e aprendizados de gestão social na Amazônia (org). Série Gestão Social e Desenvolvimento Local, No. 1 Belém. 2016.

VASCONCELOS, A. M. de. A e VASCONCELLOS SOBRINHO, M.– Alternativas de desenvolvimento e o modelo de sustentabilidade: Um estudo de caso das organizações locais de Barcarena e Igarapé-Miri. Unama-Fidesa, Belém. 2007.

VERAGO, J. L. **O controle operário em meio a contradições na revolução russa (1917 a 1918)**. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp. 2008.

VIANA, N. **Democracia e autogestão**. Revista Achegas, n. 37, p. 58-74, 2008.

VIEITEZ, Candido Giraldez & DAL RI, Neusa Maria. Trabalho associado: Cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ZARIFIAN, P. **Objetivo Competência**: Por uma nova lógica, Ed. Atlas, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **O modelo competência**: trajetória histórica, desafios atuais e propostas. São Paulo: Editora Senac, 2003.